

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Museu Nacional
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

O Trecho, as Mães e os Papéis Movimentos e Durações no Norte de Goiás

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadores: Lygia Maria Sigaud (in memoriam)
José Sérgio Leite Lopes

André Dumans Guedes

Tese de Doutorado
Rio de Janeiro
Junho de 2011

O Trecho, as Mães e os Papéis Movimentos e Durações no Norte de Goiás

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

Prof. José Sérgio Leite Lopes (Orientador)
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Prof. Moacir Palmeira
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Prof. Luiz Fernando Dias Duarte
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer
IPPUR/UFRJ

Prof. Dr. Hélión Póvoa Neto
IPPUR/UFRJ

Prof^a. Dra. Adriana de Barreto Resende Vianna (suplente)
PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Prof^a. Dra. Beatriz Herédia (suplente)
IFCS/UFRJ

Rio de Janeiro
Junho de 2011

Guedes, André Dumans.

O Trecho, As Mães e Os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás/André Dumans Guedes – Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

464f.: il., 2 v.

Orientador: José Sérgio Leite Lopes

Tese (doutorado) – UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 446-464

1. Mobilidade. 2. Norte de Goiás. 3. Grandes Projetos de Desenvolvimento. 4. Garimpo. 5. Antropologia Social

I. Leite Lopes, José Sérgio (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

...de-moram-se na beira da estrada...
Zé Ramalho – Admirável Gado Novo

*I'm an accident
I was driving way too fast
Couldn't stop though
So I let the moment last*
Neil Young – I'm The Ocean

Dedico este trabalho às *valentes e batalhadeiras* mães de Minaçu

AGRADECIMENTOS

Antes de mais ninguém, agradeço à professora Lygia Sigaud, infelizmente não mais entre nós. Recém chegado ao Museu Nacional, eu pude usufruir de um privilégio único: dois anos de intenso e rico convívio com uma excepcional orientadora. Não consigo me esquecer de nossa primeira conversa após eu ter retornado do campo: vibrante e excitada, Lygia mal parava quieta na cadeira – queria saber de tudo, alternando a escuta atenta com indagações diversas; tinha insights, sugeria contatos e leituras, aprendia e ensinava, gargalhava e me criticava, articulava seus interesses de pesquisa com os meus. Ela manifestava assim aquilo que mais me encantava nela, o que hoje me parecem ser as mais fundamentais qualidades de um pesquisador: o entusiasmo e a paixão pelo trabalho. Como agradecer aqui a tudo o que aprendi durante estas nossas tão freqüentes e longas reuniões, um iniciante no ofício como eu merecendo tanta atenção de uma antropóloga experiente como ela? Lygia me punha para trabalhar, e muito: tão logo iniciado o doutorado estava eu já às voltas com os exercícios de escrita etnográfica, com os comentários meticulosos a respeito de qualquer coisa que eu escrevia, com questionamentos de toda ordem, com os convites para debater isto ou aquilo. Agora que terminei a tese, não tenho dúvidas: fui mesmo um privilegiado, e foram estes ensinamentos e cobranças que criaram as condições para que eu realizasse este trabalho.

Após o falecimento dela, José Sérgio Leite Lopes aceitou me (co)orientar. Com seu alto-astrol e simpatia – que certamente não passam despercebidos no Museu – tenho que agradecer-lhe o apoio manifestado nas horas difíceis e a confiança que ele depositou em mim, assim como o estímulo para que eu persistisse investindo nas questões que me interessavam. Ele incluso, agradeço também aos outros membros da banca: Moacir Palmeira, Luiz Fernando Dias Duarte, Carlos Vainer e Héllion Póvoa Neto. Se eu chamei eles todos para examinarem o meu trabalho, é porque admiro e respeito sua produção acadêmica, e por eu estar verdadeiramente disposto a dialogar com suas idéias.

Agradeço a todos os professores, do Museu e de outros programas, de quem fui aluno no doutorado, e com quem tanto aprendi: Moacir e Luiz Fernando, novamente; Giralda Seyferth, Fernando Rabossi, Renata Menezes, John Comerford, Beatriz Herédia, Marcos Otávio Bezerra, Márcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro. A Adriana Vianna e Márcio Goldman, agradeço o apoio e o companheirismo para além dos muros da universidade.

E os agradecimentos prosseguem, e proliferam... A todos aqueles que, tendo a oportunidade de me ouvir e/ou ler, fizeram comentários e críticas à minha pesquisa, em encontros, reuniões, seminários ou bate-papo informais (no Rio de Janeiro, Belo Horizonte,

Belém, Salvador, Porto Seguro, Buenos Aires, Vassouras ou Saint Andrews): Gustavo Bezerra, Virginia Manzano, Marcelo Hernandez, Marcelo Rosa, Henri Acselrad, Federico Neiburg, Pedro Braum, Rosilene Alvim, Christina Toren, Cornelia Nell, Maria Inez Alvarez, Andrea Zhouri, Santiago Sorroche, Mark Harris, Soledad Cutuli, Cecilia Espinosa, Mabel Grimberg, Letícia Carvalho. Fernando Rabossi participou de minha primeira qualificação, foi meu professor e amigo, e sempre uma fonte de incentivo. Num momento onde tinha dúvidas a respeito dos caminhos que eu vinha trilhando, o estímulo e o entusiasmo de João de Pina Cabral foram fundamentais para que eu persistisse investigando e levando a sério o *trecho*. Para Ana Carneiro, Luiz Felipe Benites, Camila Medeiros, Ariana Rumnstain, Graziela Dainese e Patrícia Mafra, reitero o que já lhes disse pessoalmente: temos mesmo que conversar com mais frequência e investir de modo mais sistemático na antropologia destes sertões que tanto nos fascinam. Meu irmão João Dumans (ótimo fornecedor de contra-exemplos para a minha pesquisa, tirados das Minas Gerais do século XVIII ou dos filmes de John Ford) e os amigos Kleyton Rattes, Cecília Mello e Pedro Braum leram versões preliminares dos capítulos aqui apresentados, e a eles agradeço de modo especial pelas críticas e sugestões.

Destaco também a dívida intelectual que tenho com todos aqueles militantes que, em diferentes momentos de sua carreira escolar e profissional, tomaram também Minaçu, o MAB desta cidade ou as barragens do Alto Tocantins como seu objeto de *pesquisa*. Junto a eles encontrei a possibilidade de compartilhar a minha empolgação com estas questões, debatendo tópicos os mais diversos, trocando figurinhas, explorando a riqueza e a tensão de sermos nós todos “sujeitos” e “objetos”, todos nós mais ou menos nativos, mais ou menos *pesquisadores*. Agradeço assim a Jefferson Castilho, Paula Francinetti, Josué de Brito, Flávio do Tocantins, Maria Eunice, Adilson Batista e Evandro Nesello.

A todo o pessoal do IPPUR, minha casa durante tantos anos, e ainda um lugar onde me sinto tão bem. Destaco aí em especial os professores Carlos Vainer, Henri Acselard e Frederico Bandeira Araújo, verdadeiros mestres. No ETTERN, agradeço aos inúmeros colegas com quem convivi ao longo de mais de uma década através da menção aos amigos Breno Nogueira, Luís Régis Coli, Gustavo Bezerra e Eduardo Campbell. Daniele Carvalho foi uma incrível companheira de aventuras pelo país por inúmeros anos, e sem ela eu nunca teria chegado a Minaçu; à Dani tenho que agradecer também pela sua mais que útil dissertação de mestrado, que tanto trabalho me poupou. Em nome de Federico Neiburg e Diana Lima, agradeço a todo o pessoal do NUCEC, grupo de pesquisa onde fui tão bem acolhido nos últimos anos.

Ao CNPQ e ao SECYT argentino, agradeço as bolsas de pesquisa e apoios concedidos.

A todos os funcionários do Museu Nacional, sempre atenciosos e competentes. Uma menção especial vai para Carla e Alessandra, da biblioteca. Aos funcionários da biblioteca do CFCH na Praia Vermelha, pela paciência por me tolerarem lá ao longo destes últimos dez anos.

A todos aqueles colegas que, na Quinta da Boa Vista, nos congressos e nos botecos, fizeram-me tão feliz e satisfeito por ser um antropólogo e poder conviver com antropólogos: Ariana Rumstain, Beatriz Matos (graaaauuu!), César Jardim, Felipe Evangelista, Flávia Dalmaso, Leonardo Bertolossi, Leonor Valentino, Luana Almeida, Orlando Calheiros, Raphael Bispo, Rogério Brittes, Silvia Monnerat, Wecisley Ribeiro, Guilherme Heurich, Rodica Weitzman, Tainah Leite, Bruno Brant, Gustavo Onto, Aline Magalhães, Bruno Marques, Gabriel Banaggia, Indira Caballero, Laura Navallo, Marcelo Moura, Marcos Carvalho, Paula Lacerda, Thiago Oliveira, Luiz Felipe Benites, Rogério Azize, Martiniano Neto, Pedro Rocha, Suiá Omim, Zoy Anastassakis, Luciana França, Julia O’Donnel, Fernanda Figurelli, Nicolas Viotti, Salvador Schavelzon, Paulo Maya, Virna Plastino, Ana Carneiro, Marina Vanzolini, Camila Medeiros, Ruth Beirigo, Márcia Nóbrega, Julia Sauma, Juliana Machado, Grazielle de Lima, Lara dos Santos, Ana Amélia Xavier, Paula Lopes, Tatiana Siciliano, Julieta Quirós, Laura Colabella, Levindo Pereira, Deborah Bronz, Simone Silva, Gustavo Barbosa, João Láguens, Peter Fremlin, Vitor Grunwald, Rejane e Luiz Couceiro. De maneira especial, mando aquele abraço para Letícia Carvalho, Cecília Campello, Pedro Braum e Kleyton Rattes – grandes amigos que se fizeram marcadamente presentes ao longo de todos estes quatro anos.

Fora do Museu, outros amigos merecem – é claro – menção: Beatriz Filgueiras, Marcelo Diana, Alice Soares, Carla Soares, Juliano Borges, André Gavazza (e o Celga inteiro por extensão), Bruno Fortes, Bruno Galvão, Raquel Viana, Vivianne Pontes, Wagner Nahas.

Ao Marcos, por todas as confusões e alegrias destes últimos anos, e por tudo o que você me ensinou da *vida* e do *mundo*. Aquelas energias, vibrações e forças que você estava sempre me enviando foram fundamentais para que eu terminasse este trabalho.

A estas outras “mães” que sempre cuidaram de mim e me encheram de mimos: Aparecida, Fatinha, Pilar, Izete, Regina, Ivani.

Ao meu pai e minha mãe, como sempre grandes amigos e companheiros incondicionais. A eles, agradeço também todo o carinho e atenção que me dedicavam quando eu fugia para Ouro Preto para aí trabalhar. A meu pai tenho que ainda agradecer pelas discussões sobre Minaçu e a extração mineral, e pelas lindas fotos que tanto me ajudaram a

descobrir outros ângulos e pontos de vista sobre esta cidade. Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinho, outros abraços.

Em Goiás, alguns amigos mais que especiais serão lembrados em primeiro lugar. Na casa dos Castilho, Tiana foi um exemplo de bravura e persistência, e uma grande amiga e “mãe”. Quanto ao Jefferson, não posso falar muito, senão ele vai ficar metido: mas esse brilhante pirralho sabe o quanto gosto dele, e que a nossa amizade e cumplicidade vai persistir anos a fio. Domingos, Teinha, Alessandra, que saudade de vocês todos! Eliete me hospedou em Goiânia, onde nós dois tivemos aquelas conversas tão bacanas. Maria é minha amiga número um, a primeira e a favorita: que isso fique claro pra todo mundo; sem ela, Minaçu não teria tanta graça. A respeito da minha mais que querida Paula, o que eu posso falar? Eu, ela e Jefferson juntos: que perigo, meu Deus! Agenor me recebeu e acolheu em Minaçu de uma maneira que nunca vou poder agradecer – e sinto tantas saudades daquelas nossas cervejas... Sidnei, companheiro de aventuras e maluquices há mais de dez anos, é outro amigo que persistirá assim até o final da vida, seja lá em que lugar do *mundo* a gente se encontre.

Na ala masculina do pessoal ligado MAB, agradeço a Abi, Japão, Reinaldo, Juscelino, Paulo Lúcio (e família), Paulinho do Reassentamento, Seu Alcides, Carlão, Seu Clemente, Zé Surdo, Boiadeiro, Fiderico, Seu Zé, Catarino, Oledino, Maurício, Salomão, Seu Domingos, Seu Valdionor (e família), Bertulino, Batista, Tião Rocha, Seu Irineu e Geraldo. Na ala feminina, menção mais que carinhosa (essa tese é dedicada a vocês, mulherada forte!) para Xica Garimpeira, Iracema, Divina (e família), Ana Alice, Maria Eni, Dalmita (em nome de todas aquelas espetaculares “cozinheiras de garimpo” que tanto prazer me propiciaram em Minaçu), Dona Francisca (o sonho do antropólogo se realiza, ele se depara com as histórias de uma artista da palavra), Dona Célia, Roseni (e família), Guiomar, Ananias, Edna, Maria Pureza e Coraci. Em nome de Dona Zefa, a “Mãe”, agradeço a todos aqueles que me receberam e trataram tão bem no período em que fiquei hospedado num acampamento do MST em Goiânia.

Da galera mais veloz, agradeço ao Flávio lá do Tocantins, a Josué (abração, moleque, hora dessas vou te visitar!) e os meninos de Colinas, e também a Rariovan, Ilakstan, Diego, Rodrigo, Manchinha, Sóstenes, Pernambuco, Eliézer, Navysson, Tcharlles, Walter Negão, Hood Keller, Divino, Bianca e Cida do moto-táxi. Em nome de Ritielle e Vera, agradeço a todo o pessoal do Nick.

Pela menção a André e Rosana Sartori, Evandro Nesello, Gilnei Agnol e a Márcio Romanoski (todos eles, em um ou outro momento, companheiros de trabalho e andanças no centro-oeste), agradeço a todo o pessoal do MAB do sul do país. Entre idas e vindas, este movimento e seus militantes fazem parte da minha vida há mais de uma década, e nem tenho como explicitar aqui a importância do que aprendi junto a eles todos nestes vários anos de convívio. Destaco também meu débito pessoal perante os mineiros e gaúchos que – junto ao MAB, a CPT, a Universidade Federal de Viçosa e a Arquidiocese de Mariana – tanto têm lutado em prol dos atingidos naquela mesma região onde nasci e fui criado. Pros meus colegas da turma Haydée Santamaría, do Curso da Energia, fica aquele abraço imenso e a saudade daqueles dias intensos vividos na inóspita e hospitaleira Ilha do Fundão.

RESUMO

O foco deste trabalho reside na questão da mobilidade, pensada em suas múltiplas dimensões e tal como ela se apresenta para o *povo* de Minaçu (cidade localizada no extremo-norte do estado de Goiás): essa gente *pobre, andada e misturada*, originária de lugares diversos do centro-norte do país. Uma série de experiências significativas para estas pessoas será aqui examinada: o *correr o mundo* na juventude, o envolvimento com o garimpo, o trabalho em mineradoras ou na construção de usinas hidrelétricas, a participação num movimento social de *atingidos* por estes últimos empreendimentos, o estar *parado* e o “não poder *andar*”. Aqui, esta mobilidade se associa a alternâncias entre atividades diversas e a deslocamentos espaciais, mas também a um vocabulário e a idéias que, de modo privilegiado, permitem que estas pessoas atribuam sentido e pensem o *mundo*, a *vida* e a *realidade*. É pelo recurso a este código, e aos valores a ele associados, que busco aqui descrever o universo em questão. Para tanto, apelo para uma série de oposições que se organizam a partir da tensão entre o que é móvel, instável ou efêmero, por um lado; e o que é sólido, *durável* ou permanente, por outro. Assim, cada um dos capítulos desta tese é desenvolvido pela atualização desta tensão em circunstâncias e contextos particulares, remetendo às oposições e relações existentes: 1) entre as *febres* e a *mãe*; 2) entre os *lisos* e os *cativos*; 3) entre o *trecho* e a *família*; 4) entre os *corridos* e os *lidos*; 5) entre o *movimento* e o *social*.

Palavras-chave: mobilidade, cultura popular no sertão, grandes projetos, garimpo, norte de Goiás

ABSTRACT

The aim of this thesis is to discuss the issue of mobility, considered in its multiple dimensions and as it presents itself to the people of Minaçu (a small city located in the north of the Brazilian state of Goiás): people who consider themselves as poor, mobile and mixed, and who come from different areas of the center and north of the country. I discuss here some of the experiences these persons share: their wanderings in their youth; their work in small scale mining or for mining companies, as well as building large dams; their participation in a dam-affected people social movement; the meaning of being still or unable to walk. This mobility issue is related to job rotation and to migration and displacement, but it is also connected to a vocabulary and to ideas which allow these people to make sense and think about the world and their lives. I use these ideas and vocabulary to describe this universe. In order to do so, I consider the oppositions that relate and dissociate what is fleeting, mobile and unstable on one hand; and what is stable, permanent and solid, on the other. In each chapter of this work is thus present one particular expression of this more general tension: 1) between the “fever” and the “mother”; 2) between those who are “slippery” and those who are “stranded”; 3) between the “track” and the “family”; 4) between those who are “well ran” and those who are “well read”; 5) between the “movement” and the “social”.

Key-words: mobility, popular culture in the hinterland; large development projects, small scale mining, northern Goiás.

ÍNDICE

VOLUME 1

INTRODUÇÃO

1. Regina e seus Dilemas	2
2. A Pesquisa e sua Trajetória	4
3. Formas de Pensar e Pesquisar a Mobilidade	19
3.1 Andar no mundo, correr o trecho, rasgar no liso	19
3.2 Algumas perspectivas acadêmicas	20
3.3 O ritmo nômade do bandeirante	26
3.4 Definindo objetos, grupos, áreas e estratégias analíticas	30
4. O Trabalho de Campo e o Texto	40
5. Breve História de Minaçu	46

MAPAS

1. Goiás: Mesorregiões, Microrregiões e Principais Municipais Cidades	48
2. Norte de Goiás: Principais Cidades Citadas no Trabalho	49
3. A ‘Área Cultural’ em Questão	50
4. Origem dos Moradores de Minaçu	59

CAPÍTULO 1: AS FEBRES E A MÃE

Parte 1 – Minaçu e sua Mãe	54
1.1 Chegada em Minaçu	54
Passeio por uma cidade que está acabando	57
1.2 A SAMA	61
Dona Clementina e os maranhenses	65
Os que vieram em busca de trabalho	66
A doença do amianto	68
1.3 Cidades que Acabam	69
BOX: Trabalhadores defendem o uso do amianto	72
Parte 2 – Febre da Castelita, do Ouro, das Barragens	73
2.1 O Garimpo, O Dinheiro Maldito, As Pepitas	73
Dinheiro maldito	75
Febre como paixão	78
Pepitas que parecem uma santa	81
2.2 Uma, Duas, Três Barragens	84
Três registros escritos sobre as barragens	85
Um parênteses: apresentando os papéis (e os calungas e avás-canoeiros)	88
2.3 Febres no Tempo e no Espaço	92
A Diversões Eldorado atende os peões e as prostitutas por todo o país	92
As febres na sua mecânica abstrata	94
Goiás e a sina da decadência	97
BOX: A Dubai do Norte Goiano	99
2.4 As Mães e as Febres	100
A ajuda oferecida pela SAMA	100
As mães e sua permanência	103

CAPÍTULO 2: OS LISOS E OS CATIVOS

Parte 1 – Os Cativos: Passado e Presente.....	108
A volta do cativo?.....	108
1.1 Primeira Situação: O Trabalho nas Barragens.....	112
O choque de Jonas e a perda da contrapartida.....	115
1.2 Segunda Situação: Das Firms para o Garimpo	121
Da firma para o garimpo.....	121
Patrões no garimpo, patrões na firma	126
Idealizações e valores	130
Ascensão social e igualitarismo.....	132
A generosidade do patrão	134
Mobilidade, autonomia e independência.....	137
1.3 Terceira Situação: Lembranças das Boiadas	139
1.4 Quarta Situação: Correndo Atrás da Casa Própria	143
1.5 Quinta Situação: O Meio-Ambiente e a Sujeição à Lei.....	150
1.6 Sexta Situação: As Espanholas.....	152
1.7 A Duração da Relação e o que é Próprio.....	155
Parte 2 – Os Lisos: O Presente Basta.....	161
2.1 Jovens a Rodar.....	161
Duas gerações, corridos e/ou lidos	163
2.2 Instabilidade e Rotatividade no Trabalho	165
Conversa entreouvada	165
Os guardas do hotel e sua rotatividade	166
Sair no liso.....	168
Flexibilização das relações de trabalho e mobilidade	170
2.3 Em Defesa da Sociedade	171

CAPÍTULO 3

Parte 1 – O Trecho e os Peões.....	175
1.1 O Trecho na Literatura	178
A literatura: grandes projetos e trabalho.....	178
A literatura: os trecheiros	181
Wendersson, o trecho e os trecheiros	183
1.2 Peões para Todo Lado	184
BOX: Vida de Peão, por Jeremias Carvalho	188
Parte 2 – Socialização na e para a Mobilidade	189
2.1 Homens no Trecho, Pés-de-pano e Barraginhos	190
O drama de Elenita	190
Os pés-de-pano	195
Barraginhos e mães solteiras	200
As crianças se preparando para o trecho	202
Relativizando o desprendimento e a leveza masculinos.....	206
2.2 Encontros e Desencontros	209
O menino da porteira	209
Sumir no mundo, perder-se dos parentes.....	212
Criar, manter e desfazer relações.....	214
2.3 Andar ou Correr? Os Pés e suas Diferentes Velocidades	218
O vocabulário em torno dos pés	218
Andar:mulher :: correr:homens?.....	221

Parte 3 – O Mundo e o Trecho	225
3.1 A Família e a Mobilidade Enquanto Valores	225
O trecho ensina: o mundo é a vida e é a realidade	225
As mães e seus esforços perante o mundo	228
A casa, o construir e o sossegar	230
O mundo dentro da casa, antes do trecho	234
3.2 Do Mundo ao Trecho.....	238
No dicionário: verbetes “mundo” e “fugir”	238
O vocabulário do trecho, o mundo e as transformações no centro-oeste ...	239

VOLUME 2

CAPÍTULO 4: CORRIDOS E LIDOS

Parte 1 – Os Corridos.....	245
1.1 Os Corridos Lendo (e Contando Histórias)	247
Conhecendo Seu Diamantino	247
O livro da Bíblia e as provas: fotos, ruínas e fósseis	250
A toponímia em debate	257
Seu Diamantino ensina aos lidos, e as palavras de papagaio	259
Um regime de símbolos	260
1.2 Os Corridos Correndo (e Aventurando)	264
Aventura ‘versus’ trabalho	264
Aventura, coragem e valentia	267
Aventura e o que é próprio	269
Aventura e as coisas vistas no mundo	276
Parte 2 – Os Lidos.....	279
2.1 Pesquisadores e Detetives.....	279
Gente que faz pesquisa	279
O detetive mundial	283
O amigo de Aparecida	285
2.2 Aviões e o Fim do Mundo	289
O avião do Reverente e a Arca de Noé.....	289
Gordo:magro :: sul:norte :: litoral:sertão :: grande:pequeno	291
Um parênteses: o jagunço Riobaldo tem uma história paa contar.....	295
As máquinas voadoras e suas velocidades	296
2.3 Papéis e Gravatas.....	304
Seu Diamantino me dá uma aula sobre a história do Brasil	304
Homens de gravata e capa verde	308
Os jovens militantes e o imperativo do estudo	314
Marcas, papéis e formas	316
BOX: Breve parênteses sobre a militância enquanto forma.....	321
Dominâncias relativas, misturas e resistências.....	321
Parte 3 – Lidos e Corridos no Mundo e na Fronteira	324
3.1 A Fronteira e o Mundo	324
3.2 Um Livro e Dois ou Três Bandeirantismos	327
O livro da SAMA	327
Bandeirantismo e pioneirismo em Minaçu	329
Um bandeirantismo popular	334

CAPÍTULO 5: O MOVIMENTO E O SOCIAL

Parte 1 – O Movimento	341
1.1 Direitos, Projetos e Cestas	341
1.2 Andanças com o Movimento	345
Pais e filhos no movimento	345
Pra cima e pra baixo com o MAB	346
Da romaria à peregrinação: ambivalências dos caminhos.....	349
1.3 Da Revolta à Chegada dos Militantes.....	353
A Usina de Serra da Mesa e a revolta antes dos MAB.....	353
Militantes chegando do sul.....	355
1.4 Cursos e Aprendizados Com os Militantes.....	357
Ficar inteligente nos cursos de formação	357
Um parênteses: os cursos num contexto mais amplo	359
Cursos e mágicas para ganhar dinheiro	362
Aprender a falar a língua do movimento social.....	364
Duas lideranças.....	365
Do bando à coordenação: grupos e coordenadores	368
1.5 Os Documentos e a Reparação dos Atingidos.....	370
Jonas e seus documentos, Norberto e sua terra no reassentamento.....	370
Documentos como prova do sofrimento.....	374
Multiplicação e disseminação das provas.....	378
Parte 2 – O Social	380
2.1 De Cabaré à Secretaria	380
2.2 As Cestas, os Cadastros, o Cativo da Ajuda.....	383
As cestas chegando	383
Fichar, cadastrar, registrar, inscrever.....	384
Do coordenador à secretária	386
Cativeiro da ajuda na cidade de aposentado.....	388
2.3 O Curso e o Curral.....	391
Enriquecer, crescer, virar besta.....	391
O curral	394
O curso como rito de passagem.....	397
2.4 A Ação Social e a Sociedade	400
Direitos de atingido e direitos de cidadão	400
Os representantes do povo e a ação social.....	403
O social e o mundano	408
Movimentos e durações no MAB	411

CONCLUSÃO

1. Fugir no Mundo e Fugir do Mundo: o Sossego, o Trecho e o Milenarismo	414
2. O Trecho, as Mães e os Papéis – Palavras e Durações.....	421
Verba volant, scripta manent	421
Homens lidos e suas palavras duras	424
Os direitos, as leis, os papéis: continuidade e mudança na dominação.....	427
3. Do que Vai e Volta às Metanarrativas da Modernidade.....	431
O cativeiro e as febres	431
Tudo que é sólido se desmancha no ar	434
Para além da antropologia	437
Uma ciência que se dissemina num mundo onde todos precisam ler.....	441
Curtos-circuitos e tradução	444

BIBLIOGRAFIA

1. Referências Citadas	451
2. Romances e Contos	469

LISTA DAS FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Início da jornada	001
Figura 02: As Febres e a Mãe	052
Figura 03: Mapa de Minaçu	059
Figura 04: A SAMA, a cidade e o lago da barragem de Cana Brava	062
Figura 05: Um setor da cidade e, ao fundo uma área controlada pela SAMA	064
Figura 06: Era aqui por esses lados que o movimento ficava na febre	085
Figura 07: Os Lisos e os Cativos	106
Figura 08: Os cursos abrem portas, e tornam possíveis outras velocidades	165
Figura 09: O Trecho e a Família	175
Figura 10: Quartinho pertencente a um homem solteiro	215
Figura 11: Pés (rachados ou não), rodas, sandálias, botas, o chão	220
Figura 12: Elas carregam as cestas, eles observam à distância	221
Figura 13: Nove meses após a febre, estes quatinhos têm novos ocupantes	224
Figura 14: Uma vizinha; e bisavó, avó, mãe e filha	237
Figura 15: Corridos e Lidos	245
Figura 16: O Livro da Bíblia e a história favorita de Seu Diamantino	251
Figura 17: Música, velocidade, vida mansa e sossego na Praia do Sol	304
Figura 18: O Movimento e o Social	339
Figura 19: A marcha e a apostila: Um documento, uma prova	374
Figura 20: Outra prova: crianças que bateavam, bateavam	378
Figura 21: Uma declaração tal qual as que Jonas possui em seu poder	379
Figura 22: Planta da secretaria do MAB	380
Figura 23: Dia de entrega de cestas	383
Figura 24: As mães e a entrega de cestas	390
Figura 25: O dentro e o fora, e os papéis no meio	397
Figura 26: Fim da jornada	413

VOLUME 1

AGRADECIMENTOS, RESUMO, ÍNDICE

INTRODUÇÃO

MAPAS

CAPÍTULO 1 – AS FEBRES E A MÃE

CAPÍTULO 2 – OS LISOS E OS CATIVOS

CAPÍTULO 3 – O TRECHO E A FAMÍLIA

INTRODUÇÃO

1. Regina e seus Dilemas	2
2. A Pesquisa e sua Trajetória	4
3. Formas de Pensar e Pesquisar a Mobilidade	19
3.1 Andar no mundo, correr o trecho, rasgar no liso	19
3.2 Algumas perspectivas acadêmicas	20
3.3 O ritmo nômade do bandeirante	26
3.4 Definindo objetos, grupos, áreas e estratégias analíticas	30
4. O Trabalho de Campo e o Texto	40
5. Breve História de Minaçu	46



Fig.1: Início da jornada

Foto: Dimas Guedes

1. Regina e seus Dilemas

Altino disse uma vez mais para Regina: “Vamos embora! Aqui não dá mais, mesmo. A gente *põe o pé na estrada*¹, encara de novo o *mundo*... A gente já fez isso antes, você sabe disso! Nós somos garimpeiros, afinal de contas! S’imbora *rasgar no trecho*, procurar outro canto pra gente...”

“Procurar outro garimpo?” – perguntou-se Regina. Mas se o que todos estavam dizendo era que a vida de garimpeiro estava difícil em qualquer canto... E os dois não tinham *estudo*, iam conseguir arrumar algum emprego decente? Além disso, não seria fácil *sair no mundo* com duas crianças pequenas. Rosália, vizinha e amiga, insistia com ela: “Que é isso, mulher, parece que você *enterrou o umbigo* aqui... A *febre* passou, essa cidade *acabou*, você não está vendo que o pessoal está indo todo embora?”. Ela mesma, Rosália, decidiu *vazar*: deixou os filhos com a avó deles e algum tempo depois partiu para a Suíça.

Regina, no entanto, insistiu: tinha fé de que se eles esperassem ali e *lutassem* poderiam conseguir alguma coisa. Ela tinha razões para *crer* nisso. E ela já não investira tanta energia nas suas *andanças* com o *movimento*, passando frio, dormindo em qualquer canto, enfrentando a polícia e sendo por ela *tocada*? (Deparara-se com dificuldades e situações complicadas, sem dúvida. Mas também se divertira um bocado com aquela *agitação*, como negar? Eles todos juntos, *rodando* por aí, chegando até mesmo ao Rio de Janeiro!...) E eles não foram de fato garimpeiros, não tinham tantas *provas* disso? E não havia tantas promessas de que algo viria para eles? Sim, valia à pena insistir um pouco mais.

Em meados de 2002, era nestes termos que se colocavam os dilemas que Regina enfrentava. Até pouco tempo antes desta data, a vida que ela e o marido levavam na cidade de Minaçu, no extremo-norte do estado de Goiás, era relativamente *tranqüila*. Depois de tantas *andanças* na juventude, ela e o marido finalmente haviam conseguido se *localizar*. Sim, eles agora estavam casados, tinham seu *próprio* par de máquinas e o comércio, não dependiam de ninguém, podiam usufruir de algum *sosego*.

A partir da metade dos anos 90, porém, a construção das Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava passou a perturbar os negócios e a vida doméstica deste casal. Com o

¹Adianto desde já que utilizo itálico para as categorias nativas (*x*), em especial na primeira vez em que elas aparecem; aspas simples (‘*x*’) para problematizar termos e expressões; aspas duplas (“*x*”) para as falas dos informantes e citações bibliográficas; e o sublinhado para marcar minhas próprias ênfases (*x*).

alagamento das áreas onde anteriormente eles e muitos outros extraíam ouro, Regina e Altino viram-se em dificuldades financeiras consideráveis. Endividado, Altino decidiu procurar um emprego na construção da Usina de Cana Brava. No canteiro de obra, *fez amizade* com diversos *encarregados* que passaram a ir beber no seu bar, que por um tempo voltou a faturar bastante. Essa situação de relativa tranquilidade durou até o final de 2001, quando a Usina ficou pronta. Encerrados os trabalhos aí, os encarregados e os *peões* partiram, o bar fechou suas portas, Altino perdeu sua fonte de renda.

Foi nesse contexto, e por essa mesma época, que ele e a esposa começaram a *fazer parte* do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que então começava a se consolidar na cidade de Minaçu. Vindos do sul do país, alguns *militantes* deste movimento *chegaram* na cidade, com a intenção de aí criar uma *secretaria*. Verdadeiros *professores*, eles ensinaram aos garimpeiros que aquilo que então se passava com eles não podia ficar daquele jeito. Os militantes diziam que todos ali eram *atingidos*, que haviam sido prejudicados pela construção das hidrelétricas e que, em função disso, tinham *direitos*; que se eles se *organizassem* e *lutassem*, poderiam receber uma reparação pelos prejuízos e dificuldades que lhes haviam sido impostos pelas empresas responsáveis por aqueles empreendimentos. Regina teve fé, decidiu investir nessa possibilidade. E pôs-se a *lutar* bravamente não apenas pelos seus *direitos* como também pelos de seu *povo*: aqueles que ela representava enquanto *coordenadora* do movimento.

Seis anos depois, quando conheci Regina e Altino durante o meu primeiro período de trabalho de campo nesta cidade, a esperança que os mobilizara e a tantos outros não havia ainda inteiramente se desvanecido, mas a cada dia ficava mais forte a *descrença* na possibilidade de recebimento daqueles *direitos*. Os militantes vindos do sul há muito haviam deixado a cidade: quem dava as cartas e comandava o movimento eram (ex-) garimpeiros locais. Com o marido entregue à bebida, a filha com duas crianças pequenas morando na casa deles, sentindo-se velha e cansada, não havia mais qualquer condição, na opinião dela, de fazer o que alguns anos antes ainda teria sido possível: partir. Agora, tudo o que lhes restava era ficar, e esperar: naquele *cativeiro*...

2. A pesquisa e sua Trajetória

Conhecendo o MAB e as barragens²

No início do ano de 2000, recém formado em Economia pela UFMG, mudei-me para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. Alguns meses depois, um aviso afixado na secretaria deste programa me chamou a atenção: o Professor Carlos Vainer convocava alunos interessados para participarem de um trabalho de campo a ser realizado em “comunidades atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho”, na região do Alto Uruguai, na fronteira dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ofereci-me para participar, na época mais interessado em viajar do que em qualquer outra coisa. O objetivo desse trabalho de campo era o recolhimento de dados para a elaboração de um diagnóstico para um plano de desenvolvimento local, a ser desenvolvido através de uma parceria entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a equipe do Professor Carlos Vainer – que havia alguns anos era o principal assessor deste movimento social.

Aqui, não entrarei em maiores detalhes a respeito da história do MAB – ela foi considerada por uma extensa literatura e por eu mesmo em outras ocasiões³. Destaco apenas que, no ano de 1991, membros de diversas organizações envolvidas com a luta contra a construção de barragens, oriundos de todas as regiões do país, decidiram se articular em um movimento unificado: nascia aí o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. Dentre estas organizações, e desempenhando um papel marcante no sentido de promover sua articulação, destacava-se a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), criada na década de 80 por camponeses ameaçados pela construção das Usinas de Itá e Machadinho – justamente aquelas que *atingiram* posteriormente aquelas comunidades para onde fui em 2000, com outros alunos e bolsistas do IPPUR.

² Adianto desde já que essa aparentemente longa descrição da pesquisa se justifica por razões metodológicas precisas: pois se faz necessário evocar e explicitar minimamente este outro ponto de vista – o do cientista social engajado, digamos assim – que, relacionado e comparado à perspectiva nativa, tornou possível a realização desta tese. Desta forma, inicio esse texto apresentando este ponto de vista sumariamente, a partir desta descrição da pesquisa e de minha trajetória acadêmica; e nas páginas finais da conclusão, após um longo percurso, retorno a ele. O fato de eu começar e terminar esta tese pela sua discussão não implica, em absoluto, que seja ele o que há de mais importante aqui – como sempre, o que interessa de fato é o que está no meio. Nesse sentido, toda essa descrição inicial pode ser encarada também como ‘ilustração’ ou ‘complemento’ do que apresento nos capítulos 4 e 5 desta tese.

³ Guedes (2006; 2007a; 2007b; 2007c; 2008). Sobre a história do movimento, ver também Grzybowksi (1987), Moraes (1994), Scherer-Warren (2007), Vainer (2004) e Vieira (2003).

Após essa viagem para o sul do país meu interesse pela questão das barragens e pelo MAB cresceu de maneira significativa. A partir de então, não me faltaram oportunidades para manter um contato mais próximo com esse universo. Entre setembro de 2001 e julho de 2002, fui convidado, juntamente com uma colega que também trabalhava na equipe de pesquisa do Professor Carlos Vainer, para participar do primeiro Ciclo Nacional de Cursos de Formação de Militantes do MAB. Das quatro etapas que compunham esse ciclo, nós dois estivemos presentes em três: nas que ocorreram em Porto Nacional (Tocantins), Correntina (Bahia) e Palmitos (Santa Catarina). Não pudemos comparecer à etapa realizada em Ouro Preto (Minas Gerais), curiosa e sintomaticamente a minha cidade natal⁴.

Foi também durante a participação nesses cursos que descobri que o MAB não se restringia àquele universo que eu conhecera na viagem ao sul ou através da literatura especializada. Quando cheguei em Porto Nacional, encontrei sim com aqueles que até então personificavam para mim o participante ‘típico’ do movimento: pequenos camponeses gaúchos e catarinenses, todos eles descendentes de imigrantes europeus. Mas aí eles eram a minoria, e não uma minoria qualquer: eram os integrantes da equipe pedagógica responsável pela *organização* do curso, ou então as lideranças do movimento que estavam ali para ministrar palestras, para ‘ensinar’ e *formar*. O ‘público-alvo’ de tais práticas em nada se assemelhava à imagem que até esse momento eu fazia dos *atingidos*: estavam ali presentes pessoas vindas de 10 diferentes estados do país, se apresentando como indígenas, sindicalistas, estudantes, quilombolas, garimpeiros, agricultores ou lavradores.

Não vem ao caso me alongar aqui a respeito do impacto (bastante grande, há que se destacar) que a participação nesses cursos teve sobre mim, seja no que diz respeito à minha relação com os participantes do MAB ou às minhas indagações intelectuais relacionadas ao movimento e à questão das barragens. Limito-me a ressaltar que, após alguns anos de afastamento do IPPUR, ao retornar a essa instituição em meados de 2004 escolhi esses cursos como o tema que pretendia abordar na minha dissertação de mestrado. Ao fim e ao cabo,

⁴Todos estes *cursos* podem ser associados àquilo que Comerford (1999, p. 47), no contexto de uma análise centrada no estudo das formas de sociabilidade e de ação coletiva das organizações camponesas, chama de “reuniões”. Para esse autor, as reuniões são espaços sociais característicos do universo social dessas organizações, definidas não apenas por uma dimensão instrumental – no caso dos *cursos*, seus objetivos estritamente didáticos ou pedagógicos – como também pela sua importância na construção desse próprio universo social, na medida em que “criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder nos seios dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar”.

terminei por delimitar o foco da minha tese em torno de uma “análise de discurso” do material pedagógico a que tive acesso naqueles cursos em 2001 e 2002. Grosso modo, busquei identificar, a partir dessa análise e do que então pudera apreender nos cursos de formação, os contornos daquilo que chamei de “projeto identitário do MAB”. Em outras palavras, eu buscava apresentar os atributos requeridos para a constituição dos *militantes* que, através de práticas tais quais aqueles cursos, certo conjunto de lideranças do movimento – gaúchas ou catarinenses – queria *formar*. Os cursos me apareciam então como uma das maneiras encontrada pelas lideranças do MAB para promover a difusão de determinado conjunto de práticas, idéias, valores e formas de ação para as diversas regiões onde se faziam presentes (ou então se constituíam) secretarias ou grupos ligados ao MAB nacional. A padronização e a homogeneização desses formatos e práticas seria uma condição necessária, de acordo este “projeto”, para a instituição e consolidação de um “movimento nacionalmente organizado” (Guedes 2006).

É também tendo em vista tais objetivos que, a partir da segunda metade dos anos 90, uma procedimento começa a se tornar comum no interior do MAB. Jovens militantes originários do Alto Uruguai começam a ser *deslocados* para outras regiões do país: para o interior do Ceará; para o vale do Rio Tocantins, nos estados de Goiás, Tocantins e Pará; para o noroeste do Rio de Janeiro; para o leste de Minas Gerais e para a Zona da Mata deste estado; para o sudoeste de Goiás.

Em 2001, voltando daquela etapa do curso de formação realizada na cidade de Porto Nacional, no Tocantins, passei rapidamente na cidade de Minaçu – a caminho de Goiânia, descendo a Belém-Brasília. Eu acompanhava então justamente dois destes militantes que haviam sido *deslocados* do sul para, nesta localidade, *organizar* os *atingidos* e construir aí uma *secretaria*. A essa altura, a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa havia sido inaugurada – e pouco tempo depois seria a vez da Usina de Cana Brava. Foi mais ou menos por esta época, portanto, que pessoas como Altino e Regina – mencionadas na abertura deste trabalho – começaram a se envolver com as questões do movimento.

Pois foi assim que, nesta ocasião, fiquei sabendo algo a respeito da história da cidade de Minaçu; e também que o movimento que ali começava a se consolidar era constituído, principalmente, por garimpeiros, o que me chamou a atenção: nos outros lugares onde foram formados núcleos ligados ao MAB, eram camponeses ou pequenos agricultores quem predominava. Fascinado pelo garimpo desde a minha infância (volto a este ponto adiante), e curioso diante desta peculiaridade referente ao público do movimento aí, já em 2001 Minaçu despertou minha atenção.

Doutorado em antropologia

Até a defesa da minha dissertação de mestrado, no início de 2006, não me faltaram oportunidades para conviver com os militantes do MAB e com a questão das barragens: participando de cursos e encontros, trabalhando no esboço de planos de desenvolvimento local ou sendo contratado pelo MAB para realizar uma consultoria relativa a um projeto de cooperação com uma ONG ambientalista sueca.

Foi a partir de todas estas experiências que, neste mesmo ano de 2006, pouco depois de defender a dissertação, me candidatei a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Eu planejava, então, criar as condições para realizar o que me parecia ser um ‘verdadeiro’ trabalho de campo: ou seja, ansiava pela oportunidade de conviver com as pessoas ligadas ao movimento e à questão das barragens sem estar tão comprometido por outro tipo de obrigação – aquelas que decorriam da minha atuação enquanto “assessor” ou mesmo, em certa medida, enquanto “militante”. Embora já soubesse que, num contexto como este, tais papéis – o de assessor/militante e o de pesquisador/acadêmico – são dificilmente dissociáveis, eu planejava ao menos alterar o equilíbrio entre eles, tendo então a oportunidade de voltar minha atenção para outras questões, não tão atreladas às preocupações que norteavam os militantes do MAB e minha própria relação com eles.

Foi assim que procurei a Professora Lygia Sigaud – de quem havia sido aluno num curso que ela ministrara em conjunto com os Professores Carlos Vainer e Henri Acselrad (também ele do IPPUR)⁵. Além disso, os trabalhos dela a respeito dos camponeses atingidos por barragens no sul do país e no nordeste (Sigaud et al. 1987; Sigaud 1988, 1995) tinham sido decisivos na minha ‘formação’ enquanto pesquisador desta temática.

A essa altura, estava claro para mim que eu queria realizar uma pesquisa num local onde o MAB estivesse presente – desde que isso ocorresse fora do sul do país. Mais uma vez eu tinha na cabeça o curso realizado em Porto Nacional, durante aquela mesma viagem que me levou para Minaçu pela primeira vez. Pois fora ali que eu pude me dar conta de um tipo de tensão que se manifestava em eventos relativamente prosaicos, mas que pareciam possuir bastante importância para os que se envolviam neles. Como um militante do sul me havia sugerido, a questão dizia respeito às diferentes “culturas” de pessoas que tinham que conviver e fazer coisas juntas. Era pela referência a esta “cultura” que ele buscava explicar algumas das

⁵ Tal curso – Movimentos Sociais e Globalização, ministrado no segundo semestre de 2004 – marcou uma geração de alunos de pós-graduação que, como eu, vinculava seus interesses acadêmicos a uma proximidade ‘militante’ dos movimentos sociais. Não por acaso, alguns destes últimos são hoje nomes conhecidos e respeitados no campo intelectual dedicado ao estudo de tais movimentos.

“dificuldades” daquele “povo” – ou seja, dos que não eram do sul – para levar adiante os procedimentos que, do ponto de vista dos militantes, seriam necessários para que a *luta* fosse bem-sucedida. Por outro lado, ao longo dos anos que convivi com o movimento, presenciei inúmeras situações onde o oposto ocorria, pequenos agricultores de Minas ou sindicalistas baianos ‘acusando’ os militantes do sul de serem rígidos e inflexíveis, e de tentarem impor a eles práticas que desrespeitariam os “costumes” dos primeiros.

Tudo isso passou a fazer mais sentido na medida em que passei a me familiarizar com os trabalhos que minha orientadora (Sigaud 2000, 2004) e algumas pessoas ligadas a ela (Rosa 2004, 2009; Hernandez 2005) vinham desenvolvendo. Não só porque o tema considerado por eles (os movimentos de ocupações por terra, tal qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST) em muito se relacionava com o meu (também um movimento social, que por inúmeras razões sempre esteve muito próximo do MST); mas também porque as dinâmicas por eles consideradas, assim com o marco analítico desenvolvido para tratá-las, em muito me ajudavam a pensar minhas questões. Sigaud (2000, 2004) e Rosa (2004, 2009) estavam discutindo, afinal de contas, a disseminação e difusão do que eles chamaram de “formas”: respectivamente, a “forma-acampamento” e a “forma-movimento”. E ambos buscaram fazê-lo examinando empiricamente o significado da *chegada* (mas esta é uma categoria do meu campo!) de militantes do MST, *deslocados* do sul do país, na Zona da Mata pernambucana. Eles buscavam considerar, assim, algumas implicações decorrentes desta *chegada*: o aparecimento de tensões entre o MST e os sindicatos há tempos estabelecidos ali, o surgimento de novas demandas perante o Estado, a proliferação de organizações que aprendem a forma-acampamento enquanto “linguagem” (Sigaud 2000) e passam mesmo a rivalizar com o MST.

No que se refere ao caso do MAB e às questões que me intrigavam, não seria também a expansão e difusão de “novas formas de protesto social” (Rosa 2004, p. 43) o que estava em jogo? Da mesma forma que no caso do MST, temos aí a presença de militantes *deslocados*, saindo do sul do país para *organizar* e *formar* (categorias e práticas comuns a ambos os movimentos) pessoas de outras regiões – e tanto melhor se neste caso tratamos de algo diferente da desapropriação de terras para reforma agrária:

“Certamente, o papel desempenhado pelo MST é extremamente relevante não somente como matriz de um modelo, mas pela contínua reinvenção de aspectos dessa linguagem [cf. Sigaud 2000], até mesmo em outras frentes – ao expandir sua presença e sentido para além do seu objeto originário, isto é, a terra (...). O exemplo do sindicalismo rural apresentado neste texto é dos muitos que, no Brasil de hoje, poderiam ser estudados para se compreender os efeitos difusos que o padrão de protesto criado pelo MST teve sobre diversos movimentos sociais” (Rosa 2004, p. 60).

Foi tendo como referência estes trabalhos e o que eu já sabia a respeito do MAB que me preparei, ao longo do primeiro ano de doutorado, para realizar um trabalho de campo num local onde eu pudesse estudar justamente a *chegada* da “forma-movimento” (Rosa 2004, 2009) MAB; e onde eu pudesse analisar as tensões, conflitos e possibilidades abertas por tal processo.

Sendo aquele um momento em que o movimento se expandia em diversas direções⁶, restava a questão: que local escolher? Sensibilizado pelo que ocorrera durante aquela viagem ao Tocantins e a Goiás em 2001, já de início me senti inclinado a optar por Minaçu. Além do mais, já havia alguns anos a Bacia do Tocantins – rio que margeia esta cidade – vinha recebendo uma significativa atenção por parte das lideranças do movimento nacional, assim como a de alguns acadêmicos que trabalhavam com a questão das barragens⁷. Não por acaso, essa era a bacia para a qual o maior número de militantes *deslocados* do sul tinha sido até então enviado – sete ou oito, em períodos diferentes e por durações diversas. Estes acadêmicos e os militantes pareciam se dar conta que essa bacia vinha sendo, já há alguns anos, o objeto de uma “ofensiva barrageira” particularmente intensa⁸. Nesse contexto, a cidade de Minaçu me parecia – num sentido irônico – particularmente privilegiada: àquela altura, e nos seus limites municipais, duas barragens de grande porte (Serra da Mesa e Cana Brava) já haviam sido construídas, inundado consideráveis parcelas de terra; e mais uma terceira (São Salvador), um pouco menor, estava prevista para ficar pronta no final de 2008.

Foi assim que, no início de 2008, fui para Minaçu para aí passar dois meses, dando início ao meu trabalho de campo.

⁶ A esta altura, havia *secretarias* do MAB em 15 diferentes estados do país, consolidadas ou em processo de constituição: no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; em São Paulo e Brasília, estas duas funcionando como sedes ‘nacionais’; em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará e Pará.

⁷ Por exemplo, Seva et al (2004 e 2006), Alves (2005) e Araújo (2003).

⁸ Por outro lado, com a construção das usinas no Rio Madeira e o projeto Belo Monte assinalando o avanço das barragens sobre a Amazônia, nos últimos dois ou três anos o ‘apelo’ da Bacia do Tocantins perante os olhos da mídia, dos movimentos e dos acadêmicos certamente diminuiu. Ainda mais com o término das obras de Estreito, em 2010, que parece ter encerrado o processo de ‘ocupação’ do Rio Tocantins por usinas e barragens. A esse respeito, um dos meus interlocutores, durante o trabalho de campo, comentou: “Pois é, fizeram a escada das usinas aqui. Começa com Serra da Mesa, aí vem Cana Brava, São Salvador, Peixe, Lageado. Aí tem Estreito que estão construindo agora... E lá embaixo Tucuruí. Mas a coisa é assim, passou a *febre*, construíram as barragens, todo mundo se esquece de quem ficou: a *nacional* esquece, a imprensa também, as ONGs e os suecos, os *pesquisadores* como você, todo mundo esquece de quem ficou pra trás”.

Os militantes e sua formação

Como afirmei logo acima, o MAB de Minaçu se constituiu quando *militantes* deste movimento, oriundos do sul do país, foram enviados (ou convidados?) para esta cidade para *organizar os atingidos*. Após algum tempo, o “pessoal da região” decidiu “andar com as próprias pernas” – para usar termos caros a alguns dos garimpeiros que continuam *fazendo parte* do movimento até hoje. Os garimpeiros passaram então a reivindicar certa autonomia perante a *nacional*, repudiando a sua ingerência na definição dos rumos por eles escolhidos. Não sem terem se apropriado de alguns elementos da “linguagem dos movimentos sociais” – mais uma expressão comum entre estes garimpeiros – aprendidos junto àqueles militantes. Mesmo assim, e ainda que sob certa tensão, alguns vínculos entre a *nacional* e o movimento local se mantiveram até os dias de hoje.

Em Minaçu, descobri que, dentre estes vínculos, nenhum era tão forte e significativo quanto o que unia cinco ou seis *jovens* da cidade – todos com idades variando entre 17 e 22 anos – com os militantes do MAB de outras regiões do país. Referindo-se a si próprios como *militantes*, e atribuindo considerável importância a esta condição, estes *jovens* estavam claramente inseridos naquele ‘universo da militância’ que já me era familiar. Já em minhas primeiras conversas com eles, descobri que eles participavam com impressionante assiduidade dos cursos de formação que tanto me interessavam. Fiquei surpreso ao constatar o número de ocasiões em que eles se ausentavam de Minaçu para estas e outras atividades: para tarefas de *agit-prop* (agitação e propaganda), para *mobilizações*, para *ocupações*, para *reuniões*, para *encontros*. Tudo isso, do ponto de vista deles, adquiria sentido à luz do que eles chamavam de *formação*: processo no qual o militante se *forma* enquanto tal, envolvendo não apenas a “teoria” (o aprendizado nos *cursos*) como também a “prática” (a vivência cotidiana nos movimentos, o trabalho de *articulação* e *organização* dos movimentos, a participação em eventos das mais diversas ordens)⁹.

Em Minaçu, aproximei-me destes *jovens*, aproveitando as facilidades decorrentes do fato de que tínhamos um background em comum – justamente aquele universo da militância. Passei a freqüentar as reuniões e debates levados a cabo por eles, ajudando-os em suas tarefas e leituras, e me servindo destas ocasiões também para fazer pesquisa e aprender um pouco mais sobre a ‘cultura’ do movimento.

⁹ Nos últimos anos, esta *formação* tem assumido crescente importância no interior do MAB como um todo. Em especial após uma inflexão na “linha política” do movimento que vem postulando o privilégio de uma atuação mais propriamente *política* (centrada, por exemplo, na contestação do modelo energético do país e na “conscientização da sociedade” a respeito da questão da energia) do que *sindical* (ou seja, direcionada para a *luta* pelos direitos dos atingidos e por demandas pontuais).

Ao mesmo tempo, eu continuava investigando outros temas, cultivando o relacionamento com outras pessoas que *faziam parte* do MAB – mas que certamente não estavam interessadas nas coisas que faziam os *militantes*. De fato, a imensa maioria dos freqüentadores da secretaria do movimento em Minaçu tinha preocupações de outra ordem. Ali naquele espaço, estes últimos estavam envolvidos com a questão das *cestas básicas*, distribuídas mensalmente pelo movimento; ou com o problema dos *direitos* dos garimpeiros, que nada receberam após a construção das barragens que inundaram as áreas de onde eles anteriormente extraíam seu sustento. Tais pessoas, além do mais, eram bem mais velhas, e mesmo o tom e os assuntos que marcavam nossos bate-papos informais eram bem distintos daqueles presentes nas minhas conversas com os *jovens*. Naturalmente, uns e outros se conheciam. Alguns dos *jovens* tinham chegado até o movimento via seus pais ou parentes, que eram com frequência *coordenadores* dele – as ‘lideranças’ locais do movimento.

Já então me parecia que eu estava recolhendo informações sobre duas ‘culturas’ distintas: por um lado, havia a ‘cultura’ do *movimento* ou da *militância*, referente às experiências vividas pelos *jovens*; por outro, a ‘cultura’ de Minaçu, ou tudo o que se relacionava com os seus habitantes e com o que ocorrera na cidade nos últimos anos.

Mas não era justamente o encontro ou a relação de diferentes ‘culturas’ o que eu havia me proposto a investigar, não era isto o que me interessava enquanto estudioso de uma “forma” ‘estrangeira’ que *chega* numa terra distante? A princípio, sim. Mas com o desenrolar da pesquisa fui me encaminhando, sem muita consciência do que se passava, rumo a outras direções.

Foi assim que, através destes *jovens* ou *militantes*, ainda em Minaçu fiquei sabendo sobre o Curso da Energia (nome informal para o Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo). Tal evento iria ocorrer justamente na “minha” cidade e na “minha” universidade, e seria organizado pela *nacional* em parceria com a equipe do Professor Carlos Vainer. Compartilhando do entusiasmo dos meus amigos com este evento, esta pareceu-me também uma boa oportunidade para prosseguir com minha investigação. Dois rapazes de Goiás vinham para o curso, e isso me parecia o suficiente para estabelecer um vínculo entre o que se passava lá e o que ocorria no Rio de Janeiro. Ao fim e ao cabo, em julho de 2008 freqüentei a primeira etapa deste curso, sobrepondo papéis e funções de uma maneira um pouco confusa: eu estava lá enquanto participante ou aluno (representando, como dois outros colegas, o IPPUR); enquanto etnógrafo (o que deixei claro para os outros participantes); e também como “orientador” do trabalho final que todos – exceto eu – deveriam entregar (aí, eu

me juntava a outro grupo, formado pelos “assessores”, todos eles pós-graduandos ou professores universitários).

Encerrada esta etapa do curso, parecia-me claro que os rumos da minha pesquisa estavam traçados. No que se refere à tensão acima mencionada – investir na ‘cultura’ dos movimentos ou na ‘cultura’ de Minaçu -, o privilégio recairia sobre os movimentos. De forma mais específica, eu centraria minha atenção sobre o processo de *formação* dos *militantes* do MAB, pessoas como aqueles *jovens* que eu tinha conhecido em Minaçu. Pouco tempo depois, escrevi o projeto para minha primeira qualificação. Aí, orientado pelos sentidos desta *formação*, eu destacava quatro tópicos que norteariam minha investigação (Guedes 2008b, p. 56):

- a) As “viagens da formação”: preciso conhecer melhor a multiplicidade de espaços em que os militantes circulam – não só os cursos de formação como os atos, as manifestações, as marchas, as ocupações, os grupos de estudo, as atividades de *agit-prop*, as reuniões.
- b) A militância e a vida cotidiana: gostaria de concentrar minha atenção em fatos frequentemente mínimos e (aparentemente) insignificantes que sinalizam justamente o caráter ‘total’ da militância assim como a preocupação do militante em “ser coerente”.
- c) A carreira militante: considerada aí sobre um duplo aspecto: I) sincronicamente, pelo enfoque nas múltiplas atividades e relações que marcam a vida do militante (o movimento, a universidade, as viagens, o estudo); II) diacronicamente, através da tentativa de apreender as diversas *fases* da vida do militante (a aproximação com o movimento, o recrutamento, a formação stricto sensu, a *liberação*).
- d) A visão militante do mundo: o que pretendo aí é, sobretudo, enfatizar as múltiplas formas de apropriação dos conteúdos e valores inculcados nos militantes e a repercussão disso em concepções de mundo concretas. Em especial, pretendo focar na natureza da ‘conversão’ que parece marcar a formação sob o signo do “homem novo” de Che Guevara.

Durante aproximadamente um ano, trabalhei em função destes objetivos. Investi numa bibliografia que me parecia contextualizar a questão dos movimentos – na tradição marxista, nos estudos sobre partidos e sindicatos, na história sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Debruicei-me sobre a cada vez mais extensa literatura produzida pelos próprios militantes (do MAB ou de outros movimentos ‘irmãos’), assim como analisei os inúmeros documentos produzidos no interior dos movimentos, que eu vinha recolhendo desde 2000. Aproveitei os dois meses de intercâmbio passados na Argentina (via o convênio CAPES-SECYT) para um esforço comparativo relativo às “formas de protesto” lá e cá, em muito estimulado pelo privilégio acadêmico concedido a esta temática nas ciências sociais deste país. E estive em mais duas outras etapas do Curso da Energia, tomando notas aí e em outros eventos onde tive a oportunidade de manter contato com os militantes do MAB.

Nos meus planos desta época, o foco sobre o tema da formação dos militantes não me impediria de voltar a Minaçu. Afinal de contas, era aí que moravam os que eram então meus interlocutores privilegiados.

Além do mais, a minha própria ‘formação’ enquanto um antropólogo que estudava movimentos sociais estava marcada por preocupações teóricas e metodológicas que faziam da volta a esta cidade algo incontornável – algo que eu então compartilhava com colegas brasileiros e argentinos, todos mais ou menos ligados à Professora Lygia Sigaud, e com os quais eu vinha mantendo um intenso diálogo.

Nas palavras de Quirós (2009, p. 1), a proposta em questão implica, sinteticamente, na busca de “restituir a dimensão vivida do engajamento político”. Para tanto, seria preciso considerar que as unidades de análises no estudo dos movimentos não estão estabelecidas a priori, a partir do que seriam os seus limites e contornos formais ou das grandes questões colocadas por suas lideranças e porta-vozes, em contextos específicos mas com considerável eficácia política. Seria preciso, assim, deixar de tratar os movimentos como “sujetos que piensan, conciben, dicen, plantean, consideran, aceptan, rechazan, y juzgan” e tomar a precaução de não isolá-los “del contexto social del que forman parte, sino por sobre todo, de la vida de quienes los integran” (Quirós 2006, p. 25)¹⁰. Para os antropólogos (certamente uma minoria no campo de estudo destes movimentos), nada disso soa exatamente como uma novidade. Pois o que está em jogo nesta postura é uma perspectiva que privilegia as relações entre domínios diversos da vida social, a partir de conexões que são traçadas cotidianamente pelas próprias pessoas ‘estudadas’.

Inflexões na pesquisa

Foi assim que, em meados de 2009, rumei para Minaçu para prosseguir com minha pesquisa sobre a *formação* dos *militantes* do MAB, buscando aí coligir elementos relativos ao “contexto social” e à “vida” (para usar os termos de Quirós 2006) destes últimos. Porém – e

¹⁰ Como exemplo de trabalhos que são desenvolvidos de acordo com esta perspectiva, cito, além de Quirós (2006, 2009, 2010), Hernandez (2005), Colabella (2009), Manzano (2004, 2007); e também os já citados Rosa (2004, 2009) e Sigaud (2000, 2004). A este respeito, destacaria as pesquisas de Thompson (1971, 1991) como a referência que de maneira mais emblemática inspirou os trabalhos deste grupo, desenvolvido ao longo da última década a partir de um constante e rico diálogo entre estes autores. Não por acaso, é numa coletânea organizada por alguns deles (Grimberg, Hernandez e Manzano 2011) – reunindo os participantes do Grupo de Trabalho “Processos de Movilización Social, Políticas Estatales y Vida Cotidiana” da VIII Reunião de Antropologia do Mercosul – que apresento um artigo que de certa forma marca a minha ‘despedida’ do campo de estudos dos movimentos sociais (Guedes 2011). Concebido inicialmente como um capítulo desta tese, ele terminou por ser deixado de lado, em função de razões que ficarão mais claras adiante.

de acordo com o que me parece conveniente a um bom trabalho de campo –, meus projetos e intenções mais uma vez foram subvertidos. Pois aquilo que era apenas o “contexto social” no qual eu buscava situar meu objeto de pesquisa – a formação dos militantes – passou a me interessar cada vez mais.

Envolvido pelo que ia ouvindo de meus interlocutores a respeito da história da cidade, de sua vida como garimpeiros, das experiências deles nos canteiros de obra das usinas, de suas *andanças pelo mundo*, não pude deixar de me surpreender. Voltando ao campo, eu tinha a impressão, ao ouvir estas histórias, de que as categorias nativas saíam da boca dos meus interlocutores já grafadas em itálico, de que tudo aquilo que eu ouvia parecia singularmente significativo... Um ano antes eu havia estado naquele mesmo lugar, convivendo com estas mesmas pessoas (ou mais ou menos isso, visto que algumas tinham partido e outras tinham chegado), coletando informações sobre estes mesmos assuntos. Por que então no segundo trabalho de campo tudo aquilo me parecia tão mais fascinante e luminoso, me entusiasmando daquela maneira?

Hoje me parece que o ano que passei inteiramente dedicado ao estudo e pesquisa dos movimentos sociais e da militância teve um papel importante para o surgimento deste “entusiasmo” – o difícil é saber exatamente por que razão. Desconfio que eu voltei a Minaçu mais ou menos ‘saturado’ por um determinado ponto de vista – justamente aquele associado à *militância*. E que o contato com as pessoas desta cidade, tratando às vezes de assuntos parecidos mas abordados de uma forma radicalmente diversa, pôs em funcionamento na minha cabeça alguma espécie de procedimento comparativo que me facilitou o acesso às categorias e idéias destas últimas. Para além disso, o que me parece mais importante destacar é que, em contraposição àquela ‘saturação’ da militância, o contato com este ‘outro’ ponto de vista teve sobre mim o efeito de uma lufada de ar fresco.

Inesperadamente, eu me vi assim às voltas com categorias, histórias, hábitos e práticas sobre os quais eu conhecia muito pouco, ou quase nada. E mais importante ainda: tais coisas desafiavam a própria bagagem que eu trazia comigo, e faziam o universo da militância e dos movimentos parecer algo já demasiadamente conhecido, demasiadamente próximo do que eu próprio era¹¹. De fato, a esta altura eu desconfiava que eu já tinha as respostas para aquelas perguntas que eu me havia proposto na primeira qualificação.

¹¹ Ao longo do texto, espero ser capaz de esclarecer melhor este ponto, ao mostrar que isso que então me parecia ser apenas uma impressão puramente subjetiva era – também – uma consequência da minha incipiente compreensão do ponto de vista de meus interlocutores a respeito de quem são os “homens de fora” (cf. a parte II do capítulo 4 desta tese).

De resto, eu estava diante de outro ponto de vista a respeito das barragens, do movimento social, do trabalho, da mobilidade. E tudo isso serviu para que eu reestruturasse meus objetivos de pesquisa. Pois de maio-junho de 2009 (quando voltei a Minaçu) até os primeiros meses de escrita da tese, no ano seguinte, minha preocupação passou então a ser outra: eu pretendia descrever e discutir os sentidos do *fazer parte* do MAB a partir deste ‘outro’ ponto de vista, os dos moradores da cidade – apenas muito marginalmente se aproximando do ponto de vista dos *militantes* do MAB de uma forma geral.

Após alguns meses analisando os dados, escrevendo algumas páginas e submetendo o material a comentaristas diversos, em meados de 2010 a pesquisa sofreu outra inflexão¹². Persistindo no esforço de tentar capturar as formas como meus interlocutores pensavam e se relacionavam com o mundo, fui me dando conta de que, na economia geral da tese, a questão do movimento social ia perdendo espaço – em prol das discussões a respeito da situação econômica da cidade, das transformações na vida destas pessoas nos últimos anos, das dificuldades que a maior parte delas vinha enfrentando, da importância dos deslocamentos ao longo de suas vidas, da história da região.

Se até pouco tempo antes eu me via fazendo uma pesquisa antropológica de um movimento social, naquele momento eu percebi que me encaminhava cada vez mais para uma pesquisa realizada no movimento: ou seja, este último enquanto espaço físico – a *secretaria* – persistia como meu principal lócus de investigação etnográfica. Aquilo que a princípio era uma espécie de contexto ou pano de fundo – a cidade, a vida cotidiana, a economia, a cultura – passou para o primeiro plano. Neste deslocamento, o MAB em suas particularidades não desapareceu da tese. Mas se antes ele era o foco, agora ele passou a ser um contexto ou situação particular onde se fazem presentes tensões e processos mais amplos – e onde estes últimos podem ser apreendidos de maneira privilegiada. Ao fim e ao cabo, são estes processos e tensões o objeto desta tese.

Mas antes de me concentrar neles é preciso destacar outras coisas sobre a trajetória desta pesquisa e – como separar uma coisa da outra? – daquele que a realiza.

De Minas Gerais a Minaçu, e vice-versa

Ao visitar Minaçu pela primeira vez, em 2001, fiquei sabendo que a cidade fora criada a partir da descoberta de uma mina de amianto, desde então sendo explorado por uma empresa chamada SAMA. E também que não muito tempo antes aquele lugar fora invadido

¹² Neste movimento, destaco a importância dos comentários dos professores Moacir Palmeira, José Sérgio Leite Lopes e Luiz Fernando Dias Duarte durante meu segundo exame de qualificação.

por garimpeiros, que viviam da extração de ouro das margens do Rio Tocantins. Não tinham sido estes últimos aqueles que formavam a maior parte dos *atingidos* organizados no movimento local?

De lá mesmo ligando para minha família para dar notícias de onde eu me encontrava, meu pai comentou comigo que conhecia aquela cidade, por onde tinha passado nos anos 70 acompanhando uma equipe que aí fazia pesquisa mineral – ele, afinal de contas, é engenheiro geólogo. Já então começavam a se delinear na minha cabeça certas relações entre Minaçu e Ouro Preto, minha terra natal. Nesta última cidade, não custa lembrar, foi fundada em 1876 a Escola de Minas de Ouro Preto – hoje incorporada à Universidade Federal de Ouro Preto e onde tanto meu pai quanto minha mãe (também engenheira) foram professores. Desde então conhecida pela qualidade de seus cursos relacionados à mineração e à metalurgia, ao longo de décadas a Escola de Minas vêm formando engenheiros que são prontamente incorporados às grandes empresas deste setor, nos mais diversos cantos do país¹³. Em Minaçu as coisas não eram diferentes: no início do trabalho de campo logo descobri que grande parte dos engenheiros da SAMA (e não só desta empresa) havia sido formada por esta instituição. (Um deles, prefeito da cidade durante meu primeiro período de trabalho de campo, foi aluno do meu pai na UFOP).

Mas se a presença dos engenheiros se fazia marcante nestas duas cidades, o mesmo poderia ser dito a respeito dos garimpeiros. E não há exatamente uma coincidência aí, se lembramos que tanto Minaçu quanto Ouro Preto se localizam naquelas áreas chamadas pelos geólogos de “províncias geológicas”, com minerais dos mais diversos tipos se fazendo presentes ao mesmo tempo no subsolo. Localidades relativamente próximas a Minaçu, como veremos, foram fundadas durante o ciclo do ouro do século XVIII – no contexto do mesmo processo histórico que respondeu pelo surgimento e desenvolvimento da minha terra natal. Mas se aí há muito tempo o garimpo tinha desaparecido, em Minaçu as coisas eram diferentes.

Naquela viagem de 2001, eu fui também tomado por um saudosismo de outra ordem. Por razões que não vem ao caso mencionar aqui, eu estava então particularmente predisposto a ‘reencontrar-me’, em terras distantes, com certas coisas ‘conhecidas’ – coisas com as quais travei contato através de experiências de infância ou via histórias e memórias familiares. Pois

¹³Sobre o papel assumido por estes engenheiros na formação de quadros para o Estado e empresas privadas e estatais, bem como sua importância para o desenvolvimento da indústria mineral e metalúrgica brasileira, ver Campolina Diniz (1989), Murilo de Carvalho (2002) e Guedes (1999) – meu primeiro trabalho acadêmico, no quinto período da graduação em economia, tratando da história da industrialização de Belo Horizonte em seus primeiros anos.

eu também não identificava, nos modos, hábitos e objetos do norte de Goiás e do sul de Tocantins, coisas que eu conhecera quando pequeno, não em Ouro Preto, mas no interior da Zona da Mata mineira, onde moravam meus avós e bisavós? O costume de colocar confortáveis cadeiras de plástico entrelaçado na calçada, à noite, para a *prosa* com os vizinhos; a arquitetura e os materiais usados nas áreas de serviços das casas, com seus “pisos queimados” à beira da terra e do barro do quintal; as toalhas de mesa quadriculadas e decoradas com desenhos de cestas repletas de frutas, cobertas por um plástico transparente; o tempero da carne de porco, o feijão tropeiro, o gosto pela couve, o café fraco e onipresente... “Todo goiano é meio mineiro...”, me diziam no por aquelas bandas.

É complicado discutir aqui em detalhes as maneiras através das quais toda essa minha trajetória – com suas idas e vindas e tensões de diversas ordens – moldou meus interesses e direcionou meu olhar para determinados tópicos e questões: aqueles que são explorados nesta tese. Por outro lado, já há algum tempo está claro para mim que o texto aqui apresentado, no seu conteúdo e na sua forma, materializou-se enquanto tal somente porque eu vim de onde eu vim: de Ouro Preto, de uma graduação em economia e de um mestrado em Planejamento Urbano e Regional, da experiência como assessor de movimentos sociais... Colocando esta mesma questão de outra forma: se eu não tivesse passado tais experiências, esta tese não seria esta tese tal como ela se concretizou aqui – seria outro trabalho, sabe-se lá sobre o quê.

Estamos relativamente acostumados com a descrição, nas introduções e capítulos iniciais das teses e dissertações, das questões teóricas das quais partimos para realizar um trabalho. Aqui, alonguei-me por todas as páginas acima também para explicitar que não sou movido apenas por problemas desta ordem: mas também por questões políticas e pessoais.

Toda a discussão realizada no segundo volume desta tese, nos Capítulos 4 e 5 e na Conclusão, tudo o que se refere aos *papéis* presentes no título deste trabalho, todas as questões que concernem à tensa e complementar relação entre os *corridos* e os *lidos*: como poderia eu ter escrito isso tudo se eu não tivesse passado uma infância de menino *rico* e estudioso morando num bairro popular do interior de Minas Gerais, fascinado e temeroso pelo “povão” que, além dos muros da minha casa, eram próximos tão distantes? Ou se não tivesse me debruçado sobre Marx, Bourdieu e Foucault, estudando-os a fundo para entender e indignar-me com a dominação, sonhando em ‘apresentá-la’ àqueles que me pareciam submetidos a ela? Ou se não tivesse participado de tantos cursos de formação de militantes, dando-me conta com o tempo do preço a ser pago por tais modalidades de ‘esclarecimento’? Ou se não tivesse buscado descansar meus olhos saturados de quase trinta anos de letra de fôrma me propondo brincar “lá fora”, ocupando-me com coisas mais ‘autênticas’ e divertidas?

Venho de um universo de classe média povoado por engenheiros, venho de um mundo de militantes e *pesquisadores*, venho desta Minas Gerais urbana e mineradora até hoje marcada pela memória de seus anos dourados, venho também da Minas Gerais ‘interiorana’ e ‘ruralizada’.

Não basta, porém, destacar que a pesquisa evidencia, explicita ou submete ao escrutínio as origens e heranças daquele que a realiza. Pois ela também tensiona e transforma estas coisas, criando para o etnógrafo outras estirpes e tradições. O *lido* fascinado pelos *corridos*, e sobre eles escrevendo: e meus interlocutores me mostraram que certamente eu não sou o primeiro (muito menos o último) a me dedicar a isso. Venho também – por que não? – de um mundo de meninos do interior criados no meio dos livros e que crescem e se mudam para a cidade grande (o Rio de Janeiro, sempre ele). E que, de lá, *chegam* (voltam?) no “sertão” (lá longe, mas logo ali, o sertão está mesmo em toda parte); para aí fazer algo de si mesmos, através da escrita e de sua relação com os *corridos*. O trabalho de campo nos possibilita descobrir novas famílias, e cá eu estou, presunçoso e satisfeito, nesta outra linhagem que traçamos (eu, meus interlocutores e o próprio campo) para mim: ao lado de gente como Euclides da Cunha, Afonso Arinos (o escritor de “Pelo Sertão”, tio do político homônimo), Guimarães Rosa, Mário Palmério, Bernardo Élis...

Dito isso, passemos às coisas mais sérias e interessantes.

3. Formas de Pensar e Pesquisar a Mobilidade

3.1 Andar no Mundo, Correr o Trecho, Rasgar no Liso

... em suas vidas, tudo parece conspirar para que o movimento não cesse e todos almejem, com frequência, “se mudar”...

Antonádia Borges – Tempo de Brasília

Voltemos assim àquele ano de 2002, e às questões que ocupavam a cabeça e o coração de Regina por aqueles tempos. Deveria ela seguir o conselho do marido, e ambos *saírem no mundo*, em busca de outro garimpo, carregando consigo os dois filhos pequenos? Será que o melhor a fazer era encarar o *trecho*? Ou deveria ela ficar e lutar pelos seus *direitos*? Curiosamente, justamente por ela ter decidido *ficar e lutar* junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens, ela se viu obrigada a *andar, deixando para trás* a casa e o marido para se entregar àquelas *andanças* com o MAB; participando de mobilizações, ocupações, cursos.

Ficar; ou partir – *andar, correr, rodar, rasgar, sair* por aí, *abrir ou espalhar no mundo*... Numa primeira aproximação, a oposição entre essas possibilidades que se colocaram para Regina nesta época remete a uma tensão que, para ela mesma, lhe era em alguma medida familiar. Quando ela era moça, ela não procurou melhor sorte longe da sua Uruaçu natal? E seus pais não tiveram também que se defrontar com o *mundo* – domínio do não conhecido e do não familiar, repleto de perigos e atrativos –, assim como o fizeram seus irmãos, parentes, amigos, conhecidos, em circunstâncias as mais diversas? *Sair no mundo* de novo e mais uma vez, partir, *dar no pé, varar, cortar ou bolar o trecho*... Disso ela entende – aliás, quem não entende disso por aquelas bandas? Para praticamente todas as pessoas que conheci, essa espécie de dilema ou tensão se colocou em algum momento de suas vidas, ou em vários deles – naturalmente, sob formas as mais diversas.

As origens e trajetórias dos atuais habitantes de Minaçu (e em especial daqueles pertencentes às camadas populares, grupo sob o qual reside meu foco) são reveladoras do papel desempenhado pelos deslocamentos e pela *agitação* em suas vidas. Nesta cidade, através de narrativas que muitas vezes assumiam tons épicos, fiquei sabendo como chegaram até ali os primeiros habitantes da região, vindos do Maranhão em busca de terras *livres*, no final dos anos 50; fiquei sabendo também da luta enfrentada por aqueles que, incapazes de obter um lote na Colônia Agrícola do Norte de Goiás, continuaram rumo ao norte, enfrentando grileiros e o próprio Estado, anos ou décadas depois finalmente se estabelecendo

nas redondezas da cidade (dizimando, um pouco antes, alguns índios que ainda estavam por ali); dos que se vestiam e *andavam* “feito cangaceiros” para atravessar as terras do temido e admirado Zé Porfírio, para comprar sal em Formoso ou Porangatu; das desventuras das moças que foram trabalhar como faxineiras, dançarinas ou prostitutas na Espanha e na Suíça, após o fim do garimpo; dos que foram *laçados* no nordeste para trabalhar na SAMA; dos garimpeiros que afluíram em peso para Minaçu nos anos 80, vindos de Serra Pelada, Cumaru, Crixás, Uruaçu, Niquelândia, dispersando-se novamente após a construção das barragens; dos que se *esparramaram* e se perderam dos familiares no Mato Grosso, Pará ou Brasília; das *andanças* dos atingidos por todo o país, acampando e marchando pelo recebimento dos seus *direitos*; dos que *varavam no mundo* sedentos por conhecê-lo, dos que não conseguiam *parar* quietos, dos que mesmo velhos só pensavam em *aventurar* e não *sossegavam*, das peregrinações e romarias até o Muquém ou Bom Jesus da Lapa, das histórias dos boiadeiros, dos caixeiros viajantes, dos caminhoneiros, dos calungas fugindo do *cativeiro*, da Coluna Prestes ou da família Caiado...

Na perspectiva nativa, essas diferentes situações apresentam um traço comum: elas são pensadas como formas de *andar*, *rodar*, *estar no mundo* (ou no *trecho*, dependendo das circunstâncias). O que pretendo sugerir com isso é a existência de uma ‘tradição’ em que o deslocamento e a mobilidade são “*coisas da vida... é assim que a vida é!*” – conforme o que me dizia Altino; são algo que se espera e se imagina que faça parte da *realidade* de todas essas pessoas. Pois é justamente esta mobilidade o ‘coração’ da tese que aqui apresento. Ou, melhor ainda: esta tese trata dos *movimentos* no Norte de Goiás. Veremos, ao longo deste trabalho, que os diversos sentidos atribuídos a esta última categoria permite-nos infletir a noção de “mobilidade” em certas direções particulares, arrastando-a rumo a sentidos nem sempre óbvios ou evidentes.

3.2 Algumas perspectivas acadêmicas

É inegável que, nas ciências sociais de uma forma geral, há todo um conjunto de tradições e investimentos acumulados em torno de questões muito próximas às que procuro considerar aqui. A referência a alguns conceitos, todos eles passíveis de serem aplicados ao universo a que me dedico, é suficiente para evocar a vastidão e riqueza dos trabalhos que se desenvolvem, em disciplinas diversas, a partir destas categorias: “deslocamento compulsório”, “migração” (com suas variações: e.g. “migração por etapas”, “migração

pendular”, “migração de retorno”, “migração sazonal”), “trabalho itinerante”, “frentes de expansão”, “mobilidade” ou “(i)mobilização da força de trabalho”.

Parece-me importante, assim, mencionar aqui alguns quadros teóricos e/ou históricos que, estruturados por um ou outro destes conceitos, criaram condições para que eu desenvolvesse a presente tese. Neste sentido, eu poderia dizer que trabalhei aqui “a partir” de tais quadros. “A partir de”: o duplo sentido presente nesta expressão me permite evocar a natureza dos deslocamentos analíticos e dos meus interesses ao longo dos últimos anos. a) Pois estes esquemas funcionaram como estímulos ou referências que suscitaram meu interesse para certos tópicos, me encaminhando na direção de determinadas questões e objetos. b) Por outro lado, e de acordo com um movimento deliberado e desejado, o trabalho de campo levou-me a abandonar ou ‘partir’ destas referências; as questões, conceitos e objetos primeiros, se não foram descartados, foram tensionados e deslocados, tornaram-se “meios para se chegar alhures” (Viveiros de Castro 2007, p. 13) – no ponto de vista nativo sobre o qual recai minha atenção.

De forma bastante rápida e esquemática, destaco aqui alguns debates e ‘tradições’ nas quais as idéias de movimento, deslocamento ou (i)mobilidade são centrais, e que funcionaram como “pontos de partida” – no sentido acima explicitado – para esta tese.

Migração e mobilidade do trabalho

Em primeiro lugar, há os autores que, debruçando-se sobre o conceito de “migração”, buscam assinalar a sua definição como sendo “algo problemática, e longe de um consenso” (Neto e Ferreira 2005, p. 11). Não tenho a menor pretensão (ou condições) de entrar nesse debate. De resto, no nível de análise que apresento aqui, e dada a minha preocupação em capturar a perspectiva nativa a respeito dos deslocamentos, este conceito em nada contribui para meus objetivos¹⁴. Além disso, como afirmam Palmeira e Wagner (1973, p. 73, grifos dos

¹⁴ A título de exemplo, destaco que, aqui, estamos longe de certa visão que frequentemente permeia por vezes esta idéia de “migração” (como o movimento do campo para a cidade, ou dos nordestinos para o sudeste) e que pressupõe que o deslocamento é fruto de acontecimentos excepcionais. A sedentariedade apareceria aí como a regra e o ‘normal’; e o movimento como o a exceção, o intersticial ou o acidental, algo secundário ou derivado em relação à estabilidade de quem fica no mesmo lugar. Do ponto de vista analítico, seria assim o movimento – e não a ‘permanência’ – o que tem que ser explicado. Subordinado à ‘partida’ e/ou ao ‘destino’, o movimento não teria um valor em si mesmo, constituindo-se como a simples passagem entre dois pontos (de ... para) (Palmeira e Wagner 1973, p. 30), onde reside o interesse do pesquisador (por que sair? o que acontece quando se chega lá?). Para meus interlocutores, da mesma forma que estes pontos, o que está ‘entre’ eles (o *mondo*, o *trecho*) também é ‘habitável’. Veremos adiante também como é complicado, na descrição apresentada aqui, considerar outra idéia frequentemente vinculada à migração: a de que ela deve ser pensada a

autores), “a ‘migração’[os deslocamentos e movimentos num sentido vago] não precisa ser necessariamente pensada através da migração [enquanto conceito]. (...). ‘Ela’ pode ser (e tem sido) pensada através de outros conjuntos de conceitos. ‘Ela’ pode ser pensada diluída em outros conjuntos de fenômenos” – é nesta direção que me encaminho, considerando como ‘conceitos’ as categorias nativas.

Os mesmos Neto e Ferreira (2005, p. 11, grifos do autor) citados acima destacam que a definição “problemática” deste conceito não pode nos impedir de reconhecer a “relevância de uma, ou várias, *questões migratórias*”. A referência a estas últimas interessa por trazer para o primeiro plano certos contextos históricos em que uma ou outra destas “questões” se torna particularmente premente, se tornando assim o objeto daquilo que Vainer (2000b, p. 15) vai chamar de “políticas migratórias”. Analisando a “longa história de intervenção do Estado no processo de mobilização [conceito que logo abaixo examino] e localização territoriais do trabalho”, este autor destaca alguns destes contextos: a) a “transição para o trabalho livre e a estratégia de transformação do liberto em proletário moderno”, da segunda metade do século XIX em diante; b) a “substituição de escravos por imigrantes e a estratégia imigrantista agrarista”, na virada do século XX; c) as “migrações internas e a estratégia de gestão regional dos excedentes, nas décadas de 50 e 60”; d) a “integração nacional e a estratégia de racionalização territorial dos fluxos migratórios”, durante a ditadura militar; e) e, por fim, a “fragmentação territorial, a violência e a estratégia da gestão social dos migrantes, que parece marcar a época neoliberal”.

Aqui, interessa-me conceder um pouco mais de atenção aos dois primeiros momentos acima assinalados. Pois é no contexto do surgimento do “problema da mão-de-obra” (Cardoso 2001, p. 73) – articulado certamente a outros tópicos, como a preocupação com o “branqueamento” da população do país (Seyferth 1990, 1997, 2002; Willems 1951) – que se consolida uma série de debates que não apenas propiciaram o aparecimento de textos clássicos do pensamento social brasileiro (e.g. Nabuco 1977, Romero 1949) como também em muito orientaram o surgimento de grandes questões – e.g. “raça”, “identidade étnica” ou “identidade nacional” – que estão até hoje na ordem do dia¹⁵.

Após a Abolição da escravatura, as políticas incentivando a imigração (sobretudo para São Paulo) trazem à tona, segundo Vainer (2000a, p. 10), as dificuldades para “assegurar a

partir de suas “causas” (cf. a discussão de Palmeira e Wagner [1973, p. 20] sobre a “decisão de migrar”).

¹⁵ E destaco aqui a importância da disciplina Antropologia do Pensamento Social Brasileiro: Raça e Imigração, ministrada pela professora Giralda Seyferth, no PPGAS/Museu Nacional, no primeiro semestre de 2007, para a minha apreensão destas questões e debates.

emergência de uma forma de trabalho que não mais ingressasse no processo de produção sob a forma de um capital fixo, mas sim de um capital variável”. Elas estavam assim orientadas pela preocupação de constituir “um exército de trabalhadores livres mobilizáveis pela e para a acumulação, em particular para a acumulação cafeeira”.

“Mobilização do trabalho”, “trabalhadores livres mobilizáveis”: o conceito de “mobilidade do trabalho” de Marx, explorado e desenvolvido por autores como Gaudemar (1977), orientou uma série de leituras a respeito dos significados da ‘migração’ ou da problemática dos deslocamentos de uma maneira mais geral. O rendimento analítico de tal conceito assenta-se na possibilidade de, através dele, explorar as particularidades históricas “do trabalhador submetido ao capital e por essa razão ao modo de produção capitalista” (Gaudemar 1977, p. 192; Vainer 2005). Pela contraposição da “mobilidade do trabalho assalariado” à “monotonia e tradicionalismo do trabalho dos escravos” (Gaudemar 1977, p. 192), tal conceito se prestaria assim para uma análise das migrações no Brasil capitalista que emerge após a Abolição – através da “necessária associação, na modernidade, entre as noções (e condições) de mobilidade e de liberdade” (Vainer 2005, p. 260).

“A ‘liberdade de trabalho’ encontra-se definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender (...) Vê-se desenham-se como formas contingentes desta ‘liberdade’ de compra-venda da força de trabalho as formas de uma *mobilidade* capitalista do trabalho. (...) No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro seja satisfatório. (...) A mobilidade é também a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (Gaudemar 1977, p. 190-194)

Imobilização da força de trabalho

“Trabalho móvel, mobilizável, mobilizado e também, às vezes, imobilizado” (Vainer 2005, p. 255). A noção de “imobilização da força do trabalho” deve ser destacada aqui, sobretudo pela sua articulação a alguma das situações enfrentadas por muitos de meus interlocutores: nos canteiros de obras de estradas ou usinas hidrelétricas, ou mesmo em vilas operárias ligadas a projetos de mineração.

Para Leite Lopes (1979, p. 46), esta noção se aplica àquelas situações em que “o patrão controla outras esferas de vida do trabalhador que não a esfera do trabalho” (Leite Lopes 1979, p.46). No caso por ele estudado, o que está em jogo é o que este autor chama de

“sistema fábrica-vila operária”. Lins Ribeiro (1994, p. 5), ao analisar “grandes projetos” como a construção de Brasília e da usina hidrelétrica de Yaceretá, na Argentina, explicita a existência de uma outra forma de imobilização de mão de obra (“a way of confronting overcosts caused by turn-over” – Lins Ribeiro 1988, p. 210): o sistema “acampamento-grande projeto”. Articulando as contribuições de Leite Lopes e Lins Ribeiro para tratar do Projeto Albrás-Alunorte e de suas conexões com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Antonaz (1995, p. 36) destaca:

“o sistema canteiro de obra-acampamento [a despeito do nome diferente, é da mesma coisa tratada por Lins Ribeiro que ela fala aqui] constitui-se em estrutura estruturante do sistema fábrica-vila operária. Mantêm-se as relações espaciais e as relações de dominação que não são construídas objetivamente apenas desde a construção do projeto Albrás-Alunorte. Parte dos que trabalharam na construção são atualmente ou já foram trabalhadores da fábrica. Mas são também trabalhadores que vêm de outros projetos. (...) Uma relação espaço-dominação que se reproduz, com suas variantes locais em Tucuruí, em Carajás, na Serra do Navio, no Jarí. Todos projetos com vilas operárias”.

Tratando da indústria da construção civil no contexto destes grandes projetos, Lins Ribeiro (1988, p. 211) argumenta:

“As we know, spatial mobility is a central specificity of the engineering industry, since the mobility of investments induces the rotation of the labor force. Migrant labor is thus directly associated with this industrial branch. This is especially evident when construction is being done in isolated areas. Everytime a new job begins in isolated areas, contractors have to transfer manpower and equipment to the new working site”.

Tanto ele como Leite Lopes (1979) vão associar este “migrant labor” à “população nômade” de que fala Marx (1988, p. 215): esta última é, para este autor,

“a infantaria ligeira do capital que, de acordo com sua necessidade, ora a lança neste ponto, ora naquele. Quando não em marcha, ‘acampa’. O trabalho nômade é empregado em várias operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias, etc. Coluna ambulante da pestilência, ela traz aos lugares em cujas cercanias instala seu acampamento: varíola, tifo, cólera, escarlatina” (Marx 1988, p. 215)

A respeito destes últimos, Leite Lopes (1979, p. 46) se pergunta, tendo em vista a aparente contradição (que se revela, no final das contas, como uma ‘afinidade’) entre este nomadismo ‘pestilento’ e a imobilização da força de trabalho:

“como conciliar o caráter ‘móvel’ do ‘proletariado nômade’ com a imobilização da força de trabalho que seria característica, por exemplo, dos mineiros? Deve-se salientar aqui que embora ‘móvel’ e ‘nômade’, esse ‘proletariado nômade’ o é *entre* um trabalho e outro, sendo que o período em que estão vinculados a um e outro trabalho é relativamente curto. Mas considerando-se o período de trabalho internamente a ele próprio, e não a sua relação com outros períodos de trabalho, a cada período de trabalho o ‘proletário nômade’ está imobilizado pela moradia (...) Esse controle seria sob esse aspecto maior ainda no caso do ‘proletariado nômade’ que no caso do proletariado estável da vila operária, o qual contaria com a existência da família a colocar limites ao controle da empresa sobre a esfera doméstica do operário”. (Leite Lopes 1979, p. 46, grifos do autor).

Ao mesmo tempo e por outro lado, para este proletariado nômade “sua mobilidade e mudança constante de padrões [atenuam] a submissão temporária no controle da empresa sobre a totalidade de sua vida cotidiana” (Leite Lopes 1979, p. 45).

Efeitos sociais de grandes projetos

Se no caso considerado acima os empreendimentos em questão são analisados à luz do processo do trabalho e de sua (i)mobilização, recentemente uma outra tradição de estudos tem passado a enfocá-los sob um novo ângulo: o dos “efeitos sociais” ou “impactos” que eles impõem à população residente nas áreas onde eles são implantados.

Nos anos 80, algumas pesquisas pioneiras passaram a destacar tais impactos no que diz respeito às usinas hidrelétricas – e.g. Mazzarollo (1980), Sigaud (1988, 1995), Sigaud et al. (1987), Grzybowski (1987), Daou (1988) – abrindo caminho para uma proliferação de outros trabalhos nas décadas seguintes. Dentre estes últimos, destaco Rothman (1996), Magalhães (1995), Faillace (1994), Moraes (1994a, 1994b), Vianna (1992, 1996) e Vainer e Araújo (1992). E se menciono estas referências é não apenas em função de sua qualidade intrínseca, mas da importância que assumiram para a constituição, nos últimos anos, de um verdadeiro campo científico (e político) em torno da questão das barragens. A consolidação deste campo pode ser atestada pela realização, no final de 2010, em Belém, do III Encontro Nacional Ciências Sociais e Barragens, ao mesmo tempo o II Encuentro Latino-Americano Ciencias Sociales y Represas. O encontro anterior, realizado em Salvador em 2007, reuniu mais de 200 trabalhos de pesquisadores brasileiros, latino-americanos, norte-americanos e europeus – incluindo diversas publicações produzidas por militantes de movimentos sociais, sobretudo do MAB¹⁶. Perpassando a imensa maioria destas referências, a noção de “deslocamento compulsório”¹⁷ aparece para dar conta daquele que seria o mais significativo (e traumático, do ponto de vista da população afetada) “impacto” ou “efeito social” de tais empreendimentos; o que ajuda a entender a importância dos trabalhos que focalizam o processo de reassentamento dos grupos atingidos (e.g. Rebouças 2000; Moraes 1994b; Viana 2003).

Na antropologia e fora do Brasil, a preocupação com processos desta ordem deu origem também a um conjunto de textos que consideram, para além da questão das barragens,

¹⁶ Em Guedes (2007) apresento uma breve discussão sobre a conformação dos estudos sobre barragens como campo científico e político, assim como algumas implicações dessa conformação para o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens. Volto a este tópico na conclusão deste trabalho.

¹⁷ Para uma revisão do debate em torno desta noção, ver Magalhães (2007, pp. 110-148).

as conseqüências do deslocamento forçado de grupos ‘tradicionais’ face a projetos de ‘modernização’ (e.g. Colson 1971, Bourdieu e Sayad 1965, Bartolomé et al. 1985). Incorporados como objeto de políticas mitigadoras às *guidelines* de agências multilaterais e estatais, o “social impact assessment” tem se constituído também como um campo privilegiado para a antropologia aplicada e/ou a “development anthropology”¹⁸.

Aqui no país e de uma maneira mais geral, os estudos sobre as barragens contribuíram, *pari passu* com a ação dos movimentos sociais, para a extensão da noção de “atingido” para além de seu contexto original, na direção dos chamados “grandes projetos” de uma maneira mais geral. A delimitação que Laurelli¹⁹ (1987 apud Vainer 1988, p. 3) traça a respeito destes últimos ajuda a compreender melhor o que está em jogo nestes debates:

“grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio; outras para a extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas a sua exploração em bruto e/ou transformação em refinarias ou centrais termelétricas (...) grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores (...) complexos industriais portuários e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc.”.

“Migração”, “mobilidade” ou “imobilização da força de trabalho”, “grandes projetos”, “deslocamento compulsório”, “impacto” ou “efeito social”: não é meu propósito, como espero ter deixado claro, criticar tais noções; assim como não é persistir com elas. Pois o que pretendo apresentar nesta tese são outras categorias, outras idéias e outros pontos de vista a respeito dos fenômenos e processos (mas num caso e noutro, seriam eles os mesmos?) que usualmente descrevemos e compreendemos pelo recurso àquelas noções.

3.3 O ritmo nômade do bandeirante

Antes de entrar mais a fundo nas questões e processos que marcam a *vida*, a *realidade* e o *mundo* dos meus interlocutores, convém mencionar, também rapidamente, algumas discussões presentes na literatura que, de forma mais ou menos direta, se relacionam aos

¹⁸ “The impacts of development projects occur in different forms. While significant benefits result for the society, the project area people may often bear the brunt of adverse impacts. This can happen, for example, when they are forced to relocate to make way for such interventions. There is now a growing concern over the fate of the displaced people. This has given rise to the need to understand beforehand the implications of adverse project impacts so that mitigation plans could be put in place in advance” (Council for Social Development 2010, p. 3).

¹⁹ “Los Grandes Proyectos: Estrategias de Desarrollo y Transformación del Territorio”. In: Los Grandes Proyectos y el Espacio Regional. Buenos Aires: Cuadernos del CEUR, 19. 1987

tópicos que abordarei aqui, sobretudo no que diz respeito a certas modalidades ‘populares’ de “mobilidade” ou *movimento*.

Velho (1979, p. 236) menciona “um fenômeno que tem intrigado os estudiosos há muito tempo (...) uma certa tendência prevalecente entre os brasileiros das camadas inferiores a uma constante e aparentemente inexplicável migração que já levou em outros tempos à suposição de um ‘instinto migratório atávico’ herdado dos índios”.

De fato, não é difícil encontrar referências a este “nomadismo” (Velho 1981, p. 129) em textos os mais diversos, inclusive em trabalhos considerados clássicos do pensamento social brasileiro. A famosa “concepção espaçosa do mundo” de Buarque de Holanda (1989, p. 12) – vinculada àquela “aventura” que se contrapõe duramente ao “trabalho” – estimulou análises que ressaltam a importância da mobilidade espacial para o campesinato brasileiro.

É assim que, influenciado por este autor, Cândido (1964, p. 20) destaca:

“A vida social do caipira [paulista] assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura”.

A respeito dos homens livres com que ele se deparou no Goiás de meados do século XIX, Saint Hilaire²⁰ (1975 apud Póvoa Neto 1998, p. 157), destaca características que ele identificou também no “caipira” de São Paulo e do sul e oeste de Minas Gerais (Cândido 1964, p. 27):

“Esses homens, geralmente mestiços, têm a inconstância inata dos negros e dos índios. Faltam-lhes princípios morais básicos, e a maioria não tem família. Habitados a uma vida nômade, não conseguem sujeitar-se a imposições, preferindo mudar constantemente de tipo de trabalho, ainda que seja para pior”.

Sobre as “camadas inferiores da população rural livre do Brasil” colonial, Carvalho Franco (1995, p. 32) destaca:

“Pode-se dizer que, ao longo de sua história, esses grupos só tiveram reforçada essa grande instabilidade. Até o presente, observa-se que a mobilidade lhes aparece como o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos resolvem-se ainda hoje com transferências de domicílio”.

Para Souza Martins (1983, p. 17), “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações”. A respeito do campesinato

²⁰ SAINT HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

maranhense, Keller²¹ (1975, p. 699 – apud Vieira 2001) destaca: “no universo do lavrador, a transitoriedade é uma constante. Seu mundo é um mundo de bens escassos e fugazes. E é por isso que em sua história de vida não há marcos temporais, mas espaciais: ele sai de um local x para outro y e desfila toda uma série de deslocamentos de povoados e centros agrupados por regiões”. Tratando dos posseiros envolvidos nos conflitos de terra na região de Trombas e Formoso (municípios vizinhos a Minaçu), Amado²² (s/d, p. 62 apud Maia 2008) destaca que para eles a migração para tal área era encarada como mais um etapa de um “estar mudando” que já há muito marcava suas trajetórias como a de seus antepassados.

Outros trabalhos relacionam a mobilidade e a instabilidade que caracterizam boa parte da sua população a traços mais amplos da dinâmica econômica do Brasil colonial. Para Mello e Souza (1995, p. 90), a mobilidade e a instabilidade eram a marca de

“uma colônia de exploração destinada a produzir gêneros tropicais cuja comercialização favorecesse ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus. Uma economia de bases tão frágeis, tão precárias (...) estava fadada a arrastar consigo um grande número de indivíduos, constantemente afetados pelas flutuações e incertezas do mercado internacional (...) Parece evidente que a população pobre e mesmo remediada muito sofreu com essa instabilidade”.

Buarque de Holanda²³ (1990, pp. 71-2 apud Mello e Souza 1995) se refere às idas e vidas de “uma imensa população flutuante, sem posição social nítida, vivendo parasitariamente à margem das atividades regulares e remuneradoras”; população essa que, de seu ponto de vista, foi criada “pelos próprios vícios do sistema econômico do Brasil colonial”. Prado Jr. (1969, p. 186) destaca

“esta evolução por arrancos, por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história econômica do Brasil colônia. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas: em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará a vegetar à margem da ordem social”.

Voltemos a conceder alguma atenção a certos grupos identificados na literatura como “camponeses”. Trabalhando na confluência de três “temas: a fronteira, a religião e o campesinato”, Vieira (2001, p. 15) delimita o universo considerado em seu estudo:

“grupos de camponeses na Amazônia, no sul do Pará, que sob inspiração religiosa constituíram movimentos sócio-religiosos: a Missão de Maria da Praia e a Romaria do

²¹ KELLER, Francisca Isabel Vieira 1975. “O homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito”. In: Revista de História, vol. LI, n. 102, abril-junho.

²² AMADO, Janaina. “Eu quero ser uma pessoa. Revolta Camponesa e Política no Brasil”. Mimeo, s/d.

²³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Monções. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Padre Cícero. Trata-se de grupos de aproximadamente 100 pessoas cada um, que se embrenharam nas matas virgens do sul do Pará à procura das Bandeiras Verdes, sob a orientação de seus líderes espirituais. Surgidos na década de 60 em Goiás (atual Tocantins), eles sobrevivem até hoje. As Bandeiras Verdes são associadas por camponeses nordestinos e da região centro-oeste à mata amazônica. Elas teriam sido mencionadas em uma profecia do Padre Cícero, que dizia que ‘no fim dos tempos’ seus romeiros deveriam procurar as Bandeiras verdes – as ‘matas’ – para se livrar das catástrofes do fim do mundo”.

Preocupada em analisar a mobilidade destes grupos, Vieira (2001) se põe a examinar aqueles “fatores” que poderiam responder por ela. Numa primeira aproximação, ela destaca assim as “características técnicas da agricultura camponesa”; as questões ligadas às “relações sociais articuladas pelo parentesco”; e por fim as “determinações de ordem estrutural relacionadas à propriedade da terra” (Vieira 2001, p. 113). Por outro lado, logo em seguida esta autora aponta a insuficiência de tais “fatores” para dar conta analiticamente do fenômeno que ela se propôs a estudar. Afinal de contas, do ponto de vista destes “romeiros”, o movimento não deve nem pode parar – ao menos enquanto durar a vida deles, ou este mundo... É assim que, para tais pessoas, a mudança vem

“independente dos motivos (...) [ela] está impregnada na subjetividade, como uma disponibilidade para migrar, para se des-prender, forjada na experiência histórica destes grupos. *Caçar melhora, caçar destino*, não significa investir esforços na construção de um patrimônio num local determinado já dado, ou seja, *mudar o existente*. Implica sim em investir na aventura, no desconhecido (...) Neste contexto, a vida é concebida como viagem, travessia. A itinerância se associa à *impermanência*, ao não definitivo, ao que não é mas será. A vida passa a ser projetada para o futuro e o futuro é sempre mais à frente” (Vieira 2001, p. 117).

Naturalmente, isto tudo não implica na desconsideração das condições “estruturais” (ou do que remete “às dificuldades de reprodução do campesinato em determinadas regiões” - Vieira 2001, p. 118). Mas implica sim na insuficiência destas condições para dar conta do ponto de vista dos seguidores destes movimentos sócio-religiosos a respeito de seus próprios deslocamentos.

A partir de uma pesquisa levada a cabo junto aos integrantes das “frentes de expansão” direcionadas para a mesma região de que trata Vieira (o chamado “Bico do Papagaio”, na Amazônia Oriental), Velho (1995, p. 119) ressalta que, no tratamento daquele “nomadismo” do brasileiro do interior, é fundamental o “reconhecimento dos limites de nossas análises socioeconômicas”.

É assim que, no que se refere a este “campesinato de fronteira”, constituído “historicamente na diversidade e no movimento”, Vieira (2001, p. 141) vai falar numa “cultura da andança”. Cultura da *andança*: a importância que esta idéia assume para mim assenta-se não apenas na sua fertilidade analítica, oferecendo-me um contraponto comparativo

para pensar o caso a que me dedico a investigar. Pois as proximidades existentes entre aqueles garimpeiros do norte de Goiás – tais quais a Regina e o Altino mencionados acima – e estes “camponeses da fronteira” são maiores do que se pode supor à primeira vista.

Em primeiro lugar, há que se destacar os traços que, na perspectiva de Vieira (2001, p. 141) caracterizam de forma mais ampla estes “camponeses da fronteira” que compartilham esta “cultura da andança”: a) a mobilidade espacial; b) a impermanência das relações; c) a plasticidade das atividades. Estes três traços, igualmente, parecem marcar os grupos que eu considero. E no que se refere a este último aspecto (a plasticidade), esta autora ressalta a importância de atividades como o garimpo e o trabalho como *peão* para os participantes da Missão de Maria da Praia e dos Romeiros do Padre Cícero – ambas “atividades” às quais concederei aqui atenção.

Em segundo lugar, esta autora busca contextualizar as crenças milenaristas argumentando que elas remetem a uma “visão do mundo [que] não se circunscreve aos movimentos messiânicos, mas faz parte do imaginário popular das populações rurais, especialmente no norte, no nordeste e centro-oeste do país, constituindo-se, para estas, no instrumento privilegiado de interpretação da história” (Vieira 2001, p. 153). Velho (2007a, pp. 122-123) já destacava, neste mesmo contexto histórico, que “o chamado milenarismo parece ser apenas a ponta do iceberg de uma concepção do mundo bem mais disseminada”.

Por fim, é preciso destacar que tratamos aqui de uma mesma ‘área cultural’ (volto a este ponto mais à frente). Tanto Vieira (2001) como eu (e, em menor medida, Velho 2007a) trabalhamos com pessoas cujos deslocamentos se concentram de forma privilegiada em circuitos que são traçados ao longo da área polarizada pela Rodovia Belém-Brasília (mais ou menos acompanhando, em paralelo, o Rio Tocantins). E como veremos adiante, a construção desta estrada, entre os anos 40 e 70 do século passado, certamente não foi um acontecimento trivial na vida delas.

3.4 Definindo objetos, grupos, áreas e estratégias analíticas

O objeto de pesquisa

Levemos a sério, assim, a idéia de uma “cultura da andança” (ainda que considerando o termo “cultura” num sentido fraco, sem a conotação de totalização que com frequência o marca). Pois ao fazê-lo, a mobilidade aparece antes (ou não apenas) como consequência,

reflexo ou implicação de fenômenos ou processos que são, lógica e cronologicamente, anteriores a ela; mas (também) como algo que possui valor em si mesmo.

“*Andar no mundo* ensina a viver”, costumava me lembrar Altino... Afirmações como esta – veremos – são não só comuns como possuem significativa importância para meus interlocutores. Se a mobilidade é – tal qual a *família* – um valor, poderíamos dizer sobre a primeira o mesmo que Woortman (1987, p. 15) destaca a respeito desta última: “Por ser um valor, [ela] exprime certos símbolos, igualmente carregados de valor (...) e por isso mesmo provê um código que informa a organização do espaço social em determinadas esferas”. (E cabe destacar que a comparação em questão não é arbitrária: pois um dos capítulos desta tese se organiza justamente a partir da tensão entre a família e a mobilidade – também enquanto valores²⁴).

Pois de fato a mobilidade fornece um código; e um código privilegiado para quem se propõe a descrever o universo com o qual me defrontei na minha pesquisa. A princípio, tal código deve ser encarado como uma forma de “entrada” para tal universo²⁵, remetendo ao procedimento do pesquisador que busca seguir “as pistas que [são] abertas pelas próprias categorias através das quais os agentes sociais envolvidos em cada situação [pensam] suas próprias práticas” (Palmeira et al. 1979, p. 4). Na história desta pesquisa, foi justamente a pujança de um vocabulário constituído a partir das idéias de partida e movimento – conforme os exemplos apresentados no início desta seção – o que despertou a minha atenção para os temas e questões aqui tratados. E note-se desde já que ao falarmos num código e/ou num vocabulário associado à mobilidade estou me referindo não só ao que chamamos de “mobilidade espacial” como também à “mobilidade social” e à “mobilidade ocupacional”.

Mas este código tem que ser pensado não só na sua dimensão heurística, mas também em função da importância que ele assume para as próprias pessoas consideradas aqui: e indícios desta importância são não só a frequência com que se apela a este vocabulário como a solenidade com que por vezes seu uso se reveste. Pois neste sentido a mobilidade aparece como a “metáfora básica da ordem social” (Viveiros de Castro 2002) – senão a única, com certeza uma das mais fundamentais. Tal centralidade permite também que aproximemos a

²⁴ Agradeço a Luiz Fernando Dias Duarte por ter ressaltado, no meu segundo exame de qualificação, a importância de considerar a família desta maneira.

²⁵ Cf. o que Darnton (1985, pp. 11-13) tem a dizer sobre o material de que se serviu para estudar os “ways of thinking in eighteenth-century France”. Ele lidou com um “unlikely assortment of texts: a primitive version of ‘Little Red Riding Hood’, an account of a massacre of cats, a bizarre description of a city, a curious file kept by a police inspector”. Tais documentos, segundo ele – e é isso o que mais me interessa aqui – “cannot be taken to typify eighteenth-century thought but (...) provide ways of entering into it”.

mobilidade do notório “fato social total” de Mauss (1974): encarnada nas experiências individuais, esta mobilidade articula sincronicamente domínios diversos da vida social ao mesmo tempo em que integra os diferentes momentos das trajetórias pessoais e familiares (cf. Lévi-Strauss 1974, pp. 14-15)

Assim, o objeto dessa tese é a mobilidade no norte de Goiás. Não apenas ou nem tanto os movimentos e deslocamentos ‘objetivos’ das pessoas que moram e passam por aí: mas, acima de tudo, as formas através das quais elas pensam estas coisas, atribuindo sentido ao mundo em que vivem pelo recurso àquele código que traz em si as marcas destas experiências. Afinal de contas, como antropólogo minhas opções analíticas são tributárias de toda uma tradição disciplinar que se ampara, até os dias de hoje, nos trabalhos de Malinowski. Nesse sentido, recordo que, para esse autor, “o objetivo final da pesquisa (...) é o de apresentar o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo²⁶” (Malinowski 1976, pp. 37-38).

Tal ponto de vista – não custa destacar – não está ‘pronto’ e ‘à espera’ do antropólogo que vai a campo apenas para recolhê-lo. Se ele é capaz de se fazer presente num texto escrito é apenas na medida em que ele é o produto da tradução (cf. Asad 1986, Goldman 1999) levada a cabo por um pesquisador, situando temporariamente na fronteira ou no intervalo entre dois mundos.

O grupo estudado

Apresentando a trajetória da pesquisa, comentei sobre a inflexão que responde pelo formato atual assumido por esta tese: de um trabalho que antes podia ser caracterizado como a etnografia de um movimento social, ele passou a ser uma investigação realizada em um movimento social. Assim, foi sobretudo na secretaria do MAB de Minaçu que conheci as pessoas de que trato aqui.

Apelando para o termos de Regina, diria assim que tais pessoas – como o “povo de Minaçu” de uma maneira mais geral – são uma gente *pobre, misturada e andada*, originária principalmente do Maranhão, do Piauí, de Goiás, do Tocantins, de Minas Gerais e da Bahia, e quase todos eles envolvidos com o garimpo até pouco tempo atrás. São estas pessoas aqueles que eu chamo aqui de moradores ou *de-moradores* (ou seja, alguém que, se não mora exatamente num lugar, aí ao menos se *demora*) de Minaçu.

²⁶ Como Peirano (2009, p. 57, grifos da autora) nos lembra, “a grande lição de Malinowski” é que “não é possível desvincular a perspectiva etnográfica da dimensão *teórica* implícita, dimensão evidente em sua ambição de apreender *teorias* trobriandesas sobre magia, linguagem, mitos, etc.”.

Com o tempo, e à medida que a minha relação com estas pessoas que conheci na secretaria se tornava mais intensa, passei também a frequentar suas casas e suas famílias, incorporando-as também ao meu universo de investigação. E com isso incorporei à pesquisa outras pessoas – amigos, vizinhos, filhos, sobrinhos e cunhados dos primeiros – cuja situação, em relação àqueles outros, é diversa em alguns aspectos significativos. Volto a tratar deste ponto adiante, ao descrever as linhas gerais do meu trabalho de campo em Minaçu.

Uma ‘área cultural’

Estou tratando de pessoas cujas origens são diversas: mineiros, goianos, maranhenses, baianos – e que, em função de suas *andanças* e percursos, se ‘encontraram’ em Minaçu, no norte de Goiás. Por outro lado, chama a atenção o fato de que todas estas pessoas compartilham aquele rico vocabulário vinculado a termos como o *trecho* e o *mundo*. E se eles o fazem, certamente não compartilham apenas um vocabulário – mas também os sentidos e valores a ele associados.

Sendo estes deslocamentos o próprio tema deste trabalho, não há como deixar de lado a questão da difusão e disseminação, para além dos limites de certas áreas particulares, destas categorias, sentidos e valores.

Para além do que eu próprio aponto como sendo compartilhado, há que se destacar os recortes e fronteiras promovidos pelas próprias pessoas de que trato, explicitando a existência do que vou chamar, a partir de Bailey (1971, pp. 301-303) de “comunidade moral”. E se recorro a este autor, é também porque – como veremos adiante – a definição por ele proposta vai ressaltar a distinção nativa que mais me interessa aqui: a que se estabelece entre eles, os *pobres* e/ou os *corridos*, e os “de fora”, homens *ricos* e/ou *lidos*²⁷.

Mas se este autor tem em mente o caso de comunidades camponesas ‘territorializadas’, convém aqui apelar também para o que Carvalho Franco (1997, p. 32) destaca a respeito daqueles “homens livres na ordem escravocrata”, cuja mobilidade em muito se aproxima do caso a que me dedico:

“Não é no plano do grupo como um todo que se muda (...) [são] seus membros que [circulam] muito. Isto pode facilmente ser compreendido se atentarmos para a uniformidade de etnia, de organização social e de cultura das populações caipiras: entre um grupo e outro não havia peculiaridades de estilo de vida suficientes para dotar os membros de cada um deles de uma incisiva consciência grupal, delimitando claramente as

²⁷ Naturalmente, a oposição em questão remete a contextos e situações particulares, mas que se tornaram particularmente significativas para eles nos últimos tempos. Além disso, é claro, minha ênfase sobre ela não implica na dissolução de outras oposições, diferenciações e tensões, internas ao universo dos *pobres* e/ou *corridos*, que não privilegio aqui.

fronteiras do *in-group* e do *out-group*. Por toda parte a mesma cultura material, as mesmas crenças tornavam relativamente fáceis a incorporação e a acomodação de estranhos.”

De tudo isso, o que me interessa no momento é a idéia de que, se por um lado esta “comunidade moral” se amplia para além dos limites territoriais de um bairro ou cidade, por outro é possível delimitar, de forma aproximada, os contornos da região mais ampla na qual eles circulam – naturalmente, a partir dos dados e informações coligidos no campo. Assim, são meus próprios interlocutores e seus relatos sobre suas *andanças* e percursos que me permitiram a delimitação do que chamo aqui de uma “área cultural”.

A respeito deste tipo de procedimento analítico, destaco o que Gupta e Ferguson (1997, p. 9) têm a dizer:

“Although we anthropologists devote far less attention today to mapping ‘culture regions’ than we used to (...) the culture area remains a central disciplinary concept that implicitly structures the way in which we make connections between the particular groups of people we study and the groups that other ethnographers study” (Gupta e Ferguson 1997, p. 9)

Reforçando o argumento destes autores, destaco então que foram as conexões e percursos traçados pelos meus interlocutores que me permitiram selecionar um conjunto de textos²⁸ que, tratando de questões situadas no ‘interior’ desta área, criaram condições para que eu pudesse dialogar com a literatura²⁹ - tal diálogo servindo também, é claro, para reforçar os contornos de tal área. Naturalmente, estes limites e contornos nada têm de rígidos, esta ‘área cultural’ sendo vazada e aberta em várias direções, conforme o mapa que apresento no final desta Introdução.

Estratégicas metodológicas e analíticas: oposições

Seu Adão me explica o que pensa do MAB: “Esse MAB é um projeto do governo! É muito bom, funciona, *dura*, se sustenta”. E logo em seguida faz questão de deixar ainda mais claras as suas convicções. “O que se sustenta e *dura* tem que ter o apoio de uma *força* maior!”.

Retornarei a estas explicações de Seu Adão ao longo da tese. Aqui, já adianto que esta me parece ser uma formulação particularmente feliz, expressando de forma simples e concisa

²⁸ A este respeito, destaco sobretudo os já citados Vieira (2001) e Velho (1979, 1981, 2007a). E também Musumeci (1984), Rumstain (2009), Carneiro (2010), Esterci (1985), Cleary (1992), Póvoa Neto (1998), Brandão (1986), Antonaz (1995), Aquino (1996), Carneiro (1982), Souza Martins (1998), Silva (2002), Dayrell (1975), Maia (2008), Cunha (2007), Da Silveira (2007), Nunes (1985).

²⁹ Há que se destacar, igualmente, que o norte de Goiás não foi objeto de estudos sistemáticos ou mesmo mais profundos. Os poucos trabalhos que abordam tal região enfocam sempre tópicos específicos (e.g. a reserva dos avá-canoeiro, ou os calungas de Cavalcante), pouco relacionados ao contexto mais amplo em que eles se situam.

algumas idéias de meus interlocutores que me interessam especialmente: por elas matizarem, situarem e contextualizarem melhor o que eles têm a dizer sobre a mobilidade e os movimentos. Pois até mesmo num universo marcado pela instabilidade e pelo provisório – onde até as casas dão “a impressão de que as pessoas podem partir a qualquer momento” (Souza Martins 1998, p. 690) – há aquelas coisas que *duram* e se sustentam.. E que, justamente por isso, parecem resistir ou se opor às forças dominantes no *mundo*, àquilo que, na cosmologia de meus interlocutores, é primeiro ou essencial (ou propriamente ontológico, no sentido de remeter ao que é inerente a todos e a tudo). Daí que, por se opor à inconstância e mobilidade do que há no *mundo*, o que *dura* precisa do “apoio de uma *força* maior”.

É assim que, ao longo de toda a tese, os movimentos aqui tratados serão considerados na sua contraposição às *durações*: ao que *dura* ou é *duro* (em oposição ao efêmero e maleável), ao que permanece e persiste, ao que é estável ou estático... Nas diversas situações e contextos concretos, esta oposição se atualiza em tensões particulares: faz-se presente nas circunstâncias que separaram e distinguem as pessoas; manifesta-se como um dilema ou dúvida, ou nas mudanças ao longo de uma história de vida; evidencia-se no espaço construído, neste e naquele objeto, nas diferentes velocidades e *movimentos*, em gestos e palavras³⁰.

Aqui, eu considero estas tensões não apenas como algo a ser estudado e explorado, enquanto traços do universo de que me aproprio enquanto objetos de pesquisa. Mas também me sirvo delas enquanto instrumento analítico e/ou metodológico, apelando a elas para pensar e organizar meu material e apresentá-lo na forma deste texto.

É assim que cada um dos capítulos desta tese, como seus títulos evidenciam, foi estruturado e desenvolvido pela exploração de uma daquelas tensões. De certa forma, o resultado deste esforço pode ser encarado como algo da ordem daqueles modelos caros aos antropólogos.

Busco fazer render cada uma destas tensões até certo ponto, assim como relacioná-las entre si. O primeiro termo nestes títulos de capítulo se refere sempre ao pólo do *movimento* ou da instabilidade; o segundo, ao pólo da *duração* ou da estabilidade. (Na discussão desenvolvida nos capítulos, inverti algumas vezes a ordem de apresentação dos pólos – mas isso não trará maiores dificuldades ao leitor).

³⁰ Agradeço a Moacir Palmeira, no segundo exame de qualificação desta tese, a sugestão de que esta tensão se manifesta (ou pode ser localizada) em todo e cada ponto.

Capítulo 1: As Febres e as Mães. Discuto aqui o que poderíamos chamar – apelando a um vocabulário que remete à minha formação na graduação e no mestrado – de dinâmicas sócio-espaciais desencadeadas por atividades econômicas específicas. É a cidade de Minaçu que é apresentada ao leitor na sua dupla face. Por um lado, esta localidade surgiu e se desenvolveu a partir de uma grande mineradora (de acordo com aquela “situação-tipo indústria com imobilização da força de trabalho pela moradia” de que fala Leite Lopes 1979, p. 43). Por outro, ela foi marcada pelo aparecimento e desaparecimento das *febres*, situações que como este próprio termo sugere são pensadas como transitórias: *febre* da cassiterita, *febre* do ouro, *febre* das barragens.

Capítulo 2: Os Lisos e os Cativos. Um corte geracional marca esta discussão específica. Considero aqui o contraste existente entre pessoas que se encontram em situações distintas (com frequência, pais e filhos se opõem a esse respeito). De um lado, há aqueles antigos garimpeiros que, após as barragens e a extinção do garimpo, não puderam sair da cidade e aí se encontram numa situação bastante complicada: são “velhos”, “doentes” ou têm família para cuidar; não arrumam emprego nesta cidade e “não podem *andar*” e buscar oportunidades em outros lugares. De outro, há os jovens saudáveis do sexo masculino para quem trabalho não falta – longe de Minaçu, e ao longo de um circuito de obras e *firmas* que será apresentado.

Capítulo 3: O Trecho e a Família. A vida no *mundo*, longe de casa, no *trecho*, é aqui contraposta aos laços e obrigações característicos da família. A complexa negociação existente entre estes dois ‘domínios’ é explorada a partir da idéia de que, da mesma forma que a família, a mobilidade é também um valor; ela não remete, assim, apenas à necessidades ou a imperativos de ordem econômica.

Capítulo 4: Corridos e Lidos. Num passado não muito longínquo, os garimpeiros, satisfeito com seu estilo de vida, se orgulhavam de poder dizer que preferiam ser “antes *corridos* que *lidos*”. Desdobro aqui esta oposição em outras direções, buscando explicitar quão rica ela pode ser para dar conta das complexas relações que, há séculos, vêm se travando entre o homem pobre e *andado* do interior e o “doutor” que *chega* do *sul*, dos “grandes centros” ou do exterior. Pela comparação dos *corridos* e *lidos*, e partindo do ponto de vista dos primeiros, busco extrair alguns traços referentes às diferentes maneiras através das quais estes grupos distintos ‘correm’ e ‘lêem’ – além disso, argumento que, para uns e outros, faz-se necessário considerar estas duas práticas no seu acoplamento ou conexão.

Capítulo 5: O Movimento e o Social. O que está em jogo neste capítulo é justamente o MAB de Minaçu enquanto “movimento social”. A tensão entre mobilidade e estabilidade se manifesta neste caso pela contraposição de dois momentos distintos vividos por esta organização ao longo dos últimos dez anos. No que se refere ao *movimento*, destaco os anos agitados em que a *luta* pelos *direitos* dos atingidos mobilizou e trouxe esperanças para diversos dos meus interlocutores. Já nos anos mais recentes, e tendo o movimento “esfriado”, descrevo o privilégio da *ação social* enquanto foco das atividades do MAB.

Estratégias analíticas e metodológicas: horizontalizações

Vieira (2001, p. 120) destaca que o “campesinato da fronteira” por ela estudado se destaca por traços como a “mobilidade espacial” e a “impermanência temporal”; mas também pelo que ela chama de “plasticidade social”. Intrinsecamente articulada àqueles outros traços, esta “plasticidade” é evocada por ela para dar conta da alternância de ocupações e atividades nas trajetórias das pessoas – o que chega mesmo a relativizar a sua definição enquanto “camponeses”.

Alternância entre diversas atividades, trajetórias erráticas, experiências temporárias das mais diversas ordens aqui e ali: também meus interlocutores conhecem bem estas coisas – e estão com frequência a falar delas, esboçando comparações e analogias, enfatizando o significado das transições e passagens envolvidas aí. A criação na fazenda, a partida para o garimpo, a “peonagem”, o tempo passado nesta ou naquela cidade maior, o trabalho na construção de barragens ou nas mineradoras, o *fazer parte* de um movimento social... Se não é possível delinear trajetórias ‘típicas’ para eles, por outro lado é inegável que eles compartilharam diversas experiências, e que estas últimas ganham sentido na medida em que são articuladas e contextualizadas por valores e categorias que perpassam (e relacionam) todas elas.

As formas como recortamos nossos objetos têm, obviamente, implicações significativas sobre a natureza da descrição que produzimos e apresentamos na forma de uma tese. E aqui invisto deliberadamente num recorte ‘frouxo’, privilegiando – digamos assim – as conexões horizontais em detrimento das verticais. De certa forma, a minha estratégia a esse respeito está contaminada pela própria natureza do objeto estudado, e pela força que tem neste universo aquilo que tende a “derramar-se em vez de condensar-se” – para usar a feliz

expressão de Freyre (1973) a respeito da ocupação do sertão (pensada por ele também em contraponto à solidez e *duração* da casa-grande do litoral).

Se as categorias devem ser consideradas à luz dos contextos em que foram acionadas, por outro lado elas também relacionam as circunstâncias e situações díspares em que se fazem presentes. Assim, busco fazer proliferar os diferentes “contextos de situação” (Malinowski 1935), sincrônicos ou diacrônicos, em que elas aparecem. Para além destas categorias, ancore-me – criando para mim também contrapontos de estabilidade nesse mundaréu pouco firme de informações e dados soltos e fugidios – também no apelo constante a alguns interlocutores: seja de um extremo a outro de um mesmo capítulo (o caso de Seu Diamantino, no capítulo 4) ou ao longo de diferentes momentos da tese (o caso de Regina, Altino e sua família)³¹.

Trabalhar de tal forma implica, naturalmente, no sacrifício de uma análise mais detalhada e profunda dos temas em suas particularidades, e de sua consideração à luz dos debates acadêmicos neles centrados. Da mesma maneira, isto implica também na necessidade de que eu me aventure por searas que, certamente cultivadas por inúmeros autores, para mim aparecem como terras desconhecidas e a explorar. É esse o caso, por exemplo, das discussões a respeito do catolicismo popular ou da tensão entre oralidade e escrita. Recorrendo eventualmente a um ou outro autor, enveredo por estas temáticas nas quais sou um leigo fiando-me nas conexões oferecidas pelos meus interlocutores. A maior parte do meu esforço na redação deste trabalho residuiu, assim, na tentativa de apresentar, articular e relacionar ‘lateralmente’ situações e contextos (aparentemente ou a princípio) díspares, tratando de temas e questões demasiadas ou ‘em excesso’. Não por acaso, desconfio que as principais virtudes e problemas deste trabalho relacionam-se diretamente a este esforço.

A esse respeito, alerto desde já o leitor para o fato de que a leitura de um dado capítulo em muito ilumina e esclarece outro (ou os outros). Naturalmente, cada um deles foi organizado como uma unidade que pode ser considerada (e lida) por si só. É na trama que os relaciona, por outro lado, que reside a potência desta tese. Nesse sentido, posso ter sido pouco generoso com o leitor, exigindo-lhe muita atenção e paciência. Também para facilitar um pouco as coisas para ele, explicito com frequência as conexões mais relevantes entre questões tratadas em diferentes momentos do texto – o que resulta em certas repetições e redundâncias.

³¹ Tirando estes últimos, o leitor não precisa se preocupar muito em reter e se lembrar das diversas pessoas que lhes são aqui apresentadas. Se necessário, eu mesmo me encarrego de alertá-lo sobre informações já mencionadas sobre este ou aquele personagem presente num trecho em particular.

O esforço metodológico de horizontalizar implicou, dessa forma, numa certa deselegância na apresentação do texto.

Também no interior dos capítulos e subseções o argumento foi construído através de conexões (e.g. ‘cronológicas’, ‘sequenciais’, ‘narrativas’, ‘comparativas’) entre pequenos trechos escritos – “blocos de matéria trabalhada” (Deleuze e Guattari, 1997c, p. 140) que tratam de um tema em particular (a descrição de uma cena etnográfica, uma discussão conceitual, a apresentação de um evento qualquer, um depoimento sobre esse ou aquele assunto). O leitor se defrontará, assim e por vezes, com guinadas bruscas e mudanças de velocidade de uma página ou seção para outra – *manobras* deliberadas que podem lhe trazer algumas dificuldades que eu não soube como contornar.

Como veremos, a “consistência” do ponto de vista de meus interlocutores em muito se deve à articulação das passagens, transições e relações entre diferentes espaços, atividades e situações; tudo isso lhes é particularmente bom para pensar, e aí também se expressa o valor que a mobilidade possui para eles. Da mesma forma, este texto, construído enquanto “síntese de heterogêneos”, consolida os “disparates” recorrendo a e buscando capitalizar a fecundidade do que nos é oferecido pelo que está “entre” aqueles “blocos” (ou, por exemplo e por outro lado, pelo que está “entre” um pedaço do texto e a epígrafe que lhe antecede). “É que o começo não começa senão entre dois, intermezzo”... (Deleuze e Guattari 1997c, pp. 140-143; 158-165).

4. O Trabalho de Campo e o Texto

O trabalho de campo

Durante o período do doutorado, fiz três viagens a Minaçu. A primeira delas, entre março e maio de 2008; a segunda, entre maio e julho de 2009; e por fim, uma última entre outubro e dezembro de 2009 – consideradas todas elas, passei pouco mais de 5 meses nesta cidade. Além disso, no que se refere às atividades da qual participaram militantes do MAB, realizei trabalho de campo em outros lugares e ocasiões: freqüentei três etapas – cada uma delas durando aproximadamente 15 dias – do Curso da Energia, dormindo no Fundão e me submetendo as tarefas e atividades que cabiam aos demais participantes. Realizei minha pesquisa também, com os militantes do movimento, em Salvador, durante o II Encontro Ciências Sociais e Barragens (outubro de 2007) e em Niterói, num Acampamento da Juventude organizado pelo MST (agosto de 2008).

Aqui, concentro minha atenção no que se passou em Goiás – por mais que meu trabalho nestes espaços da militância tenho sido importante para a minha pesquisa, inclusive por permitir aproximar-me mais de pessoas que conheci neste estado: seja pelo nosso intenso convívio durante o Curso da Energia, seja pelo fato de que eu e eles estávamos sempre nos alternando entre lá e cá. Além do mais, dois rapazes, vindos de Goiás, por três vezes hospedaram-se na minha casa, antes e após as etapas do Curso da Energia. Da mesma forma que eu fazia quando estava em Minaçu, aqui eles puderam conhecer um pouco mais da minha vida e da minha cidade – e as reflexões e comparações decorrentes deste ‘intercâmbio’ foram muito bem aproveitadas, por eles e por mim mesmo.

Chegar em Minaçu para iniciar a minha pesquisa, no ano de 2008, não foi complicado. Uma colega da equipe do Professor Carlos Vainer – que me acompanhava quando estive nesta cidade em 2001 – realizou sua dissertação de mestrado sobre a luta e o processo de reparação dos *atingidos* pela Usina de Cana Brava (Pinheiro 2006). Através dela, consegui o telefone da principal liderança do movimento, para quem liguei e me apresentei, explicitando meus interesses e destacando meu passado com o movimento. Sem titubear, ele deixou claro que não apenas eu poderia aparecer como também deveria fazê-lo, sendo para eles um prazer me receber ali.

E foi assim que, já no meus primeiros dias de campo, passei a freqüentar a *secretaria* do movimento: espaço que, para a minha felicidade, logo descobri ser muito mais que o local onde eram realizadas as atividades formais do movimento. Voltarei a este ponto ao longo da

tese, mas desde já destaco que ali era também um ponto de encontro e o lugar do “movimento do bate-papo”. Foi ali que eu fui iniciado na deliciosa arte da *prosa* sertaneja, passando horas a escutar *causos*, histórias e piadas (e também relatos melancólicos de quem passava por dificuldades de toda ordem). No que se refere a este convívio, não tenho como negar que me sinto um privilegiado: pois pude conhecer e usufruir da cortesia de uma gente cuja etiqueta prega que o visitante, seja ele quem for, deve ser sempre bem recebido e tratado; e que, mais do que isso, aprecia verdadeiramente a oportunidade de conversar com o estranho.

Nas primeiras semanas de campo, o que eu fazia então, diariamente, era me dirigir para a *secretaria* do movimento. Mas o que fazer com o restante do meu tempo? Eu mesmo, preocupado com que eles se ‘cansassem’ de mim, me esforcei para diversificar minhas estratégias de investigação. Sem saber muito bem o que funcionaria ou não, procurei experimentar técnicas e procedimentos os mais diversos: fiz questão de percorrer a pé todas as ruas da cidade e de me familiarizar com todos os seus *setores*, tracei mapas e diagramas da cidade, realizei ‘censos’ os mais diversos e esdrúxulos possíveis, acumulei papéis e dados de toda natureza, produzi fotos e vídeos, gravei programas de rádio, entrei em todo tipo de comércio... E, naturalmente, tentei estabelecer relações. Levando em consideração aquela cortesia e etiqueta; a atração que eu despertava vindo do Rio de Janeiro; e a minha própria facilidade para me relacionar com estranhos, não tardei para conhecer bastante gente. Logo me dei conta, porém, do que poderia haver de contraproducente nisso: e que melhor do que conhecer ‘todo mundo’, era conhecer algumas pessoas bem. Nesse sentido, fui me dar conta, durante a escrita da tese, de uma diferença entre esse primeiro período de pesquisa e os subseqüentes que, de certa maneira, reproduz algumas das tensões apresentadas mais adiante neste texto, remetendo a oposições significativas ao universo em questão.

Antes de ir para Minaçu pela primeira vez, ainda no Rio de Janeiro, reservei um quarto por uma semana num hotel da cidade. Imaginava que aquele seria um alojamento temporário, e que com o tempo providenciaria outro local para eu ficar. O que parecia ser uma solução provisória, porém, tornou-se definitiva. Pois logo descobri que naquele hotel podia também descobrir coisas interessantes sobre a cidade: principalmente pelo fato de que a maior parte dos que como eu estavam hospedados aí eram rapazes contratados para trabalhar na instalação de linhas de transmissão e subestações elétricas. Com o tempo fui perceber que a experiência destes rapazes, trabalhando longe de casa, em muito se assemelhava ao que se passava com alguns de meus conhecidos ‘locais’ – naturais de Minaçu ou tendo aí uma casa – ou com seus parentes. Se estes últimos estavam sempre me contando sobre os sentidos da vida no *trecho*, sobre o período em que estiveram *rodando o mundo* longe desta cidade, para meus

companheiros de hotel Minaçu estava justamente no *trecho* ou no *mundo*. Como eles ‘morando’ no mesmo lugar, sendo homem, jovem e estando distante do controle de familiares ou cônjuges (e ainda por cima sendo bom de copo), não tive muitas dificuldades em me misturar a estes rapazes; e fiz destas interações também uma parte do meu campo. (Não tive como, porém, acompanhá-los até seus locais de trabalho, nossa interação se resumindo ao que se passava após seu expediente). Pude me dar conta, igualmente, da frequência e importância das visitas destes ‘forasteiros’ – de fato, mesmo estando a cidade “decadente”, seus 12 ou 15 hotéis estavam quase sempre cheios.

Voltar ao campo para o segundo período de pesquisa, porém, teve implicações não triviais. Pois na medida em que eu *voltei*, passei a ser encarado por meus conhecidos no movimento de outra maneira. Ao que lhes parecia, eu não era apenas mais um destes inúmeros “homens de fora” que apenas *passavam* pela cidade – com frequência prometendo que voltariam, raramente cumprindo suas promessas. Imagino que tudo isso foi fundamental para que meu relacionamento com estas pessoas atingisse outro patamar. Durante o primeiro campo, certamente visitei algumas destas pessoas em suas casas: mas aí eu era justamente uma *visita*, alguém que entrava pela porta da frente e era recebido com cerimônia. Retornando à cidade, e dando assim provas de certo comprometimento com aquelas pessoas, fui ‘convidado’ a iniciar relações mais *duráveis* – e não por acaso pude então adentrar no universo das *famílias*.

Aproximei-me, assim, de três famílias, todas morando num mesmo *setor*. Para tanto foi imprescindível, além da minha *volta*, o contato com os rapazes e moças que, nesta época, *formavam-se* como *militantes*. Justamente em função de minha relação prévia com o movimento, e em função de nossos inúmeros conhecidos em comum, pude construir uma relação de intensa proximidade com estes *jovens*. Além disso, podendo ser situado facilmente por eles em redes sociais que lhes eram conhecidas (“Você trabalhou com o Carlos Vainer? Vai estar também no Curso da Energia?”) encontrei aí a oportunidade de sustar parte daquela desconfiança perante os “homens de fora” que, como veremos adiante, certamente não impede a cortesia nem a participação na rodas de conversa – mas impõe limites à convivência. Pois foi justamente através destas moças e rapazes que cheguei até aquelas *famílias*: as suas próprias, ou a de vizinhos e parentes. Introduzido nelas por eles, foi com naturalidade que me apeguei às pessoas que por eles me foram apresentadas; e com o tempo fiquei tão amigo destes vizinhos, namorados, pais e irmãos dos *jovens* quanto deles próprios.

Meu primeiro trabalho de campo foi, assim e em termos relativos, mais *mundano* (o sentido deste termo ficará claro mais à frente) e ‘masculino’ – eu estava ‘solto’ na cidade,

acumulando conhecidos e me relacionando superficialmente com eles, participando da *prosa* dos homens na secretaria ou dos bate-papos e estripulias dos rapazes que estavam no *trecho*. No restante da pesquisa, minha atenção recaiu mais sobre as *famílias*. Daí também a importância das mulheres neste trabalho, o que não por acaso me levou a colocar as *mães* no seu título.

E isso tudo não deixa de ter suas ambigüidades: pois se esse é um trabalho que trata da mobilidade e dos deslocamentos, durante praticamente toda a minha pesquisa em Minaçu estive ‘imóvel’ nesta localidade. Estive sim algumas vezes em Goiânia, acompanhando algumas destas mulheres e jovens a resolver *coisas* na capital, com eles me hospedando nos distantes subúrbios desta cidade (onde uma conhecida nossa de Minaçu passou a morar, após decidir-se a abandonar a cidade e abraçar o *trecho*); ou então passando uma semana debaixo da lona preta, num acampamento do MST nas redondezas do INCRA (para a maioria dos seus ocupantes, espaço encarado antes de mais nada como um lugar para morar ou *de-morar*, provisório e precário como qualquer outro). Na maior parte do tempo em que estive em Goiás, porém, minha circulação esteve restrita ao limites do urbano em Minaçu. Com o tempo, o hotel enquanto lócus etnográfico ficou em segundo plano. Se eu não estava na secretaria do MAB, estava no Paraíso (*setor* onde aquelas *famílias* moravam), ou rodando pelas ruas da cidade com minhas amigas, para resolver essa ou aquela *coisa*. Olhando retrospectivamente, parece-me ter sido essa uma decisão acertada. Por inúmeras vezes, recebi convites de conhecidos (homens, quase sempre) que me chamavam para uma *aventura*: “Você não quer ir comigo até o Maranhão? Vem, a gente *rasga por aí*, vamos ver coisas incríveis, e depois vamos visitar minha família!”. Não vou negar que me senti tentado por estes convites – afinal de contas, como todo mundo costumava dizer, “aqui nessa cidade não acontece nada!”. Ficar *parado*, porém, teve suas vantagens: pois pude assim, ao longo de dois anos, não apenas perceber o que mudou na cidade como também acompanhar as idas e vindas (as primeiras bem mais frequentes, sem dúvida) de meus conhecidos – ou ao menos daqueles que, naquela cidade “parada”, “sem futuro” e que “estava acabando”, tinham condições para circular ou *dar no pé*.

A maior parte dos depoimentos citados neste texto foi produzida (e traduzida) a partir de entrevistas gravadas, todas elas (com exceção de uma) realizadas nos meus últimos dias de trabalho de campo. Após algumas tentativas não muito bem sucedidas durante minha primeira estadia na cidade, optei por postergar o uso do gravador até que eu soubesse melhor que

questões (me) eram realmente importantes. Assim, no terceiro trabalho de campo escolhi algumas pessoas que eu já conhecia relativamente bem e com quem eu me sentia à vontade (o inverso, é claro, também ocorrendo) – e busquei orientar nossa conversa em função dos meus interesses de pesquisa, a partir de tudo o que eu aprendera até então. Além disso, lancei mão nesse período de outra estratégia. Em rodas de conversa onde estavam presentes meus conhecidos, eu perguntava se podia ligar meu gravador – “isso que vocês estão falando me interessa, posso gravar e levar pro Rio?”. Invariavelmente, recebia um “é claro!” como resposta. Outros depoimentos – principalmente os que não são muito extensos – foram reconstruídos e produzidos a partir das minhas notas de campo.

Ainda assim, há que se destacar que o principal material de que me servi nesta tese foram mesmo estas notas de campo. Após todas as ‘experimentações’ nas técnicas de pesquisa durante o primeiro campo, do segundo em diante passei a lançar mão dos procedimentos cujo rendimento – aferido somente meses depois – foi maior. “Lá vem o André com aquele papelzinho!”, meus interlocutores estavam sempre a me dizer. O “papelzinho” em questão era uma folha de caderno dobrada ao meio três vezes, que eu sempre mantinha à mão, no bolso da bermuda. Qualquer coisa que me interessava merecia ali uma brevíssima anotação – nunca mais do que algumas palavras. No final do dia, diante do meu computador e a partir destas indicações, aí sim eu redigia uma nota de verdade. Se as anotações no “papelzinho” se acumulavam muito, eu procurava uma lan house e lá transformava aqueles rabiscos em parágrafos. Em qualquer lugar que eu fosse, o “papelzinho” vinha comigo; e me impus a obrigação de conceder ao menos uma hora diária (e frequentemente mais), todos os dias, para digitar e desenvolver as indicações ali presentes.

O texto e algumas convenções

1. A respeito das convenções e formas prevalentes neste texto, reitero o que já afirmei na primeira nota de rodapé:

a) utilizo itálico para as categorias nativas (*xxx*), em especial na primeira vez em que elas aparecem ou nos trechos em que elas são particularmente significativas;

b) aspas simples (‘xxx’) para problematizar termos e expressões, ou para sugerir que lanço mão deles na ausência de melhor opção para o que quero dizer;

c) aspas duplas (“xxx”) para as falas dos informantes e citações bibliográficas;

d) e o sublinhado para marcar minhas próprias ênfases (xxx).

2. Sobre o uso e definição das categorias nativas: como definir os termos que merecem tal status? Parece-me problemático restringi-lo apenas àqueles que, aos meus olhos, são exóticos ou pouco conhecidos. Meu critério a esse respeito é simples: marco em itálico os termos e expressões que, sendo frequentemente usados pelos meus interlocutores, assumem uma importância decisiva no meu argumento. Pretendo assim chamar a atenção do leitor para o que foi grafado desta forma, já que atribuo importância ao(s) sentido(s) destas categorias: sejam eles – de acordo com o nosso ponto de vista – óbvios ou não. Enquanto tradutor do ponto de vista nativo, me permito considerar também como categorias nativas variações ‘analíticas’ de termos efetivamente usados pelos meus interlocutores. A partir de *mundo* ou *próprio*, por exemplo, grafo em itálico também, em determinadas situações, termos ‘inventados’ como *mundano* e *propriedade*.

3. Os trechos que aparecem recuados à direita, com a letra em tamanho menor, são citações bibliográficas com mais de três linhas, sempre entre aspas; ou então falas de interlocutores – neste caso, as aspas não se fazem presentes.

4. Todos os nomes de pessoas apresentados aqui são fictícios – com a exceção das figuras públicas e daqueles que se fazem presentes em textos escritos (e públicos).

5. Exceto quando indicado, todas as fotos são de minha autoria.

5. Breve História de Minaçu

A cidade de Minaçu está localizada no extremo-norte do estado de Goiás, às margens do Rio Maranhão (que, alguns quilômetros abaixo, no seu encontro com o Rio das Almas, fará surgir o Rio Tocantins). Possui hoje cerca de 30.000 habitantes, mais de 90% deles vivendo na sede do município.

A ocupação desta área remonta às primeiras décadas do século XVIII, quando a descoberta de ouro na região levou ao surgimento de alguns arraiais e vilas (Cavalcante, Crixás, São José do Tocantins, São Félix, Amaro Leite, dentre outros). Algumas décadas depois, com o declínio desta atividade, a maior parte dos seus habitantes saiu da região. Algumas destas localidades foram então inteiramente abandonadas, e outras permaneceram pelos séculos seguintes como pequenos povoados.

Nos anos 40, com a construção da Rodovia Transbrasiliana (atual Belém-Brasília) o norte do atual estado de Goiás passou a atrair migrantes em busca de terra vindos de Minas Gerais, do Espírito Santo, da Bahia e do sul do próprio estado. Eles dirigiam-se inicialmente para as áreas no entorno do que são hoje as cidades de Ceres e Rialma, construídas nas margens daquela rodovia, onde foi implantada, durante o primeiro governo Vargas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

Na esteira destes empreendimentos, muitos destes migrantes prosseguiram rumo ao norte, ocupando as áreas do que são hoje alguns municípios vizinhos de Minaçu: Estrela do Norte, Santa Tereza, Campinaçu, Trombas e Formoso. Nestas duas últimas localidades, o confronto entre os migrantes e grileiros culminou, nos anos 50 e 60, no que ficou conhecido como “Revolta de Trombas e Formoso”. Também na metade dos anos 50 outro fluxo migratório alcança a região, formado por *maranhenses* que buscavam terra e que foram os “pioneiros” na ocupação da área hoje pertencente ao município de Minaçu.

O núcleo urbano que deu origem a essa cidade formou-se nos anos 60, quando uma jazida de amianto crisotila foi descoberta na área, atraindo o interesse de uma empresa – a mineradora SAMA S.A. – que deu início a sua exploração. Em 1976, esta localidade emancipou-se do município de Uruaçu, do qual fazia parte até então.

Nos anos 70, a descoberta de uma jazida de cassiterita às margens do Rio Maranhão, nas imediações de Minaçu, atraiu o interesse de garimpeiros dos mais diversos cantos do país. Este movimento intensificou-se ainda mais alguns anos depois, com a divulgação da notícia de que havia ouro neste rio e no Tocantins.

Logo depois, na metade dos anos 80, iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, realizadas dentro dos limites deste município e implicando no alagamento de terras de 19 outras cidades – o lago desta barragem é, nos dias de hoje, o maior do país em termos de volume de água e o quinto em extensão. Entre o final dos anos 90 e o início deste século, duas outras usinas foram construídas, neste mesmo trecho do Rio Tocantins: Cana Brava e São Salvador³².

³²Serra da Mesa tem uma potência instalada de 1275 MW, e um reservatório com a área de 1784 km²; Cana Brava, 456 MW e 139 km²; e São Salvador, 243 MW e 104 km².

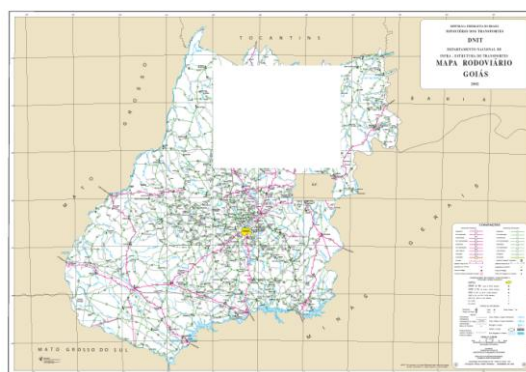
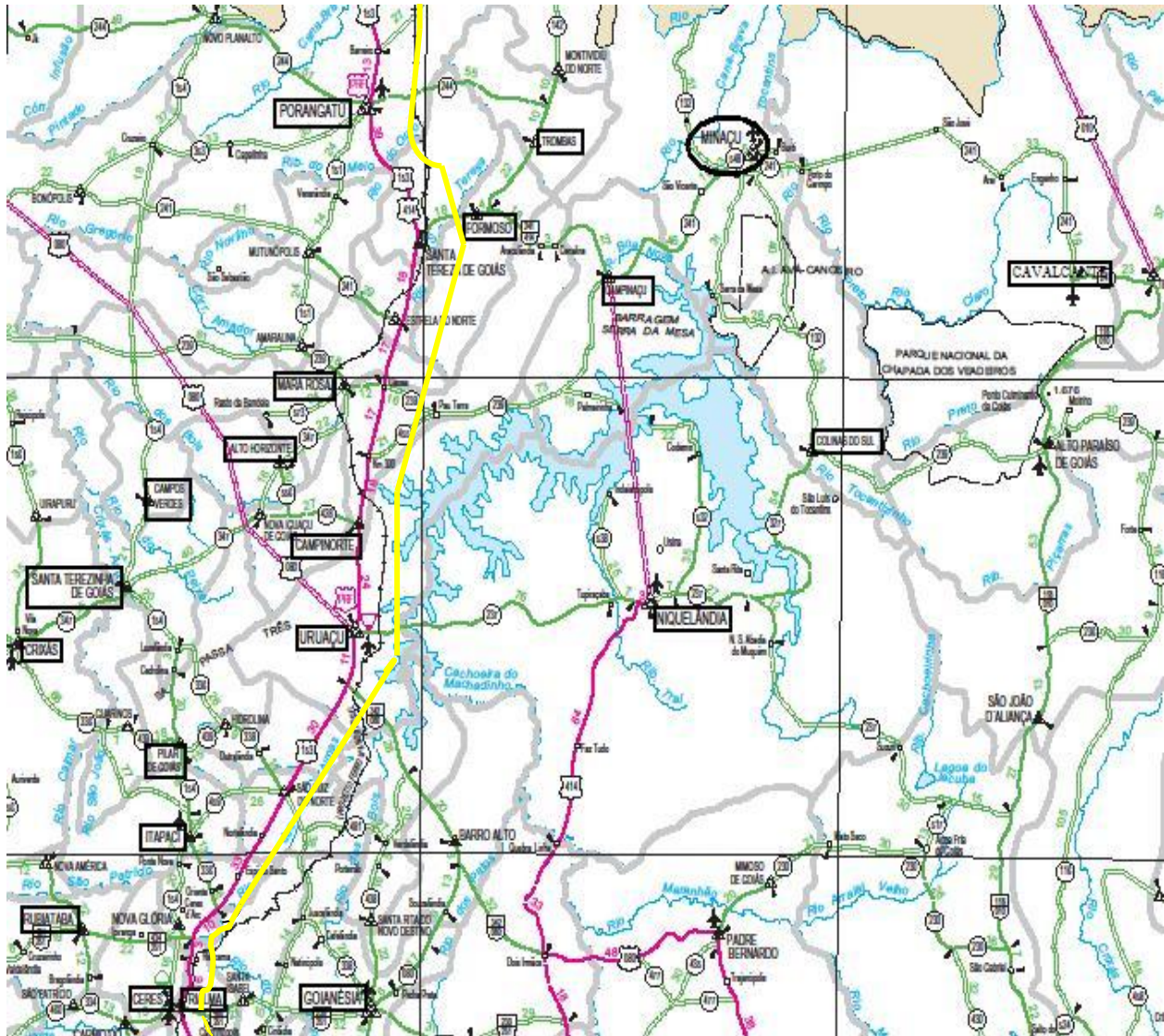
ESTADO DE GOIÁS: MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E PRINCIPAIS CIDADES - 2000



LEGENDA	
Mesorregiões	Microrregiões
1 - Noroeste Goiano	1 - São Miguel do Araguaia
2 - Centro Goiano	2 - Rio Vermelho
3 - Leste Goiano	3 - Entorno de Brasília
4 - Sul Goiano	4 - Porangatu
5 - Norte Goiano	5 - Chapada dos Veadeiros
	6 - Carajás
	7 - Anápolis
	8 - Ipomé
	9 - Anicuns
	10 - Goiânia
	11 - Vão do Paraná
	12 - Sudoeste de Goiás
	13 - Vale do Rio das Boas
	14 - Mesa Ponte
	15 - Pires do Rio
	16 - Catalão
	17 - Catalão
	18 - Quirinópolis

FORNE:
 Departamento de Estudos de Ecologia - DEE-GE,
 Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999
 (base cartográfica).
 IBGE, Divisão de Pesquisas de Goiás, Composição
 das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1995.

ORGANIZAÇÃO:
 Tadeu Alencar Assis
 Cartografia digital:
 Leandra Borges de Moraes



Mapa 2 - Norte de Goiás: principais cidades citadas no trabalho

Área em branco na figura de baixo (Mapa Rodoviário de Goiás) aparece ampliada na de cima. A linha amarela corresponde à BR-153 (Belém-Brasília). Note-se que as Barragens de Cana Brava e São Salvador não aparecem neste mapa.

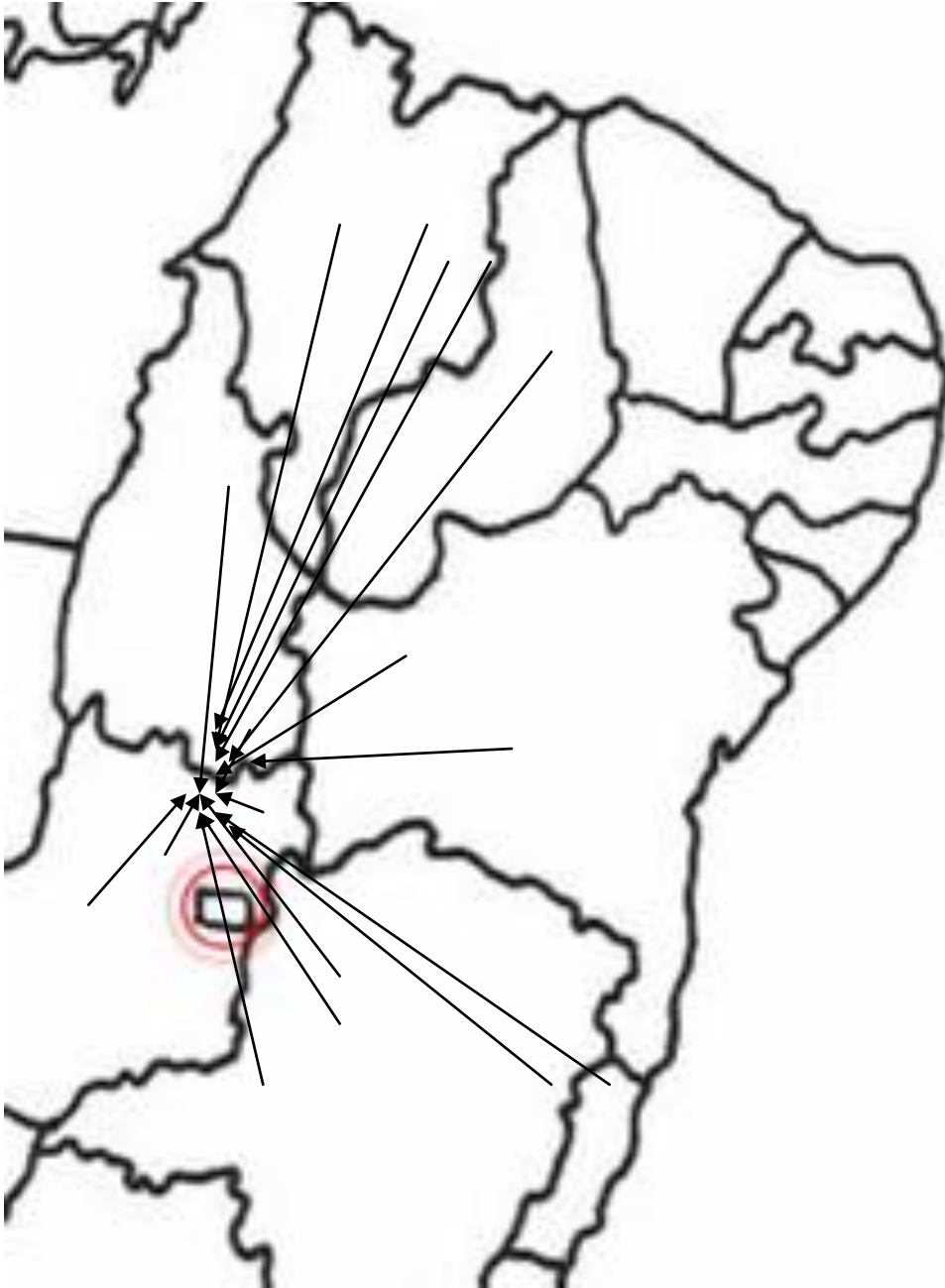


Mapa 4 – A ‘área cultural’ em questão

Apresento aqui algumas cidades mencionadas de forma particularmente recorrente durante o meu campo, que poderiam ser assim entendidas como ‘centros’ ou ‘pontos de parada’ particularmente relevantes para estas pessoas, que aí (ou em suas redondezas) nasceram, passaram, moraram ou *de-moraram*.

A linha preta cruzando as fronteiras dos estados corresponderia, grossíssimo modo, aos contornos – certamente não fechados nem precisos, mas ‘esburacados’ e sem ‘limitar’ muita coisa – daquela ‘parte’ do *mundo* por onde as pessoas de que trato aqui mais *rodaram*, e que lhes é especialmente conhecida.

As diversas aspas nos parágrafos acima ajudam a compreender o quão precária e imprecisa é esta ‘representação’. As próprias concepções e experiências espaciais destas pessoas não são comumente expressas através deste tipo de linguagem cartográfica. O esforço de adaptação ou tradução disso tudo para um formato que nos é familiar tem o objetivo de facilitar a vida do leitor – e, talvez, também de sugerir (ou inventar) a existência de algo da ordem daquelas ‘áreas culturais’ caras aos antropólogos.



Mapa 4: Origem dos Moradores de Minaçu

Principais Locais de Origem/Nascimento dos meus interlocutores com mais de 40 anos de idade (não nascidos em Minaçu, portanto). Naturalmente, a linha reta não implica num deslocamento direto entre os extremos, o trajeto de um ponto a outro sendo na prática sempre muito mais tortuoso e ziguezagueante.

CAPÍTULO 1 – AS FEBRES E A MÃE

Parte 1 – Minaçu e sua Mãe.....	54
1.1 Chegada em Minaçu	54
1.2 A Sama	61
1.3 Cidades que Acabam	69
Parte 2 – Febre da Castelita, do Ouro, das Barragens.....	73
2.1 O Garimpo, o Dinheiro Maldito e as Pepitas	73
2.2 Uma, Duas, Três Barragens	84
2.3 Febres no Tempo e no Espaço	92
2.4 As Mães e as Febres	100



Fig. 2: As Febres e a Mãe

Resumo do Capítulo

Aqui introduzo ao leitor a cidade de Minaçu, apresentando algo sobre sua história e sobre a difícil situação em que ela se encontra nos dias atuais, a partir das vivências e descrições que me foram oferecidas pelos meus interlocutores. Discuto alguns elementos a respeito do surgimento desta localidade, e da importância assumida pela mineradora que é considerada a “mãe de Minaçu”. Em seguida, descrevo rapidamente as diversas *febres* que, afetando e transformando a cidade ao longo das últimas décadas, se vinculam a atividades como o garimpo de ouro e cassiterita e a construção das barragens. Contrapondo estas *febres* ao papel desempenhado por aquela mineradora, esboço uma primeira tensão onde a questão da mobilidade se faz presente de maneira significativa.

PARTE 1 – MINAÇU E SUA MÃE

1.1 Chegada em Minaçu

Cheguei em Minaçu no início de março de 2008. Como já disse, meu único contato local era Sírio, liderança local do MAB. Ao colocar os pés pela primeira vez na secretaria do movimento, encontrei-o por lá. Conversei rapidamente com ele, que me deu as boas vindas e me disse para ficar à vontade, retirando-se em seguida. Bastante desconfortável, sentei-me em um canto e fiquei observando o que se passava ali.

Diversas pessoas entravam e saíam, alguns senhores encontravam-se sentados sozinhos, dois ou três conversavam. Um desses senhores cumprimentou-me e sentou-se ao meu lado; falou então um pouco sobre sua vida, parecendo pouco interessado em saber o que eu fazia ali. Ele despediu-se, e logo em seguida troquei algumas palavras com outro homem, também solícito e simpático. Logo descobri que, naquele lugar, era mais fácil do que eu imaginava entabular uma conversa. Bastava permanecer ali, que logo alguém se aproximaria. Eu então fazia questão de dizer que estava ali para escrever um livro, sobre a luta dos atingidos e a situação em que se encontrava Minaçu, sempre ressaltando meus anos de trabalho junto ao MAB em outros cantos do país.

Nas semanas subseqüentes, sempre que eu voltava à secretaria do movimento, as coisas se passaram mais ou menos do mesmo modo: eu chegava, apertava a mão de todos os que aí se encontrassem, fossem homens ou mulheres, já conhecidos ou ainda não, imitando o que eu já descobrira que correspondia aos bons modos locais. Depois eu costumava me dirigir para a “sombra da mangueira”, onde diversas pessoas – principalmente homens na meia-idade ou já idosos – se reuniam para conversar, num banco improvisado com tábuas e tijolos. (Semelhantes a este último, inúmeros outros podiam ser encontrados pela cidade, nas esquinas ou debaixo de árvores, todos usados com o mesmo fim: *prosear*).

A descontração que marcava estas conversas e os convites que eu recebia para me juntar a elas me incentivavam a voltar diariamente a este ponto. Além disso, eu tinha ali a oportunidade de começar o meu trabalho propriamente dito, em circunstâncias que me pareciam particularmente favoráveis. Por vezes tive a impressão de que aquelas pessoas

sabiam exatamente que tipo de assunto me interessava, pondo-se a discorrer longa e didaticamente sobre o tempo do garimpo, os impactos das barragens ou a história da região.

Já no primeiro dia em que estive na secretaria do MAB, numa conversa rápida fui apresentado a uma série de tópicos que, como mais tarde eu iria perceber, marcariam os rumos da minha pesquisa. Relendo muito tempo depois as notas correspondentes a essa conversa, não pude deixar de me surpreender com a clareza e a pertinência analíticas dos tópicos aí listados. Isto certamente não era um produto da minha capacidade de discernir, de maneira quase premonitória, temas e questões fundamentais para aquelas pessoas. Com maior probabilidade, era sim o resultado da lucidez do meu interlocutor que, como a dar boas vindas para alguém de fora, parecia disposto a enumerar de forma didática uma série de pontos com os quais eu teria que lidar. (Mas será que ele também já não sabia, em virtude de sei lá que experiências, que tipo de coisa eu buscava ali *pesquisar?*)

Estes pontos – para ele, para mim e para muitos outros – relacionavam-se diretamente às dificuldades pelas quais passavam aquelas pessoas que, como ele, freqüentavam a secretaria, assim como ajudavam a explicar qual era o sentido de estar ali e de *fazer parte* do MAB.

A pessoa a que me refiro aqui é Seu Alípio, um senhor pacato e de fala mansa, tendo por volta de 50 anos. Encontrei com ele diversas outras vezes, mas nunca chegamos a ser muito próximos, e nem sei maiores detalhes sobre sua vida. Ainda assim, registro aqui o que ele me disse naquele dia em pouco mais de quinze minutos de conversa, enumerando os pontos para o leitor com a intenção de tentar ser tão claro quanto ele o foi para mim nesta ocasião.

Seu Alípio me contou então (1) sobre a grilagem de terras no Pará e no Maranhão, sobre as dificuldades com se defrontavam os que moravam nesta região... E como muitos destes encontraram no garimpo uma possibilidade de vida, diversos dentre eles vindo para Minaçu e outros lugares do norte de Goiás há algumas décadas, a partir das notícias que então *corriam o mundo* a respeito da quantidade de ouro e cassiterita que aí podia ser encontrada.

(2) Falou depois sobre a construção das barragens e dos milhares de homens que chegaram em Minaçu para trabalhar nelas, e do desemprego que assolara a cidade após o término das obras. O desemprego se explicava também porque a maior parte das áreas de garimpo havia sido inundada. Além disso, a rígida fiscalização do IBAMA e suas ameaças de multa inibiam qualquer tentativa de dar procedimento a essa atividade em uma ou outra das áreas remanescentes, ou mesmo no lago da barragem. Nos dias atuais, segundo ele, até

mesmo aqueles que iam cortar uma árvore no mato porque precisavam de madeira para um girau ou de lenha estavam sendo perseguidos, eles também sendo multados!

(3) Então ele mencionou a SAMA, a *mãe* de Minaçu e que extraía o amianto que tantas doenças provocara nos seus funcionários no passado. “Aquele pessoal com o pulmão seco, de tanto comer amianto...”. Até mesmo naqueles dias um ou outro que sentia (ou dizia sentir) qualquer coisa de errado procurava a justiça, em busca de uma indenização. Na sua opinião, porém, o amianto já não fazia tanto mal. A SAMA se modernizara muito nos últimos anos, passara a utilizar muita “tecnologia”, investira numa série de filtros que molhavam o minério e impediam que ele soltasse o pó que antes se infiltrava nos pulmões das pessoas. Por outro lado, essa mesma “tecnologia” permitiu que essa empresa dispensasse muita gente, e que isso só contribuiu para aumentar o desemprego na cidade.

(4) Sim, o desemprego, isso era assunto sério. Ele mesmo já fora *fichado* no seu passado, mas hoje em dia vivia de bicos, e das cestas básicas que o movimento distribuía e que *ajudavam* um pouco...

Sem qualquer dúvida, não é privilégio de Seu Alípio “viver de bicos” e de *ajuda* naquelas circunstâncias. Já familiarizado com a *secretaria* do movimento, e tendo tido já a oportunidade de conhecer um pouco de diversas das pessoas que freqüentavam aquele espaço, me peguei num certo dia procurando me lembrar de quais dentre elas ‘trabalhavam’; ou seja, tinham uma ocupação na qual passassem a maior parte do seu dia. Desconfio que me propus essa questão ao me dar conta de que as *reuniões de coordenadores* aconteciam quase sempre no meio da tarde, e ao perguntar-me se isso não impediria que a elas comparecessem os que, nessa hora e de acordo com o que eu supunha razoável, deviam estar no ‘trabalho’. De um universo de 40 ou 50 pessoas, consegui identificar então apenas 3 com um emprego ‘regular’: ou seja, uma atividade remunerada que lhes ocupassem diária e regularmente por um certo número mínimo de horas.

Foi mais ou menos por essa época que comecei de fato a entender o que significava esse “não ter trabalho” para eles. De imediato, uma pergunta se colocava para mim. Eu estava diante de pessoas que moravam – na sua imensa maioria – na cidade, e que não podiam apelar para os recursos que a terra provê. Conforme o que Seu Alípio já havia me dito, a caça era fiscalizada pelo IBAMA, e mesmo a pesca no imenso lago que se descortinava ao lado da cidade era praticamente inexistente, dadas as restrições que este mesmo órgão lhe havia imposto. Assim, como faziam então essas pessoas para sobreviver?

Eu sabia que, ali na secretaria, todos recebiam cestas básicas, e o quanto elas eram importantes para essas pessoas. Mas eu mesmo participara do processo de empacotamento destas cestas, e conhecia bem seu conteúdo, que mesmo variando ocasionalmente não ia muito além do litro de óleo, dos 2 quilos de açúcar, 10 de arroz, 2 de farinha, 3 de feijão, 1 de fubá, 1 de leite em pó integral, 1 de macarrão. Já havia ouvido várias vezes que essa cesta *durava*, para uma família não muito grande, pouco mais de uma semana. Seu Alípio mesmo havia dito que a cesta *ajudava* – ou seja, oferecia algum alívio, mas não era suficiente.

Para compreender melhor as questões relativas à “decadência econômica de Minaçu” e às dificuldades que tantos de seus moradores enfrentavam, é preciso conhecer um pouco melhor esta cidade. Tendo isso em vista, convido o leitor para um passeio nas suas ruas e avenidas, aproveitando para apresentá-lo a algo daquilo que, numa etnografia, é fundamental: um ‘cheirinho’ daqueles “sabores e cores” (Mauss 1974) que compõem os ‘climas’ locais.

Passeio por uma cidade que está acabando

Para quem é de fora, a organização do espaço de Minaçu através do quadriculado urbano, com princípios relativamente simples norteando a sucessão das vias e ruas, ajuda – e muito – a orientar-se naquela cidade. Até mesmo porque a aparente repetição do cenário que vai se descortinando ao longo de uma caminhada confunde o recém-chegado, que vai demorar muito tempo até ser capaz de diferenciar a Avenida Mato Grosso da Goiás ou então a rua 5 da 6 ou da 7. Aí, no *setor central*, na região mais nobre da cidade (se desconsideramos o que se passa no mundo à parte que é a SAMA, como muitos efetivamente fazem) a disposição das propriedades nos quarteirões segue um padrão que não é privilégio de Minaçu, e que certamente não se originou aí. De uma forma geral, estamos diante do mesmo modelo presente, por exemplo, nos loteamentos construídos ao longo das últimas décadas – e também nos que estão sendo construídos agora – nos subúrbios de Goiânia ou em outras cidades no interior do estado³³: vinte lotes retangulares (de 20 por 30 metros) por quadra, originalmente

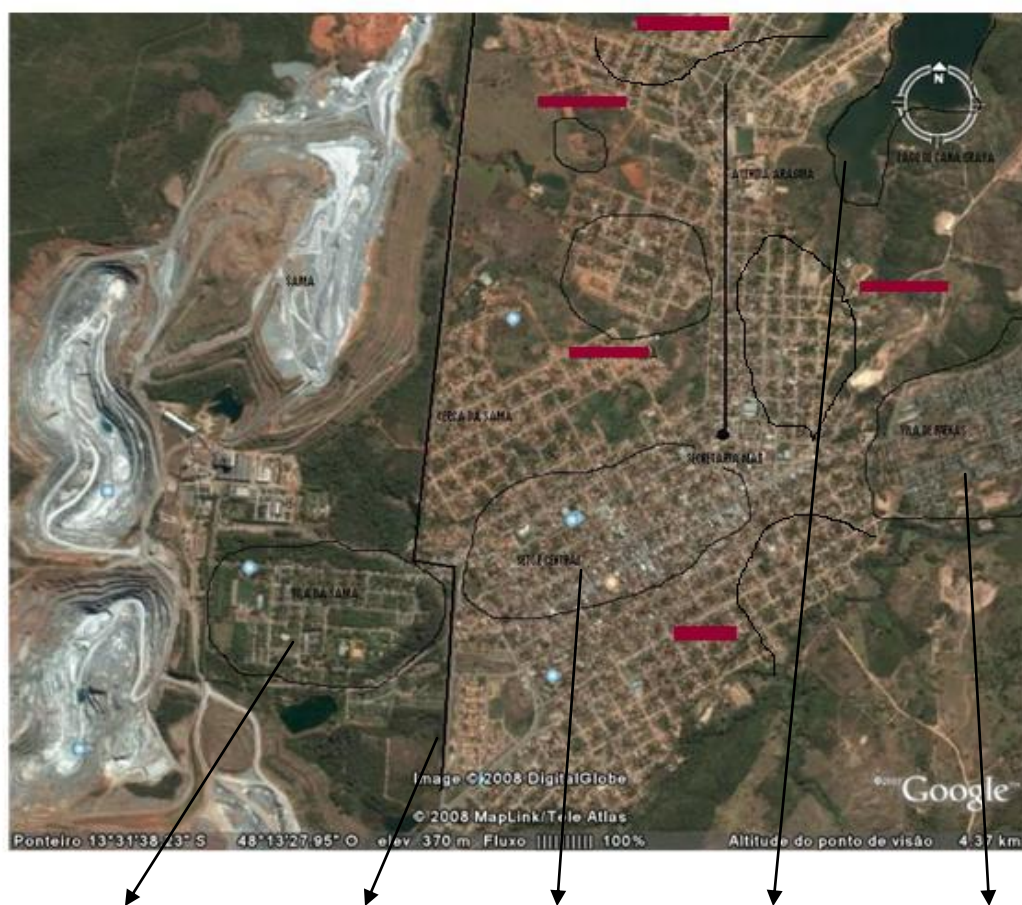
³³ Goiânia, como todos nós sabemos, foi planejada e construída para ser a capital moderna que substituiria a recatada e colonial Cidade de Goiás. A organização do tecido urbano de Minaçu nestes moldes também é produto da iniciativa estatal, tendo se iniciado num contexto que guarda semelhanças com aquele em que foi construída a capital – está última, surgida durante a gestão de Pedro Ludovico, interventor de Getúlio Vargas no estado, num momento em que já se consolidavam os projetos relativos ao povoamento do interior do país, emblematicamente expressos na Marcha para o Oeste. Na metade dos anos 60, a jazida de amianto descoberta na região da atual Minaçu e que deu início ao seu povoamento sistemático era o objeto de disputas entre a empresa que começara a explorá-la (e que viria a ser posteriormente a SAMA) e uma mineradora recém-criada pelo governo do Estado, a METAGO. O então governador, Mauro Borges, era não só o filho de Pedro Ludovico como

concebidos para uma única propriedade, identificados a partir de placas ou pinturas nas suas fachadas apresentando o setor e a via onde elas se localizam, assim como os números da quadra, do lote e da casa. A repetição deste padrão nestas diversas localidades, e a sensação de *deja vu* que a acompanha, contribui para certa impressão de monotonia decorrente desta organização do espaço. Para quem chega ali pela primeira vez, tudo aquilo pode parecer de alguma maneira familiar: a disposição das vias, a arquitetura das casas ou os traços dos muros que as tornam quase invisíveis, os pequenos e humildes estabelecimentos comerciais que pipocam aqui e ali, a persistência sem variação destes elementos por quilômetros a fio.

De uma forma mais geral, a delimitação dos “contornos do urbano” se dá também através de outras marcas, se impondo neste caso de maneira nítida e peremptória. Por todo o leste da cidade, existe a “cerca da SAMA”, barreira para além da qual se encontra toda a área controlada pela mineradora: a vila, a usina, as jazidas, a reserva ecológica, as áreas já exploradas ou ainda não. A norte e noroeste, a divisa é assinalada pelo lago da barragem de Cana Brava.

A sucessão de quadras praticamente idênticas entre si é intercalada por terrenos baldios onde se acumula lixo, pastam alguns poucos cavalos ou cresce um mato ralo. Nas áreas próximas aos córregos, esse mato dá lugar por vezes a matas que impressionam pela sua variedade e pelo viço do que nasce ali, evocando a riqueza das veredas que ainda existem em trechos do cerrado afastados das áreas urbanas. Como que a lembrar-nos do que era aquela região há algumas três ou décadas atrás, eventualmente um tucano nos sobrevoa nestas áreas mais afastadas, indo empoleirar-se no telhado de uma casa ou no topo de um árvore, despertando a atenção de algumas crianças ou de um ou outro que passe por ali.

também o herdeiro de sua orientação nacionalista e de seu capital político. Foi justamente neste curto período que a METAGO esteve de posse das jazidas (posteriormente concedidas aos seus donos ‘originais’) que algumas poucas vias, na área defronte à mina e que hoje corresponde a parte do centro de Minaçu, que teve início a urbanização nestes moldes. Como o tempo, ela foi estendida para outras áreas e setores à medida que a cidade ia crescendo (Borges 1965).



Vila da Sama Cerca da Sama Setor Central Lago UHE C.Brava Vila de Furnas
 Figura 3: Mapa de Minaçu

Como que se contrapondo à homogeneidade induzida pelo traçado das vias, pela arquitetura das edificações e pela repartição das quadras, o apelo às cores fortes e variadas na pintura das paredes e das calçadas é uma constante. Sobre este pano de fundo colorido, são traçados os elaborados grafismos que os comerciantes encomendam as oficinas de serviços de pintura para chamar a atenção do seu negócio – “Fazemos placas, desenhos, letras, grafítagens, faixas, decorações, telas; em casas, portões, telhados, janelas, calçadas...”. Não são somente os comerciantes, porém, quem apela para este tipo de inscrição ou anúncio. Em grande parte das casas, pequenos serviços e produtos são anunciados em pinturas nos muros ou em placas neles afixadas.

Lava-se roupa. Corta-se árvore. Lava-se caixa d’água. Trabalho com E.V.A.. Vende-se gelosinho e cremosinho. Corto cabelo e faço escova. Aqui, produtos AVON. Faço desenho de qualquer tipo. Lava-se roupa. Costuro para fora. Faço uniformes para firmas em geral. Aqui, raizeiro. Vende-se alface. Dou aulas de reforço. Aluga-se um Pula-Pula. Vendem-se mudas de oitis. Ensina-se costura. Confecções, costuras e consertos no geral. Pintamos cadeiras e mesas. Consertos de refrigeração automotiva, de aparelhos de ar-condicionado ou geladeiras. Vende-se geladeira. Vende-se aparelho de DVD com nota fiscal e garantia. Vende-se celular. Vende-se câmera fotográfica. Alugam-se quartos. Faz-

se chapinha. Vendem-se perfumes. Afiam-se alicates e tesouras. Vendem-se blusinhas. Pedreiro e carpinteiro. Vende-se frango caipira. Manicure. Vende-se um freezer. Revendedor Abelha Rainha Cosméticos. Eletricista predial e residencial. Vendem-se remédios naturais. Vende-se uma canoa. Vendem-se iscas vivas. Vendem-se doces, bolos e salgados. Alugamos cama elástica. Pedrinho da pipoca – festas e eventos.

Placas e pinturas como essas, sem dúvida, podem ser encontradas nas periferias de grandes cidades ou em inúmeras outras localidades do interior do país. Não me lembro, porém, de ter estado em um lugar onde elas eram tantas, e tão freqüentes. Nenhuma destas inscrições, por outro lado, era tão comum como estas duas, elas sim repetidas à exaustão: “Vende-se essa casa. Aluga-se essa casa”.

Afinal de contas, como veremos neste capítulo, Minaçu era uma cidade que estava “acabando”. Quando estive lá no começo de 2008, dando início ao meu trabalho de campo, já me familiarizara com essa afirmação. “Tá todo mundo indo embora daqui, isso daqui não tem futuro... Minaçu já era!”.

No final do ano seguinte, as coisas pareciam ter piorado ainda mais. Retornando à cidade após alguns meses no Rio, eu mesmo fiquei impressionado com o número de lojas que haviam fechado na Avenida Maranhão, onde se centralizava o comércio da cidade. Eu então lançava mão de um (bom) parâmetro local para avaliar a saúde econômica daquele lugar, tal como faziam seus moradores o tempo inteiro. O que não deixava de ser um mistério para mim: como, em tão pouco tempo, as coisas pioraram de tal modo? Os grandes fatores responsáveis por aqueles tempos difíceis vinham atuando já há alguns anos, e não me ocorria nenhuma razão para que, no intervalo de 4 ou 5 meses, tantas lojas fechassem as portas. Procurei descobrir, nos debates que presenciava diariamente, explicações possíveis. A mais freqüente delas foi que a falta de atitude do novo prefeito, julgado por muitos incapaz de ajudar a cidade, havia sido a gota d’água para comerciantes já desesperançosos, que se mudaram dali ou fecharam seu negócio. (Participante ativo destas discussões nesta época – já no fim do meu trabalho de campo – sugeri para alguns conhecidos, a partir de tudo o que já aprendera sobre aquele lugar, outro fator que pode ter contribuído para aquela piora recente. Para alguns destes, minha hipótese até que era plausível. Naquele final de 2009, já não havia mais *firmas* construindo linhas e torres de transmissão naquela região, nem funcionários delas se hospedando e consumindo – mesmo que temporariamente – em Minaçu. Além disso, as obras da construção da Usina de São Salvador haviam se encerrado há pouco menos de um ano. Mesmo que localizada no município de Minaçu, foram as cidades de Palmeirópolis e São Salvador, já no estado de Tocantins e mais próximas do canteiro de obras, as que acolheram os trabalhadores responsáveis por sua construção. Dado que Minaçu era bem maior que estas

localidades, parece-me que também o seu comércio foi beneficiado pela demanda oriunda deste projeto e de seus empregados. Mas já me adianto aqui, abordando tópicos que serão desenvolvidos ao longo do capítulo).

Pelas esburacadas vias da cidade, há menos *movimento* do que ruído: emanando de motos e carros que passam velozmente com o som automotivo num alto volume, dos imensos caminhões que transportam o amianto, de carros de som anunciando um show ou promovendo um evento realizado pela prefeitura; ou vindo desta e daquela casa, a música do rádio ligado tocando música sertaneja ou romântica, com frequência desde as primeiras horas da manhã. Excetuadas as avenidas principais, quase sempre há pouca gente caminhando. Na frente das suas casas, velhinhas e velinhos magros e tristonhos na calçada espiam a rua deserta. Nesta e naquela esquina, alguns grupinhos se formam sob a sombra de uma árvore, conversando animadamente. Algumas crianças, a sós ou em duplas, saem de uma casa e entram em outra.

Aqui e ali, a calçada se encontra obstruída por um objeto metálico e enferrujado, ao que parece pesado demais para ser retirado do caminho: o que me parece ser um motor de algum veículo grande, ou a carcaça de um trator. A este muro falta um pedaço, naquele outro a propaganda de uma loja de roupas recebeu uma mão de tinta que apagou apenas metade da mensagem ali presente. No que parece ter sido um dia uma rua de comércio agitado, portas metálicas cerradas, um posto de gasolina em ruínas, uma parede de um antigo bar que tombou, as portas e janelas fechadas de um “hotelzinho” onde se alugavam quartos para homens solteiros, a preços módicos.

(Chega a ser difícil não contrastar a monotonia e a simplicidade da paisagem com a grandiloquência do que se passa acima de nós - o espetáculo que nos é oferecido pelo céu do cerrado, a qualquer época do ano, naquela região.)

1.2 A Sama

A poucos metros de onde ficava meu hotel, na extremidade da cidade por onde se chega pela rodovia – unida à Belém-Brasília 200 quilômetros adiante, esta é a principal via (e a única asfaltada) até Minaçu – encontra-se a portaria da SAMA. Esta última é, conforme uma expressão muito comum por aqueles lados, a “mãe de Minaçu”, a empresa que, após a descoberta da jazida de amianto nos 60, respondeu pelo seu surgimento e povoamento.



Fig. 4: A SAMA, a cidade e o lago da barragem de Cana Brava

Foto:autor não identificado

A portaria propriamente dita consiste numa guarita com uma cancela, ao lado de um pequeno edifício. Um segurança controla o fluxo de carros e, em menor medida, de pedestres e bicicletas que se direcionam à área privada. À esquerda e à direita desta portaria, uma longa cerca metálica se estende a perder de vista. Diante da cerca, desenrolam-se as principais avenidas e ruas da cidade. As primeiras recebem nomes de estados; as segundas são numeradas (Rua 1, Rua 2...), em ordem crescente, justamente a partir deste ponto. Este ordenamento, assim como o fato de que o centro da cidade é definido pela sua contigüidade à área controlada pela SAMA (e não em função de sua posição geográfica) são indícios adicionais do quão fundamental foi esta empresa na conformação do tecido urbano da cidade.

Ao longo de todo o tempo em que estive em Minaçu, não ultrapassei a portaria e entrei “na SAMA” mais do que quatro ou cinco vezes. Em duas delas eu fui até lá movido pela curiosidade, querendo conhecer um pouco do que havia ali. Numa outra entrei lá dentro porque eu participava de um seminário sobre projetos de pesca na região que incluía um almoço grátis, e que foi oferecido no restaurante da empresa. Entrei lá ainda por causa de uma festa do Dia do Trabalhador: evento anual freqüentado por boa parte dos moradores da cidade, inclusive muitos dos meus conhecidos. Não deixa de ser curioso constatar que, estando

hospedado na maior parte deste tempo a poucos metros dessa entrada, eu a tenha ultrapassado tão poucas vezes. Hoje, as razões para isso me são claras. Meu interesse residia no outro extremo da Avenida Amazonas (uma das principais vias da cidade, começando bem em frente à portaria da SAMA), 1.400 metros (14 quarteirões) adiante: era aí que estava a secretaria do MAB, e era a partir desse ponto que se irradiavam as ruas e avenidas que levavam às residências e lugares freqüentados pelos meus interlocutores no campo. Para todos eles, a SAMA era inegavelmente algo importante, motivo de debates e preocupações diversas – como veremos mais abaixo. No seu dia a dia, porém, eles não tinham muitos motivos para freqüentar aquele espaço. Não possuíam parentes ou amigos morando lá a quem pudessem visitar, nem negócios a resolver aí. Todos já haviam estado lá dentro, conheciam aquele espaço: mas pouco ou nada interagiam com ele ou com os que aí trabalhavam e/ou moravam³⁴.

Pouco tempo depois de chegar em Minaçu, ouvi de um conhecido alguns comentários que, conforme eu fui aprender com o tempo, refletiam de certa forma a opinião de inúmeros outros moradores da cidade. A SAMA era mesmo um mundo à parte, e as pessoas que moravam aí não faziam muita questão de se misturar com o resto da cidade. Afinal de contas, havia tudo lá dentro: clube, farmácia, escola, padaria... Além do mais, estes últimos – sem sombra de dúvida a “nata” da cidade – não estavam nem um pouco dispostos a interagir com a “ralé”. (Querendo me convencer a comprar um ingresso para uma festa, um rapaz argumentava comigo: “Vai ser boa mesmo, pode ter certeza! Até mesmo gente da SAMA vai dar as caras por lá!”). Além do mais, aquele conhecido dizia que quem trabalhava lá dentro estava bem de vida, sem dúvida alguma. Podia até mesmo ser um lixeiro – ainda assim era

³⁴ Ao entrar lá pela primeira vez, porém, não pude deixar de me surpreender. Tendo freqüentado na minha infância a vila dos engenheiros da Alcan, mineradora dedicada à extração de alumínio em Ouro Preto, o bairro e as casas dos engenheiros que tanto impressionavam os moradores de Minaçu pareceram-me bastante simples diante das residências que eu conhecera na minha terra natal. Mais ou menos na mesma época, um amigo de infância me contou que sua antiga namorada havia sido contratada pela SAMA – ambos tendo sido formados como engenheiros na Escola de Minas de Ouro Preto, hoje integrada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ainda um pouco magoado com ela em função do término do namoro, ele parecia satisfeito com o fato dela ter ido parar ali, na sua avaliação aquele sendo um emprego ruim. (Nunca esbarrei com ela em Minaçu, o que me parece um indício adicional relativo à distância que os empregados da SAMA – ou parte deles – guardam a respeito do resto da cidade). Outro grande amigo de infância, também graduado como engenheiro na UFOP, tão logo se formara fora trabalhar na Votorantim, em Niquelândia – município localizado também no norte de Goiás, e para onde muitos dos habitantes de Minaçu vão trabalhar. Avançando na carreira e na empresa, felizmente conseguiu ser transferido rapidamente para o interior de Minas, e de lá para São Paulo. Ao que parece, para engenheiros como os meus amigos, formados num centro de prestígio, o norte de Goiás não é exatamente um destino atraente, sendo preterido em relação a outras possibilidades. Ainda assim, como eu afirmei na Introdução, grande parte dos engenheiros da SAMA haviam sido formados pela UFOP.

uma pessoa que ganhava todos os seus *direitos*, e era respeitada pela cidade inteira. Assim, não era surpresa que todas as “autoridades” da cidade morassem lá dentro, mesmo sem trabalhar necessariamente para a empresa: era esse o caso do promotor, e do prefeito... O antigo prefeito da cidade (encerrando seu terceiro mandato no posto), por sinal, fora engenheiro desta empresa, antes de se dedicar à sua carreira política³⁵.



Fig. 5: Um setor da cidade e, ao fundo, a área controlada pela SAMA

Como já deve estar claro ao leitor, as barragens que *chegaram* em Minaçu não implicaram numa espécie de contato da população ‘local’ com entidades ‘alienígenas’ que lhes eram estranhas e desconhecidas – imagem ou representação bastante difundida a respeito da ‘chegada’ das ‘modernidade’ numa ‘comunidade’ ‘tradicional’. Muito pelo contrário, os próprios moradores da cidade são os primeiros a destacar que a cidade é *filha* de uma grande empresa, a SAMA.

³⁵ Recorro a Leite Lopes (1979, p. 59) para explicitar o quão comum e difundida é a formação de cidades a partir de *firmas* como essa: “Constituindo novos povoados e em certos casos pequenas cidades, as vilas operárias de fábricas e minas, desde a sua origem governadas pela administração da empresa, transformam-se em cidades, distritos, municípios, unidades locais da administração pública, tendo por governo legitimamente considerado pelo poder político nacional diretamente membros da administração da empresa ou pessoas controladas por ela. A luta política local tem necessariamente o poder da empresa por referência, e em períodos críticos polariza-se em a favor e contra a empresa”.

Nos dias de hoje, os empregos oferecidos por esta empresa – “oitocentos diretos, mais dois ou três mil indiretos”, cifras conhecidas e repetidas por muitos – não estão ao alcance da imensa maioria das pessoas com quem convivi. Algo inegavelmente desejado por toda a cidade, o “trabalhar na SAMA” (o que inclui a empresa propriamente dita assim como as firmas terceirizadas que prestam serviço a ela) não é sequer cogitado pela maioria destas pessoas. Há muito ficaram para trás os tempos em que a empresa, necessitando desesperadamente de mão de obra, “pegava no laço” os que moravam na roça para trabalhar lá, ou então trazia famílias do nordeste para este mesmo fim.

Por outro lado, a experiência dos moradores mais antigos da cidade – estes que foram “pegos a laço” e que trabalharam nesta empresa nos anos 60 e 70 – é bastante elucidativa do que pode significar ter um emprego ou serviço numa *firma* como essa. Até mesmo porque, dada a importância da SAMA na vida da cidade, praticamente todo habitante da cidade está em alguma medida familiarizado com o que se passou e ainda se passa lá dentro. Concedamos então atenção ao que alguns dos moradores mais antigos de Minaçu têm a nos dizer sobre os “velhos tempos” da cidade e sobre algumas das polêmicas que cercam esta empresa.

Dona Clementina e os maranhenses

Dona Clementina chegou na região onde hoje é Minaçu em 1958, vinda do Maranhão com o marido, parte de sua família e parte da dele. Como os demais *maranhenses* que já se encontravam aí, eles vinham em busca de uma terra *própria* por aqueles lados – tinham ouvido falar que ali era bom pra criar gado, e *livre*. Quatro ou cinco anos depois, a “pedra cabeluda” foi descoberta por um de seus conterrâneos, dando início ao processo que culminou, em pouco tempo, com a chegada de Dr. Milewski e companhia – *estrangeiros*, gente da “fala atrapalhada” – e o início da exploração da mina de amianto.

Pois foi aí que o pessoal saiu da roça. Saiu tudo, 50, 100 de uma vez. Naquele tempo se *fichava* à toa, até sem *documentos*. Eles precisavam de gente, não precisava ter *estudo*, nem documento. Foi quando eu comecei a trabalhar que saiu a fichação de todo mundo. Eles mesmos, depois, tiraram os documentos da gente. Eles faziam o material, depois levavam para Goiânia, depois traziam. Eu, que vivia na roça, só trouxe do *norte* a minha certidão de casamento. Eu tinha mais *papéis*, mas deixei pra trás, depois mandei buscar.

Dona Clementina se lembra com exatidão do dia em que começou a trabalhar na SAMA: 3 de agosto de 1963. O seu plano e o de seu marido era ficar lá por apenas um ano, tempo suficiente para que juntassem dinheiro para comprar arame e cercar as terras onde viviam. Eles planejavam, depois disso, investir na sua plantação, cientes do fato de que a empresa “comprava tudo” o que se produzia na região.

Só que os planos do meu marido não tinham vigor... Ele bebia demais, não teve jeito. E eu então continuei trabalhando lá dentro. Fiquei lá por quatorze anos. Primeiro na cozinha, onde fiquei por seis anos. Depois disso, fui para a lavanderia. Me perguntaram, ‘pra onde você quer ir’? Eu num tinha como ir para um lugar como o escritório, não tinha *estudo*, aí falei: ‘lavanderia’. Só não fiquei mais porque eu adoeci do coração...

Ah, o senhor veja: o meu serviço lá era brabo. A casa toda era de zinco, por cima e por baixo e pelas paredes também. Aquilo pegava fogo! Aí eu passei a sofrer do coração... A gente começava cedo, todo dia às seis da manhã, até dez da noite. 14 anos, pegadinha trabalhando de 6 às 10 da noite, debaixo do zinco. Um bocado de horas extras... Naquele tempo a gente não sabia o que era hora extra, que pagavam a mais. Foi um feitor de lá que contou pra gente, que isso de trabalhar tanto era ‘hora extra’. Mas eles não pagavam não... Vê só, meu pai nunca trabalhou para os outros, só para ele mesmo. E ele sabia então o que era hora-extra? O pessoal todo não sabia não. Aqui era uma precisão danada, e eles aproveitavam do povo, não era? A precisão dos coitados... E eles pagavam pouco. Nem o meu fundo de garantia eles não pagaram direito, como necessário. Pessoal de firma não dá valor, só dá valor enquanto trabalha. O pessoal judiava muito, judiou demais...

Os que vieram em busca de trabalho

Francisco nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, e ainda criança veio com a família para Ceres, para morarem na Colônia Agrícola do Norte de Goiás. Adolescente, decidiu sair de lá e vir, no início dos anos 70, até Minaçu. Ele ouvira falar que havia aí emprego de sobra, na SAMA que crescia a todo vapor. Atraídos por essas oportunidades, vinham pessoas que, como ele, tinham chegado há pouco tempo no norte de Goiás.

Não tenho em mente aqui os maranhenses que, como Dona Clementina, são hoje considerados os “pioneiros” na ocupação da região, chegando ali no final dos anos 50. Mas sim um outro fluxo, correspondente àqueles que, vindos principalmente de Minas Gerais, do Espírito Santo e do sul de Goiás, progressivamente foram ocupando o norte deste estado, instalando-se às margens da rodovia que hoje conhecemos como Belém-Brasília. Passado o momento inicial, em que a empresa apelou para aqueles poucos “pioneiros” que já estavam ali, foram (também) pessoas oriundas destes grupos que passaram a assegurar-lhe a mão de obra de que necessitava. Além disso, como Dona Clementina me contara, havia também os foram trazidos do nordeste:

Havia esse feitor que trabalhava na SAMA, lá de Pernambuco. E que voltou para sua terra, para convencer o pessoal de lá para vir trabalhar aqui, vinham os ônibus cheios de gente. Esse homem mentiu muito, tirou gente de empregos bons... Quando eles chegaram aqui, revoltaram. Eu que trabalhava no restaurante, era um sufoco. Na hora do almoço e da janta eles invadiam, a gente tinha que correr e entregar as panelas para eles... Esses pernambucanos revoltados, depois pagaram para eles voltarem. Um bocado ficou. Esse feitor, esse de Pernambuco, trouxe até mesmo um doido, lá de perto da Bahia. E esse homem, o doido, dizem que matou dois no ônibus, antes de chegar aqui. Até a polícia teve que vir pra controlar ele...

Da mesma forma que Dona Clementina, Francisco me contou que, nessa época, a empresa contratava qualquer um, “com ou sem estudo”, “com ou sem profissão”. (Contratava até mesmo doidos!) Não acho que a reiteração desse ponto, nos relatos destes dois como no de outras pessoas, é uma simples coincidência. Parece-me antes que, aí, a narração do passado é informada por questões prementes do presente, e pela comparação entre o que ocorria antes e agora. No que se refere a este ponto, as informações apresentadas por uma pesquisa realizada na cidade nos anos 80 são mais do que relevantes³⁶:

“Vindos de várias partes do país, os primeiros habitantes de Minaçu começaram a ocupar a região e a emprestar a ela características típicas das diversas regiões do Brasil, das quais se originavam e que são responsáveis pelo amálgama de hábitos e tipos físicos que até hoje caracterizam a cidade. A heterogeneidade da população é reforçada pelo recrutamento de mão-de-obra na etapa de implantação da lavra [de amianto], fazendo com que se procurassem operários em diferentes regiões, de onde foram trazidos, muitos com suas famílias. Estórias sobre a falta de documentos desses peões que viviam na ‘clandestinidade’ mostram bem a instabilidade da população inicial. Muitos não se adaptavam a essa região estranha, tão isolada e com instalações tão rudimentares. Portanto, no início, a rotatividade era bastante alta. Para cada cinco ou seis homens que chegavam, apenas um ficava, em média. Chegou-se até ao extremo de ficar somente um ou dois para um grupo de cem. Logo ficou clara a necessidade da montagem de uma infra-estrutura adequada que atraísse e segurasse a mão-de-obra necessária para o empreendimento. Isso para não falar da mão-de-obra qualificada que, para se dispor a ‘sair da civilização’, exigia ainda mais vantagens. Somente em 1968 surgiria a primeira casa coberta de telhas [lembremo-nos, com Dona Clementina, que antes “tudo era zinco”] – um armazém de ‘secos e molhados’. No período entre 1967 e 1974, quando então se abriu realmente uma estrada, 15.000 pessoas chegaram à região, sendo que 6.000 se instalaram em torno da mina. Desses, 1.300 dentro da Vila Operária, montada pela empresa³⁷” (Minaçu Estudo de Caso, p. 103).

³⁶ Na biblioteca pública de Minaçu, encontrei uma cópia xerox de um trecho de mais ou menos cinqüenta páginas de um livro publicado no início dos anos 80, contendo informações valiosas. No xerox não havia qualquer indicação do título, autor ou editora desta publicação, e não fui capaz de descobrir quaisquer informações adicionais a esse respeito. Esta obra parece ter sido produzida por uma equipe de arquitetos e urbanistas que, no início dos anos 80, realizaram um trabalho de campo de quinze dias neste local. Minaçu aparece aí como um “caso” privilegiado para discutir questões como “o que é uma cidade” e “como ela surge” (no caso, a partir da exploração de amianto pela SAMA). De acordo com este livro, esta era naquela época “uma cidade nova”, com pouco mais de 20 anos, tendo sido “implantada no meio de Goiás” e possuindo “um crescimento demográfico assustador” – a população estimada na época, de 40.000 habitantes, é superior aos pouco mais de 30.000 que constam no último censo. (E dada a própria ‘instabilidade’ da vida aí, parece-me necessário ressaltar o quão precárias são, relativamente a outros municípios, quaisquer contagens deste gênero). Passo a me referir a este documento a partir do título presente na sua primeira página: Minaçu Estudo de Caso.

³⁷ “As povoações nucleadas em torno de uma vila operária de fábrica obedeceriam [segundo o Engels d’*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*] a um padrão de crescimento que tem geralmente como ponto de partida a instalação de indústrias em lugares despovoados aliada a um movimento de expansão industrial apresentando carência de mão de obra, e como ponto de chegada o transbordamento da vila operária, que passa a ser apenas o núcleo original de uma cidade maior” (Leite Lopes 1979, p. 59).

A doença do amianto

Voltemos a Dona Clementina, que – como qualquer um daquela cidade – tem algo a nos dizer sobre o “problema” da extração de amianto.

Naquele tempo não tinha direito a nada não, houve tantos que morreram de acidente. E muitos que morreram do amianto, que faz mal... Esse é um sofrimento feio, cansado. A pessoa tossindo, quando a doença do amianto se apresenta na pessoa, ah, não tem jeito. O câncer que toma conta... Eu lembro quando aconteceu com a mulher que trabalhava de zeladora da casa dos trabalhadores, faxineira, arrumava os quartos, essas coisas. Dela tiraram um tumor de amianto nela, mas essa não teve remédio. Essa coisa quando apresenta não tem cura.

E naquele tempo era assim, a gente comia amianto... A gente almoçando e o amianto caindo dentro do prato, a gente comia³⁸. Era aquele pó branco para tudo quanto é lado, quando a gente foi trabalhar lá não tinha nenhum amparo para segurar o amianto. Só depois é que eles furraram as casas das pessoas, furravam com gesso. E de manhã a gente ficava varrendo a porta da casa, para ele não entrar nas frestas. O pó solto... Eu morei lá dentro 26 anos. E acho que sou é muito sortuda de não ter nada até hoje...

Mas teve umas ajudinhas sim, aí teve... Eles da SAMA criaram um negócio, eu assinei, o sindicato. Era para assinar, se apresentasse a doença, eles davam uma indenizaçãozinha. 5, 10 ou vinte mil, dependendo da pessoa... Mas se apresentar o problema morre mesmo, não morre? O bom da gente é a saúde, o conforto bom é a saúde da gente.... Antes eles pegavam o pessoal e largavam em Uruaçu. Depois a firma tinha os médicos dela, para fazer exame, para ver quem estava prejudicado. Mas tratar mesmo, tratar mesmo não tem como, é só morrer.

Eles continuam fazendo esses exames, até hoje. Meu filho é um que nunca quis fazer esses exames. Tem medo de ter. E o serviço que ele fez foi um perigo, não tinha o britador de moer as pedras naquele tempo, as pessoas iam quebrar as coisas era com a marreta mesmo, foi pior ainda. O pó era solto, depois é que eles fizeram outras coisas, começaram a puxar o pó para o chão. Eu pelejava com ele, ‘vai consultar, meu filho, porque se você apresentar, tem a indenização...’.

Eu aposentei, estava com o coração muito inchado, não estava dando conta de mais nada. Mas de vez em quando sinto uma coceira por dentro, isso não é falta de ar boa não, não é um sintoma muito bom não... Eu sou crente há muito tempo, e confio em Deus, e sei que Deus confia – não só nos crentes, mas nos que crêm... Eu tenho muito medo é disso aparecer em mim, quando eu sinto essa coceira por dentro... Isso não é sintoma bom não. E ainda hoje eles vêm me caçar, fazer exames...

³⁸ Imagens equivalentes, com alusões a essa ingestão de minerais e equivalentes, são comuns em outros universos, sempre a explicitar condições de existência adversas. Sobre o período em que a Companhia Vale do Rio Doce de Itabira enfrentou sérias dificuldades financeiras, um de seus empregados afirmava: “ela era pobre igual a nós, ela não podia pagar bem, porque todo mundo comia e bebia do minério” (Minayo 1985, p. 49). Um cortador de cana de São Paulo relata suas dificuldades: “Trabalha até com fome, come carvão, bebe água quente... A água tá pelando, nós bebemo. Às vezes nós leva um corte, nós é igual animal, nós minero [de Minas Gerais]” (Travessia 1988, p. 34). Além disso, destaco também o título da clássica etnografia de June Nash junto aos mineiros de carvão na Bolívia: *We Eat the Mines and The Mines Eat Us*. Na citação acima, porém, há que se destacar que ao sentido figurado associado a esse comer há que se acrescentar também algo de literal, o particulado do amianto que caía no prato sendo de fato ingerido – o que certamente reforça a força deste “comer” no sentido destacado aqui.

Todo ano eles me pegavam na minha casa para fazer exames, ia sempre fazer o exame em Goiânia. Tinha um firma que cuidava só dessa parte da doença, ela toma conta, vem aqui. Eles já estiveram pra fechar a SAMA várias vezes, mas ninguém quer que feche, porque a SAMA é a mãe de Minaçu...

Dona Beata é “filha de Cavalcante”. Seu pai e sua mãe eram de lá, e foi lá que ela nasceu. Já adolescente, veio trabalhar na SAMA, numa época em que Minaçu nem existia ainda. Aí casou-se com um maranhense que alguns anos antes chegara à região.

Pois eu me lembro bem, eu era pequena, com uns 11 ou 12 anos, mas lembro. Desse homem que teve que engolir o caroço de pequi, que engoliu na marra o caroço de pequi. E que depois morreu... Os guardas da SAMA, antigamente, montavam nos peões... Meu irmão foi pego tirando madeira na mata, num lugar que não podia, teve que fugir, se escondeu num pau ocado. Antigamente... Eles batiam nos peões, batia mesmo, porque naquele tempo tinha uma revolução. Você já ouviu falar de Zé Porfírio? Naquele tempo tinha uma guerra em Trombas...³⁹ Mas lá dentro da SAMA tinha um quarto, as pessoas ouviam uma aguinha pingando lá dentro, a porta sempre fechada. E eu ouvia aqueles comentários, e sabia o que acontecia ali: eles matavam gente lá dentro, matavam os peões. A SAMA já foi crueldade – não é mais assim, mas já foi. Nos tempos da crueldade, nos tempos de Zé Porfírio, a SAMA judiou demais.

E foi gente da família do meu marido quem encontrou a pedra, a pedra cabeluda. Ah, era para a família dele ter muito conforto, foram eles que descobriram a SAMA. Que depois pegou eles e colocaram eles pra trabalhar lá dentro, pra cozinhar... Agora não tem mais como receber indenizamento. Teve sim uns outros, uns maranhenses, que receberam alguma coisa dela. Mas nós, o pessoal da família do meu marido, ninguém recebeu nada não...

Aqui teve gente demais, na época da construção destas barragens. Quando tinha Serra da Mesa, tanta gente... Mas é a SAMA que segura as pontas. Falo pro pessoal que não pode ser contra a SAMA. Mas já morreu muita gente, muita gente ficou doente... Esse pó do amianto adoeceu muita gente. Hoje em dia? Agora tem mais segurança. Eles privaram o pó, agora o pó não sai mais, é o filtro... Antes desse filtro, antes do filtro vir, a gente andava aí na SAMA e as árvores eram todas brancas. O pó parecendo uma neve, e todo mundo com problema. Tem mais ou menos uns 15 anos que eles colocaram o filtro. E a SAMA ajuda com o tratamento, indeniza, tem o carro que leva, tem o hospital lá em São Paulo. Mas tem gente que não agüenta, e morre...

1.3 Cidades que Acabam

Não deixa de chamar a atenção, na discussão acima, a presença de uma aparente contradição que, explícita no depoimento de Dona Clementina, marca a opinião de

³⁹ Dona Beata se refere aqui aos incidentes que ficaram conhecidos como “Revolta de Trombas e Formoso”, já mencionados de passagem na Introdução, e ao principal líder dos revoltos, o camponês e posteriormente deputado José Porfírio. Nos dias de hoje, Trombas e Formoso são dois pequenos municípios adjacentes a Minaçu, no caminho entre esta cidade e a Belém-Brasília. Sobre a Revolta, a literatura é vasta. Ver, por exemplo, Cunha (2007), Souza Martins (1983), Maia (2008) e Carneiro (1982). Para um conflito semelhante, envolvendo posseiros e grileiros na mesma época (entre os anos 40 e 60 do século passado) e numa área bem próxima (no município de Porangatu, também no norte de Goiás e às margens da Belém-Brasília), ver Sampaio (2003).

praticamente todas as pessoas que conheci a respeito da SAMA. Estes últimos, por um lado, destacam a presença das *crueldades* e *sofrimentos* vividos por aqueles que trabalharam lá nos primeiros anos; ou reconhecem a responsabilidade desta empresa pelas mortes ocasionadas pelo pó do amianto, assim como censuram as irrisórias e insuficientes “ajudinhas” e “indenizações” pagas em função disso; ou, ainda, se lamentam diante da constatação do quanto a empresa lucra com a exploração do amianto, *minério* encontrado por maranhenses que pouco ou nada se beneficiaram desta descoberta.

É inegável, assim o tom de ressentimento e crítica com que, muito frequentemente, se fala desta empresa. Por outro lado, todos são praticamente unânimes em ressaltar a importância da SAMA para a cidade, opondo-se a qualquer iniciativa que eventualmente venha a levar a seu fechamento. Num certo sentido, essa aparente contradição é facilmente explicável se levarmos em consideração a situação em que se encontra a cidade, com a questão do desemprego assolando de angústia e preocupação seus moradores. Poderíamos, assim, evocar as “escolhas infernais” que, segundo Stengers e Pinarre (2005), nos são a todos nós impostas pelo “capitalismo”: aos moradores de Minaçu, está dada a ‘opção’ entre conviver com esta empresa, que até hoje e a despeito de todas as inovações tecnológicas na extração e produção do amianto, causa danos à saúde de seus trabalhadores; ou então encarar seu fechamento, com a conseqüente “falência” do município e seu eventual desaparecimento.

Não há dúvida de que isso é, em certa medida, o que realmente se passa. Parece-me necessário, por outro lado, colocar a questão em termos menos gerais, explorando alguns dos sentidos presentes nas formulações destes moradores para que uma explicação mais propriamente etnográfica surja (no final do capítulo, já adiante), trazendo à tona particularidades importantes.

Aqui, tenho em mente essa formulação ‘padrão’, evocada por Dona Clementina e da qual lançavam mão tantos outros. Colocadas as críticas e objeções à empresa, estas últimas são relativizadas por uma cláusula adversativa – “Mas a SAMA é a mãe de Minaçu, se ela fechar Minaçu acaba...”.

Antes de mais nada, é preciso destacar que a referência a esse “fim” de Minaçu não pode ser encarada apenas num sentido figurado ou hiperbólico. Para os meus interlocutores, as cidades de fato acabam, desaparecem, “somem do mapa”. Não foi isso que se passou com Amaro Leite e São Félix? Fundados na primeira metade do século XVIII não muito longe dali, estes arraiais foram se despovoando após o esgotamento do ouro, até que deles não sobrasse senão um monte de ruínas (sobre as quais volto a falar no capítulo 4). São Félix não fora mesmo a “antiga capital do estado”, como gostavam de lembrar alguns dos garimpeiros

que conheci? Desta “cidade”, segundo alguns, apenas a torre da igreja permanece como vestígio desses dias de glória, já que a área onde se situavam os seus escombros foi coberta pelo lago de Serra da Mesa; outros argumentam que essa localidade se encontrava em outro lugar, não alagado. Outros antigos núcleos de mineração daquela região não tiveram destino tão drástico, existindo até os dias de hoje. Cavalcante, município vizinho a Minaçu, é hoje uma das menores e mais pobres cidades do estado, e é de lá que vieram, ao longo das últimas décadas, tantos dos *calungas* que conheci no MAB. Cidades que acabam: não haveria assim uma memória acumulada a esse respeito?

Fiquei sabendo que alguém colocara, na entrada da cidade, uma faixa – logo retirada pela prefeitura – onde estava escrito: “Visite Minaçu antes que acabe”. Alguns dias depois, deparei-me com a mesma expressão num site da internet relativo à cidade de Campos Belos, não muito distante dali. Esgotadas as jazidas de esmeraldas que atraíram muitos a esse local, a sua população caiu pela metade, de 6.000 a 3.000 habitantes em pouco tempo. “Visite Campos Belos antes que acabe...”.

Mas por que essa memória se manteria viva? Qual o sentido desta insistência em lembrar de cidades que se acabaram num passado tão longínquo? Em razão de que, para os moradores desta cidade, este passado era recuperado e associado à situação em que viviam? Em primeiro lugar, como já deve estar claro, há a questão das barragens e do que elas significaram para aqueles que, anteriormente, viviam do garimpo. Como Seu Alípio já havia me dito no primeiro dia em que cheguei em Minaçu, o grande problema da cidade – o desemprego – estava diretamente relacionado a esta questão; da mesma forma, era pelo apelo a ela que se explicavam aquelas ruas vazias, as diversas casas abandonadas, os inúmeros imóveis postos a venda ou para alugar...

Isso, porém, não era tudo. Porque todos ali – todos – temiam que as coisas piorassem ainda mais. “Se a SAMA fechar...”. Desde a metade dos anos 90, diversos projetos, decretos e leis têm tramitado no Congresso Nacional buscando regulamentar e restringir o uso do amianto. Os estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Jonas proibiram completamente a venda do produto. Há pouco tempo, uma portaria foi baixada proibindo o uso da substância em obras públicas. Justificando todas estas medidas, existem as alegações sobre os danos impostos à saúde de trabalhadores e consumidores do amianto. Segundo meus interlocutores, a SAMA, acuada por toda a pressão no sentido do seu banimento, já estaria passando por dificuldades: tendo menos mercado para seus produtos, sendo obrigada a demitir funcionários...

O ponto de vista de diversos políticos e empresários locais e estaduais é claro: por detrás destes eventuais riscos, o que existe de fato são os interesses de empresas fabricantes de fibras sintéticas, substitutas ao amianto enquanto matéria prima para a produção de telhas, caixas d'água, painéis, divisórias, tubos, pastilhas de freio e discos de embreagem⁴⁰. Todo esse debate, porém, não parece mobilizar muito os habitantes da cidade. Os argumentos de que com o “uso controlado do amianto” os danos à saúde do trabalhador passaram a ser irrisórios são encarados com algum ceticismo. Como eu já indiquei, para eles não há muitas dúvidas de que de fato o amianto mata – certamente bem menos de hoje, após a instalação de filtros e de toda aquela “tecnologia” de que falava Seu Alípio. O que os preocupa efetivamente é a possibilidade, a cada dia que passa encarada como mais real, da SAMA fechar.

Trabalhadores Defendem o Uso do Amianto⁴¹

Parte da população de Minaçu, cerca de 6.500 pessoas, estimulada pelo prefeito Cícero Romão (PSDB), além de vereadores, sindicatos e os próprios trabalhadores deram o seu recado na quinta-feira (17) em Brasília, quando “invadiram” a Esplanada dos Ministérios, numa mobilização pacífica, ordeira, com o propósito de sensibilizar as autoridades da capital federal sobre o amianto, que sofre inúmeras e freqüentes tentativas de banimento em ações de empresas que querem colocar no mercado nacional uma fibra alternativa ao crisotila. A mobilização foi articulada há cerca de um mês, quando o prefeito Cícero e um grupo de vereadores se reuniram com o senador Marconi Perillo e o deputado Carlos Leréia, em Brasília, para coincidirem a mobilização em Brasília com o Dia Internacional da União dos Trabalhadores do Amianto, comemorado no dia 16 de abril. (...) As lideranças políticas e sindicais se revezaram em discursos contundentes em defesa do amianto. O presidente da CNTA [Comissão Nacional de Trabalhadores do Amianto], Emílio Alves Ferreira, falou à multidão que o banimento representa mais de 170 mil desempregados em todo País. “O uso do amianto deve ser controlado, não banido. E nós não somos suicidas de trabalhar com um produto que possa fazer mal à nossa saúde”, destacou. Outro deputado que fez contundente defesa do amianto foi Misael de Oliveira. Segundo ele, está muito claro para todos que o argumento sobre saúde pública não “pega”. Misael disse que a verdade por trás das ações contra o amianto é a guerra de mercado para que outra fibra, sintética e mais cara, entre no mercado brasileiro, onde hoje o amianto domina por ser mais barato e duradouro. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Minerais não Metálicos de Minaçu-GO, Adelman Araújo Filho (Chiru), também defendeu o amianto lembrando que há anos não existem novos casos de doenças provocadas pelo amianto.

⁴⁰ Não pretendo aqui entrar nesse longo e confuso debate, envolvendo inúmeras pesquisas e relatórios médicos, as multinacionais que transferem sua produção a países do terceiro mundo, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial do Comércio, a Comunidade Européia, o governo canadense etc. Uma boa síntese do debate – certamente pouco imparcial, mas ainda assim interessante pelas informações apresentadas e pelo levantamento dos principais argumentos pró e contra o amianto – pode ser encontrada em Scliar (1998).

⁴¹ Diário do Norte [periódico semanal dedicado ao Norte de Goiás], 22 de abril de 2008.

PARTE 2 – FEBRE DA CASTELITA, DO OURO, DAS BARRAGENS

2.1 O Garimpo, o Dinheiro Maldito e as Pepitas

*Vou embora desta terra, aqui eu não fico mais
Quero ser um garimpeiro além de Minas Gerais;
(...)Trabalhando no cascalho, seguindo meus ideais;
Cresce o nome, cresce a fama e juro e capitais
Tem dado fascinação o garimpo de Goiás.
Dino Franco & Mourai – Garimpo em Goiás*

Nas descrições acadêmicas ou nativas a respeito do garimpo, é um lugar comum o uso do termo “febre” para dar conta da dinâmica desencadeada pela descoberta de uma área rica em ouro, que passa a atrair de uma hora para outra a atenção de um grande número de pessoas.

Cleary (1990, p.27) destaca que “a maior parte da produção histórica sobre a mineração de ouro no Brasil colonial (...) parece, frequentemente, pouco mais que o registro [destas] corridas”, que irrompem e desaparecem “tal como os ataques repetitivos da febre da malária”. Particularmente temida pelos que se aventuram nas florestas e beiras dos rios, esta doença atacava não só os garimpeiros estudados por esse autor na Amazônia Oriental como também provocou estragos na vida de muitos de meus conhecidos de Minaçu que se entregaram, num passado mais ou menos recente, à busca deste metal. Esta mesma cidade, alguns anos atrás, vivenciara o que é esta “febre do ouro”. Tanto aí como na Amazônia, esta última não deixa de se assemelhar à febre da malária: ambas começam de maneira súbita e rapidamente atingem o paroxismo; algum tempo depois desaparecem por completo – podendo então ressurgir num outro momento, seguindo o mesmo padrão⁴².

Mas antes mesmo de tratar do ouro nos anos 80, é preciso destacar outras *febres* mencionadas com frequência por meus interlocutores. Em primeiro lugar, aquelas evocadas nas histórias relativas ao que se passou no século XVIII no norte de Goiás, em vilas e arraiais próximos a Minaçu como São Félix, Arraias, Amaro Leite ou Cavalcante. Além disso, na metade dos anos 70 garimpeiros começaram a fluir para a região dessa cidade em função das

⁴²Num livro dedicado ao “século do ouro em Goiás” (o XVIII), Palacin (1979, p. 13) – o grande nome da historiografia goiana – descreve a dinâmica exploratória da corrida por esse metal através das seguintes fases: “descobrimto, um período de expansão febril – caracterizados pela pressa e pela semi-anarquia – depois, um breve mas brilhante período de apogeu e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência, prolongada às vezes por uma lenta agonia”.

jazidas de *castelita* [cassiterita] recém-descobertas na Serra Branca⁴³. O relato de um geólogo que trabalhava para a *firma* que detinha a licença para a exploração da área é ilustrativo da intensidade do fluxo direcionado para esta cadeia montanhosa, assim como da dificuldade de seu controle:

“Hordas de garimpeiros atraídos pelo vazamento de informações acamparam no flanco Sul da Serra. As noites se iluminavam com as verdadeiras ‘romarias’ de garimpeiros com suas lanternas e candeeiros a procura dos riquíssimos blocos de cassiterita quase pura. Aos poucos, pela falta de ação da Docegeo [a firma acima citada], presa em emaranhados políticos-legais, os garimpeiros perderam o medo e invadiram definitivamente a Serra, forçando os poucos geólogos a se retirarem. Um triste fim para um trabalho que começou tão bem. Em poucos meses mais de 5.000 homens povoaram o sertão da Pedra Branca extraíndo milhares de toneladas de estanho. (...). O garimpo progrediu até 1976, quando mais de 15.000 pessoas trabalhavam os depósitos primários e aluviais” (Jacobi 2009, s/p).

E foi a partir daí que aquelas terras, até então tranqüilas e percorridas apenas pelos poucos posseiros que ali residiam, passaram também a atrair a atenção dos habitantes de Minaçu e, sobretudo, de forasteiros que vinham dos mais diversos cantos.

Este movimento intensificou-se ainda mais no início dos anos 80, quando a atenção dos garimpeiros desviou-se da *castelita* para as margens dos rios Tocantins e Maranhão. Foi aí que a *febre* foi especialmente intensa. Se a cassiterita já havia atraído muita gente, com o ouro o entusiasmo dos garimpeiros foi ainda maior: este metal era vendido em grama e não por quilo, criando a possibilidade (ou a simples esperança) de um maior retorno por um menor esforço; e era também uma mercadoria particularmente valorizada naquele momento⁴⁴.

Uma nova leva de pessoas chegou à cidade – segundo meus interlocutores, ainda maior que os fluxos que haviam se dirigido para lá anteriormente, atraídos pela SAMA ou pela cassiterita. Em pouco tempo, a cidade foi invadida por pessoas vindas de todos os cantos. “Gente de toda nação! Moço, aqui era um mil, dois mil, três mil, cinco mil, dez mil

⁴³ Galli (2007, p. 59) lembra que “as descobertas de cassiterita no centro-leste do Estado, a partir de 1973, atraíram um enorme contingente de garimpeiros para Minaçu, Nova Roma, Cavalcante e Monte Alegre [para os garimpos de Serra Branca e Nova Roma]. De 1985 à 1991, foi observado um declínio na produção, sendo reflexo da queda no preço do metal no mercado internacional, resultado da descoberta de grandes depósitos no Norte do Brasil e a sua substituição por outros produtos”. Antes mesmo deste declínio de preços, como argumento a seguir, a atenção dos garimpeiros em Minaçu já havia sido deslocada para o ouro.

⁴⁴ De acordo com Cleary (1992, p. 1), “em 1979, por razões que ainda são debatidas, o preço do ouro disparou no mercado internacional. Os preços do ouro no mundo vinham, de fato, aumentando incessantemente desde o começo dos anos 70, mas a explosão do preço que se iniciou em 1979 foi sem precedentes. No início de 1980 o ouro atingiu o pico recorde (...), e embora o preço tenha caído e flutuado violentamente desde então, permaneceu num nível que, em termos históricos, é extremamente alto. Este aumento de preços na Bolsa de Metais de Londres causou uma corrida do ouro na Amazônia que afetou o Equador, o Peru, a Colômbia, a Guiana, a Venezuela, a Bolívia e a Guiana Francesa como também o Brasil. Somente no Brasil, entretanto, é que a corrida do ouro atinge um nível comparável às grandes corridas do ouro do último século [nos Estados Unidos, principalmente]”.

peças...”. Alberico se empolga ao me relatar como eram esses dias, explicando-me então o que era a *febre* que tomava conta da cidade e das pessoas...

Quantas chupadeiras, na beira do rio? Ah, no auge mesmo devia ter mais de 400, e na água 180, 200 balsas... Eram mais de 10.000 famílias envolvidas com o ouro! E caminhonete levando e trazendo, levando e trazendo, o dia todo... A rua cheiiiiinha de peão, as homaiada pra cima e pra baixo, pra cima e pra baixo. E as pessoas ficavam sabendo, ‘dizem que tá dando ouro de pazada’ lá em Minaçu, e o pessoal vinha vindo...

Mas aqui era uma confusão, moço! Fila para tudo, as coisas caras, se você queria comprar um bujão de gás tinha que esperar muito. E os caminhões atolando de Santa Tereza [na beira da Belém-Brasília] para cá, a estrada aquele barro só, e os caminhões em fila cheios de alimentos. E garimpeiro chegando mesmo a comprar saco de arroz para socar no pilão, tudo era muito caro mesmo. Cabaré, bordel, alojamento, tudo dobrando, aumentando de número e de preço. E aluguel de casa subindo, e subindo... E gente ganhando dinheiro, uns enriquecendo muito, mais que os outros: comerciante e agiota.

E num dia morria duas, 3, 4 pessoas no forró... Confusão, briga, bebedeira, tiro – e o pessoal se divertindo, e a mulherzada que vinha também pra homaiada, aquela confusão, aquela festa. E gente que bamburrava atirando pra cima, uns assustavam, depois acostumava. Tudo muito animado, e confuso também! Melhor que hoje, você vê só essas ruas desertas...

Dinheiro maldito

Este maldito garimpo, que seduz e cega o homem mais do que a mesa do jogo ou a meretriz artificiosa, tem-me devorado em pouco tempo todos os meus haveres, uma sofrível fortuna adquirida à custa de longos anos de trabalho na lavoura e no comércio, sem a mínima compensação. Minha fazenda, meus escravos estão hipotecados quase até o último, e em breve a miséria virá bater-me à porta.

Bernardo Guimarães - O Garimpeiro

Por diversas vezes, ouvi comentários que destacavam a idéia de que o dinheiro obtido no garimpo é “maldito” ou “amaldiçoado”. Travei contato com essa idéia inicialmente através daqueles que buscavam, através dela, criticar o que lhes pareciam ser os maus costumes dos garimpeiros.

Por que o dinheiro de garimpeiro é maldito? É por que eles são usurentos. Acabou tudo com as mulherzadas ali nos foias. Eles têm o dinheiro, eles não se contentam, eles dizem que tem esse e que querem tirar mais. Querem furar o olho, cavam, cavam e vão gastar tudo nos foias.

Mas certamente esta formulação não se faz presente apenas nestas reprimendas.

Presenciei por diversas vezes, conversando com antigos garimpeiros – justamente aqueles a quem eram dirigidas aquelas acusações – referências a este “dinheiro maldito”. Porém, todas as vezes em que, junto a eles e mencionado o tema numa conversa casual, pedi maiores explicações sobre isso, pressenti a presença de um certo incômodo, parecendo-me claras as reticências destas pessoas em abordá-lo. Como que querendo desviar de assunto, ou

sinalizar-me que aquilo era uma coisa sem importância, acostumei a ouvir como resposta comentários como “ah, isso é coisa que os outros dizem, não é sério não...”.

Outros, ligeiramente irritados, diziam que não havia nada como esta maldição, e que estas crenças eram invenções do povo, coisa de gente ignorante ou mal intencionada. Abi, expressando esta opinião de forma peremptória, arrematava-a com um comentário que não deixava de ser revelador: “E como é que pode alguém dizer que o dinheiro do garimpo é fácil, não sabem o tanto que a gente trabalhava?”. Sem que qualquer referência anterior a uma eventual “facilidade do dinheiro” no garimpo houvesse sido feita nesta situação, Abi parecia estar se antecipando a uma espécie de crítica à exploração do ouro que, como mostra Mello e Souza (1995, p. 53), se ampara em argumentos centenários e exaustivamente reiterados desde então: “Desde cedo se firmou a imagem de que o ouro, metal nobre por excelência, correspondia a uma riqueza enganadora, fátua e, no limite, falsa”. Após o ocaso do ciclo mineiro do século XVIII, o apelo a estes argumentos foi uma constante para a explicação dos motivos que levaram – em Minas Gerais, sobretudo; mas também em Goiás e no Mato Grosso – à decadência (‘econômica’) desta atividade.

“[...] surge a idéia de que a mineração é ilusória porque, na realidade, não é trabalho. Este, por sua vez, configura-se claramente como *praga bíblica*: penoso, demorado, difícil, é provação necessária para a obtenção final da felicidade; ‘uma riqueza achada de repente, e com facilidade, não nascida da indústria, ou de trabalho’⁴⁵, será sempre pernicioso. Sendo atividade extrativa, o ouro sempre acaba, não é eterno, mas atrai os homens devido ao seu ‘caráter mais imediato, e de primeira espécie’⁴⁶. Ninguém precisa encorajar os homens para a atividade mineradora, pois ‘o natural instinto, de que nos dotou a natureza, de caminhar sempre pelo caminho mais curto à nossa felicidade, fará que hajam sempre muitos mineiros’⁴⁷. Mas há que ter muito cuidado, pois nem sempre o caminho mais curto é o que, a longo prazo, traz a felicidade: na verdade, o ouro é riqueza aparente, ‘que não indo de par com as reais, desaparece de súbito’⁴⁸” (Mello e Souza 1995, p. 63, grifos da autora).

No que se refere àquela região, Johann Emanuel Pohl⁴⁸ (apud Póvoa Neto 1998, 159), viajante austríaco que percorreu o interior do Brasil no início do século XIX, exprimiu sua opinião sobre o que presenciou nos garimpos de Pilões (atual Iporá, no centro de Goiás), onde um ou dois anos antes Auguste de Saint-Hilaire também havia passado:

“como a maioria dos brasileiros, que no dia do ganho não pensam no amanhã, mas vivem literalmente ao deus-dará e raro guardam um vintém para o dia da necessidade, (...) [os garimpeiros] faturam de dia o bastante para gastar à noite com bebidas e mulheres, no

⁴⁵ Basílio Teixeira de Saavedra, “Informação da Capitania de Minas Gerais”, 1808. RAPM, v.II, p. 674.

⁴⁶ “Exposição do governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo”. RAPM, v. II, 1897, p. 317

⁴⁷ J. Vieira Couto, “Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicílio próprio. À maneira de itinerário”. 1801 – RAPM, v. X, 1905, p. 84

⁴⁸ Pohl, Johann Emmanuel. Viagem ao Interior do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951 (1832).

máximo para continuarem essa vida por ainda mais um dia; enfim, tanto tempo quanto baste para o salário de um dia. Então chega a penúria, e voltam ao trabalho, momentaneamente, para ganhar o suficiente para renovar, com os altos e baixos, essa insensata vida de maus costumes”.

Outras explicações que me foram oferecidas pelos antigos garimpeiros a respeito desta suposta “maldição” não deixam de ser sugestivas: “é que o dinheiro que a gente ganha, a gente acaba aplicando de novo no garimpo, para comprar mais um par de máquinas, investir...”. Não surpreende que estes últimos destaquem que os homens mais ricos da cidade *cresceram* de tal maneira apelando para outras atividades: puderam acumular tanto porque investiram no comércio, abastecendo os próprios garimpeiros nos tempos da *febre*; ou porque eram agiotas, emprestando dinheiro a juros altíssimos.

Há ainda aqueles que argumentam que o problema todo do garimpo reside na elevação do padrão de consumo por ele acarretado. Acostumando-se com produtos e serviços que antes não podia desfrutar, o garimpeiro tem dificuldades de renunciar a eles. Deixando de ganhar dinheiro por qualquer razão, usará todas as reservas que eventualmente tenha vindo a acumular para continuar consumindo da mesma forma que antes, e nisso toda a sua riqueza se esvai rapidamente.

Por fim, há os que reconhecem a própria ingenuidade. “Garimpeiro é um bicho bobo... Porque ganha dinheiro fácil, gasta fácil. Gasta dinheiro à toa, pensa que pode gastar tudo num dia só”⁴⁹. Os garimpeiros seriam dessa forma comparados a crianças no seu deslumbramento e falta de providência. E justamente por serem assim – prosseguem os que evocam tal ingenuidade – faria algum sentido falar em coisas tão sérias e graves como uma “maldição”?

Talvez a questão deva ser considerada também à luz das circunstâncias em que as justificativas acima foram apresentadas – num diálogo comigo. Como veremos ao longo deste trabalho (e em especial no Capítulo 4), eu não era por eles encarado como um interlocutor qualquer. Branco, *lido* e vindo do *sul*, eu fui explicitamente incluído numa classe de pessoas

⁴⁹ De maneira elucidativa, as menções ao “dinheiro maldito” parecem ser comuns entre outros grupos que são, como os garimpeiros, ‘marginalizados’ e dependentes de um fluxo irregular e inconstante de recursos. Tratando dos travestis que se prostituem em São Paulo, Garcia (2008, p. 250) afirma: “Da mesma forma que o dinheiro ganho com a prostituição, o obtido com os roubos e furtos era também considerado um dinheiro “maldito”, que “entrava e saía fácil”, o que as mantinha na necessidade de novos “golpes”, mesmo quando conseguiam uma quantia elevada, em alguma destas ocasiões. Zaluar (2004 [Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV]) observa tal representação do dinheiro também entre ‘bandidos’ cariocas, que justificavam desta forma a necessidade constante de continuar praticando atos ilícitos”. Amorim et al. (2010, p. 119), estudando as prostitutas de Coxim (MT), destacam “a idéia de que a renda imediata da prostituição não é desprezível, chegando, segundo as entrevistadas, a se obter rendas semanais de R\$ 150,00 a R\$ 1.000,00, oscilações que existem em função da baixa e alta temporada da pesca e do turismo local e da sazonalidade das festas. ‘Um dinheiro maldito’ para uma das entrevistadas, pois, ‘é hoje e não é amanhã e a gente ainda tem que carregar o preconceito nas costas””.

com as quais estes garimpeiros têm uma longa e ambivalente história de relações. Nesse sentido, não é de todo absurdo comparar-me com aqueles funcionários do Estado ou viajantes estrangeiros que invariavelmente censuravam e criticavam estas condutas – não necessariamente no contato face-a-face, mas com certeza nos relatórios, publicações e livros de que eram encarregados de produzir.

Os depoimentos de Pohl citados acima, assim como os reproduzidos por Mello e Souza (1995), são suficientes para dar uma idéia da complexidade e da persistência e generalidade (histórica e geográfica, digamos assim) deste ponto. Dada a minha própria ignorância a respeito do universo do garimpo – que, como já destaquei, só conheço via os relatos dos que nele viveram – não pretendo oferecer soluções ou explicações mais profundas para um tópico tão espinhoso.

De tudo isso, gostaria apenas de reter uma idéia: seja no que se refere aos detratores ou aos entusiastas do garimpo, a maior parte deles parece concordar com a afirmação de que – por razões diversas – “o dinheiro do garimpo não pára nas mãos das pessoas”⁵⁰.

Febre como paixão

Não desesquentei a cabeça. Ajuntei meus trens, minhas armas, selei um cavalo, fugi de lá. Fui até a cozinha, conduzi um naco de carne, dois punhados de farinha no bordal. Achasse algum dinheiro à mão, pegava; disse eu não tinha nenhum escrúpulo. Virei bem fugido. Toquei direto para o Curralinho. Razão por que fiz? Sei ou não sei. De ás, eu pensava claro, acho que de bês eu não sei não. Eu queria o ferver.

Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

As referências ao “dinheiro maldito” deixadas de lado, os que garimpavam num passado recente não demonstram maiores inibições para falar sobre o quanto já tiveram em mãos, e sobre como este montante foi rapidamente gasto. Pois se há culpa ou receio de repreensão por um lado, por outro há a *paixão* e o fervor suscitados, até os dias de hoje, pela lembrança do que se viveu no passado. Cautela e reticências iniciais que são gradativamente abandonadas, entusiasmo que toma conta do falante e que lhe faz esquecer ou passar por cima do que poderia haver de repreensível no seu comportamento...

⁵⁰ Relativizando (ou reforçando?) esta colocação, é preciso lembrar que estes próprios garimpeiros mencionam os que se *controlaram* (os *controlados*), aqueles que foram capazes de enriquecer com o garimpo e se manter numa situação razoável mesmo com seu fim – ao que parece, o tipo de comportamento descrito acima não pode ser generalizado para os garimpeiros como um todo, sendo adotado por alguns deles ou durante determinado período de suas vidas.

É inegável que este tipo de assunto é até hoje bastante comum, suscitando, além da empolgação de quem trata dele, interesse em quem está por perto, e que pode já ter ouvido aquele mesmo relato inúmeras outras vezes. Assim, são bastante frequentes as histórias que envolvem mulheres e bebidas, e as *farras* aprontadas pelos que *fechavam cabarés*, anoitecendo e amanhecendo aí⁵¹.

Você quer saber o que é fechar cabaré? É você juntar com seus camaradas, uns quatro ou cinco, e cada um dar mil reais, por exemplo. E por dez, onze horas, todas as mulheres ficam só para vocês – para a gente. E naquela casa, naquele dia, não entra mais ninguém, tudo lá é nosso! Então a porta fica fechada, até o dia seguinte, até de tarde, só com a gente lá dentro.

Aqueles que *bamburravam* – *topando* com uma jazida especialmente valiosa e tendo, de uma hora para outra, muito dinheiro em suas mãos – pareciam especialmente compelidos a consumir uma boa parte do que obtiveram dessa maneira. Neste caso, demonstravam sua generosidade e boa sorte cobrindo não somente as próprias despesas como também a de alguns amigos⁵².

Regina lembra, com algum rancor, da primeira vez que seu marido *bamburrou*; e da pressa dele em sair do garimpo e ir pra *rua*, para sem mais delongas gastar o ouro que havia encontrado. “E olha que eu tive que esperar, fiquei pra trás, e a gente estava numa dificuldade danada naquela época. Eu e nosso filho, criança de colo, que mal tinha um pano para se cobrir...”.

Não era preciso *bamburrar*, porém, para fechar um cabaré; como nem sempre as riquezas são consumidas de uma vez só. Sírio costumava gastar, nos bons tempos, de 30 a 40 gramas de ouro todo final de semana – “faz só a conta, hoje seriam mil, dois mil reais... Nós

⁵¹ Clery (1992, p. 123) destaca, a respeito do garimpo que estudou na Amazônia Oriental: “As estórias que os garimpeiros mais gostam de contar e ouvir não são histórias detalhadas de como os bamburros famosos foram descobertos ou estórias heróicas de esforço na floresta, embora este tipo realmente exista. Os mais populares são os relatos de como os lucros de um bamburro foram gastos. Quanto mais espetacular for a extravagância, maior o apreço com que a estória é saudada”.

⁵² Parece-me que não estamos aqui muito longe das formas de consumação ritual de riqueza imortalizadas por Mauss (1974): refiro-me ao potlatch, e mais especificamente ao que este autor chama de “potlatch de destruição” (p. 100), com a ênfase recaindo mais sobre o aspecto da “honra” do que o do “crédito”. “Não menos importante é o papel que nessas transações (...) desempenha a noção de honra. (...) O consumo e a destruição são aqui realmente ilimitados. Em certos potlatch deve-se gastar tudo o que se possui e nada guardar. Decide-se quem será o mais rico e também o esbanjador mais desatinado. O princípio de antagonismo e de rivalidade estabelece tudo (...) Em um certo número de casos, não se trata sequer de dar e retribuir, porém de destruir, a fim de não ter sequer a pretensão de desejar uma retribuição. Queimam-se caixas inteiras (...) de azeite de baleia, queimam-se casas e milhares de mantas. Isto não somente faz com que a própria pessoa progrida na escala social, como também sua família. (...) Este comércio é nobre, repleto de etiqueta e de generosidade” (pp. 99-101).

gastávamos demais, Nossa Senhora!”. Para além desta ‘rotina’, ele se lembra muito bem dos dias em que viveu seu apogeu particular em termos de *farra*.

Gastei seis dias de Redenção até Crixás. Podia ter vindo em menos tempo, mas vim eu e esse companheiro, a gente ia de cidade em cidade, parando e bebendo. Chegava num lugar, bebia, ia conhecer os cabarés, eu dizia pro meu companheiro, ‘vamos ver sim como funciona esse lugar!’. E passava a noite lá, e depois comprava uma passagem até a cidade mais próxima. Não me esqueço do que a gente aprontou em Teresina de Goiás, onde na época tinha um garimpo de esmeraldas... Seis dias pra chegar em Crixás!

Aqui, o sentido do termo *febre* parece se desdobrar: ele passa a designar não apenas uma dinâmica sócio-econômica particular, mas remete também a uma “paixão”. O processo mais amplo é replicado nas pessoas que por ele são arrastadas. (Ou seria o inverso? Questão que não tem resposta, e que de resto não é muito importante). Altino, hoje *blefado* e *rodado*, me conta, com os olhos brilhando, como foi “apaixonado pelo garimpo”: “noites e noites no pé do garimpo, eu gostava muito daquilo, era uma paixão mesmo, você não sabe como...”. Febre, paixão, obsessão, ânsia ardente pelo ouro, “tirar mais”, “cavar, cavar...” A agitação e frenesi que caracterizaram a região após o anúncio da descoberta do ouro parecem ter tomado conta também dos que aí se encontravam. Cidade *febril*, corpos e corações febris, espíritos exaltados e perturbados... A febre, num caso como no outro (e também no que se refere à malária) remete a um movimento que não é apenas súbito e temporário, mas marcado por intensidades bastante particulares⁵³.

“O tal do garimpeiro não larga fácil do garimpo. Aquilo é um vício...”. Desejo ardente, vício, *paixão* – não chega a ser surpreende que, estando o garimpo frequentemente associado a estes afetos, nos relatos produzidos sobre eles (e também por eles) abundem as associações e referências às mulheres, à bebida, ao jogo, às drogas, ao cigarro⁵⁴.

Reinvestido na extração do ouro ou consumido em bares e foias, seria o dinheiro “maldito” por estar aprisionado pela *paixão* garimpeira neste circuito infernal, cujo fim só

⁵³ E aqui tenho que deixar explícitas as limitações do material de que disponho a esse respeito, referentes às condições em que ele foi produzido – após o fim do garimpo, num contexto que era ele mesmo bastante pouco ‘febril’. E me parece curioso que – ao que eu saiba, e eu provavelmente cometendo alguma injustiça - uma categoria tão rica não tenha sido objeto de maiores investimentos etnográficos. Até mesmo porque não são poucos os trabalhos de campo realizados por antropólogos no Brasil em situações em que tal dinâmica – e também o termo, não tenhamos dúvida – se fazem presentes.

⁵⁴ “O garimpeiro é como o jogador; sua esperança está sempre no seio da grupiara, como a do jogador nas cartas do baralho, nos dados ou no tabuleiro verde do bilhar; isto é, sua felicidade dorme na urna do acaso, de onde as mais das vezes nunca sai. Por mais que sejam os reveses com que a fortuna os maltrate, por mais que repila e os calque aos pés, esses cegos e pertinazes amantes estão sempre de rojo a mendigar favores aos pés daquela cruel e caprichosa amásia”. (Bernardo Guimarães, “O garimpeiro”)

seria possível com o término da *febre*, o esgotamento do ouro ou a impossibilidade de extraí-lo? Dinheiro maldito, que vai rápido porque veio rápido... A ânsia em obter e consumir rapidamente estes recursos não estaria também atrelada à consciência de que aquela situação não era duradoura? De qualquer forma, parece-me inegável que alguns sentidos associados ao termo *febre* ficam evidentes a partir de toda essa discussão: trata-se de um fenômeno temporário, intenso e frenético - e percebido e vivido enquanto tal; e também de uma oportunidade singular para a obtenção de ganhos extraordinários e relativamente fáceis.

Voltarei a tratar destas modalidades *febris* de dissipação de riqueza no próximo capítulo. Antes disso, porém, parece-me possível explicitar melhor alguns traços relativos a estas *febres* e *paixões* apelando para aquilo que se contrapõe a elas: certas riquezas não tão facilmente dissipáveis, coisas mais *duráveis*...

Pepitas que parecem uma santa

Boa parte dos garimpeiros que conheci na secretaria do movimento em Minaçu compartilha uma preocupação: encontrando-se numa situação econômica tão difícil, serão capazes de “deixar alguma coisa” para seus filhos? Estes garimpeiros a que me refiro aqui são em sua maioria homens, e geralmente têm entre 40 e 50 e poucos anos. Neste momento de suas vidas, muitos têm (para além das crianças que foram “feitas por aí”), filhos reconhecidos enquanto tais – e que são, portanto, objeto de suas preocupações.

Tão logo recebeu seus *direitos* – pagos em virtude de um acidente sofrido no canteiro de obras da Usina de Cana Brava – Jonas tratou de reservar uma parte do dinheiro para seus filhos.

Aí um dinheirinho que sobrou, depois que eu paguei as dívidas e os exames, eu peguei e ajudei o Totonho com R\$ 2.500, que queria começar um negócio. Aí dei R\$ 3.000,00 para o outro, o mais velho, que comprou uma moto para ele. Ajudando eles, se eu morrer de uma hora para outra eles podem dizer, ‘o pai me deu isso aqui e isso aqui’.

Rui, por sua conta, usou parte das reservas que havia acumulado – e que lhe permitiam penosamente sobreviver desde o fim do garimpo – para dar R\$ 2.000 reais ao filho que pretendia tirar a licença de habilitação para carro e moto. (Hoje em dia, este último é moto-taxista e eventualmente tira um extra como motorista de um médico da cidade que tem que ir regularmente a Goiânia).

Embora esta preocupação se articule à intenção de possibilitar aos filhos um meio de sobrevivência (preferencialmente um *negócio próprio*), este objetivo não dá conta inteiramente do significado deste “deixar algo” para os filhos. Pois há outro tipo de ‘herança’ que, concebida desta mesma maneira, não possui o caráter de um investimento no sentido

estrito. Tenho em mente aqui as tão comentadas e famosas pepitas de ouro – essas coisas tão lindas... Altino comenta, a esse respeito:

Para cada um dos meus filhos eu dei uma pepita. E é pena que eu não tenho mais uma para dar para essa pequetinha, minha netinha... E não foi só pros meus filhos que eu dei uma pepita não! Para os meninos que trabalhavam comigo no garimpo, para aquela turminha, todos têm uma lembrança que eu dei para eles, aqueles meninos – mas eu não era também uma espécie de pai para eles, não ajudei a criar eles todos?

Pois tem pepita que você encontra e você apaixonou... E que você não vende de jeito nenhum! Olha, eu estava blefado, e encontrei essa pepita que eu dei pra Carminha. E veio esse homem e disse que me dava no valor de 10 gramas de ouro pela pepita – pepita que só tinha umas 2 gramas, se tanto! Mas eu não vendi não.

O valor atribuído a estes objetos, de fato, contrapõe-se diretamente ao valor ‘econômico’ daquilo que é deixado enquanto ‘investimento’. Estas pepitas não são encaradas como a materialização de algo como uma poupança ou reserva, como algo que eventualmente poderia ser transformado em dinheiro pela sua venda. Muito pelo contrário, são pensadas, tanto por aqueles que as dão como pelos que as recebem, como algo que deve ser guardado para sempre. “Mas, moço! Esta pepita eu não dou, não vendo, posso morrer enforcado que ela continua comigo”. Nos tempos de grande dificuldade, na iminência de passar fome, Altino e sua mulher chegaram a “raspar o cobre” de antigos objetos do garimpo para vendê-lo e obter algum dinheiro. Nunca sequer cogitaram, porém, em se desfazer das pepitas que ele havia dado para os dois filhos, ainda crianças, e que poderiam então ser vendidas a um preço relativamente alto.

Ah, você precisa ver essa pepita que eu dei para a minha filha. Você vai se encantar com ela. Que nem essa eu vi poucas. Ela é linda, linda mesmo, bouleada. A pepita tem um pescocinho, parece uma santa, até encabula. A coisa mais linda do mundo... Uma santa, santa, santa mesmo!

Estes depoimentos ajudam a entender porque a pepita se presta tão bem para desempenhar o papel deste “algo” a ser deixado para os filhos. Se o dinheiro do ouro é “maldito”, a pepita parece uma “santa”. De um lado, temos o ouro em pó, que em virtude de sua ‘liquidez’, se transforma em qualquer coisa (bebida, dinheiro, roupa, presente...), sendo gasto no cabaré ou em qualquer outro canto da *rua*, se perdendo, se dissipando, sumindo – “dinheiro maldito”. De outro, temos a pepita, sólida, dura e *durável*, sendo dada aos filhos ou àqueles que merecem o carinho destinado aos membros da família – uma “santa”. Aí, as propriedades físicas destas matérias parecem justificar ou reforçar os sentidos culturais atribuídos a estas coisas, explicitando a tensão entre o que é dissipado e o que é guardado, entre o efêmero e o definitivo. O próprio gênero destas duas coisas atua amparando e

reforçando a ‘divisão sexual dos espaços’: “o” dinheiro circulando no *mundo*, “a” pepita segura e estável na *casa*⁵⁵.

Por diversas vezes ao longo do meu trabalho de campo, pude presenciar homens adultos e adolescentes apelando para mulheres mais velhas (suas esposas, mães ou parentes) para que elas guardassem e armazenassem consigo os recursos deles – “se ficar na minha mão, eu gasto tudo...”. Poderíamos, assim, sugerir o seguinte conjunto de correlações, ao qual voltaremos em outros momentos:

mundo:casa :: homem:mulher :: instabilidade:estabilidade :: perder:preservar :: efêmero:durável

Coisas como essas pepitas devem ser guardadas, “mocoçadas”: de preferência por uma mulher, de preferência dentro de casa. Mesmo coisas tão sólidas como as pepitas parecem se tornar escorregadiças e fugidias nas mãos masculinas... Altino não pode me mostrar a pepita que parece uma “santa” porque sua filha a escondeu. Mas se eu estiver realmente curioso, ele acrescenta, posso pedir para a mulher dele – esta última conhece o esconderijo, ele não. Seu próprio filho, além disso, já esteve na iminência de perder sua *própria* pepita: foi ele mesmo quem me contou isso, narrando o dia em que estava com ela no bolso, entrou numa piscina, e perdeu a pepita – mas depois, ufa!, ele a encontrou. Um dos filhos de criação de Altino não teve a mesma sorte. Este rapaz tinha uma bela pepita pendurada num cordão, e num dia em que já havia bebido muito decidiu dar um mergulho no Rio Maranhão. Perdeu a pepita, que foi parar no fundo da água. “É que ele bebia demais!”, explicou-me Altino. E quanto ao uso do ouro nos dentes, prática tão freqüente entre os garimpeiros: teria ela também o sentido de conferir *durabilidade* e permanência ao ouro, mantendo-o o preso ao corpo (e longe daquelas mãos nas quais não param o dinheiro) e prevenindo assim a sua dissipação?

O que se deixa para os filhos, assim, não é necessariamente um ‘investimento’, ou seja, recursos ou bens que os ajudarão a garantir o sustento destes últimos. De maneira mais geral, o que se deixa é algo *durável*, algo relativamente estável e permanente. ‘Investimentos’ como uma moto ou uma carteira de motorista são também algo dessa ordem – tratarei deste tópico no próximo capítulo.

⁵⁵Lembremos, a esse respeito, da função de “banco” desempenhada pela casa-grande – expressão emblemática do que havia de mais sólido e estável no nordeste colonial – analisada por Freyre (1973, p. X).

2.2 Uma, Duas, Três Barragens

Alberico se lembra, saudoso mas animado, da confusão que era aquela cidade nos dias em que “corria dinheiro”.

Essa Avenida Cana Brava, aqui do lado, estava sempre cheia, aquele monte de homem vindo atrás da casa da mulherzada. Aqui, na secretaria do MAB, era foia também. Do hospital pr’arriba, só mulherzada. E a gente tirava dinheiro, podia gastar. No garimpo, uma grama de ouro por dia, já dava. O valor do ouro estava alto, por semana dava para tirar bastante coisa.

Mas será que é do garimpo, ou apenas dele que Alberico fala aqui? Prossigamos com seu relato, do ponto onde havíamos parado:

Mais de 1500 mulheres... Que vinham de Goiânia, Gurupi, das cidades vizinhas, onde tem barrageiro tem mulher, aquele monte de peões... Mulher anda também. E aqui havia gente de toda nação, uns por causa do garimpo, outros por causa das firmas da barragem. Uns controlaram e ficaram; outros gastaram tudo, e foram embora... Corria dinheiro de rodo aqui, na época era farturento: tinha as firmas, a SAMA, o garimpo, corria dinheiro...

Passando boa parte dos meus dias ali no centro da cidade, na secretaria do MAB, era inevitável que, dentro dela ou do lado de fora, na calçada, o cenário à nossa volta não evocasse para aqueles com quem eu conversava, lembranças e histórias daqueles tempos ‘febris’. Sobretudo no que se refere aos homens com mais de quarenta anos de idade, pessoas que, como Alberico, muito haviam circulado por ali, vindo para a *rua* gastar seu dinheiro e se divertir. Os vestígios deste período abundam por ali. Permanecem de pé os edifícios onde funcionaram os *dormitórios*, os bares, os *cabarés*, as *boates*, os *foias*, os pontos de compra de ouro. Alguns desses edifícios ainda exibem, um tanto quanto desbotadas e nem sempre legíveis, inscrições que sinalizam os usos a que se destinavam anteriormente: um torso feminino nu delineado em vermelho por traços infantis, letras tortas e irregulares permitindo inferir que nessa casa que não aparenta possuir mais de um cômodo funcionou a “Boate Barle”...

O que o depoimento de Alberico explicita, por outro lado, é que não foi somente a *febre* do garimpo que chegou ao fim, com a construção das barragens. Pois esta própria atividade implicou ela mesma numa *febre* – a “febre das barragens”, que por certos períodos se *misturou* e se tornou indiscernível àquela outra. Mas ela também, após certo tempo, chegou ao fim.



Fig. 6: “Era aqui por esses lados que o *movimento* ficava no tempo da febre!”

Três registros escritos sobre as barragens

Na rodoviária de Minaçu, em frente à área de embarque e desembarque, uma placa metálica reproduz o conteúdo do que parece ter sido uma carta ou ofício:

Goiânia, 23 de maio de 1987
 Exmo. Sr.
 Dr. Henrique Castillo
 Governador do Estado de Goiás

Senhor Governador

A cidade de Minaçu, em franca expansão, recebendo pessoas de todas as regiões do país e contando com mais de 30 mil habitantes, está a exigir a construção de um novo terminal rodoviário.

Até o próximo ano, estarão em Minaçu mais de oito mil pessoas para trabalhar nas obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. Assim, o movimento de passageiros crescerá ainda mais.

Com base nesta realidade, dirigimo-nos a Vossa Excelência para solicitar, em nome daquele município, que determine à SUTEG a edificação, o mais rápido possível, de uma estação rodoviária em Minaçu. Para tanto, certamente, o estado contará com a decidida colaboração da prefeitura local.

Reconhecendo o excelente governo que vossa excelência está desenvolvendo, agradecemos a atenção e subscrevemo-nos atenciosamente.

Saudações peemedebistas,

Carlos Alberto da Silva
Membro do Diretório do PMDB de Minaçu

Dez anos depois, no primeiro número do jornal *Norte Goiano em Debate*, de agosto de 1997, na seção reservada ao editorial e às opiniões de leitores e colaboradores, uma pessoa chamada Augusto Netto – sobre a qual nenhuma referência adicional está presente – escreveu, sob o título “E se Cana Brava não vier?”, alguns parágrafos expondo sua opinião a respeito da construção das barragens em Minaçu.

Durante anos os minaçuenses vêm dizendo como se tudo corresse às mil maravilhas. Com a construção da barragem de Serra da Mesa, a cidade encheu de novas pessoas, o comércio atingiu altos picos de venda, aventureiros para cá se deslocaram em busca do lucro até certo ponto fácil e tudo vinha muito bem, até que alguns barrageiros começaram a bater em retirada.

Diante desse quadro, fica neste momento um desejo em todos os habitantes de Minaçu. Que comece logo a construção da barragem de Cana Brava. Caso esta obra venha a ser iniciada, vários trabalhadores voltarão à cidade, com dinheiro no bolso, pelos salários recebidos, movimentarão o comércio e tudo vai continuar como dantes.

No entanto, sem querer ser pessimista, gostaria de perguntar: e se Cana Brava não vier? Quantos continuarão a residir aqui?

Alguns estarão a dizer, ainda temos a SAMA. Mesmo sendo esta uma grande empresa, tem esta condição de empregar milhares de ex-barrageiros? Claro que não. Por isso, é hora de pôr a mão na consciência e admitir que faltou a elaboração de um plano para a cidade, pelas administrações anteriores que buscasse gerar emprego para a população quando da conclusão de Serra da Mesa.

Ou seja, mais uma vez a história se repete. As empresas geradoras de energia elétrica vêm para o interior, constroem suas barragens, derramam no lugar um falso progresso e depois vão embora deixando para trás pessoas envoltas em suas dificuldades. Foi assim em Tucuruí, Pontal do Paranapanema, São Simão e tantos outros lugares por onde passaram as empreiteiras com seus conjuntos habitacionais Brasil afora.

Para Minaçu, só interessa neste momento a construção de Cana Brava e enquanto se desenrola essa construção, a elaboração por parte do poder público municipal de um plano gerador de empregos e divisas para o município com o aproveitamento do potencial turístico dos lagos, industrialização da cidade e, se possível, plantio de lavouras ou hortas na zona rural de Minaçu.

Caso isto não ocorra, a pequenina palavra “se” vai fazer a grande diferença na história de Minaçu. (*Norte Goiano em Debate*, 1997).

Vinte anos depois da redação daquela solicitação ao governador, e dez após a publicação do texto acima, no dia 20 de maio de 2007 o então prefeito de Minaçu concedeu uma entrevista ao *Diário do Norte*, periódico semanal dedicado a cobrir os acontecimentos do norte de Goiás. O principal assunto abordado foi a questão do emprego na cidade que ele administrava.

É uma grande vontade política da nossa parte de melhorar cada vez mais a nossa cidade, que tem um povo trabalhador e precisa gerar oportunidades. Nós precisamos trazer indústrias para cá, e estou buscando muito isso, a indústria de fécula, a usina de biodiesel, de álcool e açúcar, para gerar emprego para nossa comunidade. Muitos pais de família hoje estão em São Salvador, em outras usinas hidrelétricas pela sua capacidade, pelo seu potencial, pela sua forma correta de trabalhar. Gostaria que todos eles estivessem ao lado

de suas esposas, de seus filhos. Infelizmente, ainda não conseguimos trazer indústrias para cá, mas temos trabalhado muito (...) para garantir empregos às nossas famílias em Minaçu.

Articulei estes três relatos desta forma, antes de mais nada, para apresentar ao leitor o que ocorreu na cidade de Minaçu ao longo dos 20 anos que separam o primeiro destes registros do último: a construção de três usinas hidrelétricas neste município – Serra da Mesa, cujas obras (marcadas por interrupções e atrasos) começaram em 1986 e só terminaram em 1998, ano de sua inauguração; Cana Brava, iniciada em 1999 e inaugurada em 2002; e São Salvador, iniciada em 2006 e inaugurada em 2009. Além disso, em todos os registros está em destaque uma mesma questão: as idas e vindas dos *barrageiros* – termo genérico utilizado para se designar aqueles que trabalham na construção de uma barragem e que, com frequência, se deslocam de uma obra para outra à medida que elas são encerradas – assim como os impactos desses fluxos sobre a economia da cidade.

No primeiro caso o que está em jogo é construção de uma rodoviária que seja capaz de receber os milhares de forasteiros esperados para breve (e que, ao fim e ao cabo, superaram os 8 mil previstos na placa), e uma certa expectativa otimista transparece na carta endereçada ao governador. Dez anos depois, terminada a obra de Serra da Mesa e com as obras de Cana Brava previstas para breve, a opinião expressa no jornal já evidencia algum ceticismo, colocando em dúvida os benefícios trazidos por estas barragens. Ainda assim, Cana Brava é aguardada – “para Minaçu, só interessa no momento a [sua] construção”. Em 2007, a situação parece ter se invertido. Mesmo tendo sido construída no interior do município de Minaçu, a barragem de São Salvador estava mais próxima de outras sedes urbanas – no caso, as cidades de Palmeirópolis e São Salvador, já no estado do Tocantins. Coube a estas duas cidades ‘receber’ a obra e seus trabalhadores, assim como usufruir da maior parte dos benefícios econômicos temporários advindos deste empreendimento. E é justamente isso o que comenta o prefeito: ele sabe quantos homens de Minaçu estão fora da cidade, longe de suas famílias, trabalhando em São Salvador ou em outras hidrelétricas do país. A cidade que, durante as *febres* dos anos 80, era um pólo de atração de ‘imigrantes’, vinte anos depois passou a ser um lugar de onde se ‘emigrava’, a maior parte dos seus moradores passando a ser vivenciar a dura realidade de quem não tem emprego⁵⁶.

⁵⁶ A afirmativa do prefeito destaca um outro elemento que me parece importante: o fato de que esses *barrageiros* que emigram de Minaçu estão, conseqüentemente, longe “de suas esposas, de seus filhos”. No capítulo 3, pretendo dar conta, com maiores detalhes e pela consideração do ponto de vista destes *barrageiros* e de seus familiares, dos significados e implicações do trabalho longe de casa.

Um parênteses: apresentando os papéis (e os calungas e avás-canoeiros)

Registros escritos como esses, referentes ao que se passou durante a *febre* das barragens – e também as tomando como objeto de atenção – são fáceis, muito fáceis de encontrar. Eles estão pelas ruas da cidade, nos jornais vendidos num único ponto da Avenida Maranhão e que semanalmente circulam de mão em mão, nos arquivos mantidos pela biblioteca pública ou mesmo nas pastas abarrotadas daqueles que acumulam *papéis* e *documentos* das mais diversas ordens; estão também ao alcance de qualquer um conectado à internet – ela mesma uma *febre* recente em Minaçu, onde lan-houses pipocam por todos os cantos.

Se este é o caso da febre das barragens, o mesmo não se pode dizer a respeito do garimpo das últimas décadas. De fato, praticamente todo o material que coletei a esse respeito foi obtido a partir de relatos orais, junto aos que viveram aqueles dias. Considerado na sua dimensão de *febre* ou não, o garimpo é um assunto que apenas raramente se faz presente em textos escritos. Em um ou outro livro, estes garimpeiros e seus movimentos de fato são mencionados, mas sempre de passagem. Numa apostila de geografia preparada especialmente para os alunos da cidade de Minaçu⁵⁷, o tema também é abordado rapidamente:

“Nosso município é rico em recursos minerais, como: a) cassiterita: do qual se retira o estanho. Extraída na região do Pela Ema, pela Companhia Goiás Estanho. b) amianto: possui em grande quantidade, e é utilizado na fabricação de materiais para construção civil, como: telhas, caixa d’água, etc. c) zinco: é amplamente utilizado na fabricação de objetos de arte e decoração, em soldas para aparelhos eletrônicos, na moldagem de certas peças de automóveis. Por ser maleável, pode ser transformado em folhas, conhecidas como folhas de flandres, usadas na fabricação de latas para conservação de alimentos.

Existem, ainda, outros recursos minerais que são extraídos em menor escala, como: o ouro, berilo, etc. O extrativismo praticado desordenadamente pode causar uma série de problemas, não só ao nosso estado, mas em todo o país. Esse problema vai desde a extinção de espécies de animais selvagens, de peixes, de pássaros e de vegetais, até o esgotamento de alguns recursos minerais que não se renovam na natureza. Além disso a devastação de florestas causa uma série de problemas ao meio ambiente, como poluição dos rios, o aumento das áreas sujeitas à erosão, o empobrecimento do solo e até mesmo a alteração do nosso clima. A garimpagem também é praticada na região, absorvendo aproximadamente 4.000 pessoas na extração de ouro, cristal e cassiterita. Esta mão de obra forma um contingente de população flutuante que exerce constante pressão sobre os equipamentos urbanos” .

A este respeito, Póvoa Neto (1998, p. 182) argumenta que o

“descaso quanto a atividades responsáveis pelo sustento de considerável parcela da população brasileira nos chamados ‘sertões’ contribuiu para a carência de informações que penaliza também as análises sobre a garimpagem no século atual. Tudo isto indica

⁵⁷Geografia e História de Minaçu. Da Escola para a Vida. Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura de Minaçu – s/d.

também a permanência de uma atitude semelhante, por parte das elites, do Estado, e de toda uma parte da nação, com relação a um vasto espaço que poderia ser nomeado, sem maior rigor, como ‘sertão’, ‘oeste’, ‘fronteira’... Nesta grande extensão sobreviveram e sobrevivem as atividades de garimpagem, no mais das vezes sem merecer maior atenção”.

Ponto importante, especialmente quando levamos em consideração o tipo de material escrito em que estes garimpeiros se fazem presentes. O conteúdo da apostila acima é bastante explícito a esse respeito. No Capítulo 4, tratarei com detalhes da distinção existente entre os *corridos* e *lidos*. Mas já aqui evoco esta oposição, dada a sua importância para explicitar algumas das formas através das quais meus interlocutores, enquanto *corridos*, pensam a sua relação com aqueles que produzem textos escritos – pessoas *lidas*. Diante disso, é preciso levar em conta uma assimetria fundamental: como que por definição, os *corridos* não dispõem das condições que permitem aos *lidos* produzir registros e *papéis*. Se os primeiros se fazem presentes aí enquanto assunto ou tema abordado, isso se dá invariavelmente a partir de um ponto de vista exógeno a eles: eles aparecem aí através da pena e da perspectiva dos *lidos*.

Não surpreende, assim, que os poucos documentos mencionando os garimpeiros presentes nos arquivos da biblioteca de Minaçu invariavelmente os considerem de forma pejorativa ou acusatória, denunciando esta atividade como prejudicial à natureza, à cidade ou mesmo àqueles que a praticam. Tudo isso, desde já, é também um indício das assimetrias, tensões e conflitos que, sem esgotarem por inteiro o sentido da oposição entre *lidos* e *corridos*, a perpassam de forma significativa.

E se, como sugere Póvoa Neto (1998), há “carência de informações” escritas a respeito dos garimpeiros, o mesmo não pode ser dito a respeito de eventos como as barragens. Pois a sua *chegada* se relaciona também a uma intensa proliferação de *documentos* por todos os lados – e estes últimos podem ser encontrados não apenas nos arquivos públicos, *secretarias* e bibliotecas como nas gavetas, pastas e carteiras de meus interlocutores. São eles mesmos que destacam quanto, de um tempo para cá, sua vida passou a ser cada vez mais *marcada* e regida por tais *papéis*. Voltarei a este ponto inúmeras vezes ao longo desse trabalho.

Dito isso, passemos ao exame de outro destes *documentos* – uma reportagem de um jornal da capital do estado⁵⁸.

“Garimpo volta a ameaçar terra indígena - Filão de ouro na reserva dos avá-canoeiros, na região de Serra da Mesa, desperta a cobiça de garimpeiros

A presença de garimpeiros nas proximidades da reserva dos avá-canoeiros, perto da Usina de Serra da Mesa, em Minaçu, volta a chamar a atenção um ano depois de centenas deles

⁵⁸ O Popular, 2 de fevereiro de 1998.

terem invadido a reserva e [sido] retirados em seguida por força policial. Onze balsas de dragagem e um equipamento chamado de *chupadeira* estão na área conhecida como porto do Rubão, a cerca de 35 quilômetros a jusante (abaixo) da barragem da Usina – uma área localizada próxima do limite das terras indígenas. Muitos vieram de fora, mas a cada dia o garimpo envolve várias das 60 famílias de posseiros que ainda persistem na reserva por falta de indenização. Desde que os seis únicos avá-canoeiros sobreviventes em Goiás foram para o novo posto indígena, em setembro de 96, já foi preciso retirar garimpeiros mais de 15 vezes de dentro da reserva. (...)

Tudo o que deseja, por exemplo, o casal de garimpeiros José Barbosa da Silva e Clementina Feitosa de França, é instalar a balsa na reserva indígena. ‘Lá tem muita terra para só seis índios, sem contar o tanto de ouro que a gente sabe que tem’, sonham. A última notícia que estimulou os dois e os outros companheiros foi a de um grupo que, também de balsa, atingiu um veio de ouro dentro da reserva. O fato despertou a cobiça de muitos deles, desanimados com as poucas gramas do minério que estavam conseguindo extrair todos os dias – número nunca revelado com precisão. (...)

... o grupo não perde a esperança, porque, embora aleguem estar retirando pouco ouro, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estimou, em 97, que à jusante da barragem, pode haver entre uma e três toneladas de ouro. É isto que estimula, por exemplo, jovens rapazes a se arriscarem como mergulhadores, permanecendo até três horas no fundo do rio, respirando apenas por uma mangueira que leva o ar de um compressor instalado na balsa. Dividindo o tempo entre momentos de facilidade para o garimpar no rio de nível baixo e, quando cheio, com a dificuldade de trabalhar no Tocantins, os garimpeiros situados antes do manancial atingir o Estado do Tocantins vão alimentando esperanças que Sanchez [o “chefe local da Fundação Nacional do Índio”, entrevistado para esta reportagem] considera inúteis, embora ameaçadoras. ‘Eles jamais vão conseguir uma permissão que abra um precedente destes’, comenta o indigenista”.

Imbricados numa única narrativa, aparecem ilustrados aqui diversos dos tópicos, tensões e personagens presentes, de maneira mais ou menos explícita, nesta tese: a “cobiça” garimpeira; a relação entre os garimpeiros e os funcionários das agências governamentais; o deslocamento desencadeado pela construção da Usina de Serra da Mesa; as ambigüidades de uma “esperança” que, para o bem ou para o mal, persiste; a presença destes que “vêm de fora”; a espera pela *indenização* (em função da reserva indígena ou da barragem?)... Naturalmente, fui eu quem selecionou tal reportagem, escolhendo-a dentre diversas outras em função destas informações e de como elas se articulam ‘exemplarmente’ num texto escrito.

No contexto desta discussão, não custa lembrar como os avás-canoeiros e calungas⁵⁹, por vezes aproximados pelos próprios garimpeiros de si mesmos enquanto grupos ‘marginalizados’ e ‘nômades’, tornam-se prontamente o objeto de inúmeras publicações e

⁵⁹ Silva (1998, p. 327-328) nos informa sobre o ‘senso-comum’ a respeito destes *calungas*, grupo quilombola da região: “[eles] formaram o quilombo com escravos foragidos do Nordeste, especialmente da Bahia, de onde eram trazidos em grandes comboios desde o século XVIII e mesmo no XVII; do trabalho pesado das minas de ouro de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais; procedendo também das fugas de fazendas goianas e de outros locais do país; havendo ainda a teoria dos que acham que viviam isolados até recentemente e a dos que admitem que conviviam com os índios Avá-canoeiros, com quem se miscigenaram”.

documentos uma vez sujeitos a (ou ‘objetos de’) políticas do estado. Mas talvez seja preciso relativizar ou ampliar o sentido deste ‘Estado’, para dar conta das suas imbricações com as iniciativas levadas a cabo também pelas *firmas* e ONGs.

Para além da questão das terras e do ouro, há também a própria visibilidade adquirida por estes indígenas e quilombolas, que aparecem assim encarnando à perfeição certo tradicionalismo sobre o qual as empresas tanto investem nos seus programas de responsabilidade social e nas iniciativas visando o “resgate cultural” disso ou daquilo... Não deixa de ser curiosa esta visibilidade dos que até hoje são conhecidos – por causa de sua singular habilidade para fugir dos brancos – como “os índios invisíveis”; visibilidade essa que, atualmente, tanto parece incomodar inúmeros moradores de Minaçu:

- Como é que pode apenas seis índios ocupar um espaço daqueles, só pra eles?
- Seis? Ouvi falar que só tem dois agora...
- E recebendo toda aquela *ajuda* do governo e da empresa, enquanto nós, aqui...

A forma como foi constituída essa reserva, com o ‘apoio’ massivo de Furnas (empresa responsável pela Usina de Serra da Mesa), parece também incomodar a alguns etnólogos. Silva (2006, p. 19) se dedica na sua tese de doutorado a

“investigar a questão da sobrevivência indígena sob um regime tutelar, i.e., o enquadramento descritivo e analítico das presentes condições de existência dos avá-canoeiros sob a égide do indigenismo empresarial promovido por Furnas e Funai que visam criar estas mesmas condições (...) Ao se falar em indigenismo empresarial deve-se ter em mente casos onde o poder econômico de grandes empresas sobrepuja o poder político dos órgãos indigenistas (Baines 1998⁶⁰). Este é necessariamente o caso na Terra Indígena Avá-Canoeiro, onde a assistência oficial aos índios encontra-se submetida a convênios e acordos entre a Funai e Furnas abalando o ideal do indigenismo oficial de monopolizar as ações e políticas voltadas para os índios”

Ainda para este autor, “o indigenismo empresarial de Furnas (...) aciona a retórica do ‘desenvolvimento sustentável’ como forma de redenção das ações destrutivas ocasionadas pelas obras de engenharia de grupos econômicos (Silva 2006, p. 32)”.

Para além destas colocações, fica evidente a imbricação da *chegada* destas políticas estatais – ou *papéis, leis e ajudas*, como preferem meus interlocutores – com a atividade das *firmas* construtoras das barragens⁶¹.

⁶⁰“Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari”. XXII Encontro da ANPOCS, Caxambu, 1998.

⁶¹E se a Usina de Serra da Mesa foi construída por uma empresa estatal – Furnas Centrais Elétricas – não custa destacar que a Usina de Cana Brava foi a “primeira grande barragem construída integralmente por uma empresa privada, conforme o novo marco institucional e regulamentar para o Setor Elétrico” (Pinheiro 2006), após a reestruturação deste setor na segunda metade dos anos 90. Tanto esta última quanto a Usina de São Salvador foram implantadas pela Companhia Energética Meridional (CEM), subsidiária da Tractebel Energia S.A., multinacional franco-belga.

Em menor medida, e via outros caminhos, algo análogo parece ocorrer em lugares como Cavalcante, município vizinho de Minaçu, a respeito dos calungas. Um trecho de uma entrevista realizada por Siqueira (2006, pp. 41-47) com uma senhora calunga, candidata a vereadora, ilustra esse ponto:

- E como é a relação de vocês com o pessoal da cidade?
- Boa, até boa, né. Assim, não tem muito... Antes tinha, né, eles tinha muito preconceito: “Ah, kalungueiro, esse povo kalungueiro”. Agora como eles tão vendo que nós, a comunidade tá sendo bem valorizada.
- Depois do reconhecimento da terra?
- É, mudou. Agora tá tendo um bom relacionamento, mas ainda tem, já ta surgindo a questão de ciúme, né, que eles pensa que as coisas que vem, vem só pros kalunga, mas não é, muitas coisas que tá sendo beneficiada no kalunga, tá também sendo na cidade.

2.3 Febres no Tempo e no Espaço

... and then I saw this station, these men strolling aimlessly about in the sunshine of the yard. I asked myself sometimes what it all meant. They wandered here and there with their absurd long staves in their hands, like a lot of faithless pilgrims bewitched inside a rotten fence. The word ‘ivory’ rang in the air, was whispered, was sighed. You would think they were praying to it. A taint of imbecile rapacity blew through it all, like a whiff from some corpse. By Jove! I’ve never seen anything so unreal in my life. And outside, the silent wilderness surrounding this cleared speck on the earth struck me as something great and invincible, like evil or truth, waiting patiently for the passing away of this fantastic invasion.

Joseph Conrad - Heart of Darkness

A Diversões Eldorado atende os peões e as prostitutas por todo o país

Conheci Junior na calçada do meu hotel, onde nós dois estávamos hospedados. Ele me contou que era o responsável por “fazer o acerto” das mesas de sinuca e máquinas de música que a *firma* que o empregava, a Diversões Eldorado, tinha espalhadas por diversos estados: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso. Sua função consistia, basicamente, em “abrir” as máquinas e mesas e retirar as moedas e notas aí depositadas. Caso os aparelhos funcionassem por fichas, ele também as recolheria e cobraria do responsável pelo estabelecimento a quantia proporcional ao seu número. Ele viajava com um parceiro em um pequeno caminhão, onde também transportavam equipamentos defeituosos até o depósito da firma mais próximo. Cabia-lhes ainda trazer, destes depósitos, as mesas e máquinas novas que substituíam as que paravam de funcionar. Recebendo uma comissão de 10% sobre o valor amealhado em cada estabelecimento, Junior era capaz, assim, de ganhar até R\$ 800,00 por mês.

Ele então me dizia que Minaçu já tinha sido um bom lugar para ganhar dinheiro com este *negócio* – mas não era mais. Como compará-la à vizinha Palmeirópolis, tão menor mas

naqueles dias tão mais repleta de *peões*? Há alguns anos atrás – quando ele ainda não estava na firma – Minaçu estava repleta de *foias*, de *cabarés*. Ouvira muitas histórias sobre isso. Quantos não foram seus conterrâneos que tinham ido se aventurar por aqueles lados? Estes últimos vieram inicialmente por causa do garimpo, e depois para trabalhar na construção da barragem de Cana Brava. Mas agora a cidade estava deserta, e ele ouvira falar que o promotor mandara fechar os *foias* que restavam na rua da feira. Hoje, o trabalho dele ali se resumia ao acerto em alguns poucos botecos que tinham mesas de sinuca (mas não máquinas de música) e no clube campestre que existia perto da cidade.

Em Palmeirópolis – ali do lado, a primeira cidade que aparece depois que se entra no estado do Tocantins – as coisas estavam bem diferentes. Recentemente ele e seu parceiro estiveram lá, e nem conseguiram um lugar para se hospedar. A sorte é que eles sempre levam no caminhão uma barraca e colchões (especialmente necessários lá para os lados do Mato Grosso, onde há lugares tão precários que neles sequer se encontra um quatinho para dormir, e onde eles têm que acampar em postos de gasolina ou em praias, na beira dos rios). Quem encheu aquela cidade foram os *peões* que estão trabalhando na Usina de São Salvador. Um grande amigo seu, da sua Porangatu natal, assim como outros conhecidos dele, tinham ido lá para fazer isso. Esse amigo já estava trabalhando com barragens há um bom tempo, terminava uma e ia embora, logo passava para outra. Agora estava com essa idéia maluca, queria fazer a mesma coisa em Angola. Mas no que se refere a barragens, parece que a coisa estava *quente – movimentada, agitada* – de verdade era lá para o norte, obra grande, naqueles lados do Bico do Papagaio, em Estreito. A firma dele, a Diversões Eldorado, estava lá também. Mas não era ele o responsável por essa região. Ele *rodava* mesmo era por aquelas bandas: o norte de Goiás, um pedaço do sul do Tocantins, a margem esquerda do Araguaia no Mato Grosso.

Segundo ele, eu – que também lidava com essa questão de barragens no meu *serviço* – devia saber muito bem disso: onde tem obra tem *peão*, e onde tem *peão* tem *cabaré*; onde tem *cabaré* tem gente disposta a gastar dinheiro, e aí a firma dele (e ele também) têm a chance de faturar. Assim, o pessoal da sua firma – assim como os *barrageiros* e as putas – estão sempre atrás dos lugares onde ocorrem estas obras. Ele já conhece muitas destas moças, já que está sempre voltando para os mesmos lugares. Ali em Minaçu todo dia 10 ele chega, para fazer o acerto. Como não tem muito *movimento* lá, dá para fazer isso só uma vez por mês. Em lugares mais *agitados* o acerto tem que ser quinzenal. Principalmente por causa das máquinas de música, onde fica muito dinheiro depositado. Eles da firma têm uma combinação com as putas: elas ficam responsáveis por fazer seus clientes colocarem música atrás de música para elas, recebendo em troca uma comissão. Por causa do dinheiro que fica guardado na máquina,

a firma costuma pagar uma comissão também para alguém que trabalha no local onde esta máquina fica, para vigiá-la e impedir que alguém tente arrombá-la, roubando o dinheiro e danificando o computador que fica em seu interior. Na hora em que Junior chega e vai abrir a máquina, aí é que as coisas ficam boas... As putas vêm todas para cima dele, dão em cima, fazem carinho, sabem do dinheiro que ele recolheu. Ninguém resiste a uma situação destas, não é mesmo? Ele sim é que é sortudo, com um trabalho desses...

Por onde ele *roda*, o lugar em que há mais gente é no Mato Grosso. Lugar muito bonito, mas de estradas terríveis. E é comum chegar em uma cidade muito pequena e de repente se dar conta de que ali, um lugar daquele tamanho, há 20, 30 puteiros, atendendo aos *peões* que trabalham nas plantações de soja. Há praias lindas por aquelas bandas: onde pode-se fazer um luau, bem acompanhado, tomando uma cerveja... Como em Minaçu: aí o que o pessoal gosta de fazer não é pegar uma menina, ir para a beira do lago da barragem, beber com os amigos? Com tanta possibilidade de viver essas *farras*, não há dúvida que ele gosta muito dessa vida de *rasgar* por aí. Tanta coisa incrível se vê por esses caminhos...

Mas há um lado ruim nesse trabalho, como negar isso? Perde-se tanta coisa... Quando seu avô morreu, ele estava no interior do Mato Grosso, a mil e tantos quilômetros de casa. Como voltar? Mesmo que ele pudesse, deixando o trabalho de lado, não dava tempo de chegar para o enterro. E não é só isso. Esse é um trabalho perigoso, essa é uma vida perigosa. Há algum tempo, quando ele ainda circulava pelo Distrito Federal, ele e o parceiro foram assaltados, logo depois de fazer o acerto, por quatro meninos. Quatro meninos, quatro crianças! Eles entregaram tudo, não reagiram, mas ainda assim um dos assaltantes, só por *maldade*, deu um tiro nele. As coisas com que se depara aquele que está *no mundo*: uma criança dessas, atirando em alguém, sem motivo! Por causa disso, ele passou um mês internado, mas deu sorte: a bala – ainda alojada em seu corpo – não atingiu nenhum órgão importante.

Ele teve que dar uma maneirada na bebida, depois disso. Continua tomando cerveja todo dia, o que é essencial para o seu trabalho, já que é com um copo na mão que se faz o acerto nos bares, clubes e cabarés. Mas parou com as bebidas fortes: agora não apela mais para o uísque com Red Bull que tanto o ajudara a ficar desperto à noite, dirigindo seu caminhão por alguma estrada deserta do interior do país.

As febres na sua mecânica abstrata

Nos itens anteriores, procurei mostrar como a construção das barragens se relaciona ao garimpo através da referência a um mesmo termo, o que parece sugerir a existência de uma

metáfora relacionando as tão conhecidas “febres do garimpo” a um movimento semelhante sob diversos aspectos: a “febre das barragens”.

Mas será mesmo de uma metáfora que tratamos aqui? Pois ao evocarmos a metáfora enquanto figura de linguagem, geralmente pressupomos a existência de um sentido literal, de um conjunto de “associações convencionais” (Wagner 1981) a partir das quais uma imagem ou símbolo qualquer terá seu sentido estendido para outros contextos – onde ela será, então, usada e considerada ‘figuradamente’. A forma como apresentei o que se passou em Minaçu entre os anos 70 e 90 efetivamente sugere que, se as pessoas falavam numa “febre das barragens”, foi porque elas se serviam de uma analogia: o frenesi que tomou a cidade durante a construção das usinas hidrelétricas em muito se assemelhava ao que ocorrera alguns anos antes, durante o apogeu do garimpo. Por outro lado, eu mesmo já havia assinalado, seguindo Cleary (1992), que nas menções à febre do garimpo há uma ‘extensão metafórica’ de sentidos e associações vinculados aos sintomas desencadeados pela malária. O que quero sugerir, com isto tudo, é a potencialidade de uma análise que se desenvolve a partir de uma suposição: a de que não existe um referente ‘original’ – seja ele qual for – para a categoria *febre*. Pretendo argumentar, assim, que alguns dos sentidos associados à idéia de *febre* somente podem ser explicitados a partir do momento em que encaramos essa categoria como designando ‘abstratamente’ uma dinâmica que não se prende substancialmente – ou seja, literalmente – a nenhum contexto particular.

A suposição em questão certamente não é arbitrária. Eu a proponho estimulado, em primeiro lugar, pelos próprios significados vinculados a essa categoria, que nos permitem postular a existência de um mesmo algo – a *febre* – que se atualiza em diferentes tempos e espaços, atravessando contextos os mais diversos. Como eu já havia destacado antes, seguindo a comparação proposta por Cleary (1992) a respeito da malária, as febres começam de maneira súbita e se extinguem – mas podem e costumam ressurgir em outros momentos e lugares, seguindo aquele mesmo padrão.

Daí também a importância da *rádio-peão* no universo do garimpo (Cleary 1992, p. 72; 137): é principalmente através destas redes informais que circulam as informações que permitem que, após a decadência de uma área, o garimpeiro busque outro lugar para trabalhar.

“Não é exagero dizer que o bate-papo informal é um dos processos mais importantes na garimpagem. Ele explica amplamente, por exemplo, como os garimpeiros mudam-se de região para região com tanta facilidade, percorrendo distâncias que pareceriam imensas para um europeu, mas que um porcentista olhará tão fleumaticamente quanto um carioca pode contemplar uma jornada entre Ipanema e Copacabana. Muito frequentemente um porcentista sem experiência numa área viajará com outro porcentista que encontrou num garimpo e que conhece muito bem a área. Mesmo quando viaja sozinho, um porcentista,

invariavelmente, tem uma idéia da melhor rota, dos melhores garimpos, e dos tipos de problemas prévios de encontrar, através do contato prévio com um porcentista que trabalhou na região. Estas informações são frequentemente bem específicas, estendendo-se a nomes de hotéis e donos com boa reputação. Isto torna o movimento entre as regiões de garimpagem muito menos problemático” (Cleary 1992, p. 141)⁶²

Por outro lado, a experiência dos meus interlocutores sugere que esse potencial ‘trans-contextual’ das *febres* não diz respeito apenas ao desempenho de uma mesma atividade em diferentes lugares: na região de Minaçu, como vimos, a extração do ouro foi antecedida pela exploração da cassiterita; e sucedida pela *febre* das barragens. Como já afirmei, não me parece ser necessário, no que se refere a estas obras, apelar para uma transposição metafórica de sentidos a partir do que se passou no garimpo. Para a maior parte daquelas pessoas, a antecedência (lógica e temporal) do garimpo com relação às barragens pode ter feito com que algumas das vivências relativas à construção destas últimas tenha sido orientada pelas experiências da busca pelo ouro. Mas isso não ocorreu com todo mundo. Veremos em mais detalhes no próximo capítulo como é freqüente que o movimento inverso ocorra: pessoas contagiadas pela *febre* suscitada pela da construção de um grande projeto, dispendo da oportunidade, ‘migraram’ para o garimpo. E se depararam aí com um cenário que lhes era, de alguma forma, já familiar: um universo marcado pelo predomínio da população masculina, pela presença massiva de prostitutas, por alojamentos e construções provisórias, pela velocidade com que se obtinham e consumiam recursos... Em Minaçu, esse foi o caso, por exemplo, dos que trabalharam na construção das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Balbina⁶³, e que somente após isso foram tentar a sorte nos garimpos desta cidade.

A esse respeito, destaco alguns exemplos selecionados da literatura - todos eles referentes a contextos familiares a meus interlocutores, tratando de regiões por onde boa parte deles certamente circulou (ou – quem sabe? – circulará no futuro...).

⁶² Conforme a discussão a ser desenvolvida no Capítulo 3, não é surpreendente que a mesma *rádio-peão* se faça presente entre os *peões do trecho* mencionados por Corrêa (1987, p. 23-4) na sua descrição do universo das “grandes obras”. Esta rádio é, para este autor, “um dos mais rápidos meios de comunicação existentes na face da Terra (...) [e] é de impressionante velocidade e confiabilidade. Tudo se sabe através dela”. A este respeito, a anedota (ou história real?) narrada por este autor é sugestiva: “Uma vez dois engenheiros, para testar a insidiosidade e a velocidade desta rede de intrigas e boatos, rascunharam numa folha de papel a relação de salários para recrutamento de empregados, numa inexistente obra de manutenção, operação e iluminação da Transamazônica (...) Os salários propostos eram uma coisa assim como cinco vezes os praticados na região. Feito o rascunho deixaram-no em um envelope sobre a mesa de reuniões com o título de ‘confidencial’. No dia seguinte, ao chegarem à obra, havia uma enorme fila de candidatos querendo ser contratados (...), apresentando até carta de recomendação de políticos locais”.

⁶³ A primeira construída no mesmo Rio Tocantins que trato aqui, já no Pará, no final dos anos 70 e início dos 80; a segunda construída no Rio Uatumã, afluente do Amazonas, no estado de mesmo nome, nos anos 80.

Considerando a construção daquela mesma Usina de Tucuruí acima citada, Antonaz (1986, p. 53) menciona um informante que “expressa sua *paixão* pelo projeto de Tucuruí e tudo o que este significava: ‘Tucuruí era uma febre no nordeste em 1979, era o garimpo hoje. As pessoas se apaixonavam e vinham tentar emprego, deixavam estudo, deixavam família, deixavam casa, porque achavam que ali tinha tudo. E foi nessa febre... a minha preocupação era completar 18 anos para vir para Tucuruí’. Aqui, como em Minaçu, é pela referência à *febre* que são comparadas e aproximadas a experiência no garimpo e no trabalho na construção da Usina.

Gaspar (1990, p. 57) apresenta outro depoimento, de um senhor que “foi soldado da borracha, 66 anos, ex-garimpeiro, aposentado pelo Funrural, analfabeto, paraense” e que relembra como chegou no Tapajós: “acabou a febre do café e alguém apareceu por lá dizendo que era a vez do ouro no Pará, muitos resolveram tentar a sorte e quem se arriscou enriqueceu”.

Rumnstain (2008, p. 50), tratando das plantações de soja no Mato Grosso nos dias atuais, menciona os comentários de uma moça que destaca “a febre de maranhense de um ou dois anos para cá”, vindos para trabalhar aí. “Ela [a moça] diz, ‘lá (...) tá dando dinheiro até no pau’. A mídia, segundo ela, é a responsável pelo volume de maranhenses que chegaram à cidade nos últimos anos, que teria mostrado a cidade como um lugar rico, maravilhoso”.

Sem fazer referências explícitas ao termo *febre*, Souza Martins (1998, p. 690) menciona as “ondas revoltas de modernização superficial” que atingiram cidades como Pedro Afonso e Miracema do Norte, às margens do Médio Tocantins, “por muito tempo regiões estagnadas depois da experiência transitória de serem fronteira e limite com a construção da Belém-Brasília”.

A menção a todos estes casos, referentes a situações bastante diversas, certamente sugere que a experiência da *febre* não se resume ao que se passa com o garimpo, ou no estado de Goiás.

Goiás e a sina da decadência

Mas se as febres não se restringem a esta ou aquela região específica – quem é que pode saber com certeza onde e quando a próxima vai aparecer? – o estado de Goiás parece particularmente sensível, vulnerável ou afeito a elas.

Ao evocarem o que se passou naquele mesmo norte do estado há mais de dois séculos – pela menção aos destinos de vilas e cidades como São Félix ou Amaro Leite, e pela sua comparação com o que ocorria então com Minaçu – os moradores desta cidade estabelecem

uma conexão entre o presente e o passado que em muito se aproxima do que disseram, a respeito da Goiás setecentista, historiadores como Palacin e Moraes (2008, p. 73): “tão logo os veios auríferos escassearam, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza. Goiás, apesar de sua aparente e embora curta prosperidade, nunca passou realmente de um pouso de aventureiros que abandonavam o lugar logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço”.

De alguma forma, é como se os garimpeiros de Minaçu, ao experimentarem a *febre* e a prostração que se segue a ela, estivessem a realizar o que seria algo como um destino histórico dos moradores desse estado, reiterando estereótipos ao reviverem o que parece uma sina do goiano – e não apenas daquele que se dedica ao garimpo. Abundam na literatura sobre este estado referências às implicações ‘morais’ e ‘culturais’ da decadência econômica decorrente do esgotamento das minas do século XVIII.

“O processo de ruralização e isolamento na decadência da mineração, de acordo com os viajantes [europeus do século XIX], instigou um sentimento de ‘derrotismo moral’ inebriando os habitantes. A transmutação de irrequietos aventureiros das minas em desolados matutos do interior levou tempo e acarretou profundas conseqüências psicológicas; o sentimento de fracasso resultou numa apatia e tristeza aparentemente sem esforço de superação (...) Chamava a atenção na época [na primeira metade do do século XIX, quando Saint Hilaire percorreu a região], o fato de que contentamento e disposição jamais se vêem nos tristes goianos” (Estevam 2004, p. 45).

“A primeira e grande transformação [com a Revolução de 30 e seus desdobramentos] teve lugar no campo da psicologia social. O povo goiano, como conseqüência da ruína da mineração (que na consciência popular tinha significado um período de grandeza), do isolamento e do esquecimento nacional, tinha desenvolvido um sentimento de frustração, uma espécie de complexo de inferioridade coletivo. Nos jornais, nos discursos, eram contínuas as referências à riqueza perdida, ao contraste entre a grandeza física de Goiás, seus imensos recursos naturais e a realidade de ser um dos estados mais pobres do Brasil” (Palacin e Moraes 2008, p. 161).

Por outro lado, Póvoa Neto (1998, p. 143) cita um autor que relativiza e situa politicamente – de modo bastante pertinente, na minha opinião – estas colocações: “Para Nasr Chaul⁶⁴, os relatos de viajantes europeus e os relatórios de autoridades provinciais [as fontes primárias de que se serviram os autores acima citados] informaram uma concepção mais tarde absorvida de forma acrítica pela historiografia goiana contemporânea, sem maiores preocupações com a implicação política da mesma. A representação da decadência contribuiria para uma posterior ‘vitimização’ de Goiás, como unidade da Federação ‘pobre’, ‘periférica’, relegada a segundo plano pelo poder central”.

⁶⁴ Chaul, Nasr. Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade. Goiânia: CEGRAF, 1997.

De qualquer forma, interessam-me aqui menos as supostas conseqüências dessa ‘decadência’ (“apatia e tristeza aparentemente sem esforço de superação”, “um sentimento de frustração, uma espécie de complexo de inferioridade coletivo”) do que a maneira como ela foi experimentada: o que estes relatos evidenciam é também a brusca transição de “um período de grandeza” à “ruína”, fugaz experiência da riqueza à qual se segue a prostração:

“... no Tocantins e nos Crixás [na primeira metade do século XVIII], dizia-se que a riqueza vinha em um ano, e a morte em seis meses” (Vasconcellos 1918⁶⁵ apud Mello e Souza 2004, p. 56).

O que quero destacar é a convergência destas leituras ‘eruditas’ com o sentido nativo assumido pela idéia de *febre*. Provavelmente estamos lidando aqui com estereótipos ou lugares-comuns. Mas estas imagens não deixam de ser relevantes na medida em que – parece-me – informam, ilustram ou se relacionam com concepções bastante disseminadas a respeito dos significados da “decadência” de Minaçu.

“A Dubai do Norte Goiano”⁶⁶

Trânsito frenético de motocicletas, falta de vagas em hotéis, comércio pulsante. A agitação inerente a um grande centro econômico tomou de assalto a tranqüilidade aparente do município goiano de Crixás, cidadezinha de 15,1 mil habitantes, distante 350km de Brasília. Ela desperta a atenção de multinacionais do Canadá e da África do Sul, interesse que se explica por seu potencial mineral. Entre 1999 e 2009, extraiu-se de lá 62,2 toneladas de ouro. O volume equivale ao peso médio de 12 elefantes asiáticos adultos. A realidade do município goiano se confunde com a de pelo menos outras nove cidades de Goiás e de Minas Gerais onde a principal atividade econômica, nos últimos anos, tem sido a mineração. (...) Em geral, os forasteiros que têm lotado os hotéis de Crixás chegam a serviço de mineradoras estrangeiras, além das que já mantêm projetos na região, como a canadense Kinross e a sul-africana Anglo Gold. Atualmente, também uma empresa da Austrália realiza colheitas de amostras do solo na cidade. Há rumores de que norte-americanos e italianos têm buscado informações sobre as jazidas. “Crixás é a Dubai do norte de Goiás”, exagera o secretário de Planejamento da cidade, Osvanir Rocha Neves de Souza, o Tuquinho. “Que cidade do interior tem quatro agências bancárias, um comércio como o nosso e essa demanda toda pela hotelaria? Hoje, se tivéssemos aqui mais 100 quartos disponíveis, eles estariam lotados. Essa demanda só tende a aumentar”, prevê. Segundo as projeções da prefeitura, nos próximos cinco anos, a população da cidade deve aumentar cerca de 60%. “Seremos referência não só para Goiás como também para todo o Centro-Oeste.”

⁶⁵ Vasconcellos, Diogo. História Média de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1918. Os “Crixás” citados aí se referem ao que é hoje a cidade de Crixás, também localizada no norte de Goiás e surgida no século XVIII em função do ouro.

⁶⁶ Correio Braziliense, terça-feira, 06 de julho de 2010

2.4 As Mães e as Febres

Neste item final do capítulo, busco ‘amarrar’ e articular os diversos tópicos até agora apresentados, ao esboçar uma resposta propriamente etnográfica para a questão pendente desde o fim da primeira seção: mesmo tão criticada pelos moradores de Minaçu, por que a SAMA é defendida com unhas e dentes por eles, e até hoje é considerada a *mãe* da cidade?

A ajuda oferecida pela SAMA

É consenso para todos os meus interlocutores que não são apenas os que trabalham na SAMA quem tem muito a perder com o fechamento desta empresa. Estes últimos, sem sombra de dúvida, são privilegiados. Conforme um depoimento já citado aqui, até mesmo quem trabalha de lixeiro lá dentro “está feito”. Recebe um salário regular, todos os seus *direitos*, tem acesso a todas as outras *ajudas* oferecidas pela empresa, é respeitado pela cidade inteira... Mas todos – inclusive meus interlocutores, que como eu já destaquei nem mesmo freqüentam aquele espaço – sabem o quão fundamental é a riqueza gerada ali para a cidade. Todos sabem que o orçamento da prefeitura é em muito incrementado pelos impostos pagos pela empresa⁶⁷. E sabem, além do mais, que os salários pagos pela empresa, assim como outros de seus gastos na cidade, fazem o dinheiro circular, e sustentam o comércio, que gera mais empregos... Para aqueles cuja existência depende também de pequenos bicos, está clara a sua dependência dessa renda – até mesmo em função de sua própria experiência, e de saberem o quanto os singelos serviços que têm a oferecer são dependentes do *movimento* da cidade.

Diante deste tipo de discussão, eu frequentemente me pegava pensando que parecia haver um economista latente em cada uma das pessoas que moram em Minaçu: se entendemos o economista como o especialista particularmente interessado nos fluxos monetários, na circulação da renda, nas idas e vindas dos recursos, na movimentação do dinheiro, observador atento cuja atenção está focada, dia após dia, num tema ou ponto preciso... Se eles me pareciam economistas – neste sentido particular – era também em função da importância que este tipo de tópico assumia nas conversas entre as pessoas. Por isso tudo, eles estavam frequentemente atentos ao que indicavam determinados *sinais*, considerados

⁶⁷ Difícil é precisar exatamente qual é esse montante. Antonaz e Leite Lopes (2005) falam que os impostos pagos pela SAMA correspondem a 30% da arrecadação anual do município. Contaram-me na cidade, por outro lado, que esta empresa paga cerca de R\$ 35 milhões anuais de impostos – para a prefeitura e para o governo do estado. Segundo uma reportagem do jornal Folha de São Paulo (12/07/2009), no ano de 2008 a receita da empresa foi de R\$247 milhões, tendo sido pagos R\$ 71,5 milhões de impostos – dos quais, de acordo com o que informou a prefeitura à reportagem, cerca de R\$ 30 milhões ficam no município. No Diário do Norte de 14/09/2009, a receita estimada da prefeitura para o ano de 2008 corresponde a um montante de R\$ 48.384.098,00.

bons índices para avaliar em que pé andava essa circulação do dinheiro. O melhor indicador, a esse respeito, era o comércio na Avenida Maranhão. Quando um dos grandes supermercados locais situado aí fechou, as pessoas efetivamente ficaram preocupadas – um supermercado vende comida e gêneros (pensados como) de primeira necessidade, e se até mesmo um estabelecimento deste tipo fecha, é sinal certo de que as coisas não andam boas por ali.

“E se Minaçu ficar só com a prefeitura, aí você já viu...”. A “prefeitura”, aí, remete metonimicamente a todos os recursos ‘estatais’ repassados para a cidade - por exemplo, ao Bolsa-Família, cujo pagamento envolve a infra-estrutura desta prefeitura (e que é também capitalizado politicamente pelos prefeitos e vereadores locais); ou o Renda Cidadã, programa de renda mínima do governo estadual. É também nesse sentido que a idéia de virar uma “cidade de aposentado” assusta muito dos moradores. Quem ali não sabe o que é uma cidade “sem firma”? Não são muitos os que nasceram nestes lugares, por eles passaram ou neles moraram um tempo, ou têm parentes e conhecidos que aí vivem? Isto os assusta certamente em função do que há de propriamente econômico nesta expressão: a idéia de uma cidade cuja única fonte de renda são os repasses que estes aposentados recebem, pagos pelo governo, vindos – portanto – “de fora”. Mas este não é o único aspecto a ser considerado: há aí também um perigo de outra ordem, relativo ao *cativeiro* a que estão condenados aqueles que, para sobreviver, dependem integralmente deste tipo de *ajuda* – o significado desta ameaça será trabalhado em maiores detalhes no próximo capítulo.

A situação dos que se aposentaram pela SAMA, para além das complicações de saúde, também pode ser considerada invejável. Nenhum destes últimos recebe cestas do MAB, simplesmente porque não tem *precisão* delas; se tentassem fazê-lo, por esta simples razão seriam alvos de críticas generalizadas, e terminariam por não consegui-las. Pessoas como estas apenas eventualmente freqüentam a secretaria deste movimento. Conheci Francisco – aposentado pela SAMA, e cujos depoimentos sobre as formas de recrutamento desta *firma* eu citei acima – lá. Ele mesmo, porém, fez questão de deixar claro que estava ali porque iria carregar a cesta para Alberico, seu amigo, que em função de sua hérnia não podia levantar peso. Dona Clementina – outra pessoa que trabalhou aí, e que também nos falou sobre o passado nesta empresa – tem uma residência invejável, como ela mesma faz questão de destacar: mora numa chácara, “o equivalente a 5 lotes”, ligada às redes de água, luz e esgoto, com um pomar...

No que se refere a eles todos, o já bastante conhecido paternalismo (ou ‘maternalismo’, para esse caso) das grandes empresas pode e deve ser evocado. Não deixam de ter alguma razão os militantes gaúchos do MAB que tanto insistiam no fato de que todas

estas *ajudas* que a empresa oferece terminam por “anestesiá-las” as pessoas, indispondo-as a qualquer ato hostil ou contrário a ela. A empresa é até mesmo capaz de capitalizar a “doença do amianto” para difundir e reforçar esta imagem paternalista: ela não nega que, no passado, problemas podem ter ocorrido; no presente, contudo, eles já não existem mais, e muito é feito para ajudar os que foram prejudicados. Na festa do Dia do Trabalhador, o apoio da empresa à Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto Crisotila era explicitado pela presença de uma barraca montada por esta organização.

A SAMA ‘redime-se’ também, por exemplo, pela atenção dedicada aos doentes de fato ou potenciais, oferecendo-lhes mimos como um carro para levá-los até Goiânia. Tratamento sem dúvida privilegiado, e cuja eficácia simbólica só pode ser plenamente avaliada pelos que estão minimamente inteirados sobre o quão delicada é a questão do atendimento médico no norte de Goiás. Os hospitais de que dispõem as cidades desta região são demasiado precários para atender a maior parte dos casos, que são geralmente encaminhados para Goiânia. Aí, abundam as “casas de apoio”, privadas ou pertencentes a prefeituras e deputados, que hospedam os pacientes que, mesmo para uma simples consulta, pela distância são obrigados a pernoitar na capital (e segundo minhas amigas, tendo que se submeter a toda uma série de *humilhações* e restrições relativas à disciplina presente nestas casas, ou ao que é preciso para poder usufruir deste serviço). Uma conhecida que se desentendeu com uma antiga primeira-dama de Minaçu me conta do pânico que a tomou quando esta última lhe fez uma ameaça realmente grave: “Fique quieta ou você nunca mais vai poder ir consultar em Goiânia!”. Pressionados também por uma série de acidentes de vans e ônibus transportando pacientes pela Belém-Brasília, já há algum tempo prefeitos e políticos da região prometem a construção de um hospital de maior escala no norte goiano.

Para alguns daqueles que estão em condições de postular uma vaga aí – jovens que serão tratados em mais detalhes nos próximos capítulos – a SAMA oferece mais atrativos que qualquer outra das mineradoras existentes no norte de Goiás; e também por isso, mais dificuldades para nela entrar. Para trabalhar nesta *firma*, alguns destes jovens (alguns!) estariam mesmo dispostos a abandonar as *farras* e atrativos propiciados pelo *trecho*. Por uma vaga na SAMA, eles cogitariam mesmo, então, trocar aquela vida *agitada* – marcada por mudanças constantes de ocupação, firma e cidade – e que tanto os agradava por uma rotina mais estável, regrada, sedentária e familiar em Minaçu.

Também aí se faz presente algo da ordem de uma reflexão nativa a respeito das transformações nas formas de produção. Para todos está claro que mesmo essa SAMA – com tudo o que tem de ‘sedentário’ ou ‘estável’ relativamente àquelas outras atividades que

poderíamos chamar de *febris* – não é a mesma empresa de algumas décadas atrás. “Pois você vê como são as coisas, nem a SAMA segura mais as pessoas”, comentava Seu Alípio com outras pessoas na secretaria. Aqueles que trabalham lá já não têm mais a moradia assegurada, já que agora apenas os engenheiros e alguns trabalhadores qualificados moram lá dentro. Certamente isso se deve também à própria expansão da cidade, e ao fato de que esta última provê à empresa a mão de obra que for necessária, não sendo mais preciso trazer pessoas de fora e instalá-las em alojamentos. Mas a isso se associa também a existência de um número crescente de firmas *contratadas*, que oferecem os “2000 postos indiretos” que, conforme a contabilidade usual dos moradores da cidade, estão incluídos no montante total de empregos oferecidos pela empresa. É principalmente no que diz respeito a estas últimas vagas que se diz que a “SAMA não segura mais”. Além disso, aquela “tecnologia” que tanto mitigou os impactos do pó do amianto é a mesma responsável pela diminuição dos empregos gerados por ela. Já não é preciso quebrar a pedra na marreta, nem mesmo comer amianto; mas já não existe o emprego do que quebrava a pedra, visto que agora uma máquina faz isso em seu lugar...

A mãe e sua permanência

Quem não tem terra é como quem não tem mãe: fica jogado no mundo.
Posseiro de Trombas, anos 60 (apud Maia 2008, p. 62)

Destaquei anteriormente o quão comuns são as situações em que se menciona que a SAMA é “a mãe” de Minaçu. Minayo (1985, p. 3), tratando do caso da Vale do Rio Doce (CVRD) em Itabira (MG), destaca que, neste local, era bastante comum encontrar uma formulação similar: para diversos moradores desta cidade, a companhia era “como uma mãe”. A interpretação que esta autora dá para esta formulação é inegavelmente pertinente: a CVRD era pensada nestes termos porque ela era “quase nunca questionada” – e “não se costuma questionar quem nos gerou”. Na mesma direção, é bastante comum, em Minaçu, a afirmação de que “quem manda mesmo na cidade é a SAMA” – mais do que o prefeito e os vereadores... E também mais que as empresas responsáveis pelas barragens – que, por sinal, fazem-se pouco presentes na vivência cotidiana dos moradores da cidade⁶⁸.

⁶⁸ Furnas ainda mantém um escritório funcionando na área da cidade que é identificada com seu nome: a Vila de Furnas, construída nos anos 80 para abrigar uma certa elite entre os funcionários da obra de Serra da Mesa: trabalhadores qualificados e/ou casados que dispunham de residências individuais, e não moravam no alojamento como o resto da *peaozada*. Até 1998, toda esta área foi controlada pela Camargo Corrêa, constituindo um espaço autárquico e autônomo com relação aos poderes municipais.

Por outro lado, os próprios depoimentos apresentados por esta autora sugerem a possibilidade de explorarmos outro sentido associado ao termo “mãe”. Minayo (1985, p. 42) lembra assim que:

“os antigos trabalhadores falam de uma cidade sem alternativas, onde ‘os pobres tinham que sair se aventurando no mundo, porque aqui não tinha trabalho... e a gente sempre naquela precisão’. ‘A cidade era um buraco, não tinha nada, era pequena, sem movimento, só tinha três carros de praça’. ‘Aqui, ou a gente tinha sorte ou tinha que sair pelo mundo em busca do pão’” (grifos meus).

O que aí aparece apenas nas entrelinhas é, no caso de que trato, bem mais explícito. Veremos no capítulo 3, quando trato da família propriamente dita, o quão central é, para as pessoas abordadas aqui, a oposição entre a *mãe* e o *mundo*. Adiantemos porém algo sobre esse tópico.

É preciso, em primeiro lugar, explicitar alguns dos sentidos associados ao laço estabelecido com as *mães*. Num universo marcado pela instabilidade, pelo movimento e pelo vaivém (traços que ajudam a definir o *mundo* enquanto categoria nativa), este laço é o que há de mais sólido e resistente. Vínculo sólido e resistente, tal qual aquele que une Minaçu e a SAMA: “Seria a partir desse primeiro conglomerado urbano, voltado para uma produção específica – a extração e o beneficiamento do amianto – que surgiria o núcleo mais estável e sedentarizado de Minaçu, há exatamente vinte anos” (Minaçu Estudo de Caso, p. 104).

Isso talvez ajude a entender o sentido do gesto daqueles pais (plural de “pai”, e não a dupla de genitores) que estão tão preocupados em “deixar algo” para seus filhos, e também porque as pepitas de ouro se prestam tão bem para isto. Estes pais tão freqüente e facilmente atraídos pelo *mundo*, distanciando-se do lar, largando para trás filhos que muitas vezes terão

Nos últimos anos, boa parte das mais de 700 casas – muitas delas desocupadas ou “invadidas” – e praticamente todos os prédios foram doadas à prefeitura. Também aí podemos encontrar indícios a respeito de como esta empresa vem gradualmente ‘abandonando’ a cidade e seus moradores. Comparada com a Tractebel, porém, Furnas ainda é vista com alguma simpatia, já que emprega gente o suficiente para encher “dois ônibus” que, no início e no fim do dia, podem ser vistos levando e trazendo os moradores locais que trabalham para a Usina. Além disso, muitos se lembram, às vezes com alguma gratidão, de que foi Furnas quem construiu o hospital da cidade – até então, a única instituição equivalente existia dentro da SAMA, e os serviços desta última não eram tão ‘públicos’ quanto o são hoje naquele hospital. Quanto à Tractebel, responsável pelas Usinas de Cana Brava e São Salvador, parece-me que não há mais um escritório da empresa na cidade. Fui informado do seu endereço por diversos moradores, estive no lugar indicado, nada encontrei. Alguns diziam que eles haviam ido embora, outros insistiam que permaneciam por lá. Como nenhum dos meus interlocutores, no MAB ou fora dele, tinham qualquer coisa para resolver aí ou se interessavam por este lugar, acabei por deixá-lo de lado. Durante todo o tempo em que estive em Minaçu, nunca encontrei ou sequer vi qualquer pessoa empregada diretamente pela Tractebel. Havia sim, quando estive lá, uma sala ocupada pela firma contratada por esta empresa para a “assistência social”, lidando basicamente com questões relativas aos dois pequenos reassentamentos existentes no município. Além disso, certamente não passava despercebido aos moradores o fato de que a Usina de Cana Brava emprega muito pouca gente – não mais do que dez pessoas, segundo a maioria destes relatos.

deles apenas vagas lembranças: eles “deixam algo” para os filhos também por deixarem – abandonarem – estes últimos. Eles deixam uma *lembrança*, uma pepita: algo que é sólido (e um contraponto à liquidez do ouro em pó ou do dinheiro), algo que *dura*. Os relatos das mulheres de garimpeiros que, via caricaturas ou estereótipos, dramatizam a diferença entre eles e elas, ilustram bem essa peculiar ‘divisão sexual do trabalho’. Quem perde a cabeça e se deixa arrebatar pela euforia ou *paixão* suscitada pelo ouro é o homem. Nestas horas, a ela não resta muito mais do que lamentar-se ou amaldiçoar o marido, que se esbalda num cabaré enquanto ela fica em casa, tomando conta do filho que não tem sequer “um pano” para se cobrir.

A *mãe* sinaliza, nesse contexto, um enraizamento que se contrapõe ao que há de centrífugo no *mundo*, uma estabilidade que se contrapõe ao que há de efêmero e volúvel na *febre*. Num mundo onde quase tudo é instável e móvel, é inegável a importância destas *mães* que não apenas *ajudam*, mas permanecem, ficam, não partem; ou então a importância do que não passa tão rápido assim, do que fica e *dura* – como aquilo que, segundo Joseph Conrad, permanece, “waiting patiently for the passing away of this fantastic invasion”... Febre da *castelita*, febre do ouro, febre das barragens – tudo isso passou. Por outro lado, a SAMA – mesmo fazendo as pessoas comerem amianto, mesmo com seu passado de *crueledades*, mesmo tendo lucrado aquela enormidade enquanto tantos passavam fome ao seu redor – permaneceu. E por ela ter permanecido, foi a própria cidade que continuou existindo.

“Olha só essa estrada, olha o *movimento* de carros vindo pra cá. Quase todo esse movimento é em função da SAMA, se não fosse ela quase ninguém ia aparecer por esses lados!”. A SAMA assim, por um lado, é capaz de ‘atrair’ pessoas, veículos, *movimento*, dinheiro para Minaçu. E é também, por outro lado, capaz de fazer com que estas mesmas coisas – pessoas, veículos, *movimento*, dinheiro – não abandonem a cidade, dela não partam rápida ou definitivamente. Se a SAMA é comparada à *mãe*, é também porque, como esta última, ela possui a capacidade de – quase literalmente – “segurar as pontas”; capacidade de “manter junto”, de impedir, mitigar ou suavizar a dispersão das pessoas e coisas, a fuga generalizada de tudo e todos pelo *mundo*. Quem não tem *mãe*, lembrava o posseiro citado na epígrafe acima, está *jogado no mundo*.

E para concluir esta discussão, destaco que esta capacidade ‘maternal’ da empresa remete não só a uma prática de fato, ao que ela efetivamente faz na medida em que permanece existindo, mas se articula também a algo como um ‘papel’ ou missão: a uma função que, segundo as pessoas, cabe a ela desempenhar enquanto *mãe* de Minaçu.

CAPÍTULO 2 – OS LISOS E OS CATIVOS

Parte 1 – Os Cativos: Passado e Presente	108
1.1 Primeira Situação: O Trabalho nas Barragens.....	112
1.2 Segunda Situação: Da Firma para o Garimpo	121
1.3 Terceira Situação: Lembranças das Boiadas	139
1.4 Quarta Situação: Correr Atrás da Casa Própria	143
1.5 Quinta Situação: O Meio-Ambiente e a Sujeição à Lei.....	150
1.6 Sexta Situação: As Espanholas.....	152
1.7 A Duração da Relação e o que é Próprio.....	155
Parte 2 – Os Lisos: o Presente Basta	161
2.1 Jovens a Rodar.....	161
2.2 Instabilidade e Rotatividade no trabalho	165
2.3 Em Defesa da Sociedade	171



Fig. 7: Os Lisos e os Cativos

Resumo do Capítulo

Busco aqui explorar analiticamente uma tensão que se faz presente na vida dos meus interlocutores nos últimos anos, e que é por eles explicitamente associada ao fim do garimpo e à construção das usinas hidrelétricas. Tais eventos trouxeram dificuldades consideráveis para certas pessoas – sobretudo, aqueles que hoje *fazem parte* do MAB de Minaçu. Estas pessoas vêm a si próprias como *escravizadas* ou vivendo numa espécie de *cativeiro*: estão *paradas*, *presas*; não podem *andar* e muito menos *avançar*, *tocar* sua vida, *ir pra frente* ou *evoluir*. Dada esta situação, detenho-me sobre a sua própria reflexão a respeito das mudanças em suas vidas. Busco apreender assim, a partir de suas ‘idealizações do passado’ e de acordo com seu próprio ponto de vista, elementos relativos ao valor e aos sentidos da (i)mobilidade. Por outro lado, nesta mesma cidade há aqueles – sobretudo homens jovens e saudáveis – que usufruem de condições particularmente favoráveis para *sair no mundo* e arrumar emprego sem muitas dificuldades, construindo barragens ou trabalhando em mineradoras. Partindo desta tensão e via a descrição de situações deliberadamente diversas e heterogêneas, neste capítulo tenho também outros objetivos: apresentar mais detalhes sobre a vida na cidade de Minaçu nos últimos anos; discutir a questão da *duração* da relação, e também os sentidos do que é *próprio*; comparar o ‘gosto pela mobilidade’ que marca tanto as *andanças* destes garimpeiros no passado como as daqueles hoje trabalhando para as *firmas*.

PARTE 1 – OS CATIVOS: PASSADO E PRESENTE

...e sonham com melhores tempos idos
contemplam essa vida duma cela
Zé Ramalho – Admirável Gado Novo

A volta do cativo?

Conversando com Regina, comento com ela algo a respeito das coisas que venho aprendendo sobre o norte de Goiás. Eu então me dava conta das riquezas minerais ainda existentes nessa região: afinal de contas, pululavam diversas *firmas* grandes por ali. Estas *firmas* naturalmente atraíam a atenção dos mais jovens, que nelas encontravam a oportunidade de encontrar “bons” empregos. (Não por acaso, tinha sido o próprio genro de Regina uma das pessoas quem mais me ensinara a esse respeito. Como veremos com mais calma no próximo capítulo, este rapaz não só não tinha quaisquer problemas para arrumar trabalho como também estava sempre a mudar de emprego, geralmente passando de uma mineradora para outra, e desta para mais uma...). Além disso, a movimentação dos geólogos e dos que faziam *pesquisa* pela cidade era constante, e objeto de conversas e especulações diversas. Ao mesmo tempo – destacava eu para Regina, repetindo um argumento local bastante difundido – as circunstâncias presentes não pareciam oferecer muitas oportunidades para os *pequenos*. Para os garimpeiros, por exemplo.

Em parte concordando comigo, mas sem conceder muita importância ao que eu dizia, ela comentou:

- Você sabe com o quê eu comparo Minaçu? Com a *escravidão*. Você lembra de quando existiu a escravidão? Em Minaçu o povo foi escravizado... O povo ficou na mão dos capitalistas. Ficaram aqueles pobrezinhos, ali no meio aí...

Antes, todo mundo, todo mundo vivia bem, todo menino calçava bem. Tinha suas próprias roupas, que conseguiam com o próprio suor dos rostinhos deles mesmos. O povo montava na bicicletinha e bateiava, bateiava... E peixe. Peixe de toda qualidade tinha. Peixe que hoje não existe, eu acho até que sumiu. Não existe mais. Era pintado, era filhote, só peixe bom mesmo. Não existe mais. Piabanha, caranha, tucunaré, que você sabe que peixe de rio a carne é gostosa demais!...

Aí o capitalismo *chegou* em Minaçu e derrotou, escravizou mesmo as pessoas. Esses dias mesmo eu estava dizendo, brigando, dizendo que o MAB ajudou a escravizar. Ajudou, porque não deu conta de fazer nada por nós. Parou no tempo. Porque nós tínhamos aquela ilusão de que o MAB ia ajudar nós... Sei que Minaçu já foi bom. Aqui tem muita gente que está bem de situação. Os garimpeiros que entraram na política, e foram politicando, politicando aí com esses prefeitos. Por exemplo, o que compra um carro, e faz uma linha para carregar aluno, aí já logo está com 4 ou 5 carros; outros compraram uma chácara e vão crescendo... Já nós que incutimos com o MAB e não procuramos outro ramo...

É natural e sugestivo que, nesta espécie de desabafo, Regina realize a comparação entre um passado não muito remoto e o presente que ela vivia a partir da utilização de imagens fortes, que dramatizam e intensificam este contraste entre um antes e um depois. Temos aí, por exemplo, a contraposição deste “povo escravizado” às crianças que eram capazes de obter seus próprios recursos, garimpando.

Não parece haver muitas dúvidas que o procedimento intelectual envolvido nesta comparação se relaciona com aquilo que nós antropólogos costumamos chamar de “idealização do passado”. Antes de isso ser um problema – um empecilho para uma reconstituição histórica, por exemplo – esta “idealização” me interessa aqui pelo que há de positivo nela: justamente a manifestação do que poderia ser considerado um ‘ideal’, a expressão de sonhos, desejos, valores (no sentido forte do termo⁶⁹). E não apenas para Regina, é bom que se destaque: certamente não foi essa a primeira vez em que me deparei com a referência a estas duas imagens, às vezes contrastadas de maneira muito semelhante – quase sempre em contextos em que, como este, o que estava em jogo era a explicitação de como a vida daquelas pessoas havia piorado nos últimos anos.

É mais do que evidente, no comentário dela, a sugestão de que estas crianças são identificadas com “o povo”⁷⁰: seja pela sucessão de diferentes sujeitos gramaticais (o “todo mundo” deslizando para o “todo menino”, e daí de volta para “o povo”); seja pelo uso do diminutivo indicando ora uma coisa pequena, típica de uma criança (“rostinho”, “bicicletinha”), ora a qualidade ‘social’ do *pequeno* (“pobrezinho”). Nesta imagem, o contexto em que estas crianças são apresentadas também interessa. Afinal de contas, o “povo” não é aí comparado a quaisquer crianças – mas sim a esses *bandos* de meninos que um dia povoaram aquelas terras, pedalando suas bicicletas (veloz e temerariamente, não tenham dúvida), em direção ao rio, onde pescavam e bateavam o ouro que lhes assegurava seu próprio dinheirinho; os rostos sempre suados sob o sol inclemente de Minaçu...

Neste ponto do trabalho, porém, tratarei também de assuntos menos agradáveis: falarei daquela dura realidade de “povo escravizado”, e do que pode significar – para as pessoas que abordo aqui – afirmar que é isso o que eles são.

⁶⁹ Sentido forte esse que estaria conforme – por exemplo – à bela definição que o Aurélio nos oferece do que significa este termo na filosofia, remetendo ao “caráter do que, de modo relativo (ou para um só ou para alguns) ou de modo absoluto (para todos), é tido ou deve ser tido como objeto de estima ou de desejo”.

⁷⁰ Velho (2007a) já havia chamado a atenção para a importância desta analogia, o “povo” que se compara às crianças. Voltarei a este ponto em outros momentos.

Sem muita margem à dúvida, a *escravidão* de que falo aqui está diretamente relacionada àquele *cativeiro* que nos anos 70 e 80 mobilizou, num debate extremamente rico em torno desta categoria, antropólogos e cientistas sociais tratando da questão do campesinato⁷¹. O próprio termo *cativeiro* é bastante usado no meu campo, em contextos semelhantes e basicamente com os mesmos sentidos que aquela *escravidão*.

- Mas o que é estar *escravizado*, isso não acabou com a Princesa Isabel e a abolição?
- Acabou não, moço! O *cativeiro* voltou...
- E o que é o *cativeiro*?
- É a *escravidão*...

Destaco desde já que, no que diz respeito a estes termos, trato-os de maneira diferente do que fez a maior parte dos autores envolvidos naquele debate. Estes últimos quase sempre concedem especial atenção ao *cativeiro*, e apenas em relação a ele levam em conta a *escravidão*. O material que recolhi não sinaliza que uma distinção entre eles seja necessária, ou mesmo pertinente.

Destes debates, podemos reter algumas conclusões que aqui servem desde já para nos orientar. Antes de mais nada, destaco que, para alguns autores, a variedade de situações em que se verificou o apelo à categoria *cativeiro* levou-os a sugerir que não podemos deixar de lado a sua dimensão de “texto”: o *cativeiro* sendo tratado como um “símbolo” cuja presença em contextos diversos deve ser levada em conta na consideração das circunstâncias particulares em que ele se atualiza, via uma perspectiva que privilegia, em detrimento da “orientação teórica que acentua as especificidades situacionais da noção de *cativeiro* (...), a busca de uma solução universal-abstrata” (Velho 2007a, p. 125). Ou então, colocando o mesmo ponto em outras palavras, devemos considerar o *cativeiro* como uma “imagem reguladora”: “enquanto tal, ele não tem um conteúdo substancializável; é um horizonte, uma virtualidade” (Fausto 1987, p. 40). Neste sentido, podemos comparar esta perspectiva àquele enfoque que, no capítulo anterior, eu sugeri para a consideração das *febres*. Na conclusão deste trabalho volto a este ponto, comparando e relacionando o *cativeiro/escravidão* e a *febre* nestas suas dimensões de “virtualidade”.

⁷¹ A esse respeito, destaco desde já, em especial e em função dos meus interesses, os trabalhos de Sigaud (1977), Garcia Jr. (1983), Velho (1979, 1981, 2007a), Musumeci (1984), Fausto (1987) e Martins (1998).

No início de 2010, já encerrado o meu trabalho de campo, começo a receber no celular alguns torpedos enviados de Minaçu. Quem os escrevia era Ceário, um rapaz tímido e tristonho de quem eu havia me aproximado na primeira vez em que eu estivera nesta cidade (e que depois disso mal encontrei). Cesário trabalhara por vários anos no garimpo, e algum tempo após a extinção dessa atividade descobriu que tinha um sério problema no intestino – uma doença misteriosa e aparentemente incurável que lhe impedia de fazer grandes esforços físicos. Naquelas condições, ele não tinha como recorrer à estratégia para a qual tantos dos jovens de sua idade apelavam: sair de Minaçu para procurar um emprego em outro canto – no caso dele, provavelmente como *peão* numa obra qualquer.

“eu não posso andar mesmo não. pronto”

“não posso andar, a situação está difícil”

“meu amigo, não posso andar, não posso contar com ninguém, meu sonho é pelo menos viver em paz já que eu sou pobre”

“preciso de ajuda. foi cesário do norte de goiás quem mandou estas mensagens”

Formulações como essas já me eram, a esta altura, mais do que familiares. Quando comecei a me deparar com elas com certa frequência, porém, não pude deixar de achar aquilo curioso. Já há vários anos eu vinha trabalhando com a questão dos impactos causados por barragens. Ao longo de todo esse tempo eu aprendera, pela minha própria experiência no Alto Uruguai e pelo contato com a literatura especializada, que o efeito mais dramático e problemático destes empreendimentos era o “deslocamento compulsório” por eles desencadeado – a migração ‘forçada’ daqueles que habitavam as terras que seriam alagadas, ou mesmo as suas redondezas. Não deixava de ser curioso, assim, constatar que os inconvenientes causados pelas usinas hidrelétricas construídas em Minaçu me fossem apresentados por meus interlocutores em outros termos – de algum modo, sugerindo o contrário daquilo que me era familiar. Da mesma forma que fazia Cesário naquelas mensagens, ouvi de inúmeros deles que o que os afligia particularmente era o fato de, após a construção daqueles empreendimentos, eles não poderem mais *andar*. ‘Imobilidade’ compulsória, digamos assim...

Se aqui me dedico – conforme o já dito acima – a examinar o que pode significar ser um “povo escravizado”, não é apenas porque a noção de *escravidão* é relevante para as pessoas de que trato. Mas também porque, através dela, é possível pensar justamente a questão desta ‘imobilidade compulsória’. Não só porque essa é a minha opinião, ou porque esse é um artifício analítico que se presta particularmente bem aos ‘meus’ propósitos. Mas

também, e principalmente, porque são meus próprios interlocutores que, pelo recurso a esta categoria, pensam esta sua ‘imobilidade’, e debatem e procuram saídas para os impasses em que se encontram. Acima de tudo, me interessa assim lançar mão das categorias *cativeiro* e/ou *escravidão* para, através delas e das ‘idealizações’ que as acompanham, apresentar alguns dos sentidos que a ‘mobilidade’ possui para meus interlocutores. Pretendo também, via este mesmo movimento analítico, apresentar algumas das razões porque esta ‘mobilidade’ é encarada por eles como um valor – esforço que será complementado por elementos presentes nos capítulos 3 e 4.

Aquela orientação ‘abstrata’ na consideração da categoria *cativeiro* vale não apenas para a comparação de diferentes universos sociais – aquele de que trato aqui; a Zona da Mata Pernambucana de Sigaud (1977), Leite Lopes (1979) e Garcia Jr. (1983); a Amazônia Oriental de Velho (1979, 1981) e Musumeci (1984)... Ela também pode ser aplicada no interior do ‘meu’ próprio campo, destacando os contextos e situações diversos em que, às vezes para uma mesma pessoa, o termo e as idéias se fazem presentes: (1) no canteiro de obras de uma usina hidrelétrica, (2) no garimpo na beira dos rios, (3) nas lembranças das antigas boiadas, (4) nos esforços diários dos que *correm atrás* da casa própria, (5) na experiência de que está *sujeito* ao IBAMA, (6) nas dificuldades vividas pelas moças na Suíça ou na Espanha,...

É a estas situações e contextos que me dedico nesta primeira metade do capítulo: trato de cada uma delas num item específico, tentando extrair de cada caso uma ou outra idéia; à medida que o texto progride, busco estabelecer relações entre estas idéias a partir de determinadas categorias e sentidos que trespasam as diferentes situações. Aproveito e, via estas situações, apresento ao leitor também um pouco mais da vida e história em Minaçu – o movimento analítico se confundindo com o descritivo.

1.1 Primeira Situação: O Trabalho nas Barragens

Grande parte dos homens que conheci na secretaria do MAB trabalhou na construção das barragens após se verem impossibilitados de prosseguir com o garimpo. Quase todos foram *fichados* durante este período (entre o meio dos anos 90 e o início da década seguinte), tendo sido contratados pelas principais empreiteiras responsáveis pelas obras – a Camargo Corrêa, no caso de Serra da Mesa; e a Odebrecht, no de Cana Brava – ou então por outras empresas contratadas por elas. Eventualmente, havia a oportunidade também para algum

serviço (em *firmas* ainda menores, subcontratadas pelas que haviam sido contratadas pelas grandes empreiteiras, por exemplo).

Nos seus relatos a respeito desse período, são mais do que frequentes as menções às condições adversas que eles encontravam aí: salários baixos, obrigando-os a apelar para horas extras e até mesmo a trabalhar no domingo; o autoritarismo e a grosseria de engenheiros e encarregados que “só sabiam mandar”; a execução de serviços *grosseiros*, muitas vezes prejudiciais à saúde – já que poucos deles, dada a sua ausência de qualificação, conseguiam uma vaga que não aquela de *ajudante*; os privilégios usufruídos por aqueles que se encontravam em posições hierarquicamente superiores, quase sempre pessoas “de fora”⁷²; a disciplina rígida e a rotina controlada dos que, mesmo tendo casas em Minaçu, passavam a semana nos alojamentos, tendo hora até para dormir (muitas vezes tendo que recorrer ao intenso mercado negro que fazia circular os “passes” para saírem deste local, caso precisassem resolver uma emergência ou ver a família)⁷³.

Trabalho *duro*, trabalho *bruto*, certamente nenhum deles gostava de ser *mandado* o tempo inteiro... Já a construção da Usina de Serra da Mesa – em especial nos anos 90, quando as obras se aceleraram após anos de ritmo lento e se aproximaram do seu fim – restringiu significativamente o número de áreas disponíveis para o garimpo, assim como os ganhos dos que se dedicavam a esta atividade. Alguns anos depois, as coisas se tornariam ainda piores. A maior parte daquelas áreas remanescentes onde ainda se extraía ouro também se tornaram inacessíveis aos garimpeiros – a Usina de Cana Brava estava sendo construída. O rio já não existia mais naquela região, dando lugar ao lago da barragem. Além disso, a “federal” e o IBAMA passaram a se fazer cada vez mais presentes por aquelas bandas, vigiando e multando os que ainda se aventuravam a extrair algumas poucas gramas do metal. Da metade dos anos

⁷² Cf. Sampaio (2006, p. 121) que, estudando o caso da Alunorte em Barcarena, no Pará, mostra que “grande parte destes trabalhadores subcontratados é recrutada entre a mão-de-obra local” – o que se relaciona diretamente com a baixa escolaridade destes últimos.

⁷³ Nada disso, decerto, é novidade para quem está minimamente familiarizado com as condições de trabalho nestas grandes obras em qualquer canto do país, tendo tido já a oportunidade de conversar por alguns poucos minutos com qualquer um dos milhares que, nos últimos tempos, se empregaram nestes projetos. A bibliografia sobre o assunto, se não é extensa ou rica, inclui alguns trabalhos interessantes. No que se refere especificamente às barragens, por exemplo, destaco como as iniciativas de maior fôlego Lins Ribeiro (1988, 1995) e Magalhães (1983). Dado o apelo político destas questões nos últimos tempos, na minha opinião são ainda muito poucos os estudos que se dedicaram a analisar o “trabalho” nestes projetos, ainda mais se comparamos estes últimos com a infinidade de pesquisas dedicada aos que foram por eles “atingidos”. A própria distinção entre estes dois grupos – os “atingidos” e os “trabalhadores” dos grandes projetos – parece marcar boa parte dessa literatura, sugerindo por vezes que a cada um destes grupos correspondem a pessoas diferentes. A passagem a que me dedico neste idem vai em outra direção, por tratar justamente da ‘transição’ da condição de “atingido” para a de “trabalhador”.

90 ao início da década seguinte, esta foi a solução para muitos garimpeiros que não queriam ou não podiam ir embora dali: trabalhar na construção daquelas mesmas barragens que tanto haviam prejudicado suas vidas.

“Foi só quando eu vi que não tinha mais jeito que eu fui pra Cana Brava” – me contava Altino – “Como é que eu ia alimentar meus filhos?”. Naquela *precisão* toda ele não tinha muita escolha, e prontamente aceitou a vaga de *ajudante* que lhe fora oferecida.

Mais ou menos nesta mesma época, Juvenal, amigo de Altino, *fichou* também na Odebrecht.

Eu passava fome naquele canteiro, virando a noite ali, debaixo da chuva... Pegava o trabalho cedo, e ia até as 5 da tarde. E às 5 da tarde eu pegava outro turno, até 5 da manhã, trabalhava seguido às vezes 24 horas, pela hora extra. Lá era assim: uma semana trabalho de dia, na outra trabalho de noite. E trabalho no domingo também, que aí recebia mais... Isso pra ganhar R\$ 370,00, R\$ 380,00 por mês. Na carteira, sem as horas extras, recebia R\$ 228,00.

Ao contrário do que sugere Juvenal na citação acima, outras pessoas avaliam que, *fazendo muitas horas* – ou seja, apelando para as horas extras – elas conseguiam obter rendimentos considerados bastante razoáveis. Otacílio também começou *pequeno*, como *ajudante*. Mas com o tempo passou a *armador*, e após dois anos de trabalho foi mesmo capaz, num determinado mês, de receber uma *olerite* de R\$ 2000,00.

As constantes menções a estas horas-extras nos relatos destas experiências mostram o quão recorrente foi o apelo a elas – algo que, como Lins Ribeiro (1985, p. 43) mostrou, parece ser um traço comum dos “projetos de grande escala” tais quais as construções de barragens⁷⁴. Conforme o que este mesmo autor aponta, o caráter temporário dos *serviços* ou *trabalhos* exercidos nestas situações era algo que estava claro para aquele que os realizavam. Não me parece, assim, que foi somente a posteriori (depois, e em função do aprendido através da experiência) que empreendimentos como esses foram pensados enquanto *febres*. Eles sabiam que aquilo não ia *durar*, que aquelas eram ocupações temporárias que não iam *segurar*

⁷⁴ “Además de ajustar todo el universo social a un ritmo acelerado de producción, hay formas económicas explícitas para aumentar la productividad de la mano de obra [nos “projetos de grande escala” como as barragens]. Algunas implican alargar la jornada de trabajo, lo cual, aunque es corriente en muchas actividades económicas, se convierte en pan de todos los días para los trabajadores de proyectos de gran escala. ‘Tanto da’ que sea noche o día cuando los turnos abarcan las veinticuatro horas. Las *horas extra* se vuelven cosa de rutina (...) En los proyectos de gran escala, una de las razones por las cuales los trabajadores aceptan el ritmo de producción se vincula con el carácter temporario de esta forma de producción y con la evaluación estratégica que hacen de sus empleos. Un proyecto de gran escala es un lugar donde se trabaja más, pero donde también se gana más. Puede representar la oportunidad de ahorrar dinero y enviarlo a la familia. A causa de este aspecto económico, en estos proyectos no son comunes los conflictos por salarios” (Lins Ribeiro 1985, p. 43, grifos meus).

ninguém... Ainda assim, muitos não puderam deixar de se surpreender com o curtíssimo tempo com que as Usinas de Cana Brava e São Salvador foram construídas, em comparação com Serra da Mesa; se esta última levou mais de 15 anos para ser construída, as outras duas ficaram prontas em pouco mais de 3 anos.

Sem querer insinuar que este seja o caso geral ou mesmo o mais comum, já adianto que, frequentemente, para pessoas como estas a “*evaluacion estratégica [...] de sus empleos*” (Lins Ribeiro 1985, p. 43) está marcada pelo projeto ou plano de, num futuro mais ou menos distante, viabilizar um *negócio próprio*. É preciso destacar, além disso, que algumas (muitas, talvez) destas pessoas foram bem sucedidas em seus planos, e conseguiram realizar o sonho de ter e manter seu *próprio* negócio. Ao que parece, porém, estes últimos não estão mais na cidade: são daqueles que foram embora – são aqueles que puderam partir e partiram, para reconstituir a vida em outro lugar. Na beira do lago de Cana Brava, num feriado alegre de sol e calor, me encontro casualmente com um destes felizardos. Ele é um rapaz que parece ter entre 30 e 40 anos, e que chegou até ali dirigindo seu carro novo, carro “rebaixado”, no qual o poderoso aparelho de som automotivo faz vazar por todos os lados um barulhento forró. Puxo papo, e ele logo me conta que trabalhou muito tempo no garimpo, e depois nas obras da Usina de Cana Brava. Conseguiu juntar algum dinheiro, e sem muitas esperanças de prosperar em Minaçu decidiu rumar para Caldas Novas, no sul do estado. Nesta cidade, após algum tempo conseguiu abrir uma loja de material de construção e, depois, uma pequena mercearia. “Lá tem um monte de oportunidades, aquilo é um pólo turístico de verdade! Para lá vem muita gente de São Paulo e, principalmente, Brasília. Nos últimos anos, não tem tempo ruim no meu negócio. Mesmo fora de temporada, mesmo quando não é férias ou feriado, eu tô sempre vendendo!”. Antes de se despedir, ele deixa comigo seu cartão, que me é estendido com alguma satisfação. “Se algum dia você pintar por lá...”

O choque de Jonas e a perda da contrapartida

*É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber*
Zé Ramalho – Admirável Gado Novo

Três ou quatro semanas após ter iniciado o trabalho de campo em Minaçu, parece-me que pela primeira vez estou fazendo aquilo que, segundo o que me ensinaram, um antropólogo tem que fazer: engajar-me junto a meus ‘nativos’ naquelas atividades a que eles se dedicam, ‘fazer’ as mesmas coisas que eles... Três dias antes de começar a entrega de mais

uma remessa de cestas básicas, a *secretaria* do MAB está cheia de gente “trabalhando”. Algumas pessoas separam os alimentos que serão entregues em pilhas, umas empacotam estas pilhas, outras carregam as cestas já prontas e embaladas para o cômodo onde elas ficarão guardadas até o dia da entrega. É neste cômodo que me sinto feliz por estar ajudando em algo útil: freqüentador assíduo de academias de ginástica, eu posso usar os músculos que penosamente adquiri para “carregar peso”, ajudando a levantar e empilhar as cestas que já abarrotam quase que por inteiro o quarto. Os que, como eu, se dedicam a esta tarefa, são todos homens que já passaram dos 40 anos. Impressiona-me perceber como alguns deles, já idosos e aparentemente frágeis, conseguem carregar duas cestas ao mesmo tempo – cada uma pesando mais de 20 quilos. Eu mesmo, bem mais jovem e supostamente em forma, tenho dificuldades para fazer isso.

Ah, é que esse povo aqui tá acostumado a carregar peso, tá acostumado com a vida *dura*... O Ludovico ali, por que ele não está ajudando? Porque carregou peso demais, a espinhela caiu, deu hérnia na coluna... Isso é o que mais tem por aqui: homem novo, que não pode mais trabalhar. Carregou muito peso, saco de cimento nas costas, nas obras da usina...

Dentro do cômodo – muito apropriadamente chamado, naquelas circunstâncias, de “sauna” – meu companheiro é Jonas, que eu já conhecia de vista e cumprimento. A tarefa é paralisada, para que nós todos possamos almoçar (dia de *movimento* e “trabalho” na secretaria é dia da comida da Domitila, cozinheira do garimpo, uma dessas especialistas em satisfazer e recarregar a energia de muita gente faminta e boa de garfo); e eu e Jonas conversamos um pouco, a sós. Jonas fala da sauna, de trabalho duro, começa a me contar sua experiência no canteiro da Cana Brava, como foi parar lá, o que aconteceu...

Jonas chegou naquela região no final dos anos 60, quando era ainda um menino, acompanhando seus pais. Ele nascera em Tabajara, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, quase na fronteira com o Espírito Santo⁷⁵. O marido de uma de suas irmãs possuía terras em Campinaçu (município vizinho de Minaçu, localizado entre esta cidade e a rodovia Belém-Brasília), e a família inteira vinha para trabalhar com ele. Seus pais passaram um tempo

⁷⁵ Dessa mesma área – o leste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo – vieram diversas famílias para a região que considero aqui. Conheci muitas pessoas nascidas aí e vindas para o norte de Goiás mais ou menos na mesma época que a família de Jonas, no final dos anos 60 e início dos anos 70, todas em busca de terra, e dando prosseguimento a um fluxo migratório cujas origens remontam aos anos 40 e 50 (cf. Maia 2008). Velho (1981, p. 140) destaca também a vinda de mineiros e capixabas desta área para a ocupação de terras no atual norte de Tocantins, “destacando-se os originários da zona do Mucuri, do Rio Doce e da área contestada com o Espírito Santo, com municípios tais como Teófilo Otoni, Governador Valadares, Serra dos Aimorés, Carlos Chagas”.

trabalhando com este genro, mas logo descobriram que não muito longe dali, algumas dezenas de quilômetros a leste, havia uma área onde ainda era possível *marcar posse*. Sonhando com a possibilidade de conseguir uma terra *própria*, eles foram deslocando-se sucessivamente para oeste, afastando-se da Belém-Brasília rumo às áreas onde as terras não tinham dono. Algum tempo depois, quando Jonas tinha 17 anos, ele mesmo *tirou posse* de uma terra, um pouco mais além, do outro lado do rio. Nessa época ainda bastava chegar, *marcar a terra*, fazer um barraco, abrir uma picada – e a terra era sua.

Após a descoberta de ouro na região, foi o garimpo que passou a ser o “ganha-pão” de Jonas. Ele trabalhou como cozinheiro numa balsa, extraiu ouro na bateia, conseguiu comprar um jipe, passou a fazer *frete*: trazendo mantimentos e equipamentos de Minaçu até os pontos nas beiras dos rios onde os garimpeiros se concentravam. Continuou plantando mandioca em sua terra, e comprou mais de 60 cabeças de gado. Melhorando de vida, adotou três de seus sobrinhos e, contando também com seus filhos, passou a ter oito crianças sob sua responsabilidade. Todos eles, por essa época, estudavam numa pequena escola que foi montada perto de onde moravam. E foi a preocupação com a educação deles que, em grande medida, levou-o a tomar uma decisão que trouxe mudanças significativas em sua vida. Já construída a usina “de cima” (Serra da Mesa), e durante as obras da “de baixo” (Cana Brava), a situação dos garimpeiros vinha se tornando cada vez mais complicada: os antigos portos de onde partiam as balsas tinham sido alagados, a fiscalização do IBAMA sobre os garimpeiros se intensificava, aproximava-se o dia em que as comportas de Cana Brava seriam fechadas e outras áreas seriam inundadas. Muitos dos garimpeiros abandonaram a área, e num certo dia foi o professor da escola quem disse que não tinha mais como ficar ali. Temeroso com o futuro que se avizinhava, e preocupado em assegurar a continuidade da educação das crianças, Jonas decidiu vender sua terra e mudar-se com a família para cidade. Vendeu-a por um preço muito baixo – e, anos mais tarde, descobriu que perdera aí a oportunidade de ser reconhecido como um lavrador *atingido*, podendo então pleitear uma indenização ou uma vaga em um reassentamento. (Na época em que o conheci, este pedaço de terra estava nas mãos daquele que era considerado o homem mais rico da cidade. Este último o havia comprado daquele homem para quem Jonas o vendera e o incorporado à fazenda onde, às margens do lago, criava gado).

Jonas saiu da roça por causa da usina, já sabendo o que lhe estava reservado na sua nova vida na cidade: trabalhar nas obras desta mesma usina. E não foi fácil a vida de Jonas nesse período. Mesmo tendo uma carteira de habilitação do tipo C – que lhe permitia dirigir veículos que transportam carga – a princípio conseguiu *fichar* na Odebrecht (principal

empreiteira responsável por estas obras) apenas como *ajudante*. Recebendo pouco mais do que um salário mínimo (por volta de R\$200,00 mensais), e assombrado pelo temor de que suas crianças passassem fome, ele se entregou – como muitos outros que conheci – a um ritmo frenético de trabalho, apelando para as horas extras como uma forma de incrementar seus rendimentos. Ele passou então a residir no alojamento da empreiteira, só voltando para casa nos finais de semana.

As coisas começaram a melhorar quando finalmente conseguiu fichar como *motorista*. Pouco tempo depois, porém, sofreu um grave acidente de trabalho.

Nesse dia eu estava descansando na casa da maloca, na hora do almoço. Foi quando eu tomei o choque... Um raio, que veio pelos fios, e que me acertou, eu que estava deitado com a cabeça em cima de um balde, descansado. Não sei como não morri. Fui para o hospital em Goiânia, fiquei três meses internado...

Enquanto passava pelas perícias e não recebia o seguro, não teve qualquer renda monetária por um longo período. Foi durante esta época que seus piores pesadelos se tornaram realidade: incapacitado definitivamente para qualquer trabalho, ele não tinha mais como sustentar sua própria família, e teve que presenciar seus filhos, passando fome, serem obrigados a comer “babaçu purinho”. Para sobreviver, a família contava com a *ajuda* dos membros da igreja evangélica que freqüentava e de colegas de Jonas do garimpo e do canteiro de obras, que compravam semanalmente alguns mantimentos para eles. Sensibilizado pela sua situação, e grato pelos inúmeros votos que Jonas lhe assegurara ao longo de vários anos, o prefeito da cidade também *ajudou*: incluiu Jonas num programa de moradia que então se realizava em parceria com a Caixa Econômica Federal, oferecendo-lhe a casa onde até os dias de hoje ele vive. Mais tarde, ele conseguiu também ser incluído em um programa de renda mínima – o Renda Cidadã, do governo estadual. Finalmente conseguindo resolver o imbróglio relativo a seus *documentos* (algo de que voltarei a falar mais adiante, a respeito deste mesmo caso), Jonas conseguiu aposentar-se. Na época em que o conheci, era desta aposentadoria, do Renda Cidadã e da cesta básica distribuída no MAB (onde ele se tornara um *coordenador*), que Jonas garantia o sustento e o de sua família.

O exemplo de Jonas é interessante também por começarmos, com ele, a relativizar algo do que foi dito a respeito dos garimpeiros no capítulo anterior: naturalmente, nem todos (ou nem sempre) eles são imprevidentes e gastadores, e avessos a uma vida ‘regrada’ ou ‘familiar’. Jonas se orgulha até hoje de dizer que as escolhas que fez nos últimos anos foram orientadas por uma prioridade: a educação das crianças – dos seus próprios filhos e dos

sobrinhos que *pegara para criar*. Como vimos acima, foi essa, segundo ele, a principal razão que o levou a abandonar a beira do rio e mudar-se com a família para a cidade. Para ele estava claro que seus filhos teriam que procurar um rumo e uma vida diferente daquela que ele mesmo tivera: já não havia mais *garimpo*, e ele queria que eles estudassem e tivessem uma *profissão* – também para não terem que passar pelas dificuldades que ele mesmo enfrentou. Em prol desse objetivo, valia à pena sim o *sacrifício*⁷⁶.

Voltemos à secretaria naquele dia em que embalávamos as cestas. Durante a pausa para o almoço, e após me relatar os incidentes acima apresentados, Jonas prossegue:

Ah, essa escravidão toda. Pois você acha que isso acabou, que isso acabou com a Princesa Isabel, libertando os escravos do cativoiro? Acabou não, ainda tem escravidão – por exemplo, pra quem trabalha em firma. Eu sei disso, passei por isso... Não acabei de te contar do que aconteceu comigo na Odebrecht, quando tomei o choque?

Por que Jonas, discorrendo sobre sua própria experiência enquanto carregávamos as cestas, associou-a à *escravidão*?

Respeitadas determinadas condições, as dificuldades enfrentadas num trabalho *grosseiro, bruto e/ou duro* são toleradas – não bastando estas últimas, por si só, para que tal situação seja avaliada ou pensada como um *cativoiro* ou *escravidão*. Quando Jonas fala da “escravidão” de quem vive na firma ele tem em mente, sem sombra de dúvida, a sua própria experiência, para lá de traumática: ele não está reclamando das condições precárias do trabalho, mas do fato de, em virtude delas, ter sofrido seriamente um acidente, que por muito pouco não lhe custou a vida. Ele sofreu o acidente, passou por tudo aquilo – em troca do que? Qual o sentido de tanto esforço, tanto *sacrifício*, tanto *suor*, tanto *sofrimento*? Doando-se desta forma, na hora em que ele enfrentou a situação mais difícil de sua vida ele foi deixado de escanteio, sem recursos e sem *ajuda*, sem ter como alimentar uma família que passava fome. Ele foi ignorado e esquecido pela *firma*, que em nada o *ajudou* – quem o fez, de fato, foram seus colegas de trabalho e, principalmente, os companheiros da Igreja Evangélica que freqüentava. Dona Clementina já nos lembrava, no capítulo anterior: “Pessoal de firma não dá valor, só dá valor enquanto trabalha. O pessoal judiava muito, judiou demais...”.

⁷⁶ Cf. Antonaz (1988, p. 205), para os trabalhadores da Albrás-Alunorte: “O que chama atenção, para estas camadas humildes da população, é a preocupação com a escola dos filhos, que causa até mesmo a transferência de famílias inteiras para Belém, para que os filhos possam ter acesso a educação formal de melhor qualidade. Isso explica, em parte, a grande valorização que os trabalhadores da Albrás dão ao acesso de seus filhos ao Colégio Anglo-americano, escola particular ‘de rico’, colocando-o, numa escala de valores, à frente mesmo do salário”. Tal “preocupação com a escola”, por outro lado e como veremos no item 2.2 deste capítulo, não pode ser encarada, no caso que trato, sem a consideração dos processos e contextos que levaram a educação formal a ser tratada como um imperativo nos últimos tempos.

Assim, se por vezes o trabalho na *firma* é também identificado com a *escravidão* ou com o *cativeiro*, não é somente porque as condições de trabalho são aí precárias: mas é porque, dadas elas, o *sacrifício* ou o *suor* de enfrentá-las – com frequência – não compensam. Não compensam também porque, acontecendo qualquer coisa com você, não há ninguém com quem contar, ninguém ali vai se dispor a te *ajudar*. Jonas foi trabalhar na *firma*, e teve que pagar com a própria saúde – pois o acidente que sofreu teve ainda a implicação de incapacitar-lhe fisicamente, dificultando ou mesmo inviabilizando a sua capacidade de virar por si *próprio*.

Zé Ramalho já nos lembrava sobre o quanto é duro tanto ter que caminhar, tanto ter que *correr atrás*, *sacrificando-se em andanças* pelo país afora... Mais duro ainda, porém, é entregar-se e doar-se – como convém a qualquer um que se *sacrifica* – sem receber a contrapartida esperada, principalmente quando é mais do que necessário receber *ajuda*. Duro mesmo é “dar muito mais do que receber”⁷⁷. É essa “economia moral” (Thompson 1971, p. 79) que temos que ter em mente quando tratamos de tais questões. Se o que ampara as formulações de Jonas é essa “traditional view of social norms and obligations”, o que está em jogo aí é a sua indignação perante esta *firma* que, num momento crítico de sua vida, desrespeitou o que ele acreditava ser uma obrigação de qualquer patrão: *ajudá-lo*. Por exemplo, providenciando para que ele fosse de alguma forma (re)compensado pelo acidente que sofreu.

Tudo isso adquire ainda mais sentido pela contraposição da *firma* ao garimpo – comparação que, como já indiquei, remete tanto a um movimento analítico meu como a uma prática recorrente e significativa para estas pessoas. Veremos no próximo item como, no

⁷⁷ Foi Sigaud (1979, p. 235) quem mais explicitamente chamou atenção para esse ponto, destacando o significado da ruptura de obrigações recíprocas que, via acordos muitas vezes implícitos, regulavam tradicionalmente as relações entre ‘patrões’ e ‘empregados’: “a idéia fundamental do *cativeiro* (...) é a perda da contrapartida”. Velho (2007a, p. 24, grifos meus) discute o significado do *cativeiro* junto aos camponeses da frente de expansão na Amazônia Oriental, e comenta: “a referência mais estrita [ao *cativeiro*] prende-se à escravatura, tal como existiu até a sua abolição. O que os impressiona fundamentalmente no *cativeiro*, tal como ouvem contar, é o fato de *trabalhar-se sem receber nada em troca*, a não ser alguma roupa ou comida”. Já para Leite Lopes (1978, p. 137, grifos meus): “Não é por acaso que o fato mais evocado pelos artistas como exemplo do *cativeiro* atual dos operários é o chamado da administração da usina na casa do operário, no seu tempo livre, para que ele compareça à usina para trabalhar em um serviço de ‘emergência’. Pois, sem dúvida, não é a longa jornada de trabalho decorrente desse ‘regime de emergência’ que mais contribui para o seu caráter de *cativeiro*, mas sim: 1) a invasão da esfera doméstica do operário, tirando-o de seu tempo livre; 2) o fato de que essa longa jornada se faça *sem uma recompensa adequada* ao operário submetido a esse ‘regime de emergência’, isto é, sem a empreitada; e conseqüentemente, 3) o fato de que essa longa jornada se passa não sob a maior autonomia no trabalho decorrente da forma da empreitada, mas sob as ordens e a investigação da hierarquia que complementam o salário por tempo”.

garimpo, a *ajuda* oferecida pelos *patrões* e a generosidade destes últimos é pensada e abordada pelos meus interlocutores.

1.2 Segunda Situação: Da Firma para o Garimpo

Da firma para o garimpo

No item anterior apresentei algo a respeito do que aconteceu quando diversos dos antigos garimpeiros, tendo que arrumar um jeito de ganhar a vida, empregaram-se nas obras de construção das barragens. Pretendo agora discutir o que pode significar fazer o caminho inverso: abandonar o trabalho *fichado* numa *firma* para tentar a sorte no garimpo. Não considero essa passagem ou transição como ‘típica’ ou ‘representativa’: busco apenas indicar que ela é comum e freqüente. E não só isso: a julgar pela atenção dedicada a ela nas conversas e debates, parece que ela também é, do ponto de vista nativo, algo significativo. Talvez seja boa para pensar...

Num documento já citado aqui (Minaçu Estudo de Caso s/d, p. 103), seus autores apresentam algumas informações sobre o fluxo de pessoas que se dirigiu para Minaçu na época em que a SAMA se consolidava: “No período entre 1967 e 1974, quando então se abriu realmente uma estrada, 15.000 pessoas chegaram à região, sendo que 6.000 se instalaram em torno da mina. Desses, 1.300 dentro da Vila Operária, montada pela empresa”. Mesmo se considerarmos que todas essas 6.000 pessoas que se “instalaram em torno da mina” efetivamente trabalharam para a SAMA (e certamente não foi isso o que aconteceu), resta a pergunta: que fim tomaram, como se ocupavam aquelas outras 9.000 que não o fizeram? O documento em questão não apresenta respostas para isso, mas a conversa com alguns dos moradores mais velhos oferece algumas pistas interessantes. Como já vimos, a descoberta da *castelita* em Serra Branca, em 1973, atraiu a atenção de milhares de forasteiros que sonhavam encontrar a sorte no garimpo. Mas não só destes últimos, a julgar pelas datas e dados apresentados por aquele documento: mas também daqueles que já estavam na cidade, tendo se dirigido para lá atraídos pela SAMA. *Febres* que se misturam e se sobrepõe, como saber se fulano ou cicrano veio para Minaçu em função da SAMA ou da castelita? Será essa uma pergunta pertinente? “Pois eu ouvir falar que aqui estava *movimentado*, o pessoal estava todo vindo para cá, eu vim também...”.

Tenho poucas informações sobre esse período. De qualquer forma, se comparamos o que se passou nesta época com os acontecimentos da década seguinte, podemos apresentar algumas hipóteses. Buscando expressar o que significou para eles a *febre* do ouro, alguns de meus interlocutores destacavam que até mesmo alguns encarregados da SAMA deixaram a empresa para garimpar. Note-se que eles não estão fazendo referência a um *peão* qualquer – mas aos *encarregados*, gente que optou por renunciar a condições relativamente favoráveis em prol da busca pelo ouro. É preciso, por outro lado, acrescentar algumas nuances aqui. Um destes *encarregados* sobre o qual me falaram, por exemplo, conciliou as duas atividades: continuava trabalhando na empresa, e era ao mesmo tempo *proprietário* de diversas balsas. Não acho que esse é um caso isolado, de forma alguma. Ainda assim – e mesmo levando em conta que a exploração da *castelita* é considerada menos vantajosa do que a do ouro – parece-me bastante razoável supor que, nos anos 70, o garimpo dela tenha atraído não apenas aqueles que chegaram a Minaçu e não foram incorporados pela SAMA; mas também os que, empregados nela (e defrontando-se com aquelas precárias condições de trabalho apresentadas anteriormente), decidiram tomar outro rumo.

Estamos tratando, afinal de contas, do norte de Goiás, e de fluxos originários, em sua maior parte, do interior do Maranhão, da Bahia e de Minas Gerais – todas essas são regiões em que, histórica e tradicionalmente, o garimpo se apresenta como uma alternativa de vida conhecida, ‘familiar’, para estas pessoas. Ele frequenta seu universo dos ‘possíveis’, digamos assim. As oportunidades que surgiam em Minaçu não eram assim encaradas como uma novidade propriamente dita ou um acontecimento singular ou único. Se a descoberta da Serra Branca (a cadeia montanhosa na qual se concentrava a *castelita*) foi um evento marcante, ele o foi – também – por permitir a estas pessoas vivenciarem possibilidades cujo significado já estava em grande medida dado, enquanto parte de um patrimônio cultural, social ou familiar compartilhado.

O que não deixa de ser óbvio, se levamos em consideração o que Póvoa Neto (1988) tanto e tão propriamente faz questão de destacar: a despeito do que sugerem as representações da mídia e da ‘história oficial’, abordando essa atividade pela referência episódica a grandes corridas (ou grandes conflitos), a garimpagem é uma atividade que, no interior do Brasil, é realizada – disseminada, silenciosa e continuamente – desde ao menos o século XVIII.

Mesmo sem destacar a continuidade e o prosseguimento destas tradições, Cleary (1990, p. 48) nos oferece, a esse respeito, um comentário mais do que sugestivo: “é interessante como um dos traços mais característicos da garimpagem moderna, seu papel como opção para aqueles que ocupam as camadas mais baixas da hierarquia social, possa ser

apresentado como tão importante para os escravos fugitivos quanto para os pequenos agricultores e para os pobres urbanos no século XX”. O que há de interessante aí é comparação entre estes *pequenos* e *pobres* do século XX com os “escravos fugitivos” do passado pré-abolição. Na opinião de boa parte dos meus interlocutores, a associação realizada por Cleary nesta passagem remete a um dos sentidos que, nos dias de hoje, o garimpo parece possuir: através dele é possível ‘fugir’ da *escravidão*.

Assim, não é apenas de um jogo de palavras ou de uma coincidência entre opiniões que tratamos aqui, certamente. Mas antes do que persiste – *dura* – ao longo de mais de três séculos: como Jonas havia nos informado acima, não é porque a Princesa Isabel decretou ‘oficialmente’ a abolição que a *escravidão* acabou. No uso desta categoria para situações vividas nos dias de hoje o que está em jogo, assim, não é apenas uma analogia. Tratando do *cativeiro*, Velho (2007a, pp. 106-7) já havia chamado a atenção para o fato de que é preciso considerá-lo “num sentido *forte*, que vai além do mero recurso instrumental a termos e expressões e atinge o nível das crenças e atitudes profundas”. Ou seja, tratamos aqui da constatação da continuidade – ou, para ser mais preciso, da eterna expectativa pelo retorno ou volta – de uma *escravidão* cuja abolição ‘formal’ por vezes é tratada como objeto de escárnio, não passando de uma iniciativa hipócrita dos *ricos*.

Persistência e longa duração, por outro lado, do garimpo (e suas *febres*) como uma alternativa a estas situações (também persistentes) de *cativeiro* e/ou *escravidão*. E isto certamente não é nenhuma grande novidade. Como mostra Póvoa Neto (1998, p. 67), o termo *garimpeiro* surge, se dissemina e se consolida carregando sempre consigo a carga simbólica da clandestinidade e da marginalidade, enquanto atividade realizada fora dos “esquemas produtivos dominantes”⁷⁸ – e nessa marginalidade e clandestinidade se ‘encontram’ os garimpeiros com os escravos *fugidos*. Lembremos que o norte de Goiás de que trato e o Maranhão estudado por Cleary são ao mesmo tempo áreas de garimpagem e zonas de circulação e residência de ‘remanescentes’ de “escravos fugidos”, quilombolas e calungas.

⁷⁸ “A palavra [garimpeiro] em si constitui neologismo de origem brasileira, surgido no século XVIII com referência à situação ilegal e à mobilidade espacial de trabalhadores que, fora do esquema produtivo dominante, polarizado entre senhores e escravos, mineravam por conta própria em áreas rigorosamente interditas para tal. Desrespeitavam, assim, não só limitações oficiais quanto a áreas de lavra quanto procedimentos previstos para comercialização e tributação (...) O garimpo sempre esteve associado, portanto, ao desafio às políticas oficiais (...) A referência a *grimpa*, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira o ‘ponto mais alto, cocoruto, crista’, evidencia como a palavra estava associada ao rígido controle da atividade mineradora nas áreas diamantíferas durante a Colônia. Grimpar, segundo o mesmo dicionarista ‘subir, trepar, galgar’, é atitude de quem se esquia ou foge, estando registrada ainda a expressão *levantar a grimpa*, no sentido de ‘mostrar-se soberbo ou insubmisso’. Daí as notícias, vindas durante o século XVIII, no Distrito Diamantino mineiro, a respeito de *grimpeiros*, mais tarde *garimpeiros*” (Póvoa Neto 1998, p. 67).

Estes últimos e os garimpeiros compartilham assim interstícios e margens, e sempre estiveram a se fundir e confundir uns com os outros⁷⁹...

Dito isso, voltemos a Minaçu. Nos anos 70, como acabamos de ver, esta cidade conviveu com duas *febres*, associadas ao garimpo de cassiterita e à exploração do amianto na SAMA. Nas décadas seguintes outras atividades ocuparão os que aí residiam ou *de-moravam*: o garimpo de ouro – que, dentre outros fatores, explicará o abandono da extração da cassiterita, menos vantajosa economicamente que ele – e a construção das hidrelétricas.

O anúncio do início das obras de Serra da Mesa, como já afirmei, será responsável por um afluxo de forasteiros que se somará e confundirá com aquele constituído pelos que vinham atraídos pelo garimpo. Nos primeiros anos, muitos deixam a obra de lado pelo sonho de enriquecer rápido, e sem ter que ser *mandados*... Foi esse o caso de Seu Zé. Ele trabalhou na obra da Usina de Tucuruí, na década de 70, e a partir desta experiência e dos contatos estabelecidos aí, veio para Minaçu no início dos anos 80, com a família e um emprego garantido na construção da Usina de Serra da Mesa. Pouco tempo depois, largou o trabalho para se dedicar ao garimpo. Repetia-se, assim, algo parecido com o que se passara alguns anos antes, com aqueles que largaram a SAMA e rumaram para o garimpo de cassiterita.

Fenômenos semelhantes ocorreram em outras áreas do interior do país, mais ou menos na mesma época. Gaspar (1990, p. 83) apresenta o depoimento de um ex-prefeito da cidade de Itaituba, no Pará, onde este afirma que:

“Em 1970, começou a Rodovia Transamazônica, dia 1 de setembro. Aí então com o evento das rodovias vieram vindo os peões para trabalharem na estrada, eles chegavam e aprendiam que no garimpo eles ganhavam mais. Largavam a estrada e iam para o garimpo. Então isso foi um veículo para conduzir muita gente para os garimpos. Eles vinham trazidos pelas empresas, eles não iam trabalhar sacrificados como trabalhavam sabendo que no garimpo ganhavam mais... foi aí que houve a grande explosão demográfica de Itaituba e nos garimpos também com a facilidade das rodovias”.

⁷⁹ Póvoa-Neto (1998, p. 4) nos lembra que, “no imaginário” dos garimpeiros com quem conviveu em Crixás, “os bandeirantes eram sempre negros como eles mesmos; afinal, na sua experiência, foi sempre a gente negra que labutou no ouro”. Mais à frente, este mesmo autor afirma que “o garimpeiro colaborou ainda, frequentemente, com o quilombola, escravo fugido que por vezes buscava na lavra clandestina um meio de vida e que também se via perseguido pelas autoridades” (id. p. 70). Salomão (1984 apud Gaspar 1990. “O Ofício e a Condição de Garimpar”. Em busca do Ouro. Rio de Janeiro: Marco Zero) destaca que, no início do século XIX, “define-se assim pela primeira vez na história o sistema minerário dicotômico que prevalece até hoje no país, apesar das mudanças que o tempo impôs: de um lado a mineração organizada, representada pela alta capacidade produtiva e econômica e inteiro ajuste à lei; de outro o garimpo exercido ilegalmente por mestiços, negros, alforriados, aventureiros”. Não custa lembrar que este autor tem em mente a oposição entre a grande empresa mineradora, aparecendo já nesta época, e o garimpo, tal qual ela vigora até os dias de hoje – e que já no século anterior, num outro “sistema” (o que vigorou no auge da mineração colonial, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), o garimpo (e o negro, claro) já estavam associados e ‘estigmatizados’ ou perseguidos.

Oliveira⁸⁰ (1989 apud Rumstain 2008, p. 27) destaca também que:

“a descoberta de ouro em garimpos na porção norte do estado de Mato Grosso fez com que, a partir do final da década de 1970, autêntica corrida para os garimpos ocorresse dentro dos próprios projetos de colonização [é daqueles “grandes empreendimentos agropecuários” de que fala Cardoso de Oliveira (1992) que ele trata aqui]. Foi assim que em Guarantã do Norte, Matupá, Terra Nova [do Norte] e Colíder tiveram que aprender a conviver com os garimpeiros do rio Peixoto Azevedo e rio Teles Pires. Foi assim também que Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás tiveram que conviver com os garimpos fechados do município de Alta Floresta.”

Não custa destacar que, articulando e ‘constituindo’ as duas regiões mencionadas acima (o oeste do Pará onde está Itaituba e o norte de Mato Grosso) está a BR-163 (Cuiabá-Santarém) – outra grande obra planejada nos 70 pela ditadura militar; e que foi iniciada no mesmo contexto do surgimento da Transamazônica e do asfaltamento da Belém-Brasília no norte de Goiás, no caminho de Anápolis para Minaçu⁸¹. Foi nas margens desta BR-163 que todas as cidades citadas por Oliveira (1989) se ergueram, e é a poucos quilômetros de seu encontro com a Transamazônica que Itaituba fica. No curso médio desta rodovia, ao sul de Colíder, se localiza a área que – polarizada por Sinop e Sorriso e hoje tomada pelas plantações de soja – foi objeto de estudo de Rumstain (2009).

Nos anos 70, as *firmas* que promoviam a ocupação do interior do país, abrindo novas “fronteiras” agrícolas e minerais, parecem assim ter também induzido – certamente sem nenhuma intenção de sua parte – uma ‘atualização’ ou ‘reaquecimento’ da tradição garimpeira. Numa formulação feliz, aquele prefeito de Itaituba lembrava que grandes obras como a Transamazônica foram “um veículo para conduzir muita gente para os garimpos”. Não só porque através de uma estrada as pessoas chegam mais facilmente a certos lugares, mas também porque estamos tratando de pessoas que se dirigem a estes locais para, dentre outras coisas, trabalhar na construção de estradas – que, de sua parte, facilitam a abertura ou reativação de áreas garimpeiras. (Mais do que diferentes atividades econômicas ou projetos – institucionais e pessoais – discrepantes, neste contexto se fazem presentes também

⁸⁰ OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino. “Paraíso e inferno na Amazônia Legal”. Revista Travessia – Fronteira Agrícola: Rasgando Terra e Lei. CEM, ano 1, n. 3, pp. 19-25, 1989.

⁸¹ “No dia 16 de março de 1970, a Presidência da República distribuiu comunicado em que anunciava várias obras rodoviárias na Amazônia e no Brasil Central para o período 1970-1974, ‘tendo como peça básica a Rodovia Belém-Brasília’. Entre elas o prosseguimento do asfaltamento do trecho Anápolis-Porangatu da dita estrada, o prolongamento até Rio Branco e a fronteira com o Peru da estrada Cuiabá-Porto Velho, o término da estrada Porto Velho – Manaus, a implantação de uma estrada Cuiabá-Cachimbo-Santarém, e a ‘construção de uma estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia (...) vereda aberta ao nordestino para a colonização de enorme vazão demográfico e o início da exploração de potenciais até inacessíveis” (Jornal do Brasil, 17/3/70 apud Velho 1981, p. 145).

concepções do espaço e do deslocamento distintas. No capítulo 4 busco explorar esse ponto, a partir da contraposição da *fronteira*, por um lado, e o *mundo* e o *trecho*, por outro).

Patrões no garimpo, patrões na firma

Alberico nasceu em Barreiras⁸², no oeste baiano. Com dois anos de idade, mudou-se para Goiás com a mãe (abandonada pelo pai dele) e os irmãos.

Pois aí a gente foi lá para os lados de Porangatu e Estrela do Norte, para aquele trecho. Meu avô, pai da minha mãe, estava morando aí, morava e trabalhava numa fazenda. Ela veio para trabalhar em cozinha dos outros...

Por mais de dez anos eu vivi no mato, plantando roça, naquele *sofrimento* danado. Lidei muito com a terra, mas tenho que confessar: isso não é o meu forte... Com 17 anos, eu falei então: vou para o garimpo! E fui pra Cumarú, no Pará. De lá não parei mais...

Após rodar por diversos garimpos, Alberico voltou para o norte de Goiás, para Crixás, no início da década de 80. Conheceu aí Marilda da Balsa, *proprietária* de um par de máquinas com quem ele passou a trabalhar como *porcentista*. Os dois se deram bem, continuaram juntos por alguns anos. Mas como os negócios aí estavam “enfraquecendo” com o excesso de máquinas nesta área (mais de 5.000 neste período, segundo ele), Marilda decidiu tentar a sorte em outro lugar: confiou nos rumores que ouvia a respeito dos garimpos nos Rios Tocantins e Maranhão, onde estava “dando ouro de pazada”, e foi para lá. Alberico veio junto, em 1985. “Eu vim pra cá com a Marilda, vim com ela. Você conhece a Marilda, ela tá sempre aqui no movimento, foi ela que me trouxe pra cá também. A gente se dava muito bem. Eu era como

⁸² É por Barreiras que boa parte do sertão baiano (e, em menor medida, o sertão nordestino como um todo) se conecta com o Norte de Goiás, via o sudeste do Tocantins – numa rota que remonta ao início do século XVIII, e que é provavelmente anterior às grandes descobertas auríferas dos setecentos. Os acidentes geológicos que dividem as águas das bacias do Tocantins/Araguaia, por um lado, e da bacia do São Francisco, por outro, colocam uma série de dificuldades à sua ultrapassagem, historicamente dificultando a comunicação entre as áreas a leste e oeste dessa barreira natural (constituída, do norte para o sul, pela Serra do Penitente no sul do Maranhão, pela Chapada das Mangabeiras/Jalapão em Tocantins, pelo Espigão Mestre baiano e pela Serra Geral de Goiás). Não por acaso, as áreas localizadas nas adjacências desta cadeia montanhosa – o oeste da Bahia, o leste de Tocantins, o sul do Maranhão – são até hoje das áreas mais despovoadas do país (se bem que, é claro, a soja já chegou aí). Por esta ‘abertura’ nesta cadeia, Barreiras está ligada, hoje via uma estrada asfaltada, à cidade de Dianópolis, já no Tocantins. Por este caminho veio a maior parte dos nordestinos que estão hoje em Minaçu (excetuados, naturalmente, os maranhenses e piauienses, que chegaram pelo norte, ao longo do eixo correspondente hoje à Belém-Brasília, cf. Velho 1981 e Musumeci 1984) A cidade de Dianópolis, antiga São José do Duro, ganhou alguma fama em função do romance de Bernardo Élis, “O Tronco”, narrando conflitos entre famílias da região e os Caiado. Na segunda metade do século XVIII, foi também uma área de extração de ouro. Nos dias de hoje, interessa a meus interlocutores também pelo fato de que alguns deles foram trabalhar nas obras de uma barragem aí construída, com o objetivo de assegurar a irrigação de um grande projeto de fruticultura; e também pelas existências de *firmas* que, recentemente, tem se instalando na região para explorar uma jazida de ouro estimada em 3 toneladas.

um filho de criação dela...” Nesta região, Alberico trabalhou em diversas áreas: no garimpo da Cachoeirinha, em Niquelândia; nos córregos do Bacalhau e Ouro Fino, nos Rios Vermelho e Carmo...

Trabalho no garimpo é duro. É duro, mas é animado. É por isso que todo mundo prefere o garimpo do que a firma. Você trabalha para você, se você produziu muito, aí... Ninguém manda em ninguém. E às vezes dava pra tirar muito dinheiro. Eu, que era meio pé inchado, gastava com mulher, com bebida, aquele monte de dinheiro. E viajava pra fora, indo para as melhores festas, em outras cidades.

O valor que o cara dá no garimpo tá nisso. Ele diz: ‘hoje eu vou pra cidade gastar com as primas’. Sem hora pra chegar, sem hora de voltar...

Com a chegada das barragens, e a despeito da insistência dos garimpeiros, a extração de ouro passou a ser cada vez mais difícil. Alberico, como diversos outros, teve que “apelar para as firmas”. “Serra da Mesa chegou e tirou o povo. O povo teve que caçar outra atividade. Uns foram pra roça, outros desapareceram e foram embora...”. Já fora do garimpo e morando na *rua*, pediu *ajuda* a um vizinho para arrumar um “serviço na Serra da Mesa”. “Tem que ter um padrinho, uma pessoa que te ajuda lá dentro; a maioria das pessoas que estavam lá foram indicadas pelos ouros. O cara tem que ter uma referência, tem que ter o tal do padrinho. A política está mesmo por tudo quanto é canto!...”. Alberico foi então contratado como *ajudante*, e trabalhou na Camargo Corrêa – principal empreiteira da obra – por um ano e seis meses; depois disso, nessa mesma obra, por mais seis meses para outra *firma*, na montagem das turbinas. Encerrado esse projeto, arrumou outro emprego na construção da barragem de Cana Brava, retirando amostras de cimento para avaliar se ele havia sido bem compactado. “Eu operava uma máquina martelinho para arrebentar a pedra, era furador de pedra. Esse troço sacode muito, até seu cérebro. Foi aí que machuquei as costas, que arrumei essa hérnia...”. Ele largou esse trabalho, e esperou um tempo para ver se melhorava. Tentou um novo emprego trabalhando para uma empresa que instalava linhas de transmissão, e então se deu conta de que não tinha mesmo condições físicas para realizar qualquer atividade desse gênero. Ficou encostado por dois anos, recebendo a aposentadoria, e recebeu alta. Ainda sem condições físicas, entrou na justiça para ser *encostado* definitivamente. Quando o conheci, estava às voltas com os trâmites para assegurar esta aposentadoria. Continuava passando por exames e perícias, e teve que contratar um advogado para tentar resolver sua situação. Enquanto esperava, vivia de bicos eventuais numa loja que vendia purificadores de água, e das cestas básicas que recebia do movimento. “Não estão fáceis as coisas pra mim agora, não estão mesmo”.

De toda essa história, gostaria de destacar alguns elementos. Em primeiro lugar, Alberico sugere que sua partida para o garimpo se vinculava ao *sofrimento* que ele vivenciava na fazenda. Aí, sua mãe “trabalhava para os outros”; e ele mesmo admite que trabalhar na terra – ao menos naquelas condições – não é o “seu forte”.

Em segundo lugar, parece-me interessante analisar como alguns termos referentes ao vocabulário do parentesco são por Alberico estendidos ou usados, metafórica e/ou comparativamente, para dar conta de laços ou vínculos ‘fora’ da família propriamente dita. É assim que a *patroa* de Alberico, Marilda da Balsa, nos é apresentada por ele como alguém que é “como uma mãe de criação”. Da mesma forma, as prostitutas freqüentadas pelos garimpeiros são chamadas de “primas”. No que se refere ao conhecido que lhe arrumou uma vaga na Usina de Serra da Mesa, ele também é tratado por um termo que remete às relações ‘familiares’ (ou à extensão da família para além dos laços consangüíneos): ele é um “padrinho”. Mas é preciso lembrar, conforme o próprio Alberico deixa claro, que neste contexto o “padrinho” se vincula menos ao ‘domínio’ da família do que àquele outro que, sob certos aspectos, a ela se contrapõe: o tom afetivo com que ele trata Marilda da Balsa dá lugar a uma referência pejorativa a uma “política” que em todos os cantos parece querer penetrar.

Além disso, deste depoimento pode-se depreender que no garimpo é possível ganhar mais do que na firma. Ao menos em certas ocasiões, “dava para tirar muito dinheiro” extraindo ouro. Certamente esse é um aspecto que, no que se refere à comparação entre o garimpo e a firma, ajuda a entender a preferência destas pessoas pelo primeiro. Isto ajuda a entender esta preferência, mas não é tudo: o trabalho no garimpo não só é “animado” como aí “você trabalha para você”, e usufrui o que parece ser uma autonomia singular. Autonomia do que diz a si próprio “hoje eu vou para a cidade!” e que pode efetivamente ir: “sem hora para chegar, sem hora de voltar...”

Por fim, é interessante destacar que, na enumeração e descrição das diversas ‘atividades’ a que se dedicou Alberico, o garimpo é a única por ele apresentada com alguma simpatia. Certo *sofrimento* parece permear todas as outras, se fazendo presente – naturalmente sob formas diferenciadas – em grande parte de sua vida: na fazenda ou nas *firmas*; na época em que o conheci, quando sobrevivia com as cestas e o pouco dinheiro ganho nos bicos, lutando para conseguir sua aposentadoria.

Altino e Regina, marido e mulher (e já apresentados ao leitor na Introdução e no capítulo anterior), me contam sobre os tempos em que ambos viveram do garimpo. Mas me

contam isso em ocasiões diferentes, naturalmente. “Regina, agora sou eu quem vai contar, vai embora, pra cozinha! Depois você fala com ele! Melhor assim, senão a gente começa a brigar!”. E tão logo Altino começa a falar, naqueles olhos cansados volta a aparecer algo que parece um brilho, e ele vai se empolgando... Altino tinha de fato muita *paixão* pelo garimpo.

Ah, eu gostava muito de garimpar. Mais de vinte anos no garimpo... Minha família é de Mara Rosa, e o pessoal saiu de lá e veio aqui para os lados de Minaçu para trabalhar em fazenda. Já tinha a SAMA, eu lembro disso, eu molequinho aqui em Minaçu. Meu pai, minha mãe, toda a vida trabalhando para os outros... Porque meus parentes tudo, de pai e mãe, em Uruaçu e Mara Rosa, a vida inteira foi isso: fazenda, fazenda, fazenda. Foi aí que eu vi que fazenda pra mim não dava... Moço, eu saí de casa com 8 anos. Saí da fazenda, vim pra rua, e fui para o garimpo de castelita, lá no Péla Ema... Pela Ema, Nova Roma, Serra Branca, esses garimpos de castelita todinhos eu conheço, eu fiz igual porco, fucei por tudo. Depois nos garimpos de ouro: Carmo, Biquinha, Serrona, Buracão, Fatura... Ah, e também o garimpo do João Amaro, garimpo só de pepita... Porque por aqui, você sabe, fazendeiro num teve muito também não - coisa de fazenda é coisinha. Já garimpo produziu direito.

Quando eu conheci a Regina, muito tempo depois, eu *rodado*, ela *rodada*, nós dois estávamos *rodados*. Esse tempo todo trabalhando para os outros, no garimpo. Mas trabalhar para os outros é difícil, a porcentagem não rende... E olha que, no moinho, a porcentagem era de 30% naquela época. Pois nessa época eu falei: ‘vou tocar o garimpo por minha conta’. A vida toda no garimpo dos outros, dos outros... Falei, ‘vou comprar meu *próprio* par de máquinas’!

Um tempo depois eu saí do garimpo, vim pra cidade. E tomei logo umas, caprichadas... Tomei, tinha que tomar. Porque aqui tinha esse vendedor: Gutemberg o nome dele – onde é que esse homem foi parar? Eu tinha vontade de saber... Fui atrás dele, desse Gutemberg, ele tinha botado aqui na rua uma loja pra vender. Era vendedor da Motomar, vendia máquina, chupadeira, tudo. Aí esse Gutemberg veio e pediu meus documentos, pediu o CPF, conferiu meu CPF, viu que os documentos estavam bons e me disse: ‘te vendo um par de máquinas’. Comprei um par de máquinas... Ah, esse trem, essa história, é grande demais pra contar... Pois eu comprei um motor, um motorzinho desses pequeninhos para jogar água, e uma L-90 para puxar o moinho para moer a pedra. E comprei uma bomba três polegadas de alta pressão, mandei fazer uma bica daquela larga, e iluminei logo o buraco, botei energia ali em tudo. Ah, esse trem é grande de contar...

Altino estava *rodado* quando conheceu sua mulher, também na mesma situação. Neste contexto, e conforme esclarecimentos posteriores do próprio Altino, o *rodado* não remetia exatamente ao sentido mais comum do termo (uma pessoa sem dinheiro, sem recursos). Altino se encontrava antes sem lugar no *mundo*, meio perdido e *jogado*, consumindo tudo o que ganhava nas noitadas nos bares e foias, bebendo muito⁸³. Mas aí ele e Regina se encontraram um ao outro, deixaram de ser duas pessoas sozinhas, formaram um casal. Em breve chegaria a primeira filha, ele seria *pai*. Tudo isso parece tê-lo ajudado a tomar, algum tempo depois, aquela decisão: chega de trabalhar para os outros, ele agora teria seu *próprio*

⁸³ Moacir Palmeira me informou, no exame de qualificação, que o termo “rodado”, em Minas Gerais, designa também a pessoa que está bêbada ou que se entrega com frequência e intensamente à bebida.

par de máquinas, seria *patrão*. E esta decisão não deixa de ser coerente com significados que ressoam conjuntamente nos termos *pai* e *patrão*: um *patrão* – um bom *patrão* – é também uma espécie de *pai*. Volto a esse ponto logo abaixo.

Antes disso, destaco que a sua narrativa apresenta elementos que sugerem o quão importante e significativa foi aquela decisão: antes de se dirigir ao vendedor, Altino lembra que foi “tomar umas” – foi beber uma cachaça, sozinho; para refletir melhor, para criar coragem, para ritualizar ou celebrar o momento? Do homem que lhe vendeu as máquinas ele não se esquece – e não apenas isso, gostaria também de saber por onde ele anda, que fim tomou... No final das contas, aquela é uma “história grande”, que talvez merecesse ser retomada num outro dia, para que ele me contasse mais detalhes. História grande e que é importante não só para ele como também para a mulher. Neste momento de sua fala, Regina não resistiu, saiu da cozinha (de onde, pelo jeito, ouvia tudo) e se intrometeu no relato do marido – já contando o quanto eram caras as máquinas compradas por Altino, 12 ou 13 gramas um carrinho! “Regina, vai embora, sou eu quem está contando!”. Deste maquinário, ou do que restou dele, a despeito das reclamações da esposa, ele faz questão de não se desfazer: e aquilo continua amontoado num canto de seu quintal, enferrujando e ocupando espaço.

Idealizações e Valores

Imagino estar claro que as circunstâncias em que foram produzidos e colhidos esses depoimentos são particularmente favoráveis à mitigação de tensões ou conflitos envolvendo *patrões* e *percentistas*, em mais uma modalidade daquilo que estou chamando aqui de “idealização do passado”. Ainda mais quando o meu gravador entrava em cena, em alguns desses relatos fica evidente a produção de um discurso em que o “garimpeiro” me era apresentado de uma forma substancializada, possuindo uma identidade marcada por traços e contornos firmes que o singularizavam – a “plasticidade social” (Vieira 2001) que sempre o caracterizou sendo deixada em segundo plano em prol da sugestão da existência de uma ‘classe’ coesa, delimitada e harmônica. Se eu conseguia facilmente perceber o sentido ‘político’ destes discursos, por outro lado, era também porque estas mesmas pessoas já haviam me oferecido, em outras circunstâncias, imagens e representações que os relativizavam e me permitiam situá-los. A esse respeito, Cleary (1990, p. 148) é bastante explícito: “Só há uma situação que pode gerar um sentido de identidade compartilhada, que envolve todos no garimpo e leva à mobilização simultânea de todas as categorias sociais: uma ameaça externa à existência do garimpo, de uma companhia de mineração ou do Estado”.

Além disso, é preciso destacar também que a menção a termos como “garimpo” e “garimpeiros” costuma obscurecer a diversidade de práticas e situações através dos quais se pode dar a extração do ouro (e também – mas desconfio que em menor grau – de outras substâncias como a cassiterita, a esmeralda e os cristais). Algumas pessoas faziam isso de forma quase empresarial, *proprietários* que eram de diversas *chupadeiras* e *balsas* onde empregavam até mesmo algumas dezenas de *porcentistas*; outros trabalhavam apenas com família; ou intercalavam o garimpo com outras atividades; podia-se também apelar apenas ocasionalmente a uma simples bateia para tentar extrair algum pouco dinheiro para um fim preciso (prática comum entre mulheres e crianças). É preciso mencionar também toda uma gama de atividades subsidiárias e que se desenvolviam com a renda que circulava em função do ouro: comerciantes de todo tipo, *picapeiros* e outros responsáveis pelo transporte e infraestrutura, donos de bares e cabarés, prostitutas etc. Essa multiplicidade de formas e relações não será considerada aqui⁸⁴. Da mesma forma, ignoro aqui a figura do *gerente*, ‘simplificando’ ou ‘reduzindo’ a hierarquia do garimpo à relação entre *patrões* (ou *proprietários*) e *percentistas*.

O material de que me sirvo para essa discussão não é, assim, a ‘estrutura social’⁸⁵ do garimpo; e sim aqueles discursos ‘idealizados’. Conforme o que disse no início deste capítulo, idealizar o passado não é inventá-lo *ex nihilo* ou falsificá-lo; é dele destacar e enfatizar alguns elementos, e estes elementos ‘destacados’ e ‘enfatizados’ são o que busco analisar. E parece-me que tais elementos se prestam bastante bem para tentar entender o que seria a ‘boa vida’ – ou uma “vida boa” – para estas pessoas. Acredito que, considerados ‘junto dos’ (e não ‘a partir dos’) contextos em que foram produzidos, e controlados pela sua relação com outros relatos⁸⁶, esse material se presta bastante bem para os meus objetivos: interessam-me, afinal de contas, os significados e valores atribuídos ao garimpo por estas pessoas.

⁸⁴ Não será considerada porque esse não é meu objetivo; e também por eu não ter condições de fazê-lo. Como já deve estar claro ao leitor, por mais que as questões relativas a essa atividade trespasssem todo o meu trabalho, meu conhecimento sobre esta realidade é bastante precário. Em função dos próprios acontecimentos que relato aqui, não pude visitar – e muito menos ‘etnografar’ – qualquer garimpo, simplesmente porque, na área onde trabalhei, eles não existem mais. Também por isso, nunca consegui apreender, por exemplo, as diferenças entre um *galfeiro*, um *japeiro*, um *malaqueiro*, um *rapeiro*... – diferentes ‘funções’ ou ‘especialidades’ no universo do garimpo, que conforme a sugestão de meus próprios interlocutores só podem ser compreendidas *in loco*. (E não deixa de ser embaraçoso ter que confessar que nunca estive num garimpo, mesmo eu sendo natural de Ouro Preto: cidade localizada numa região onde esta atividade ainda existe, mesmo que de forma muito discreta e residual).

⁸⁵ A melhor referência que conheço a esse respeito é, sem sombra de dúvida, Cleary (1990).

⁸⁶ Relatos estes que podem ter sido oferecidos: a) pelos meus próprios interlocutores em outras circunstâncias, nem tão ‘políticas’ ou ‘identitárias’ assim; b) pelos ‘críticos’ do garimpo; c) e também pela literatura.

Certamente é complicado – ainda mais se levarmos em conta a forma como meus dados foram obtidos – discutir em profundidade quaisquer questões relativas ao garimpo. Além do mais, dadas as inúmeras e diversas configurações concretas assumidas por esta atividade no tempo e no espaço, as generalizações são também problemáticas. Feitas estas ressalvas, parece-me que, de uma maneira geral, o garimpo em Minaçu se assemelha bastante àqueles casos estudados por alguns autores: Cleary (1990), para o Maranhão dos anos 80; Póvoa Neto (1998), no que se refere ao garimpo ‘invisível’ de Goiás nos séculos XIX e XX; e Gaspar (1990), para o Tapajós nos anos 80. Estes trabalhos destacam alguns aspectos do garimpo que se fazem salientes nos depoimentos ‘idealizados’ que colhi: a) a possibilidade de ascensão social; b) a relação ‘amistosa’ com patrões (e colegas) particularmente *generosos*; c) a manutenção da autonomia e da liberdade de ir e vir. Assim, abaixo discuto rapidamente estes três pontos, em grande medida me servindo e me amparando por esta literatura

1) Ascensão social e igualitarismo

Dito isso, voltemos a tratar de Altino. No depoimento citado acima, ele destacava também que, da mesma forma que Alberico, sua família havia trabalhado a vida inteira “para os outros”, em fazendas – e que também em virtude disso o garimpo se apresentava para ele como uma opção tão atraente. Por outro lado, ele mesmo afirmava que, antes de tomar aquela decisão de trabalhar para si *próprio*, de ter seu “próprio par de máquinas”, ele também trabalhava “para os outros”, no garimpo. Estaria ele, assim, vivendo no garimpo como seus pais na fazenda? Não necessariamente. Afinal de contas, na sua narrativa ele não buscava justamente destacar o significado de sua decisão e de suas iniciativas, ele que passaria então a “tocar o garimpo por [sua] conta”? Mais do que uma ‘decisão’ ou uma ‘iniciativa’ individual, o que está em jogo aí é a possibilidade de tomá-la – é a existência de condições objetivas que tornem viável que um garimpeiro deixe de ser um *porcentista* para ser um *patrão*. Este é um ponto sobre o qual praticamente todos aqueles que trabalharam com esta atividade concordavam: no garimpo, estava dada a possibilidade concreta desta forma de *evolução*, da pessoa ter seu *próprio* par de máquinas e de trabalhar *por si própria*. (Mais a frente o sentido deste “próprio” enquanto categoria nativa ficará evidente, mas desde já chamo a atenção do leitor para a sua frequência nos depoimentos aqui apresentados).

A esse respeito, e tratando dos garimpos do Maranhão (por onde alguns dos meus conhecidos passaram), Cleary (1990, p. 100-101) destaca:

“É óbvio que a organização social da produção do ouro se realiza, em um sentido, ao longo de um eixo hierárquico; há uma hierarquia ocupacional definida que pode ser

representada numa pirâmide. Mas seria um erro fundamental ver os que estão no ápice e nos níveis mais altos da pirâmide como controladores da base. Eles terão extraídos uma certa proporção de ouro; em sociedade com outros, eles terão um interesse na produção em maior proporção; certamente comprarão grande quantidade ouro produzido por outros. Entretanto seu relacionamento com os que estão mais abaixo na hierarquia não pode ser entendido em termos de dominação, controle ou coerção, e a garimpagem é muito diferente neste aspecto de outras atividades extrativas e agrícolas hierarquicamente estruturadas da Amazônia⁸⁷”.

Póvoa Neto (1998, pp. 152-3) nos lembra que, no século XIX goiano,

“a necessidade de uma certa disciplina no trabalho agrícola contrastava fortemente com o imaginário que cercava a busca e a exploração de minerais preciosos. Enraizada principalmente na experiência do século anterior, a possibilidade de ascensão social através da mineração constituía ainda forte referência social em certas áreas. A faiscação e o garimpo pareciam ser atividades mais adequadas ao homem livre que lidava com condições de vida consideradas insatisfatórias”.

“Imaginário” *duradouro* a respeito da possibilidade de ascensão social via o garimpo, que permanece a despeito da persistência dos discursos ‘oficiais’ que, desde o século XVIII, vêm tentando mostrar como eles são ilusórios ou falsos...⁸⁸

⁸⁷ Segundo este mesmo autor, tal organização social está diretamente relacionada à tecnologia envolvida nessa atividade. De forma mais específica, ele se refere aqui a alguns dos elementos do “modelo amazônico de garimpo” (Póvoa Neto 1998) que, presente tanto em Minaçu como no Maranhão, disseminou-se por diversos cantos do país a partir dos anos 80. “... a tecnologia do garimpo tem três virtudes. (1) A primeira é a de ser portátil. Toda a maquinaria manual pode ser desmontada e carregada, ou simplesmente abandonada na certeza de que o material estará, prontamente, disponível para construir outra no próximo ponto de extração de ouro. Mesmo a maquinaria industrial mais complexa usada nos garimpos pode ser desmontada e transportada por mula (...) (2) Como resultado, as despesas na garimpagem são mínimas, e isto significa que os garimpeiros podem trabalhar depósitos que seriam anti-econômicos para o setor formal de mineração. O Tapajós é um bom exemplo disso (...) (3) Somado a isto, há o fato de que a tecnologia do garimpo é extremamente acessível. É barata e fácil de operar. Sua grande simplicidade significa que, na maioria dos casos, os princípios em que ela opera são claros e novatos no garimpo podem construir, pelo menos, uma cobra fumando em pouco tempo. A peça de maquinaria mais complexa com que a maioria dos garimpeiros têm que lidar é uma pequena máquina de combustão interna, e não há escassez de mecânicos competentes nos garimpos. Combinados todos estes fatores, não é difícil entender porque a garimpagem emergiu como um competidor formidável para o setor formal de mineração na Amazônia. Ela tem custos muito baixos, não requer mais do que facilidades de transporte mínimas, não é dependente de um abastecimento regular de energia, seus princípios são facilmente assinalados” (Cleary 1990, pp.22-25).

⁸⁸ Cf. Mello e Souza 2004, e a discussão do capítulo anterior sobre a “febre do ouro”. Na única referência aos garimpeiros existentes na região antes da Usina de Cana Brava, o livro publicado em comemoração à inauguração deste empreendimento afirma: “As populações atuais [garimpando em Minaçu e Cavalcante até a construção da Usina], de baixa densidade demográfica, estiveram representadas por grupos flutuantes e remanescentes de escravos trazidos para a região no período colonial, que continuam acreditando no mito do ouro enquanto possibilidade de mudança social” (Tractebel 2005, p. 132).

2) A generosidade do patrão

Trabalhar ‘para os outros’ no garimpo é muito diferente de fazer a mesma coisa numa firma ou numa fazenda. Em primeiro lugar, como acabamos de ver, porque, comparado ao que se passa em outras atividades, no garimpo a ‘distância’ que separa o *patrão* do empregado no garimpo não é demasiado grande: não foram diversos o que, como Altino, foram capazes de superá-la, tornando-se eles próprios *patrões*?⁸⁹ Ao mesmo tempo, e em íntima relação com este primeiro aspecto, a ‘distância’ entre estas figuras é pequena também no que se refere ao convívio cotidiano. E são meus próprios interlocutores quem chama a atenção para a necessidade de estabelecer diferenças entre o que se passa nestas diferentes atividades. Sírrio, antigo proprietário, argumentava comigo, interrompendo e complementando o argumento de um percentista – numa postura bem típica destes patrões – que me explicava porque o garimpo era tão bom:

Mas, moço! É muito diferente no garimpo, não é a mesma coisa que na firma não! Não dá para comparar. Eu lembro do tanto que penei cuidando dos que trabalhavam comigo, tratando o Antônio por mais de quinze meses, ele doente! Toda semana eu dando dinheiro, e fazendo compra para alguém acidentado... O cara da empresa não faz isso não! Vê aí o que aconteceu com o Jonas, pergunta pra ele o que ele passou depois que tomou aquele choque. No garimpo, era o dia inteiro assim, eu para eles: ‘quer cigarro’?

Regina, como seu marido, ao falar sobre o garimpo não perde a oportunidade de entrar em detalhes a respeito de como era a relação deles com seus *percentistas*.

O Altino já chegou a ter 15 homens trabalhando pra ele. Tinha três turmas com ele, tinha o pessoal que saía pra descansar e os outros que entravam nos lugares dele. E ele chegou a ter também três serviços diferentes, um aqui, outro ali... Seis tirando pedra, dois no moinho... E ainda moía a pedra dos outros, às vezes. Mas quando chegou Cana Brava era menos gente, eram só 6 homens com ele.

E eu também trabalhava, é claro! O Altino não parava lá, boa parte do tempo era eu mesma quem ficava lá. Eu com aquele barrigão, a Valkiria pra nascer, era eu quem mandava naqueles homens todos. Depois ele arrumou uma menina pra trabalhar mais eu, que me ajudava muito. Mas era eu que apurava o ouro...

Pois Altino pegava a meninada tudinho para criar. Aquele filho da Carmelita, por exemplo... Hoje ele é uma gentona, hoje ele está com aquela caminhonetona, até assustei

⁸⁹ O “sistema de patrão” de que fala Velho (1981, pp. 70-1) a respeito da exploração do diamante e do cristal de rocha parece estruturar-se de acordo com o mesmo modelo considerado aqui: “A exploração do diamante, a não ser no que diz respeito àqueles que trabalham por conta própria no *seco*, acaba por fixar-se numa organização que consiste num barco com 6 a 15 homens que descem ao fundo dos rios em escafandros, em busca de cascalho. Há um *patrão*, que fornece a equipagem (canoa, bomba de ar e escafandro) e a alimentação, e fica com 50 a 60% dos lucros”. Se há semelhanças ‘estruturais’ desse modelo também com o formato presente entre os seringueiros e castanheiros, é preciso destacar que no que se refere ao garimpo (de ouro ou outras substâncias), ao menos nas regiões de que trato aqui, não se fazem presentes as “armadilhas mercantis” (Geffray 2007) à lá sistema de aviamento, “barracão” ou peonagem por dívida (o que, segundo este último autor, ocorreria em alguns dos garimpos “fechados” e de difícil acesso na Amazônia).

quando aquele carro parou do meu lado outro dia, era ele que veio falar comigo. Esse daí conseguiu dinheiro trabalhando em firma, depois que abandonou o garimpo... Chegou uma época em que o Altino tinha 12, 13 meninos com eles. Ah, ele era mau com estes meninos, o cinto corria solto! Pra você ver, eu é que tinha que dar conta destes filhos do Altino, que ele deixava perdidos. Mas aqueles meninos gostavam de mim, me chamavam “ó, maezona!”. Até hoje tem uns que me chamam assim. A gente era bom pra eles, bom patrões, eles gostavam muito da gente. A gente dava tudo pra eles, muita comida, muita carne, que garimpeiro só come se tem carne, isso você sabe. Dava bebida... Zé das Carnes mesmo, que você conhece, foi um que trabalhou com a gente, e morou por um bom tempo no nosso barraco.

Ah, esses meninos, uns morreram, outras foram embora, muitos sumiram... Uns longe... Em Ouro Preto, será? Acho que pode ser lá sim, na sua terra. Mas tem até hoje os que, muito longe, ligam pra gente. ‘Mãe velha, to mandando um dinheirinho pra você’. Outro dia um que estava fora do Brasil e de quem a gente não tinha notícia há muito tempo ligou. ‘Alô, é da casa da Regina? Regina, é você quem está aí? É o Brito que fala!’. Ah, aquilo foi uma alegria pro Altino. E esse Brito foi falando, ‘vou passar aí no Natal, vamos fazer uma farra, um mês inteirinho de farra’!

O Rui? O que é que tem ele? Ah, esse era outro que era muito bom também, você vê o tanto de gente que gosta e respeita ele...

Já Altino dizia o seguinte:

Aqueles meninos eram como se fossem meus filhos. Aquela meninada toda comigo naquela época, 6, 7, que eu pagava por dia – que menino ninguém paga porcentagem. Hoje eles são grandes, uns traficantes, outros fumadores. Mas tudo gente boa, pode ter certeza! Começaram comigo, tudo moleque. E todos têm lembrança de que ao menos uma coisa eu dei pra eles! E aí eu lembro e fico triste, e penso no meu irmão que morreu de tanto beber. Esse é um pra quem eu não dei nada, ele não ficou com nenhuma lembrança que eu tenha dado...

Mais uma vez, como no caso de Alberico, estamos às voltas com a expansão do vocabulário e das práticas primordialmente associadas à família na direção do universo do ‘trabalho’. No capítulo anterior, vimos a importância que os garimpeiros atribuem a estas “lembranças” que deixam para seus filhos, com grande frequência uma pepita de ouro. Pois a julgar pelo que afirma Altino, ele fez isso não apenas com seus filhos ‘naturais’, mas também com essa “meninada” que trabalhava com ele no garimpo. “Meninada” que, conforme lembra sua mulher, também apanhava de cinto: e se Altino era “mau” com ela, o que sua mulher insinua era que ele era “mau” como um ‘bom’ pai deve ser: veremos no próximo capítulo como cabe a este último *bater*, se o que ele pretende é que seus filhos *aprendam* alguma coisa. É curioso também que, tanto nos relatos de Altino como no de sua esposa, estes “meninos” são privilegiados em relação aos empregados mais velhos. Enquanto estratégia argumentativa, a referência a estas crianças e jovens parece enfatizar ainda mais a natureza do laço ‘paternal’ que ou unia a seus patrões. E conforme o que a própria Regina havia dito no

início deste capítulo, ao comparar “o povo” aos “meninos que garimpavam”, já sabemos o quão significativas podem ser as menções e comparações desta natureza.

Não por acaso, tanto antigos *patrões* como *percentistas* costumam insistir no fato de que, no garimpo, é o patrão quem está “na mão” do percentista, não podendo o primeiro abusar da autoridade ou fazer certas exigências. Afinal de contas, diante de laços frágeis e que podem ser rompidos a qualquer momento, os patrões correm sempre o risco de se verem sem seus trabalhadores. A esse respeito, Gaspar (1990, p. 105) apresenta o depoimento de um “dono de garimpo” que argumenta que, com o surgimento e difusão do “modelo amazônico de garimpo”, a situação do percentista ficou ainda mais favorável:

“... ficou muito bom para eles, inclusive, eu acho bem melhor para eles até que para o próprio patrão; em parte porque eles ganham 50% bruto. O patrão tem que recompor a quebra de máquinas, peças, bombas e comida... Aí eles passam melhor; aí já não tem tipo aquela escravidão, carrinho de mão, sol quente, já trabalham pouco dentro d’água, já come carne de gado. A coisa ta melhorando cada vez mais para o garimpeiro com as máquinas, hoje melhorou muito mesmo”.

Isso parece se relacionar com a insistência de uns e outros a respeito da necessidade do patrão ser uma pessoa correta e confiável – forma de tornar a relação um pouco mais *durável*. Não são raros, a esse respeito, casos como o de Alberico, que por mais de uma década trabalhou para a mesma pessoa – que, não por acaso, ele descreve como sendo “como uma mãe para ele”. A esse respeito, é sugestivo que os percentistas costumassem apelar para os *patrões* (ou para as mulheres destes últimos) para exercer aquela função de ‘banco’ (mencionada a respeito das pepitas no capítulo anterior): estes últimos ficam assim responsáveis por guardar quantias em dinheiro dos percentistas que, se deixadas nas mãos deles, seriam prontamente dissipadas.

Mas é preciso destacar que o valor da generosidade no garimpo não se refere apenas à relação entre o patrão e o percentista, remetendo antes a uma postura ou disposição mais disseminada ou generalizada. A esta generosidade se relacionam também as formas de consumo ‘potlatchiano’ mencionadas no capítulo anterior. Em Crixás, Póvoa Neto (1998, p. 267) recolheu um belo depoimento de um homem que esteve no garimpo de cassiterita da Serra Branca (na nossa Minaçu), e que afirmava:

“Eu não queria ficar, mas em três dias comecei a trabalhar (...) Acostumei mesmo com o garimpo. O primeiro saco de cassiterita que eu tirei fui vender e falei: isso é que é vida, não é negócio de trabalhar como empregado. Então arranjei uma mulher. Aí achei duro sair do garimpo porque já tinha trabalhado pros outros e no garimpo se você for uma

peessoa que todo mundo gosta sempre vão te dar a mão, dão um reque⁹⁰, você nunca mais quer saber de trabalho de empregado”.

Não é só o patrão quem *ajuda* os que estão *blefados* ou *rodados*; mas também outros garimpeiros que, eles mesmos, muitas vezes foram *ajudados* por pessoas que mal conheciam. Explicando-me de forma didática esta ‘ética’ garimpeira, numa conversa em que me apresentava em detalhes seus próprios atos generosos enquanto *patrão*, Sírío recorreu a um incidente que tinha ocorrido muito tempo antes, logo depois dele ter saído de casa para os garimpos do sul do Pará.

Eu tinha então 17 anos, e meu dinheiro só dava pra passagem de Timon até Redenção. Cheguei lá, aquela confusão toda. Vi aquele monte de gente na rodoviária, e me disseram que pra estender a rede ali eu tinha que pagar. Eu sem um tostão no bolso... Aí tinha esse homem, que estava me observando, e veio e falou pra mim: ‘pois deixa que eu pago pro menino ficar aí...’. E ele ainda me deu comida, me deu um dinheiro pra chegar em Cumaru [local do garimpo propriamente dito], e me ensinou o que eu tinha que fazer lá. Fiquei com esse homem por uns quinze dias, depois nunca mais vi. Mas como é que depois dele fazer isso tudo por mim eu vou esquecer deste homem?

3) Mobilidade, autonomia e independência

Alberico destacara acima o quanto valorizava o garimpo, destacando que podia então dizer a si mesmo: “Hoje eu vou pra cidade gastar com as primas. Sem hora pra chegar, sem hora de voltar...”. Sírío conta vantagem, e lembra que pôde se dar ao luxo de não ter que trabalhar na firma quando o garimpo chegou ao fim. Ele era capaz de se virar de outra forma, malandro, habilidoso e bem-relacionado que era.

E o pessoal me chamava, ‘vem trabalhar na empresa’, ‘vem trabalhar com a gente’! Mas eu não fui não. E olha que, na época das barragens, oferta de emprego pra mim era o que mais tinha, eu que já tinha um curso de mecânico que eu fiz lá no Maranhão, antes de sair de casa. No garimpo, eu trabalhava no dia em que eu queria... Deus me livre! O cara me mandando toda hora... Eu lá sou homem de ser mandado?

Velho (1995, p. 32) já havia destacado como as pretensões à autonomia dos camponeses por ele considerados se vinculava a certa “utilização do tempo (idealmente, o trabalho para si)”. Utilizar o tempo para si próprio, usufruir da liberdade para ir para a cidade e “gastar” quando se bem entende: isso são prerrogativas daquele que não é *mandado*. No que diz a esta liberdade no garimpo, a importância do que diz Cleary (1990) justifica a citação um pouco longa:

“Os empresários da garimpagem não são um grupo seleto de expropriadores que controla a produção e dita as regras do trabalho aos que estão hierarquicamente mais abaixo. (...) Na garimpagem um dono é, por definição, um produtor independente. Ele é livre para

⁹⁰ Reque é o “nome dado para a tarefa de retrabalhar os rejeitos na tentativa de recuperar o ouro desperdiçado durante o monte do barranco” (Rodrigues 1996).

tomar suas próprias decisões quanto à produção de seu barranco, não importa quanto o dono deve fora daquele barranco e a quem ele deve. O diarista e o percentista podem ir e vir como lhes convier, e nunca devem nada ao dono se nenhum ouro for extraído. A não ser que seja especificamente combinado de antemão, eles não estão engajados por um período definido e podem sair a qualquer momento, recebendo o que lhe é devido. Esta independência do dono e liberdade de ação do trabalhador são os traços essenciais da organização do garimpo (...) Pode haver uma hierarquia ocupacional, mas há também no sistema uma quantidade razoável de mobilidade ascendente e, o que é mais importante, as pessoas podem se deslocar para outra região ou optar por saírem a qualquer momento. Do ponto de vista dos trabalhadores, a garimpagem tem muito a oferecer. Apesar da natureza cansativa do trabalho, e da falta de segurança, trabalhar na corrida do ouro oferece autonomia e até mesmo oportunidades. Esta autonomia é central na vida econômica e nas relações sociais da corrida do ouro” (pp. 100-101).

Longe de serem escravizados nos garimpos, [os porcentistas] trabalham sob regimes extremamente flexíveis que dão o que [sic], em termos brasileiros, é uma extraordinária autonomia e liberdade de ação – uma autonomia que é fundamental para a organização social da garimpagem e para a identidade social de muitos garimpeiros” (p.209).

Parece-me que, a este respeito, temos elementos suficientes para contrapor a experiência do garimpo a certos sentidos atribuídos ao *cativeiro* em outros contextos. Leite Lopes (1979, p. 48), destacava:

“O que torna o engenho um *cativeiro* é o fato de que, vivendo nele, o trabalhador está sempre à disposição do proprietário, é *sujeito* a ele e portanto *obrigado a trabalhar no serviço da cana a qualquer momento e em quaisquer condições, independentemente de sua vontade*. (...) O *cativeiro*, para os trabalhadores, consiste não na obrigação de trabalhar, mas no fato de fazê-lo doente, cansado, à noite e os seis dias de semana”.

Já para Velho (2007a, pp. 24-25, grifos meus),

“nas análises realizadas com apoio no discurso dos informantes, a representação do *cativeiro* – em oposição à da libertação – vinha acentuar a existência de algo que tolhe a ação. Sobretudo o controle sobre a vida, o trabalho e o tempo (...) [Assim e por extensão] qualquer situação considerada de muita exploração e perda de autonomia é identificada com o *cativeiro*. Simplesmente trabalhar regularmente como *empregado* já apresentaria certas características de *cativeiro*. Por isso mesmo, tendo de realizar um serviço para alguém, o que se prefere sempre é a *empreitada*”.

Garcia Jr. (1983, pp. 73-4, grifos meus), por seu lado, afirmava que

“é interessante observar que o pequeno proprietário reserva para o morador da área de cana a designação de *cativo*. A subordinação do morador ao patrão na área da cana é pensada em termos de *cativeiro*, enquanto fora da área da cana fala-se de *sujeição e obrigação*. O *cativeiro*, neste contexto, designa uma posição de disponibilidade completa do morador e de sua família, de quem, a qualquer momento, o *usineiro* ou *senhor do engenho* pode exigir os serviços. Designa também que estes serviços só dependem da vontade do patrão, que pode fazer cumprir suas ordens por meio da força física. O *cativeiro* representa, assim, uma das formas da *morada* em que são acentuados os traços de dependência do morador à vontade do patrão. É ressaltada também a força dos *usineiros*, que sempre se constituíram nos grandes proprietários mais poderosos de todo o estado”.

Por outro lado, tratando especificamente do garimpo, no vale do Tapajós, Gaspar (1990, p. 53) afirma que

“esses homens [os primeiros trabalhadores do garimpo nessa área] continuaram a falar com os vocábulos que a primeira experiência de vida e de trabalho lhes deu, mas com uma visão diferente, onde o recorte principal se faz no ‘antes’ e no ‘depois’ do garimpo. O ‘antes’ é o cativo, a insegurança, a miséria; o ‘depois’ é o ouro, o dinheiro em espécie, liberdade, melhores dias para a família, a esperança de uma grota rica”.

Um de seus interlocutores dizia assim a esta autora: “no garimpo consegui ter uma vida liberta” (p. 101).

1.3 Terceira Situação: Lembranças das Boiadas

Seu Diamantino – um assíduo freqüentador da secretaria, e que conheceremos mais a fundo no capítulo 4 – ainda se veste como um boiadeiro. Como outros de seus contemporâneos, ele *tocou* muito gado na juventude... “Conta algumas histórias daquele tempo, Diamantino! O moço de fora quer ouvir também!”, pede-lhe um senhor que está sentado ao nosso lado, no banco improvisado sob a mangueira. Ele então cantarola, com a voz rascante de quem há pelo menos sete décadas está mascando tabaco:

Eu vou lhe contar minha vida
No tempo que eu era moço
Uma viagem que eu fiz pro sertão de Mato Grosso
Uma viagem que eu fiz no meio de agosto...
Fui tirar uma boiada...

Depois que Seu Diamantino sopra o berrante, a canção cede lugar à narração.

Meu pai era o rei dos compradores de gado do estado de Goiás. Estado de Goiás que eu conheço tudo, todo, tudinho. E que começa ali, em Formosa dos Couros... Naquele tempo não tinha arame, não tinha estrada de rodagem, não tinha ponte. O que tinha era as cidades por onde a boiada passava... A boiada passava, no meio da rua, o povo olhando da janela, os berranteiros chamando o gado, a boiada entrando... E o gado às vezes estourava, e às vezes passava em cima de uma criança: que criança é um bicho que não tem idéia.

Ah, mas agora não tem mais nada disso não. Agora é carreta, não tem mais berranteiro. Só lá para os lados do Pará... Lá no Pará em tenho sete filhos, uns com fazenda, outros no garimpo, tem um que tá no comércio.

Não é também por isso que seu berrante tanto fascina e atrai a atenção dos que estão na secretaria? “Toca o berrante, Seu Diamantino, mostra pro povo como é que faz!”. Objeto fabuloso, que todos querem tocar, um e outro se arrogando competência no seu sopro – objeto conhecido, sem dúvida. Mas não necessariamente familiar ou cotidiano, pois se assim o fosse

que razão haveria para tanto frisson em torno dele? “Meu berrante veio lá de Barretos, cuidado! E nem adianta pedir, que eu não vendo não! O moço ali disse que dá pra comprar um lá em Itapaci...”. O berrante veio de longe, de Barretos, terra dos rodeios e das grandes festas sertanejas, de um distante – e, de certa forma, também próximo – interior de São Paulo.

Agora é tudo na carreta: pelas ruas da cidade e nas suas redondezas, diariamente podem ser avistados os caminhões que nos dias de hoje transportam o gado, devidamente identificados pelo nome das 3 ou 4 fazendas que, na região, possuem um rebanho digno deste nome. Estas fazendas são propriedade de homens *ricos*, alguns vindos de fora. Um deles, na última eleição, tentou mesmo se eleger prefeito, angariando muito apoio em função de recursos que pareciam ser suficientemente vastos para, ao menos em parte, vencer as resistências que cercavam aquele forasteiro sobre o qual tão pouco se sabia.

Seu Diamantino certamente não é um destes grandes fazendeiros acima citados. Ele foi criado no município vizinho de Cavalcante, e suas terras – boa parte delas alagadas pela Usina de Cana Brava – ficavam a mais de 100 quilômetros da sede urbana de Minaçu. Sua propriedade tinha, antes da barragem, 16 alqueires, e aí fora construída uma casa “grande”, com 8 cômodos. Mas em comparação com os outros freqüentadores da secretaria era alguém considerado “bem de vida”: possuía essa fazenda, seus filhos tinham seus *próprios* negócios, podiam ajudá-lo se fosse necessário...

No item anterior, mostrei como, no contexto das dificuldades enfrentadas pelos meus interlocutores em Minaçu, foram criadas condições particularmente favoráveis para a produção de uma série de relatos onde o garimpo era objeto de reflexão, de acordo com aquelas imagens ‘idealizadas’ acima apresentadas. Ainda que em menor intensidade, nestas mesmas circunstâncias outro tipo de atividade era igualmente evocado por estas pessoas: a criação de gado, tal como isso era feito pelos antigos *boiadeiros* e *vaqueiros*. Mais uma vez, não é da ‘estrutura social’ subjacente a esta atividade o que trato aqui, mas de idéias e imagens (“significados e valores”, como eu havia sugerido antes) que permanecem associadas a ela.

Nesse sentido, é preciso lembrar que não foram apenas os “velhos” goianos (como Seu Diamantino) e os mineiros que se dedicaram a essa atividade no passado. Mas também os “pioneiros” maranhenses faziam isso – Dona Clementina não nos dissera, no capítulo anterior, que sua família se dirigira para aquela área por eles terem ouvido falar que havia ali terras *livres*, e boas para criar gado? É ela mesma quem nos conta sobre a experiência do seu pai.

Meu pai morreu com 95 anos. Ele saiu do Maranhão, veio trabalhar de vaqueiro lá para os lados de Pedro Afonso⁹¹. Naquela época, naquelas fazendas, os donos delas *ajudavam* muito ao povo. *Ajudavam* mesmo. Dava uma terra, uma terra pra trabalhar, o que você fizesse na terra era seu. E dava gado pra comer, não sei quantos gados por ano que dava... Era uma *ajuda* boa, para um pai de família cheio de filho... E tinha casa pra morar. Agora hoje quase não se acha mais isso não... Agora o povo quer mais é pagar dinheiro.

Quando meu pai saiu mais nós da fazenda, saíram com uma cota de gado boa. E aí vieram para cá para esses lados, foi aí que veio esse povo maranhense pra cá. E meu pai veio, mais o sogro dele, antes de nós. E foram cercar o que era deles, no lugar que era deles.

Só que o pai não *deixou* muito recurso para gente não, por causa daquele negócio de erva, muito gado que morria: o gado que come o mato e morre. Tristeza foi o que aconteceu com meu irmão, que trouxe mulher, menino e gado, uns 40, 50. Mas o gado adoeceu tudo de aftosa. Eles iam adoecendo e no meio do caminho deitavam. Quarenta dias de viagem, com gado vivo, e o gado cansado, eles tendo que parar, esperar para o gado melhorar. Sem contar o gado que embrabeceu, que vai pro mato, fica selvagem.

Agora os tempos são outros, certamente. Dona Clementina não está se referindo às mesmas fazendas onde foram criados há 30 ou 40 anos atrás Alberico e Altino, e das quais estes dois *fugiram* para o garimpo. Mas ela tem em mente as fazendas em que, no norte do país e na primeira metade do século XX, ainda existia aquele tradicional sistema de partilha mencionado por Velho (1981, pp. 22-23), vigorando já no século XVII:

“... dentro do sistema produtivo empregado, a exigência de mão-de-obra era pequena, cada vaqueiro podendo cuidar de duzentas a trezentas reses. A *partilha* constituía a base das relações de trabalho: em geral, depois de cada cinco anos, o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Assim, depois de algum tempo, podia estabelecer-se por conta própria”⁹².

⁹¹ Tal cidade, localizada atualmente no centro do estado do Tocantins, se destaca por ser, já no início do século XX, uma espécie de ‘ponto de parada’ (e também de passagem) daquele ramo da frente de expansão maranhense que se dirigiu para o sul. Não por acaso, é essa a terra natal do ‘revoltoso’ (e posteriormente deputado) Zé Porfírio.

⁹² Não por acaso, este mesmo autor (Velho 1981, p. 23) destacava que havia, nos anos 70 e mais ou menos na mesma região mencionada por Dona Clementina (o atual centro-norte do Tocantins), “... uma expressiva permanência dos padrões de pecuária da época da colônia no Brasil Central; em certas zonas até dias de hoje ou até bem recentemente”. É também tendo em mente estas formas de criação de gado no Brasil colonial que Freyre (1973, p. lix, grifos meus) contrapõe o sertão ao “universo da Casa Grande”: “A criação de gado, com possibilidades de vida democrática, deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal”. Furtado (1971, p. 59) reforça o argumento: “No que diz respeito à disponibilidade de capacidade empresarial, a expansão criatória não parece haver encontrado obstáculos. Essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhado numa fazenda de gado. À semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria. Tudo indica que essa atividade era muito atrativa para os colonos sem capital, pois não somente na região açucareira mas também na distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela”.

Hoje, segundo Dona Clementina, as coisas são diferentes: “o povo [os patrões] querem mais é pagar dinheiro”⁹³.

Mais uma vez, a associação entre o “pai” e o “patrão”, no sentido anteriormente assinalado, se faz presente. O patrão do pai de Dona Clementina é valorizado não apenas por “dar” coisas a seus empregados: mas também pelo fato de, entre estas dádivas, estar incluída aquela “cota boa de gado” com a qual o pai de Dona Clementina podia “estabelecer-se por conta própria” (Velho 1981, p. 22). Ao comentar sobre as dificuldades de seu pai com seu gado, ela explicava as razões pelas quais ele não havia podido “deixar algo” para ela. Pais e patrões – ou ao menos os ‘bons’ pais e patrões – devem assim deixar algo para seus filhos e empregados: de preferência, algo que permita a estes últimos virarem-se por conta *própria*, no limite tornando-se autônomos e rompendo com os laços de dependência que antes caracterizava sua relação.

Não deixa de ser curioso que, num outro momento desta entrevista, e se referindo à dificuldade dos tempos atuais, Dona Clementina tenha comentado que seu pai, ao contrário do que se passava com seus netos e filhos, “nunca havia trabalhado para ninguém”. Talvez isso não seja necessariamente uma contradição: mas antes uma maneira encontrada por ela para explicitar as diferenças entre o passado e o presente, de acordo com aquelas duas formas diferentes de “trabalhar para os outros” mencionadas no que se refere ao garimpo. Neste sentido – e a despeito de tudo o que me parece haver de problemático no seu trabalho – o comentário de Geffray (2007, p. 153) é mais do que sugestivo:

“As apostas sociais do garimpo e da pecuária (...) devem, aliás, ser compreendidas a partir da tensão fundamental entre comerciantes e produtores, pois o garimpo e a pecuária são atividades que permitem, melhor do que todas as outras, a efetiva libertação dos rigores de aço do torniquete mercantil. O garimpo se assemelha, então, a um simples atalho que conduz, quase sempre, à ‘plantação de gado’ ambicionada, a qual sanciona a conquista de uma autonomia mercantil tangível dos migrantes”.

Como veremos com mais calma no capítulo 5, na época em que estive em Minaçu começavam a ser implantados pelo MAB alguns *projetos* de geração de renda. Aqui, destaco apenas que por inúmeras vezes ouvi críticas relativas às atividades a serem desenvolvidas: inicialmente, uma horta comunitária e uma cooperativa de pesca. “Estas coisas não levam ninguém *pra frente*”, ouvi de pessoas diversas. E com frequência as sugestões destas pessoas evocavam a criação de gado. Xicão dizia: “Se eles dessem para a gente um rebanho, e a gente

⁹³ Outro interlocutor de Velho (1981, p. 25) afirmou-lhe, na cidade de Estreito e em 1969: “o certo é a *partilha*, pois aqui não é como o Sul, onde o patrão paga para não ter de dar as crias”. Agradeço a Gustavo Bezerra por ter me chamado a atenção, numa troca de e-mails a respeito do trabalho e da ‘clandestinidade’ no interior do Brasil, para a importância histórica do sistema de partilha na ocupação dos sertões.

transportasse bodes... Ou então, quem sabe, criar carneiros!”. Ao que parece, mesmo que a maior parte destas pessoas não tenha se dedicado a estas atividades no seu passado, elas lançam mão de memórias de familiares ou conhecidos que o fizeram, e permanecem as encarado como alternativas particularmente interessantes para os *pequenos* que, não dispendo mais do garimpo, precisariam *tocar seu negócio próprio* para viver com alguma dignidade.

1.4 Quarta Situação: Correr Atrás da Casa Própria

Moço, eu vou dizer com a maior sinceridade pra você. Eu já vim do Setorzinho, pra lá eu não quero voltar não!

Quem me dizia isso era Aparecida, que mais uma vez me brindava com uma elaborada descrição dos esforços que vinha fazendo para resolver a “questão da sua casa”. Este tipo de conversa já me era familiar, e costumava acontecer na própria casa de Aparecida, aonde eu ia quase diariamente; ou então enquanto nós dois caminhávamos pelas ruas de Minaçu, eu a acompanhando até os lugares onde ela tinha *coisas* – frequentemente relativas a esta mesma casa – para resolver.

Ao dizer aquilo, Aparecida me repetia o que dissera naquele mesmo dia para um homem que lhe fizera uma proposta – para ela, quase ofensiva. Este homem sugerira que eles “trocassem” de lote, e que com isso ela voltasse a morar, numa casa sem dúvida melhor que a dela, no Setorzinho. Isto ela não admitia. Ela já viera da *roça*; desde que chegara à cidade, morara em condições e lugares os mais diversos: junto com sua mãe e irmãos, dividindo um *barraco* com a irmã, na Rua 20, na *invasão*... Agora ela tinha sua *própria* casa, num lote que lhe pertencia e que herdara da mãe, num *setor* não muito afastado, numa rua asfaltada. Esta casa, porém, tinha apenas dois cômodos, era de madeira – pois fora construída por um prefeito com “sobras” de outras obras – e visivelmente inferior às de seus vizinhos. O que Aparecida queria, mesmo, era sair dali, e ir para o centro; e também ter uma casa de alvenaria, murada, com seis ou sete cômodos...

Fica aqui então registrada essa dupla possibilidade de *evolução* no que se refere à moradia: o melhoramento do que já se tem ou a mudança para um setor melhor.

Acordei assustado, com alguém batendo na porta do meu quarto. “Levanta, já são nove horas! Levanta, André, eu estou quase chorando de tanta raiva!”. Aparecida acabara de voltar da prefeitura, localizada a apenas duas quadras desse hotel que eu já vinha chamando havia algum tempo de “minha casa”. Ela fora até lá para tentar fazer seu *cadastro* em um programa da prefeitura que previa a construção de casas para as pessoas *pobres* da cidade. Para isso, ela procurara Dona Efigênia, primeira-dama da cidade e presidente da Fundação de Amparo Social, órgão da prefeitura responsável pelas *ações sociais*.

Sabe o que ela me disse? Que eles não estão construindo nada! Mas isso é mentira deles, eu sei. Aí eu disse na cara de Dona Efigênia: ‘Sabe o que eu vou fazer? Vou é procurar o promotor, e contar pra ele que vocês compraram o meu voto, e o do meu vizinho também! Você, Dona Efigênia, tem é nome sujo! Você sabe como eu sou, eu falo mesmo, falo as coisas na cara!’ E o pior foi aquela cambada de puxa-saco que estava lá, gente que recebeu material de construção da prefeitura e que diz que não foram eles que deram...

Alguns dias depois, fui até a casa de Aparecida. Encontrei-a satisfeita, sorridente. Ela tinha acabado de realizar seu *cadastro*. Para tanto, *correrá atrás* de “seu candidato”. Convenceu-o então a irem juntos até a prefeitura, e lá ele interveio para que ela se inscrevesse no programa.

Fiquei sabendo então que Aparecida e Dona Efigênia já haviam se desentendido seriamente, alguns anos antes. Aparecida me contou que, na gestão anterior do marido de Dona Efigênia como prefeito de Minaçu, ela ocupava o mesmo cargo dos dias atuais. Aparecida fora procurar a primeira-dama, naquela ocasião, porque precisava de um padrão de luz para sua casa recém-construída. Não o conseguiu, e xingou Dona Efigênia. E esta última, segundo Aparecida, tentou atropelá-la depois, lançando seu carro contra ela e o sobrinho. Não seria, porém, algo dessa ordem o que a demoveria – “eu não desisto nunca!” – de seu projeto. Aparecida procurou então um conhecido, candidato na eleição que se aproximava. E dele conseguir ganhar o padrão – mas o equipamento estava velho, e com defeito. Novamente Aparecida *correu atrás* de alguém, de outro homem que se candidatava a vereador: esse último mandou o padrão para o conserto e providenciou para que ele fosse instalado na sua casa.

Aparecida recebera uma nova proposta para vender seu lote. Não a aceitara, no entanto. Se fosse vendê-lo, faria isso somente tendo a garantia de que teria outro lugar para morar, sem ter que pagar aluguel. Ou seja: venderia o lote se, com o dinheiro recebido, pudesse comprar outra casa: não só em melhores condições como também localizada em um bairro mais valorizado. Ouvi por diversas vezes ela se referindo a estas duas condições. E não

pude deixar de tentar argumentar com ela, tentando convencê-la de que obter as duas coisas ao mesmo tempo era bastante difícil. Aparecida não tinha qualquer poupança, e compraria uma casa nova com o dinheiro que receberia da venda de seu lote. O mercado imobiliário de Minaçu não estabeleceria um *trade-off* – argumentava comigo o economista adormecido em mim – entre a qualidade da casa e sua localização? Vendendo seu lote, Aparecida poderia escolher ou uma casa melhor, num bairro pior; ou uma casa pior, num bairro melhor. Ela, porém, ignorava minhas objeções. Volta e meia aparecia com novas informações a esse respeito, referentes a novas propostas que recebera ou a outras casas que descobrira e que lhe entusiasmaram. (Encontrar uma casa para comprar, aliás, não era nada complicado naquele momento, no final do ano de 2009. Por todos os cantos da cidade pululavam avisos, colados nas fachadas das casas, de que aquele imóvel estava à venda ou disponível para aluguel. Afinal de contas, Minaçu era uma cidade que estava “acabando”).

Os esforços de Aparecida para melhorar sua situação habitacional não se resumiam, porém, ao *correr atrás* dos políticos, ou a negociações no mercado imobiliário. A questão da “sua casa” não pode ser isolada de outros de seus *sonhos*. Mais à frente entrarei em maiores detalhes sobre o quão importante era, para ela, encontrar sua irmã “perdida”, de quem não tinha notícias há mais de 20 anos. Aqui, destaco apenas que ela sabia muito bem quem era a pessoa que podia *ajudá-la* a conseguir isso: o Gugu, do SBT...

– O Gugu, Aparecida?

– Ele sim, o Gugu é uma pessoa que *ajuda* os outros... E que encontra quem *sumiu no mundo*!

E já que ela pretendia apelar ao Gugu para resolver esse problema, por que não aproveitar e *pedir* para que ele realizasse outro de seus *sonhos*, o de reconstruir inteiramente sua casa?

Ao mesmo tempo, Aparecida queria *juntar* com alguém – naturalmente, esse alguém só poderia ser uma pessoa de quem ela gostasse, ou que pudesse vir a gostar, com o tempo: um homem que não fosse *estupro*, que não bebesse, e que a tratasse bem. E ela aproveitava as oportunidades que surgiam para se informar a respeito de eventuais pretendentes, de seus hábitos e personalidade, de suas condições de vida e do que eles poderiam lhe oferecer (murar a minha casa? me dar um conjunto de sofás novos?).

Aparecida estivera na *roça*, onde um antigo namorado estava morado, num dos reassentamentos construídos para alguns dos que tiveram suas terras alagadas pela barragem

de Cana Brava. E ela inspecionara cada detalhe. Encantada com a qualidade da casa e do terreno, ela vislumbrou a possibilidade de voltar a morar no campo: agora não mais como na sua infância, *pobre e judiada* pelo padrasto; mas instalada numa bela propriedade, às margens de um córrego repleto de traíras, a terra boa para plantar, o chão plano, sem cascalho, tanto pé de pequi, e as galinhas correndo... Aparecida se entusiasmou com esta idéia: voltar a morar na roça, naquele sítio, onde seria ela quem daria as ordens. Mas como conseguir isso se esse pretendente não era de fato o dono da terra? O antigo namorado de Aparecida vivia junto com o irmão; e esse sim era alguém que *corria atrás*, e que por causa disso – procurando advogados ou sabe-se lá mais quem – conseguira aquele aquela propriedade. Seu antigo namorado, segundo ela, poderia também ter obtido algo do gênero, mas não fora tão esperto e cheio de iniciativa: “ô homem devagar!”. Agora, vivendo na casa alheia, este último ficava trabalhando duro; enquanto o irmão ficava só pitando. Nestas condições, nada feito para Aparecida. “Eu adoro a roça, mas viver de escrava não dá não!”.

Como eu afirmara anteriormente, Aparecida tinha certeza de uma coisa: ela já tinha vindo do Setorzinho, e para lá não queria e nem iria voltar. Ela estava convicta de que na vida devemos sempre buscar *evoluir*. Suas sucessivas mudanças de domicílio e o projeto de morar numa área mais próxima do centro evidenciavam, para mim, a hierarquização – no que se refere ao ‘status’ – dos diferentes espaços da cidade. O próprio nome *Setorzinho* é sugestivo do que poderíamos chamar de suas ‘condições urbanísticas’: parte de suas ruas não são calçadas, está mais longe do centro, o fornecimento de luz e água é precário. Não chega a ser, assim, um *setor* que mereça um nome próprio (como Vila Manchester ou Jardim Primavera), o diminutivo e o apelido carinhoso com que era conhecido sugerindo que aquele é um lugar *pobre*. E – se levarmos adiante uma associação já sugerida anteriormente a respeito destes diminutivos – também um setor que é, comparado com o resto da cidade, mais ‘novo’ ou ‘imaturado’⁹⁴.

⁹⁴ A esse respeito, Borges (2003, pp. 42-3) destaca: “Quando regressamos caminhando até a casa de Lourdes e Benedito, a cada passo que dávamos era como se avançássemos no futuro, como se retilhássemos o caminho que eles próprios percorreram desde sua chegada ao Recanto das Emas e quiçá até mesmo ao Distrito Federal há quinze anos atrás. ‘Isto aqui que você está vendo, tudo isso aqui um dia já foi como uma invasão’. (...) Lourdes fazia questão de salientar a diferença que havia entre cada uma das ‘quadras’ (porção de lotes) por onde avançávamos, entre as mais antigas e as mais recentes. Conforme sua apreciação, indo em direção à sua quadra, ‘evoluíamos’. Os estreitos sobrados de alvenaria sem pintura substituíam os barracos de madeirite ou de lona. As casas ‘na cerâmica’ deixavam para trás o mundo do chão batido. Sobretudo as pequenas árvores, acompanhadas com diligência pelos moradores mais antigos, eram os signos daquele processo ou movimento quase

Regina afirmara, no depoimento com que abri esse capítulo, que o MAB ajudou a escravizar as pessoas porque “parou no tempo”. O movimento “parou no tempo”, assim como as pessoas que com ele “incutiram”. Concomitantemente, alguns daqueles que fizeram outras apostas foram capazes de *tocar sua vida*, de *crescer*, de *ir pra frente* – se ela afirma que estes últimos estão hoje “bem de situação” é também porque eles foram capazes de *evoluir*. São as condições necessárias para conseguir esta *evolução* – seja no que se refere à moradia ou às formas de obter renda – o que me interessa aqui.

Começamos recuperando o que Aparecida tem a dizer a respeito da obtenção de uma casa junto ao prefeito. Para ela, há que se *lutar* muito, há que se *correr atrás*. Aparecida tem consciência de que ela mesma é alguém que efetivamente faz isso, e chega a se orgulhar de sua persistência e tenacidade. “Se não correr atrás, não recebe”. Ela sabe disso por experiência própria, e também por ter ouvido essa máxima da boca de políticos. Foi *correndo atrás* que ela conseguiu que um prefeito construísse, no lote que ela herdara de sua mãe, a singela casa de madeira onde ela morava quando a conheci. E não só isso. Pois foi preciso *correr atrás* para ela obter, junto a políticos e funcionários públicos, outros tipos de *ajuda* tão fundamentais para ela – remédios, material de construção, o agendamento de uma cirurgia, dinheiro para uma viagem, a *caçambada* para aterrar a área *embrejada* em que se localiza sua casa. O significado deste *correr atrás* foi objeto da atenção de Borges (2003, p. 16, grifos da autora), e uma de suas interlocutoras nos conta sobre o duro cotidiano daqueles que vivem no Recanto das Emas, uma área pobre de uma cidade-satélite de Brasília:

“A realidade de vida aqui é o dia-a-dia. Aqui é uma vida sem sonho, é realidade. Quem mora no Plano Piloto leva uma vida na sombra, acorda a hora que quer. Tá entendendo? Só na hora que quer. Não precisa nem se esforçar muito que o dinheiro está vindo na porta. Aqui é preciso *correr atrás*. Então, muitas coisas aconteceram nessa cidade”.

Da mesma forma que esta moradora do Distrito Federal, Aparecida tem sempre *coisas* para resolver na rua. E a ela se aplica também o que Borges (2003, p. 16) comenta a respeito do depoimento citado acima: “Vemos que não teriam acontecido *coisas* nessa cidade, se as

‘*evolutivo*’ por que passaram aqueles que conseguiram fixar-se à terra. A sua quadra não era mais uma invasão e a sua casa não era mais um barraco”. Note-se que o padrão urbanístico e habitacional de que trata Borges (2003) em muito se assemelha àquele que encontramos em Minaçu. Como eu havia destacado no capítulo anterior, indícios diversos sugerem como um mesmo padrão – naturalmente ‘variando’ e se ‘transformando’ – se faz presente não só em cidades como Goiânia e Brasília como nas periferias e bairros pobres de diversas outras cidades localizadas neste mesmo estado. Naturalmente, há que se considerar que estas semelhanças dizem respeito não apenas às ‘políticas habitacionais’ (levadas a cabo pelo Estado ou por empreendedores privados), mas também às ‘práticas espaciais’ de pessoas tais quais as consideradas por Borges ou por mim; assim como ao ‘encontro’ ou ‘interseção’ destas práticas e políticas: por exemplo, na *evolução* que se dá da invasão ao lote, do lote ao barraco, do barraco à casa num bairro ruim, deste a um bairro melhor...

peessoas não tivessem *corrido atrás*. O lugar Recanto das Emas não pode ser dissociado do *evento* diário que é *correr atrás*". A própria Aparecida deixa isso muito claro, ao tratar do que se passa na *roça* onde moram seu pretendente e o irmão. Este último conseguiu aquela terra porque *correu atrás* – ao contrário daquele outro, homem acomodado e meio *parado*.

Para *evoluir*, portanto, é preciso *correr atrás*; mas isso não basta – pois de que adiantaria fazê-lo se não houvesse aquelas pessoas que, como o prefeito, sua mulher ou os vereadores, são capazes de oferecer a *ajuda*? Com sua habitual competência, Borges (2003, p. 42) explicita de forma contundente a importância e o significado destas modalidades de *ajuda*, mostrando ainda o quão dramática pode ser a situação de quem, pelo contrário, “não tem a quem pedir”:

“Essas cenas (...) despertaram um certo ressentimento em Lourdes e Benedito que os fez relembrar sua chegada ao Recanto das Emas, enfatizando sobretudo as dificuldades por que passaram. Para eles, seu sofrimento fora talvez maior do que o daqueles que ali estavam, pois naquele tempo ‘ninguém os ajudou’. Hoje posso perceber como esse *topos* voltaria a se repetir incessantes vezes ao longo do trabalho de campo no Recanto das Emas. A apreciação do que é de fato uma situação lastimável e incontornável passa menos por dificuldades materiais e mais pela ausência de laços, ou seja, quando quem sofre ‘não tem para quem pedir’. Assim sendo, não se trata apenas de cumprir com a função referencial do que poderia significar a pobreza ou a miséria. Quem não tem para quem pedir está realmente em maus lençóis, pois obviamente acaba não recebendo ajuda de parte alguma e essas restrições tornam suas chances de se ‘safar’ dos percalços diários ainda mais exíguas”.

Aos seus próprios olhos, todo o esforço envolvido no seu *correr atrás* torna Aparecida merecedora da *ajuda* dos políticos. Para receber alguma coisa destes últimos, é preciso dar em troca não apenas o voto ou a lealdade – mas também o *suor* do *próprio* rosto. “Se não correr atrás, não recebe!”, lembram sempre estes mesmos políticos. Poderíamos assim dizer que, nesse sentido, o *correr atrás* se situa nos marcos da reciprocidade. Do ponto de vista do político, poderíamos especular e afirmar que o *suor* de Aparecida em pouco ou nada lhe interessa – o que ele quer, de fato, é seu voto ou sua lealdade. Mas ao menos no que se refere a Aparecida, posso assegurar que eles querem sim outra coisa: querem se livrar dessa mulher insistente e teimosa, que não os deixará sossegados enquanto ela não obtiver o que deseja. Voltarei a tratar do *sofrimento* e do *sacrifício* como critério de merecimento mais adiante – mas adianto que nestes próprios termos já se faz presente a sugestão de que o ‘donatário’ ou ‘receptor’ destes esforços pode não ser uma pessoa qualquer, mas aquele Senhor que tudo vê e tudo sabe, e que *ajuda* a quem cedo madruga...

Mas o *correr atrás* não é só isso. É também a expressão de uma autonomia, de uma liberdade, de uma independência que pode ser exercida por estas pessoas – mas não por um *escravo*. Este último, afinal de contas, não tem que *correr atrás* de quem possa *ajudá-lo*: este

último já existe, é seu senhor. Nesse sentido, o *correr atrás* estaria ‘fora’ da reciprocidade, como algo que antecede ou deve ser acrescentado a ela. É porque desfruta de autonomia que Aparecida pode se perguntar: vou *correr atrás* de quem? Em que relação eu vou me engajar, com qual reciprocidade estarei comprometida? Temporariamente, é claro – Aparecida faz questão de lembrar a si própria do perigo existente, ainda mais no que se refere aos pedidos de *ajuda*, nos vínculos duradouros. As hierarquias e distâncias entre quem *pede* e quem oferece *ajuda*, mesmo que transformadas, permanecem, desde o fundo dos tempos. Mas Aparecida sabe que, dispondo de seus recursos e de sua insistência, não ficando *parada*, não estará confinada a um único ‘benfeitor’ – como o está um escravo. Ela *corre atrás* do prefeito e da primeira-dama, e se a *coisa* não funciona com eles, procura outras pessoas. Isso um escravo não pode fazer – se ele é escravo, é também por não dispor da liberdade de escolher a qual ‘senhor’ pode *pedir ajuda*.

O *correr atrás* como ‘pagamento’, como *sofrimento* ou *suor*; e também como exercício da liberdade – movimentos associados ora com os sacrifícios e as duras penas de quem se esforça; e ora com a liberdade e a autonomia de quem é dono de seu próprio nariz (e que está, no limite, no *mundo* ou no *trecho*). Esta ambivalência nos movimentos e no movimentar-se se fará presente em outros momentos deste trabalho.

Resolver e fazer as *coisas* acontecerem, não parar quieto, não ficar *parado*⁹⁵ – estes imperativos e a urgência por eles transmitida estão a marcar também a vida dos meus interlocutores. Nos bons tempos do passado, até mesmo as crianças se comportavam assim – elas montavam nas suas bicicletinhas e pedalavam e pedalavam, e bateavam e bateavam. Qualquer menino tinha “suas próprias roupas, que conseguiam com o próprio suor dos rostinhos deles mesmos”.

Mas hoje as coisas são certamente diferentes. Amarildo, um ex-garimpeiro, me explicava como é que se sentia nos últimos anos, desempregado e sem saber mais o que fazer para sustentar a própria família. “Tá vendo aquilo ali?” – e ele me aponta uma peça enferrujada em cima de um monte de areia, provavelmente o que restou de um motor –

⁹⁵ Mais uma vez recorro a uma citação de Borges (2003, p. 40): “Para os moradores do Recanto com os quais eu me relacionava mais intimamente, por exemplo, eu ‘estava trabalhando’ de fato quando saía de casa, munida de gravador e caderneta, para encontrar alguém com quem eu marcara previamente uma entrevista; do contrário, eu ‘estava parada’. Quando podiam sugerir-me algo de pitoresco para fazer (em vez de ‘ficar parada’), indicavam-me alguém que morava ou algum evento que aconteceria na ‘invasão’”.

“Parado, parado como aquilo ali. É assim que eu estou nos últimos tempos, foi isso o que aconteceu com minha vida”. Certamente ele não está parado por preguiça, ou por não se esforçar o suficiente: está parado porque, independentemente do tanto que já *correu atrás*, não consegue providenciar mais nada. Tantos esforços, tanto correr atrás, e ainda assim ele não consegue resolver seus problemas, não consegue arrumar um emprego, não consegue dinheiro. É de novo à questão da perda da contrapartida que voltamos: por mais que tente, Amarildo não consegue nada. Ninguém pode *ajudá-lo*, seus companheiros estão na mesma situação – foi Minaçu também que *parou*, que é hoje uma cidade incapaz de prover o retorno para os esforços de seus habitantes. A ele não está dada a possibilidade de sair dali – aos cinquenta anos e sofrendo do estômago, com uma família grande para cuidar, como ele poderia *abrir no mundo*? Já não tem mais idade para essas coisas. “Estou preso, não sou mais livre não”.

1.5 Quinta Situação: O Meio-Ambiente e a Sujeição à Lei

Jonas me contava a sua opinião sobre o que vinha se passando em Minaçu, tanta gente dependendo das *cestas* distribuídas pelo MAB e de outras formas de *ajuda*, como o Bolsa-Família.

Ah, isso é *escravidão*. Bom mesmo é se você pode ter seu *negócio próprio*, ou uma terra, ou um armazém. Se bem que, se você pensar direito, até assim um homem está *sujeito*. Porque mesmo se ele não trabalha pra firma ou para os outros, se tem seu negócio, ainda assim ele está sujeito a um imposto, a uma lei... Vê só esses R\$ 400,00 que eu tive que pagar agora para tirar o documento dessa moto, essa moto mesma daí, na sua frente, que eu comprei. E tem também o IBAMA, em cima de nós...

Por seu lado, Amarildo (o mesmo citado logo acima) desabafava, em termos semelhantes.

Veja só, hoje eu estou preso. Não consigo mais aquelas coisas que antes eu conseguia, com facilidade, quando eu estava livre. E eu não estou falando só da coisa do ouro não! (Do ouro e da cassiterita: que não é só ouro que está debaixo d'água, mas outras riquezas também!) Mas também desse tal de meio ambiente. Aquilo era mato, capoeira, e a gente sempre foi lá pra caçar, pra pegar uma madeira... Tá vendo esse girau que eu construí, pras galinhas não comerem as verduras? Fiz ele com uma madeira lá daquele mato. Fui lá de noite, escondido, com medo da polícia ambiental me pegar...

Seu Diamantino expressava também sua indignação diante do fato de que agora não é mais o povo quem tem os *direitos* – mas sim os *estrangeiros*.

Então eles fecharam tudo, o subsolo. Que a maior riqueza está no subsolo, você sabe, né? Lá tem mais riqueza do que em cima da terra, que fazenda, que comércio, que indústria. E o garimpeiro, o que é? É quem vive dessa riqueza, é o posseiro do rio... Em Serra Pelada tinham descoberto mais de 20 minérios que nunca tinha aparecido em nenhum outro lugar do mundo. 20, 60 e tantos minérios... Mas é para que? Para vender para os países estrangeiros, a riqueza vai toda embora. E aqui? Aqui a água tomou. Aqui fecharam os garimpos, ficaram todo mundo com a cara para riba, esconderam e levaram as máquinas embora. E isso foi pior que bandidagem... E agora os estrangeiros, esses estrangeiros de país estrangeiro que é às vezes é só uma ilha, agora os estrangeiros vêm pra cá. Eles vêm... E o Lula, cadê que não vem ele também pra esses lados? Aqui ele não vem não.

Nós somos proprietários, nós somos bandeirantes, nós tínhamos o direito de tirar do subsolo... Agora não tem mais. Não tem direito de tirar do subsolo, não tem o direito de pôr uma roça sem comunicar, não tem o direito de tirar uma madeira para esticar o arame. Agora é os estrangeiros que têm o direito. O brasileiro não tem o direito... Agora, luz, o brasileiro paga. Paga a luz, e o dinheiro fica uma parte aqui, para o município. E a outra vai para o estrangeiro, pela rede de luz eles ganham dinheiro de um país para outro...

À medida que nos afastamos do setor central da cidade, as marcas do quadriculado urbano vão sendo relativizadas – embora quase nunca inteiramente. Nos setores mais pobres da cidade, as linhas retas das vias e limites entre as propriedades se intercalam com terrenos baldios e áreas onde resistem algumas nesgas de *cerrado*. Também nestes bairros mais distantes, com frequência o quintal das casas, no fundo do lote, se confunde com esta área de mato, mata ou capoeira, que aí é menos uma intrusão ou enclave ‘natural’ no meio da cidade do que o que marca e delimita os seus contornos.

São estes últimos os espaços que, a partir da construção da Usina de Serra da Mesa, se transformaram em “meio ambiente”, conforme os relatos de moradores da cidade. Esta transformação é explicitada em narrativas como as acima apresentadas onde o tom predominante é a indignação com a proibição pelo IBAMA de práticas até então rotineiras. Os moradores da cidade não têm mais o *direito* de caçar pacas, caititus, tatus, ou mesmo de derrubar árvores para obter lenha ou madeira. A revolta perante estas proibições e as multas que podem decorrer de seu respeito é ainda maior quando se evoca o contexto mais amplo em que elas surgiram. Pois se foi a construção das barragens o que responde pela presença do IBAMA, foram elas também que levaram ao fim do garimpo e da renda que – em maior ou menor quantidade, e a partir de modalidades e relações as mais diversas – ele propiciava. Sem ter mais o acesso à *ajuda* fornecida pelos recursos daí decorrentes, essas pessoas se viram (mais ou menos na mesma época) impossibilitadas também de recorrer a práticas como a

caça, à qual poderiam apelar justamente por ela fornecer alimento sem a exigência da intermediação do dinheiro – que para elas passava a ser cada vez mais escasso.

Algo muito parecido se passou com a pesca. Atualmente vêm sendo desenvolvido *projetos* que buscam fazer desta atividade uma fonte de renda para os mais de vinte municípios que se encontram nas proximidades do lago de Serra da Mesa. Enquanto estas iniciativas não se concretizam, a pesca no lago de Cana Brava vem sendo submetida a restrições que são consideradas, por essas pessoas, bastante severas⁹⁶. Na prática, pode-se usar o anzol na beira do lago para pegar determinados tipos de peixes; mas não usar um barco para isso. Para um almoço que seria realizado na casa de uma família de quem eu havia me tornado próximo (num evento que voltará a ser mencionado no próximo capítulo, já em sua abertura), me dispus a comprar um tucunaré, peixe especialmente apreciado ali e sobre o qual muito ouvira falar. Encontrar um peixe desses para comprar, porém, era algo muito mais complicado do que eu supunha. Passei uma manhã inteira rodando com duas pessoas daquela família, procurando informações a respeito de alguém que tivesse um peixe desses ou soubesse de outra pessoa que o tivesse. Como sua pesca estava proibida, poucos se dispunham a aventurar-se no lago atrás deles, e somente após horas de caminhada e enquete conseguimos descobrir alguém que pudesse nos vender o que queríamos. É também por isso que, no início deste capítulo, Regina falava de peixes que antes se faziam presentes frequentemente em suas vidas, mas que agora, ou não existem mais – em função das mudanças nos ecossistemas desencadeadas pela construção de um lago daquele porte – ou não podem mais ser pescados.

1.6 Sexta Situação: As Espanholas

É preciso, assim, ressaltar que o *cativeiro* e a *escravidão* não remetem necessariamente a condições precárias de trabalho ou àquilo que chamamos de “trabalho em condições análogas à escravidão”, “trabalho escravo contemporâneo”, “escravidão por dívida” ou “tráfico interno de pessoas” (termos presentes, por exemplo, em Costa 2008). Não pretendo com isso, certamente, negar a existência de formas e condições de trabalho mais que

⁹⁶ Por exemplo, numa das diversas placas colocadas na beira do lago da Usina de Cana Brava, nas proximidades de Minaçu, podemos ler: “Polícia Militar Ambiental adverte: é proibido pescar espécies que devam ser preservadas ou espécies com tamanhos inferiores aos permitidos (ex.: tucunaré 35cm; piau-cabeça-gorda 30cm; pintado 70 cm). Lei 9.605/98 (art 34 p. único I); Decreto 3.179/99 (art. 19 p. único I); Portaria Vigente; Pena: Detenção de um a três anos. GPMAmb / Minaçu-GO. Proteger é seu dever”.

precárias, implicando em formas mais ou menos violentas de imobilização daqueles que com elas se defrontam. Pretendo destacar apenas como muitas vezes nós cientistas sociais não estamos atentos para os sentidos particulares assumidos por categorias que são significativas e chamativas também para nós, mas que podem ser utilizadas por nossos interlocutores de outra forma. Parece-me que é esse, justamente, o caso da *escravidão*.

A questão do “trabalho em condições análogas à escravidão” não se faz presente no universo que estudei com a mesma força e significado com que aparece nos contextos estudados por autores como Figueira (2008) ou Costa (2008). Por outro lado, é inegável que boa parte das pessoas com quem convivi tem conhecimento daquelas situações que temos em mente quando apelamos para designações como aquela: é esse o caso, por exemplo, das moças e mulheres que saem de Minaçu (e de outros municípios do norte de Goiás, especialmente Uruaçu) rumo à Europa, para trabalharem como “dançarinas”, “prostitutas” ou “faxineiras”⁹⁷. Qualquer pessoa minimamente informada na cidade sabe dos procedimentos necessários para conseguir entrar na Suíça ou na Espanha: sabe que é preciso pagar determinada quantia (R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00) para se obter o ‘pacote’ completo, que inclui a produção dos *documentos*, a passagem aérea, o alojamento e a vaga esperando no *serviço* lá fora; sabe que as mulheres contraem uma dívida com este aliciador, agenciador ou mediador que lhes ofereceu o ‘pacote’, e que enquanto não for capaz de pagar o dinheiro da dívida ela está *presa* àquela pessoa; sabe que os agenciadores são pessoas perigosas, que vão fazer de tudo para prolongar o endividamento; sabe como é difícil se livrar dessa dívida, e entendem perfeitamente bem a lógica que norteia a relação delas com o aliciador; sabem que as coisas mais horríveis acontecem com estas mulheres, sozinhas num país de língua estrangeira, com os passaportes *presos*, vivendo em condições precárias, tendo que se esconder da polícia local, sem ter ninguém para *ajudá-las*, à mercê de crueldades e injustiças de toda ordem. Quem não tem uma história dessas para contar, quem não conhece alguém que não passou por isso também?

Quando ouvi relatos a esse respeito pela primeira vez, prontamente os associei a termos com os quais eu já vinha, também, me familiarizando: como negar que, diante destas condições, não estaríamos diante de algo que deveria ser entendido como uma variante ou modalidade de *escravidão* ou *cativeiro*? Uma questão, porém, se colocava para mim: por que estas mulheres, sabendo do que iam com toda probabilidade enfrentar na Europa, persistiam contemplando essa possibilidade, como que buscando por si próprias esta escravidão?

⁹⁷Sobre as “dançarinas” brasileiras na Suíça, ver Huber (1996) e a edição especial da revista Fato Típico (2009) sobre o “tráfico internacional de pessoas” em Goiás.

Lidando com gente esperta e criada na dura realidade do *trecho*, não me parecia razoável apelar para os argumentos que postulassem algo da ordem da ingenuidade: o ‘jeca’ ignorante e simples, aliciado pelo gato diabólico e enganador, se deixando enganar e levar facilmente por promessas de vida fácil...

Demorei a me dar conta de que, nas falas que eu ouvia, o termo *escravidão* não se referia ao que passava na Europa – o que não quer dizer que, em outras situações, ele não o possa ser. O que é importante destacar, porém, é que era a *escravidão* ‘vivida’ em Minaçu um dos principais estímulos levando estas mulheres a experimentar o que, na Europa, chamaríamos de “trabalho em condições análogas à escravidão”.

A *escravidão* ou o *cativeiro* – em itálico, no sentido nativo do termo – remetem, assim e mais uma vez, a uma falta de horizontes, à impossibilidade de *evoluir, ir pra frente* ou melhorar de vida. É – também – esta situação e o desespero por ela gerado o que leva estas moças a contemplarem, a despeito de todos os perigos e dificuldades, a possibilidade de ir para a Europa. Tais perigos e dificuldades não são desconsiderados, nem subestimados: são avaliados e contemplados, encarados como *riscos* que talvez valha à pena correr. Pode ser que, de fato, a fuga de uma *escravidão* leve a outra; e que, na Europa (e não em casa, em Minaçu), estas mulheres considerem nestes termos a situação com que se deparam lá – mas a esse respeito nada tenho a dizer.

O que me interessa destacar, assim, é a existência de ‘condições’ e ‘disposições’ que as levam a considerar seriamente a possibilidade de, bravamente, correr o risco, *indo no risco* (cf. Rumstain 2009, p. 76). As ‘condições’ em questão dizem respeito, entre outras coisas e em primeiro lugar, à necessidade de se mover, de *correr atrás*, de buscar fazer algo para contornar os impasses e armadilhas vividos vividos nas situações identificadas com o *cativeiro*. Em segundo, remetem à possibilidade de – vencidas estas dificuldades iniciais (pois é assim que elas são concebidas) do estabelecimento na Europa – obter os recursos que assegurarão uma vida mais tranqüila, voltando para o Brasil ou permanecendo lá. Dois homens conversam diante de uma bela casa posta à venda, ocupando dois lotes. Um comenta para o outro: “Ah, mas para comprar essa casa só se for uma *espanhola...*” – uma *espanhola*, uma dessas moças que foi para a Europa e que lá enriqueceu, e que quando volta para Minaçu tem não só as condições financeiras mas o objetivo de comprar uma casa daquelas. Certamente não são todas as que conseguem realizar esse *sonho*, todos sabem disso. “Mas se ela conseguiu, eu posso também... Não posso?”.

Já sobre as “disposições” para correr esses riscos, peço um pouco de paciência ao leitor: será ao longo deste trabalho que a ele serão apresentados os sentidos e potencialidades

da vida no *trecho* ou no *mundo*, assim como as formas de percorrê-lo, a necessidade de ser *valente e batalhador* e encarar a vida de frente, o significado da *aventura*...

1.7 A Duração da Relação e o que é Próprio

Já no que se refere às Minas Gerais do século XVIII, Mello e Souza (2004, p. 201) destaca a importância desta “situação peculiar à zona mineradora”, marcada por uma “fragilidade dos laços paternalistas que se fizeram fortes em outros pontos da colônia”. O que me interessa aqui é menos a sugestão da continuidade e disseminação desta “peculiaridade” do que os termos através dos quais esta autora coloca a questão. Pois o que meus interlocutores sugerem, ao evocarem suas relações com seus diferentes patrões, é justamente a importância de considerar, no que diz respeito à ‘patronagem’ ou aos ‘laços paternalistas’, a existência de graus ou gradações em relações que, de um ponto de vista meramente formal, podem não guardar diferenças substanciais entre si; o que é sugerido aí é justamente importância de considerar a “fragilidade” ou a *força* deste ou daquele vínculo.⁹⁸

O que pretendo, ao evocar o que seriam estes traços ‘formais’ da patronagem (cf. a nota 30 logo abaixo), é argumentar que, sem muita margem a dúvidas, eles ajudam a pensar

⁹⁸ Poderíamos assim, por exemplo, evocar alguns daqueles traços que, na literatura referente às “sociedades camponesas”, delineiam os contornos do que seria a “patronagem”. Silverman (1967, p. 283) argumenta que a relação patrono-cliente pode ser pensada como “an informal contractual relationship between persons of unequal status and power, which imposes reciprocal obligations of a different kind on each of the parties” (Silverman 1967, p. 283; cf. Wolf 2003, p. 108; Boissevain 1966, pp. 18-23; Foster 1967, p. 16). Com grande frequência, caberia aos “patrões” oferecer recursos materiais a seus “clientes”, direta ou indiretamente. Neste último caso, estes patrões apareceriam como “mediadores” ou “brokers”: “persons who stand over the critical junctures or synapses of relationships which connect the local system to the larger” (Silverman 1967, pp. 280-1; cf. Campbell 1963, p. 94). Como contrapartida, os “clientes” garantiriam ao patrões seu apoio político e lealdade (Wolf 2003, p. 109; Silverman 1967, p.284; Boissevain 1966, p. 23), tornando-se “membro de uma facção que serve aos propósitos competitivos de um líder” (Wolf 2003, p. 109). Silverman (1967, pp. 285-7) caracteriza o vínculo do patrono e do cliente como sendo “ideally a personal and affectionate tie”, com a presença aí de “loyalty, friendship, or being almost like one of the family”. Foster (1967) destaca a importância da sobreposição das relações formais e/ou explícitas (e.g. os ‘contratos’ ou acordos referentes ao ‘trabalho’, tais como os que determinam a porcentagem que um *percentista* tem direito para determinada tarefa) com aquelas relações que seriam informais e/ou implícitas (e.g. o patrão que oferece uma *ajuda* ao seu empregado que se encontra numa situação difícil). Para Silverman (1987, p. 284), a patronagem se caracteriza também pelo fato destas últimas relações se desenvolverem “by extension of the formal terms of the contract”. Wolf (2003, p. 110) argumenta que os laços de patronagem tendem a proliferar e se consolidar em situações em que “a estrutura institucional formal da sociedade fosse fraca e incapaz de distribuir com suficiente estabilidade o suprimento de bens e serviços, principalmente para os níveis mais baixos da ordem social”.

uma enorme variedade de casos. No que se refere aos exemplos apresentados nesta primeira parte do capítulo, tais traços podem ser usados para refletir sobre as relações que, nas fazendas em que Alberico e Altino foram criados, atrelavam seus pais e parentes aos fazendeiros. Mas estes traços se prestam bastante bem também para a análise das relações nas quais estes últimos se engajavam no garimpo⁹⁹ – seja como *patrões* ou *percentistas*. Se isso acontece, e estas formulações funcionam bem numa série de contextos diversos, não é só em virtude do alcance destas teorias, seu caráter abstrato permitindo a sua aplicação numa vasta gama de casos. De certa forma, as ‘teorias nativas’ sobre a patronagem – ou seja, as categorias e idéias através das quais as pessoas pensam, expressam e se comunicam nestas relações, ou a esse respeito – também apresentam o mesmo caráter ‘transcontextual’ ou ‘abstrato’: os mesmos termos se fazem presentes aqui e ali, o recurso metafórico ou comparativo ao vocabulário do parentesco também.

Dadas todas estas ‘semelhanças’, porém, é preciso lembrar da insistência de meus interlocutores na contraposição das diferentes ‘patronagens’, assim como da importância assumida por tais comparações. “Trabalhar de empregado no garimpo é muito diferente de trabalhar de empregado na firma!”. Há sim semelhanças em todas essas situações – mas há também diferenças.

Assim, no que se refere àquela “fragilidade nos laços paternalistas” mencionados por Mello e Souza (2004), privilegio aqui um de seus aspectos: o fato de que as pessoas se engajam em certas relações tendo em vista, esperando ou desejando que elas sejam temporárias¹⁰⁰. O que não deixa de ser uma espécie de solução *mundana* para o problema que Velho (2007a) – tendo em vista a relação das pessoas com o ‘Patrão’ mor (Deus) – coloca:

“Como compatibilizar o óbvio desejo de autonomia com o não menos óbvio desejo de dependência – ambos expressos, no que diz respeito ao sistema de patronagem, na oposição do ‘ser patrão de si mesmo’ versus ‘a busca de um bom patrão’?”

A solução ou resposta seria, nesse nível da análise, bastante simples: um bom patrão é o que torna possível a alguém – num horizonte mais ou menos próximo – tornar-se patrão de

⁹⁹ De fato, foi esta literatura sobre patronagem que me deu régua e compasso para eu começar a pensar, já em 2008 (quando eu havia realizado apenas um período de trabalho de campo), as relações existentes no interior do garimpo, assim como o seu transbordamento ou extensão para outros contextos – no caso, para as relações estabelecidas no interior do MAB, quando o garimpo já estava praticamente extinto. Ver, a esse respeito, Guedes (2009) – uma versão modificada de um trabalho final apresentado na disciplina Sociedades Camponesas, ministrada pelo Professor Moacir Palmeira no PPGAS/UFRJ.

¹⁰⁰ Bourdieu (1996) chamou a atenção para a centralidade da dimensão temporal na consideração da reciprocidade. Não deixa de ser também o tempo o que está em jogo no caso de que discuto, mas de uma maneira distinta da considerada por ele – sua ênfase, de fato, residia na questão do intervalo temporal entre o dom e o contradom, e não no que estou chamando aqui de *duração* da relação.

si mesmo. Daí também a atração exercida pelo garimpo, conforme a discussão realizada acima; ou mesmo do trabalho eventual nas obras num grande projeto tal qual uma barragem, onde num espaço curto de tempo é possível acumular recursos relativamente substanciais – horas extras e mais horas extras – que trazem consigo a promessa de alguma autonomia no futuro.

Para além do garimpo e das obras nas barragens, as marcas da impermanência e do ‘gosto’ pelo provisório se fazem presentes entre pessoas para quem a mobilidade não é exatamente uma novidade, sendo antes algo para o qual elas estão preparadas e ‘cultivadas’ por todo um conjunto de ‘tradições’ e traços ‘culturais’ – tratarei destes aspectos com mais calma ao longo da tese. De certa forma, a situação que trato aqui não deixa de estar bastante próxima àquela “mobilidade caipira” de que fala Carvalho Franco (1997, pp. 34-5), conforme o que já sugeri na Introdução.

“Essa intensa movimentação dos componentes dos grupos impede que seja conferida continuidade às suas relações. Pelo contrário, o processo interativo se recompõe incessantemente, mediante contatos transitórios e sempre renovados entre pessoas cujos vínculos recíprocos facilmente se rompem para serem reatados nas mesmas bases, porém algures (...) Entre essas pessoas não estão em jogo antigas e inquebrantáveis obrigações recíprocas, cuja transgressão equivaleria a violar um preceito sagrado e cuja observância conduziria ao reconhecimento de vínculos sucessivamente transmitidos às gerações como um legado que deve ser respeitado e mantido”.

Como veremos no capítulo 4, a insistência e os esforços de Aparecida para o prosseguimento de suas relações com seus *amigos* não indicam que ela acreditasse que elas deveriam *durar*, ou que um amigo ‘fosse para a vida inteira’. Eles sugerem, pelo contrário, a consciência da transitoriedade destes vínculos, assim como a persistência necessária para mantê-los. Do ponto de vista teórico, não há qualquer razão para que postulemos as relações como sendo, a priori, *duráveis* ou eternas. Isso vale, inclusive, para a família. No próximo capítulo, veremos que, no que se refere a ela, a sua *duração* ou persistência é frequentemente pensada antes como um ‘caso particular’, mais como uma exceção à regra do que algo natural, assegurado ou automático. Nesta perspectiva, a família só é mantida ou assegurada através de esforços (frequentemente hercúleos), via *sacrifício*, *sofrimento* ou *suor*. E certamente não estou me referindo aqui a uma instabilidade familiar que surgiria em decorrência do caráter desestabilizador de uma modernidade que *chega* trazendo consigo suas forças disruptivas, ameaçando o ‘tradicional’ e fazendo com tudo o que nele há de sólido desmanche no ar – para parafrasear a capciosa e famosa expressão de Marx e Engels.

Não surpreende, assim, que as descrições relativas àqueles que trabalharam na SAMA nos anos 60 apresentem o verbo *laçar* para dar conta do recrutamento de potenciais

trabalhadores no Nordeste. Pois o que estava em jogo aí era aquela clássica imobilização da força de trabalho via a moradia, de acordo com o sistema fábrica-vila operária de Leite Lopes (1979). O *laçar* remete ao laço, enquanto vínculo ou relação social; mas também ao ato do boiadeiro que *laça* o gado (ou à Besta-Fera que *laça* para seu *cativeiro*...). Neste sentido, é significativa – para meus interlocutores – a contraposição da imobilização da força de trabalho nestes moldes àquela outra imobilização, característica do sistema canteiro de obra-acampamento (Lins Ribeiro 1988, 1994). Para eles, faz uma imensa diferença o fato de que, neste último caso, a “sua mobilidade e mudança constante de padrões [atenuam] a submissão temporária no controle da empresa sobre a totalidade de sua vida cotidiana” (Leite Lopes 1979, p. 45).

Estamos assim diante da idéia de que temporariamente vale à pena submeter-se a condições relativamente adversas, se com isso é possível providenciar recursos que facilitem ou tornem mais provável a autonomia futura. “Temporariamente”, é claro: pois não se pode deixar de lado o temor de que o vínculo se torne um *laço*, conforme o que se passa nas relações (‘patronais’) estabelecidas com um senhor de escravos ou com um fazendeiro tradicional. Velho (2007, p. 25) já nos lembrava que “simplesmente trabalhar regularmente como *empregado* já apresentaria certas características de *cativeiro*. Por isso mesmo, tendo de realizar um serviço para alguém, o que se prefere sempre é a *empreitada*”.

Daí também o trabalho em grandes projetos ter seus atrativos. Mas também suas desvantagens, é claro. Pois neste contexto a criação de relações pessoalizadas com um ‘patrão’ – por exemplo, via o *criar amizade* – é certamente mais complicada, e dessa ‘pessoalização’ parece depender, em grande medida, a possibilidade do recebimento de qualquer *ajuda*. Lembremo-nos da ênfase atribuída pelos patrões garimpeiros à sua própria generosidade. E lembremos também do fato de que, para Jonas, o trabalho na firma é *escravidão* porque, nesse contexto, situações difíceis como a que ele enfrentou quando tomou o choque não são objeto dos ‘cuidados’ e da *ajuda* que ele esperava receber por parte da *firma* ou de seus patrões.

Voltemos, assim, à questão do *negócio próprio*. No capítulo anterior, Dona Clementina nos contava como fora trabalhar na SAMA, seguindo outros *maranhenses* que se encontravam na região antes da *chegada* da empresa. Ela argumentava então que seu projeto era ficar na *firma* apenas por algum tempo, o suficiente para amealhar alguns recursos que seriam investidos na propriedade da família. Como seu marido bebia muito e seus planos “não tinham vigor” – eram planos que não *duravam* – aqueles intentos iniciais foram deixados de lado, e ela prosseguiu por mais alguns anos na SAMA. A situação de *precisão* em que o casal

se encontrava antes de ir para a empresa, e que é também evocada por ela como razão para fazer isso, se vincula também, no relato de Dona Clementina, ao fato de seu pai não ter lhe “deixado muito recurso”. Mas este último não tinha uma “cota” boa de gado, produto também da generosidade de um patrão das antigas, daqueles que de fato *ajudavam* seus empregados? Sim, isso tudo é verdade. A questão, explica Dona Clementina, é que o gado adoeceu da aftosa, ou então embraveceu...

Altino, da mesma forma, não desistira da idéia de ter seu negócio *próprio*. O garimpo havia acabado, sem dúvida; mas seu bar permanecia funcionando, a clientela sendo agora justamente o pessoal que trabalhava na barragem de Cana Brava. Falante e bonachão, ele conseguira sem muita dificuldade *criar amizade* com os encarregados dessa obra, que passaram então a ser clientes assíduos de seu estabelecimento.

No início do capítulo, Regina contrapunha sua situação de *escravidão* a outras situações em que estava dada a possibilidade de *crescer, ir pra frente* ou *evoluir*: isso se dava não só no garimpo ou com uma terra própria como também no caso daqueles que tinham conseguido manter um comércio ou possuíam um carro para transportar alunos. Também um carro ou uma moto (cf. Antonaz 1995, p. 213; Rumstain 2009), enquanto bens de consumo *duráveis*, são coisas *próprias* que justificam os *sacrifícios* nesta ou naquela *firma* e sinalizam algo da ordem da autonomia.

No que se refere a todas aquelas placas e pinturas presentes na frente das casas de Minaçu, oferecendo serviços os mais diversos, poderíamos argumentar também que elas não surgem apenas como uma resposta à “ausência de trabalho”. Elas parecem sinalizar também, independentemente da situação complicada em que se encontra a cidade, o sonho de que este ou aquele pequeno serviço venha um dia a se consolidar como um verdadeiro *negócio*¹⁰¹.

As coisas *duráveis* e *próprias* certamente têm seu valor. Pois elas asseguram não apenas a autonomia como oferecem um mais que necessário contraponto ao que há de instável e turbilhonar no *mundo* – tratarei deste ponto em mais detalhes ao longo da tese. Ser *mandado*, agüentar um trabalho *bruto* e *duro*, ter o tempo controlado, passar por toda espécie de *humilhação*: esse parece ser o preço, com frequência, para a “garantia do futuro” (Marin 1979, p. 154) via a autonomia e o *negócio próprio*. Mas para as pessoas de que trato aqui o

¹⁰¹Cf. Marin (1979, p. 155), tratando da diferença entre o *serviço* e o *trabalhar por conta própria*: “há sempre a expectativa de que aquilo que em um determinado momento combina-se com a sua atividade principal como ‘empregado’ possa a vir a ser a sua única atividade: ‘trabalhar por conta própria’ (...) Assim, o trabalhador que ‘vive de serviço’ é aquele que está desempregado e à procura de emprego. Já o ‘trabalhador por conta própria’ é aquele que teve condições de optar por deixar de ser ‘empregado’ e ‘viver por conta própria’ (...) ‘Todo mundo tenciona deixar de ser empregado, ter condições de viver por conta própria. A não ser que tenha um salário fabuloso’”.

‘cálculo’ em questão é mais complexo, sendo preciso considerar as circunstâncias em que todos esses esforços e *sacrifícios* irão valer à pena. Tratando dos trabalhadores do projeto Albrás-Alunorte, Antonaz (1995, p. 161) destaca:

“Neste período [posterior a uma época mais favorável para os trabalhadores] ocorrem duas greves. Há muitas demissões e o operário passa a ter uma nova representação do emprego: um emprego de cinco anos de duração – um *cativeiro* de cinco anos – como transição para outro tipo de estabilidade: montar seu próprio negócio e construir a casa própria”.

“Cativeiro” de cinco anos: mas se ele de fato permite a obtenção destas coisas *próprias*, ele não é um *cativeiro* tão maléfico assim. A questão se torna mais complicada, como argumentei acima a partir do caso de Jonas, quando a entrega e o *sacrifício* não são compensados por uma contrapartida adequada¹⁰². O que se coloca assim é a questão dos meios através dos quais se busca essa autonomia propiciada pela *propriedade*. Os riscos e perigos associados a esta ou aquela situação não são subestimados – e o *cativeiro* e a *escravidão* se prestam bem para que as pessoas reflitam e se previnam das armadilhas e impasses que podem se colocar nos seus caminhos; por vezes, com a ‘contribuição’ delas mesmas. Mas como, de fato, realizar esse ‘cálculo’, como antecipar ou prever o que o irá acontecer? Isto não é possível. É preciso – como bem sabem todas as moças que se *aventuraram* na Europa – *ir no risco*, e aí buscar se virar. Também a este ponto voltarei mais à frente.

¹⁰² Cf. Cunha (2006, p. 88): “Tive a oportunidade de ouvir a declaração de Francisco, ex-morador de fazenda, na Feira da Pedra: “meu filho trabalha pros outros, mas me deu condição, são dois tearzinhos só, eu e meu filho, mas pelos menos não estou sujeito a ninguém”. No contexto das pesquisas de Woortmann e Garcia Jr., (...) o negócio poderia ser valorizado porque “salva do cativeiro”, ou porque assegura a preservação do esforço da família em relação ao trabalho pesado na agricultura ao permitir o pagamento do alugado”.

PARTE 2 – OS LISOS: O PRESENTE BASTA

2.1 Jovens a Rodar

É preciso, porém, relativizar o ponto de vista apresentado até agora, assim como situar melhor as constantes reclamações a respeito da ausência de emprego após a construção das barragens e o fim do garimpo – mais do que freqüentes entre aqueles com que convivi no MAB de Minaçu. A elas, é preciso contrapor outro tipo de formulação: aquela característica de jovens rapazes que afirmam que, para eles, trabalho não falta. Não é esse justamente o caso do genro de Regina, o rapaz acima mencionado?

Estes rapazes costumam ter entre vinte e trinta e poucos anos, e em sua imensa maioria possuem uma *profissão*. São, dentre outras possibilidades, motoristas, armadores, operadores de sonda ou de máquinas pesadas, mecânicos, eletricitas ou técnicos em mineração. Trabalham geralmente para grandes mineradoras, ou para empresas contratadas por elas; na construção de barragens e subestações elétricas, e instalando linhas de transmissão¹⁰³; ou então para empreiteiras que prestam serviços a estas empresas. Com bastante freqüência, mudam de ramo - deixando, por exemplo, um emprego numa barragem para trabalhar em uma cooperativa que presta serviços para uma mineradora.

Alguns deles passaram por algum treinamento formal em *curros*, outros não. Grande parte aprendeu seu ofício “na prática”. A entrada neste mercado de trabalho depende, assim, menos da qualificação do que da indicação de algum conhecido que já esteja trabalhando numa *firma* – desde que, é claro, o candidato seja homem, jovem e saudável. No que se refere às barragens, por exemplo, geralmente são as relações pessoais com um *encarregado* – um vizinho, amigo ou conhecido da própria cidade – o que viabiliza a contratação.

¹⁰³ Se havia tantas pessoas trabalhando na instalação de subestações e torres de transmissão em Minaçu quando eu estive lá, isso se deve também à posição chave desta cidade no Sistema Elétrico Interligado Brasileiro: com a construção da Usina de Serra da Mesa, foi nesta área, no município de Minaçu, que se realizou a ligação entre os dois principais subsistemas do país, pela união do subsistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste e do Norte/Nordeste. Até o meados de 2009, as obras relativas a estas torres e subestações prosseguiram ocorrendo aí. Sobre a relação das usinas construídas em Minaçu com empreendimentos eletro-intensivos (tais como as mineradoras acima citadas), as redes de distribuição de energia e o Sistema Interligado como um todo, ver Araújo (2003), Alves (2005) e Sevá et al. (2004).

A esse respeito, é importante destacar o papel desempenhado pelas barragens construídas no município de Minaçu para tornar possível que tantos destes rapazes se profissionalizassem, entrando eles mesmos no que poderíamos chamar, com Lins Ribeiro (1988), de “circuito dos grandes projetos”. O fato de muitos destes encarregados terem trabalhado nas obras das usinas construídas em Minaçu, e de terem continuado atuando neste mercado após estas obras ajuda a explicar porque, até hoje, existem tantas pessoas desempenhando estas ocupações na cidade – não necessariamente ‘morando’ aí, mas mantendo vínculos com este lugar e volta e meia retornando a ele.

O recém contratado de que trato aqui geralmente começa, dentro da *firma*, como *ajudante na turma* deste *encarregado*. Mantendo-se no emprego, está dada a possibilidade da especialização e do aprendizado da *profissão*. Note-se que as barragens onde eles trabalham não são aquelas que ‘atingiram’ Minaçu (e onde seus pais podem ter se ocupado), todas já prontas, mas empreendimentos em outras regiões. Conheci pessoas que trabalham ou trabalharam em usinas construídas não muito longe dali, no mesmo Rio Tocantins que banha aquela cidade, nos projetos de Peixe e Lajeado; em usinas no sul do estado de Goiás, ou em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e até mesmo no exterior, geralmente em Angola. Enquanto realizava o trabalho de campo, era em especial para as obras da Usina de Estreito¹⁰⁴, também no Rio Tocantins, e para as hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, que se destinavam diversos conhecidos ou parentes de conhecidos meus.

Também na cidade de Minaçu existe, como já sabemos, uma grande mineradora: a SAMA, que explora a mina de onde é extraído 100% da produção de amianto crisotila do país. Mas como afirmei no capítulo anterior, mesmo para estes jovens conseguir um emprego aí não é algo considerado fácil (dentre outras razões, parece-me, pela própria oferta de mão de obra qualificada existente na cidade¹⁰⁵). Dada esta dificuldade de obter uma vaga nesta

¹⁰⁴ O fato da Usina de Estreito estar sob a responsabilidade da mesma empresa que construiu as Usinas de Cana Brava e São Salvador certamente contribuiu para que tantos fossem trabalhar aí.

¹⁰⁵ No “Ranking dos Municípios Mais Competitivos do Estado de Goiás” de 2007, publicado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado (SEPLAN 2008), Minaçu aparece na 26ª posição (num total de 247 municípios em Goiás). Os critérios avaliados são a) dinamismo; b) riqueza econômica; c) infra-estrutura econômica e localização estratégica/logística; d) qualidade de vida; e) mão-de-obra; f) infra-estrutura tecnológica; g) política de incentivos financeiros e tributários. No que diz respeito ao critério da mão-de-obra – justamente o que discutimos aqui – esta cidade aparece em quinto lugar. Também no levantamento realizado no ano anterior Minaçu aparece, no que se refere a este parâmetro, ocupando a mesma posição. Esta última pesquisa se destaca, além disso, por ser a única que apresenta em detalhes a forma como esta mão-de-obra foi avaliada. Três sub-critérios foram utilizados para tanto: 1) grau de instrução da mão-de-obra local; 2) percentual da população com emprego formal; 3) força de trabalho especializada. É este último sub-critério o que me interessa mais

empresa (ou mesmo nas terceirizadas que prestam serviço para ela), é em outros municípios do norte de Goiás – região conhecida pela diversidade e riqueza dos minérios aí presentes – que eles costumam trabalhar: em Niquelândia, onde está a planta da Votorantim; em Barro Alto, onde fica a Anglo-American; em Crixás, local da Mineração Serra Grande; ou em Alto Horizonte, cidade da Maracá. Eventualmente, eles trabalham também em estados vizinhos, em especial na Bahia e no Tocantins.

Naturalmente, não são estas firmas as únicas saídas (no duplo sentido do termo) para jovens da cidade dispostos a encontrar um trabalho *fichado* ou um *serviço* que lhes permita aferir uma ‘boa’ renda. Muitos são também os que vão para Goiânia ou Brasília, ou para outras cidades no sul do estado – como Caldas Novas, Catalão, Itumbiara, Rio Verde ou Jataí – conhecidas pelas boas oportunidades que oferecem.

Duas gerações, corridos e/ou lidos

Como estes jovens, frequentemente também seus pais trabalharam nas obras de construção de barragens – e aqui estou me referindo a pessoas tais quais Jonas, Altino e Juvenal, homens na faixa dos seus 50 anos e que foram mencionados no início deste capítulo. É preciso destacar que estes últimos se inseriram neste mercado de trabalho de outra maneira, distinta daquela que caracteriza, grosso modo, a trajetória de seus filhos. Como já sabemos, diversos destes homens mais velhos eram garimpeiros que, com a formação do canteiro de obras das barragens (sobretudo da Usina de Cana Brava), se viram impossibilitados de prosseguir com a atividade que era sua principal fonte de renda. Eles foram então compelidos a procurar emprego nas empreiteiras e firmas diversas que, necessitadas de mão de obra e sem maiores exigências, contratavam também os habitantes da cidade – na imensa maioria dos casos, como *ajudantes*. Se também foi com esse cargo que seus filhos se iniciaram neste mercado, os desdobramentos futuros para uns e outros foram bem diversos. Para os jovens foi possível – para os que estavam dispostos a tanto – fazer desta ocupação um ponto de partida para a constituição de uma carreira. Seus pais, por outro lado, se defrontaram apenas com um emprego temporário – e para muitos deles foram estas as circunstâncias em que, pela última vez, tiveram uma fonte de renda relativamente estável.

As mudanças que respondem por essa diferença nos projetos e atividades de uma e outra geração foram particularmente sentidas e pensadas – o que não é de maneira alguma

aqui: pois de acordo com a pesquisa de 2006, Minaçu é o município mais bem avaliado de todo o estado em “força de trabalho especializada”, tendo recebido uma nota 10. O segundo município mais bem avaliado a esse respeito recebeu a nota 8,33 – e é, não por acaso, Niquelândia, também no norte goiano e local de instalação de uma grande mineradora.

surpreendente – por estes pais. Para eles, foi-se o tempo em que se enchia a boca para dizer, com alguma satisfação e malícia, que é preferível ser “antes corrido que lido”. E se é evidente que *lido* é aquele que estudou, faz-se necessário acrescentar que o *corrido* remete ao nomadismo e instabilidade da vida do garimpeiro ou de qualquer um que *corre o trecho*.

Agora, você vê como são as coisas agora: pra conseguir um emprego hoje, a dificuldade que é. E aqui você sabe como são as coisas, a maior parte do pessoal é analfabeto. No tempo do garimpo, o *pequeno* ganhava muito mais que o *estudado*. Às vezes, um garimpeiro ganhava num dia só o mesmo que funcionários da prefeitura ou da SAMA ganhavam num mês inteiro. Aí o pessoal não interessava muito em estudar...

A despeito de todas essas mudanças, é preciso identificar algumas continuidades. É nesse sentido que todo o vocabulário e os sentidos associados ao *trecho* continuam sendo um quadro de referência comum que articula e contextualiza experiências díspares como a destas duas gerações. Ao *trecho*, dedico o capítulo seguinte. Aqui, me limito a destacar rapidamente um destes traços compartilhados tanto pelos mais novos como pelos mais velhos: o valor atribuído à mobilidade, à possibilidade de *correr* e desfrutar o *mundo*. Os pais foram *corridos*, os filhos o são também... Mas para os últimos está evidente que, cada vez mais, a possibilidade de se manterem assim – *corridos* – está condicionada pela necessidade de que eles se tornem *lidos*. Se o analfabetismo e a baixa escolarização eram praticamente a regra entre seus pais, estes pais e seus filhos sabem hoje que as coisas mudaram nos últimos tempos; sabem da importância que um mínimo de anos de estudo e a qualificação profissional (via os *cursos*) têm nos dias atuais.

No que se refere a esta qualificação, não é nem tanto a obtenção da vaga o que está em questão. Como eu já disse, o caso mais freqüente é aquele onde a vaga é obtida através da indicação de um conhecido, para o cargo de *ajudante* em alguma tarefa. Mas se o aprendizado de uma profissão não depende dos *cursos*, podendo ocorrer na prática, são estes cursos algo sempre visado na medida em que tornam mais provável um aumento do salário e das *mordomias* – com a possibilidade de que aquele que os freqüentou deixe de ser um reles *peão*.

A esse respeito, parece-me sintomático que, dentre os *sonhos* evocados por estes jovens a respeito de seu futuro profissional, dois são particularmente citados: uns dizem que *sonham* em se tornar um engenheiro; outros, um caminhoneiro. O engenheiro, para aqueles que trabalham numa destas *firmas*, aparece como a personificação do patrão. É com ele que se convive, é dele que emanam as ordens e broncas, é ele quem várias vezes *humilha* (e quem detém as chaves daquelas fabulosas Hilux cabines duplas 4 x 4). Ao caminhoneiro está associada a independência de quem possui (idealmente) seu próprio instrumento de trabalho, que não é outra coisa senão uma poderosa e potente máquina com que se singra as estradas

destes país. Em planos distintos, poderíamos dizer que tanto o engenheiro quanto o caminhoneiro se opõe polarmente ao *peão*. No dia a dia do trabalho nas firmas, o engenheiro é o chefe, posto hierárquico em cujo outro extremo fica o peão. O caminhoneiro certamente não se desloca à pé, muito menos *de pé*, usufruindo sim de condições e velocidades privilegiadas para fazê-lo – a origem etimológica de termo “peão” (‘o que anda a pé’) nos ajuda a apreender alguns sentidos importantes dele. Engenheiro ou caminhoneiro? Já aqui nestes sonhos se faz presente a tensão entre os *lidos* e os *corridos*, a ser tratada em mais detalhes no capítulo 4.



Fig. 8 Os cursos abrem portas, e tornam possíveis outras velocidades

2.2 Instabilidade e Rotatividade no Trabalho

Enquanto tomo notas no meu caderno de campo, ouço a conversa que se desenrola entre três homens, como eu sentados diante da calçada do meu hotel. Um deles está hospedado aí, de volta à mesma cidade onde, há alguns anos atrás, conheceu os outros dois – que são de Minaçu ou estão residindo na cidade faz já certo tempo.

- Tô nessa SOTREQ agora, uma dessas *firmas* que faz manutenção preventiva de máquinas. Esse carro aí do lado está comigo. Pois é, a SOTREQ agora começou a prestar

serviço pra SAMA... Quem diria, depois de oitos na SAMA eu de volta pra Minaçu, trabalhando lá dentro...

- A SAMA está terceirizando tudo, né? As máquinas paradas lá dentro, e esse monte de empreiteiras fazendo o serviço que antes a própria SAMA fazia... Esse serviço seu mesmo, manutenção de máquina. Antes era o próprio pessoal da SAMA que fazia isso, lembro do Seu Dagoberto mexendo com estas coisas... As coisas não estão boas aqui mesmo não.

- Ah, sabe também quem está aqui em Minaçu? O Beto, lembra dele? Da empreiteira, lá em Niquelândia... Vou dar uma ligada pra ele, chamar ele pra tomar uma cerveja com a gente mais tarde!

- Pois me conta, fiquei sabendo que o Rogério tomou um pé na bunda da Maracá...

- É mesmo. Mas ele exagerou, não dava pra continuar assim... Faltava ao trabalho por dois ou três dias por bebedeira ou por sei lá que razão, sem nem dar satisfação depois... Se bem que eles nem pagavam tão bem, \$ 1200,00...

- \$ 1200? Por essa mixaria eu prefiro ficar aqui em Minaçu...

- Mas aquele Rogério é sempre um problema. Não pára em lugar nenhum, não sabe se vai ou se fica... Consegue uma coisa aqui e logo logo está arrumando algum motivo pra largar. Mas ele devia se cuidar, uma hora as coisas vão ficar meio ruins pra ele, passar tão pouco tempo assim numa *firma*, num *sossegar* hora nenhuma...

- Mas pra que ele continuar lá na Maracá se ele pode ganhar mais lá em Barro Alto? Ele tá pensando em ir pra lá, eles tão pagando na base de dois mil e tanto, esses dias mesmos contrataram um vizinho meu pra motorista...

- Mas eu ainda acho é que a gente tem que ir pra uma empresa que tem nome, tem que fazer um nome pra poder *crescer*...

Os guardas do hotel e sua rotatividade

Ao longo de todo o meu trabalho de campo, e tendo ficado a maior parte dele hospedado em um mesmo hotel, sempre me admirei com o pouco tempo que os *guardas* ficavam trabalhando ali. Estes *guardas* eram sempre adolescentes do sexo masculino, não aparentando nunca ter mais que 17 ou 18 anos, e eram responsáveis por tomar conta da portaria durante parte da noite e a madrugada, quando as atendentes e o dono do hotel não ficavam lá. Uma noite por semana eles tinham folga, e então um “guarda reserva” os substituía. Durante os cinco meses que passei em Minaçu, devo ter me deparado com 12 ou 15 *guardas* diferentes – dentre eles, dois rapazes que eu conhecia relativamente bem, por fazerem parte do MAB e freqüentarem a secretaria do movimento.

De diversos deles ouvi reclamações a respeito do dono do hotel, que era grosseiro, pagava muito pouco (R\$8,00 por noite) e ainda exigia muito. Todos pareciam saber, porém, o que os aguardava naquela posição, e era sem muita surpresa ou drama que após algum tempo a abandonavam, seja por vontade própria ou por terem cometido algum pequeno deslize. Um substituto era providenciado então rapidamente. Não tenho registros de uma noite sequer em que, após o abandono do posto por alguém, o hotel ficasse sem um *guarda*. Estas substituições não pareciam incomodar muito o dono do hotel: ele sabia que iria logo encontrar

outra pessoa, sem muito esforço. Ele saía às vezes de carro com o *guarda* que largava o posto, que o levava então à casa daquele que entraria em seu lugar. De fato, o substituto era muitas vezes um parente, amigo ou vizinho do *guarda* anterior. Eventualmente, os guardas voltavam a desempenhar alguma tarefa ali, como pintar uma parede ou fazer uma reforma – e, desconfio, voltavam também ao cargo que ocuparam antes.

Com frequência os antigos guardas continuavam freqüentando aquele estabelecimento: reuniam-se aos hóspedes do hotel – funcionários de *firmas* variadas – nos grupos masculinos que se formavam à noite na calçada. Por vezes, o grupo reunido incluía também amigos e colegas do guarda de plantão, que faziam desta calçada um ponto de encontro temporário.

Neste caso, faz até algum sentido supor que os *guardas* e seus amigos buscavam se aproximar dos funcionários das *firmas* tendo o objetivo de conseguir, junto aos últimos, um *serviço* ou trabalho de melhor qualidade. Conclusão aparentemente legítima, esta última. Para chegar a ela, o argumento então poderia ser explicitado a partir dos seguintes pontos: a) como praticamente todos na cidade, os *guardas* também destacavam que havia pouco emprego em Minaçu, e que as poucas oportunidades existentes estavam vinculadas às *firmas* de fora; b) a alta rotatividade neste cargo estaria assim associada ao fato de que, através dele, estava assegurado o contato com aqueles capazes de providenciar (diretamente ou como intermediários) o emprego almejado, certamente melhor que o de *guarda*; c) esta última potencialidade associada ao cargo traria vantagens também para o dono do hotel, na medida em que, funcionando como uma espécie de complemento não-monetário ou salário indireto à mísera remuneração formal, ela assegurar-lhe-ia simultaneamente os baixos custos com a mão-de-obra e um fluxo contínuo de rapazes desejosos de ocupar a vaga deixada pelos que fossem embora.

De fato, é inegável que, após trabalharem no hotel, diversos *guardas* arrumavam alguma ocupação junto aos hóspedes que conheceram lá: auxiliando os funcionários das consultorias minerais nos seus trabalhos de campo (como guias, “ajudantes de topografia” ou simplesmente carregando equipamentos); prestando serviços em pequenas empreiteiras contratadas para realizar obras – em geral em instituições públicas – em Minaçu; ou mesmo sendo contratados temporariamente pelas firmas que instalavam linhas de transmissão e construía subestações elétricas. Também as mulheres que trabalhavam no hotel – faxineiras, arrumadeiras, atendentes – se serviam desta proximidade com os funcionários para tentar providenciar emprego; geralmente não para elas, mas para maridos ou parentes.

Ah, você está hospedado aí? Você está com essa pessoal da *firma* que trabalha com sondagens? Sou irmão da Madalena, a arrumadeira aqui do hotel, e ela me contou que

esse pessoal de vocês chegou aqui ontem ou anteontem. Sou operador de sonda, quero saber se dá um jeito de arrumar uma vaga pra mim....

O fato de que os *guarda* efetivamente encontravam outros empregos trabalhando com esta ocupação não significa, porém, que eles se dispusessem a desempenhar esta função com a ‘intenção’ de, através dela, obter estes outros empregos. Acima de tudo, o que me parece problemático, neste caso, é descrever o que se passava com estes rapazes em termos de ‘intenções’.

Ao invés de apelar para algum tipo de racionalidade onde a busca de determinados fins explicaria o recurso a certos meios, parece-me mais interessante pensar estas situações pela consideração de certo tipo de ‘disposição’ característica não apenas destes *guardas*, mas presente – em alguma medida, e com ‘intensidades’ variadas – em todos estes *jovens* de que falo aqui.

Sair no liso

Na porta do meu hotel, eu encontro sentados dois rapazes que estão em Minaçu trabalhando para uma empreiteira responsável pelas obras da nova sede do Correio. Estranho a ausência de Miguel, colega de ambos e sempre junto deles, e pergunto:

- E onde é que foi parar o Miguel, que não está aqui?
- Ah, ele recebeu um telefonema lá de Rio Verde. Não sei se é coisa de mulher, ou se é trabalho... *Saiu no liso*, se mandou...

Miguel recebeu o telefonema, arrumou rapidamente suas coisas, avisou que estava partindo – e partiu. Sem tempo a perder, sem hesitação, sem demora. Ao que parece, não estava esperando aquele telefonema: se estivesse, porque teria tido o trabalho de cruzar o estado inteiro para chegar em Minaçu, onde ficou pouco tempo para logo em seguida rumar para uma cidade próxima daquela de onde viera? Pelo que soube de seus colegas, nenhuma emergência ou acidente havia ocorrido. De certa forma, parece-me que, se ele não esperava o telefonema, por outro lado não se surpreendeu com ele. (Assim como não se surpreenderam seus colegas com sua partida). O telefone simplesmente tocou, uma oportunidade se colocou em seu caminho, ele não pensou duas vezes em agarrá-la. Não carregava muitas malas, não tinha nada a resolver antes de partir, não estava comprometido com ninguém nem atrelado a nenhum contrato, pôde ir-se sem muitos preparativos ou hesitação. *Vazou rápido*, “que nem gás”.

Sair no liso: neste e em outros casos, essa expressão permite a descrição de certo tipo de ‘disposição’ que ilumina os exemplos etnográficos apresentados acima. Disposição: antes

um estado de espírito ou do corpo – uma tendência, inclinação ou propensão – do que um intento ou propósito. Disposição que faz com que alguém “vá levando”, ficando atento ao que se passa, buscando favorecer o acaso, sem se comprometer em demasia. Disposição para partir sem delongas, sem vínculos ou amarras que atrasem, dificultem ou impossibilitem a partida – qualquer demora, qualquer atraso, e a oportunidade que surgiu pode estar perdida. Disposição para não criar amarras nem possuir uma bagagem pesada demais. O *sair no liso* pode, neste sentido, ser contraposto ao *puxar a carreta*: os que apelam a esta última velocidade¹⁰⁶ arrastam consigo toda a sua tralha, um ou outro parente junto, abandonam uma *casa* tendo já em mente a ocupação de outra, são certamente mais lentos e pesados... Disposição que favorece um estar sempre atento, colhendo aqui e ali uma informação, apelando à “rádio-peão” para se informar sobre os lugares “quentes”, sobre onde as oportunidades abundam... Disposição que envolve a capacidade de ser versátil e polivalente, e *coragem* e *valentia* para não perder uma chance que se faz presente em situações inóspitas ou desfavoráveis...

Combinei de tomar uma cerveja com Diego e Pernambuco, e na mesa estou sentado ora com um ora com o outro. “A gente é assim mesmo, a gente não pára quieto... Mas é que temos que resolver nossas coisas, não dá pra parar quieto não. E vou rápido ali na casa da minha irmã e já volto!”. Mesmo sentado na mesa, Diego não se restringe a beber e conversar. “Tem que ficar sempre de olho, sabe-se lá quem vai aparecer aí...”. Enquanto isso manda, via o garçom, cantadas escritas no guardanapo para as moças sentadas no outro extremo do bar; e espera o momento certo para abordar um conhecido, “aquele homem ali do canto, bem vestido – pois agora eu acho que descobri quem vai me ajudar a resolver aquela *coisa*...”

¹⁰⁶ Com o termo “velocidade”, não estou designando apenas uma grandeza de ordem física (a distância dividida pelo tempo necessário a percorrê-la). Procuo sim destacar a existência de uma multiplicidade de formas de deslocamento possíveis, cada uma com seus significados, implicações e potencialidades - estou levando em consideração justamente o que me parece ser a forma nativa de concebê-la. A velocidade se refere assim não a uma unidade abstrata e homogênea, passível de ser quantificada e expressa a partir de uma medida comum (quilômetros por hora, por exemplo): mas a uma grandeza na qual variações quantitativas implicam em transformações qualitativas – passar de uma velocidade a outra implica numa mudança de agenciamento, *correr* não é apenas *andar* mais rápido (como, a cavalo, marchar é algo ‘substancialmente’ diferente de trotar ou correr, a diferença entre estas coisas não se resumindo a uma questão de grau – o que mede, por exemplo, os km/h – Deleuze e Guattari 1997b). Uma velocidade, nos termos destes últimos autores, é uma grandeza “intensiva”: aquela que não pode aumentar ou diminuir quantitativamente sem uma mudança qualitativa, sem mudar de natureza.

Flexibilização das relações de trabalho e mobilidade

É preciso tomar cuidado, nessa discussão, para não encarar estas constantes mudanças de empregos como meros reflexos das dinâmicas econômicas e ocupacionais ‘externas’ ou ‘exógenas’ a estas pessoas. Aquelas transformações que usualmente identificamos a termos como “pós-fordismo”, “reestruturação produtiva” ou “flexibilização das relações de trabalho” não passaram despercebidas para os moradores de Minaçu – principalmente no que se refere à SAMA, como vimos no capítulo anterior. Esta última, e em total acordo com aqueles seus atributos ‘maternos’, permitiu a muitos vislumbrar e conhecer (mais do que experimentar ou vivenciar) determinado tipo de relação de trabalho marcada pela estabilidade e pela longa duração – contraponto ao *febril*, ao *mundano* (adjetivo extraído da categoria nativa *mundo*, que no próximo capítulo será apresentada ao leitor). Mas nos últimos tempos as coisas mudaram – cansei-me de ouvir isso –, agora nem mesmo a SAMA *segura* as pessoas... No diálogo que ouvi na porta do meu hotel, um dos ali presentes destacava:

A SAMA está terceirizando tudo, né? As máquinas paradas lá dentro, e esse monte de empreiteira fazendo o serviço que antes a própria SAMA fazia... Esse serviço seu mesmo, manutenção de máquina. Antes era o próprio pessoal da SAMA que fazia isso, lembro do Seu Dagoberto mexendo com estas coisas... As coisas não estão boas aqui mesmo não.

Nesse sentido, as transformações que levaram a esta terceirização parecem ter servido muito bem aos propósitos ‘aventureiros’ destes jovens trabalhadores: mas elas certamente não são responsáveis pela emergência desta disposição – está última está, de acordo com uma das teses centrais deste trabalho, radicada numa longa tradição de mobilidade ‘sertaneja’, que será explicitada melhor à medida que avancemos por estas páginas.

Da mesma forma, o trabalho temporário na construção de grandes barragens (ou em qualquer outro tipo de atividade) atualiza esta mesma tradição, criando condições para que ela prossiga e se modifique ao longo do tempo. Na mesma direção, o próprio momento em que realizei meu trabalho de campo ofereceu condições particularmente favoráveis para a intensificação deste “aventureirismo ocupacional” (Bezerra 2007): tenho em mente o contexto econômico mais amplo do país nestes últimos anos, com a taxa de desemprego em baixa e investimentos vultuosos em obras de infra-estrutura e nos setores ligados à exportação de commodities minerais e agrícolas¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Tratando de um caso que vai na direção oposta aos considerados aqui, o dos operários “imobilizados” na usina açucareira, Leite Lopes (1978, p. 56) comenta: “Para o atual profissionalista a época em que era *servente* correspondia à fase de seu ciclo de vida em que era jovem, solteiro, a própria mobilidade de seus antigos empregos é vista com os olhos de uma certa idealização do passado (...) E a essa nostálgica imagem do passado alia-se, por vezes, o sentimento de que no caminho percorrido houve a troca dessa mobilidade favorável, dessa *fatura* de serviço, por uma estabilidade

Voltarei ao tema da *aventura* no capítulo 4, numa discussão que em grande medida se articula com os temas tratados nesta seção.

2.3 Em Defesa da Sociedade

Aparecida, minha amiga, já há tempos sentia vontade de voltar a morar em Rubiataba, município do norte-goiano localizado não muito distante de Minaçu e onde ela havia sido criada. Com esta possibilidade na cabeça, aproveitou uma visita à sua terra natal, onde já há anos não punha os pés, para se inteirar sobre o vinha se passando ali. Procurou então saber quanto estava o salário de um varredor de rua, atividade com que ela se ocupara antes de ser *encostada* temporariamente em função de um problema de saúde. Era dessa aposentadoria que ela vivia na época em que a conheci, e era a aposentadoria também a razão de inquietações que tiravam o *sossego* de Aparecida. Até quando ela continuaria recebendo esse dinheiro? Ela teria que se submeter a uma nova perícia? Em breve?

Em Rubiataba, Aparecida descobriu que se pagava muito menos ao varredor de rua que em Minaçu: menos de trezentos reais, enquanto que nesta última cidade, com as horas extras, podia-se ganhar até mesmo seiscentos. Ela descobriu também que lá não havia *firmas* (e nem *movimentos* como o MAB, que lhe assegurava uma cesta básica todos os meses). Em função disso tudo, decidiu que era melhor, ao menos por enquanto, continuar morando em Minaçu.

Sempre interessada no que se passava a esse respeito, Aparecida comentou comigo (três, quatro, cinco vezes?) que havia uma *firma* nova cuidado do lixo em Minaçu – “você não reparou ainda nestes que andam com um uniforme laranja?”. De fato, difícil seria não ter notado isso, já que os garis e lixeiros vestidos assim pululavam por todos os cantos da cidade, varrendo e limpando o dia inteiro. Eu já havia notado como as ruas da cidade estavam sempre limpas, e isso a despeito do fato de que as pessoas de lá não pareciam ter maiores escrúpulos – como por esses nossos lados também – em atirar no chão lixo ou qualquer objeto de que queriam se livrar. Explicaram-me depois que se havia tanta gente contratada para essa função era menos por uma preocupação com a limpeza do que pela necessidade da prefeitura fornecer emprego para os moradores da cidade.

ilusória, escravizada pelas longas jornadas de trabalho que mal equivalem a uma subsistência precária do operário e sua família’.

Por aqueles mesmos dias, ouvi uma conversa onde se elogiava uma iniciativa recém-tomada pelo prefeito. Ele decidira terceirizar o serviço de limpeza pública, tendo em vista justamente o objetivo de privilegiar os locais na hora da contratação dos funcionários incumbidos desta tarefa. Uma das pessoas que dialogavam falava então sobre um parente: este último tinha já há muito tempo a ambição de arrumar um emprego como varredor, mas nunca o conseguia porque tinha pouco estudo e, no concurso público realizado para o preenchimento das vagas, era invariavelmente desclassificado. O que indignava especialmente estas duas pessoas que conversavam era o fato de que estas vagas estavam sendo ocupadas por pessoas de fora da cidade – ao que parece, atraídas também pela remuneração relativamente alta concedida pela prefeitura de Minaçu. Era diante deste quadro que lhes parecia bastante justa a decisão do prefeito. Eliminando o concurso e criando uma empresa terceirizada, ele podia assim oferecer uma oportunidade não apenas para os moradores da cidade; mas para aqueles que, dentre estes últimos, eram os mais necessitados e *pobres*. Estes últimos, afinal, que chance teriam de passar num concurso?

Num lugar onde grande parte da população é analfabeta ou estudou muito pouco, de fato os concursos públicos não são vistos com bons olhos por aqueles que pretendem arrumar um emprego. É esse, de fato, o caso de muitos dos meus conhecidos da secretaria do MAB. Por mais de uma vez ouvi reclamações a esse respeito: “como é que pode, nem de cozinheira eu consigo trabalhar mais! Até pra isso, pra ser uma simples cozinheira, tem essa coisa de concurso!”. Zulmira angustiava-se ao lembrar-se que seu contrato temporário de “serviços gerais” para trabalhar numa escola da prefeitura estava chegando ao fim. (Ela era, nesta época, uma das pouquíssimas pessoas que freqüentavam a secretaria do MAB e que tinham um ‘emprego’, ou algo próximo a isso, exigindo-lhe o cumprimento de uma jornada regular e assegurando-lhe um rendimento certo e seguro no fim do mês – mas isso apenas enquanto durava o contrato, naturalmente). Em breve haveria um concurso, mas como Zulmira poderia obter uma vaga assim, que chance teria? Por outro lado, ela mesma destacava algo que relativiza o que poderia ser entendido como um viés ‘keynesiano’ por detrás das políticas do prefeito acima mencionadas: mesmo que não houvesse o concurso, como ela conseguiria uma vaga, já que o prefeito tinha uma família tão grande, e tantos deles precisavam de algo para fazer? (Zulmira parecia esquecer-se aí, porém, de que sua casa fora obtida junto a esse mesmo prefeito, pela mediação de seu compadre, muito próximo a ele).

De fato, parece ser mesmo comum que os prefeitos do norte de Goiás se mostrem preocupados em assegurar que os empregos gerados em seus municípios sejam ocupados por

seus moradores, e não por forasteiros. Numa entrevista ao jornal Diário do Norte¹⁰⁸, o presidente da Câmara Municipal de Barro Alto, cidade onde está sediada a mineradora Anglo American, destaca seus esforços no sentido de assegurar que, das 700 novas vagas criadas por essa empresa, um percentual significativo – uma cota? – seja destinada aos que “já residem em Barro Alto há muito tempo”.

Nós, de Barro Alto, no geral, independentemente de política, estávamos muito insatisfeitos com o que estava ocorrendo na empresa (Anglo American). Entendemos que não temos o direito de interferir, até porque se trata de uma empresa privada; e não de um órgão público. Fizemos nossas reivindicações, como vereador e representante do povo de Barro Alto, no sentido de entender o porquê deles estarem trazendo pessoas de fora para atuar em nosso município, sem ofertar essas vagas para Barro Alto. A direção da empresa, de imediato, marcou uma reunião com todos os vereadores, fomos até lá, conversamos e eles começaram essas contratações. Vemos que isso agora está acontecendo. Graças a Deus, esse é um problema que está sendo resolvido. Acho que a Anglo está fazendo a coisa certa, mas ela precisa capacitar mais ainda as pessoas de Barro Alto. Não que sejamos contra a vinda de pessoas de fora, mas queremos que seja dada prioridade dessas vagas para quem já reside em Barro Alto há muito tempo.

Da mesma forma, uma reportagem desta mesma edição deste jornal, tratando das obras da ferrovia Norte-Sul no trecho localizado no município de Jesópolis, destaca como ponto positivo o fato de que “várias pessoas da cidade foram contratadas para atuarem na obra até o final do ano, o comércio do pequeno município já sentindo os efeitos do progresso que a Norte-Sul deve garantir a Goiás”.

Não é meu objetivo aqui entrar em maiores detalhes a respeito das desesperadas (e por vezes tresloucadas, na opinião de diversos dos meus interlocutores) tentativas dos “representantes do povo” destes municípios induzirem o “desenvolvimento” e gerarem empregos para suas respectivas regiões. Por hora, essa discussão interessa pela sua articulação com discussões que serão desenvolvidas mais à frente. Como este caso mostra, um “representante do povo” tem, entre suas atribuições prioritárias, a obrigação de providenciar emprego para aqueles que ele representa – manifestando-se, por exemplo, diante da ameaça destes empregos serem ofertados para “pessoas de fora”. No capítulo 5, mostrarei como os *coordenadores* do MAB, também eles auto-proclamados “representantes do povo”, buscam fazer algo parecido. Discutirei também como, nestes dois casos, o “povo” é definido e delimitado enquanto grupo sobre o qual está centrado o interesse destes representantes em função de sua relativa imobilidade: afinal de contas, é preciso que “seja dada prioridade dessas vagas para quem já reside em Barro Alto há muito tempo”. Neste sentido, o *povo* (ou esse seu correlato íntimo, a *sociedade*) se contrapõe explicitamente às “pessoas de fora”. Mas

¹⁰⁸ Diário do Norte, edição 835, 3/5/2010.

não a quaisquer “pessoas de fora”, e não de qualquer maneira. É preciso não confundir estes ‘bárbaros’ que chegam com a intenção de perturbar e desorganizar a *sociedade*, roubando empregos e mulheres (veremos mais sobre isso no próximo capítulo) com aquelas pessoas *ricas e lidas* – engenheiros ou *pesquisadores*, e.g. – que são também “homens de fora”.

Neste capítulo, busquei mostrar como dois grupos de pessoas experimentam de maneira diferenciada as transformações pelas quais passou a cidade de Minaçu nos últimos anos. Se para os homens mais velhos e as mulheres de uma forma geral a chegada das barragens implicou em dificuldades de toda ordem, para jovens rapazes as coisas se passaram de outro modo, dada a possibilidade deles obterem empregos naquele “circuito dos grandes projetos” ou em atividades correlatas.

No capítulo seguinte, são também pessoas como essas os meus protagonistas. Mas aí a oposição e a tensão entre eles se atualizam em outros espaços, circunstâncias e condições: pois passarei a considerar estas pessoas dentro da *casa* (ou nos seus limites e proximidades), enquanto pais e filhos, sogros e genros, uns defendendo e outros ameaçando a *família*...

CAPÍTULO 3 – O TRECHO E A FAMÍLIA

Parte 1 – O Trecho e os Peões.....	177
1.1 O Trecho na Literatura	178
1.2 Peões para Todo Lado	184
Parte 2 – A Socialização na e para a Mobilidade	189
2.1 Homens no Trecho, Pés-de-pano e Barraginhos	190
2.2 Encontros e desencontros	209
2.3 Andar ou correr? Os Pés e suas Diferentes Velocidades.....	218
Parte 3 – O Mundo e o Trecho	225
3.1 A Família e a Mobilidade Enquanto Valores	225
3.2 Do Mundo ao Trecho.....	238



Fig. 9: O Trecho e a Família

Foto: Dimas Guedes

Resumo do Capítulo

Neste capítulo a tensão entre movimentos e estabilidades/durações se manifesta na oposição existente entre o *trecho* e a *família*, concebidos enquanto universos ou domínios distintos (mas certamente miscíveis) na vida de cada pessoa – cada um deles remetendo, idealmente, a diferentes valores e formas de sociabilidade. Ao longo do capítulo, busco então discutir uma série de situações referentes às relações entre homens e mulheres, pais e filhos e entre parentes no geral, contextualizando a partir delas algumas das transformações enfrentadas por Minaçu e seus *(de)moradores* nos últimos tempos. Examino ainda as categorias *trecho* e *mundo*, apelando também para a literatura para sugerir como uma tradição de mobilidade bastante antiga foi tensionada e transformada por mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no centro-norte do país a partir de meados do século passado.

PARTE 1 – O TRECHO E OS PEÕES

*O meu pai foi peão; minha mãe, solidão
Meus irmãos perderam-se na vida à custa de aventuras*
Renato Teixeira – Romaria

Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai; quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele. Não me envergonho, por ser de escuro nascimento. Órfão de conhecimento e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nesses sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: - “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo mundo faz?” “-Quer criar nada não...” – me deu resposta: – “Eu gosto muito de mudar...” Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem. Belo um dia, ele tora. É assim. Ninguém discrepa. Eu, tantas, mesmo digo.

Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

Aquele sábado era um dia de festa. Anderson, o filho de Regina e Altino, havia retornado de Goiânia, onde estudava, para passar o feriado em casa. O tucunaré que eu comprara estava sendo preparado na cozinha, de três maneiras diferentes: frito, assado e no molho. Um dos adolescentes presentes disse que não gostava de peixe no molho, e que nem provaria o tucunaré feito assim. Altino, um pouco contrariado diante desse comentário, virou-se para mim e perguntou, com o rosto sério e a voz enérgica:

- Onde já se viu essa *mordomia*? Sabe o que é isso? Sabe qual o problema desse menino? Sabe?
- Não sei não, respondi.
- Pois eu vou te dizer: é falta de *rodar o trecho*, não tenha dúvida!

E mais uma vez eu me deparava com uma referência a esse misterioso *trecho*. Àquela altura, porém, eu já era capaz de entender um pouco melhor o que estava em jogo nesse tipo de alusão. No hotel onde eu ficava quando estava em campo abundavam as referências ao *trecho*. Os que estavam hospedados lá – representantes comerciais; gente contratada por *firmas*, fazendo *pesquisa* de minérios, instalando linhas de transmissão ou construindo subestações de energia elétrica – costumavam dizer, com frequência e referindo-se à situação em que se encontravam, que estavam *correndo o trecho*. Essa expressão me parecia articular-se diretamente a seus bem-humorados relatos a respeito das confusões que arrumavam trabalhando longe de casa, se instalando provisoriamente nos lugares mais diversos, sempre envolvendo mulheres e bebidas, e *aventuras*... Ela parecia remeter também ao que, durante suas viagens, eles viam e viviam nos mais variados cantos do interior do país (e,

eventualmente, até mesmo no exterior). De certa forma, naquele dia da festa não deixava de me parecer curioso que, no seio de uma reunião familiar como aquela em que eu me encontrava, eu presenciasse mais uma menção ao *trecho*.

1.1 O Trecho na Literatura

Na literatura acadêmica, o termo *trecho* pode ser encontrado em dois conjuntos diferentes de textos. Tratando de temas e pessoas distintos, os autores de um e outro destes dois conjuntos pouco ou nada dialogam entre si, a julgar pela raras vezes em que eles são citados uns pelos outros.

A literatura: grandes projetos e trabalho

A partir dos anos 80, o termo “trecho” começa a aparecer numa série de trabalhos acadêmicos voltados para o estudo de trabalhadores “móveis” ou “itinerantes”, em geral no centro-norte do país e no contexto da discussão do que seus autores vão chamar freqüentemente de “grandes projetos”: empreendimentos agropecuários, mineradoras, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, obras de infra-estrutura.

Na maior parte destes trabalhos, este termo aparece vinculado a um personagem peculiar: o “peão do trecho”. No caso considerado por Esterici (1985, pp. 176-7), estes peões são os trabalhadores “trazidos em grandes levas” para trabalhar num projeto de colonização no nordeste do Mato Grosso, às margens do Araguaia. A autora descreve a visão depreciativa que os moradores do local nutriam a respeito desses homens, estranhos que chegavam em grande número e que pareciam trazer consigo todos os signos da “desorganização social”: eram “‘sem família’, ‘sem compromisso’, ‘largados’, ‘bêbados’, ‘vendidos’”, e para atendê-los logo uma zona de prostituição foi instalada no local. O cenário e as representações aí presentes vão se repetir na discussão de outros autores que mencionam igualmente estes “peões do trecho” como a mão de obra ‘migrante’ de grandes empreendimentos agrícolas: é esse o caso dos maranhenses que vão para Mato Grosso trabalhar nas plantações de soja nos dias atuais, objeto de estudo de Rumstain (2008)¹⁰⁹. Martins (1988), Figueira (2004) e Costa

¹⁰⁹ Ao contrário do que ocorre com a maior parte dos autores, que apenas menciona o *trecho* eventualmente, na dissertação de Rumstain (2008) esta categoria assume uma centralidade singular, e as implicações disso não são triviais – em especial para minha pesquisa, que deve muito à leitura deste trabalho. Privilegiando o ponto de vista nativo em detrimento dos conceitos e noções usualmente utilizados para dar conta da ‘mobilidade’ dos trabalhadores, esta centralidade (‘analítica’) remete

(2008) enfatizam as precárias condições de trabalho enfrentadas por estes mesmos “peões do trecho”, vítimas por excelência do trabalho escravo no Mato Grosso, Pará, Bahia, Goiás, Maranhão e Piauí.

No que se refere às barragens, Magalhães (1983, p. 109), tratando do caso de Sobradinho, faz também referência ao “peão do trecho”: neste contexto, ele seria “fundamentalmente aquele que, se deslocando de obra em obra, em locais diferentes, vive de ‘trecho em trecho’”. Da mesma forma, Souza (1990, p. 26), analisando a obra de Tucuruí, menciona o trecho ao evocar estes mesmos peões, trabalhadores “subcontratados (...) que por força dos vínculos contratuais e relações trabalhistas se vêem obrigados a viver em condições extremamente precárias seja nos alojamentos institucionais, seja na sede municipal e nos beiradões que cojetam o canteiro e sua vila residencial”.

Antonaz (1995, p. 56), estudando os trabalhadores do Projeto Albrás-Alunorte no Pará, não menciona estes peões. Por outro lado, destaca a “vivência dos projetos” como característica primordial daqueles que “correm o trecho”. Ela enfatiza assim a presença marcante de grandes projetos na vida dos trabalhadores, alguns deles nascidos e criados em vilas operárias na Amazônia em função da ocupação de seus pais. Alguns destes últimos seriam, segundo ela, *barrageiros*¹¹⁰. Para compreender a especificidade do que se passa com o que trabalham na Albrás-Alunorte, seria necessário assim levar em consideração “todos os grandes projetos vividos e introjetados pelos trabalhadores da fábrica (...) [seja] em Tucuruí, em Carajás, na Serra do Navio, no Jari” (id., p. 36)

Na sua autobiografia – sintomaticamente intitulada *Urrando no Trecho. Recordações de um Engenheiro de Obras* – Corrêa (2007, p.11) apresenta uma explicação para o surgimento do termo *trecho*:

também ao quão fundamental o *trecho* se apresenta para as pessoas em questão enquanto vivência e objeto de reflexão, e quão complexas e diversas podem ser as experiências articuladas a essa categoria.¹¹⁰ Cabe destacar que a associação entre grandes projetos como as barragens e a indústria mineral – mineradoras, siderúrgicas, metalúrgicas, beneficiadoras dos minerais não-metálicos (caso do amianto) – aí explicitada não se deve a uma coincidência. A relação entre esses dois ramos é fundamental também para a compreensão da área em que estudo. Assim como o leste do Pará, o norte de Goiás (onde se encontra Minaçu) é uma área que, de acordo com o vocabulário dos geólogos, poderia ser chamada de uma “província mineral”, destacando-se pelas jazidas dos mais diversos tipos encontradas aí. Não é por acaso que nestas regiões proliferem usinas hidrelétricas, dado o caráter eletro-intensivo (ou seja, a grande necessidade de energia) desta indústria mineral, seja no que se refere e.g. ao alumínio da Albrás estudada por Antonaz (1995; suprida pela Usina de Tucuruí considerada por Magalhães 1986) ou ao níquel e ao amianto presentes naquela região de Goiás. Para o caso a que me dedico, é preciso ressaltar que a transição do trabalho de um ramo de atividade para outro é facilitada não apenas pela proximidade geográfica ou pelo fato da *profissão* aprendida em um setor poder ser exercida no outro, mas também porque frequentemente as mesmas empreiteiras se encontram presentes em frentes diversas. É esse, por exemplo, o caso da Camargo Corrêa, principal responsável pela obra da usina de Serra da Mesa e pela ampliação da planta da Anglo-American em Barro Alto.

“[Este termo] vem das grandes e lineares obras de estrada onde é prática comum dividir-se o volume global de serviço em lotes, entregando-os a várias empreiteiras. Evita-se assim uma arriscada monopolização da construção e, aproveitando o natural espírito de competição inerente ao ser humano, obtém-se um desenvolvimento uniforme, de menor custo e de menor qualidade nas diversas frentes, ou trechos, da obra. É comum, num casual encontro entre operários que constroem uma mesma rodovia, a pergunta: ‘Em que trecho você está?’, seguindo-se a resposta que identifica a empreiteira responsável pelo mesmo e os quilômetros que limitam sua faixa de atuação. O tremo Trecho extrapolou suas iniciais fronteiras e como se todo o Brasil fosse um imenso canteiro de serviços, passou a designar todas as grandes obras e os homens que as executam, os peões do Trecho, nômades por excelência e necessidade”.

Esta é a única explicação para o termo que conheço¹¹¹. Uma passagem do livro de Velho (1981, p. 146) parece corroborá-la, sugerindo, a partir do uso deste termo numa situação concreta, como se dá o deslizamento do seu sentido inicial para aquele que discuto aqui: “São Domingos do Araguaia também serviu de acampamento de novembro de 1970 a fevereiro de 1971 para a firma empreiteira do trecho [ou seja, para a firma responsável pela construção deste pedaço da Transamazônica]. Eram mais de duzentos homens, criando um movimento nunca visto no povoado”. Velho (1981) reproduz assim, no seu texto – aparentemente, sem a intenção deliberada de destacá-la, e talvez de modo inconsciente – a associação (nativa, sem sombra de dúvida) entre o termo e a chegada dos “mais de duzentos homens” no povoado.

Também Garcia Jr. (1983, p. 61, grifos meus) nos apresenta uma passagem onde a menção a um “trecho de estrada” pode apresentar ressonâncias que o associa ao tópico que discuto aqui. Este autor discute, no seu trabalho e nesta passagem em particular, a situação dos pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco:

“[Depoimento] – As terras boas daqui é dos ricos criar gado, que nem eu lhe amostréi. Mas as daqui [refere-se às suas terras e a de seus irmãos] é um trecho de estrada também, só para não morar com eles, pra não ser sujeito a eles” – Note-se que é bem marcada a inviabilidade da pequena produção em seus próprios termos, pois refere-se à terra controlada por si próprio e seus irmãos como ‘um trecho de estrada’. Como tal, serve apenas para aí terem suas *casas*, mas não para aí *botarem roçado*. Nem por isso deixa de se opor à situação de *morador*. Residir no seu “trecho de estrada” evita que seja *sujeito a um grande proprietário*. Isto significa que pode dispor de sua própria força de trabalho e da de seu grupo doméstico como lhe aprouver. Caso não esteja conseguindo produto e/ou renda para assegurar a subsistência de sua família segundo os padrões socialmente estabelecidos, o pequeno proprietário pode tentar obter o complemento necessário vendendo sua força de trabalho ou através do pequeno comércio.”

¹¹¹ Perguntei a diversos dos meus conhecidos em Minaçu se eles sabiam qual era a origem do termo. Alguns me olhavam surpresos diante da questão que eu colocava – como se eu estivesse perguntando-lhes, “por que ‘garrafa’ ou ‘casa’ se chamam assim?”. Depois fui me dar conta de que, sendo este um termo conhecido e banal para eles, ele certamente não lhes estava colocado da mesma forma que para mim.

Ainda que a associação desta passagem com a minha discussão aqui seja um tanto quanto especulativa, transcrevo a passagem por aí existir a sugestão de uma característica do *trecho* particularmente saliente entre meus interlocutores mas que, nesta literatura que conheço é bastante pouco considerada (se excetuamos, mais uma vez, o singular trabalho de Rumstain 2008): a promessa de autonomia e liberdade que este ‘espaço’ parece encerrar.

A literatura: os trecheiros

Uma série de trabalhos recentes, realizados por psicólogos, sociólogos e antropólogos, tem feito referências ou se dedicado ao estudo dos “trecheiros”: Justo e Nascimento (2005), Peres (2002), Garcia et al. (2008), Araújo (2004), Magnani (s/d); Brognoli (1997; 1999); Nascimento (2008); Mendes (2007). Os trecheiros seriam, grosso modo, andarilhos de estrada, encontrados em São Paulo e no sul do país, “passando pelas cidades sem nelas se fixar” (Mendes 2007, p. 13), “caminhando solitariamente pelos acostamentos das rodovias com um saco às costas onde carregam todos os seus pertences” (Nascimento 2008, p. 42).

Os contornos de sua autodefinição permitiriam diferenciá-los de outros grupos com quem frequentemente são confundidos. Para Brognoli (1999, p. 63), é o que ocorre com a oposição entre “trecheiros” e “pardais”, sendo que os últimos “adotam, geralmente, percursos estabelecidos e relativamente pequenos, dentro de uma mesma cidade ou entre cidades próximas, se comparados aos trajetos dos *trecheiros*, que se verificam amplos e não planejados”. Já no albergue estudado por Garcia et al. (2008, s/p), três tipos de “usuários” são distinguidos: “‘morador de rua’ (aquele que não se adapta mais a um estilo de vida rigoroso e disciplinado), o ‘migrante’ (aquele que viaja com toda a família em busca de emprego, procurando habitualmente trabalhar no corte de cana ou de caseiro em chácaras) e o ‘itinerante’ (aquele que transita de cidade em cidade, que ‘vive do expediente de itinerante’). Para estes autores, são estes últimos, os itinerantes, que se definem como “trecheiros”. Num estudo sobre “moradores de rua”, Mendes (2007, p. 20) selecionou os seus entrevistados em função dos “critérios de classificação da população de rua criados pelos próprios moradores”, escolhendo assim três “trecheiros”, três “maloqueiros (moradores de rua que moram em casas improvisadas)” e três “caídos (moradores de rua que estão em avançado estado de degradação física)”¹¹².

¹¹²Nos três trabalhos de maior fôlego tratando desta temática (Brognoli 1999; Mendes 2007; Nascimento 2008) a oposição entre os trecheiros e os migrantes ou trabalhadores migrantes é particularmente importante, definindo conceitualmente um atributo ou potencialidade dos primeiros que os distingue dos últimos. Nos três casos, é a distinção de Deleuze e Guattari (1996) entre “nomadismo” e “sedentariade” (e/ou entre máquina de Guerra e aparelho do Estado, liso e estriado,

As diferenciações assim apresentadas – referentes a categorias nativas de auto-identificação, à terminologia com que operam agências do Estado, a distinções conceituais – se colocam num plano sincrônico. Por outro lado, ao considerarem as trajetórias dos indivíduos em questão, e buscando apresentar algumas das razões que os levaram a se tornar trecheiros, estes mesmos autores vão com frequência evocar seu passado como “migrantes”, “trabalhadores itinerantes” ou “mão de obra volante”. Segundo Mendes (2007, p. 84; grifos meus), isso se explica porque, tal como o trecheiro, o “migrante se encontra desterritorializado e o trecho se lhe apresenta como território possível, o mesmo ocorrendo no caso dos itinerantes e dos transumantes. Por isso é comum que os trecheiros tenham sido, e eventualmente sejam, ajudantes de caminhoneiro, vendedores ambulantes, garimpeiros, trabalhadores rurais, peões de obra etc”.

São as informações contidas nesta última sentença o que realmente me interessa aqui. No início desta seção, mencionei que estes estudos têm se concentrado nos *trecheiros*. Em praticamente todos eles, existem também referências, menos trabalhadas e extensas, ao que seria o espaço correlato destes *trecheiros*: o *trecho*. As práticas, valores e categorias presentes neste *trecho* mencionado na literatura sobre os trecheiros em muito se confundem com aquelas que fui encontrar no meu trabalho de campo – naturalmente, funcionando em circunstâncias bem distintas.

Informações e categorias como essas evidenciam como a experiência destes “trecheiros” está associada a uma ‘migração’ e ‘transformação’ dos elementos que discuto aqui: que parte do norte em direção ao sul, naturalmente. Ao que me parece, nenhum dos autores que trataram deste tópico relacionou estes trecheiros ‘sulistas’ ao *trecho* de que trata a

etc.) o que inspira os autores. De uma forma simplificada, poderíamos dizer que a diferença entre o nomadismo e a sedentariedade diz respeito à natureza da relação entre pontos (de destino e de chegada) e linhas (o trajeto, o percurso) nestas formas de ‘mobilidade’. No caso dos migrantes, o que ocorre é que as linhas estão subordinadas aos pontos: o trajeto se justifica pelo ponto que está em seu fim. Já para os trecheiros teríamos o caso contrário: a circulação é um objetivo em si mesmo, as ‘paradas’ se justificando em prol do seu prosseguimento. “Diferentemente do que ocorre com a maioria dos itinerantes que escolhe o percurso em função das oportunidades de trabalho, o trecheiro não determina o trajeto a ser percorrido porque não tem destino certo e definido ao perambular pelas estradas. Nesse caso, não é a busca direcionada do trabalho que determina a rota a ser seguida, pois o trecheiro segue para lugar nenhum. A busca pelo trabalho pode funcionar apenas como uma maneira para se manter sempre em movimento. Mesmo quando ele encontra condições favoráveis para fixar-se, a tendência é abandonar este posto tão logo ele comece a lhe exigir a permanência no mesmo lugar” (Nascimento 2008, p. 42). “Enquanto os migrantes e os trabalhadores itinerantes se movem por entre pontos que desejam ocupar, os trecheiros e os moradores de rua ocupam os pontos por onde se movem, sua existência transcorre na passagem, ela não se realiza no destino. Enquanto os migrantes e trabalhadores itinerantes se caracterizam por sua mobilidade, os trecheiros e moradores de rua se caracterizam pelo seu nomadismo, ou seja, por sua reterritorialização na rua, no trecho, enfim, no próprio processo de desterritorialização” (Mendes 2007, pp. 51-2)

literatura dos grandes projetos. Qualquer procedimento comparativo nesse sentido é inegavelmente frutífero: e mais do que isso, reforça e complexifica a idéia de uma ‘tradição popular de mobilidade’ (algo que tratarei logo abaixo) como vetor ou linha de força difusa que trespasa e se atualiza em situações as mais diversas, através de uma série de transformações e migrações tais quais as acima mencionadas.

No meu campo, “trecheiro” é um termo pouco usado, e que evoca acima de tudo a malandragem deste que *corre o trecho*. Imagino que para os moradores de Minaçu o “trecheiro” de que trata esta literatura poderia ser descrito como alguém que vive “como um peregrino”. (O que traz à tona as concepções locais sobre uma modalidade de deslocamento em que se fundem o sofrimento, a miséria e a renúncia ou promessa religiosa. Ver, a esse respeito, Vieira 1989).

Wendersson, o trecho e os trecheiros

É seguindo a trilha destes “trecheiros” acima mencionados que nos encontramos aqui com Wendersson, que nos conta um pouco sobre como são as coisas na sua terra natal, não muito longe de Minaçu. Ele foi criado no sul do Tocantins, numa área localizada às margens do rio de mesmo nome (onde, ao contrário do que ocorre em Minaçu, existem pessoas chamadas de “ribeirinhos”, às quais ele se refere comparativamente para explicitar seu argumento).

Lá na minha terra a gente fala assim: ‘esse bicho é trecheiro...’. Trecheiro, malandro, cheio das malandragens. Às vezes é até um cara que tem condição, e que depois vira um bicho trecheiro... Tem esse dizer que fala assim: melhor ser *corrido* que *lido*, antes corrido que lido. É muito melhor ser trecheiro, corrido, esperto, do que ser estudado. Porque o trecheiro é isso, é *liso*... O trecheiro, diferente do cara que é ribeirinho, que é sonso, que é medroso, o trecheiro é *corrido*. Sabe todas as malandragens, é um carioca, é um cara que aprende as coisas na malandragem. Você sabe o que é aprender com a malandragem? É aprender com a *vida*, moço.

Olha só: teve esse cara que foi morar com meu pai. Cada um morava na sua roça, ele morava ali do lado da gente, pertinho... Era um cara analfabeto. Mas que era *inteligente*, era superdotado esse cara. Conhecia 12, 13 estados. Ele só ia - e saía... Pegava avião, mesmo sem dinheiro. Na rodoviária, pedia comida, pedia bolacha, chorava e comia, conseguia comer. O cara ia até não-sei-onde, ia longe. Sei que ele foi embora. O cara era esperto, sabido, aprendia tudo. Já o cara que mora na beira do rio...

Eu pergunto então: “Mas por que é que ele vivia viajando, vivia no trecho?”. E recebo como resposta, após alguns instantes de reflexão silenciosa: “Moço, essa é uma boa pergunta...”. Boa pergunta, mas que é prontamente deixada de lado. Wendersson certamente

está mais interessado em prosseguir com seu relato – que vai aos poucos lhe contagiando e excitando – do que em interrompê-lo para sanar o que seriam as minhas questões.

Porque você deve saber que quem construiu Brasília foi gente trecheira. O Rio de Janeiro... Não, no caso do Rio de Janeiro não foram eles não. Para o Rio de Janeiro, os escravos é que em grande número foram para lá. Já para Brasília vieram os nordestinos, veio a gente que veio de fora, veio a gente que veio do interior. Gente que largou o *norte* para ir para os grandes centros, para construir os prédios, trabalhar em obra. E chega lá e não dá certo, o cara vai para outro lugar, depois outro, vira trecheiro.

Pois então, o *peão* é esse que *rasga*... Como assim, ‘rasgar’? Você não sabe o que é isso? Esse que rasga, esse que rasga. Rasgar é vazar, é pegar descendo... Rasgar é isso. Rasgar no liso, cair fora, pá! Pegar descendo é ir embora. Rasgar no pé. Tirar o trecho. O que é que faz o caipira, o caboclo? Ele tira o trecho!

E Wendersson explode numa gargalhada gostosa, à qual eu certamente não fico imune...

Botar a mala nas costas, com a farofinha, e ir para a cidade, 50 quilômetros a pé. Subir na canoa. Na época do meu pai tinha muito isso. Chegava na beira do rio e gritava, ‘aaêêê!’. Era ali no porto onde a gente morava, onde tinha uma canoinha. ‘Vai lá atravessar o cara’, meu pai dizia pra gente. Aí esse cara botava o saco nas costas e tirava o trecho. *Tirar o trecho* é isso.

1.2 Peões para Todo Lado

Seja no que se refere ao garimpo ou ao trabalho nos grandes projetos, são os próprios relatos daqueles que viveram estas experiências o que sugere a existência de uma série de traços comuns articulando e se fazendo presentes nos diversos pontos constituintes do que poderíamos chamar de “circuitos”¹¹³. “Peão de garimpo ou de firma tá sempre rodando por aí...”. É em grande medida ao longo destes circuitos e de suas margens que meus interlocutores – num passado recente garimpeiros e/ou trabalhadores destes projetos – passaram os dias de sua juventude, *correndo o trecho*. De fato, a instabilidade inerente a estas atividades – o que estou chamando de seu caráter *febril*, conforme a discussão do capítulo 1– implica na necessidade de constantes deslocamentos: esgotada esta jazida, encerradas as obras de tal projeto, é preciso seguir adiante, e buscar outro local onde é possível prosseguir com estas atividades. (Como veremos mais adiante, porém, essa “necessidade” não dá conta por si própria de explicar tais deslocamentos).

Estes relatos não são somente suscitados em função da curiosidade de um etnógrafo que faz demasiadas perguntas, correspondendo então aos depoimentos dos quais eu extraí os

¹¹³ Cf. Lins Ribeiro (1988, 1989) e o “circuito migratório dos grandes projetos”.

dados para minha pesquisa. Para as pessoas em questão, falar sobre o *trecho* (ou o *mundo* – mais à frente abordo a relação entre os dois termos) é quase tão importante quanto percorrê-lo – seja no que se refere à *prosa* dos senhores mais velhos que diariamente se reuniam na secretaria do MAB ou no que diz respeito aos bate-papos dos jovens trabalhadores que, hospedados comigo no mesmo hotel, se encontravam naquele momento no *trecho*. Em ambos os casos, estive presente nestas situações como um participante ‘autorizado’ destas conversas, dada a própria natureza da minha atividade profissional e os motivos que me levavam a estar em Minaçu – pois segundo meus interlocutores, eu também era alguém que vivia *no mundo*, viajando e rodando por aí¹¹⁴. Isso não implica, porém, que estas pessoas concebessem meus movimentos e deslocamentos como sendo iguais aos deles – muito pelo contrário, eles os consideram de formas distintas, e esse é um dos pontos centrais do próximo capítulo: eu sou alguém *lido*; já eles são homens *corridos*, são *peões*...

Simplificando bastante as coisas, poderíamos dizer que, se o *peão* tem o ‘seu’ *tempo* (categoria nativa, atenção!) – a *febre* –, ele tem também seu espaço: o *trecho*. Sua morada... E se tanto a *febre* quanto o *trecho* estão marcados pela instabilidade e pela agitação, não passa despercebida às pessoas a associação da vida nestas situações aos movimentos do brinquedo “pião”: ele, como elas, estão sempre a *rodar*. (O Aurélio nos lembra que, de fato, “pião” é uma variante da forma “peão”).

E vale à pena então destacar o sentido não marcado do termo *peão*, aquele que se faz presente em Minaçu quando alguém quer se referir, numa narrativa ou relato, a uma pessoa ou sujeito qualquer, a alguém que não é *grande* ou importante... “Tem um *peão* ali fora te procurando, ele disse que não está nada satisfeito porque ficou sem receber a cesta!”. Pois o que este sentido sugere é que em cada pessoa – ou melhor, em cada pessoa *pobre* – há algo de *peão*, todos são em alguma medida *peões*... (Mais os homens do que as mulheres, mas ainda assim elas também). E também por isso a *febre* é de todos, assim como o é o *trecho*.

Termo bastante antigo¹¹⁵ e para lá de freqüente em textos das mais diversas ordens, o “peão” costuma aparecer na literatura vinculado apenas ao universo específico considerado

¹¹⁴Recorro assim a um procedimento análogo àquele utilizado por Cleary (1990) para a sua pesquisa nas áreas de garimpo, onde a recorrência das referências a lugares onde ele não esteve – e que constituíam evidências adicionais da existência de determinados circuitos – permitiu-lhe conhecê-los e escrever sobre eles. Note-se que a analogia mencionada aí refere-se não somente às técnicas de pesquisa como à própria natureza do objeto de investigação.

¹¹⁵ “Já em pleno desenvolvimento do Império Colonial português, o alvará de 157, expedido sob o reinado de D. Sebastião [ou seja, em meados do século XVI], estabelecia a diferença entre a pena administrada aos *peões*, que se caracterizava pelo fato de poderem ser açoitados, e a destinada às *pessoas de mor qualidade*, castigadas muito frequentemente com o degredo. Isso não quer dizer que os *peões* não fossem afetados pelo degredo, mas a recíproca não era verdadeira: uma *pessoa de mor*

pelo pesquisador, sem que os diversos sentidos e contextos em que ele se faz presente sejam relacionados entre si. Um informante de Rainho (1980, p. 11), ele mesmo um “peão do ABC” paulista, por outro lado, apresenta uma bela (in)definição do termo:

“Peão dá muito sentido. Porque... tem lugar que falam peão quem amansa animal bravo. Tem lugar que quando fala peão, quer dizer, já todo mundo entende que é peão de boiadeiro. Pessoa que trabalha prum boiadeiro tocando boiada que hoje num tá tendo mais. Outros fala peão a pessoa que pega... que sai da família pra vivê em outro lugar e... levando só a mala. Chega lá arruma um serviço vai trabalhá. Lá o fulano manda embora, ele vai pra outro lugar e assim pur diante. Quer dizer que anda circulando e trabaiano pra um e pra outro. Agora, peão, aquele brinquedo... e aqui em São Paulo chamam de peão todo aquele que tem salário baixo”. (Rainho 1980, p. 11)

Se na literatura esta dissociação dos diversos sentidos do termo se origina da delimitação temática e do recorte do objeto empreendido pelo pesquisador, do ponto de vista daqueles que seriam identificados como estes *peões* as coisas são frequentemente diferentes. A coerência e continuidade entre situações tão díspares, no que se refere ao tipo de atividade ou ao contexto em que ela é desempenhada, são delineadas pelas próprias trajetórias individuais. Norberto, um dos meu conhecidos em Minaçu, foi carvoeiro, trabalhou em fazendas de gado, capturou animais antes do enchimento do lago da Usina de Balbina, foi percentista no garimpo, *fichou* como ajudante na Tractebel, foi contratado para instalar linhas de transmissão... (E foi também faxineiro, enfermeiro, garçom...)

Mas não apenas por isso: a própria persistência do termo, histórica e situacionalmente, vincula-se a um conjunto de traços que, de maneira mais evidente em alguns contextos do que outros, respondem também pela associação entre estas diversas situações.

Sob este ponto de vista, há mesmo algo de redundante na expressão “peão do trecho”. Todo peão, em alguma medida, pertence ao *trecho*, ou a algo desta ordem. Referindo-se a um contexto onde esta categoria não se faz presente, Minayo (1985, p. 59) destaca a existência dos “peões da estrada” e a sua importância, nos anos 40 e 50 do século passado, para a constituição da força de trabalho da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira (MG):

“A maioria da força de trabalho de origem urbana vai ser recrutada no setor informal da economia, nessa ‘mão-de-obra de reserva’ que os próprios trabalhadores denominarão de ‘peões da estrada’, ‘pinantes’ e ‘biscateiros’. (...) O termo ‘peão’, que no jargão operário hoje significa qualquer trabalhador da produção direta, excluindo os supervisores, tem aqui uma conotação específica. Os entrevistados que assim se classificam, referem-se à sua realidade de não-profissional, não qualificado, o que os induziria a rodarem pelos

qualidade nunca seria açoitada; esta última categoria era degredada preferencialmente para a África, ao passo que os peões eram expedidos para fora de Lisboa, mas continuavam no país” (Godinho apud Mello e Souza 2004, p. 85 – GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, 1971; grifos do autor)

mais diferentes empregos, com grande versatilidade de habilidades, mas vivendo em situação de instabilidade permanente em termos de ocupação e salários. Muitos se auto-denominam ‘peões de estrada’ referindo-se à sua existência, às vezes obrigatoriamente errante, pelas estradas do estado de Minas, em busca da subsistência. Os relatos dos operários revelam as sinuosidades de suas trajetórias, passando por atividades rurais, empreiteiras de construção de estradas, de hidrelétricas, sub-empregados a troco de comida, empreiteiras de mineração e produção de carvão vegetal. O tom aventureiro das narrativas não esconde a dureza e as dificuldades das condições de vida desses homens frequentemente dormindo ao relento, nas matas, tentando em grupos buscar alguma terra de promessa”.

Não surpreende assim que aqueles que levam a “filosofia do trecho” (Corrêa 1998) (ou mesmo a “filosofia do peão” - Magalhães 1983, p. 109) ao paroxismo – como aqueles andarilhos conhecidos como *trecheiros*, citados acima – sejam identificados por alguns autores como aqueles “peões da construção civil que perdem o alojamento nos canteiros quando as obras terminam, e acabam nas ruas” (Araújo 2004); ou então como pessoas que foram, e ainda ocasionalmente são, “ajudantes de caminhoneiro, vendedores ambulantes, garimpeiros, trabalhadores rurais, peões de obra etc.” (Mendes 2007, p. 84).

Por fim, destaco que o “peão do trecho” aqui mencionado não é o “bicho de obra” popularizado pelos trabalhos de Lins Ribeiro (1985, 1988, 1992). Grosso modo, estes últimos corresponderiam aos engenheiros e técnicos qualificados do projeto, cujas concepções (‘nativas’) sobre sua própria mobilidade ou ‘nomadismo’ – inerentes ao mercado em que eles e os peões se inserem – são diversas das dos primeiros. Não creio ser razoável supor, por outro lado, a existência de limites rígidos separando e distinguindo radicalmente os pontos de vista de engenheiros e peões a respeito de seu trabalho e suas vidas. A autobiografia de Corrêa (1998) parece envolver uma relação entre estes dois pontos de vista: ele descreve sua própria experiência profissional enquanto “engenheiro de obras” valendo-se de categorias e idéias que, de acordo com alguns dos resultados da minha investigação e com o que ele próprio sugere, parecem-me ter sido ‘importadas’ daqueles peões chefiados por ele: tratamos aqui justamente das idéias, práticas e valores associados ao *trecho*. Seu próprio texto revela, por outro lado, que este tipo de apropriação (não apenas no que se refere à redação de suas memórias, mas também à sua própria vivência nos acampamentos e obras) não implica em uma eventual redução nas distâncias e antagonismos que o opunham àqueles peões.

Vida de Peão: por Jeremias Carvalho¹¹⁶

Na minha cidade há muitos peões, não daqueles que correm atrás de gado, mas que correm pelo mundo a fora – “peões do trecho”, em busca de uma vida melhor. A força do trabalho destes homens ajuda a construir este país. Eles andam perambulando pelo mundo, sempre em busca de uma “boca”, para garantir o seu sustento e de sua família. Na maioria das vezes, a esposa fica por aqui, enquanto eles vão sozinhos atrás de dinheiro para pagar as contas, e se possível, juntar um pouquinho para a tão sonhada casa própria.

No “trecho” a vida é difícil – acordar cedo, bater cartão todo dia, e pegar fila para o “bandéco”, fazem parte da rotina diária. Às vezes, o “trampo” oferece hora extra, isso é bom, pois assim dá pra aumentar o “ganho”, e a idéia é a seguinte: o “vale” é mandado pra família, e o pagamento é guardado – é preciso fazer o ‘pé de meia’, se não o “gato” acaba, e o dinheiro vai junto com ele. Os encarregados costumam ser na maioria das vezes, linha dura – o tipo que só trabalham no grito, se o peão não fizer o trabalho direito, é chamado de “nó cego”, marcha-lenta, essas coisas. No final dos três meses é vencida a experiência, mas a saudade da família, dos amigos e da terra natal é muito grande, e a maioria prefere voltar pra casa. No entanto, quem sonha mais alto, tipo melhorar a casa, comprar uma moto, um carro, acaba ficando mais tempo, é preciso traçar metas, alcançar objetivos, só assim vale a pena.

A moradia do trecho é pequena, quando a “firma”, não dá alojamento, é alugado um “barraco” e junto com os amigos, é dividido o mesmo quarto e o aluguel. Quem traz a esposa pra junto de si, acaba por gastar mais – pois é preciso alugar um local melhor pra ficarem, e isso custa caro na cidade grande. Alguns com muito esforço conseguiram construir seu barraco e com o passar do tempo vão aumentando, conforme a família vai crescendo ou chegando do “norte”.

Quem anda pelo mundo, acaba vendo como a vida às vezes toma seus próprios rumos. Alguns que foram um dia, nunca mais poderão voltar. Já outros, foram apenas uma única vez e segundo eles, foi o suficiente para saberem que o seu lugar é aqui mesmo. Outros serão eternos viajantes. E assim segue a vida daqueles que tiram o seu sustento do ‘mundo’, estes não escolhem o local e muito menos o lugar para onde vão, eles seguem o trilho das indústrias em suas mais variadas profissões. São encarregados, soldados, encanadores, lixadores e ajudantes, sempre carregando consigo o mesmo sonho – de um dia poderem voltar pra sua terra com mais dignidade do que quando estavam por aqui.

¹¹⁶Documento obtido na internet, no site: <http://www.saojuliaopi.com.br/noticias,197,vida-de-peao-por-jeremias-carvalho>. O autor se apresenta como “funcionário público municipal na cidade de São Julião”, no Piauí. Este documento interessa também por ser um dos poucos documentos disponibilizados na internet tratando do *trecho*: indício adicional de que, na maior parte das vezes (e excetuando casos ‘excepcionais’ como aquela biografia de Corrêa e os trabalhos acadêmicos acima citados) as idéias relacionadas ao *trecho* não costumam se fazer presentes em textos escritos. Como veremos no capítulo 4, a experiência do *correr o trecho* se vincula muito mais a determinadas formas de oralidade do que a registros escritos, nos *papéis* ou no computador – afirmativa que pode parecer banal, mas cujas implicações certamente não o são.

PARTE 2 – A SOCIALIZAÇÃO NA E PARA A MOBILIDADE

O exemplo dos meus companheiros de hotel se articula assim claramente à discussão presente em textos como Magalhães (1983), Souza (1990), Antonaz (1995) e Corrêa (2007). Como nos casos aí descritos, o *trecho* mencionado por estes rapazes se refere basicamente à experiência de trabalhadores, em geral jovens e homens, que se empregam em *firmas* (mineradoras, empreiteiras, hidrelétricas) para ocupações temporárias longe de seus locais de origem ou moradia.

Na casa de Altino e Regina, porém, as coisas são um pouco diferentes. A crítica que Altino dirigiu ao adolescente que não queria experimentar o peixe ao molho parece-me poder ser diretamente contraposta ao que se passava com seu filho Anderson, um rapaz da mesma idade e que naquele dia era o centro das atenções: sua volta para casa era o principal motivo de comemoração naquele almoço. Se este adolescente lhe parecia mimado e cheio de *mordomias*, esse certamente não era o caso de seu Anderson.

Naquele mesmo dia, Regina, orgulhosa do filho universitário, regozijava-se lembrando de todas aquelas pessoas que haviam dito, maldosamente, que ele iria *se perder no trecho*, jovem como era e sujeito a tentações de toda ordem. Quem falava aquilo, acrescentava ela, não podia conhecer seu menino, já tão sério e responsável aos 17 anos de idade... E quanto à possibilidade dele *sumir no mundo* e nunca mais dar notícias, aventada por um daqueles invejosos: isso ela sabia que não ia acontecer, Anderson certamente não era um daqueles!

Uma vizinha presente à festa também estava de volta à cidade no feriado, ela que saíra de Minaçu para trabalhar como cozinheira em Goiânia. Emotiva após algumas cervejas, ela comentava o quanto estava sofrendo na capital, pela vida dura que lá levava e pelas saudades que sentia. Saudades dos seus filhos e seus pais, que ficaram para trás; e também dos bons tempos do garimpo, antes das barragens, quando havia serviço e dinheiro e seus amigos – aquela *turma* fantástica! – ainda moravam todos por lá. Procurando consolar-se, volta e meia ela repetia, mais para si própria do que para os presentes: “Fiz sim a coisa certa, tinha mesmo que partir. Além disso, *o trecho ensina*. Sim, o trecho ensina...”.

Em todas estas situações, fica claro que o *trecho* e as demais noções e idéias a ele associadas não se restringem às especificidades das experiências de trabalho ‘itinerante’ ou ‘migrante’ discutidas por aquela literatura, e que caracterizam tão bem o que se passava com aqueles rapazes que estavam hospedados no hotel comigo. Estes dois contextos aparentemente distintos – a estadia temporária destes últimos em Minaçu, o evento na casa de

Regina e Altino – remetem aos dois ‘universos’ que, não sua relação, serão considerados neste capítulo: o *trecho* e a *família*. Destacarei aqui, a partir das vivências particulares de algumas destas pessoas e de seus conhecidos, alguns contextos em que tal relação se faz presente, e que remetem a situações que me parecem possuir alguma generalidade. Pretendo assim, neste capítulo, discutir a questão da mobilidade espacial à luz de suas implicações sobre relações sexuais, amorosas ou familiares.

Conheci a maior parte dos presentes naquele almoço na *secretaria* do MAB. Regina, para os que não se recordam, é aquela senhora mencionada no início deste texto, a garimpeira que se tornou *coordenadora* do MAB e decidiu ficar em Minaçu e lutar pelos seus *direitos* de atingida. No que se refere aos que, como eu, hospedavam-se naquele hotel, sua experiência me parecia assemelhar-se à dos que trabalharam na construção destas barragens: muitos destes últimos eram também “homens do trecho”, trabalhadores móveis que, após o término de uma obra, deslocavam-se para um outro lugar, onde iriam construir outra usina. Após algum tempo, fui descobrir que a distinção que eu pressupunha existir entre os *atingidos* por uma barragem, e aqueles que nela trabalhavam – os *barrageiros* – não era tão nítida ou simples como eu supunha. Como já sabemos, o próprio Altino, como diversos dos outros *atingidos* que estavam ligados ao movimento, haviam eles mesmos trabalhado na construção de Serra da Mesa e/ou Cana Brava. Além disso, fiquei sabendo que o marido de sua irmã mais nova era também um daqueles que *corriam o trecho*: trabalhava como tratorista, geralmente para mineradoras, e ocasionalmente em obras de barragens.

E é justamente do caso deste jovem casal – Douglas e Elenita são seus nomes – que irei tratar em seguida.

2.1 Homens no Trecho, Pés-de-pano e Barraginhos

O drama de Elenita

Ao final daquela festa, Elenita se aproxima de mim. Senta-se no chão, suspira. Como já está escuro, não posso ver seu rosto. Mas sei que ela está triste – já há alguns dias vem parecendo abatida – e que quer conversar.

Ela tem tanto sonhos, e queria tanto poder realizá-los... Mas para isso teria que sair dali. Como conseguir alguma coisa naquela cidade? E sair ela não pode, não agora, não tão cedo. Algum dia conseguirá? Com duas crianças pequenas e mais uma a caminho, não lhe restam muitas alternativas. Tem que ficar e tomar conta delas, não tem jeito. Mas que vontade de ir embora! Se as coisas tivessem acontecido de outro modo, a esta altura ela poderia estar

longe. Na Suíça, na Espanha, quem sabe? Não era lá que estavam tantas de suas conhecidas, de suas antigas vizinhas e amigas de infância?

Mas ela se envolvera com Douglas, se apaixonara, engravidara, agora estava nas mãos dele. Alguns dias atrás, ela até se achava esperançosa. O marido largara o emprego para passar um mês com a família em Minaçu. Tentou então, de novo, arrumar um emprego na SAMA, a mineradora instalada na cidade. Fez a prova, mas não passou. Como seria bom se ele tivesse conseguido! Eles então morariam juntos, no mesmo local. Ela poderia então ter finalmente sua casa... Mesmo que começassem com um barraco, estava ótimo: seria a casa dela, e ela não moraria mais com os pais. E ela e as crianças teriam direito ao plano de saúde, receberiam a cesta básica, poderiam frequentar o clube da empresa. O clube da empresa! Quem diria, ela, lá dentro da SAMA, indo para a piscina como iam as mulheres dos engenheiros... E o mais importante, o marido estaria ali, ao seu lado.

Tudo isso, porém, não passara de um sonho. No início do ano o marido voltaria para aquela vida que tanto parecia lhe agradar, um tempo trabalhando aqui, outro acolá, sempre mudando de firma e de cidade. Essa vida podia agradar a ele, mas para ela, Elenita, só trazia sofrimento. Pois o que ia acontecer era isso: ele arrumaria um emprego em outro lugar e eventualmente apareceria, deixando um pouco de dinheiro. E ela continuaria ali, morando com os pais, esperando sabe-se lá o quê, levando aquela mesma vida...

Em Minaçu como em diversos outros cantos desse país, é comum encontrar mulheres avaliando seus maridos em função da quantidade de dinheiro que eles colocam dentro de casa. Ao que me parece, essa não deixa de ser essa uma boa maneira de avaliar o grau de comprometimento de um homem com sua esposa, seus filhos, sua casa. Para a mulher cujo marido se encontra no *trecho*, porém, este tipo de avaliação envolve algumas especificidades.

Em primeiro lugar, é difícil para ela saber se o marido foi efetivamente contratado, já que ele pode mentir com o objetivo de retardar o início das remessas – assim como pode mentir a respeito do quanto está ganhando. Em segundo lugar, a distância torna ainda mais árduos os esforços dessa mulher para canalizar uma parte significativa do salário do marido para a casa. Nesse sentido, sua preocupação é a de que estes recursos sejam dissipados com aquilo que, do ponto de vista masculino, são atrativos e tentações da “vida no trecho”. Essas mesmas coisas, para elas, além de consumir uma parcela do salário que poderia ter sido alocada à casa ou à família são também perigos que sinalizam o risco de perder seu marido ou de que ele *se perca*. Não deixa de ser complexa a situação em que se encontram estas moças: o bom marido é aquele que tem *trabalho*, o que é capaz de sustentar uma *casa*; e estes

últimos, com frequência, serão homens que *correm o trecho*. As ambigüidades e tensões aí presentes ficam evidentes no dito jocosamente repetido pela cidade: “A situação aqui em Minaçu está tão ruim que são as mulheres que estão enxotando os homens de casa, para ver se eles arrumam algum dinheiro no *mundo...*”. Para alguns desses homens (repito: para “alguns”; e são destes “alguns” que estou tratando aqui), porém, essa situação não é necessariamente ruim.

Afinal de contas, a vida no *trecho* não reserva surpresas e possibilidades? Não é assim, *rasgando o trecho*, que se conhece o *mundo*, que aventuras e emoções as mais diversas e únicas são vividas? Só no trecho – me garantiram – é possível transar com uma japonesa; ver helicópteros transportando tratores ou aviões atirando na mata bujões de gás; encontrar uma pessoa que come com o pé, ou uma gangue de marginais liderada por alguém sem as duas pernas; no trecho é possível enriquecer da noite para o dia...

Para além destes eventos excepcionais, o *trecho* é, para aqueles que como Douglas têm um emprego e dinheiro para gastar, o espaço de constituição de certo tipo de sociabilidade masculina e viril, juvenil em certos aspectos. Para Elenita, seu marido “faz tudo” pelos amigos – e, conseqüentemente, menos do que deveria para ela e para os filhos de ambos. Constituindo, viabilizando e contribuindo para a tessitura dessas relações de camaradagem masculinas, três elementos principais podem ser destacados: os veículos, a bebida e as mulheres. Algumas *farras* ilustram bem como esses elementos se articulam a estas relações, constituindo algo como situações-limites, pelos excessos aí envolvidos e pelo valor que lhes é concedido. “Juntar a galera, acelerar no meu carro, ir para a beira de um lago ou rio, ligar o som automotivo de primeira qualidade no maior volume. E só ficar ali, curtindo, o bolso cheio para poder encher a cara sem preocupação, a mulherada em cima de você... Tem coisa melhor na vida?”. Como é de se esperar, situações como essas assumem sentidos diversos e opostos para uns e outros.

Por um lado, há a sua valoração positiva, por parte daqueles que se envolvem nessas *farras* e que as evocam como grandes acontecimentos e pontos altos da “vida no trecho”. O orgulho com que estas *farras* são lembradas; os exageros presentes na suas descrições; a sua centralidade enquanto assunto nas rodas de conversa; as tentativas de sua emulação por parte daqueles que, mesmo não sendo capazes de realizá-las em toda a sua exuberância, as tomam como um modelo e um ideal; as disputas para saber quem bebeu mais, quem atingiu a maior velocidade com o carro, quem pegou mais ou melhores mulheres: tudo isso sugere quão importantes elas são.

Por outro, há a preocupação e o temor com o que pode surgir daí: pois o que é especialmente desejado por estes rapazes é também o que causa apreensão nas suas esposas. Os riscos e perigos percebidos por elas aí são de diversas ordens: o gasto excessivo de dinheiro que poderia estar sendo canalizado para elas e para a casa, como já mencionado; a presença de outras mulheres (e também o medo de que uma destas engravide ou constitua com seu marido outra casa, que rivalizará com a da esposa no que se refere à atenção e aos recursos dele); a possibilidade de acidentes e brigas, em virtude das combinações explosivas de álcool, direção, mulheres, *valentia* e testosterona; ou o medo de que ele tome o gosto por essa vida e deixe-a com os filhos para trás¹¹⁷.

A esse respeito, o relato de um incidente relativamente trivial interessa não só por envolver numa mesma trama os três elementos acima mencionados – os vetores ou catalisadores da sociabilidade masculina de que estou tratando. Ele interessa também por evidenciar um tipo particular de transação bastante característico deste tipo de relação, onde o desperdício e a destruição de bens valiosos parecem conferir prestígio ou status. Bebendo cerveja com alguns desses rapazes que *rodam o trecho*, presenciei um deles sendo alvo de gozações diversas. Explicaram-me então o que havia acontecido com ele. Dirigindo seu carro numa outra cidade do interior do estado, uma mulher, sozinha e também ao volante, chamou sua atenção. Ele aproximou seu veículo do dela e, pela janela, atirou o aparelho de celular que trazia consigo dentro do carro dela. Fez então um sinal com a mão, avisando-a de que sua atitude se justificava pelo fato de que tinha a intenção de chamá-la mais tarde, ligando para o celular que ele havia arremessado. Não fora ele quem inventara aquela estratégia de paquera, fiquei logo sabendo. Outro dos jovens na mesa já havia feito a mesma coisa. Se o primeiro rapaz estava sendo ridicularizado, porém, era porque, estando embriagado quando avistara a mulher, não se dera conta de que o telefone celular estava sem bateria. Mesmo que ela se dispusesse a atender sua chamada, não teria como fazê-lo. Para completar, o aparelho em

¹¹⁷ Manifestam-se nestes casos de forma particularmente saliente o que parece ser uma tendência mais geral no interior das camadas populares brasileiras, ponto já bastante trabalhado por inúmeros autores. Duarte (1986, p. 177), destaca que “a tão discutida questão da matrifocalidade das classes trabalhadoras, armada sobre a evidência empírica de um grande número de unidades domésticas que sobrevivem sem a presença permanente do homem e frequentemente sob uma sucessão de homens diferentes, poderia ser talvez melhor compreendida sob o ângulo dessa ambigüidade masculina que se traduz em uma efetiva e freqüente ambivalência, sobretudo no período da alta adolescência, ponto crucial de inflexão das trajetórias masculinas face ao projeto da *obrigação*”. Já Woortman (1987, p. 55) nos lembra que “a marginalidade masculina à organização familiar [entre os “pobres”] possui uma longa história, remontando à organização da escravidão”.

questão era um modelo particularmente sofisticado e caro: razão adicional para que sua abordagem mal sucedida fosse ainda mais ridicularizada.

Numa ocasião em que me deu carona no carro do marido – que dirigia somente porque este último não tinha como levá-lo ao mecânico, incumbindo-a desta tarefa – Elenita me explicava o nervosismo que demonstrava ao volante: “Se acontecer alguma coisa com esse carro estou frita! Ele me mata... O engraçado é que quando são os colegas deles que pegam o carro eles podem tudo. Se arranharem, se baterem, ele diz que não tem importância nenhuma...”. O desprendimento com relação aos bens materiais a ser demonstrado entre ‘iguais’, entre os colegas, não parece vigorar no que se refere à esposa, ou a outros membros da família. Que com isso não se pense que exemplos de ‘desprendimento’ como esse impliquem, em outras circunstâncias e mesmo de uma forma geral, numa desvalorização dos veículos. Pelo contrário, o que parece acontecer é que, emprestando seu carro a colegas, estes rapazes estão enfatizando a generosidade do seu ato justamente porque assim colocam em risco aquele bem que lhe é particularmente caro – o carro. Bem que lhes é caro, no duplo sentido do termo: é algo querido e custa muito. Elenita se indignava com o fato do marido ter gasto tanto com esse veículo – e isso enquanto ela e os filhos passavam necessidade, com o pouco e ocasional dinheiro que ele deixava em casa. O carro, ao que parece, estava mesmo além de suas possibilidades naquele momento. Aquela ida ao mecânico tinha um objetivo preciso: ela estava indo para lá para que o sofisticado aparelho de som automotivo que o marido colocara no veículo fosse desinstalado. Como ele estava endividado e não tinha como mantê-lo, pedira à mulher que fosse retirar o aparelho.

Nesse sentido, parece-me necessário comparar e articular as *farras* discutidas aqui com algumas das práticas até pouco tempo atrás bastante comuns em Minaçu. Refiro-me em especial a algo muito difundido pelos garimpeiros, muitos deles pais ou conhecidos destes jovens, o “fechar cabaret” de que tratei no capítulo 1. Mesmo sendo crianças nestas épocas, diversos deles travaram conhecimento e se impressionaram com essas práticas, como se pode depreender de seus próprios relatos.

Nestes dois contextos distintos, o mundo do garimpo e o do trabalho para as grandes firmas, os mesmos elementos acima destacados – a consumação ritual da riqueza à lá potlatch, as mulheres, a bebida, os veículos – se fazem igualmente presentes, mas constituindo agenciamentos distintos. Esta comparação me parece interessante para pensar também o estatuto do consumo junto a estes jovens (e a outros migrantes no geral) que se defrontam

com o ‘mundo das mercadorias’ e suas tentações¹¹⁸. Ainda no que se refere a esse ponto, na obra de Buarque de Holanda (1994, p. 152-4) há alguns elementos que me parecem particularmente sugestivos. Tratando do caso dos “tropeiros” do final do século XVII – os ‘sucessores’ históricos dos bandeirantes, e que destes se diferenciavam dentre outras coisas por andarem a cavalo – esse autor argumenta que faltava aos primeiros “o ascetismo racionalizante” que caracteriza o ideal burguês. Isto porque estes “homens rústicos” seriam conhecidos por um “amor ao luxo e aos prazeres” evidenciado pelo gasto de todos os seus recursos em cabarés, jogos, teatros – e também no adorno dos acessórios de suas cavalgaduras com metais preciosos. Este último elemento sugere também como, tanto neste caso como no daquele que estou discutindo, os veículos em questão (carros ou cavalos) são objeto de investimentos que parecem sugerir não apenas o quanto eles são valorizados mas como também o é aquilo que eles possibilitam: a própria mobilidade. Mobilidade essa que talvez se acople, aqui, com a própria estabilidade oferecida pela jóia. Tal qual aquelas pepitas consideradas no capítulo 1, elas são bens *duráveis* – favor não confundir com o termo homônimo do vocabulário da ciência econômica! – e o contraponto ao que se dissipa nos “luxos e prazeres”.

Os pés-de-pano

*Montado a cavalo, cortando o estradão,
Assim é a vida que leva um peão,
Não tenho morada, não tenho rincão,
E não tenho dona no meu coração (...)
Em toda cidade por onde passei
Uma moreninha eu sempre deixei
Tonico e Tinoco – Cortando o Estradão*

Pouco depois das nove da noite de uma terça-feira, eu tomava uma cerveja no quiosque em frente ao hotel onde eu ficava quando estava no campo. À minha volta, nada que

¹¹⁸ Souza Martins (1988, p. 6), por exemplo, afirma que “a fala do migrante [sazonal, tal qual o peão do trecho] é, quase sempre, dominada pela lógica da mercadoria e do dinheiro, da quantidade, e recoberta pelo fascínio do maravilhoso e ilimitado das coisas que podem ser compradas e vendidas”, vocabulário e lógicas “que não pertencem ao trabalhador e sim àqueles que o dominam e exploram”. Estas colocações me parecem problemáticas não só por negarem aos sujeitos em questão algo que eles mesmos afirmam lhes ser próprio, negando a legitimidade de seu ponto de vista e denunciando a alienação ou ignorância que os marca. Mas também por destituírem as práticas e valores em questão de sua singularidade em prol de uma formulação genérica (e por isso mesmo banal), reduzindo-as a meros reflexos automáticos de uma lógica mercantil que se faz presente independentemente de qualquer referência a práticas e contextos concretos. Parece-me que a consideração do caso do garimpo permite ao menos que seja colocada a questão de como essas mercadorias são consumidas, e de qual o significado do seu consumo para estes jovens, que não vivem (mais) a realidade deste garimpo.

já não me era de alguma maneira familiar. Em duas das mesas colocadas na calçada, bebendo e falando alto, estavam rapazes que, como eu, estavam hospedados do outro lado da rua. Eu conhecia alguns superficialmente, e sabia que parte deles trabalhava na construção de uma subestação de energia elétrica, parte na montagem de linhas de transmissão. Eles trabalhavam assim para duas *firmas* distintas, mas após uma ou duas semanas de convívio no mesmo hotel já se conheciam e se misturavam. Além deles, dois outros homens, mais velhos que estes últimos, assistiam televisão e bebiam também. Muito provavelmente o imenso caminhão, estacionado sem a caçamba ali do lado, era de um deles. A menos de 200 metros de onde estávamos ficava a portaria da SAMA, e junto a ela o estacionamento onde os caminhoneiros responsáveis pelo transporte do amianto paravam seus veículos para, dentro deles, passarem a noite. (Mesmo tratando-se de uma distância curta, estes caminhoneiros pareciam preferir ir dirigindo deste estacionamento até o quiosque. Para mim não havia dúvida de que o tempo que levariam fazendo o percurso a pé era bem menor do que aquele necessário para manobrar, dar a volta ao quarteirão e encontrar uma vaga para um veículo tão grande. Seria esse um indício da importância que eles atribuíam a seus caminhões?). Por fim, um casal com seu filho pequeno comia sanduíches – esses, sem sombra de dúvida (justamente por serem um casal com uma criança) eram dali mesmo, moradores da cidade.

Um rapaz aparentando não ter mais do que vinte e poucos anos sentou-se na mesa ao lado da minha, e pediu uma cerveja. Perguntou-me então se eu podia vender-lhe um cigarro. Ofereci-lhe um e disse que não era preciso pagar. Após pegar o cigarro, convidou-me para sentar na sua mesa: “Nós dois aqui, bebendo sozinhos... Não, é melhor a gente beber junto e conversar!”. Eu já estava acostumado com a naturalidade com que as pessoas com quem eu vinha convivendo puxavam papo com desconhecidos, e com o prazer que manifestavam nestas ocasiões. E já que eu estava naquela cidade para travar relações, não hesitei então em pegar meu copo e minha garrafa e rumar para sua mesa. “Quando a gente está sozinho numa cidade que não é a nossa, é bom ter amigos”, ele logo me disse. Procurava ele justificar assim o convite que me fizera? Aconselhava-me – eu que, aos seus olhos, era claramente alguém *rico* e de fora? Perguntou-me então que espécie de ocupação era essa que eu tinha e que me havia levado até Minaçu. E contou que era um representante comercial a serviço e de passagem por aquela cidade, e que se chamava Walbert.

Logo em seguida, sem maior cerimônia, ele pôs-me a par da enrascada em que havia se metido naquela noite. Ele e seu colega de trabalho haviam se dirigido para um hotel para passar a noite, não muito longe de onde estávamos. Ali, conhecera naquele mesmo dia uma mulher. Não ficou sabendo nada sobre ela, nem tinha certeza se ela trabalhava ou se estava ali

de passagem, hospedada. Walbert tinha, porém, a convicção de uma coisa: ela era safada, muito safada. Ele então não perdeu tempo em arrastá-la para seu quarto. Seu parceiro, nessa hora, tinha saído para um encontro amoroso. Mal tinham se despedido, Walbert e a mulher ouviram pancadas na porta, e gritos e choro vindo de detrás dela – os dois haviam sido descobertos. Querendo entrar no quarto, juntos, estavam a sua “namorada de Minaçu” e o marido da mulher. Este último, além de tudo, dizia que iria matá-lo. E com um pontapé, arrombou a porta. Walbert não teve outra alternativa a não ser sair correndo, nu, pelo corredor do hotel, indo buscar refúgio no escritório do gerente. Como este o conhecia há muito tempo, imaginava que aí poderia encontrar ajuda.

Você já viu aquele filme, o American Pie, em que um menino sai correndo pela rua pelado, com uma torta tampando o pinto? Pois eu me senti igualzinho a ele... O pior é que eu tinha deixado a minha arma no porta-luvas do caminhão, então não tinha outra saída; tinha mesmo que fugir!

De fato o gerente lhe ofereceu ajuda, acalmando o marido da mulher e demovendo-o da sua decisão de matá-lo. Após as coisas esfriarem um pouco, ele e o parceiro decidiram mudar de hotel. Mas sua namorada (ou seja, uma delas, a “sua namorada de Minaçu”) não queria mais nada com ele. E foi por isso que ele viera até aquele quiosque, beber sozinho. Seu parceiro estava agora no quarto do hotel para onde se mudaram, dormindo com a sua própria “namorada de Minaçu”. Já ele – que nem mesmo conseguira gozar com toda aquela confusão! – estava condenado a passar aquela noite sem mulher. E havia coisa melhor do que isso, num friozinho daqueles, dormir abraçado com alguém?

De qualquer forma, ele estava assustado com o que ocorrera, e não queria mais arrumar confusão. Só pensava agora em voltar pra casa, pra Porangatu – não muito longe dali, na beira da Belém-Brasília. Lá, esperando ele, estava sua namorada, “a namorada de verdade”, a moça de quem de fato gostava e com quem esperava se casar. Além disso, como chegaria para o feriado da Páscoa, estava levando três imensos tucunarés, e já imaginava a festa que aprontaria, após tanto tempo longe de casa, com sua família e seus amigos.

“De hoje para amanhã, tenho três buquetas para pegar!”. Quem vinha me contar isso, com um certo ar blasé, era Guilherme. Tínhamos combinado de beber uma cerveja na Praia do Sol – à beira do lago da Usina de Cana Brava – e para lá nos dirigíamos. Se uma outra pessoa tivesse me feito tal afirmativa, muito provavelmente eu duvidaria de sua veracidade. Ou ao menos duvidaria do número apresentado, encarando esse “três” como um exagero de quem – performaticamente – dramatiza para melhor evidenciar o papel em quem se coloca ou seu

próprio potencial. Mas como se tratava de Guilherme, sabia que ele estava falando a verdade. Já o conhecia há algum tempo, assim como conhecia sua fama. Ali mesmo na Praia, enquanto bebíamos num fim de tarde, ele conseguiu providenciar o telefone de mais uma menina. Casado há vários anos, pai de três filhas, Guilherme não só tinha plena noção do seu poder de sedução como parecia não ter qualquer inibição em lançar mão dele em qualquer situação que lhe apetecesse.

Na praia, não pude deixar de me lembrar do que alguns dias antes eu ouvira de sua vizinha, suspirando enquanto o via passar: “Ah, um homem desses, e bom de papo, e com esse carro...”. Comentário um tanto quanto pertinente e elucidativo, na minha opinião. Não porque aí ela insinuasse que Guilherme dependesse exclusivamente dos carros novos e sofisticados que dirigia – todos eles da *firma* para a qual trabalhava – para realizar suas conquistas amorosas. Mas simplesmente por destacar que, sendo um homem bonito e bom de papo, ele atraía ainda mais a atenção das mulheres quando exibia essas qualidades pessoais manejando o motor possante de uma caminhonete Hilux.

Para dar conta da relação das pessoas de que trato aqui com os automóveis e com os meios de transporte no geral é preciso destacar, desde já, que ela vai bem além da consideração desses veículos em termos do ‘status’ ou ‘prestígio’ que eles oferecem. Não que estes últimos não se façam presentes; mas parece-me que há algo mais aí. Eu – que tenho carteira de habilitação mas não faço questão nenhuma de ter um carro, e que nunca soube muito bem diferenciar um modelo do outro – com poucos dias de campo percebi que teria que começar a me interessar mais por esse assunto. Não pude deixar de lembrar das referências de Evans-Pritchard aos Nuer, e à importância que esse povo concedia às vacas. Como neste último caso, em Minaçu os veículos despertavam interesse e conversas apaixonadas entre os mais variados grupos e nos mais diversos universos – naturalmente, não os mesmos interesses, nem as mesmas conversas.

Do ponto de vista de Guilherme, o carro é em primeiro lugar um instrumento de trabalho. As tarefas que ele tem a desempenhar para a *firma* que o contratou obrigam-no a viajar constantemente, visitando cidades diversas no norte de Goiás e, eventualmente, Brasília ou Goiânia. Para percorrer as estradas de terra freqüentemente bastante deterioradas daquela região, o uso de uma caminhonete se faz imperativo. Como nem sempre é preciso passar por estes caminhos, por vezes Guilherme dirige um carro comum – como as caminhonetes, sempre novos, alugados pelas *firmas*. Mas sua preferência mesmo é por estas últimas. Não são elas particularmente admiradas, e por praticamente todo mundo? Pobre ou rico, jovem ou velho, motorista ou não, homem ou mulher, quem não se deixa encantar por uma Hilux ou

uma S-10? E não tinha sido uma dessas caminhonetes o que salvara a Guilherme em mais de uma ocasião? Certa vez ele voltava de uma visita a uma “conhecida” – mais uma de suas amantes – numa pequena cidade, num ponto sem calçamento ou asfalto, e a chuva o surpreendeu. Ficou na iminência de atolar num grande buraco. Se não fosse a tração 4x4, como é que ele iria sair rapidamente dali? E se o marido da mulher aparecesse de repente, encontrando-o naquela situação?

Um amigo de Guilherme me contou que pegou uma carona com ele para ir até uma cidade vizinha. Trafegando à noite por uma estrada deserta, os dois perceberam que um carro já há muito tempo os seguia de perto, sem ultrapassá-los. Os dois se alertaram, e Guilherme pediu ao amigo que pegasse – por via das dúvidas – a arma que estava no porta-luvas. Após algum tempo, o carro pegou uma via secundária e desapareceu, para alívio de ambos. Guilherme, segundo seu amigo, já há algum tempo andava armado, precavendo-se contra eventuais agressores. Ao ficar sabendo disso, imaginei que ele agisse assim por estar envolvido com algumas confusões envolvendo políticos e empresários da região. O próprio Guilherme já me contara, sem fazer maior alarde, algo a respeito dos riscos envolvidos em alguma das transações a que se dedicava naquela época. Segundo seu amigo, porém, o que realmente o preocupava não era isso, e sim o fato de ele ter se envolvido com moças adolescentes e mulheres casadas. Guilherme buscava se defender, assim, de eventuais pais ou maridos insatisfeitos com este tipo de intrusão em seu lar. Não custava nada se defender – mesmo que ele considerasse que suas relações profissionais e de amizade com figuras graúdas das cidades que percorria, assim como o respeito de que gozava na sua profissão, lhe conferissem alguma imunidade e certa impunidade (inibindo as represálias de eventuais desafetos que, em função disso, viriam a lhe temer). Além do mais, como estava com frequência *rodando o trecho*, convinha-lhe contar com a proteção adicional conferida pela arma. (E não custa recordar que Walbert, o moço envolvido no incidente narrado acima, também comentara comigo que costumava andar armado – e destacara também que, ao se confrontar com o marido da mulher com quem estava no quarto de hotel, lamentou tê-la deixado no porta-malas).

Este homem que trabalha fora sabe, porém, que corre o risco de provar de seu próprio veneno. Se por um lado a distância de sua esposa e de sua família lhe concede uma liberdade que facilita o envolvimento com outras mulheres, por outro essa mesma distância lhe dificulta o exercício do controle e da vigilância sobre sua própria mulher.

A esse respeito, um incidente que ocorreu em Minaçu no período em que eu me encontrava lá pode ser bastante elucidativo. Ao ouvir o relato deste incidente pela primeira vez, tive algumas dificuldades para entender o que se passara. Seus personagens tinham nomes curiosos – *o barrageiro*, *o pé de pano* e *o caguete* – e eu ainda não estava familiarizado com a trama que costuma uni-los. As linhas gerais do que se passou são, porém, bastante simples: um homem que estava trabalhando fora da cidade há meses, na obra de uma barragem (*o barrageiro*) fora alertado sabe-se lá por quem (*o caguete*, um alcagüete) de que sua mulher estava tendo um caso extra-conjugal, justamente com *o pé de pano* - este último merece este nome pelo silêncio e descrição com que supostamente se movimenta ou precisaria se movimentar, se não pretende ser descoberto. *O barrageiro* chegou em casa sem avisar, e encontrou os dois na cama. *O pé de pano* conseguiu fugir, mas a mulher foi morta a tiros e seu marido preso.

Não sei maiores detalhes sobre *o pé de pano* em questão. Poderia ser um vizinho, um conhecido, alguém que morasse na cidade. Ou então alguém de fora, alguém que estivesse no *trecho*, temporariamente em Minaçu. Afinal de contas, é preciso levar em consideração, em contextos como este, as devidas perspectivas: o que é a *casa* de uma pessoa (neste caso, a do *barrageiro*) pode ser o *trecho* para uma outra, e vice-versa.

De qualquer forma, esses que estão no *trecho* costumam ser identificados como especialmente perigosos *pés de pano*. Isso porque, à leveza e discrição característica dos movimentos destes últimos, se associam as potencialidades dos primeiros: a própria transitoriedade de sua situação nesta ou naquela cidade; a liberdade de que usufruem numa terra onde conhecem pouca gente ou ninguém; a sua própria disposição para nestas circunstâncias envolverem-se em relações efêmeras e nelas elas despenderem recursos (muitas vezes superiores dos que dispõem os ‘locais’). Lembremo-nos dos temores de Elenita, fundados no conhecimento que ela tem do que o seu marido pode e tem a capacidade de aprontar longe de casa...

Barraginhos e mães solteiras

Dados os elementos mencionados acima, não chega a ser surpreendente que, permeando certo tipo de tensão entre homens e mulheres, as acusações trocadas de um lado e outro se amparem muitas vezes em referências à mobilidade e aos veículos que lhe estão associados e a tornam possível. Por um lado, como já destaquei, é comum ouvir mulheres reclamarem que seus maridos se preocupam mais com seus carros do que com a família e a casa, alocando aos primeiros mais recursos do que aos últimos. Por outro, por diversas vezes

ouvi homens comentarem que as mulheres “estão sempre de olho no cara que tem um carro”. Com frequência, este “cara que tem um carro” é justamente uma figura como a mencionada acima, um homem de fora e potencial *pé de pano* ou conquistador.

Um conhecido costumava me contar sobre as dificuldades por que passaram ele e seus amigos quando da construção da Usina de São Salvador, obra cujo canteiro se localizou numa cidade vizinha a Minaçu, Palmeirópolis: “Veja só, eu sou atingido sim. Desde que começaram as obras dessa barragem eu não consigo mais arrumar mulher aqui neste lugar! Chegou essa quantidade imensa de homens de fora, e principalmente esses que têm dinheiro e andam de carros novos, como é que eu posso concorrer com essa gente?”

Ao ouvir isso, perguntei para ele: mas como pode um *peão* que constrói uma barragem andar com um carro novo? Esse pessoal ganha o suficiente para isso? Ele me explicou então que não estava se referindo aos *peões*, que é preciso diferenciar algumas coisas. Os que “andam de carros novos” são os engenheiros, o pessoal que faz os levantamentos, a “gente de categoria”; são os que zanzam de um lado para outro em cima das caminhonetes Hilux... Estes daí podem muita coisa: pegam até mesmo “as mulheres da elite”. Como negar assim que elas, de uma forma geral, têm interesse nestes homens? Além disso, há também, segundo ele, as mulheres que “dão para um peão qualquer”, gente simples, de nível mais baixo. Essas sonham conseguir um marido, e se deixam encantar com qualquer presente bobo. São umas pobres coitadas, que futuro têm engravidando de um homem desses? Ainda mais porque estes peões vão embora, e se sequer mandam notícias vão se dar ao trabalho de enviá-las algum dinheiro? Agora que as obras tinham acabado, a cidade estava deserta de novo. Os *barrageiros* todos foram embora, mas deixaram para trás muitos *barraginhos*: justamente os filhos que fizeram com as moças de lá.

Aparecida, vizinha de Elenita, sabe muito bem dos perigos de se envolver com esse tipo de homem: “Homem do trecho não presta, mente muito...”. Se ela sabe disso, é também porque sentiu na pele o que é ser enganada por um deles. Durante a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, ela envolveu-se com um baiano que viera trabalhar aí. O relacionamento entre eles durou mais de um ano. Nas folgas de que dispunha, ele vinha ficar em sua casa; eventualmente, voltava para sua terra natal, para, segundo ele, ir ver seus pais idosos. Suspeitando dessas viagens, Aparecida procurou saber um pouco mais sobre a vida dele, e descobriu que ele já era casado. Mantinha uma família na Bahia, e era a esposa e os filhos que ia visitar quando se ausentava de Minaçu.

Como em outros casos de que ouvira falar, Aparecida então se deu conta de algo que nunca mais esqueceu: em homem do trecho não dá pra confiar, homem do trecho mente

muito... Durante a construção de Cana Brava, alguns anos depois, ela iniciou também um relacionamento com um homem de fora que trabalhava nas obras. Mas já ciente dos riscos que corria, não deixou que a relação ficasse séria, nem criou maiores expectativas de algo duradouro. Sabia então que de uma hora para outra esse homem iria *espalhar no mundo*, e que o melhor era se precaver.

E era justamente em função de sua experiência que ela se indignava com a forma como sua amiga e vizinha se portava. Como era possível, agüentar aquela situação sem fazer nada? Já havia passado da hora dela ir procurar o promotor pra tentar assegurar sua pensão. Se ela estivesse no lugar de Elenita, ela já tinha feito aquilo há muito tempo! Ela, Aparecida, sabia que com um homem – ainda mais um desses que *rasga o trecho* – é preciso apertar a rédea, ficar em cima. Não se pode deixar ele solto, há que se *brigar, correr atrás*, fazê-lo cumprir suas obrigações. “Deixa de ser boba e vai exigir uma casa desse homem, ô Elenita!”.

As crianças se preparando para o trecho

Ao final desta festa de aniversário para a qual eu fora convidado, um grupo de 5 ou 6 rapazes, todos por volta dos seus 25 ou 30 anos, conversava em frente à casa onde ocorrera o evento. Um destes rapazes era eu mesmo. Outro era alguém que eu já conhecia há muito tempo, desde os tempos em que estivera na cidade pela primeira vez, em 2001 – Henrique. Nesta época, ele era um dos militantes *liberados* do MAB que vieram do sul do país para montar a secretaria do movimento e organizar os atingidos da região. Já nesse período ficamos amigos, vindo a nos reencontrar posteriormente uma ou duas vezes em outros lugares. Algum tempo depois, em função de uma série de incidentes que serão considerados mais à frente, ele acabou deixando o cargo de *militante* – mas não a cidade. Após se envolver em diversas ocupações e passar por dificuldades as mais diversas, na época do nosso reencontro – no início do ano de 2008, durante meu primeiro período de trabalho de campo em Minaçu – a sua situação era relativamente tranqüila. Ele era presidente de um pequeno partido político, e recebia um salário para trabalhar na campanha de um dos candidatos a prefeito do município. Henrique usufruía, assim, de uma condição que, aos olhos da maior parte dos moradores da cidade (inclusive daqueles com quem eu interagira na secretaria do MAB, velhos conhecidos seus) era bastante favorável: possuía uma renda fixa; tinha um carro, mesmo que bastante velho e avariado (e que era por ele carinhosamente chamado de “minha McLaren”, em razão de sua cor); vivia de aluguel numa boa casa; tinha dinheiro para sair com os amigos e beber cerveja, ocasionalmente podendo dar um mimo para uma ou outra das diversas mulheres com quem se envolvia.

Foi através dele, Henrique, que conheci os dois irmãos da moça que naquele dia comemorava seu aniversário, e que me chamaram para a festa. Especialistas na montagem de turbinas de barragens, estes dois irmãos usufruíam alguns dias de folga em Minaçu, vindos de São Paulo onde haviam acabado de terminar um serviço. Além deles, de Henrique e de mim, faziam parte daquele grupo um escrivão da polícia civil, amigo daqueles três; e outro rapaz que eu acabara de conhecer, também conhecido deles todos e sobre o qual nada sei.

Eu havia reencontrado Henrique nos meus últimos dias de trabalho de campo, depois que ele retornara de uma viagem ao sul do país, onde dava início a um empreendimento (“vamos criar um outro movimento social!”) junto com seu pai (este último, também um ex-militante do MAB). Durante duas ou três semanas saí diversas vezes com ele e seus amigos. Naturalmente, algumas mudanças em minha rotina surgiram em função deste convívio. Minha própria inserção naquele grupo se dava de maneira diferente daquela que marcava os outros relacionamentos que eu iniciara anteriormente. Estes próprios rapazes pareciam enquadrar-me na turma de amigos como um ‘igual’: afinal de contas, eu tinha mais ou menos a mesma idade que eles, era homem e solteiro, estava passando uma temporada em Minaçu e tinha recursos para beber e sair. Ao passar a ‘andar’ com eles, deixei de *andar* – ou seja, de caminhar – tanto: agora eu também circulava de carro pela cidade, e usufruía dos privilégios decorrentes disso. Estava inserido naquele tipo de sociabilidade masculina e ‘juvenil’ que discuti anteriormente, de uma maneira muito mais intensa agora. Eu não era apenas um companheiro ocasional na mesa de bar, como ocorria com meus ‘vizinhos’ – aqueles trabalhadores que se hospedavam no mesmo hotel que eu. Mais rápido do que eu imaginava, eu fazia parte de um grupo de amigos. Tive que lidar, porém, com a tensão decorrente de minha inserção em dois universos sociais distintos, e que pouco se comunicavam. Henrique ainda era respeitado e bem-querido pela imensa maioria dos que freqüentavam a secretaria do MAB, meus mais ‘antigos’ conhecidos de Minaçu. Mas ele e seus amigos freqüentavam outros lugares, tinham outros hábitos; principalmente, não eram considerados (nem se consideravam) *pobres*.

Voltemos então ao final daquela festa, onde eu, Henrique e seus amigos bebíamos cerveja do lado de fora da casa. Régis, um daqueles dois irmãos, já bastante embriagado e ligeiramente inconveniente, chamou um menino que brincava do outro lado rua, aparentando não ter mais de sete ou oito anos de idade. Quando a criança se aproximou, Régis o provocou:

- Ô moleque, fiquei sabendo que você é meio viado...
- Qualé! Você está me estranhando? Sou espada, quer que eu te mostre? Vai cuidar da sua vida, fica na sua!

Desconcertado pela resposta que recebera e sendo ridicularizado pelos amigos, Régis ainda tentou balbuciar qualquer coisa, mas a criança já havia ido embora.

Enquanto ríamos do que se passara, Henrique deu um grito: “Ô seus danados, saiam daí de dentro! Meu Deus, esses meninos vão soltar o freio de mão!”. Sem que ninguém houvesse se dado conta, aparentemente aproveitando a distração de nós todos, duas outras crianças – meninos ainda mais novos que aquele que dialogara com Régis – haviam entrado na McLaren pela janela, e se divertiam lá dentro. Um manejava o volante, o outro tentava passar as marchas. Intimidados a sair do veículo, um deles ainda se deu ao trabalho de levantar o vidro antes de se retirar.

O que fica evidente aí é que interações como aquela que se deu entre Régis e o menino, marcados por uma “intergressão”, pela recorrência de referências de ordem sexual e pela necessidade de a estas agressões “reagir como homem” (Duarte 1987, p. 195; cf. Radcliffe Brown 1973), não são privilégio apenas de jovens e adultos. O próprio fato de Régis ter interpelado a criança já sinaliza como este tipo de abordagem é algo relativamente comum. O inusitado, cômico e constrangedor (para Régis, sobretudo) decorrem do fato desta criança estar mais preparada para este tipo de interação do que ele, bêbado, supunha. Indício adicional de que certamente não foi aquela a primeira vez que o menino se viu envolvido em tal tipo de relação; muito pelo contrário, ele parecia já, com seus 7 ou 8 anos, ter sido suficientemente socializado para se sair bem diante destas situações.

Não surpreende que tal evento tenha se passado na rua. Além do mais, é possível evocar o momento em que ele ocorreu, já quase na madrugada de um sábado para domingo, para argumentar que este tipo de relação entre crianças e adultos se contrapõe à educação ou socialização delas em casa, no âmbito do universo doméstico. Universo que, para grande parte destas crianças, é inteiramente feminino. Como já sugeri em outros momentos deste texto, a ‘matrifocalidade’ é uma situação bastante comum (talvez a mais comum) entre as famílias pobres da cidade. Aqueles que são crianças nos dias de hoje, muito provavelmente, não convivem com seus pais (o plural de “pai”), ou o fazem apenas esporadicamente.

Esses mesmos homens que trabalham fora comentam, com frequência, que entre os mais sérios inconvenientes da vida que levam está o fato dos filhos muitas vezes sequer os reconhecerem quando voltam para casa. Na secretaria do MAB, um garotinho que não deve ter ainda dois anos se aproxima de mim, sorri, estende a mão. Encantado com os seus modos, irrefletidamente direciono meu olhar para a senhora que o trouxe até lá, muito provavelmente

uma avó, como que querendo informá-la de que seu neto gostou de mim. “Ah, ele deve estar achando que você é o pai dele, isso acontece às vezes...”. Washington, um menino encantador e excepcionalmente inteligente para seus sete anos, acaba as tarefas na escola muito rapidamente e se põe então a fazer bagunça na sala de aula. A professora chamou sua mãe na escola, e esta última não ficou nada satisfeita com o que ouviu. Decidiu aplicar um castigo no filho, e decidiu que ele não iria mais para Goiânia no feriado, para um ansiado feriado com o padrinho que ele tanto idolatrava. Dono de uma loja de aparelhos celulares, este homem parecia desempenhar o papel que se espera de um padrinho junto a pessoas como essas: não só propiciava ao afilhado o acesso a coisas que a família de Washington (ou seja, a mãe, a irmã, as tias, a avó e a bisavó – o que corresponderia mais ou menos a um grupo doméstico) não tinha como oferecer em função de sua situação econômica como era “como um pai” para ele.

O que quero indicar com isso é que, em especial para o que se refere aos meninos, a convivência com figuras do sexo masculino se dá, com grande frequência e intensidade, sobretudo fora de casa. E isso em um contexto onde – como imagino que está ficando cada vez mais claro para o leitor – os elementos associados aos papéis e domínios masculinos possuem um significado e uma centralidade singulares. (Voltarei a discutir este ponto abaixo, ao tratar da oposição entre o *andar* e o *correr*). Hoje ainda mais do que antes, as próprias mulheres sugerem isso ao repetirem tantas vezes que “mulher sofre muito”; ao insistirem na sua condição de *batalhadeiras* e *lutadoras* (ao que se associa, muitas vezes, as dificuldades das que são também, por causa disso, *sofredoras*); ou ao contrapor sua situação à dos homens, maldizendo-se por não poderem usufruir (no presente, para certos casos; desde sempre, para outros) dos privilégios e liberdades deles – principalmente, a liberdade de movimento.

Os meninos que haviam entrado no carro de Henrique estavam, nesse sentido, não só emulando comportamentos – ‘masculinos’ – que lhe pareciam significativos e valiosos, e que remetiam a valores extra-domésticos. Estavam também aproveitando a oportunidade de brincar com um objeto (o carro) que, no mundo em que eles estavam sendo criados, era considerado como poucos outros. Em dezembro de 2009, saí para comprar presentes para as crianças das famílias que me eram mais próximas (todas elas, porém, do sexo feminino). Nas lojas para as quais me dirigi, tive uma surpresa ao dar-me conta de como um ‘lugar comum’ – meninas ganham bonecas, meninos ganham carrinhos – podia parecer-me, subitamente, tão repleto de significados. Entre os ‘carrinhos’ aí em destaque (sem dúvida o presente mais dado aos meninos), incluíam-se cópias em miniatura dos velozes modelos esportivos que povoam os sonhos de tantos adultos; mais frequentes que eles, porém, eram as reproduções daqueles

outros veículos que tantos destes pais ausentes estavam manejando longe dali, nos seus locais de trabalho: carregadeiras, escavadeiras, caminhões de carga e fora de estrada, motoniveladoras... Na embalagem deste “trator com alavanca articulada e caçamba basculante”, as letras graúdas ao lado da foto de uma criança com capacete são sugestivas do futuro que se deseja para aquele menino que o ganhará de presente: “O pequeno engenheiro - o campeão da construção”¹¹⁹.

Relativizando o desprendimento e a leveza masculinos

*Toda vez que eu viajava você caía no choro
e eu chorando pela estrada, mas o que eu posso fazer?
Trabalhar é minha sina, eu gosto mesmo é de ocê!*
Vital Farias – Ai Que Saudade De Ocê

*E se hoje não fosse essa estrada
se a noite não tivesse tanto atalho
se o amanhã não fosse tão distante
solidão seria nada pra você*
Zé Ramalho/Bob Dylan – O Amanhã é Distante

As referências à *saudade* – tema mais que privilegiado na música ‘do sertão’, conforme a sugestão das epígrafes acima – certamente ajudam a relativizar os desejos dos homens de se desprenderem dos laços familiares. O caso de Xicão também se presta a isso, em especial no que se refere à questão do ‘abandono’ dos filhos.

Eu já conhecia Xicão relativamente bem quando o encontrei na feira, num dia de semana. Foi por isso também que me permiti perguntá-lo se estava tudo bem, já que os sinais de preocupação eram mais do que evidentes em seu rosto. Percebendo meu interesse, pediu para que nos afastássemos para um canto mais reservado e começou a falar.

Xicão contou-me então que tinha ido à feira naquele dia para procurar uma mulher que trabalhava ali, e que pegara uma filha sua para *criar*. Essa mulher lhe garantira que levaria a menina, então com cinco anos, para que ele pudesse vê-la ali. Tudo o que Xicão queria era certificar-se de que a menina estava “gordinha”, bem tratada. “Porque essa menina não é filha de cachorro não!”. Xicão nem fazia questão de dizer para a menina que ele era seu pai, nem fazia questão de que ela lhe pedisse benção. Pela segunda vez, porém, a mulher descumprira o

¹¹⁹ A simplicidade e baixo preço do brinquedo, assim como a minha própria experiência de alguém que é filho de engenheiros e criado num mundo povoado por eles, permitem relativizar e situar melhor aquele “lugar comum” acima apresentado. As crianças destes engenheiros, nos dias de hoje, certamente não estão se divertindo com brinquedos como esse (assim como não estão quaisquer outras da classe média ‘urbana’, o que qualquer visita a um shopping pode facilmente comprovar).

que havia prometido, e não levava a criança à feira. O desespero de Xicão aumentava quando ele lembrava de um episódio que então vinha sendo diariamente mencionado na televisão, a respeito de uma senhora que submetia sua filha de criação a brutais maus-tratos.

Xicão me contou depois que vinha se preocupando com a menina desde que ela nascera. A mãe era, segundo ele, uma “vagabunda”, uma mulher que já arrumara dois outros filhos com outro homem. Como ela concedia pouca atenção à criança, Xicão a pegara de suas mãos. Ele passou então a pagar uma pessoa para cuidar do bebê, e ia visitá-la toda semana para “levar um leite”. Após algum tempo, a irmã da mãe passou a tomar conta da criança – arranjo que parece não ter durado muito tempo¹²⁰. Somente após isso a mulher com que ele se encontrara na feira naquele dia passara a criá-la.

Xicão fora garimpeiro, trabalhando como mergulhador numa balsa que extraía ouro no Rio Tocantins. Após a construção da Usina de Cana Brava, perdera essa fonte de renda. Na época em que o conheci, nutria algumas poucas esperanças de receber seu *direito*, mas já considerava seriamente a possibilidade de abandonar Minaçu para encontrar um emprego em outro canto. De fato, quando retornei ao campo alguns meses depois dos eventos narrados acima, já não o encontrei nesta cidade (e nunca mais tive qualquer notícia dele). Poder-se-ia argumentar que, nestas circunstâncias, ele teria dificuldades consideráveis para criar sozinho um filho. Nunca soube de um homem solteiro que, em quaisquer condições, fizesse isso. Ainda assim, não se pode dizer que Xicão abandonara ‘totalmente’ a criança: mesmo que à distância, ele se preocupava com ela e zelava pelo seu bem-estar.

Por outro lado, o próprio Xicão me afirmara em outra ocasião que ele – como tantos daqueles homens com quem nós dois convivíamos – tinha vários filhos *espalhados* por aí. De todos eles, preocupava-se apenas com dois, os únicos *registrados*: um menino de nove anos que morava em Uruaçu e a menina de que eu tratei acima.

Xicão se envolveu com muitas mulheres ao longo de sua vida – e tem consciência da atração que exerce sobre elas. A maior parte delas, porém, eram mulheres que, segundo ele, “se deitam com qualquer um”. Como, assim, ter certeza de que o filho que uma delas espera é dele? Somente aqueles dois de que ele está certo de que é o pai são dignos de sua preocupação. A mãe da menina podia ser uma vagabunda. Mas era uma vagabunda que tivera dois filhos com outro homem – o que sugere que, a despeito de eventuais falhas de caráter, essa última mantinha práticas monogâmicas que permitiriam que se identificasse o pai de seus

¹²⁰ Afirmar que o arranjo não durou muito tempo é diferente de dizer que ele “não deu certo”; parece-me que neste último tipo de formulação estamos implicitamente assumindo que a forma correta ou esperada de lidar com o filho de criação é assumi-lo definitivamente – o que não me parece ser sempre o caso, e muito menos a regra.

eventuais filhos. E mais do que isso: aquelas crianças com que se preocupava foram os únicos registrados como sendo seus filhos. Num outro momento considerarei mais a fundo a questão dos *documentos* e da importância que possuem na vida dessas pessoas. Por hora, destaco que Xicão não apenas registrou a menina que fora ver na feira como mantém em seu poder a sua certidão de nascimento. Tendo em mãos esse documento, ele afirma possuir, automaticamente, a “guarda” da criança. O valor dessa certidão, e o poder que Xicão afirma que ela lhe concede, não podem ser subestimados. Se a mulher da feira insistisse em não lhe mostrar a criança, seria a posse desse *documento* o que lhe permitiria tomá-la de suas mãos.

Não sei ao certo por que razão Roberta veio sentar-se na nossa mesa. Lembro-me que eu estava bebendo com uma amiga num dos bares mais badalados da cidade, e que antes de vir juntar-se a nós – através da mediação de um dos garçons do estabelecimento, parece-me – ela estava sentada num canto, com cara de poucos amigos, sozinha. Provavelmente, era a única pessoa ali que não estava acompanhada. Tão logo se sentou conosco, pôs-se a falar, sem parar para respirar ou dar espaço para que seus companheiros de mesa se manifestassem. Aos poucos, o tom agressivo e petulante suavizou-se um pouco. Ainda assim, qualquer um que a ouvisse não teria muitas dúvidas em afirmar que se tratava de alguém *valente*; alguém que, mesmo sem precisar apelar para as palavras, era capaz de deixar bem claro do que era capaz, como se a alertar a todos: “cuidado, não vem mexer comigo, você não sabe em que confusão vai se meter...”. De qualquer forma, com coerência ou redundância, também suas palavras, mais cedo ou mais tarde, iriam reforçar o que seus modos expressavam.

E foi assim que em pouco mais de dez minutos eu e minha amiga já sabíamos que Roberta era de Brasília, e que estava em Minaçu trabalhando para uma *firma* de um parente seu que vendia purificadores de água – “de novo no *trecho!*”; que ela tinha um furor sexual inigualável, e que pensava em mulheres o tempo inteiro; que sua antiga namorada fora assassinada por um traficante e que também por isso ela precisara *sumir* por um tempo; que, levando em consideração o custo de vida daquela cidade, ela até que estava ganhando bem; que estava ali no bar para fazer o que mais gostava, encher a cara de cerveja; e que, dado o seu gosto pela bebida, assim como sua resistência a ela, gastava a maior parte do seu salário saindo à noite, bebendo e aprontando. Mas ela não tinha que acordar no dia seguinte bem cedo, para trabalhar? Isso não era problema algum: duas ou três horas de sono e ela já estava pronta para o batente, energia certamente era o que não lhe faltava. Ainda nesse dia, ela contou-nos sobre uma dificuldade que vinha enfrentando no seu trabalho. Mesmo que um

pouco irritado com a recém-chegada, que eliminara qualquer possibilidade de diálogo na mesa com seu falatório, decidi ouvir tudo com atenção. A essa altura do trabalho de campo eu já percebera quão freqüentes e valorizadas eram as histórias que envolviam veículos, velocidade, *manobras*. E não me equivoquei ao pressentir que o que vinha pela frente iria me interessar.

O trabalho de Roberta consistia em bater de porta em porta oferecendo o purificador de água. Eventualmente, também instalava cortinas, outro dos serviços oferecidos pela sua *firma*. Ela percorria as ruas da cidade pedalando uma Caloi Ceci – “toda rosa, daqueles modelos femininos, com uma cestinha na frente...” Neste mesmo período, porém, chegara a Minaçu uma *firma* rival daquela em que ela trabalhava, oferecendo ao mesmo público outro modelo de purificador de água. Essa era uma firma grande, cujos funcionários *rodavam* em um Vectra preto. Não num carro qualquer; mas n’O Vectra Preto – esse era, no momento, o grande inimigo de Roberta, de quem ela falava com ódio, mas sem desrespeito; era o veículo que vinha lhe perseguindo e atemorizando... Tentando se livrar da rival, os funcionários desta firma, andando de carro o dia inteiro pela cidade, volta e meia procuravam Roberta nas ruas de Minaçu. Encontrando-a, costumavam lançar o carro na direção dela, enquanto esta última pedalava sua pequena e precária bicicleta. Roberta não se deixava intimidar: lançava mão de toda a sua habilidade para fugir de seus perseguidores, atirando-se com arrojo para cima da calçada ou freando subitamente. Ela orgulhava-se de sua destreza e sangue-frio, e fazia questão que nós, na mesa, admirássemos também estas qualidades. Ela sabia que mais cedo ou mais tarde podia cair, até porque o Vectra sempre circulava em alta velocidade. Quando isso de fato acontecesse, seus rivais que se cuidassem: porque ela não teria quaisquer inibições ou escrúpulos – tão logo se recuperasse do tombo - para pegar uma faca e perfurá-los por inteiro.

2.2 Encontros e desencontros

O menino da porteira

*Bom dia pra todo mundo, pra você vaqueiro, boiadeiro, padeiro, caminhoneiro, motorista de táxi ou moto-táxi, você figura anônima...
Às cinco da manhã, locutor abrindo os trabalhos na rádio de Minaçu*

Por mais que outros gêneros musicais venham ganhando espaço, a música sertaneja ainda é aquela que, em Minaçu, parece ser a mais tocada. Variantes deste gênero mais modernas – como o sertanejo universitário – têm um público muito amplo, em especial entre os mais jovens. Mas mesmo junto a esses, as velhas canções que tanto emocionam seus pais e

avós ainda são bastante conhecidas. “O Menino da Porteira” talvez seja a música mais popular entre estas. Eu mesmo, de tanto a ouvir, volta e meia me pegava cantarolando alguns trechos que, sem querer, eu havia decorado¹²¹.

Em suas linhas gerais, a letra da canção conta a história de um boiadeiro que, ao percorrer uma estrada por onde sempre passava, era saudado por um menino que lhe abria a porteira e lhe pedia, feliz e excitado, que tocasse seu berrante. Num certo dia, ao aproximar-se deste local, o boiadeiro se sobressalta ao não encontrar o menino que, ao contrário do que sempre acontecia, não estava lá lhe esperando. Ele apeia de seu cavalo e procura saber o que está acontecendo. Encontra então, ali perto, uma mulher chorando e lhe pergunta qual a razão do seu sofrimento. Ela então lhe responde:

Boiadeiro veio tarde, veja a cruz no estradão
Quem matou o meu filhinho foi um boi sem coração!

Arrasado diante desta notícia, o boiadeiro faz então uma promessa:

A cruzinha no estradão do pensamento não sai
Eu já fiz um juramento que não esqueço jamais
Nem que o meu gado estoure, e eu precise ir atrás
Neste pedaço de chão, berrante eu não toco mais!

Já familiarizado com essa música, conheci também em Minaçu outra canção – “O Menino Boiadeiro” – que sugere uma continuação àquela história¹²². Nesta faixa, muitos anos depois dos incidentes descritos n’ “O Menino na Porteira”, o mesmo boiadeiro viajava pelos sertões de Goiás. Aí, depara-se com um rapaz cujos traços lhe parecem familiares. Logo se dá conta de que está diante do menino que abria a porteira para ele, e que imaginava estar morto. Ele interroga então o menino, que ri e se explica:

Há muitos anos passados foi no mês de fevereiro
Eu deixei o meu povoado e fugi com um boiadeiro
E deixei a minha terra querido estado mineiro
Sei que mamãe tem sofrido, ai, ai,
Pensando de eu ter morrido num chifre de um pantaneiro.

O boiadeiro lhe responde então, sério:

Menino preste atenção no que agora eu vou falar

¹²¹ Estendendo-se muito além deste universo e mesmo daquele ‘interior’ que usualmente associamos a este gênero musical, a fama dessa composição pode ser atestada pela nova versão do filme de mesmo nome, lançada no ano de 2009. Em 1976, a canção composta por Teddy Reis e Luizinho em 1955 e gravada um pouco depois por Sérgio Reis inspirou a realização da primeira versão, que já na época atraiu quase 5 milhões de pessoas ao cinema, público considerável para os dias de hoje e muito mais para aquele período.

¹²² Esta faixa, também bastante conhecida (ainda que menos popular que “O Menino da Porteira”), foi composta por uma dupla sertaneja chamada Abel e Caim. Não fui capaz de descobrir a data da gravação.

Vá rever sua mãezinha que não cansa de chorar
 O meu laço e o meu berrante de presente eu vou lhe dar
 Seremos dois boiadeiros
 Eu serei teu companheiro se meu conselho escutar

O menino aceita a proposta; reconhece que tem que voltar pra casa, e agradece então ao boiadeiro por ter surgido e lhe convencido a retornar, mudando assim o seu destino.

O norte de Goiás de que trato aqui não é, certamente, o sul do estado ‘boiadeiro’ que acolhe o menino. Além disso, nos dias de hoje e como vimos no capítulo anterior, já estão praticamente extintos – em qualquer lugar de Goiás – aqueles vaqueiros que, no lombo dos seus cavalos, tocavam o rebanho por vastas distâncias. O que não deixa de suscitar, entre os mais idosos, os “velhos goianos”, lamentos e saudades... O próprio informante de Rainho (1980) citado acima, num depoimento colhido em algum momento dos anos 70, já destacava que a “pessoa que trabalha prum boiadeiro tocando boiada (...) hoje num tá tendo mais”. Os músicos caipiras e sertanejos, em inúmeras ocasiões, cantaram e lamentaram esse fato¹²³.

Ainda assim, na narrativa constituída pelas duas canções, algo do que é aí descrito me parece estar presente de maneira significativa no universo que venho descrevendo: o fascínio que um ‘viajante’ (o boiadeiro) exerce sobre uma criança ou adolescente; a fuga de casa em razão desse fascínio, facilitada pela simulação da morte; a expressão de uma visão ambivalente dos caminhos e das estradas, simultaneamente fascinantes e repletos de sofrimento (“no caminho dessa vida muito espinho eu encontrei”, conta em determinado momento o boiadeiro da primeira canção); a existência de uma mãe sofredora que parece ser o único parente a se mobilizar pela morte do menino.

Pensados em conjunto, esses elementos podem ser descritos como a expressão de um desejo, da execução de um plano para sua realização e das conseqüências dele decorrentes. Desejo de fugir de casa, de acompanhar os boiadeiros em suas andanças, de trocar a estabilidade do lar pela itinerância pelo sertão. Mas para conseguir isso é preciso romper com as amarras que prendem esse que deseja ao lar, e em especial à sua mãe: aquela a quem deve amor e respeito; aquela que, pela própria condição que a define, por tê-lo trazido ao mundo e criado, lhe cria obrigações que, de seu ponto de vista, implicam em sua imobilidade. A ela,

¹²³ Por exemplo, em “Comitiva Pantaneira”, de Donizete Santos (Adeus boiada pantaneira / daqui pra frente você vai de caminhão); em “Vou voltar ao Mato Grosso”, de Tônico e Tinoco (Porque hoje a boiada viaja de caminhão / E o triste carreiro, peão de boiadeiro, não tem profissão); ou “Carreteiro da solidão”, de Martimiano Pereira Borges (A gente paga pelo progresso / nem o berrante não há mais não / a gente escuta pelas estradas / só buzina de caminhão).

deve sua vida. E a única maneira de escapar a essa dívida, para ele, é simulando o fim desta própria vida, é fingindo estar morto.

O reencontro do menino com o boiadeiro, anos depois, parece ser também o momento de uma volta ao universo da reciprocidade. É através de uma dádiva – o laço e o berrante que serão dados “de presente” – e de uma troca – retorne para sua mãe que seremos boiadeiros companheiros – que o boiadeiro convence o menino a voltar para casa. Assim, o primeiro tenta (e consegue) convencer o segundo de que o lar e a estrada, a mãe e a vida errante, não têm que se opor necessariamente, e que é sim possível uma harmonia entre esses dois domínios.

Postular uma distinção entre um domínio da reciprocidade e outro onde ela não está presente, porém, seria ir longe demais. Uma proposição como essa estaria reproduzindo uma oposição entre “sociedade” e “indivíduo” – os laços e obrigações constituintes do social constringindo os desejos individuais, as relações se opondo ao ‘ente’ – que me parece teoricamente problemática e equívoca se o que levamos em consideração é o ponto de vista daqueles envolvidos em situações dessa ordem, conforme o que mostrarei adiante. Não é a ruptura com a reciprocidade característica de um determinado conjunto de relações que vai alijar alguém do domínio (que nós chamamos de) “social”, nem é isso que vai fazê-lo mais ou menos “indivíduo”. O que se opõe a um conjunto de relações não pode ser um ente – mas somente um outro conjunto de relações (essa sim talvez seja uma afirmação ‘teórica’, mesmo que pedestre). O que assinala a distinção nativa entre um cá e um lá, entre dois universos, é antes a natureza das relações existentes e a se construir de um lado e de outro – digamos, de maneira provisória, que a distinção diz respeito a diferentes ‘reciprocidades’. Abandonemos esse ponto, por hora; mais à frente ele será tratado com maior atenção.

Sumir no mundo, perder-se dos parentes

Rosa nessa tarde estava desenvolta, satisfeita, completamente livre. Estava provado perante Dona Rita e Seu Reimundo que ela ‘num tinha nascido no oco do pau não’, que tinha conhecidos e amigos. No lugar adonde nascera, seu pai era gostado de todos e tinham uns parentes lordes toda a vida para as bandas da Bahia. Ela num era defunto sem choro não.

Bernardo Élis - Veranico em Janeiro.

No capítulo 1, discuti como os moradores de Minaçu temem que, com um eventual fechamento da SAMA, a cidade “acabe”. Sendo esta empresa considerada a *mãe* de Minaçu, o

seu desaparecimento poderia implicar que eles todos ficassem *jogados no mundo*. Nesse sentido, uma cidade que “acabou” é uma cidade para a qual não se pode voltar mais. Ela deixa de funcionar como uma referência estável e significativa que, tal com o lar ‘materno’, deveria idealmente persistir como algo *duradouro* diante do turbilhão que é o *mundo*.

O significado desta “volta ao lar” tem que ser considerado à luz da própria experiência destes que se foram. E isso só pode ser feito se levamos em consideração o que significa ter parentes “desaparecidos”, “perdidos”, “sumidos”; ou então, pelo contrário, do que significa ter “perdido o contato” com a família, e de não ser capaz de restabelecê-lo. Nos relatos dos que passaram por isso, fica claro que essa perda de contato muitas vezes aconteceu em função de incidentes que, aparentemente triviais, inviabilizam, muitas vezes para sempre, o reencontro entre as pessoas. Longe de casa há muitos anos, Xicão mantinha um contato com os parentes através do telefone de uma das vizinhas de sua mãe, que ficara no sertão baiano. Por uma razão que ele desconhece, um dia esse número parou de funcionar. Quando, muitos anos depois, voltou para sua terra natal e foi procurar seus parentes, descobriu que há vários anos eles tinham se mudado, sem que qualquer um ali pudesse informá-lo qualquer coisa sobre o seu paradeiro...

Brandão (1986, p. 24) aborda esta questão, situando-a no contexto do “campesinato goiano” – ou seja, tratando de pessoas e lugares que parecem ser um pouco mais ‘estáveis’ do que as que trato aqui. De qualquer forma, ele destaca que

“o deslocamento até mesmo de um filho ou de um irmão para regiões distantes pode provocar uma radical diminuição de contatos, mesmo indiretos, devido a dificuldades concretas de manutenção de qualquer forma de comunicação (impossibilidade de escrever cartas pela infrequência de serviços de correio, ou por analfabetismo; impossibilidade de retorno periódico por custos de viagem, etc.). É evidente que isto ocorre com as famílias mais pobres. Algumas pessoas em Diolândia [município no centro-norte de Goiás] não vêem seus irmãos há vários anos e nem sequer sabem exatamente onde estão. São freqüentes avisos nos programas radiofônicos sertanejos de várias cidades de Goiás de familiares (inclusive pais, filhos e irmãos) procurando saber do paradeiro de parentes que se ausentaram de casa há muitos anos e com os quais não houve mais contato algum”.

Woortman (1987, p. 190), tratando das camadas populares de Salvador nos anos 70 e 80, acrescenta: “dada a alta mobilidade espacial dessa população, particularmente nos anos mais recentes, e as dificuldades de comunicação por carta ou telefone, os contatos entre irmãos tendem a se reduzir, e por sua vez reduzem o universo de parentes conhecidos e significativos”. A esse respeito, destaco a importância da proliferação dos aparelhos celulares e das redes sociais pela internet – sobretudo o Orkut – para mitigar esse problema. No que se refere a estas últimas, certamente o seu público mais amplo são os jovens. Mas até mesmo pessoas mais velhas e que não sabem ler e escrever se interessam por tais ferramentas – eu

mesmo fui convocado, duas ou três vezes, para criar um perfil para elas na internet, assim como para procurar “no Google” informações sobre parentes desaparecidos.

No capítulo seguinte, volto a tratar deste tema, descrevendo os esforços de Aparecida para encontrar sua irmã desaparecida.

Criar, manter e desfazer relações

*Descasei, casei, investi, desisti
Se há sorte eu não sei, nunca vi
“Romaria” – Renato Teixeira*

Sentados na sombra da mangueira, Rui comenta com um senhor qualquer coisa que aconteceu “nos tempos em que ele tinha família”. Conhecendo bem a história de Rui, e já sabendo como ela está marcada pelas dificuldades que as barragens lhe trouxeram, eu encaro esta expressão, num primeiro momento, como mais uma referência dele às diferenças existentes entre sua vida antes e depois destes empreendimentos. Ele próprio, em relatos inflamados dirigidos para mim ou para qualquer um que se encontrasse à nossa volta, estava constantemente a destacar como estas barragens fizeram da sua vida um inferno, o aparecimento delas constituindo-se como um marco decisivo na sua história pessoal. Foi no contexto do trauma gerado pelas barragens que Rui empobreceu, que ele e sua mulher se separaram, que seu irmão foi para o Pará e *sumiu no mundo...*

Mas naquela conversa “trivial”, a menção àqueles “tempos em que ele tinha família” me parece poder ser compreendida de outra maneira. A conversa de Rui com o senhor se dá num tom ameno, bastante descontraído, e esta expressão surge sem maior ênfase ou destaque na sua fala, e sem deixar transparecer qualquer amargura ou indignação. Se os “tempos do analfabetismo”, o “tempo das barragens” ou o “tempo do garimpo” não voltam mais, não necessariamente o uso deste formato pressupõe uma ruptura ‘histórica’ e definitiva, assinalando uma distinção clara e incortonável entre um antes e um depois.

O que Rui queria era se referir a um período específico da sua vida, e sobre como as coisas se passavam aí. Se ele não tinha mais família naquela época, isso não descartava, em absoluto, a possibilidade de que viesse a tê-la no futuro. O que transparecia daquela fala,

assim, era a trivialidade do fato de que, em certas épocas, um homem tem família; em outras, não¹²⁴.

De fato, grande parte dos homens de meia-idade que conheci na secretaria do movimento estava numa situação muito parecida com a de Rui. Dentre estes últimos, a maioria já “teve família” em alguma época de suas vidas – mas naquele momento estavam solteiros. Estes homens costumavam viver, sós, em alguns dos inúmeros “quartinhos” existentes na cidade. Antes ocupados por aqueles que nos tempos de *febre* enxameavam as ruas da cidade, agora o edifícios construídos para abrigá-los, com estes minúsculos aposentos se sucedendo, em fila, estão quase todos abandonados, um ou outro ainda servindo para pessoas como Rui¹²⁵.



Fig. 10: Quartinho pertencente a um homem solteiro

¹²⁴ Situando este ponto num contexto mais amplo, destaco o que afirma Mello e Souza (1995, p. 163): “A falta de laços familiares da população foi outro fantasma que perseguiu as autoridades [das regiões mineradoras no século XVIII], e sanar este mal tornou-se um dos pontos básicos da política normalizadora então levada a cabo. Ao contrário do que sugere a visão da sociedade colonial nucleada na família, esta foi, nos tempos coloniais, exceção: os elementos que para cá se dirigiram eram solteiros e desenraizados, e muitos se ressentiram da falta da mulher branca. Aos poucos, foram se formando famílias ilegais, à margem do vínculo do matrimônio”.

¹²⁵ A título de comparação, Woortman (1987, p. 73) afirma: “Vários homens me asseveraram que não tinham família, afirmativa essa que me parecia um tanto estranha, dado que estavam vivendo com uma mulher com a qual tinham filhos. Só depois de algum tempo percebi que *só as mulheres tinham família*, pois elas eram percebidas como as ‘principais’ constantes, ou permanentes da unidade familiar, em oposição aos homens, percebidos como transitórios”.

Já há algum tempo morando em Goiânia, certo dia Beata surpreendeu-se ao encontrar, esperando-a na porta da casa dela, seu pai. Já há muitos anos não via Firmino, nem sabia por onde ele andava. Qual teria sido a última vez que eles se encontraram? Teria sido em Pilar de Goiás, onde ela foi criada? Beata não tinha certeza. Ela sabia apenas que fazia bastante tempo desde que vira seu pai pela última vez.

Firmino contou-lhe então que ele estava morando em Minaçu, e convidou-a para ir viver com ele. Sem muitas perspectivas ou compromissos em Goiânia, levando uma vida difícil ali, Beata acabou aceitando a proposta. Por que não tentar a sorte por aqueles cantos, correr o risco, apostar?

Junto com os dois, vinha mais uma pessoa para morar na mesma casa: um homem da mesma idade de Beata, e que se tornara um grande amigo de seu pai alguns anos antes. A gratidão que Firmino nutria com relação a esse “amigo” se devia sobretudo ao fato de que fora com a *ajuda* deste último que Firmino conseguiu reencontrar seus próprios pais, já idosos e doentes. Fora este amigo quem os localizara e quem levara Firmino até lá. Profundamente agradecido por isso, Firmino retribuía o favor acolhendo em sua casa de Minaçu o amigo que, envolto em dificuldades de toda ordem, precisava *sumir* por uns tempos – assim Beata me relatava como tudo se passou.

Residindo sob o mesmo teto, Beata e esse homem logo se aproximaram, e *amigaram*. Para ela, porém, o passado dele permanecia um mistério. Sabia que ele fugia de alguém, mas nunca soube a razão até um dia em que, tarde da noite, um carro buzinou em frente à casa em que viviam. Ele – o amigo de Firmino, o homem com quem Beata dividia a cama – abriu a porta, foi alvejado várias vezes por alguém que atirava de dentro do carro, morreu na hora. Depois de um tempo Beata ficou sabendo que ele foi morto por causa de uma vingança: ele matara um rapaz num acidente de trânsito, e o pai desse rapaz vinha há tempos lhe perseguindo, disposto a fazer justiça com as próprias mãos.

O acaso ou as vicissitudes da vida levam, muitas vezes, à atualização de relações que, até então, estavam ‘adormecidas’ – ignoradas, desconsideradas ou mantidas em latência – sem se efetivarem através do convívio ou contato. Se uma pessoa nunca é capaz de prever inteiramente se estes laços serão reativados no futuro – nem quando ou qual deles – , não há dúvida de que elas, nos seus esforços para inventariar e mapear seus “parentes”, estão sempre a contemplar essas possibilidades.

Nestas situações, há algo como uma combinação da filiação (dos laços de parentesco propriamente ditos) com uma ‘aliança’. O que quero afirmar com isso é que, por si só, os laços de sangue não são por vezes suficientes para garantir a manutenção e continuidade da relação: precisam ser reforçados por algo mais, por circunstâncias favoráveis que tornem o convívio ou a constituição minimamente estável de uma ‘unidade doméstica’ possível e/ou desejável. Um pai e uma filha, ambos *rodados* (ele sofrendo da cabeça, ela do alcoolismo), voltam a viver e conviver após muitos anos. Ajeitam-se ambos num arranjo que, se não é pensado ou concebido como provisório, também não o é como sendo definitivo. “Enquanto eu estiver aqui recebendo o dinheiro deste serviço, você pode ficar comigo”.

Se os laços da filiação não são fortes o suficiente para assegurar o convívio, fazendo-se necessário que eles sejam reforçados pelas circunstâncias e pelas ‘alianças’ que os tornam propícios, necessários ou desejáveis, o contrário também ocorre. Pois estas próprias ‘alianças’ ganham em estabilidade na medida em que se desenvolvem pelo empréstimo de categorias e sentidos tomados do universo da filiação, do parentesco.

Grandes amigos, Hugo e Willy, ambos na casa de seus vinte anos, agora estão morando juntos – num quarto de pensão que foi cedido ao primeiro, temporariamente, pelo dono do estabelecimento, com quem Hugo trabalhou no passado. Este último, mais vivido e experiente, me conta que é “como um irmão mais velho” de Willy. Willy, em outro contexto, destaca o quanto aprendeu com Hugo, e que ambos são como se fossem irmãos. Os dois dividem não apenas o mesmo quarto, mas também o dinheiro que conseguem e, eventualmente, até mesmo uma ou outra namorada. Volta e meia se envolvendo em conflitos com outras pessoas, um sempre compra a briga do outro. E ambos nutrem planos para sair de Minaçu em breve... Alguns meses depois, descubro que os dois de fato foram embora. Mas não juntos: tendo brigando seriamente por causa de uma menina, cada um tomou seu rumo sozinho. Assim, afirmar que X ou Y é “como um irmão” é não apenas explicitar o afeto existente no laço em questão; mas é também marcar esta relação por certo tipo de postura ou esforço que, emulando ou inspirando-se no parentesco real, contribui para sua estabilização – ainda que, frequentemente e tal como ocorreu no caso de Hugo e Willy, esta última seja provisória.

2.3 Andar ou correr? Os Pés e suas Diferentes Velocidades

Domingo de sol, calor que beira os quarenta graus. No meio da tarde, que podemos fazer nós todos senão ir para a Praia do Sol? Com esse clima, nada mais convidativo que as águas do lago da Usina de Cana Brava, às margens do qual podemos também beber uma cerveja gelada *na sombra*. Além disso, depois das cinco o agito toma conta do Galo Cego, o mais badalado dos quatro quiosques construídos diante da areia, de frente para o lago. Nos finais de semana este local está sempre repleto de gente, aglomerada em torno das mesas de plástico e dos veículos (carros, principalmente; mas também caminhonetes, motos e caminhões) com o som automotivo ligado – por vezes, três ou quatro deles ao mesmo tempo, as músicas que eles tocam se fundindo num ruído tremendamente alto que pouco parece incomodar os presentes. Nesse ponto ficam também as moças que, mais cedo e em grupos de três ou quatro, desfilam ao longo da orla com suas melhores roupas – o que inclui, quase sempre, um calçado de salto incrivelmente alto, sobre o qual muitas delas se equilibram bastante precariamente. Para lá se dirigem também os rapazes que, de bicicleta, carro ou moto, vão exhibir – na opinião dos meus amigos – seus veículos e roupas de marca. Estes últimos são, segundo eles, “filhinhos de papai”: *boys* ou *playboys* e *aparecidas*.

Somos cinco: eu, um rapaz, três moças, eles todos com idades variando entre 17 e 23 anos. O problema que se apresenta a nós todos é o mesmo: como chegar lá? Do Jardim Bambala até a praia são mais ou menos quatro quilômetros, percurso cuja maior parte será percorrida a sol aberto, no asfalto. Não há a possibilidade de se conseguir nenhuma carona de carro naquele dia. E R\$ 4,00 por cabeça é muito para se pagar por um moto-táxi. A opção que nos resta é uma só: encarar o sol e a caminhada, e é isso o que combinamos fazer, a despeito das reclamações generalizadas.

- Seu marido não vem, Elenita?
- Com a gente não. Você sabe como são as coisas, o Douglas não gosta de *andar de pé*...

O vocabulário em torno dos pés

À medida que fui me familiarizando com a Minaçu pela qual eu passara a circular, fui me dando conta do quão freqüentes, nas falas dos meus interlocutores, eram as categorias e expressões que evocavam a idéia de movimento. E mais do que isso: percebi como, ao apelarem a este vocabulário, estas pessoas o faziam por vezes num tom solene, parecendo com isso sugerir que estavam tratando de algo sério e importante. (Era o que se passava, justamente, nas referências que Altino e sua família faziam ao *trecho* na descrição com que abri este capítulo).

Neste momento, limito-me a destacar algumas situações onde termos associados às idéias de “pé” ou de “pisar” se fazem presentes. Ao apresentá-las, tenho o objetivo de contrapor estas situações, quase sempre avaliadas de forma negativa, àquelas outras em que fica evidente o valor positivo concedido aos veículos que possibilitam, justamente, outra forma de mobilidade. Outras velocidades... Não seria em função desta oposição que Douglas, apaixonado por automóveis e motos, recusava-se a ir caminhando conosco, ele que fora obrigado, em função de suas dívidas, a vender seu carro? (Ao contrário dele, há muitos que, diante da possibilidade de se divertirem, relativizavam os incômodos do caminhar, preferindo não perder a festa: “Ah, a gente tem que *festar* mesmo. Nem que eu tenha que ir *de pé*, não deixo de aparecer lá!”).

No que se refere àquelas categorias e expressões, lembremo-nos, antes de mais nada, dos já citados *pés-de-pano*. Além disso, o goiano ‘típico’ ou ‘tradicional’, nascido e criado no estado, é chamado de *goiano pé-rachado*; alguém que é, de certa maneira, quase uma antítese dos que habitam ou circulam por Minaçu: não só pelas origens diversas da maioria destes últimos como pelo fato desta noção evocar o passado rural de quem pisa no chão sem sapatos, imagem pouco atraente para meus interlocutores que assumidamente não morrem de amores pelo campo. Além disso, Esterci (1985, p. 237) nos lembra que o termo “peão”, “etmologicamente, foi construído sobre a raiz latina pes-pedis (pé) e remete ‘àquele que anda a pé’”.

Comentando sobre sua avó cuja situação lhe parecia muito triste – abandonada pelo marido há muito tempo, até aqueles dias, já idosa e cansada, ela tinha que trabalhar na roça – um rapaz que eu conhecia destacava que, se ele tivesse condições, arrumava um jeito de livrar-lhe deste tipo de obrigação: “Se dependesse de mim, ela nunca mais punha o pé no chão!”. Esse mesmo rapaz lembrava também dos dias confortáveis da sua infância, quando a renda que o pai obtinha no garimpo permitia à sua família uma vida de fartura e tranquilidade. Seu pai, além disso, não “deixava eles pisarem no chão”: tudo eram *mordomias*, roupas novas... Se eles quisessem comprar um carro, e pagar à vista, eles podiam. (Note-se que, mais uma vez, o carro aparece como o exemplo preferencial para aqueles que querem sinalizar a existência de uma situação financeira favorável e do que ela possibilita). Já Regina, no capítulo anterior, ‘idealizava’ o passado em que vivia antes das barragens: “Todo mundo, todo mundo vivia bem, todo menino calçava bem...”.

Se pisar no chão é, em alguma medida, algo desagradável, *ser pisado* o é ainda mais. Na secretaria do movimento, presenciei diversas pessoas que reclamavam de que ali eram *pisadas*. Estas pessoas se sentiam *humilhadas* por terem, por exemplo, que ficar tanto tempo

na fila, esperando uma cesta básica. No que se refere a esta ou aquela criança, ela é malcriada? Pois é preciso dar-lhe um corretivo, uma taca, uma *pisa* nela... Dizem-se *pisadas*, “como um tapete”, também as mães que se sentem injustiçadas pelos filhos de quem cuidaram com tanta atenção, e que agora não lhes concedem tanta atenção ou nutrem planos para irem-se embora de casa.

Andar de pé, desta forma, é também encontrar-se em má situação financeira, é estar *rodado*. Sebastião trabalhara muitos anos como *percentista* de Marieta, nos garimpos de Crixás. Alguns anos depois, veio a reencontrá-la em Minaçu, e qual não fora a sua surpresa? Aquela mulher que ele conhecera no passado tão bem de vida, rica e cheia de si, estava ali na sua frente *andando de pé*, passando aquelas dificuldades todas. E não é também pela referência às suas formas de deslocamento que são caracterizados de maneira pejorativa os calungas, descendentes de escravos que desde o século XVIII se escondem lá para os lados de Cavalcante? “Os calungas, aquele povo, você sabe como é, esse tipo de gente que fica dias sem comer, só meio do mato, que vem *andando de pé* até a cidade... E que sai daqui como o *pé inchado*, de tanta cachaça que enfiou no rabo!”.



Fig. 11: Pés (rachados ou não), rodas, sandálias, botas, o chão

Andar: mulheres :: correr : homens?

De certa maneira, há uma qualidade feminina no andar, vinculada diretamente à desvalorização desse ato (presente também no que se refere àqueles calungas, a quem se atribui certa ‘primitividade’). Tal associação parece articular-se a uma longa tradição onde o *rodar* é encarado como algo que, se não é vedado às mulheres, é uma prática preferencialmente masculina. Especialmente quando o que está em jogo é a mobilidade que se exerce no *mundo* – espaço que, como veremos em mais detalhes adiante, se define pela contraposição ao familiar (o que remete à *família*, e também ao já-conhecido) e ao doméstico.



Fig. 12: Elas carregam as cestas, eles observam à distância

As transformações que se sucederam ao fim do garimpo em Minaçu parecem ter reforçado essa tendência, como um subproduto de um processo mais amplo de ‘masculinização’ da vida social que promoveu um incremento na hierarquia já existente entre os sexos. Afinal de contas, e de acordo com todos aqueles tópicos que discuti no capítulo anterior, foram basicamente os homens jovens e saudáveis, trabalhando em grandes projetos ou *firmas* a eles vinculados, os que conseguiram escapar às dificuldades econômicas que, no seio das camadas populares de Minaçu, passaram a afligir todos aqueles que antes viviam da extração de ouro. A julgar pelos depoimentos a respeito do passado anterior às barragens, há poucas dúvidas que o garimpo, mesmo sendo uma atividade predominantemente masculina,

permitia uma distribuição mais igualitária (entre os gêneros e as gerações) da riqueza que circulava junto a estas pessoas. No garimpo, como Regina nos lembrava no capítulo anterior, até mesmo as crianças tinham como tirar “um dinheirinho” para elas, pegando uma bateia e encontrando algum ouro.

Associando os veículos primordialmente aos homens, não quero dizer, porém, que existam restrições ou inconvenientes para as mulheres que, tendo condições para tanto, os possuam ou os guiem. Não só no que diz respeito a este tópico, tenho a impressão que a incorporação de determinados valores e práticas ‘masculinos’ pelas mulheres não é algo raro, e nem mesmo implica em qualquer estigma ou preconceito – sendo mesmo, por vezes, avaliado positivamente. Assim, conheci diversas mulheres famosas pela sua coragem e pela sua disposição e capacidade de sair no braço com os homens; outras que foram *proprietárias* no garimpo, empregando diversos homens; à medida que os homens foram abandonando a cidade, as mulheres passaram a ser inclusive a maioria entre os *coordenadores* do movimento (nenhuma delas, porém, se aproximou do topo de sua hierarquia). Uma destas *coordenadoras* que conheci em 2008 já não estava na cidade quando para aí voltei em 2009: tinha ido trabalhar na obra da Usina Hidrelétrica de Estreito, tendo já deixado de ser *ajudante* por ter conseguido uma *profissão*, como armadora. Se estes casos eram exceções ou o produto de circunstâncias excepcionais, isso não implicava que, em virtude disso, fossem encarados com estranheza ou incômodo pelos homens ou por outras mulheres.

No que se refere aos veículos, eles certamente despertam interesse e paixão nelas; menos do que neles, mas ainda assim bem mais – parece-me – do que em mim mesmo ou nos meus amigos e familiares. Aquela ‘incorporação’ dos valores masculinos pode ser exemplificada a partir do que se passou com algumas das moças que, tendo ido “vender a pamonha” na Suíça ou na Espanha, evidenciavam o sucesso de sua empreitada no exterior com a compra de uma casa e de um carro luxuoso, geralmente uma caminhonete Hilux – como se, possuindo e exibindo estes dois bens, elas reivindicassem para si, ao mesmo tempo, a estabilidade doméstica feminina e a autonomia, liberdade e mobilidade dos homens¹²⁶. Mas que mulher entre as que conheci não sonhava ao mesmo tempo com estas duas coisas?

¹²⁶ Velho (2007a, p. 22), tratando da “fronteira” na Amazônia Oriental, assinalou a ambigüidade e o caráter liminar das prostitutas com relação à polaridade homem-mulher: “... uma vez reclassificadas como prostitutas, as mulheres ‘desonradas’ passam a desfrutar, por sua autonomia, de certo respeito e camaradagem que os homens não dispensam às demais mulheres. A zona de prostituição passa a ser um local público muito peculiar de sociabilidade intersexo e, possivelmente, revelador de necessidades não satisfeitas pelo cotidiano dominado por esse estrito dualismo homem-mulher”.

Além de se exercer no *mundo*, a mobilidade acontece também no interior da cidade: ela pode ser também “intra-urbana” – se quisermos apelar para uma distinção presente em uma forma de pensar que nos é habitual (e que contrapõe a esta última os movimentos “interurbanos”, o que consideramos ser uma “migração” propriamente dita) e que pouco ajuda a elucidar o caso de que trato aqui. (Voltarei a esse ponto mais adiante, ao argumentar que alguns adolescentes vivenciam ‘dentro’ da cidade certo tipo de experiência com que homens mais velhos se defrontam, mais intensamente, ‘entre’ as cidades). E também aí o que há de ‘feminino’ no andar pode ser percebido.

Sentado na calçada em frente à secretaria do MAB, avisto um bando subindo lentamente a Avenida Araguaia. Já familiarizado com aquele trecho da cidade, suponho – acertadamente – que ele se dirige justamente para onde o prédio em cuja porta me encontro no momento. Certamente não é a primeira vez com que me deparo com estes comboios que, vindos de algum setor pobre da cidade, costumam incluir três ou quatro mulheres, algumas sombrinhas, uma ou outra bicicleta, talvez um cachorro ou dois, e diversas crianças pequenas (às vezes uma delas carregando outra, esta última ainda menor do que a primeira). O grupo é barulhento, com vozes femininas se sobrepondo, eventualmente alguma música vazando de um aparelho celular ou de um mp3 paraguaio carregado por algo ou alguém, e alvoroço de crianças que correm para todo o lado (sempre correndo o risco de serem atropeladas, o que infelizmente acontece com grande frequência na cidade). Era em grupos como esses que chegavam muitas das pessoas que iam lotar a secretaria nos dias de reuniões de grupo ou de entrega de cestas básicas.

Por diversas vezes acompanhei minhas conhecidas em caminhadas por Minaçu. Junto a Regina e sua primogênita, íamos buscar a filha da última na creche, e depois resolver alguma *coisa* na Avenida Maranhão. Com Aparecida, circulei por todos os cantos imagináveis da cidade e das redondezas, já que era basicamente assim que ela ocupava seus dias: visitando lojas e repartições públicas, indo fazer alguma reclamação ou reivindicar algo, fazendo visitas a conhecidos, embrenhando-nos no mato ou num quintal de algum conhecido para procurar frutas, legumes ou ervas.. Fabiana, para quem “andar de turminha” era inegavelmente algo diferente de caminhar só, volta e meia ligava para meu celular, me chamando para acompanhá-la para qualquer lugar que eu – de acordo com ela – não podia deixar de conhecer: iria ser ótimo para minha pesquisa ir até lá! “Andar de turminha”: desconfio que essa é uma forma de denominar a prática em que se engajavam comboios como o descrito no parágrafo anterior.

A esse respeito, não demorou muito para que eu me desse conta de um certo padrão no meu trabalho de campo. Junto às mulheres, eu fazia pesquisa e coletava dados circulando pela cidade. Eventualmente, fazia a mesma coisa com pessoas do sexo masculino também – mas estes últimos eram necessariamente adolescentes. No único registro que possuo de uma ocasião em que eu caminhei junto a um homem adulto, nós dois íamos até onde o quartinho onde ele morava, e que ele fazia questão que eu conhecesse. Na imensa maioria das vezes, meu convívio com os homens ocorria na secretaria do MAB, em longas conversas sob a sombra da mangueira ou de algum telhado; nas suas próprias casas, na sala ou na calçada defronte a elas; em bares; e mesmo dentro dos automóveis que um ou outro deles possuíam. Se por um lado essas informações remetem a especificidades relativas aos relacionamentos que estabeleci em Minaçu (e, portanto, também à forma como realizei minha pesquisa), por outro elas sinalizam, sem dúvida, algo a respeito dos hábitos locais – afinal de contas, eu estava ciente de que meu trabalho consistia, entre outras coisas, em “seguir os nativos”, por onde e como eles fossem.



Fig. 13: Nove meses após a *febre*, estes quartinhos têm novos ocupantes

PARTE 3 – O MUNDO E O TRECHO

3.1 A Família e a Mobilidade Enquanto Valores

O trecho ensina - o mundo é a vida e é a realidade

Quando se mudou para a capital, Anderson – o filho de Altino e Regina, mencionado no início desse capítulo na descrição naquele almoço onde se celebrava sua volta para casa durante um feriado – foi dividir uma casa com uma conhecida da família. Tanto ele como seus pais concordavam que não fazia sentido ir morar com um de seus inúmeros tios ou tias que já estavam lá. “Sabe como é, parente cobra muito... ‘Eu te fiz isso, eu te fiz aquilo’. E tudo acaba ficando mais fácil na casa deles, a responsabilidade diminui...” – quem dizia isso era sua irmã mais velha, explicando-me as razões daquela decisão familiar.

O controle, a assistência, as obrigações recíprocas características dos vínculos familiares parecem assim ser considerados em alguma medida inadequados (ou apenas pouco recomendáveis) para aquele que vai encarar o *trecho*. Em especial para alguém que vai fazê-lo pela primeira vez, e contando com o apoio e a expectativa dos familiares que deixa para trás.

Já morando há algum tempo em Goiânia, Anderson certo dia disse que tinha “algo para confessar”:

Quando eu era mais novo e brigava com meus pais por qualquer bobagem, eles diziam: ‘um dia o *trecho* vai te ensinar...’. Eu nem ligava para aquilo, achava uma bobagem. Mas hoje vejo como eles tinham razão! Sei hoje que o *trecho* bate, que a gente sofre, que a gente aprende. É isso o que vivo hoje em dia aqui na selva que é essa cidade, passando por tanto aperto... Não tenha dúvida disso: hoje que conheço melhor o que é o *mundo*, sou uma pessoa melhor, entendo e valorizo muito mais meus pais. Tenho até vergonha de como eu era antes. Por meus pais, hoje eu faço qualquer coisa!

Sob certos aspectos, o *trecho* aparece como uma verdadeira ameaça à família, como motivo de inquietação e sofrimento para os pais, sempre temerosos de que seus filhos *se percam* por causa de drogas ou más companhias; de que sofram acidentes ou arrumem *desavenças*; de que *sumam no mundo* e não dêem mais notícias.

Porém, o que a experiência de Anderson em Goiânia mostra é que o *trecho* não é encarado como algo intrinsecamente ruim ou pernicioso. Ele está associado a uma imprevisibilidade e perigos que se constituem em algo como o contraponto às dinâmicas e relações que vigoram no ‘domínio’ do familiar (ou seja, do que se refere à família; e também do que é conhecido). Esta imprevisibilidade e estes perigos, porém, produzem também efeitos

educativos. Nesse sentido, é de interesse da própria família que seus membros mais novos saiam de casa, enfrentem dificuldades e assim amadureçam. *Bater para ensinar*: não são somente os pais que fazem isso, mas também o próprio *trecho*, que complementaria assim a educação oferecida por eles.

Essa complementaridade está vinculada, entre outras coisas, a uma distinção na natureza dos vínculos que se estabelecem nestes dois domínios. O comentário da irmã de Anderson a respeito dos motivos que levaram seu irmão a não morar com parentes em Goiânia são bastante sugestivos. O que parece marcar de modo diferencial a vida no *trecho* são relações estruturadas a partir de princípios distintos daquela ‘reciprocidade’ emblemática do universo familiar. No limite, ao *trecho* se encontram associadas outras modalidades de troca. Nesse sentido, ele seria então o espaço por excelência (o que não quer dizer “exclusivo”) de certas práticas que, em outros contextos, seriam mal vistas ou objeto de condenações mais severas: a generosidade ‘potatchiana’ dos que “fecham cabarés” ou gastam todo seu salário em farras com amigos; a fuga de obrigações e compromissos, particularmente os mais duradouros (“Engravidei a menina? Tá na hora de *pegar descendo*, de *sumir no mundo...*”); o apelo às transações que não implicam na exigência de maiores retribuições, como certas modalidades do *pedir* como o “se-me-dão” (“To fumando agora na base do se-me-dão [cigarros]!”); a malandragem dos que recorrem a pequenos golpes, “171 pra cá, 171 pra lá”¹²⁷. Repito que não quero com isso afirmar que estes ou aqueles tipos de vínculos são exclusivos de um domínio (o *trecho*) ou do outro (a família): o que parece estar em jogo aqui são ênfases diferenciais num ou noutro sentido, e que são particularmente evidentes nas concepções nativas a respeito do que são ou devem ser a vida na família ou no *trecho*.

O aprendizado que um pai espera que seu filho obtenha no *trecho* não é – na maioria das vezes – o dessas práticas. Dentre diversas outras coisas, o que ele pretende é sim que seu filho trave contato com o *mundo*, universo onde elas proliferam, familiarizando-se e sabendo lidar com elas e com outras coisas, mais sérias e cruéis. E que o faça por sua própria conta, para que perceba que o tipo de relação e de vivência característicos da família são antes a exceção do que a regra. No *trecho*, não há como não experimentar o *mundo*.

O *trecho*, assim, é o lócus por excelência do contato com o *mundo*, aquela ‘área’ ou ‘universo’ onde este último pode ser apreendido em toda a sua exuberância. Mas se o mundo em grande medida se confunde com o *trecho*, a ele não se restringe. Não está nunca descartada a sua irrupção no interior do ‘não-trecho’, do familiar, do doméstico, do ‘social’,

¹²⁷ É sugestivo, assim, que aqueles “peões do *trecho*” mencionados por Esterci (1985) sejam encarados como portadores dos signos da “desorganização social”.

do conhecido – como veremos logo adiante no que se refere àquelas crianças e adolescentes que, antes de saírem de casa, já haviam se deparado com esse *mundo*.

Lógica e ontologicamente, o *mundo* é primeiro, é o que existe antes de mais nada. Enquanto fundamento da cosmologia que aqui esboço, ele remete ao turbilhão de movimentos marcados pelo rebuliço, pela instabilidade, pela incerteza e pela pura diferença. Talvez por isso ele assuste e encante ao mesmo tempo, e com tanta intensidade. Conhecer ou encarar o *mundo* é *cair na realidade*, é encarar a *vida*; e é dar-se conta do que há de contingente e provisório no lar e na família. É no *mundo* – longe de casa, no *trecho* – que o *mundo* – a *vida*, a *realidade* – se revela em toda a sua plenitude¹²⁸. Este *mundo* é, assim, um ‘lugar’ perigoso e traiçoeiro – mas também fascinante e repleto de possibilidades.

Desta forma, a segurança e a previsibilidade relativas da casa são o resultado de esforços que buscam justamente delimitar, neste *mundo* e pela domesticação de suas forças, espaços que oferecem alguma proteção e conforto. Estes esforços são capazes de criar, assim, enclaves ou áreas protegidas onde a periculosidade e inconstância das relações e forças características deste mundo, sua indomável e furiosa (in)diferença, foram domadas em prol de uma certa estabilidade e previsibilidade; áreas onde é possível gozar, por exemplo, de coisas excepcionais (no sentido de que vão contra a regra do mundo) como a *mordomia*. Estes enclaves são espaços ou estados de relativa suspensão: os que restringem a sua existência a ele não “põem os pés no chão”. *Cair na realidade* é cair, é ser bruscamente retirado dessa suspensão artificial; é *pisar o chão*, é correr o risco de ser *pisado* – de ser feito de chão.

A família e o trecho se defrontam, neste nível da análise e conforme o que eu já havia sugerido na Introdução, enquanto valores – como aquilo que, relativa ou absolutamente, “é tido ou deve ser tido como objeto de estima ou de desejo” (conforme a bela definição proposta pelo Aurélio). Neste contexto, a pergunta que tem que ser feita é a seguinte: numa dada situação ou circunstância, como se equilibram esses valores (entre si e também na sua

¹²⁸ Também os interlocutores de Rumstain (2008, p. 47), trabalhadores maranhenses das plantações de soja do Mato Grosso, promovem associações entre estes termos – *mundo*, *trecho*, *vida* – na direção aqui assinalada. É assim que, para um deles, o “peão do trecho” tal como ele é o “peão solto no mundo, solto na vida”. A autora destaca assim que o “*trecho* passa a constituir uma metáfora para a própria vida, de idas e vindas pela estrada, conforme anunciou um informante e, posteriormente, amigo. O ‘trecho’ é a marca dos ‘peões maranhenses’, que não raras vezes empregam a expressão ‘tô no trecho’ ou ‘o trecho ensina’ como se fossem referência a um ‘modo de vida’ que, conforme observado, não é bem visto pelos que são do lugar: os habitantes de uma parte da cidade, os contratantes, os gerentes ou comerciantes que os vêm com os de fora”. Note-se, igualmente, a ênfase atribuída ao termo no *mundo* no depoimento apresentado na página 186 (“Vida de Peão”), presente aí com estes mesmos sentidos.

relação com outros valores), qual deles sobrepõe-se ao outro, como eles se encontram, se negociam, são transformados um pelo outro¹²⁹...

As mães e seus esforços perante o mundo

Ser forte é parar quieto; permanecer.
Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas

In the wrong lane
Trying to turn against the flow
Neil Young – I'm The Ocean

Os esforços para, dominando o *mundo*, criar – por exemplo – uma *família* são com frequência hercúleos. E, de acordo com uma sugestão oferecida pelo próprio Anderson, devem ser creditados, acima de tudo, à tenacidade e *valentia* de mulheres *brigadeiras* e *sofredoras* como Regina, sua mãe. Esta última é, segundo ele, alguém que nunca soube o que é poder deitar a cabeça no travesseiro e poder dizer pra si própria: “posso dormir em paz!”. Hoje em dia (após ele já ter se defrontado com o *mundo*, via o *trecho*) ele é capaz de entender o que ela teve que agüentar, e como teve que lutar para que ele e seus irmãos “tivessem uma família, tivessem pai e mãe”. Neste sentido, estes esforços são frequentemente contrapostos aos “planos sem vigor” dos homens – para utilizar aqui a expressão à qual Dona Francisca apelava, no capítulo 1, para descrever o comportamento de seu marido, que por beber muito tornou impossível que eles acumulassem recursos suficientes para poder investir na *própria* terra e deixar de trabalhar na SAMA.

¹²⁹ Estudando os moradores de um albergue de “excluídos” em São Paulo, Nasser (2001, pp. 145-165) apresenta depoimentos em que ficam evidentes algumas das associações sugeridas aqui, o termo *mundo* aparecendo com estes mesmos significados. Sobre o conhecimento do *mundo*, e a necessidade do distanciamento da família para que isso ocorra: “depois que eu perdi minha mãe, eu já fui aí pro mundão e queria curtir minha vida com liberdade, ficar no meu canto e me sentir dono do meu nariz... Se ela estivesse viva, eu não estaria aqui, e nem teria conhecido o que era o mundo”. Note-se que a própria referência aos “excluídos”, presente inclusive no título desta obra, aproxima as pessoas estudadas por Nasser daqueles “trecheiros” – frequentemente tomados como objeto de estudo na sua condição de ‘usuários’ de serviços públicos tais quais aqueles albergues. A conotação de ‘desvio’ ou ‘marginalidade’ que marca esta experiência do *mundo* nestas situações e regiões – evidente nos trabalhos que tratam dos “trecheiros” – não se faz presente, por outro lado, entre meus interlocutores. É assim que, no caso considerado por Nasser (2001, p. 163), não parece haver muito espaço para, no que se refere à formação da pessoa, a ‘complementação’ da educação na família com os ensinamentos do *mundo*: “Ao sair de casa ‘para o mundo’ (...) os homens da noite [designação destes albergados] se perderam no caminho dessa busca. Comprometendo, sobretudo por causa do alcoolismo, seus vínculos familiares e sua identidade como trabalhadores, enfrentam agora (...) o desafio de ‘recomeçar’, (re)conquistando e (re)construindo os tempos e espaços das relações sociais que constituíram seu cotidiano, em um dado momento de suas vidas”.

O que isso tudo sinaliza é que a família não é um dado ‘natural’, mas antes o resultado de esforços muitas vezes gigantescos, contra as forças disruptivas (do *mundo*, da *vida*, do *trecho*) que tanto atuam para a sua dissolução. Para torná-la algo *durável*, como o próprio Anderson sugere, é preciso alguém com a *valentia* e o heroísmo de sua mãe.

De uma maneira geral, não é simples para uma *mãe* desempenhar bem seu papel. Segurar as pontas, manter a família unida. Agüentar dentro de casa um homem que com frequência bebe e tem rompantes de violência. Impedir que as filhas *se percam na vida*, e que os filhos *sumam no mundo*. Não perder a cabeça, nem o juízo. Como fazer com que tais elementos, já em si centrífugos, permaneçam unidos? Algo sem dúvida complicado, ainda mais quando o que está em jogo são contextos como aqueles delineados pelas transformações recentes em Minaçu, quando estas tendências à dispersão e à fuga são tão intensamente estimuladas. A união de uma família, contra tudo e contra todos, definitivamente se constrói – mas como isso é difícil!

E parece-me haver uma relação – que não sei exatamente qual é – entre estes atributos femininos e os poderes “mágicos” que frequentemente se atribuem às mães e avós. Estas últimas seriam capazes, por exemplo, de antecipar e prever acontecimentos que no futuro irão gerar complicações domésticas, como a gravidez das filhas. Talvez por isso também as *pragas* rogadas por estas mães sejam levadas tão a sério pelos filhos a que elas se destinam. Geralmente, não nos momentos em que são proferidas: o efeito delas parece residir no fato de que só muito tempo depois estes filhos irão se dar conta de seu significado e eficácia. O reconhecimento destas *pragas* é encarado, por eles mesmos, como um indício de seu amadurecimento. Foi justamente isso o que se passou com Anderson, no que se refere ao seu aprendizado de que o *trecho ensina*. Para ele, os comentários que sua mãe lhe dirigira na infância – criticando suas birras, e alertando-o de que um dia iria enfrentar dificuldades longe de casa – eram justamente isso: uma *praga*.

As dificuldades referentes a esta tensão entre o *mundo* e a *família* podem ser evidenciadas de maneira particularmente clara pela referência a uma experiência compartilhada por grande parte das “mães” que conheci: em algum momento de suas vidas, elas se viram incumbidas da responsabilidade de *tocar um bar*, ou até mesmo um pequeno cabaré. Com frequência, isso ocorreu durante uma *febre* – outra circunstância em que as forças do *mundo* se apresentam de modo significativamente intenso. Nestes casos, a casa da *família* com frequência se misturava com os espaços *mundanos*... O filho de uma destas mulheres me contava suas lembranças sobre a Minaçu nos tempos da *febre* do garimpo:

O bar do meio pai ficava bem na boca do negócio. Bem ali quando a cidade começava a ficar mais confusa, mais pesada, com os cabarés, os foias, os bares, aquelas coisas todas do garimpo. Eu lembro bem (eu era pequeno mas lembro bem), quando as putas chegavam de fora, iam desfilarem na Avenida Maranhão, para se mostrar e anunciar para todos que haviam chegado! Elas iam até a rua 13, se mostrando. Quando chegava a noite, então, aí é que os foias ficavam cheios mesmos. E tinha também travestis – que às vezes ganhavam mais dinheiro que as mulheres... Eu vivia bem no meio delas todas, as putas e os travestis. Às vezes elas me davam dinheiro para que eu mandasse elas tomarem no cu, elas riam muito quando eu falava isso. E me achavam bem bonitinho... Meu pai vivia bem ali, na boca do negócio. Você sabe de onde eu estou falando, a esquina da Araguaia com a Amazonas, perto da feira. Eu lembro de quando tinha seis anos e nem sabia o que era sexo, imaginava que eu tinha vindo da cegonha, e vi uma janela aberta e uma mulher em cima de um homem.

Tenho saudade daquele tempo! Não faltava nada para a gente, o bar sempre cheio. A gente era meio discriminado porque morávamos ali, perto da zona dos foias. E meu pai até avalizava as putas, para comprar televisões... Morávamos ali, meu pai ficava preocupado com algum homem que pudesse entrar na nossa casa, que era bem atrás do bar. Mas olha só, éramos discriminados, mas eu e outros em situação parecida, ninguém se perdeu.

A casa, o construir e o sossegar

*Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Luiz Gonzaga - Vida de Viajante*

Retornando a Goiás para meu último período de trabalho de campo, tenho uma agradável surpresa ao chegar do Rio de Janeiro em Goiânia. Instalado no hotel onde já me hospedara em outras ocasiões, descubro que, trabalhando aí como arrumadeira, está uma velha conhecida minha de Minaçu, Anyele.

Eu a havia conhecido desempenhando a mesma função, durante o meu primeiro trabalho de campo, também num hotel – naquela minha ‘casa’ de Minaçu. Nesta época, pude acompanhar o desenrolar do relacionamento de Anyele com outro hóspede, um rapaz contratado por uma empreiteira para realizar uma obra nesta cidade. Reencontrando-a em Goiânia, um ano e meio depois, ela logo me explicou que, logo depois de eu ter ido embora, ela foi também, junto com esse rapaz. Os dois vieram então para Rio Verde, no sul do estado, cidade onde ele tinha uma casa (e outra mulher, pelo que me lembro) e muitas ofertas de trabalho. A filha mais nova dela, com 11 ou 12 anos, veio junto. Incomodada com os ciúmes dele, porém, Anyele decidiu pôr um fim ao relacionamento. Ela foi então para Goiânia, onde ficou sabendo pela rádio da vaga para arrumadeira naquele hotel. Narrando-me estes fatos, ela me explicou também que estava na iminência de largar aquele trabalho. Anyele estava então morando muito longe – na casa de uma antiga patroa de quem ficara muito amiga, em

Trindade, na região metropolitana da capital – e tinha que se levantar todos os dias às 3 da manhã para conseguir chegar ao trabalho às 6.

Quando nos reencontramos, eu já sabia algumas coisas sobre Anyele. Ela não é de Minaçu, mas morou ali por um tempo e tem uma irmã residindo na cidade. O resto da sua família está todo *esparramado*, pelo interior de Goiás, em Mato Grosso, em São Paulo. Sua filha mais velha, sobre a qual Anyele pouco costumava falar, morava com um parente dela em Ituporanga – também no norte do estado, na margem oeste da Belém-Brasília. Quando nós dois ainda estávamos em Minaçu, Anyele me confessara um dia que estivera na iminência de ir para a Europa. Ela tinha várias conhecidas que estavam ganhando dinheiro na Suíça e na Espanha, e sabia bem o que teria que fazer para ir até lá, possuía os contatos necessários... Ela estava certa que não iria encontrar vida fácil aí: já se acostumara com os relatos de outras mulheres a respeito das condições muitas vezes degradantes com que elas se deparavam nestes países; sabia também dos maus tratos e eventuais violências que ocorriam nestes casos, e dos freqüentes problemas enfrentados com a polícia. Mas ainda assim ela achava que valia à pena correr todos estes riscos, já que a possibilidade de ganhar algum bom dinheiro em pouco tempo era tentadora. No final das contas, porém, Anyele acabou desistindo, com o esquema já engrenado: fez isso por causa de um homem, de um namorado que tinha na época.

Depois de sair daquele hotel em Goiânia, ela não sabia ainda muito bem o que ia fazer, mas desconfiava que não ia ter muitas dificuldades de arrumar um emprego mais conveniente, mais próximo de onde estava morando ou que não lhe obrigasse a chegar tão cedo. Perguntei-lhe sobre Minaçu, sobre o pessoal de lá, se ela não tinha planos de voltar – e ela me garantiu que tão cedo não punha os pés lá. Anyele pretendia sim retornar – “mas só quando eu puder *construir!*”. Somente quando ela tiver condições financeiras de *construir* sua própria casa, no lote que ela já tem ali na Rua 8, em Minaçu Norte...

Construir, verbo intransitivo: após algum tempo me acostumei com esta construção gramatical, referindo-se invariavelmente a projetos e sonhos tais quais aqueles acalentados por Anyele; projetos e sonhos, na maior parte das vezes, nutridos por mulheres.

O que o uso deste verbo no intransitivo sugere é que os sentidos atribuídos aos esforços e iniciativas de ‘construção’ – enquanto prática genérica de criação – são em grande medida referidos ao modelo oferecido por uma forma de construção particular – a da *casa*. No que se refere às práticas criativas ou construtivas, a casa é assim “boa para pensar”, conforme a célebre expressão de Lévi-Strauss. A *casa*, idealmente, remete à singular *duração* das coisas estáveis e sólidas, almejadas e mantidas a duros esforços diante das forças disruptivas do *mundo*. Lembremo-nos, a esse respeito, da frustração de Elenita, que por um tempo

vislumbrou a possibilidade de ter sua *própria* casa, onde moraria junto com o marido e os filhos. E de como ela não se incomodava com a idéia de começar vivendo num lugar precário, num *barraco* – desde que eles pudessem melhorar de casa pouco a pouco, *evoluindo...* (Neste caso, fica evidente a associação entre o desejo de “casar” e o desejo de ter uma “casa”, idéia reforçada ainda pela etimologia comum dos dois termos). O construir enquanto processo está marcado assim – e certamente não só para Elenita – pela idéia desta *evolução*. *Evoluir* é, assim e de acordo com o modelo fornecido pela *casa*, *construir*.

Em Minaçu – da mesma forma que nas cidades satélites de Brasília (Borges 2003) – poucos elementos são tão significativos para marcar esta *evolução* quanto o *muro*. Elenita aceita sim começar sua vida de casada com um *barraco*, mas sem sombra de dúvida sonha com um futuro morando numa *casa murada*. As casas da cidade que suscitavam suspiros em minhas conhecidas eram invariavelmente assim. Eram casas de “rico”, sem sombra de dúvida. Mas seria um equívoco enxergar aí apenas a vontade de emular os mais privilegiados. Mesmo para aqueles em uma situação mais precária, o ato de murar a casa tem sentidos precisos. Assinala, em primeiro lugar, uma disposição à permanência, espécie de investimento que sinaliza a vontade de acomodar-se num espaço *próprio*. Nesse sentido, sair da casa dos pais e ter a *própria* casa é semelhante a deixar a casa alugada para *construir* a casa *própria*. Em segundo lugar, a construção desta *propriedade* (qualidade do que é *próprio*) é orientada pelo esforço de criar um espaço fechado erguendo ou erigindo barreiras que mantenham à distância, longe ou fora, tudo aquilo que se associa ao *mundo*. Os mesmos sentidos se fazem presentes, por exemplo, quando um *negócio próprio* é almejado: pois o que está em jogo neste caso é também o esforço de *construir* algo relativamente estável e *durável*, e capaz assim de sustentar-se e resistir – relativamente, é claro – ao que há de turbilhonar e *movimentado no mundo*.

A casa é um espaço fechado, sólido; mas é também um espaço repleto de buracos, muro furado: buracos por onde o *mundo* entra, por onde se *sai* para o *mundo...* O antropólogo está feliz, agora ele não é mais recebido na sala de visitas, pode ir entrando pela porta do fundo. Portas das salas e portas dos fundos, pelas quais se pode “ir entrando” ou que demandam uma aproximação lenta, induzindo toda uma multiplicidade de velocidades diferenciais para os que vêm do *mundo* ou para lá vão. E janelas, também, é claro: por onde entra silenciosa e suavemente o *pé-de-pano*, ou por onde ele sai correndo. A visita que *chega*, batida na porta, cara de surpresa, a mão se enxugando na saia, desculpa pela bagunça, é casa de pobre, acabei de passar um café, mas é claro que pode fumar bate essa cinza no chão aí mesmo. “Menina, vai rapidinho ali na Claudete pegar uma xícara de açúcar pra mim, vai num

pé e volta no outro, corre lá!”. Velocidades diferenciais nestas passagens – *andar, correr, chegar*; não conseguir alcançar a porta vindo bêbado da rua de madrugada, ter que solicitar a ajuda de alguém lá de dentro. Pede um moto-táxi que você chega rapidinho, vim *voando* quando me disseram que você já tinha chegado aqui em casa! Pontos a partir dos quais algumas coisas se aceleram, outras se desaceleram.

Entrar em casa é *sossegar*, é deixar aquela agitação e correria lá fora. Cada vez que chega em casa depois de um dia debaixo do *sol*, Regina põe em movimento a tensão que orienta seus sonhos para o futuro, desacelera neste aqui e agora como pretende ser capaz de desacelerar de vez um dia: chegar no final da vida e poder descansar, ficar *tranqüila*. Depois de tanto andar, qualquer um merece um descanso – seja no que se refere ao fim de um dia de trabalho ou ao final da vida, quando tanto se almeja alguma paz. Lembremo-nos de como Anderson apresenta as dificuldades vividas por sua mãe: ela é alguém que, segundo ele, estando sempre cercada de problemas nunca pôde colocar a cabeça no travesseiro e dizer a si própria, “está tudo tranqüilo, posso dormir em paz!”¹³⁰.

A respeito deste *construir*, Borges (2003) tem algo importante para destacar:

“O desejo de Dona Maria, quando conversamos, era terminar sua casa: ‘Deus permita que eu tenha uma casa boa, bonita, com as minhas coisas bem bonitinhas. Porque o meu sonho é ter as coisas bem bonitinhas’. Esta declaração alude à aspiração de possuir um conjunto de crenças coeso, que jamais pudesse ou voltasse a ser abalado por dúvidas alheias, exteriores. Um desejo por certo irrealizável que, ao mesmo tempo, é o que sustenta e constitui a atual crença de Dona Maria e Seu Vitória”.

Não é a questão da “crença” o que me interessa aí, mas antes o destaque concedido a estas “coisas bonitinhas”, e o fato delas se vincularem a “um desejo por certo irrealizável”, mas por isso mesmo significativo: desejo atrelado a esforços incansáveis para criar alguma ordem ou coesão, contraponto necessário a tudo que há de duvidoso e alheio naquele exterior.

Isso tudo adquire mais sentido se trazemos a essa questão o ponto de vista e as trajetórias masculinas, e também tudo aquilo que os incita a *sair e rodar* pelo mundo. “Moço, saí do Piauí e virei garimpeiro. Rodei por tudo quanto é canto, estive no Pará, no Maranhão, em Mato Grosso, na Bahia, no Amazonas, conheci todos os garimpos de Goiás. *Curti* muito... Aí eu encontrei uma mulher em Uruaçu, *casei e sosseguei!*”. As trajetórias de vida mostram que, no plano diacrônico, desenvolve-se a mesma oposição: à balbúrdia e confusão da vida no

¹³⁰ Cf. Duarte (1986, p. 194, grifos do autor), a respeito das classes trabalhadoras urbanas, “a *aposentadoria* é um precioso bem (...) e que, sob sua forma regular, vem propiciar alguns anos de relativo desafogo e remanso a vidas tão duramente desgastadas na luta cotidiana”.

mundo, sucede-se o *sossego* ou a *tranqüilidade*. Sincronicamente, ao separar a *casa* do *mundo*, o muro erguido propicia estas mesmas coisas: *sossego*, *tranqüilidade*.

O próprio exemplo de Anyele é importante por relativizar afirmações aqui colocadas, identificando a princípio os homens ao *mundo* e as mulheres à *casa*. Se ela tanto *roda*, contemplando possibilidades arriscadas, é também por ela saber que isso é preciso para que ela possa, um dia, um dia, começar a *construir*. Por outro lado, estes homens que *casam* e *sossegam*, não renunciam inteiramente às aventuras e peripécias que tanto marcaram sua juventude. Não por acaso, o homem cujo depoimento foi citado no parágrafo anterior é um dos mais notórios *pés de pano* da cidade de Minaçu. Pelo jeito ele não anda tão sossegado assim...

O mundo dentro de casa, antes do trecho

Esse vetor que ameaça trazer a ordem – desordenadora e mundana – do *mundo* para dentro de casa não aparecerá somente fora dela, quando se está em terras distantes ou em movimento, fisicamente distante do lar. Não é preciso ir muito longe para topar com o *mundo* (embora seja aí, nas distâncias e caminhos do *trecho*, o seu lócus por excelência); pois ele pode vir bater à porta, e entrar sem qualquer cerimônia ou licença.

No final do capítulo anterior, associei e comparei a alta rotatividade dos *guardas* do meu hotel às constantes mudanças de emprego dos trabalhadores qualificados das *firmas*. Busquei mostrar então como num e noutro caso estava presente certa disposição que os incentivava a não se comprometerem com empregos ou ocupações que cerceassem a sua mobilidade; eles buscavam, assim, evitar os *laços* que lhes impedissem de *sair no liso* quando conveniente. Aqui, pretendo assinalar outras semelhanças entre pessoas como essas, contrapondo os adolescentes que, tais como os *guardas*, ainda ‘moram’ na cidade de Minaçu, àqueles homens mais velhos que eles (mas não muito mais) que já *rodam o trecho*.

Hugo é natural de Pirapora, Minas Gerais. Chegou em Minaçu pequeno, “com a família”. Sua mãe era dona de um dos únicos *foias* que permaneciam abertos na cidade quando estive lá, mas eles pouco se relacionavam. Quando o conheci, vivia numa casa que um comerciante rico da cidade cedera para ele – segundo o próprio Hugo, este homem fazia isso em troca dos serviços sexuais que ele lhe prestava. Pouco tempo depois, ele já havia mudado de residência. Estava morando com dois amigos em outra casa. Em função de um desentendimento com um deles, Hugo e o outro amigo desistiram deste arranjo, e passaram alguns dias no quarto de um hotel cujo dono conheciam bem, por ter sido o patrão de ambos num passado não muito distante. Logo em seguida mudaram-se novamente, dessa vez para a

casa da irmã de Hugo. Tudo isso se passou durante o meu primeiro trabalho de campo, ao longo de não mais do que dois meses.

Naturalmente, não são apenas os jovens que mudam de residência com frequência, dentro de Minaçu. O que quero destacar aqui, acima de tudo, é o fato de que, muitas vezes, aqueles que encaram o *trecho* já passaram por experiências que, mesmo confinadas pelos limites de uma mesma cidade, lhes permitiram vivenciar algumas das vicissitudes características do *mundo*, as sucessivas mudanças de residência sendo também o índice de certa instabilidade originada de um contato precoce com o que pode haver de agreste, cruel ou imprevisível nas forças dele. Quando enfrentam o *trecho* propriamente dito, eles o fazem já em alguma medida preparados¹³¹ – amaciados e endurecidos – por experiências de sua infância e juventude; antes de encarar o *trecho*, eles já se defrontaram com o *mundo*. (Foi isso o que aconteceu com Hugo. Quando voltei ao campo pela segunda vez, ele já não estava em Minaçu. Pelo que me pareceu, ele finalmente tinha executado aquilo que ele sempre dizia que faria um dia – ir embora daquela cidade).

A pequena Lucinéia, com seus sete anos, está morando agora na casa de sua madrinha. Chama a esta última assim, de “madrinha”; ao marido dela, chama de “pai”. A madrinha pegou-a para criar quando Lucinéia era muito pequena, já que considerava que esta última não estava sendo bem tratada pela mãe, uma mulher meio “perdida na vida”, mãe solteira de várias crianças. Lucinéia passou um tempo com a madrinha; mas logo depois a mãe a “pediu” de volta, porque ia embora de Minaçu. A madrinha e seu marido choraram, lamentaram muito, mas entregaram a criança. E eles já não tinham passado por isso em outras ocasiões? Eles já não tinham *ajudado a criar* tantos meninos e meninas? Dentre esses, alguns não tinham ido embora definitivamente, levados pelos pais ou parentes para outro lugar? Pouco tempo depois, porém, Lucinéia já estava de volta à casa deles. A mãe da criança retornara, e Lucinéia passara a alternar alguns períodos na casa desta com outros passados junto à madrinha. É uma “pobre criança”, na opinião dos que freqüentam ou moram nesta última residência. Um amigo da família não tem muitas reticências em reconhecer que um filho de criação não é a mesma coisa que um filho de sangue.

Vê só essa Lucinéia, já viu o tanto que ela trabalha nessa casa? Que nem *escrava*! E você já viu como por qualquer bobagem todo mundo já pega uma varinha e parte pra cima da menina? Tem uns aqui que parecem só saber bater!

¹³¹Neste caso, poderíamos dizer, de acordo com os termos de Woortamn (1987, pp. 31), que o que está em jogo é aquela “socialização antecipatória” que, presente nos mais diversos cantos e contextos do país, mitiga as dificuldades relativas à “migração” e ao mesmo tempo funciona como um estímulo para que ela aconteça.

Georgiana amadureceu cedo. Com pouco mais de quinze anos, teve que encarar a *realidade*. Sua própria mãe é testemunha disso:

Mal tinha deixado de ser criança, essa menina aprendeu a viver, com o *mundo*. Quem mandou engravidar tão nova? Pois já que aconteceu isso, ela teve que se virar. Aprendeu desde cedo, mas não tinha outro jeito: *perdeu-se*, arrumou um filho, aí foi obrigada a *correr atrás*, e a ver como a *vida* é dura. Ah, mas o *mundo* ensina: não tenha dúvida disso....

Assim, não é preciso partir ou pôr o pé na estrada para se deparar com o *mundo*: ele pode ser experimentado mesmo dentro de *casa*. Uma moça que engravida fora do casamento põe em xeque a posição e a segurança que goza na família assim como a própria segurança familiar: introduz no seio do lar um vetor que arrasta consigo elementos que deveriam ter sido deixados lá fora. Não é também por causa disso que se erige uma casa, que se constitui esse abrigo, área relativamente protegida onde a instabilidade deve dar lugar ao conforto e à previsibilidade? Esterci (1985, p. 229) lembra que “perder-se” é perder a virgindade fora do casamento. No universo estudado por ela, isso é razão suficiente para que uma mulher seja expulsa de casa e *caia no mundo*: com muita frequência, ela tornar-se-á uma prostituta. O ato de expulsão e o destino destas moças parecem explicitar bem o sentido das fronteiras delimitadas pela casa, e o que decorre de sua transgressão: para aquelas que se deixaram macular pelo *mundo*, desrespeitando as leis e domínios domésticos, lhes restou a possibilidade de entregar-se por inteiro a ele: “é como se se fizesse uma dicotomia definitiva entre a vida familiar, plenamente observadora das regras, e a prostituição, como espaço dos infratores dessas regras, social e espacialmente segregados”¹³². No caso de que trato aqui, as sanções enfrentadas pelas que engravidam fora do casamento não são dessa ordem, nem tão radicais – ao menos nos dias de hoje. Ainda assim, tanto lá como cá os sentidos que orientam a relação da casa com seu exterior (ou vice-versa) parecem ser basicamente os mesmos.

Walliston, com pouco mais de dez anos, também teve que encarar a *realidade*. Até então, sua vida tinha sido muito boa. O pai, enriquecendo com o garimpo, não deixava que eles “pussem o pé no chão”. Mas aí chegaram as barragens, o garimpo acabou. A família ficou sem dinheiro, ele foi obrigado a procurar um emprego. E deparou-se ainda com o esfacelamento de sua família, com o pai e a mãe que, desesperados, entregaram-se à bebida, passando a enfrentar-se munidos de facas e a ameaçar também os próprios filhos. “Foi aí que

¹³² Logo em seguida, essa mesma autora vai relativizar essa afirmação: “entretanto, logo se revelam situações e relações vinculando o espaço da prostituição à família” (Esterci 1985, p. 229). O que está em jogo aí são as passagens, comunicações e contaminações recíprocas entre o *mundo* e o que se ergue em oposição a ele (por exemplo a *casa*). As fronteiras entre esses universos sem dúvida nenhuma existem: mas são porosas, e há toda uma série de situações em que o intercâmbio entre eles ocorre e é até mesmo desejável – como já vimos anteriormente.

fui aprender o que é a *vida*. Antes mesmo de sair de casa, o que só aconteceu muitos anos depois, quando eu já era adolescente...”.

Em todos esses casos, estabelece-se uma distinção entre o que é o *trecho* e o que é o *mundo*. De fato, há inúmeras situações onde estes termos são sinônimos. A distinção presente aqui interessa, porém, por permitir apreender nuances e sentidos diversos associados a estas categorias. O *trecho* se refere, em qualquer situação, à vida do que está em movimento, longe de casa. O *mundo* pode designar, em determinados contextos, rigorosamente a mesma coisa. Mas ele remete a algo além: o *mundo* é também o universo destas forças tempestuosas e ‘anti-estruturais’, domínio do informe e incerto. Se o *mundo* e o *trecho* às vezes coincidem, é porque é no segundo que, com toda a sua exuberância, estas forças podem ser experimentadas e conhecidas.

Este vetor, assim, não é encarado como algo intrinsecamente ruim ou pernicioso. Está associado a uma imprevisibilidade e perigos que se constituem em algo como o contraponto às dinâmicas e relações que vigoram no ‘domínio’ do familiar (ou seja, do que se refere à família; e também do que é conhecido). Mas como argumentei no que se refere àquela questão ‘educativa’, por vezes atua a favor ou em função desse familiar. Assim, como já disse, é principalmente (mas não exclusivamente) no *trecho* que se conhece o mundo – que se conhece a *realidade* (ou melhor, que “se cai” nela) e todo o sofrimento que as *mordomias* não permitem conhecer.



Fig. 14 Uma vizinha; e bisavó, avó, mãe e filha – da esquerda para a direita.

Foto: Dimas Guedes

3.2 Do Mundo ao Trecho

No dicionário: os verbetes “mundo” e “fugir”

A sina [dele] era correr mundo, andar para cima e para baixo...
Graciliano Ramos – Vidas Secas

Algumas expressões com que me deparei no campo, designando em geral o movimento de partida, saída ou fuga, encontram-se catalogadas no Dicionário Aurélio, na entrada correspondente ao termo “mundo”.

- u Abrir no mundo. Bras. N.E. Pop.
 1. V. fugir (1 e 2): &
- u Arribar no mundo. Bras. N.E. Pop.
 1. V. fugir (1 e 2): &
- u Azular no mundo. Bras.
 1. V. fugir (1 e 2): &
- u Cair no mundo. Bras. Pop.
 1. V. fugir (1 e 2).
- u Correr mundo.
 1. Viajar (1): &
 2. Fig. Espalhar-se, divulgar-se, propalar-se: &
- u Ganhar o mundo. Bras.
 1. V. afundar no mundo (1): &
 2. V. fugir (1 e 2).
- u Pisar no mundo. Bras. S. Pop.
 1. V. afundar no mundo (1).
 2. V. fugir (1 e 2).
- u Ver o mundo com. Bras. N.E. Pop.
 1. Sofrer muito com: 2 tenho visto o mundo com esta catástrofe

Em praticamente todas elas, a idéia de “mundo” está associada a um movimento, identificado no dicionário como um “fugir”. Das 8 expressões, 7 são apresentadas como “brasileirismos”, e dentre estas seis são também identificadas como expressões “populares” e três estão associados ao nordeste. A data de publicação das obras literárias que fornecem os exemplos para estas expressões no dicionário evidenciam que ao menos algumas delas são de uso corrente já no início do século passado.

Neste mesmo dicionário, a consulta ao verbete “fugir” é instrutiva a respeito daquilo que chamei de “vocabulário luxuriante” em torno da idéia de “partida”. Note-se que esta mesma fonte destaca que estas expressões são “quase todas populares, e muitas [delas] brasileirismos”; e também como são freqüentes as referências aos “pés” e ao “mundo”. Mesmo que este tipo de enumeração não permita apreender muito sobre a distribuição regional e situacional destes termos, assim como nada sobre os contextos em que eles são evocados, o que me parece interessante é a sugestão de que na ‘cultura popular brasileira’ (ou

em alguns de seus segmentos) os atos de “fugir” ou “partir” parecem ter grande importância. Por si só, este verbete do dicionário não permite grandes conclusões – há que se relacioná-lo com o que aprendi no campo e a registros de outra ordem (a música popular, a literatura, o cinema aparecendo, de fato, como fontes tão ou mais ricas que os textos acadêmicos – o que não deixa de ser sugestivo a respeito das dificuldades e reticências dos cientistas sociais em apreender e se relacionar com certos fenômenos ‘fugidios’).

[Do lat. fugere.]

V. int.

1. Desviar-se, ou retirar-se apressadamente, para escapar a alguém ou a algum perigo; pôr-se em fuga, arrancar(-se), derrancar(-se). [Sin. (bras., MG): picar a mula.]
2. Retirar-se em debandada: 2 [Sin., nessas acepç. (quase todos pop., e muitos bras.): abalar, abancar, abrir, abrir no mundo, abrir no pé, abrir nos paus, abrir o arco, abrir o chambre, abrir do chambre, abrir o pala, abrir o pé, abrir os panos, afundar no mundo, aguçar-se, arrancar(-se), arribar no mundo, azular, azular no mundo, bancar veado, bater a bela plumagem, bater a linda plumagem, bater asa, bater asas, bater as asas, bater em retirada, botar o pé no mundo, cair fora, cair na tiguera, cair nas folhas, cair no breido, cair no mato, cair no mundo, cair no oco do mundo, campar, capar o mato, capinar, dar à canela, dar aos calcanhares, dar às de vila-diogo, dar às pernas, dar com o pé no mundo, dar na pista, dar no pé, dar nos cascos, dar nos paus, dar o fora, dar o pira, derreter, derreter na quiçaça, desabalar, desatar o punho da rede, desunhar, enfiar a cara no mundo, ensebar as canelas, entupir no oco do mundo, escamar-se, escapulir(-se), esquipar, fazer chão, fazer a pista, folhar, ganhar o mato, ganhar o mundo, garfiar, jogar no veado, largar terra para favas, levantar vôo, mandar-se, mandar-se dizer na estrada, meter o arco, meter o pé no mundo, mostrar as costas, passar sebo nas canelas, pisar, pisar no mundo, pisar no tempo, pisgar-se, pôr-se ao fresco, pôr sebo nas canelas, raspar-se, riscar chão, unhar, virar alcanfor, virar sorvete, zarpar.]
3. Ir-se afastando; ir-se perdendo de vista: 2
4. Passar rapidamente: 2

O termo “trecho”, com o sentido aqui assumido, não está presente em nenhum dos dicionários que pesquisei. De fato, mesmo nos dias de hoje, com as facilidades de pesquisa geradas pelos mecanismos de busca na internet, não é muito fácil encontrar textos escritos que façam referência a ele – o que, por si só, já é um dado significativo, pois sugere como seu uso está mais diretamente vinculado a uma ‘cultura oral’ e a pessoas que não tem o hábito de registrar e publicar, no papel ou no computador, informações a respeito de suas experiências.

O vocabulário do trecho, o mundo e as transformações no centro-oeste

Carvalho Franco (1997, p. 61), tratando daqueles “homens livres” do século XIX, nos lembra que:

“A referida marginalidade em relação ao sistema econômico, rebatida sobre a larga disponibilidade de recursos naturais, reforçou a grande mobilidade dos componentes dos pequenos grupos, impedindo que se estabelecessem entre eles relações dotadas da durabilidade necessária para a cristalização de obrigação tradicionalmente aceitas” (p. 61).

Num outro momento de seu texto (p. 39), uma formulação parecida aparece: “A intensa mobilidade não favorece o estabelecimento de vínculos estáveis e duradouros, necessários à cristalização de modelos tradicionais.”

Estas afirmações devem ser tratadas com algum cuidado. Dependendo de como o termo “cristalização” é compreendido, pode-se supor que algo da ordem da anomia é o corolário desta “grande mobilidade”. Aqui, recorro mais uma vez a Mello e Souza (2004), que ao invés de colocar a questão em termos dicotômicos – ausência ou presença das obrigações? – introduz matizes ao considerar, por exemplo, a “fragilidade” dos laços. (Matizes essas que, fazendo justiça a Carvalho Franco 1997, se encontram também no seu texto. Ao recorrer àquela citação não pretendo criticá-la, mas antes explorar a ambigüidade da passagem).

Esta “grande mobilidade”, assim e a meu ver, não implica na impossibilidade de uma “cristalização” de algo da ordem do “tradicional”. Muito pelo contrário: num *mundo* marcado por tantas instabilidades, a mobilidade enquanto ‘tradição’ é daquelas poucas coisas *duráveis* e ‘cristalizáveis’. E que lugar melhor que a linguagem para encontrarmos indícios de algo como uma “cristalização”?

Já durante meu trabalho de campo as constantes referências a categorias e expressões que remetiam às idéias de mobilidade e movimento levaram-me a suspeitar que aí, justamente no que se refere a estas questões, havia algo de singular importância para os meus interlocutores. Foi desta forma que passei a coletar e ‘coleccionar’ estas categorias e expressões, algum tempo depois reunindo-as no que passei a chamar, nas minhas notas de campo, de “idioma” ou “vocabulário do trecho”.

O uso deste vocabulário se caracteriza, assim, por alguns traços que não apenas o singularizam como evidenciam a sua importância para as pessoas com quem convivi durante meu trabalho de campo. Entre estes traços, eu destacaria a) a frequência com que este idioma é evocado; b) a solenidade que por vezes – mas não sempre – acompanha a sua utilização, como que a explicitar que o que está sendo dito não é algo trivial, e merece respeito; c) o luxuriante vocabulário disponível, a partir das noções ‘parentes’ de *trecho* e *mundo*, para dar conta das modalidades de partida e das formas de ‘habitar’ esse espaço não-familiar, em especial no que se refere a verbos ou locuções verbais que se articulam em torno da idéia de partida: *espalhar no mundo, tirar para fora, bolar no mundo, sair no liso, escapulir, puxar a carreta, vazar, pegar descendo, rasgar no pé, rasgar no mundo, correr o trecho, correr trecho, rodar o trecho, andar no trecho, espalhar no mundo, abrir no mundo, tocar no mundo, abrir no mundo, desgarrar do talo...*

Este vocabulário se articula, como vimos e por um lado, com a realidade dos grandes projetos e dos homens (e mulheres, em menor medida) que neles trabalham. Dito isso, destaco que as trajetórias de alguns dos meus conhecidos de Minaçu (gente que está *no mundo* há 20 ou 30 anos) sugerem que transformações significativas ocorreram por volta dos anos 70. Parece que foi nesse momento – que usualmente associamos às estratégias de integração nacional da ditadura militar e ao modelo de desenvolvimento daí decorrente –, quando os grandes projetos proliferaram e passaram a fazer parte da vida cotidiana de tantos, que o termo *trecho* surgiu. Neste sentido, aquela “vivência de projetos” de que fala Antonaz (1995, p. 56) poderia ser estendida para outros grupos além daqueles que nasceram e foram criados em vilas operárias¹³³. Naturalmente de outra forma, estes projetos apareceriam também como elementos significativos da “vivência” de pessoas como algumas das que conheci em Minaçu: um conjunto de homens por volta de seus cinquenta anos, sem qualificação e com pouco ou nenhum estudo, com a trajetória marcada pela alternância nas mais diversas ocupações.

De uma forma um tanto esquemática, eu poderia argumentar que essa geração se distingue tanto da que lhe sucede quanto da que lhe antecede. Ao contrário do que se passa com estes últimos (pessoas com 70 anos ou mais), a geração ‘dos 50 anos’, se destaca pela frequência com que apela para o termo *trecho* para se referir àquilo que, para os homens mais velhos, seria mais ou menos o correspondente ao *mundo*. O que me parece é que a experiência de *rodar o mundo* é comum a todos eles. Por outro lado, somente aquilo posterior aos anos 70 é designado pela referência ao *trecho*. Neste último caso, o *mundo* também é mencionado, na maior parte dos casos como se fosse um sinônimo do *trecho*. Estas informações vão de encontro ao que postula Corrêa (2007) sobre a origem do termo (conforme a citação no início deste capítulo) e aos dados presentes na literatura¹³⁴, e sinalizam que o *trecho* se vincula ao encontro desta nova realidade das grandes obras com uma já existente ‘tradição de mobilidade’. As referências ao *trecho* (assim como o fato de que o idioma a ele associado se constituiu também pela apropriação e transformação de expressões anteriormente vinculadas à categoria *mundo*) assinalariam assim as novas condições e contextos com que se defrontariam os que se pusessem a *andar* pelo país¹³⁵; como se o surgimento e difusão do termo

¹³³ O mesmo podendo ser dito desta outra ‘elite’, os “bichos de obra” de que fala Lins Ribeiro (1992): engenheiros e técnicos qualificados cuja vida está também marcada pela passagem por sucessivos projetos. Cf. Corrêa (2007), referência correspondente às memórias de um destes engenheiros.

¹³⁴ A referência mais antiga que encontrei a esse respeito é o trabalho de Esterici (1985), referente a um trabalho de campo realizado ao longo dos anos 70 e 80.

¹³⁵ Este novo contexto estaria vinculado antes a uma intensificação e rotinização destes grandes projetos do que ao seu surgimento. Antecedendo (e criando condições) para os que foram criados a partir dos anos 70, poderíamos citar, apenas no que se refere à área de que me ocupo e às décadas de

remetessem à nova ‘cara’ do *mundo*, assinalando ao mesmo tempo uma ruptura (referente a estas transformações sociais e econômicas aceleradas a partir dos anos 70) e uma continuidade, justamente com a experiência das gerações anteriores que *tocaram no mundo*.

Esta geração intermediária dos 50 anos porém, se diferencia também da seguinte – a dos seus filhos, sobretudo aqueles que hoje tem tanta facilidade para arrumar emprego. A ‘carreira profissional’ dos primeiros é muito mais errática que a dos segundos, e a própria presença dos grandes projetos em sua vida se deu de forma distinta: suas trajetórias estão marcadas por alternâncias e passagens por garimpos diversos (com freqüentes disputas e conflitos com mineradoras e, como no caso de Minaçu, com as empresas do setor elétrico); por trabalhos temporário e não-qualificado em barragens (Tucuruí, Balbina, Sobradinho, Serra da Mesa, Cana Brava), na construção civil ou em grandes fazendas; e por ocupações as mais variadas em diversas cidades do centro-norte do país. As diferenças para a geração de seus filhos é explicitada também aí: se antes era possível viver e *correr* sendo analfabeto – o que a grande maioria deles é – hoje a realidade é outra. Não por acaso, todos reconhecem a importância do estudo e fazem consideráveis esforços para garanti-lo para seus filhos e filhas.

O *trecho* passou a ser, assim, a cara ou feição assumida pelo *mundo* nos canteiros de obras, usinas e alojamentos espalhados por todo o país. Mas não é somente isso, na medida em que, extrapolando estes espaços e situações, retorna ao ‘mundo’ mais amplo para aí, vitalizar e re-significar toda uma centenária tradição de mobilidade – o que, por exemplo, Vieira (2001) vai chamar de “cultura da andança” – emblematicamente expressa pela categoria *mundo*. Na prática, o recurso a estas categorias permite articular e associar situações e experiências que, a nossos olhos ‘litorâneos’ ou ‘sulistas’, pouco estariam relacionadas.

Não pretendo minimizar as adversidades decorrentes da existência destes grandes projetos ou do modelo econômico a eles vinculado sobre a vida destas pessoas. Alguns minutos de conversa com qualquer um em Minaçu evidenciam o quanto as barragens trouxeram sofrimento e miséria para boa parte de sua população – mazelas articuladas, por

30 e 40, empreendimentos como a construção dos primeiros trechos da rodovia hoje conhecida como Belém-Brasília, a edificação da cidade de Goiânia e a implantação da Colônia Nacional Agrícola de Goiás. Para uma boa comparação sobre as concepções políticas que orientam e distinguem (e também relacionam) esses dois períodos, ver Vainer (1989, p. 26): “Em Vargas, numa época marcada pela problemática do espaço vital, o expansionismo é visto, antes de mais nada, como um movimento de populações, um movimento demográfico: há que se povoar e ocupar o oeste. Nos anos 70, não é mais de ocupação que se fala (pelo menos, principalmente), mas de conquista econômica: há que se conquistar o espaço vazio para extrair-lhe as riquezas que guarda”.

muitos deles, ao “capitalismo” ou às “multinacionais”. Dramas e dificuldades diversas se articulam também àqueles deslocamentos de um passado mais remoto, eles também remetendo às conseqüências da dominação e da exploração, de um modelo de desenvolvimento ou coisa que o valha. Parece-me, porém, que seria um desrespeito às próprias concepções destas pessoas reduzir a sua mobilidade a estes fatores, como se ela fosse uma reação mecânica a injunções que lhes são impostas de fora.

Poderíamos, nesse contexto, acompanhar a sugestão de Sahlins (1997, p. 53) e considerar então a realidade dos “que souberam extrair, de uma sorte madrasta, suas (...) condições de existência”. Fazer da necessidade virtude: se somos deste sempre *tocados* como gado, postos a *andar* (pela seca, pelas barragens, pelas mineradoras, pela polícia, pelos poderosos, pelos grileiros), quem sabe se, imprimindo velocidade aos nossos passos e passando a *correr*, não nos tornamos leves e fugidios, cosmopolitas, versáteis, desembaraçados, astuciosos, lépidos? Se *rasgar no pé* é um imperativo, que ao menos o confronto com o *trecho* seja também uma oportunidade de aprender alguma coisa; de se tornar maduro, experiente ou malandro; de ver e viver coisas novas, sobre as quais se falará pelo resto da vida, diante de ouvidos respeitosos e curiosos; de *festar* loucamente...

VOLUME 2

CAPÍTULO 4 – CORRIDOS E LIDOS

CAPÍTULO 5 – O MOVIMENTO E O SOCIAL

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

O Trecho, as Mães e os Papéis
Movimentos e Durações no Norte de Goiás

Tese de Doutorado em Antropologia Social
PPGAS – Museu Nacional – UFRJ
André Dumans Guedes

CAPÍTULO 4 – CORRIDOS E LIDOS

Parte 1 - Os Corridos	247
1.1 Os Corridos Lendo (e Contando Histórias)	247
1.2 Os Corridos Correndo (e Aventurando-se).....	264
Parte 2 - Os Lidos	279
2.1 Pesquisadores e Detetives.....	279
2.2 Aviões e o Fim do Mundo	289
2.3 Papéis e Gravatas.....	304
Parte 3 - Lidos e Corridos no Mundo e na Fronteira.....	324
3.1 A Fronteira e o Mundo	324
3.2 Um Livro e Dois ou Três Bandeirantismos	327



Fig. 15: Corridos e Lidos

Resumo do Capítulo

Antes corrido que lido, costumava dizer no passado o garimpeiro orgulhoso e satisfeito com sua vida. Neste capítulo busco explorar a tensão e as diferenças existentes entre os *lidos* e os *corridos*. Exagero deliberadamente na oposição existente entre estes pólos, fazendo disso um procedimento analítico para evidenciar certas distinções presentes no ponto de vista dos *corridos* – que, como é de se esperar, me orienta ao longo deste capítulo. Na primeira parte, concentro minha atenção nos *corridos*: destacando algumas de suas formas de ‘ler’ (através do que chamo de regime de *símbolos*) e concedo alguma atenção à questão da *aventura*. Na segunda parte examino algo a respeito das formas através das quais os *lidos* ‘correm’. Discuto ainda alguns atributos dos *papéis* e de como eles e aqueles que os carregam suscitam uma série de desconfianças nos *corridos*. Na terceira parte, a comparação entre *lidos* e *corridos* prossegue numa outra direção: busco mostrar então como uns e outros reivindicam para si certos ‘ancestrais’ comuns, construindo diferentes ‘genealogias’ ou ‘tradições’ a partir dos bandeirantes.

PARTE 1 – OS CORRIDOS

1.1 Os Corridos Lendo (e Contando Histórias)

Conhecendo Seu Diamantino

Retornando a Minaçu após minha primeira estadia nessa cidade, um senhor que eu ainda não conhecia, e que passo a encontrar todos os dias na secretaria do MAB, chama a minha atenção. Ele aparenta ter bem mais de setenta anos, talvez ultrapassando os oitenta. E está sempre vestido de uma forma que logo me leva a concluir que ele é goiano – na pior das hipóteses, mineiro; não me parece, de forma alguma, ser um dos inúmeros maranhenses que circulam por ali. Seu traje inclui sempre o chapéu de vaqueiro; a camisa social lisa, de cores claras; a calça cinza, o cinto e a bota rústicos; um lenço branco amarrado no pescoço; ocasionalmente este senhor porta também um berrante. Todos esses apetrechos sugerem, sem muita margem a equívocos, que ele é o que ele é, conforme um estereótipo clássico do goiano do interior: um fazendeiro, antes boiadeiro do que agricultor. Como vim a descobrir mais tarde, os gestos, modos, atos e palavras de Seu Diamantino – é este o nome deste senhor – estavam orientados por esforços, pouco importa se conscientes ou não, de viver e dramatizar o papel que se vincula a este estereótipo. Teatral e performático, é pela via destes artifícios que sincera e espontaneamente ele se apresenta como encarnação de um modo de vida e de uma tradição que lhe parecem ameaçados, e que cabe a ele defender.

Seu Diamantino era um antigo proprietário de terras na região, mas não morava mais na *fazenda* quando o conheci. A barragem de Cana Brava inundara boa parte delas, tendo ele sido indenizado por elas, recebendo “uma miséria”. E como ele já estava bem idoso, decidira mudar-se para a cidade, para morar com um de seus inúmeros filhos. Ele possuía, ainda assim, uma condição financeira confortável, se comparada com a da maior parte das pessoas com quem eu convivia.

Nos dias em que a *secretaria* estava cheia – sobretudo quando estavam sendo distribuídas as *cestas*, tópico tratado no capítulo 5 – ficava especialmente gritante uma distinção de seus espaços que, mesmo em outras circunstâncias, já estava mais ou menos clara para mim. Nestes dias de *movimento* e *agitação*, qualquer um minimamente atento que entrasse ali iria se dar conta de que as mulheres concentravam-se num canto; os homens, em um outro. Sentadas nos bancos colocados rente ao *curral* – estrutura de madeira separando os que entregavam as cestas daqueles que a recebiam –, ou rondando suas proximidades, ficava a maior parte das mulheres, muitas vezes acompanhadas de crianças pequenas. De frente a estas pessoas, acomodados no banco da mangueira ou ao seu redor, eram eles quem predominava. Mas se as mulheres ali presentes tinham idades variadas, indo desde adolescentes até senhoras bastante idosas, entre os homens a diversidade etária certamente não era tão grande: raramente se via um jovem por ali; os que lá estavam eram em sua maioria homens adultos, na meia idade ou já idosos.

É essa última área da secretaria – o banco na “sombra da mangueira” – o que me interessa aqui. Pois era esse o espaço por excelência da conversa masculina, da *prosa* que tanto fascinava Seu Diamantino e que justificava suas idas diárias àquele lugar. Até mesmo porque ele considerava ilegítimas as demandas do movimento, e fazia questão de afirmar que nada tinha a ver com aquela gente. Aquele era, segundo ele, um pessoal que só queria se dar bem às custas dos outros, sem trabalhar, só promovendo gritaria... E estas eram coisas que ele dizia não só para mim, mas em alto e bom tom, dentro da própria *secretaria* do movimento – sem provocar maiores repercussões, é preciso destacar. Sua imitação dos gritos de ordem e dos discursos inflamados das lideranças e militantes – aquela gente “fora do rumo” – arrancava risos até mesmos dos que eram caricaturados. Se estes últimos não se incomodavam com estas críticas e gozações, é também porque o tratavam com um misto de condescendência e respeito; ao mesmo tempo como uma figura folclórica e uma pessoa que devia ser respeitada pela idade, pela sua condição de fazendeiro ou pelo que representava enquanto encarnação de uma tradição – a dos “velhos goianos”, dos boiadeiros e sertanejos – que deveria ser preservada. Além do mais, a tolerância à presença de críticos ao movimento, dentro dos muros da própria secretaria, só pode ser plenamente compreendida se levamos em consideração o caráter ‘público’ deste espaço onde se desenrolavam estas conversas masculinas. Era ali que ficava o “movimento do bate-papo”, como costumava dizer Seu Juvêncio, um de seus freqüentadores.

Foi neste espaço que fui informado, antes mesmo de poder presenciá-la por mim mesmo, da notória “força na garganta” de Seu Diamantino. Ele era capaz de prosseguir na sua *prosa* por horas a fio, mesclando e intercalando à sua fala poesias, canções e toques no berrante que eventualmente trazia consigo. E impacientava-se com interrupções de qualquer tipo: gritava, exigia silêncio, pedia atenção. Não há dúvida de que, portando-se assim, algum incômodo ele causava. Muitos sequer lhe davam atenção, e outros comentavam que não era correto alguém se manifestar desse modo. Seu Diamantino não era, para estes últimos, alguém com quem se podia ter uma conversa gostosa, já que não permitia o *debate* (a interlocução ou o diálogo) nem reconhecia que há diversos *ritmos* possíveis para uma narração – ou seja, que um mesmo evento pode comportar versões e pontos de vista diversos¹³⁶.

Não pretendo, assim e de forma alguma, dizer que Seu Diamantino é ‘típico’ de qualquer coisa que seja. De certa maneira, e se levo em consideração certo tipo de visão bastante comum a seu respeito entre aqueles que com ele conviviam na secretaria do movimento, eu poderia até mesmo dizer que ele muito pouco tem de ‘típico’, seus modos e idéias sendo considerados quase idiossincráticos. Por outro lado, e justamente em virtude do que havia de ‘idiossincrático’ no seu comportamento, ele me fornece algumas entradas interessantes para este universo a que me propus descrever¹³⁷. É este o caso, por exemplo, da própria natureza de suas ‘performances’, postas em movimento durante o que ele chamava de

¹³⁶ Estamos aqui bastante próximos da lógica ou etiqueta da conversa ‘sertaneja’ que foi tão belamente descrita por Carneiro (2010). Infelizmente, não tive condições nesta tese de investir a fundo num diálogo com este trabalho, algo que me parece inegavelmente frutífero. A respeito do ponto mencionado acima, esta autora afirma que “a prosa de um sujeito, seja mansa, cumprida, curta ou barulhenta, diz sobre o que poderíamos chamar ‘caráter’ da pessoa, pois que diz sobre o ‘modo’ como ela se relaciona com o mundo” (p. 57). Desta forma, poderíamos compreender as críticas dirigidas à *prosa* de Seu Diamantino, pouco sensível aos diferentes *ritmos* e *tempos* com que se pode narrar uma história, como sendo também uma crítica à sua pessoa, por muitos considerada como excessivamente rígida ou autoritária. Afinal de contas, a maior parte dos participantes destas conversas na secretaria concordaria com Carneiro (2010, pp. 58-9) quando ela afirma que “é importante considerar, como consideram os buraqueiros [o ‘povo’ estudado por ela no norte de Minas Gerais] que cada narrador conta as histórias à sua maneira, sendo um mesmo caso constituído por um enorme leque de variações, constituindo um encadeamento de versões que funcionam umas como comentários das outras”.

¹³⁷ Certamente não é novidade para um antropólogo a menção ao fato de que pessoas nestas ‘posições sociais’ marginais ou liminares (no início ou no fim da vida, ou nos limites do comportamento considerado razoável) possibilitem ao etnógrafo uma fonte privilegiada de informações. A título de exemplo, Abu-Lughod (1988, p. 13) menciona como, por ter sido ‘confinada’ ao universo feminino entre os beduínos com quem conviveu, pôde usufruir de um certo tipo de informação que, em outros contextos (por exemplo, junto aos homens) seria bem mais complicado obter. “As always, the old women and the young children bluntly stated what most adults were too polite to say. The hostility they felt toward Europeans came out in children’s violent objections to my listening to English radio broadcasts, an old woman’s horror at the thought of drinking out of a teacup a European visitor had just used, and comments made about an American friend who came out to visit me (whom they liked very much) that she was good ‘for someone of her religion’”.

conversas ou *aulas*. Nestas circunstâncias, ele parecia à vontade para manifestar idéias e opiniões que outras pessoas – que, como vim a aprender gradualmente, também as compartilhavam – sentiriam-se constrangidas para expressar de forma tão aberta. (Nesse sentido, não há como não compará-lo com outro de meus interlocutores privilegiados, frequentemente tomado como “louco” na cidade). Além disso, ao definir-se como um “velho goiano”, Seu Diamantino oferecia pistas sobre o estatuto diferenciado de que gozava ali¹³⁸. Afinal de contas, como ele fazia questão de lembrar, ele era uma pessoa *histórica*...

O livro da Bíblia e as provas: fotos, ruínas e fósseis

Já nas primeiras vezes em que me sentei ao lado de Seu Diamantino para ouvir sua *palestra*, fui informado por ele da existência de um objeto ao qual ele atribuía grande valor, e que eu teria em breve o prazer de conhecer: o “Livro da Bíblia”. Antes de ter tido a oportunidade de manuseá-lo, ouvi ao longo de algumas semanas diversas referências a esse livro. Volta e meia, Seu Diamantino pontuava suas referências a um ou outro trecho de suas narrativas com o que me parecia um bordão – “E isso está no livro! Está no livro!”. Nesta época, Seu Diamantino o havia emprestado a um dos *coordenadores* do movimento, um senhor que ele conhecia já há vários anos e que era também um dos seus principais defensores e ‘ouvintes’ na secretaria. Fazendo questão que eu examinasse o livro, Seu Diamantino logo providenciou para que este coordenador o devolvesse para ele. Com ele em mãos, examinei-o com cuidado: tratava-se de um volume onde fatos notórios do Antigo Testamento foram transformados em narrativas simplificadas e fartamente ilustradas. O exemplar era bastante velho, mas se encontrava num bom estado de conservação, tendo inclusive sido encapado com um plástico colorido.

Dei-me conta então de que já conhecia aquele tipo de publicação – da época da minha primeira comunhão, feita quando eu era criança em Minas Gerais. Supus a princípio, por esta razão, que ele fora escrito para um público alvo de crianças e adolescentes. Naturalmente, a idéia de um “público-alvo”, neste sentido ‘editorial’, pode e deve ser problematizada. Não pretendo perder tempo com isso, porém. Para os meus propósitos, é certamente mais interessante examinar quais os usos concretos a que se prestava, nas mãos de gente como Seu

¹³⁸ Poderíamos assim compará-lo àqueles “velhos operários aposentados” que, conforme nos informa Leite Lopes (1978, p. 62), “são considerados (...) informantes obrigatórios para o pesquisador, (...) [sendo] vistos como um patrimônio privilegiado da comunidade”.

Diamantino, um livro como aquele – quais os sentidos que lhes eram atribuídos, com que coisas, pessoas, idéias e situações ele se conectava?



Fig. 16: O Livro da Bíblia e a história favorita de Seu Diamantino

Antes de mais nada, registro que a *leitura* de livros como esses não parece ser privilégio de Seu Diamantino ou de seus companheiros de Minaçu. Vieira (2001, p. 152, grifos meus) comenta que, no sul do Pará, pôde “ver Raimunda em sua casa, diante de uma bíblia ilustrada, comentando as passagens e dando explicações a seus netos. As associações com o cotidiano eram freqüentes. Entre outras coisas, ela identificava o Êxodo do Egito com a ‘viagem da mata’ da Missão [de Maria da Penha, movimento sócio-religioso estudado pela autora]”. Sem conceder maior atenção a estes objetos, Vieira (2001) os menciona de passagem em outros momentos de sua tese. Destas poucas referências, assim como pelas histórias bíblicas aí mencionadas, não resta muita dúvida de que eu e ela estamos tratando, senão de um mesmo tipo de publicação, ao menos de livros muito parecidos. Mas chamá-los

meramente de “bíblías ilustradas” pode nos impedir de apreender alguns dos sentidos mais importantes que eles têm para estas pessoas.

Para Seu Diamantino, o que Vieira (2001) chama de “ilustração” é, na verdade, um *símbolo*. Um símbolo, antes de mais nada, é aquilo que faz com que tal livro “conte a verdade”. Ou seja, é aquilo que *prova* que as afirmações neles contidas, reproduzidas nas histórias que Seu Diamantino conta, são verdadeiras.

É nesse sentido que as constantes comparações realizadas por ele entre este livro e a Bíblia “dos evangélicos” parece adquirir sua importância: é o fato desta última ser “toda branca” – contendo apenas letras, frases, parágrafos – o que permite que os pastores enganem as pessoas. Seu Livro da Bíblia, por outro lado, está repleto de símbolos: o desenho colorido dos casais de bichos entrando na Arca de Noé, com este último e sua mulher os observando à distância, por exemplo.

Para Seu Diamantino, o papel que estes símbolos possuem enquanto *provas* pode ser ressaltado por aqueles comentários em que ele, como que se desculpando, me explicava porque, no seu livro, os *símbolos* eram reles ilustrações: “É que naquele tempo não havia máquina de foto, tudo era no desenho...”. Junto a ele, eu já me habituara com tais comentários. Tratando da história de seus próprios ancestrais ou do que se passara no “tempo em que o Brasil não era dividido”, ele costumava dizer a mesma coisa. Tais comentários funcionavam como ressalvas que explicavam a razão de, a respeito deste ponto ou daquele, não existirem fotos que pudessem *provar* a sua veracidade. As fotografias, nesse sentido, seriam as *provas* por excelência, ou antes as de melhor qualidade – evidências que, pela sua própria natureza, usufruíam de um status privilegiado.

Mas o exemplo dos “desenhos” mostra que elas não são as únicas *provas* possíveis. No que se refere ao meu próprio trabalho como *detetive mundial* – adiante explicarei a razão do termo – e coletor de *provas*, Seu Diamantino já destacava que, quando eu não podia bater uma foto, eu levava embora para o Rio a *palestra do povo* – recolhida naquele mesmo gravador eletrônico que tanto contribuía para deixá-lo à vontade durante nossas conversas. Com este apetrecho, eu poderia, assim e segundo ele, “guardar a palestra do povo – e está provado!”. De qualquer forma, também no que diz respeito ao meu trabalho, as fotografias pareciam possuir um valor excepcional. Durante meu terceiro período de trabalho de campo, recebi a visita do meu pai em Minaçu. Uma das razões para tê-lo chamado até lá foi o fato de que ele é fotógrafo. Conhecendo a paixão que tanto ele quanto meus interlocutores nutriam pelas fotografias, eu não tinha muitas dúvidas de que eles se entenderiam bastante bem – o que de fato aconteceu. Alguns dias após ele ter ido embora, eu conversava com Antero em sua

casa, onde meu pai passara uma tarde inteira tirando retratos de suas três lindas netinhas. Antero, que já me conhecia bastante bem, casualmente comentou: “Ah, você sabe, André, seu pai esteve aqui e tirou todas aquelas fotos. Pra você isso vai ser muito bom! Você tem então uma *prova* de que esteve efetivamente aqui, e seus chefes vão ter certeza de que você veio mesmo! Assim não tem dúvida!”.

Tratando da “história do Brasil”, Seu Diamantino destaca outros elementos que, enquanto *provas*, existem para certificar-nos da existência objetiva disto ou daquilo. Há os “fósferos [fósseis] antigos”, por um lado. E, principalmente, os *trens* e *coisas velhas* com que se deparam aqueles que *andam* (ou *andaram*) *no mundo*.

A discussão deste tópico com frequência trazia inconvenientes para Seu Diamantino. Tão logo esse assunto entrava em pauta, outras pessoas invariavelmente se manifestavam. Muitos deles eram pessoas que, como eu, normalmente se resignavam perante a dinâmica da conversa imposta por Seu Diamantino: ele falava, os outros escutavam. No que se refere a este ponto, porém, eram comuns não apenas as intervenções de terceiros como também o surgimento de discussões acaloradas – a respeito, por exemplo, do destino do sino da igreja de Pilar. Tinha sido ele roubado pelos *estrangeiros* ou permanecia no mesmo lugar? Se no que diz respeito aos assuntos *históricos* no geral Seu Diamantino dispunha de uma autoridade que lhe permitia falar sem maiores interrupções, as coisas eram diferentes quando o assunto se direcionava para o que se passara ali na região ou em alguns caminhos mais conhecidos, percorridos pela maior parte daqueles outros ouvintes e deles familiar.

Alguns versos declamados com frequência por Seu Diamantino – e que, de tanto ouvi-los, cheguei a decorar – oferecem um ponto de partida interessante para essa discussão.

Feitiço de Crixá
Igreja de Cavalcante
Sino de Pilar
Cadeia de Traíra¹³⁹
Como essas coisas não há!

Invariavelmente após recitá-los, Seu Diamantino fazia questão de frisar: “Mas feitiço é *ilusão*, é *ilusão* do povo, que eu não creio que isso existe”. Ressalva que só parece comprovar a sua *crença* convicta naquelas outras coisas – a Igreja, o Sino, a Cadeia – que, não por acaso, funcionam tão bem como *provas*. Pois todas elas não são coisas que podem (ou podiam) ser *vistas*?

¹³⁹ Todos estes lugares foram vilas e povoados importantes fundados durante o ciclo mineiro do século XIX, no norte de Goiás.

Raimundo foi um dos primeiros *mineiros* a chegar naquela região, *marcando posse* na área que fica entre Minaçu e Cavalcante (não tão distante, portanto, da fazenda de Seu Diamantino). Ele costumava comentar que, na época em que ele se instalou na região, todo os que *rodavam* por ali sabiam que, em outros tempos, bastante gente havia passado por aquelas terras. Os vestígios desse passado não estavam mais do que visíveis aqui e acolá, às vistas de qualquer um? Pois era naquela região que se encontravam os escombros do que um dia fora São Félix – “antiga capital do estado¹⁴⁰!”, hoje inteiramente submersos pelas águas do lago da barragem de Cana Brava. Caminhando por aquelas redondezas, Raimundo e seus vizinhos volta e meia encontravam “coisas tapadas de pedras”, as ruínas de casas velhas, catacumbas, sepulturas, a antiga cadeia – coisas antigas, do tempo da escravidão, do tempo dos bandeirantes... Esses *bandeirantes*, segundo ele, tinham parado de garimpar por aqueles lados, abandonando esta cidade e toda aquela área. E tudo agora estava debaixo d’água... Mas se eu quisesse conhecer algo sobre esses tempos, eu podia visitar – “faça isso, você não vai se arrepender!” – a igreja da cidade de Pilar. Eu poderia então conhecer seu altar, anteriormente todo coberto de ouro e de imagens de santos. Hoje em dia ainda é possível avistar um ou outro “pinguinho” de ouro lá: o pouco que restou, já que há tempos as pessoas entram lá dentro para raspar as paredes e tentar conseguir um ou dois gramas deste metal, que depois levam pros botecos pra trocar por cachaça.

É inegável o fascínio exercido pelas igrejas construídas durante o ciclo do ouro do século XVIII sobre as pessoas que, nas últimas décadas, se envolveram com o garimpo. Ele se manifesta, por exemplo, nas inúmeras histórias e lendas que ainda hoje suscitam o entusiasmo e a imaginação delas, evocando com frequência o que poderíamos chamar de ‘variantes em torno do tema do Eldorado’. No que se refere a essa mesma igreja na cidade de Pilar, o próprio Raimundo se empolgava com uma história que relatava com inegável *paixão*. Segundo ele, um homem sonhara que havia uma garrafa cheia de ouro enterrada nas paredes desta igreja, e dirigira-se até lá desconfiado de que aquilo podia ser um presságio. Ele então dirigiu-se ao pedaço da parede indicado pelo seu sonho, e lá encontrou a garrafa. A insistência de Raimundo para que eu visitasse esta igreja se justificava também porque ele queria que eu fosse *ver*, com meus próprios olhos, as marcas que, na sua parede, comprovam – enquanto *provas* – a veracidade da história.

¹⁴⁰ Há que se destacar, a este respeito, que Traíras é conhecida também por ter sido “capital do estado” – mas apenas durante as 24 horas em que, despachando de uma hospedaria, D. Pedro II permaneceu ali durante uma viagem a esta região.

Seu Diamantino nos conta outra destas histórias, onde tesouros escondidos são também *provas* de eventos ocorridos no passado. Alguns africanos, fugidos da Bahia, vieram parar em Arraias – hoje município no sudeste de Tocantins, próximo à Cavalcante onde ele foi criado. Aí, encontraram muito ouro, quarenta arrobas “pesadas que nem se pesa a carne”. Informado desta descoberta, o temido Totó Caiado – de quem voltarei a tratar em breve – mandou de Goiás Velho para lá mais de quarenta pistoleiros, ávido para se apropriar daquela riqueza. Os pistoleiros *deram uma taca* [surraram] nos africanos, que *tocaram no mundo* e foram parar no Maranhão – os bisavós de Seu Diamantino estavam presente neste grupo dos que partiram. Não tendo como carregar todo o ouro, os pistoleiros construíram um “depósito”: cavaram, cavaram, abriram um buraco e colocaram tudo lá dentro. Cobriram de barro, bateram o barro, botaram lenha e fogo, para assar e esconder o buraco. Por uma razão desconhecida, ninguém voltou para buscar o que fora escondido. E lá o ouro ficou, e lá o ouro está até hoje. Uma ou outra negra velha ainda viva, da gente calungueira, diz saber onde é que está esse buraco, com o ouro todo enterrado até hoje...

Em um dos inúmeros relatos que deixou a respeito do que aconteceu nos dias em que descobriu a “pedra cabeluda”, o engenheiro Joseph Milewski (Pamplona 2003, p. 36) relata que,

“nas proximidades da jazida, cobertos com 1 metro de terra, encontramos uma espada de bandeirante e um estribo português. Não é improvável que o famoso Bartolomeu Bueno da Silva, um dos mais audaciosos aventureiros do fim do século XVII, que se embrenhou no interior de Goiás à procura de ouro, tenha estado lá. No século XVIII havia um famoso garimpo de ouro nessa região, situado às margens do Rio São Félix, afluente da margem direita do rio Tocantins”.

Alguns parágrafos adiante, Milewski menciona os trabalhos de um “sábio austríaco”, Johann Emmanuel Pohl, como a provável fonte consultada a esse respeito, já que esse viajante “deixou uma descrição muito pitoresca do ambiente que encontramos mais tarde”. O próprio Milewski enfatiza, uma ou outra vez, o papel desempenhado pelos garimpeiros que circulavam na região para a descoberta da jazida de amianto, ressaltando também a função de guia por eles desempenhada. Além disso, tal como Seu Diamantino e Raimundo, ele parece identificar todos os garimpeiros do século XVIII como “bandeirantes” – associação que, mesmo sendo facilmente compreensível, nada tem de necessária. Com estes indícios quero argumentar que, se Milewski vinculou os objetos enterrados que encontrou aos bandeirantes e ao século XVIII, é muito mais provável que este vínculo lhe tenha sido oferecido pelos garimpeiros que então o acompanhavam do que pela leitura de um viajante do século XIX (algo que teria ocorrido posteriormente, e justamente em função da sugestão dos garimpeiros).

De fato, parece-me altamente improvável que, diante de tais objetos, um garimpeiro daquela época – sem sombra de dúvida partilhando das memórias, imagens e símbolos legados pelo século XVIII – não tenha feito nenhum comentário nesse sentido.

E já que eu estava interessado na história da região, e pretendia escrever sobre ela, meus interlocutores insistiam: se Milewski, os posseiros e os garimpeiros tiveram a oportunidade de *ver* essas relíquias e ruínas, eu também tinha que ir vê-las. “Vai pra Pilar, você tem que ir, vai pra lá pra ver as coisas da antiguidade!”.

De acordo com Bloch (1998, p. 153), o argumento de Jack Goody a respeito do valor e autoridade do conhecimento nas sociedades primitivas – exprimindo claramente idéias e pressupostos bastante disseminados na antropologia – pode ser sintetizado da seguinte maneira: “In pre-literate societies knowledge is buried in social relations. The value of what is said is not evaluated in terms of its truth but in terms of who says it”. Brincando um pouco com estas palavras, poderíamos dizer que, no que se refere a estes indícios e pistas, o conhecimento (ou o que torna o conhecimento possível), antes de estar “buried in social relations”, está enterrado no chão – como uma espada bandeirante encontrada num buraco dois séculos depois.

Coisas debaixo da terra, inscrição no barro ou na parede, pedras reviradas aqui e ali, ruínas, catacumbas, sepulturas, buracos por todo lado, solo e subsolo mais do que povoados – não só pelas riquezas ‘naturais’ tais como os minérios, mas também pelo que ali se enterra ou se esconde, e por todas estas *marcas* feitas pelos que por ali passaram. *Marcar posse* da terra livre, perfurar e cavar em busca de riquezas, trilhar e demarcar *trilheiras*, construir este ou aquele *trecho* da estrada – revirando o solo e nele inscrevendo e construindo novos caminhos. “Marca humana (...) imprimida na superfície” para “amansar” e “assituar” o solo, para dotá-lo de “história” (Musumeci 1984, p. 65), e fazer dele *mundo*...

Neste sentido, os comentários de Póvoa-Neto (1998, grifos meus) são mais do que sugestivos. Tratando dos garimpeiros do norte de Goiás, este autor ressalta a sua

“habilidade empírica na interpretação da paisagem, que inclui noções básicas sobre a disposição geológica de ocorrências auríferas até um ‘olhar arqueológico’, capaz de perceber sinais de antigas explorações. (...) Tais vestígios são conhecidos localmente como ‘buracos dos bandeirantes’ ou ‘casqueiros dos bandeirantes’”.

Se seguirmos Seu Diamantino, não há porque não chamar isso de *leitura* do *mundo*. Da mesma forma que ele ‘interpreta’ os *símbolos* presentes em seu livro (fotos ou desenhos que ‘retratam’ o que se passou), aqueles que *rodam* lêem assim o *mundo*: apelando para

similaridades e contigüidades ‘metonímicas’ – onde o vínculo que une o *símbolo* ao que ele ‘simboliza’ não é e nem pode ser arbitrário. Os *símbolos* ou *provas* presentes no *mundo* são assim concebidos como algo da mesma natureza do ‘território’ de onde eles foram retirados, ou como anteriormente ‘pertencentes’ a ele¹⁴¹.

A toponímia em debate

Cabe destacar também, no contexto desta discussão, a importância que Seu Diamantino atribuía à questão da origem dos *nomes* dos lugares. Algumas vezes, curioso com o desdobramento de uma ou outra narrativa, eu cheguei a me impacientar com os diversos parênteses abertos por ele para me explicar porque tal ou qual lugar se chamava assim ou assado. (Eu me impacientava também porque sabia que, em função deste tipo de interrupção, ele muitas vezes perdia o prumo da história, esquecendo-se do que dizia antes ou se recusando a retomar o assunto uma vez que engatilhara sua fala em outra direção). Assim, através de Seu Diamantino fiquei sabendo da origem dos nomes de lugares diversos:

Brasil: um português construiu uma *bandeira* e a mostrou a seus companheiros, que repararam que a madeira com que ela foi feita tinha cor de *brasa*. Eles passaram então a chamar a árvore de onde esta última provinha de “pau-Brasil”.

Rio Maranhão e Rio São Félix: têm estes nomes em razão do bandeirante que os descobriu, Félix Maranhão.

Cuiabá: os portugueses trouxeram carne de jabá da Europa, já que no Brasil não havia gado. Ao invés de comer nos pratos, eles os faziam nas cuias. Daí, *cuiá-(j)abá*.

Porangatu: Angatu era o nome de uma índia, por quem um homem se apaixonou loucamente. Este homem dizia então que fazia qualquer coisa *por-Angatu*.

Mara Rosa: Mara e Rosa são os nomes das duas filhas de um homem muito importante na região, a quem ele queria homenagear.

Cavalcante: merece esse nome por causa de outro bandeirante, o primeiro a chegar até a região, Diego Cavalcante.

Muquém: a origem deste nome está intimamente relacionada aos feitos de um “bandeirante do estado de Goiás, Manoel Lisboa”. Mas seu Diamantino não se lembra mais exatamente através de que forma se dá a relação entre ele e o nome “Muquém”...

Serra da Boa Vista: nela você sobe e vê o mundo inteiro...

¹⁴¹Cf. Deluze e Guattari (1997, p. 69) sobre um “regime de signos pré-significante”. (Voltarei adiante a tratar destes “regime de signos”, associando este regime pré-significante com estes ‘funcionamentos’ que nos são sugeridos por Seu Diamantino). “De forma que o signo deve aqui seu grau de desterritorialização relativa não mais a uma remissão perpétua ao signo, mas ao confronto de territorialidades e de segmentos comparados dos quais cada signo é extraído (o campo, a savana, a mudança de campo)”.

Arraias: no rio que cortava esta cidade, havia muitas arraias.

Mas Seu Diamantino não era o único a ter uma predileção por esse tópico – muito pelo contrário. Nos relatos de outras pessoas também me deparei com ele, assim como presenciei e participei de algumas discussões a esse respeito. Estas últimas eram bastante freqüentes e pareciam despertar um especial prazer nos que nelas se envolviam, debatendo-se em calorosas disputas para saber quem era mais erudito a esse respeito.

Desconfio que, se tantas vezes pude presenciar Alberico – freqüentador da secretaria com quem eu me dava particularmente bem – fazendo referência à razão de Minaçu chamar-se desta forma, era também porque ele tinha o intuito de me provocar. Certa vez, comentei que “Minaçu” queria dizer mina grande, o “-açu” sendo um termo indígena cuja tradução seria aquele adjetivo – etimologia com que eu havia me deparado em algum livro ou trabalho sobre a cidade. Para ele, ao contrário, “Minaçu” queria dizer “uma mina voltada para o sul”. (Denominação mais do que sugestiva, se levamos em consideração a insistência destas pessoas no fato das riquezas da região irem todas para o *sul*). O nome da cidade se escreveria, então, “Minasul”? Ao que me parece, este tipo de pergunta só interessa a mim; acho pouco provável que ela tenha se colocado como uma questão ou problema para Alberico.

Quando Jonas – já velho conhecido do leitor – e a família chegaram onde hoje é Minaçu, não havia quase nada. Talvez somente um ou outro índio, que no final das contas ninguém conseguia *ver*. O próprio Jonas pôde presenciar algumas situações que forneceram nomes aos lugares: ele lembra-se do homem que foi atacado por uma onça, e das montanhas que passaram a se chamar então Serra da Onça. Ou da Serra do Quebra-Canela, que passou a ser denominada assim quando a roda de um jipe lançou uma pedra na direção da perna de um homem, ferindo-o seriamente naquele pedaço do corpo.

A respeito da Vila Veneno – um dos poucos povoados existentes na região, e que voltarei a mencionar mais abaixo –, algumas confusões surgem em função de sua denominação, ou de qual seria o “verdadeiro” nome do lugar. Antenor, um dos moradores do local (e também um freqüentador da secretaria, visto que é o *coordenador* do grupo de pessoas desta comunidade que recebem cestas básicas do movimento), afirma que este nome surgiu em razão do fato de que “Veneno” era o sobrenome de um antigo prefeito – provavelmente de Cavalcante, visto que é no interior deste município que a vila se encontra. Outras pessoas dizem que o nome remete ao “veneno da venenosa” – às “balas de revólver que corriam soltas ali nos tempos do garimpo”. Mas o “nome mesmo” do local, segundo

Antenor, é Vila Vermelho: “porque tem um córrego que se passa aqui do lado chamado ‘Vermelho’...”

Seu Diamantino ensina aos *lidos*, e as palavras de papagaio

Por estar sempre fazendo referência aos livros que ele “lia”, demorou bastante tempo para me ocorrer a idéia de que Seu Diamantino fosse analfabeto. Ele fora à escola na infância, a julgar pelas suas referências aos professores que tivera e à própria instituição que freqüentara. Usava-me e a outras pessoas, porém, para ‘ler’ (no sentido mais comum do termo, para expressar em voz alta o que estava escrito numa sentença ou parágrafo) algum trecho do livro. De fato, não foi apenas por ele que eu fui usado para tal fim. Descobri, com o tempo, que boa parte das pessoas adultas com quem eu convivia na secretaria não sabiam ler ou escrever, ou o faziam bastante precariamente. (Mesmo sendo este o caso de Seu Diamantino, não há porque chamar de outro modo, e não de “leitura”, aquilo que ele próprio dizia que fazia, ao decodificar os *símbolos* de seu livro e falar sobre eles).

Além disso, as críticas de Seu Diamantino à Bíblia dos evangélicos – enganosa em razão de suas “folhas todas brancas” e contrapostas ao seu livro repleto de *símbolos* – são um indício de que a ‘leitura’ (naquele sentido mais trivial do termo) não era uma atividade com a qual ele estava familiarizado. Elas são indícios também de que essa pouca familiaridade com a letra de fôrma era algo presente ou comum por aquelas bandas: justamente em função disso os pastores e suas Bíblias seriam tão perigosos.

Mas Seu Diamantino afirmava que não apenas *lia*, mas ainda “dava aula”. Dava aula para qualquer um que viesse, que *chegasse*... Nossas conversas – ele sempre a falar e eu, nas vezes em que tentava dizer algo, quase sempre sendo interrompido – não se assemelhavam também a uma aula? Aula que, é preciso destacar, não era oferecida por Seu Diamantino a qualquer um. Ele só estava interessado em dá-las a ‘alunos’ muito especiais: estes que *chegavam*, gente *estudada* ou *lida* como eu mesmo... (Eu mesmo havia lhe dito, como fizera com praticamente todo mundo que conheci por aquelas bandas, que estava em Minaçu para escrever uma tese, um livro sobre a história da cidade, sobre o garimpo e as barragens, sobre a luta dos *atingidos*). “Deputado ou advogado, pode vir! Vem que eu dou a aula!”. Seu Diamantino se ‘arrogava’ assim a capacidade de dar uma “aula” para aqueles que, ao contrário dele, freqüentaram a escola, e que por o terem feito definem-se e caracterizam-se, aos seus olhos, como um tipo particular de pessoa. Como um professor convencional, ensinando para alunos que não sabem e tem então que aprender, ele está de posse de um saber que nós, homens *lidos*, não possuímos – já que não pode ser ensinado na escola...

Você vê o que se passa com meus netos hoje, que já estão na escola há muito tempo. Ou mesmo com esse pessoal aqui do movimento, essa meninada que anda para baixo e pra cima com um monte de *papéis*, e aquelas pastas [ele se refere aos jovens *militantes* do MAB]. Você pede para eles dizerem alguma coisa do que aprenderam, e é só aquele blá blá blá, coisas sem sentido. Eles não sabem do que estão dizendo! Com meus netos, estudando lá em Cavalcante, é a mesma coisa. Eles parecem um bando de papagaios: só repetem o que ouviram, não sabem o que quer dizer nada. Não são como eu. Eu sei do que estou falando, eu sei contar as coisas...

Estas palavras “de papagaios” – vazias de significado e valor, meras repetições – são, para ele, como que o correlato oral daquelas “páginas todas brancas” – as que encontramos, por exemplo mas não só lá, na Bíblia dos Evangélicos. A ausência de significado destas últimas estaria radicada, como já vimos, no fato de que aí estão ausentes os *símbolos*. Algo semelhante se passa nessa reprodução automática e mecânica característica dos jovens estudantes de hoje. O conteúdo por eles aprendido na escola é vazio, puro blabláblá, também por não estar ancorado em nenhuma *prova*. Como ele pode, assim, ser considerado conhecimento verdadeiro?

Se os *símbolos* do seu Livro da Bíblia são uma *prova* de que as narrativas ali presentes são verdadeiras, as histórias narradas por Seu Diamantino também o são em virtude de outras *provas* – os fósseis antigos, as ruínas, as marcas no chão...

Um regime de símbolos

Poderíamos então tentar extrair, a partir destes exemplos, alguns atributos disso que Seu Diamantino está chamando de um *símbolo*. E destaco então que – praticamente todos os dias em que nos encontrávamos – ele me fazia a mesma pergunta: “Qual é o *símbolo* do nosso país brasileiro?”. Ao que eu respondia, “é a bandeira!”. E ele, satisfeito com minha resposta, prosseguia. “É a bandeira! Que Pedro Álvares Cabral pintou – naquele tempo não tinha foto! – depois que descobriu o Brasil. Ele fez então os *símbolos*: o amarelo pelo ouro, o verde pela mata, o azul pelo céu...”

Põe aqui nossa bandeira
 Não há mais linda que a nossa
 O verde dos nossos campos
 O ouro de nossas minas
 Ao céu azul...

O fato do *símbolo* de nosso país ser a bandeira remete, para ele, à centralidade dos bandeirantes enquanto personagens de suas histórias (e da História do Brasil como um todo) – ponto que não é trivial, e que será explorado em mais detalhes no fim deste capítulo. Mas desde já ressalto que as narrativas de Seu Diamantino a respeito destes bandeirantes ajudam a

compreender traços e aspectos dos *símbolos* de uma maneira mais geral: como se as práticas e os modos dos bandeirantes explicitassem o próprio funcionamento do processo de *simbolização*. Os bandeirantes, afinal de contas, *andam* e *rodam*; fixam bandeiras aqui e acolá, e deixam para trás ruínas, *marcas*, *sinais*, buracos, coisas antigas. Ao mesmo tempo em que fazem isso tudo, atribuem *nomes* para objetos e lugares.

No interior deste *símbolo* mor, a bandeira, outros *símbolos* se fazem presentes: “o amarelo pelo ouro, o verde pela mata, o azul pelo céu”. Se a bandeira é o *símbolo* do país, para Seu Diamantino, é porque um bandeirante ou Pedro Álvares Cabral (também um bandeirante, em certa medida), percorreu o país; e extraiu do que viu (a mata, o ouro, o mar) outros *símbolos* (as cores daquelas coisas), e afixou depois uma bandeira...

Lembremo-nos do que eu já havia afirmado a respeito dos *nomes*. Um local merece uma denominação que remeta a algo que existe ou que se passou aí. Assim se dão os “nomes corretos” aos lugares. A minha divergência com Alberico a respeito do nome de Minaçu – ou melhor: da última sílaba deste nome – explicita bem isso. O “-çu” remete ao “sul”, a uma direção, algo existente no mundo, à direção para a qual se voltam as riquezas existentes na mina; e não a um sufixo indígena, a uma “outra palavra”.

Seja no que se refere aos *símbolos* ou aos *nomes* (e também às *provas*), o seu surgimento e funcionamento está assentado no privilégio daquelas similaridades e contigüidades metonímicas acima mencionadas. O que mais interessa disto tudo, porém, é a contraposição destes *símbolos* e *nomes* àquelas “folhas todas brancas” ou “falas de papagaio”.

Traduzindo esta distinção de acordo com a clássica tripartição dos signos proposta por Pierce, poderíamos dizer que os *símbolos* de que fala Seu Diamantino são sempre ícones ou índices; ao passo que as “folhas todas brancas” correspondem ao que este autor vai chamar de símbolos. Nos termos de Saussure, o que estaria em jogo, neste último caso, seria justamente o atributo que ele identifica aos signos lingüísticos: o significado e o significante estão unidos por uma relação arbitrária. De maneira menos rigorosa, poderíamos traduzir esta distinção pela contraposição de associações metonímicas (para os *nomes* e *símbolos*) àquelas que seriam metafóricas (nas “folhas todas brancas” e “falas de papagaio”).

Antes de seguirmos adiante, é imperativo ressaltar que estas distinções não se originam de um rele diletantismo de Seu Diamantino. Pois a partir de suas digressões e histórias, o que é possível extrair são traços que criam distâncias e diferenças e tornam possível – e inteligível – a oposição entre os *corridos* e *lidos*. Oposição essa que – espero ser capaz de mostrar isso ao longo deste capítulo – é mais do que significativa para as pessoas de que trato aqui.

Nesse sentido, a idéia de “regime de signos” de Deleuze e Guattari (1997a) pode ser de alguma valia aqui¹⁴². Ao postulá-la, tais autores buscam romper com o pressuposto de uma linguagem universal e abstrata, se fazendo presente de acordo com os mesmos princípios e funcionamento nos mais diversos contextos. (Do ponto de vista de quem se propõe a escrever uma etnografia, são inegáveis e óbvias as vantagens e atrativos desta idéia). E mais do que isso: para estes autores, um “regime de signos” implica necessariamente na conexão dos “signos” ao funcionamento de agenciamentos concretos e extralingüísticos que os põem em funcionamento. Os “signos” ou a “linguagem”, assim, não podem ser considerados à luz de princípios e regras que abstraíam os diversos contextos (ou “velocidades”) específicos que os atualizam. Parece-me que as maneiras distintas pelas quais considero a relação entre o “ler” e o “correr”, neste capítulo, podem ser encaradas à luz desta idéia.

Assim e no que se refere aos *corridos*, procuro mostrar, nesta primeira parte do capítulo, como um regime de signos particular se constitui pela articulação de certas formas de *correr* com determinadas maneiras de ‘ler’ o mundo. E resalto a minha preocupação de não dissociar as duas coisas: as maneiras de *ler* se atrelam ao modo como se *corre*, e vice-versa... Pois do ponto de vista dos meus interlocutores o *correr* ou o *andar no mundo* só adquirem seu pleno sentido na medida em que estes movimentos estejam conectados a *símbolos*, saberes, histórias, ensinamentos. Acompanhando estas pessoas e Deleuze e Guattari (1997a), chamemos de “regime de *símbolos*” (atenção à categoria nativa!) à expressão semiótica da *andança*, a estes princípios ‘metonímicos’ que orientam a ‘leitura’ do *mundo* levada a cabo pelos *corridos*.

Todo este capítulo se organiza assim pela discussão das diferenças percebidas por meus interlocutores entre dois diferentes “regimes”. Pois se aos *corridos* corresponde esta forma específica de ‘ler’, aos *lidos* se associam também certas modalidades de ‘correr’ – delas me ocupo na segunda parte do capítulo.

E é tendo em vista estes *lidos* que volto a chamar a atenção àquelas “folhas todas brancas” e à “conversa de papagaio”. Pois através destas formulações Seu Diamantino parece-

¹⁴² “Denominamos regimes de signos qualquer formalização de expressão específica, pelo menos quando a expressão for lingüística. Um regime de signos constitui uma semiótica. Mas parece difícil considerar as semióticas nelas mesmas: na verdade, há sempre uma forma de conteúdo, simultaneamente inseparável e independente da forma de expressão, e as duas formas remetem a agenciamentos que não são principalmente lingüísticos. Entretanto, podemos considerar a formalização de expressão como autônoma e suficiente. Pois, mesmo nestas condições, há tanta diversidade nas formas de expressão, um caráter tão misto dessas formas, que não se pode atribuir qualquer privilégio especial à forma ou ao regime do ‘significante’ [eles têm em mente aqui o que lhes parecem ser os quadros mais usuais a partir dos quais se consideram a linguagem e que, na sua perspectiva, remetem a apenas um regime dentre outros possíveis]” (Deleuze e Guattari 1997a, p. 61).

me estar expressando de forma particularmente rica alguns dos atributos destes *lidos*, bem como daqueles objetos que eles estão sempre a portar consigo, espalhando-os e disseminando-os *mundo* afora: os *papéis*. Nesse sentido, daqui até o seu final, neste trabalho a oposição entre *corridos* e *lidos* estará associada à tensão existente entre as *provas* e os *símbolos*, por um lado; e os *papéis*, por outro.

Mas antes de conceder atenção aos *lidos* e seus *papéis*, no restante desta primeira parte do capítulo examino outros aspectos relativos às formas dos *corridos correrem no mundo*; explicitando, ao mesmo tempo, outras expressões semióticas destes movimentos.

1.2 Os Corridos Correndo (e Aventurando-se)

*Quem não caminha não conhece, diz o dizer, e Quincas se arvora
conhecedor do “mundo aí fora”.*
Ana Carneiro (2009)

Aventura ‘versus’ trabalho

Com 17 anos, Sírrio já não agüentava mais. A vontade de sair de casa e *varar no mundo* era enorme, já não havia como controlá-la. E ele arrumou uma pequena mochila e partiu – sozinho. Deixou Timon, no Maranhão, onde ele morava com os irmãos e os pais, pequenos comerciantes. Ele tinha já um destino em mente: ia para o sudeste do Pará, para Redenção, tentar a sorte nos garimpos desta região. Não era isso o que vinham fazendo tantos de seus conhecidos? Alguns destes últimos costumavam vir do garimpo para passar algum tempo em casa, para depois retornar para lá. Sírrio impressionara-se então com o que eles faziam nestes períodos, quando passavam até um mês inteiro gastando dinheiro, bebendo e comprando do bom e do melhor. Aquele pessoal, ainda por cima, conseguia aquele dinheiro se *aventurando, correndo o mundo...* Sírrio não deu ouvidos às súplicas de sua mãe para que ficasse, e foi embora com o pouco dinheiro que tinha conseguido juntar, fazendo um bico – o suficiente apenas para pagar a passagem até Redenção. Ele iria no *risco*. Chegando lá, ele teria que arrumar um jeito para sobreviver e chegar até Cumaru. Ia ter que aprender a se *virar*, mas isso ele tinha certeza que conseguiria. E de fato Sírrio foi bem sucedido, passando as duas décadas seguintes a *rodar*. Ele colocava a mochila nas costas e *buscava mundo*, quando sentia vontade ou quando ficava sabendo de algum lugar bom pra garimpar. “Já *rasguei* muito por esse Brasil... *Cabra que vem do Maranhão anda demais, vara o mundo todo!*”.

Não é por isso também que ele é uma pessoa tão vivida e esperta? Não é também pelo recurso ao que aprendeu no *trecho* que Sírrio justifica sua situação relativamente favorável naquela época em que o conheci? Alguns de seus antigos companheiros de garimpo parecem concordar com isso, aquele homem é mesmo esperto demais da conta...

A oposição entre aventura e trabalho orienta, há décadas ou mesmo séculos, uma série de leituras a respeito do sertanejo, do caipira, do garimpeiro e de todos estes homens livres e

pobres sempre a vagar para além dos limites ou fronteiras da “sociedade”, sob diversos sentidos “marginais”¹⁴³.

Póvoa Neto (1998, p. 162) nos lembra como, para os viajantes estrangeiros que percorreram o interior do Brasil no século XIX, a “garimpagem parecia simbolizar, de certa forma, tudo o que não deveria ser incentivado: a expectativa do enriquecimento súbito, que supostamente ‘deseducava’ para o labor cotidiano; a concepção ‘aventureira’ da vida, oposta à disciplina requerida pelo trabalho capitalista; a exagerada mobilidade espacial, prejudicial à faina agrícola; a associação com um passado de clandestinidade”. Contextualizando estes discursos, este autor busca relativizar tais colocações ao apresentá-las como o produto de um olhar eurocêntrico e normativo, pouco capaz de atentar para às especificidades e valores das pessoas em questão. Buscando ir na contramão de tal postura, ele chama então a atenção para as condições nas quais se constituiu aquilo que Mello e Souza (2004, p. 14) denominou de “ideologia da vadiagem”: “o olhar raivoso e desqualificador que as elites – agora é delas mesmo que se trata – lançaram, séculos afora, sobre o mundo do não-trabalho e sobre os mestiços de vários matizes, que teimosamente se deseja branquear”¹⁴⁴. É tendo em vista a força e a persistência destas idéias que Póvoa Neto (1998, p. 276) se propõe a “ultrapassar o preconceito do garimpeiro como indivíduo irracional, aventureiro, que bruscamente se joga em empreendimentos arriscados e de êxito duvidoso” (postulando, por exemplo, a idéia de “núcleos de garimpagem”, o que propicia “uma visão dinâmica espacial e temporal da atividade de outra forma que não a do seu surgimento em ‘surto’ episódicos e isolados”¹⁴⁵).

Se eu lanço mão destas colocações, não é porque pretendo conceder maior atenção a estas visões estereotipadas e preconceituosas que Póvoa Neto (1998) e Mello e Souza (2004),

¹⁴³ O que traz à tona a possibilidade (ou mesmo a necessidade) de cotejar os pontos de vistas aqui expressos com todo um conjunto de formulações clássicas do pensamento social brasileiro – algo que não tive como fazer aqui. Sérgio Buarque de Holanda é a referência mais óbvia a esse respeito. Mas também Gilberto Freyre e Vianna Moog – apenas para citar alguns autores cuja leitura me inspirou nestes pontos – se prestam bastante bem para esse exercício.

¹⁴⁴ “À perplexidade do homem livre pobre e constantemente desclassificado, a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações, cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma *outra humanidade*, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele. Habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos: preferiam viver de expedientes e de esmolas, descurando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente” (Mello e Souza 2004, p. 300). E não custa lembrar da centralidade que a extração do ouro assume na obra desta autora, dedicada ao estudo da “pobreza mineira [das Minas Gerais e relacionada às minas] no século XVIII”.

¹⁴⁵ Colocação que serve também para relativizar as linhas gerais do que escrevi aqui sobre o garimpo: conforme a discussão do Capítulo 1, meu foco residiu em grande medida na questão das *febres*, justamente os “surto” de que ele fala aí.

dentre outros, se dedicaram a criticar. A pertinência de tais procedimentos me parece inegável – até mesmo porque, como já sabemos, em discursos e *papéis* dos dias de hoje tais visões permanecem sendo difundidas e utilizadas para denegrir o garimpo e os que se dedicam a estas atividades. O que pretendo aqui argumentar é que, no esforço para criar um contraponto a estas visões, a própria idéia de “aventura” parece ter sido marcada com uma carga pejorativa – como se, pela referência a ela, toda uma série de outros termos prontamente fossem acionados: ociosidade, ausência de cálculo, vadiagem... Não por acaso, o próprio Póvoa Neto explicitara, na citação acima, a importância de “ultrapassar o preconceito do garimpeiro como indivíduo irracional, aventureiro...”. Pois me parece que persiste, subjacente a estes esforços críticos e num sem número de trabalhos, a contraposição rígida da aventura ao trabalho. O sentido da primeira estaria assim condicionado ao que nela nega ou desafia o segundo, num movimento que tende a obscurecer o que pode haver de positivo e singular nesta *aventura*.

Uma tensão da mesma ordem se faz presente também em Minayo (1985, p. 59), a respeito dos primeiros trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais, nos anos 40 e 50. A respeito destes últimos, repito aqui um trecho desta obra que já foi apresentado ao leitor no capítulo anterior:

“Muitos se auto-denominam ‘peões de estrada’ referindo-se à sua existência, às vezes obrigatoriamente errante, pelas estradas do estado de Minas, em busca da subsistência. Os relatos dos operários revelam as sinuosidades de suas trajetórias, passando por atividades rurais, empreiteiras de construção de estradas, de hidrelétricas, sub-empregados a troco de comida, empreiteiras de mineração e produção de carvão vegetal. O tom aventureiro das narrativas não esconde a dureza e as dificuldades das condições de vida desses homens frequentemente dormindo ao relento, nas matas, tentando em grupos buscar alguma terra de promessa. A enumeração das atividades que exerceram mostra também que os termos usados para se definir – peões de estrada, pinantes, biscateiros – são intercambiantes, e significam mais etapas de suas vidas que posições no mercado de trabalho”.

Se esta autora ao menos reconhece um “tom aventureiro nas narrativas”, por outro ela parece aliviada por ele não ter obnubilado o que realmente (lhe) interessa, “a dureza e as dificuldades das condições de vida desses homens”.

De acordo com o ponto de vista apresentado no capítulo anterior, a aventura, antes de se opor ao trabalho, a ele está relacionada: a oposição mais significativa e relevante – no que se refere à ‘cosmologia’ que aqui tento descrever – seria antes a que se estabelece entre esse par aventura/trabalho e o universo da casa e da família. Lembremos dos jovens trabalhadores das *firmas* dos dias de hoje – é somente porque eles trabalham que eles podem viver a aventura. E o drama dos ex-garimpeiros mais velhos não se deve ao fato de que eles, agora, “não podem mais andar”? Para a maior parte das pessoas que *saem no mundo*, as duas coisas

– aventura e trabalho – serão vividas na mesma fase da vida, através de imbricações de toda ordem.

Aventura, coragem e valentia

Borges (2003, pp. 59-60), como sempre perspicaz, pressente a *aventura* numa situação onde talvez não esperássemos encontrá-la, ao tentar explicar o “gosto pela mudança” de seus interlocutores, sempre a trocarem de moradia numa cidade-satélite de Brasília: “antes de perderem seu poder de barganha e sua liberdade, pessoas como Márcia vendem seus lotes. Com o dinheiro recebido mergulham em outra aventura, não sem sofrimentos”. E que esta autora trate de uma situação onde o que está em jogo são mulheres mudando de um lote ou barraco para outro, talvez no mesmo setor ou próximos um dos outros, ainda melhor: pois permite-nos perceber que embora o *trecho* seja o universo por excelência das *aventuras*, estas últimas – como tudo o mais que se faz ou passa no *mundo* – não estão restritas a ele. De qualquer forma, num caso como no outro, a *aventura* parece exigir de quem se dispõe a ela uma qualidade: “Para ‘aventurar-se’ é preciso coragem, ter ‘*sangue nos óio*’, como diz Feliciano (trabalhador de carvoaria recém chegado ao Mato Grosso)” (Rumstain 2009, p. 16).

E cabe destacar, assim, que no meu campo presenciei esta qualidade sendo atribuída muito mais a mulheres do que a homens. Coragem atribuída a estas mulheres; que *rodaram* sim por aí, mas certamente menos que eles. Mas elas talvez conheçam os desafios colocados pelo *mundo* como ninguém, por razões já explicitadas no capítulo anterior: pois não aceitaram elas o desafio de *construir* uma família ou uma casa, de manter seus membros e apetrechos juntos, de torná-las *duradouras*, resistentes às crises e aos problemas que sem dúvida surgirão? Mais complicado que deixar-se levar pelo *mundo*, como que a seguir a corrente, é contrapor-se a ela, resistir e confrontá-la. “Ser forte é parar quieto; permanecer” – já nos lembrava o jagunço Riobado do *Grande Sertão*, ele mesmo tão esquivo e fugidio...

Lutadoras, batalhadoras, guerreiras – e valentes. São estes os adjetivos com frequência atribuídos a estas mulheres, o que traz à tona a necessidade de levar em consideração a *valentia* como um atributo não restrito apenas aos *valentões*... O termo *valentia*, de uma forma geral, parece ter padecido de uma triste sorte junto à maior parte dos analistas, quase sempre a explicitar as suas relações com conflitos, violências e a brutalidade do ‘homem sertanejo’. Tais analistas deixam assim em segundo plano (ou simplesmente ignom) o seu sentido em outras situações, onde esta solução ‘truculenta’ não está necessariamente em questão. Certamente não há razão para supor uma descontinuidade entre uma coisa e outra. O temido Sebastião, *valentão* que já havia mandado para o hospital uma

boa meia dúzia de homens feitos, empurrou a filha adolescente de Regina. Sem pensar duas vezes, esta última arrancou o tamanco do pé e se atracou com ele, que pela primeira vez em muito tempo saiu ferido numa briga, a cabeça “quase furada de tantas tamancadas”. Humilhado e ansioso por revanche, este último ameaçou Regina por meses a fio. Assustada, mas sem esmorecer, preparada para um revide que não aconteceu, ela passou a andar com uma tesoura na bolsa – de modo semelhante ao que fazia seu pai, armado e “andando feito um cangaceiro” para se defender de Zé Porfirio e companhia. Uma mulher de meia idade, batendo assim num homem parrudo e agressivo? Nada de muito surpreendente ou misterioso aí, as pessoas sabem que uma mãe que vê os filhos ameaçados “vira bicho”, extraíndo sabe-se lá de onde aquela força e fúria. Não seria esse o instinto de toda *mãe*, cuja *valentia* se assenta antes na necessidade de proteger sua cria (e o que criou, *construiu*) do que na defesa da reputação da família ou do orgulho pessoal? “Cuidado: cão valente” – nos muros de diversas casas de Minaçu, se fazem presentes pinturas ou placas com estes dizeres. Como no caso destes animais, a *valentia* ‘materna’ parece se vincular assim à proteção e defesa da *casa* e da *família*.

A respeito desta mesma *valentia* no universo dos “homens livres da ordem escravocrata”, Carvalho Franco (1997, p. 63) afirma:

“Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la são condições que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se. A *valentia* constitui-se, pois, como o valor maior de suas vidas”.

Tal explicação apela a um sociologismo pouco convincente, recorrendo à menção do que falta – “mundo vazio de coisas e falta de regulamentação” – para explicar essa *valentia*. De acordo com esta lógica, a ausência de relações hierárquicas ou estabilizadas implicaria necessariamente na anomia¹⁴⁶. Além do mais, falar que o *mundo* é vazio de coisas é, do ponto de vista etnográfico, um absurdo: como que por definição, do ponto de vista nativo ele é caracterizado, ao contrário, pela pujança e pelo excesso. Certamente nele não abundam (ou

¹⁴⁶ Cf. Cardoso (2008, p. 80): “Antonio Candido foi o primeiro a chamar a atenção para a indiferenciação social nas comunidades caipiras (...) Tal situação levaria Maria Sylvania de Carvalho Franco a construir argumento engenhoso para explicar o caráter violento da sociabilidade dos homens livres na ordem escravocrata. Segundo ela, a necessidade de relações de suplementação entre pessoas iguais na pobreza em localidades rurais com alta fluidez nômade, onde não se consolidavam “antigas e inquebrantáveis obrigações recíprocas” nem se construíam princípios de autoridade fundados na hierarquia de funções, conduzia à simplificação dos mecanismos de ajustamento inter-humanos com base na *valentia* e na banalização da violência”. Lembremos que a ‘violência sertaneja’ tratada por autores como Marques (2002) e Vilella (2004), no sertão nordestino, envolve não estes “homens livres” e de “alta fluidez nômade”, mas, pelo contrário, a rivalidade entre famílias tradicionais, num contexto onde o que está em jogo são justamente “antigas e inquebrantáveis obrigações recíprocas”.

não abundavam, até pouco tempo atrás) *livros, documentos, leis...* Nele proliferam outras coisas: buracos e vãos, ruínas e trilhas, mistérios e maravilhas...

Não há como não destacar os exageros e estereótipos característicos da visão dos homens *lidos* a respeito deste “homo primitivus migratorious” (Ricardo 1970 apud Velho 1979, p. 143)¹⁴⁷ e do que seria sua violência intrínseca e natural. Garimpeiros, peões, selvagens, negros, homens a-sociais e insolentes a serem civilizados, homens perigosos a serem controlados em “sertões” distantes... Analistas que só se lembram da existência daqueles confins quando conflitos graves emergem, antropólogos que levam demasiado a sério as bravatas e fanfarrônicas de seus interlocutores, jornalistas que se fiam apenas no que seus microfones gravaram... Certamente em algumas das ‘pontas’ deste universo sertanejo a violência é significativa: mas a questão diz respeito justamente a esta visão parcial, que desconsidera toda uma série de aspectos e – é claro – não leva em consideração o que as próprias pessoas ‘acusadas’ têm a dizer a respeito.

A respeito da violência no garimpo, Cleary (1990, p. 60) destaca que,

“mesmo numa fofoca em que o dono tenha perdido a autoridade muito rapidamente, a violência, medida em termos de morte ou ferimento, embora presente, é mais proverbial do que real, e a violência ubíqua nas descrições de garimpos por jornalistas e outros, usualmente não é nada mais que uma construção cultural que vem de pessoas sem experiência direta com garimpeiros”.

Enfim, o que interessa disso tudo é outra coisa: é o esforço para tentar esboçar uma explicação de outra ordem para a *valentia*, para abordá-la sob outro ponto de vista; considerando-a menos sob a ótica de uma “defesa pessoal” imperativa num mundo hobbesiano ou anômico do que sob a perspectiva *aventureira* de quem encara o *mundo*... Concordo com Carvalho Franco (1997, p. 51) quando ela sugere que a *valentia* decorre de um “sistema de valores centrado na coragem pessoal”. Mas a coragem remeteria aí não apenas, ou nem tanto, à necessidade de enfrentar “os riscos de assalto”: mas sim a um requisito daquele que ousa encarar o *mundo* – onde este risco de assalto é somente uma dentre uma infinidade de outras coisas que existe...

A aventura e o que é próprio

*The only thing I knew how to do
Was to keep on keeping on
Like a bird that flew...*
Bob Dylan - Tangled Up In Blue

¹⁴⁷ RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. Livraria José Olympio, 1942.

– Posso trabalhar a vida inteira sem descansar uma hora, que vou morrer sem conseguir – dizia. – Eu preciso de tudo, não tenho nada. Caso houvesse um meio de montar o depósito, ter seu próprio estoque de divisórias, sua própria equipe de instalação, poderia chegar lá. Mas como levantar esse dinheiro? E, à noite, sozinho no apartamento, falava com ele mesmo: – Não tenho garantias para tirar um empréstimo, não tenho imóveis, não vou receber uma herança. Não vou ganhar na loteria. [Ele foi então para o garimpo]

Oswaldo França Jr. – De Garimpo e Amazônia

Nos últimos tempos, as possibilidades para que *maranhenses* como Sirio *rasguem no mundo*, tomando então o rumo dos garimpos, parecem ter se reduzido de forma considerável. Por outro lado, Rumstain (2009, p. 21) indica como, nos últimos dez anos, outros destinos passaram a ser contemplados por estes jovens (em grande medida oriundos dos mesmos municípios deste estado, tanto no caso que considero como no dela). Com cada vez mais frequência, eles passaram a se *aventurar* para os lados do Mato Grosso, onde abundam oportunidades na região das grandes plantações de soja...

“A expressão “se aventurar”, entre os jovens, apareceu mais do que qualquer outra justificativa para a partida do Maranhão para o Mato Grosso. A ‘aventura’ dos mais jovens é simultaneamente um risco, uma aposta, e um desejo. ‘Aventurar-se’ é uma expressão comumente empregada para o destino que, em certa medida, é incerto. É o mesmo que “*levar a vida no peito*”, como ressaltou Gustavo (mecânico da fazenda Muçambinho)”.

A *aventura*, invariavelmente (ou como que por definição), envolve o *risco*, enfrentado por este que está *solto no mundo* e se vê obrigado a enfrentar situações desconhecidas e complicadas, e a delas se *safar*. Daí a importância do jogo de cintura e da *malandragem*, da criatividade, da capacidade de inventar ou descobrir em si mesmo habilidades e recursos até então ignorados, de saber tomar a iniciativa... *Aventurar-se* é enfrentar o *risco*, *levar a vida no peito*, com *sangue nos óio* – como diziam os interlocutores de Rumstain (2009). Para tanto é preciso de coragem, *valentia*¹⁴⁸. Qualidade essa que é necessária também para tornar mais

¹⁴⁸ Para Sarró (2009 p. 503), “la aventura se parece con el sueño porque en éste el protagonista actúa sin pensar mucho em su acción, como si ésta fuera independiente del marco en el que acontece. El soñador avanza y aunque el sueño – como la vida misma – esté lleno de accidentes y de azar, el soñador siempre sigue adelante sin que estos elementos le frenen. Así también el aventurero, según Simmel, vive su aventura con una ‘seguridad sonámbula’, más preocupado por sentir la plenitud de sentido que le está ofreciendo la aventura que en pensar que algún accidente o mala suerte pueda ponerla en riesgo o incluso terminar con ella. Como el jugador, el aventurero se lanza a la suerte, confiando no sólo en su hado, sino también en la fuerza y determinación de que se siente dotado. ‘Siempre en la carretera, siempre adelante’ como me decía hace apenas unas horas Vicente, un angoleño que vive en mi barrio de Lisboa que, según me cuenta, acaba de volver de trabajar en España y se prepara, con el entusiasmo propio de los aventureros, para irse a trabajar a Noruega”. Sobre as relações entre a *aventura* e o sentido do termo *mundo*, ver Nasser (2001, pp. 143-163).

palatável a situação adversa. Pois a *aventura* não é o também o enfrentamento da adversidade com algum prazer ou jovialidade?

Também aí diversos analistas parecem ter tropeçado. Estes últimos estavam certamente bem intencionados, na sua pretensão de explicitar e trazer à tona as condições deploráveis a que são submetidas as pessoas que se *aventuram* no *trecho*. Mas eles criticam e denunciam a exploração por elas sofrida através de um discurso lúgubre que parece não guardar espaço para qualquer alegria; ou, melhor ainda, que não faz justiça à alegria que, em circunstâncias diversas – e de preferência naquelas onde os microfones e gravadores estão ausentes – se insinua nos relatos e perspectivas nativas a este respeito.

É assim que Souza Martins (1998, p. 705) compõem seu lúgubre panorama da “fronteira”, “lugar do estranho e do chegante”, terra por excelência dos *peões*,

“na [sua] maioria submetidos à escravidão por dívida. *Peão* é na região do Araguaia, do Tocantins, em certas partes de Rondônia e do Acre uma palavra quase ofensiva. Designa o homem sem eira nem beira, sem vínculo de família, abandonado, que se sente desobrigado de observar a moral e os bons costumes. É grande o pavor dos posseiros, lavradores, de que suas filhas se casem com alguém assim, mais instável do que eles próprios”.

Nos cabarés (“os prostíbulos sertanejos”), associados por tantos dos meus interlocutores às *festas* e ao prazer, este autor enxerga apenas “a sociabilidade dos sem-família [as *putas* e os *peões*], para onde [os últimos] afluem nos intervalos entre um período de escravização e outro” (Souza Martins 1998, p. 706). Para Figueira (2004, p. 18), o *peão do trecho* é

“o trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das suas antigas relações familiares sem construir novas, trabalhando sucessivamente em diversas fazendas atrelado a um ou diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo. É também chamado de *peão rodado*”.

Reitero que não considero estas colocações como ‘falsas’: se elas me parecem problemáticas, é pelo que há de unilateral aí. Na discussão a respeito da música “Menino da Porteira”, no capítulo anterior, apresentei algo a respeito das ambivalências dos caminhos: eles são “repletos de espinhos”; e, ao mesmo tempo, fascinantes e atraentes. (No próximo capítulo, volto a este ponto). Se a visão destes *peões* a respeito do *sair no mundo* está marcada pela ambivalência, o que tais autores fazem é considerar, em prol de seus propósitos críticos e em detrimento das próprias perspectivas dos envolvidos, apenas “os espinhos” dos caminhos,

sem oferecer espaço para a consideração de seus fascínios e atrativos¹⁴⁹ (as implicações políticas desta postura, no entanto, não são triviais – cf. o item final da conclusão deste trabalho).

Nesta mesma direção, Heilborn et al (2002, p.11) afirmam, a respeito dos jovens das camadas populares, que “o estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo, resultando numa espécie de *presentificação* da vida (...) A idéia de *projetos* cede lugar à de *sonhos*”. Num certo sentido, é mesmo uma “presentificação” o que está em jogo nesta discussão. Mas a contraposição dos “projetos” aos “sonhos”, neste contexto, traz consigo a insinuação de um pessimismo que obscurece o próprio funcionamento das práticas neste “horizonte de oportunidades” de que trato aqui.

Esta “presentificação” parece-me poder ser melhor compreendida se apelamos para a distinção que Certeau (1994, p. 45) propõe entre “tática” e “estratégia”. Este autor argumenta que a estratégia requer “um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”¹⁵⁰. Afirmativa um tanto quanto sugestiva se temos em mente o significado de coisas como um “negócio próprio”, uma “casa própria”, uma “terra própria”, e que se presta bem para pensar o sentido dos esforços daqueles que tanto *lutam* para obter tais coisas. Aquele *construir* verbo intransitivo mencionado no capítulo anterior remete justamente a tais esforços: diante da instabilidade e confusão do mundo, *construir* é delimitar algo que possua alguma *estabilidade*: algo que é ao mesmo tempo *durável* e relativamente protegido ou resguardado, ‘duro’ ou firme o suficiente para fazer frente às vicissitudes e ameaças do ‘exterior’.

¹⁴⁹ A esse respeito, parece-me bastante sugestiva a análise que Lima (1998, p. 75) faz da *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (narrativa das viagens de um português no século XVI que grande sucesso fez na Europa de então; no próximo capítulo volto a tratar deste livro, contraponto interessante para o meu caso). Lima destaca então o sentido ‘dialógico’ do “sofrimento” no relato deste aventureiro: “Essa impressão de ser levado ou de estar indo contra a sua vontade atravessa a narrativa, e se constitui num dos mais eficazes dispositivos retóricos da *Peregrinação*, que funciona como uma maneira de aliciar o leitor desprevenido, levando-o a ver sofrimento e desventura nas errâncias daquele ‘sofrido’ *pobre de mim* onde, muitas e muitas vezes, há prazer e pura aventura”. Agradeço a João de Pina Cabral pela sugestão desta leitura.

¹⁵⁰ Parece-me que estamos próximos aqui ao que Palmeira (2002, p. 176) vai chamar de “acumulação”, remetendo à possibilidade da transposição e amontoamento da “força” de um *tempo* (um contexto) para outro. “Se as formulações que avançamos têm alguma consistência, elas podem ajudar a pensar as dificuldades de ‘acumulação’ para os que estão ‘embaixo’. A visão não-orgânica da estrutura social e, mais que isso, a sua visão em termos de adequação a tempos relativamente estanques, representam um obstáculo maior para que aqueles que não dispõem de força ou que dispõem de alguma força em tempo determinado (como, por exemplo, trabalhadores no tempo da greve) transponham essa força para outros tempos (por exemplo, trabalhadores no tempo da política)”.

Tais idéias se prestam bastante bem para comparações – mas, no caso, tenho em mente justamente as comparações que meus interlocutores realizavam contrapondo sua própria situação à dessa “classe média” à qual eu, segundo eles, pertencço. Pois uma pessoa como eu desfruta de uma família *estável*, que pode me ajudar quando eu preciso; tenho também todo o meu estudo, acumulado após tantos anos e pra sempre de minha ‘propriedade’ – pois quem poderia tirá-lo de mim? Além do mais, eu moro numa casa que havia pertencido aos meus avós, de quem eu a havia herdado...

Boa parte das pessoas que conheci tanto *lutam* porque almejam coisas *duradouras* e *próprias* como estas – ou seja, não as possuem ainda. Elas são constantemente obrigadas, portanto, a *correr atrás* delas, sem o recurso a outras coisas que não suas próprias habilidades e uma ou outra eventual *ajuda*. Mas num contexto de mobilidade intensa, a própria possibilidade de ‘acúmulo’ referente à “gestão das relações” (Certeau 1994, p. 45) com estes potenciais ofertantes de *ajuda* é restrita. Como mostrei no capítulo 2, as desconfianças perante as modalidades tradicionais ou mais duradouras de patronagem é um traço característico de boa parte destas pessoas (ajudando a explicar, também, a própria intensidade da mobilidade).

É nesse sentido que a noção de tática de Certeau (1994, pp. 46-47) parece-me interessante para pensar as formas de agir destes que se encontram *soltos* ou *perdidos no mundo*; no limite, *rodados*... Aquele que lança mão da tática, segundo este autor:

“não dispõe de base para capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (...) A tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco [aquele cuja ação é de forma predominante a tática] deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’”.

Não estamos distantes, assim, daquela ‘disposição’ que torna possível – segundo a discussão do capítulo 2 – o *sair no liso*. Os rapazes aí citados estavam sempre alertas para oportunidades que podiam surgir aqui ou ali, apelando para sua agilidade e versatilidade para se aproveitar do que esta ou aquela ocasião poderia lhes oferecer. E por isso também eles se precavam diante de amarras e *laços*, de vínculos duradouros que limitassem sua mobilidade ou lhes tornasse mais difícil *vazar*. Calculadamente ou não, eles pareciam fazer da necessidade virtude: já que não têm muito, zelam por sua leveza e desembaraço enquanto expedientes preciosos que têm à sua disposição.

Assim, para aqueles “que não têm nada”, resta o recurso à única coisa que lhes sobra: o *próprio* suor, a *própria* coragem, a *própria* disposição. Estamos diante de uma contradição?

De forma alguma: pois estas últimas coisas não são algo dado ou natural. Pois elas são também o produto de esforços, como algo adquirido através de uma singular educação: aquela oferecida pelo *mundo*... Como indiquei no capítulo anterior, ninguém *sai* no *trecho* sem antes ter experimentado, em alguma medida, o *mundo*. Desde a mais tenra infância, as crianças travam contato com ele, com frequência no seio de sua própria casa.

A esse respeito, Rumstain (2009, p.182) comenta, a propósito dos maranhenses com quem ela conviveu nas plantações de soja:

“O que se pode observar, por fim, é que a decisão de ir para o Mato Grosso não é motivada por questões de ‘necessidades básicas’ pura e simplesmente, mas por motivações das mais variadas ordens, seja em função da idade ou do tipo de trabalho e de vida que se tem no Maranhão, seja das ‘conquistas’ e do próprio ‘retorno’ que os distingue da maioria das pessoas em suas respectivas cidades¹⁵¹”.

Digamos assim, a partir de Rumstain (2009) que aquilo que é uma “conquista” é justamente o que é *próprio*. Seus interlocutores destacam a importância de viajar para “conquistar” o “próprio dinheiro” (p. 182), assegurando a possibilidade de obterem um “negócio próprio” (p. 86), “terras próprias” (p. 80), a “roça própria” (p. 96), a “casa própria” (p. 126). Eles querem ter sua “própria vida” (p. 90), serem “donos de si” (p. 81)¹⁵². Por outro lado, como esta mesma autora faz questão de destacar inúmeras vezes, não são apenas “propriedades” (ou seja, bens materiais) o que estas pessoas buscam “conquistar” ou “ganhar”.

“Euclides comenta, a despeito das idas e vindas do irmão, que ele mesmo nunca tinha viajado: ‘*nunca andei, tenho que ganhar experiência*’. (21 anos ele) Embora tenha deixado a esposa e um filho de três meses no Maranhão, Euclides não comenta nada sobre ‘juntar dinheiro’ como objetivo da viagem, apenas diz ‘*já tenho 21 e nunca andei... tava na hora*’” (p. 95, grifos da autora)

Num outro registro, Wendersson nos contava no capítulo 3 algo sobre os “peões do trecho”, por ele denominados de *trecheiros*:

O *trecheiro*, diferente do cara que é ribeirinho, que é sonso, que é medroso, o *trecheiro* é *corrido*. Sabe todas as malandragens, é um carioca, é um cara que aprende as coisas na malandragem. Você sabe o que é aprender com a malandragem? É aprender com a *vida*, moço.

¹⁵¹ Cf. Rumstain (2009, p. 86): “A idéia de uma saída ‘sem precisão’, nos termos nativos, é foco de todas as entrevistas ou conversas com os trabalhadores”.

¹⁵² “Entre os solteiros e jovens os deslocamentos são motivados, especialmente, pela compra da moto. A viagem muitas vezes representa uma ‘nova experiência’, trata-se de uma oportunidade de ganhar o próprio dinheiro pela primeira vez, diferentemente do orçamento familiar compartilhado: ter mil reais que sejam seus é de fato algo novo para os jovens que até então viviam com suas famílias” (Rumstain 2009, p. 182)

Ganhar experiência, aprender na malandragem e na aventura, aprender com a vida... Seja no universo considerado por Rumstain (2009) ou naquele com que me ocupo, são bastante frequentes às menções ao fato de que “o trecho ensina”¹⁵³. Sondando meus colegas de hotel em Minaçu, por diversas vezes perguntei-lhes se para conseguirem suas *profissões* – algo que também lhes é *próprio* – eles haviam feito algum *curso*. Uns respondiam que sim, outros que não: “aprendi na prática”. Num caso como no outro, a persistência da oposição entre “teoria” (ou seja, o aprendizado obtido no *curso*) e “prática” explicita o significado da expressão “escola da vida”, assim como a oposição (e complementariedade) entre a *escola* e a *vida*¹⁵⁴.

Nesse sentido, a própria distinção entre estratégia e tática é relativizada. Pois mesmo aquele que está *rodado* ou o que não tem nada possuem sim algo de *próprio*: eles têm a si mesmos enquanto espaços de “acumulação” (Palmeira 2002, p. 176) do aprendizado da *vida*. Pois é a *vida* – um outro nome para o *mundo*, conforme vimos no capítulo anterior – o que

¹⁵³ “O gerente da fazenda Santo Antônio Pinhal diz que, tudo o que sabe, aprendeu com a prática ‘o trecho ensina (...) não sabia fazer nada, aí fui trabalhar nas máquinas e hoje sei tudo’”(Rumstain 2009, p. 109).

¹⁵⁴ Numa pesquisa realizada na internet, uma das duas únicas referências ao “antes corrido que lido” (ou a suas variações) que encontrei evocam justamente uma das histórias de Pedro Malazarte. Trata-se do discurso de um ‘intelectual’ de Uruaçu – cidade vizinha à Minaçu, lembremo-nos – na inauguração de uma biblioteca, onde ele destaca a importância da complementaridade dos saberes dos “lidos” e dos “corridos”. “Na roça, a divisão era dada na diferença entre o *lido* e o *corrido*. Gostaria de finalizar com esta estória, que faz parte dos causos de Pedro Malazarte. Dois pais, um rico e um pobre, fizeram uma aposta: os dois soltariam os filhos no mundo, com apenas um cavalo arreado. Depois de um ano, eles retornariam para a casa do pai, para ver quem tinha educado melhor os filhos. O filho do rico havia estudado no estrangeiro enquanto o filho do pobre mal sabia ler e escrever. O cavalo do rico era magnífico; a mula do pobre mal se garantia em pé. E eles ganharam o mundo. Depois de um ano, os pais esperavam seus filhos à porta. Para espanto dos dois, o filho do pobre chegou com uma mulher muito bonita, acompanhado por uma comitiva riquíssima. E o riquinho, acompanhado do seu cavalo, chegou muito magro, todo sujo, com roupas maltrapilhas e a barba descuidada. O que aconteceu? Perguntou-se então. O filho do homem pobre contou que, depois de um mês, chegou à fazenda da mulher que o acompanhava, a qual lhe ofereceu um grande banquete, apagou a luz e disse: — Agora pule no que tem de melhor na mesa. Ele pulou na bela mulher. Ela, muito satisfeita, casou com ele. Levando-o para passear na fazenda, ele viu um quarto fechado e solicitou a mulher o direito de ver o que havia naquele cômodo. E ele surpreendeu-se com o que encontrou ali: seu companheiro de jornada, que tinha na mão um prato de repolho. A mulher relatou que ele havia passado pelo mesmo teste, mas que havia escolhido o prato de repolho. Moral da estória: mais vale ser corrido que lido”. (Arantes Jr, 2007). Não tive condições de examinar o texto famoso em que Roberto Da Matta analisa esta figura, o que fica para o futuro: mas desconfio, a julgar pelo que conheço de outros de seus trabalhos, que nossas leituras apresentarão divergências significativas. Para Velho (1979, p. 236), as histórias de Pedro Malazarte aparecem como “como uma espécie de compensação ideológica à repressão da força de trabalho, ao autoritarismo e à estrutura da patronagem”. Ao que me parece, antes de funcionar apenas como uma “fonte de gratificação no terreno da fantasia ao oferecer a todo homem a idéia de que ele poderia optar por ser um marginal”, esta figura exprime valores e estratégias (ou melhor, “táticas”) centrais e efetivamente atuais nestes universos ‘sertanejos’ em que ela se faz presente. A própria idéia de “marginalidade” remete assim a um ponto de vista externo – e invariavelmente etnocêntrico – a estes universos.

fornece para o *corrido* aqueles saberes que são por eles tantas vezes comparados aos que a *escola* propicia aos *lidos*. Num caso como no outro, estamos diante da constituição daquele “lugar capaz de ser circunscrito como próprio”, e da conseqüente possibilidade de um acúmulo ou de um amontoamento, de uma “base para capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias” (Certeau 1994, p. 45). Não é justamente isso que define o que é *próprio*, do que usufrui de alguma estabilidade perante o turbilhão que é o *mundo*? Por um lado, pode-se adquirir conhecimentos, freqüentar os bancos escolares por muito, ler livros e mais livros. (“Como é que você não fica maluco, André? Sua cabeça não dói?¹⁵⁵”). Por outro, pode-se *andar* pra cima e pra baixo, rodar o *trecho* para conhecer a *realidade* – mais um nome do *mundo* – e “ganhar experiência”, *aventurando-se* e enfrentando dificuldades de peito aberto, para ficar malandro, esperto, duro, corajoso, *vivido*.

A distinção entre estratégia e tática pode ser sim relativizada – mas não inteiramente descartada. Pois são estes mesmos *corridos* que vão insistir na importância de buscar – para além do que ‘acumulam’ em si mesmos – outras coisas que sejam *próprias*. Só através destas últimas, afinal de contas, é possível um distanciamento relativo do *mundo*, só através delas é possível obter algum *sossego* ou *tranqüilidade*.

A aventura e as coisas vistas no mundo

*Ave, vi de tudo, neste mundo! Já vi até cavalo com soluço... – o que é
a coisa mais custosa que há.*
Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

*On the long plain
See the rider in the night
See the chieftain
See the braves in cool moonlight
Neil Young – I’m The Ocean*

Comentei, no capítulo anterior, que um dos grandes atrativos do *trecho* reside na possibilidade de vivenciar experiências únicas, que serão lembradas e narradas ao longo de toda a vida. De maneira mais precisa, o caráter excepcional destas experiências é

¹⁵⁵ Cf. Duarte (1986, p. 156): “A capacidade mental aparece aqui sob o prisma não da carência mas do excesso ou da falta de equilíbrio. É comum, aliás, que essa representação seja acionada para explicar a *loucura* de membros das classes superiores com que se veja eventualmente às voltas ou de que tenham notícia, através da explicação de que foi *estudo demais*”.

emblematicamente expresso pelos relatos daquilo que se *viu*, de coisas inusitadas e singulares...

Aquelas praias, aquele monte de gente, mulheres e homens de tudo quanto é nação, uma confusão só...

Foi lá para os lados do Mato Grosso que eu vi aquela montanha imensa, uma montanha daquele tamanho na forma de uma caveira, aquilo não dava boa sensação na gente não!

Pois é só no Pará que você encontra um pau ocado como aquele. Uma coisa daquele tamanho, nunca tinha visto igual! Cabia 6, 7, 8 homens lá dentro. Isso eu vi, não é história dos outros, eu mesmo andei lá dentro.

Seu Diamantino – como não? – também tem muito a contar sobre as coisas com que se deparou nas suas *andanças* e viagens: aquele buraco no chão, onde até mesmo após o fim da escravidão os africanos eram enfiados, para puxar pedras; os negros rodando engenho como se fossem bois; o pau agigantado onde ele entrou e tocou berrante lá dentro; o temido e vasto exército de garimpeiros e jagunços liderado por Jáder Barbalho, no Pará; aquele bicho estranho e desconhecido, parecido com uma anta mas não era uma anta não!, fugido da Amazônia e a zanzar em Goiás (e que tanto medo e assombro causa na sua filha até hoje, conforme o que ela mesma me confessou); o Palácio do Governo em Goiânia, para onde ele foi pedir socorro a Ari Valadão; aquelas terras do oeste baiano onde, por três dias inteiros, cavalgava-se no topo das montanhas; o mundo visto lá de cima, bois rosa, rios e serras, entroncamentos, linhas de trem, gente de todo raça e nação, cidades pequenas e grandes, imensas fazendas no Mato Grosso...

Estes eventos ou coisas presentes nestas histórias são frequentemente apresentados como *provas* de que quem as narra efetivamente *correu mundo*, ou *rodou o trecho*: “vai lá, que você vai ver com seus próprios olhos!”. Além disso, a própria singularidade que marca estes eventos e coisas, assim como o privilégio concedido ao relato do que é extraordinário ou pouco convencional, tudo isso é mais do que um mero ornamento da narrativa: pois a excepcionalidade destes elementos parece evocar a vastidão e mistério do *mundo* como espaço do inesperado ou do não conhecido. Estaríamos diante assim de mais um movimento metonímico: o *mundo* seria evocado pelas suas ‘pontas’ ou seus ‘extremos’, pelas situações onde as forças que o constituem são levadas ao paroxismo. Não só no que se refere ao inusitado ou ao exótico, é claro; mas também aos apogeus da crueldade, da violência, da boa ou má sorte... As coisas vistas e vividas, narradas nestes seus extremos e paroxismos, parecem assim contribuir para assegurar a continuidade metonímica entre o relato e o próprio *mundo* – este último não se define também pela intensidade e radicalidade de suas forças?

As coisas e acontecimentos do *mundo marcam* as pessoas, operam transformações nelas, ‘constroem-nas socialmente’ – mas talvez seja melhor falar aqui em construção *mundana* da pessoa... Alguém que se submeteu a estas experiências por um tempo ou por uma intensidade suficientemente grandes é alguém *vivido*. E que, certa e conseqüentemente, tem algo para falar, alguma história para contar.

PARTE 2 – OS LIDOS

2.1 Pesquisadores e Detetives

Gente que faz pesquisa

*Aí, a gente se ajustou no meio do pessoal daquele doutor, que estava na mineração...
Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas*

Tão logo desembarquei em Minaçu pela primeira vez, um rapaz – como eu esperando sua bagagem ser retirada do ônibus – puxou papo. Ele quis saber de onde eu era, e logo me perguntou para qual *firma* eu trabalhava. Ao longo deste mesmo dia, troquei algumas palavras com outras pessoas no hotel onde estava hospedado, nas lojas em que entrei, nos restaurantes e lanchonetes em que comi e bebi. Ansioso por travar contatos no que já era então o “meu campo”, certamente eu procurava me mostrar sociável e disposto a conversar. E o mesmo se poderia dizer dos meus interlocutores. Para todos eles, estava evidente que eu era um forasteiro recém-chegado à cidade. Sempre muito simpáticas, estas pessoas com quem conversei neste dia pareciam-me acima de tudo preocupadas em dar as boas vindas a alguém de fora que chegava, às vezes afirmando explicitamente isso. E invariavelmente surgiam as mesmas perguntas que me foram endereçadas naquela manhã pelo meu companheiro de viagem: “De onde você é? Para qual *firma* você trabalha?”. Preocupado em deixar claras as minhas intenções, respondia que era de uma universidade do Rio de Janeiro, e que estava ali “para fazer uma pesquisa”. De fato, essa foi uma espécie de resposta padrão, que ao longo de todo o meu trabalho de campo eu dei para aqueles com quem eu conversava pela primeira vez. Em inúmeras das vezes em que este tipo de diálogo ocorreu, eu percebia facilmente que minha resposta provocava uma reação positiva no meu interlocutor. Imaginava que isso se devia ao fato de eu ter mencionado termos como “universidade” e “Rio de Janeiro”, considerados conjunta ou separadamente.

Foi só muito tempo depois, já prestes a terminar o trabalho de campo, que me dei conta de que durante todo aquele tempo a minha preocupação em deixar claros os meus objetivos pode ter contribuído, ao contrário do planejado, para gerar algumas confusões a respeito de quem eu era. Em diversas situações, por mais que eu deixasse claro que eu não

estava vinculado a nenhuma *firma*, e sim à “universidade”, parecia-me que as pessoas não estavam inteiramente convencidas disso. Pois a despeito da minha insistência, algumas delas persistiam fazendo alusões à *firma* em que eu supostamente trabalhava, querendo saber mais detalhes sobre o que eu fazia, como era minha vida... O fato de eu *trabalhar* para a universidade certamente pode ter contribuído para estas confusões. Hoje, o que me parece importante destacar é que um dos termos que eu usava na minha ‘resposta padrão’ – *pesquisa* – possuía outros sentidos para as pessoas de Minaçu. E mais do que isso: este termo se articulava a um tópico cuja importância para os moradores da cidade, durante o período em que lá estive, era inegável.

O termo *pesquisa* certamente pode ser usado, em Minaçu, para descrever atividades tais quais as que eu realizava lá: na biblioteca da cidade, o material que eu ia às vezes examinar (um conjunto de pastas reunindo reportagens e documentos os mais diversos sobre as barragens e a história da cidade) era com frequência utilizado também pelas crianças e adolescentes que tinham que fazer uma *pesquisa* sobre estes temas para a escola.

Mas se o termo era ambíguo quando proferido da minha boca, era também porque eu era uma pessoa “de fora”. E não qualquer pessoa de fora; mas uma que era *estudada* ou *lida*, que vinha de um grande centro, que era branca e aparentava ter dinheiro, e que ficava em um hotel. Neste mesmo hotel em que me hospedei, nos meus primeiros dias em Minaçu tive a companhia de uma equipe de outras pessoas que, apresentando todas estas características, estavam também fazendo *pesquisa*: mas elas faziam “pesquisa mineral”. Portando laptops, câmeras fotográficas e outras bugigangas eletrônicas; sempre se emplastando de filtro solar, e protegendo com chapéus e bonés a pele clara do abrasador sol daquela cidade; vestidos com calças, bermudas ou coletes repletos de bolsos sempre entulhados; calçando tênis ou botas confortáveis e adequados para longas caminhadas; nunca deixando para trás suas pochetes e mochilas impermeáveis; constantemente carregando e analisando papéis, livros, mapas – assim realizavam eles seu trabalho, assim também eu fazia o meu¹⁵⁶.

À medida que fui conhecendo melhor a vida na cidade, descobri então que pessoas como essas (como eu, portanto) não eram raras por ali. E isso certamente ajuda a entender porque, para muitos, eu fui classificado como sendo um destes. Isso parece dar conta também de um tipo de questão que me era endereçada quando eu explicava quem era, e que por muito

¹⁵⁶ Certamente não há uma rele coincidência aí. Sobre a relação histórica e os vínculos que associam o trabalho de campo na geologia e na antropologia, ver Kuklick (1997). Sobre a inserção do antropólogo no interior de fluxos que são objetos de reflexão dos nativos – e que iluminam, para o próprio antropólogo, alguns dos sentidos do seu trabalho – ver a discussão de Clifford (1997) sobre a pesquisa de Anna Tsing.

tempo não fez sentido para mim. Ao dizer que fazia pesquisa na universidade, alguns me perguntavam então: “pesquisa de quê?”. Estes últimos provavelmente esperavam que eu explicitasse então o tipo de minério que interessava a mim e àqueles que me pagavam, e que eu respondesse que fazia pesquisa “de ouro” ou “de cassiterita”, por exemplo – a pesquisa mineral é chamada ali também de “pesquisa de pedras”.

Nunca soube exatamente o que pesquisavam aqueles que estavam no meu hotel. Sei que eles trabalhavam para uma consultoria mineral sediada em Goiânia – conforme os comentários que ouvi a seu respeito, atestados pelas inscrições presentes em alguns de seus apetrechos e veículos. Eles pouco ou nada interagiam com os outros hóspedes – eu incluído entre estes últimos. Mas eles não deixavam de manifestar interesse, como veremos a seguir, por alguns dos moradores da cidade.

Algum tempo depois, passei a me perguntar se o que a princípio me parecia um ‘equivoco’ envolvendo minha pessoa e minhas intenções não podia ser encarado de outra forma. Como comentei acima, durante meu terceiro trabalho de campo meu pai foi me visitar, tendo também a intenção de fazer um registro fotográfico de Minaçu. Foi aí que me dei conta da importância de algo que eu havia deixado em segundo plano, e que já destaquei na introdução deste trabalho: ele é engenheiro geólogo e por anos foi professor da Escola de Minas de Ouro Preto (o ex-prefeito da cidade, um engenheiro da SAMA, foi inclusive seu aluno, como descobrimos depois).

E mais do que isso: nos anos 70, pouco antes da descoberta da cassiterita de Serra Branca, ele havia estado em Minaçu fazendo “pesquisa de minérios”. Depois que meu pai esteve lá, desconfio que se tornou ainda mais complicado dissociar minha própria imagem das destes geólogos. Como convencer alguns dos meus informantes de que eu não estava relacionado intimamente a estas atividades, se este homem que se parecia comigo e que eu lhes apresentava como sendo “meu pai”, estava o tempo inteiro fazendo referência a minérios e mineradoras? Pois meu pai estava sempre relatando suas experiências nos garimpos de todo o país ou conversando com as pessoas sobre as formas de localizar um veio ou uma pedra preciosa – tópicos que interessavam imensamente a eles todos, e que muitas vezes se desenrolavam em conversas nas quais eu era um mero ouvinte, a penar para compreender o que se discutia ali.

Há, além disso, outra razão para que a atenção dos habitantes da cidade se concentre sobre estas pessoas que fazem “pesquisa de pedras”. É que – como todos na cidade estão

cansados de saber – o trabalho de *pesquisa* pode anunciar a chegada de uma grande mineradora. “Pois é, as pessoas dizem que a Vale está *chegando!*”¹⁵⁷

Já nos meus primeiros dias fiquei sabendo destes *boatos*. Acordei e fui tomar café, e logo fui abordado pelo dono do hotel. “Você é do Rio, não é isso? É de alguma *firma?*”. E sem muita delonga, ele logo se pôs a falar sobre a cidade e sobre as expectativas que nutria a respeito do futuro dela, e dos bons negócios que planejava fazer ali...

E nós já temos aqui as três usinas – que estão prontas mas ainda geram emprego, e vão gerar mais. Agora mesmo, por esses dias, estou recebendo aqui no hotel um pessoal que vai construir uma subestação de Cana Brava. E vão acontecer mais obras, o pessoal de Serra da Mesa também tem seus projetos... Sem contar o turismo. Você já viu a nossa Praia do Sol, na beira do lago, que lugar mais lindo? Isso aqui daqui a pouco vai encher de gente. Aqui as coisas vão melhorar ainda mais, pode esperar pra ver! E você sabe que mais? A Vale está vindo aí... Ela está investindo em tudo quanto é canto, aqui perto mesmo já tem coisas começando a serem feitas, em Uruaçu e Niquelândia. Está vendo a SAMA, logo ali adiante? Pois a Vale vai também ajudar a exportar esse amianto para o mundo inteiro. E aí vai surgir muito emprego, como já começou a aparecer lá pra baixo, em Niquelândia. A Vale está vindo aí...

Mesmo recém-chegado na cidade, não tive muita dificuldade em perceber que estava diante de um discurso bastante otimista, de um pequeno empresário preocupado com o desenvolvimento da cidade e conseqüentemente com o sucesso dos seus negócios. Ainda mais porque sua fala estava direcionada para alguém que vinha de fora e que não conhecia Minaçu, não deveria ele enaltecer – exagerando um pouco, talvez (na verdade, bastante) – as qualidades e pontos altos daquele local? Quem sabe não estaria ele assim contribuindo para a atração de mais investimentos para a cidade? Não demorou muito tempo, porém, para que eu constatasse que tamanho entusiasmo parecia mesmo se justificar apenas nas peculiares circunstâncias delineadas por esta conversa. (Um ano e meio depois, de fato, a própria situação deste senhor havia se deteriorado: se na época daquela conversa ele possuía dois hotéis, agora mantinha aberto apenas um, aquele em que eu me hospedava. Mas continuava expressando, na conversa comigo, alguma confiança de que as coisas iriam melhorar, a Vale ainda estava para *chegar*...)

De qualquer forma, passei com o tempo a me acostumar às discussões a respeito dessa vinda, nos mais variados espaços e grupos da cidade. A convicção a respeito da *chegada* desta empresa, tal qual aquela demonstrada pelo dono do hotel, certamente não era a regra. Para

¹⁵⁷Cf. Galli (2007 p. 63): “O bom desempenho [da economia mineral de Goiás na década de 2000] motivou vários grupos que atuam no setor e que tinham virado as costas para a exploração mineral em terras goianas. Voltaram com mala e cuia. Em 2004, somente a poderosa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) requereu ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Goiás, mais de 200 alvarás, para proferir mergulhos no subsolo goiano”.

muitos, aquilo ainda se tratava de um *boato*. Para outros, o processo que culminaria com a instalação da empresa era lento e apenas dava seus primeiros passos – alguma paciência seria necessária. Mas não encontrei ninguém que descartasse em absoluto esta possibilidade. Pois não havia sido o prefeito mesmo quem afirmara tal coisa, há pouco tempo atrás? E ele não confirmara isso numa entrevista ao Diário do Norte?

Alberico, sempre a mapear as informações e indícios a este respeito (prática que certamente não era privilégio seu) me explicava que, àquela altura dos acontecimentos, nem dava mesmo para saber qual a “pedra” que esta empresa iria explorar.

Nessa fase de pesquisa, com essas firminhas que estão pesquisando para a Vale, não dá pra ter certeza de nada. Pode ser cobre, pode ser mica... Porque essa é uma região muito rica em minério, você sabe bem disso! O nome da cidade vem justamente daí, por causa da quantidade de minas que existem aqui. Aqui já teve a Serra Branca [onde se explorava a cassiterita], teve o ouro, tem o amianto, o cristal, estas pedras e minérios todos.

O que todos sabem, assim, é que há riquezas na região. Muita riqueza... E não há tanta coisa debaixo d’água, sob o lago das barragens? Também a esse respeito os *boatos* proliferavam. Havia os que diziam que não se pode subestimar o que uma *firma* como a Vale é capaz de conseguir – vai que ela consegue arrumar um jeito, uma “tecnologia” para explorar o que está submerso, contornando ao mesmo tempo as proibições do IBAMA?

O detetive mundial

...mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel...
Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas

Sobrevir, Verbo Intransitivo

1. *Vir sobre ou depois de alguma coisa; vir ou ocorrer em seguida ou depois*
2. *Chegar ou suceder inopinadamente*

Dicionário Aurélio

Seu Diamantino me conta o que pensa e sabe a meu respeito:

Ah, não adianta me enganar. Desde as primeiras vezes que te vi aqui na secretaria eu soube de fato quem você era. Eu dizia pra todo mundo: ‘Aquele lá, sabe o que ele é? É um *detetive*, um detetive mundial. Um detetive mundial é uma pessoa que *anda*, daquele jeito dele, calado, e *chega*. *Chega* num lugar, *pousa* num hotel, vê os outros palestrarem. E depois ele *toca* daqui e vai pra Bahia, e da Bahia vai pro Piauí, do Piauí pro Ceará, do Ceará pro Maranhão, daí pro Amazonas... Sempre observando as coisas. O que ele vê ele bate uma foto. E mesmo quando ele não pode bater a foto ele guarda a *palestra* do povo... E está *provado*!’

Identificando-me como um “detetive mundial”, Seu Diamantino afirmava para outros freqüentadores da secretaria que eu era “de fora”. Mas o sentido deste “fora” tem que ser

precisado, o que a fala do próprio Seu Diamantino se encarrega de fazer. Eu não era simplesmente alguém de fora da cidade, um forasteiro no sentido trivial do termo. De alguma maneira, e de acordo com esta acepção vulgar, praticamente todos os adultos naquela cidade são ‘forasteiros’, em função do próprio fato de Minaçu ter surgido há não mais do que algumas décadas, povoando-se a partir de ‘migrantes’ vindo de diversos cantos – gente que, além de tudo, está mais do que habituada a deslocar-se pelo país e a mudar constantemente de residência.

De acordo com seu Diamantino, eu não era “dali”: era de São Paulo, ou do Rio de Janeiro... Eu era de um destes grandes centros, justamente daqueles lugares de onde vêm estes “detetives”. O próprio sentido do que poderia ser esse “ali” é sugerido por ele ao enumerar os locais para onde estes detetives se dirigem: aquele mesmo norte de Goiás, a Bahia, o Maranhão, o Pará, o Piauí, o Ceará... São estas, por sinal, justamente as regiões da qual se originavam, e pelas quais circulavam primordialmente, aquelas pessoas que conheci em Minaçu. São elas que constituem, de acordo com uma regionalização comum entre essas pessoas – remetendo a uma forma de classificação do território brasileiro no passado mais difundida – “o Norte”. Naturalmente, esta regionalização particular, em que este “Norte” se opõe ao “Sul” de onde eu vinha, coexistia com diversas outras. O que me interessa destacar aqui é como, seja no que se refere ao que pensava Seu Diamantino ou à maneira como eu era encarado na cidade, a distinção estabelecida entre essas regiões – ou entre o “ser dali” e o “ser de fora” – amparava e explicitava uma distinção mais fundamental, relativa às expectativas e noções a respeito do tipo de relação que se estabelecia entre os habitantes de uma área e outra.

Nesse sentido, fica claro como se associam as idéias do “fazer pesquisa” e do “detetive”: detetives, afinal de contas, são por definição pessoas que se dispõem a descobrir algo de que não sabem, e para isso pesquisam. Velho (2007a, p. 109, grifos do autor) já havia notado, num contexto semelhante, como estes *pesquisadores* despertam curiosidade e suspeitas (delas tratarei mais à frente).

“Uma das figuras mais acionadas no contexto da desconfiança [“ontológica” que, segundo este autor, é uma postura característica dos camponeses da frente de expansão] é *derivada* da Besta-fera – trata-se do seu *enviado*. Vimos pessoalmente, em momentos e lugares diferentes, como até mesmo o pesquisador pode ser tomado como *enviado da Besta-fera*: seja o antropólogo, seja, por exemplo, um entrevistador do ENDEF (Estudo Nacional de Despesas Familiares – Fundação IBGE). Em ambos os casos, foi acentuado pelos informantes o fato de o pesquisador vir de fora, instalar-se no local e fazer perguntas”.

O amigo de Aparecida

Fui visitar Aparecida em sua casa, e tão logo cheguei lá ela me disse que tinha uma novidade. “Pois é, fique sabendo que eu arrumei outro *amigo*...”. De pronto entendi o que ela queria me dizer. Nos últimos dias, havíamos tido algumas discussões, uma ou outra delas bem acalorada. Aparecida se sentia contrariada com as minhas visitas freqüentes à casa de Regina, não muito longe dali. Eu, por outro lado, argumentava que o fato de gostar de Regina e de sua família, e de ir visitá-los, não queria dizer que eu gostava menos dela, ou que nossa amizade estivesse abalada. Ao ouvi-la comentando que arrumara “outro *amigo*”, supus – acertadamente, me parece – que ela estava querendo fazer ciúmes em mim (no que foi, é preciso confessar, bem sucedida). Ela ampliava assim suas próprias “amizades”, da mesma forma que lhe parecia que eu estava fazendo.

Eu já estava familiarizado com Aparecida o suficiente para saber que ela era, sem sombra de dúvida, uma das pessoas mais conhecidas da cidade. Sempre zanzando por Minaçu, puxando papo, abordando as pessoas, externando seus pontos de vista com brutal sinceridade e frases de efeito, ela não passava despercebida, e era querida por um sem número de pessoas por toda a cidade. Como vim a descobrir com o tempo, até mesmo os políticos e os *grandes* de Minaçu tinham conhecimento de quem ela era. Ainda assim, eu sabia que seu círculo de relações incluía poucas pessoas que realmente mereciam sua atenção e carinho: sua filha, alguns dos irmãos, um ou outro sobrinho ou cunhado; e, é claro, seus *amigos*.

Já desconfiado das restritas condições necessárias para que ela concedesse a alguém o privilégio de ser considerado assim, não pude deixar de me sentir curioso sobre quem seria este novo *amigo*. Nesse dia, tudo o que consegui descobrir foi que ele era um *gaúcho*. Numa outra ocasião, com ela um pouco menos irritada comigo, fiquei sabendo de detalhes.

Eu estava passando lá na Avenida Maranhão, aí um homem me apontou e disse: ‘aquela ali trabalhou no garimpo, ela pode te ajudar’. Ele disse isso pro *gaúcho*, que estava acompanhado de uma mulher linda... Aí a gente começou a conversar, eu e estes dois, e ele me perguntou se eu conhecia o garimpo do Pela Ema, se eu sabia chegar lá. Mas é claro que sei! Esses dois, o *gaúcho* e a moça, estão interessados em saber sobre *pedras*, é isso... E combinamos então de ir lá no Pela Ema, amanhã. Você precisa ver o carro que eles dirigem, que coisa mais linda... Sabe esses carros americanos, com um pneu atrás? É esse o carro deles. E quer saber o que mais? Ele, o *gaúcho*, meu novo *amigo*, disse que vai arrumar um emprego para a minha filha, lá em Goiânia, pra ganhar mais de um salário mínimo...

O *gaúcho* era, dessa forma, um geólogo ou funcionário de alguma consultoria mineral. Como afirmei logo acima, tipos como esses não eram raros em Minaçu. E como eu suspeitava, se este *gaúcho* era considerado por Aparecida como um *amigo*, ele não era, para ela, uma pessoa qualquer. Eu sabia quem eram cinco ou seis dos seus *amigos*, seja no que se

refere a relações existentes durante aquele tempo ou a outras que haviam ocorrido num passado não muito distante. Todos eles eram homens, *lidos* e relativamente jovens, e de uma forma ou de outra ‘estranhos’ ao universo cotidiano de Aparecida (“bons partidos”, do ponto de vista das vizinhas dela): era esse o meu caso e o daquele *gaúcho*, assim como o de militantes do MAB de outros locais ou da própria liderança máxima do MAB local. Aparecida explicitava a sua consciência desta distância – assim como a importância que a ela concedia – ao destacar que seus *amigos* eram “diferentes” de pessoas como seus vizinhos. Estes últimos eram aquela gente que costumava provocá-la e desrespeitá-la, sem serem capazes de perceber que ela mesma (“por causa de tudo o que aconteceu comigo”) era – também – alguém “diferente”. Os vizinhos eram os que ficavam falando coisas sobre ela... (E que não estavam dispostos ou eram incapazes de perceber o que havia de carismático, encantador e único em Aparecida: e isso não é apenas uma opinião pessoal, mas um ponto no qual concordamos eu e alguns destes *amigos* dela).

Voltemos, porém, à relação de Aparecida com o geólogo. Poder-se-ia argumentar, a partir da consideração das trocas que trespassaram esta relação, que a relação com um *amigo* como esse torna possível a obtenção de determinados bens ou serviços especialmente valorizados, e dificilmente acessíveis via os canais ‘locais’: é esse o caso, por exemplo, da proposta de emprego oferecida para a filha de Aparecida, em retribuição ou agradecimento pelas indicações oferecidas por ela a respeito do garimpo no Pela Ema.

Não seria também pelo apelo aos seus amigos que Aparecida podia tentar conseguir outras coisas particularmente complicadas? Já nas primeira ou segunda vez que a encontrei – através da intermediação de sua filha, jovem militante do MAB – ela abriu seu coração: revelou-me quais eram os grandes *sonhos* de sua vida e logo em seguida sondou-me para saber se eu seria capaz de ajudá-la a realizá-los. Ela narrou-me então uma longa e triste história, contando como sua mãe havia dado as três filhas – Aparecida entre elas – para uma mulher em Brasília *criar*; como esta mulher maltratava as crianças, e como ela e uma das irmãs conseguiram fugir, indo depois parar na Febem; como ela *rodou* por vários lugares e instituições, finalmente conseguindo entrar em contato com um tio que morava em Minaçu, onde já estava a outra irmã que fugira com ela; e como nunca mais tivera notícias da terceira irmã, a que ficou na casa da mulher... Seu maior *sonho*, confessava-me ela, era *encontrar* essa irmã perdida... Será então que eu não poderia dar uma *ajuda*?

Pois Aparecida sabia de alguém que *ajudava* as pessoas a realizar seus *sonhos*, e *ajudava a encontrar* os que *sumiram no mundo*: o Gugu fazia isso! Eu poderia *ajudá-la*, assim, escrevendo para a “internet” dele, descrevendo e contando-lhe então a história de

Aparecida. Ela não deixava de acreditar que poderia ser escolhida... De fato, acessei a “internet do Gugu” e fiz o que Aparecida pedia, com ela ao meu lado numa lan house, tremendo de excitação. O Gugu era capaz também, segundo ela, de realizar seus outros dois grandes *sonhos*: dar-lhe uma casa nova, totalmente mobiliada, toda arrumada e bonita; e levá-la para conhecer o *mundo*, o Rio de Janeiro, Nova Iorque, a praia¹⁵⁸ ... (Tratei já da relação de Aparecida com este apresentador de televisão, como o leitor se lembra, no capítulo 2).

O Gugu, me assegurava Aparecida, era “uma pessoa que vasculha”. Por causa disso, e dispondo dos recursos de que ele dispunha, ela tinha certeza que, sendo escolhida para participar do seu programa, ela encontraria sua irmã. Mas se ele “vasculhava”, eu era alguém que estava em Minaçu para fazer uma *pesquisa* – e eu podia também, por minha própria conta, procurar saber onde a irmã dela estava. “Vasculha ela pra mim, André! Me ajuda a realizar meu sonho!”. Disposto a ajudar, recolhi informações diversas sobre a desaparecida, junto a Aparecida, sua filha e sua irmã (a que também havia sido mandada para Brasília quando criança, e que ainda morava em Minaçu), esperançoso de que algum dado pudesse me sugerir um caminho a seguir – mas não cheguei a lugar nenhum. Compelido por Aparecida, fui “vasculhá-la na internet”, o que eu já sabia que seria uma busca infrutífera: o seu nome e sobrenome – Teresa dos Santos – eram demasiado comuns para que qualquer indício útil pudesse ser encontrado ali.

Meu ‘fracasso’ nesta investigação, porém, não parece ter demovido Aparecida da idéia de que eu era, de fato, alguém capaz de encontrar as pessoas *perdidas no mundo*. Fui levado por ela até uma senhora que iria, segundo Aparecida, me *entrevistar*: esta senhora também queria encontrar parentes perdidos, e Aparecida lhe dissera que eu, em função de minhas habilidades e da mobilidade de que dispunha (“sempre viajando, pra lá e pra cá, vem do Rio até Goiás de avião, esse menino!”), poderia ajudá-la. Não há como deixar de lembrar, aqui, do epíteto de “detetive mundial” que me foi atribuído por Seu Diamantino. Além disso, é curioso constatar que, entre os *amigos* de Aparecida, existem outras pessoas que “procuram” ou “pesquisam” as coisas. É esse, claramente, o caso do *gaúcho* geólogo, que “queria saber

¹⁵⁸ Cabe destacar que, neste período, o Gugu ainda trabalhava no SBT, onde comandou dois programas de televisão cujos nomes eram, no contexto do que discuto aqui, mais do que sugestivos: *Sonhar Mais um Sonho* (onde os “sonhos” dos telespectadores eram realizados; com grande freqüência, eram as suas casas que passavam por reformas radicais) e *Encontros* (dedicado, justamente, à promoção dos reencontros entre pessoas que haviam se perdido de seus parentes há muito tempo). Comprado a preço de ouro pela Rede Record, nesta emissora este último programa desapareceu, e o primeiro foi rebatizado. (Esta transferência do apresentador de um canal a outro, aliás, teve grande repercussão sobre as camadas populares, de Minaçu e de outros cantos do país, mas parece ter passado despercebida junto aos acadêmicos e jornalistas ‘sérios’).

sobre pedras”. E também, em certa medida, dos militantes do MAB; ao menos na opinião de alguns senhores freqüentadores da secretaria, que se referiam a eles como *pesquisadores*. O próprio Gugu era, como Aparecida costumava dizer, alguém que “vasculhava”.

Voltemos nossa atenção, porém, para a questão da *ajuda*. Como eu havia sugerido mais acima, é inegável que esse é um elemento significativo em todas estas interações (ou nos *sonhos* com estas interações; inúmeras vezes ouvi Aparecida comentando que “esta noite, de novo, sonhei com o Gugu! Ele *chegando* aqui na minha porta, e me dando um abraço...”). Sérgio, a liderança-mor do MAB de Minaçu, era alguém por quem Aparecida era especialmente grata. Se não fosse a *ajuda* dele, amparando e estimulando a sua filha no movimento, levando-a até mesmo a viagens no exterior e a reuniões com políticos importantes, se não fosse ele, sabe-se lá em que situação essa menina estaria... O mesmo valendo para os *militantes* do sul do país, também eles pessoas que abriam portas e ofereciam oportunidades para sua filha. Nesse caso (assim como no que se refere às minhas possibilidades de contatar o Gugu ou ao emprego que seria oferecido pelo *gaúcho*), a questão da *ajuda* parece mesmo estar vinculada àquela função da “intermediação” desempenhada pelos *brokers* de que falam Silverman (1967) e Wolf (1965): pessoas que, pela posição estratégica que usufruem, são capazes de mediar trocas entre a ‘comunidade’ e sistemas mais amplos externos a ela.

Isso tudo é inegavelmente verdadeiro. Porém, não é a história inteira. Alguns dias depois dela ter me contado que tinha um novo *amigo*, Aparecida me disse que não chegara a ir até o Pela Ema. Quando eles estavam já próximos de lá, no carro do *gaúcho*, bateu uma impaciência nela, um nervosismo, e ela quis voltar. Conhecendo-a relativamente bem, posso assegurar que quando Aparecida quer voltar, ela volta. E foi isso o que aconteceu. O seu *amigo* deixou-a em casa, ela se despediu, e nunca mais ouvi falar nele. Uma certa vaidade me leva a supor que ela fez isso também porque preferia a minha companhia, e cansou de me fazer ciúmes. Pouco importa, de fato, que ela tenha ‘simulado’ uma *amizade* por este motivo: se este foi o caso, o modo como ela a simulou já revela muito do que ela entende por um *amigo*. De qualquer forma, isso relativiza também qualquer argumento que postulasse que, orientando e justificando estas suas relações, constituindo seu cerne ou ‘verdade’, estaria o interesse nas coisas trocadas: um eventual emprego para sua filha providenciado pelo geólogo, por exemplo.

2.2 Aviões e o Fim do Mundo

O Avião do Reverente e a Arca de Noé

Quando aquela coisa apareceu no céu pela primeira vez, foi aquele desespero. O pessoal todo tinha certeza de que o mundo estava acabando, de que naquela hora tudo terminava, que era mesmo o fim do mundo. O povo ficou doido. Uns saíram correndo para confessar o que haviam feito de errado com os vizinhos, muitas mulheres admitiram para os maridos que haviam lhes traído. Outros passaram três dias inteiros com dor de barriga, obrando escondidos no mato...

Quem me relatou esta história foi Regina, na primeira vez em que tentei gravar, se não uma entrevista propriamente dita, ao menos uma conversa com ela. Naquele momento, eu estava particularmente interessado pelo que ocorrera na cidade enquanto duravam as *febres* do ouro e das barragens. Eu havia lhe dito que tudo o que queria registrar no meu gravador eram “algumas histórias” sobre aqueles tempos, e que sabia que ela tinha muito para me contar sobre aquilo. Um pouco reticente, ela me dizia que conhecia muita gente velha, gente que realmente sabia das coisas que se passaram no início de Minaçu, nos “tempos antigos” e que essas pessoas sim poderiam me ajudar. Depois de um tempo, ela acabou cedendo e relaxando, passando a me contar certas coisas que, se não correspondiam exatamente aos temas que eu havia lhe proposto, sem sombra de dúvida me interessavam também. Logo após explicar-me que aquela “coisa que apareceu no céu” era o avião do Reverente – o primeiro que circulou pela região, numa época em aquilo ali era praticamente tudo *sertão* –, ela pôs-se a me narrar a vinda de sua família de Itapaci para Campinaçu. Regina falou então sobre a terra que seu pai comprou por ali; sobre as ameaças que ele sofreu ao se deparar, naquela mesma área, com a *turma* de Zé Porfírio e Geraldo Borges; sobre como estes últimos matavam muitos e enterravam os corpos num buraco, semeando o *terror* nas redondezas do território por eles dominado; sobre como seu pai se precavia deles, “andando feito Lampião”, com um revólver na bota e outro no cinto; sobre a desilusão amorosa que a fez largar a família e partir para Minaçu, cidade sobre a qual tudo o que sabia antes de rumar para lá era que havia a SAMA; sobre sua chegada neste local e sua surpresa ao se defrontar com o garimpo, aquele *movimento* fervilhante diferente de tudo o que ela já havia visto; sobre o encontro com Altino, sobre o romance e casamento dos dois...

Neste momento, porém, o que me interessa é o ponto com que ela dá início à sua narrativa: a sua referência àquele avião do Reverente. A princípio, pode parecer razoável supor que uma população que se depara com um objeto desconhecido como um avião seja

tomada pelo pânico e pelo desespero, chegando mesmo a supor que o mundo está acabando. Com um pouco mais de cautela, porém, podemos argumentar que não há relação necessária entre este encontro e tal suposição. Além disso, são diversos os registros de que disponho em que existe uma associação entre essa idéia de “fim de mundo” e referências a certos veículos e velocidades pouco familiares às pessoas em questão. Quem me chamou a atenção a esse ponto foi Seu Diamantino, numa de nossas conversas na secretaria do MAB. E não por acaso, ao mencionar o avião na gravação que fiz com ela, Regina mencionou que este senhor havia sido justamente um daqueles que havia se desesperado com a visão daquela coisa inusitada e assustadora. Não sei muito bem porque ela mencionou-o neste contexto – talvez pelo fato dela saber que eu estava sempre a escutar as suas *histórias*, talvez por ser ele o único de nossos conhecidos em comum que tenha passado por aquela experiência. Ou então por ser ele sabida e assumidamente uma “pessoa do fim do mundo” – grosso modo, alguém que acredita que o “fim do mundo” está próximo, e que os *sinais* que anunciam este evento são cada vez mais evidentes; alguém que acredita que, dado isso, algumas precauções devem ser tomadas.

Como costumava acontecer quando o que estava em jogo eram as *palestras* de Seu Diamantino, os eventuais ouvintes – quase todos freqüentadores da secretaria do movimento – encaravam suas referências ao fim do mundo com uma mistura de respeito e escárnio (a prevalência relativa de uma ou outra destas posturas variando conforme a pessoa e/ou a situação). Parece-me que este tipo de reação se justificava também pelo fato de que Seu Diamantino estava sempre a manifestar publicamente, aos brados e reivindicando a atenção dos que estavam próximos, certas idéias e crenças que outras pessoas prefeririam expressar de maneira mais discreta. Como mostrarei mais à frente, alguns destes últimos faziam referências ao que me parecem ser elementos desta “cultura do fim do mundo” (Vieira 2001¹⁵⁹) no contexto de conversas particulares e ‘sérias’ comigo, tais elementos surgindo geralmente a partir de sutis deslizamentos digressivos a partir da discussão de tópicos que nós caracterizaríamos como “políticos”.

Voltemos assim àquele livro da Bíblia de Seu Diamantino. Nesta publicação, o foco do interesse dele era preciso: o que lhe interessava era a história de Noé. Seguindo os

¹⁵⁹ Vieira (2001, p. 150) ressalta: “Dentro do patrimônio oferecido pelo catolicismo popular destaco a presença de uma ‘cultura bíblica’ (...) que fornece aos participantes dos movimentos [milenaristas e messiânicos, como aqueles estudados por ela] os referenciais fundamentais para a interpretação do mundo vivido e da história. Destacaria nela a idéia do êxodo judaico em direção à terra prometida e a visão escatológica apoiada na tradição cristã na vertente apocalíptica, ou o que foi denominado por Pompa (1995 – *Memórias do Fim do Mundo. Para uma Leitura do Movimento Sócio-Religioso de Pau de Colher*. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Unicamp) a ‘cultura do fim do mundo’, constituinte do imaginário popular do sertão”

símbolos desenhados neste volume (e me obrigando também a segui-los), ele narrou-me algumas vezes esta história. Em outras ocasiões, ele insistiu para que eu lesse em voz alta – de pé e de acordo com suas instruções a respeito do *ritmo* que eu devia seguir – os parágrafos que compartilhavam com as ilustrações as páginas do livro. Durante um bom tempo, eu tive certeza de que a obsessão dele com esta história particular remetia, direta ou indiretamente, à questão das barragens. Afinal de contas, tanto na história bíblica quanto em Minaçu o que estava em jogo eram inundações. No caso da primeira, a água ocupava o que antes era terra e obrigava a família de Noé e os casais de animais que eles recolheram a buscar refúgio. Demorei a me dar conta de que estava enganado: eventualmente, pode até ser que tal narrativa se conecte com as barragens. Mas se essa conexão pode existir, me parece que isso se dará pela mediação do sentido forte que impregna o relato a respeito de Noé: antes de qualquer coisa, é do “fim do mundo” que estamos tratando aí.

Gordo:magro :: sul:norte :: litoral:sertão :: grande:pequeno

*O nêgo agora tá gordo que parece um major!
É uma casemira lascada! Um dinheiro danado!
Enricou! Tá rico!*
Luiz Gonzaga – Respeita Januário

Decidi alugar um carro para ir conhecer a Vila Veneno, um dos poucos vilarejos existentes nas redondezas de Minaçu – situada a não mais de 80 quilômetros da sede deste município, o trajeto até essa localidade, em função das condições precárias da estrada de terra, foi realizado em mais de três horas. Convidei Aparecida para vir comigo: além de ser minha amiga, eu sabia o quanto ela era popular, e que poderia me ajudar no contato com os habitantes dessa vila. Formada por gente da “raça calunga” que, há algumas décadas atrás, se afastou de Cavalcante com o objetivo de garimpar nas margens do Rio Maranhão, esse povoado perdeu a maior parte de sua população após a construção da Usina de Cana Brava, que inviabilizou a extração de ouro também aí. Os relatos que ouvi a respeito da Vila Veneno, em Minaçu, constantemente enfatizavam a pobreza dos que aí viviam, destacando que seus moradores estavam numa situação ainda pior que aquela em que eles mesmos se encontravam.

Quando cheguei lá, ficou evidente para mim que eu estava mesmo diante de uma comunidade bastante pobre, ao visitar casas ainda mais simples do que aquelas que eu já estava acostumado a frequentar em Minaçu. Aí na vila, chamou-me a atenção o fato de que

duas senhoras, bem idosas e frágeis, ficaram impressionadas com a saúde e o vigor de Aparecida. “Olha só como ela é *gorda*, que beleza!”. Eu já sabia que não havia nada de depreciativo neste uso do adjetivo, que assinalava antes a força ou a boa aparência daquele a quem ele era direcionado. Não pude deixar de me lembrar, nesse momento, de um comentário indiscreto que Aparecida fizera algumas horas mais cedo, pouco antes de chegarmos à Vila Veneno. Estávamos esperando a balsa na qual atravessaríamos o lago da Usina de Cana Brava, junto com três rapazes da região que iam visitar, no seu próprio veículo, uma fazenda do outro lado. Como fazia muito calor e ainda tínhamos bastante tempo até que a balsa partisse, entramos nós todos dentro da água. Quando um dos rapazes tirou a roupa e ficou de cueca para entrar no lago, Aparecida olhou para o corpo dele, não se conteve e disparou: “Vixe, que horror! Como é que pode essa magreza toda?”. Os companheiros do rapaz caíram na gargalhada, e ele mesmo, um pouco sem graça, riu do comentário, sem se incomodar muito com a brincadeira. Nesse mesmo dia, voltando para casa, já a poucos quilômetros de Minaçu, Aparecia se dedicava a uma digressão sobre o que vinha se passando no MAB, acusando um de seus desafetos de estar usando o movimento para se dar bem às custas dos outros. “Pois aquele dali só engorda, enquanto os outros emagrecem!”.

Acho que foi somente a partir desse dia que passei a prestar mais atenção ao uso de termos como *gordo* e *magro*, assim como às suas variações. Eles amparavam, por exemplo, argumentos a respeito da situação ruim de Minaçu em contraposição ao que se passava em Palmeirópolis, cidade vizinha que se destacava pelo fato de seus cachorros de rua serem todos *gordos* (e onde, naquela época, concentrava-se a *febre* relativa à construção da Usina de São Salvador). Esta oposição se manifestava também nos debates a respeito de um tema que se fazia presente com alguma frequência nas rodas de conversa, suscitando interesse e fascínio: as cirurgias para redução do estômago.

Durante uma *assembléia* – o evento que sempre antecedia a entrega de cestas básicas no MAB – fui compelido por alguns *coordenadores* do movimento a pegar o microfone e a me apresentar, dizendo quem era, de onde vinha e o que fazia em Minaçu. Após fazer isso, fui procurado por um homem por volta de seus quarenta anos que estava ali vendendo cremosinhos e sucolés. Ele convidou-me para que eu me sentasse ao seu lado, e começou a falar. Mencionou então, com bastante seriedade, dois gêmeos, cada um deles pesando mais de 250 quilos, que vinham aparecendo na televisão por aqueles dias, já que estavam sendo *ajudados* pelo Gugu – *ajuda* que incluía, entre outras coisas, algumas cirurgias para redução do estômago. “Aqui em Minaçu não tem gente *gorda* assim não, pode ficar sabendo!”,

assegurou-me ele, ligeiramente indignado. E logo em seguida passou a comentar sobre outras coisas que vinham acontecendo lá pelos lados de onde eu vinha, no *sul* do país...

O Rio de Janeiro, de onde você vem, com todos aqueles traficantes, aquela guerra... Pois não é só traficantes e guerra o que existe lá, agora também, como você deve saber muito bem, há também os alagamentos! Aquela água toda, que a gente vê pela televisão... Em São Paulo, são os viadutos que começaram a cair. A mesma coisa acontecendo com aquele povo do *sul*, a gente de Santa Catarina: viu o que a chuva fez com eles no ano passado? Desgraça, e mais desgraça... Mas como é que ia ser diferente? Eles são mesmo um bando de gente *orgulhosa e besta*, gente que não gosta de preto....

Certamente essa não foi a primeira vez em que fui alertado sobre os riscos que eu, vindo do sul do país e por muitos encarado como sendo um *gaúcho*, corria lá na minha terra. Corria por ser quem eu era, corria por vir de lá ou por lá morar? Aquele tremor de terra que havia ocorrido em São Paulo era só o princípio, me dizia João, *coordenador* do MAB, numa discussão que travávamos a respeito dos efeitos nefastos das empresas e do capitalismo sobre a vida da população de Minaçu.

Pois não está escrito que um dia a Terra ainda há de gemer? O dia em que chegará o fim, fim que é só o começo, o começo de algo novo. Jesus já dizia... E do jeito que as coisas estão... Tanta desigualdade, o *pequeno* e o *grande*, o capitalismo... O pobre perseguido, você viu só o que aconteceu com estas famílias em Campinorte? Gente que morava no mesmo lugar há anos, sendo expulsa por causa da grilagem... Aqui mesmo na feira em Minaçu, olha o que se passou: o *pequeno* produtor não pode mais vender seu leite, nem pode vender mais carne esticada na corda... Quem manda na Terra é o capital. Mas quem manda no céu é Deus!

Gordos e magros, o sul e o norte, grandes e pequenos, ricos e pobres: as oposições que se manifestam nestes relatos estão não apenas marcadas pela “desigualdade” de que fala João como também pela sugestão de que esta desigualdade vem crescendo ou já atingiu o paroxismo. Talvez porque haja gente demais no *mundo*, como me explicaram algumas vezes. Quando Deus lançou o dilúvio ele o fez num momento onde não apenas as pessoas estavam corrompidas mas eram também demasiadas – gente demais! Os gêmeos obesos parecem sinalizar o exacerbamento da distância entre os pólos (ainda por cima porque tratamos aqui de duas pessoas, duplicando o que já é excessivo em uma só, ocupando ainda mais espaço, demandando mais e mais comida), servindo para o vendedor de cremosinho explicitar sua convicção de que incidentes como a queda de um viaduto, chuvas em Santa Catarina ou alagamentos no Rio de Janeiro são de fato *sinais*. Sinais claros de que o fim do mundo se aproxima: as referências às tragédias associadas a um volume anormal de água evocam, claramente, o dilúvio de que falava Seu Diamantino. O “algo novo” de que fala João implicará, como costuma acontecer nos escatologismos, numa inversão da hierarquia presente

nestas oposições: se neste mundo quem manda são os grandes ou os ricos, este “algo novo” que começará será o reino dos pequenos ou pobres.

O que me interessa particularmente nesta discussão, porém, é menos a dinâmica escatológica ou apocalíptica destas inversões do que a própria natureza das oposições explicitadas por esse tipo de crença: oposições que revelam muito sobre a forma como estas pessoas (e muitas outras, incluindo as que não partilham de qualquer crença neste “fim do mundo”) pensam relativamente o que poderíamos chamar – grosseiramente – de sua ‘posição social’. Tenho em mente aqui, sobretudo, o rebatimento regional da tensão entre pobres e ricos, e a forma como os últimos tendem a *engordar* às custas dos primeiros.

É sintomático, nesse sentido, o contexto em que o vendedor de cremosinho me dirigiu a palavra. Eu – branco e *lido*, morador do Rio de Janeiro, ‘gaúcho’, na secretaria do MAB – acabara de utilizar o microfone, explicando que estava ali para fazer uma *pesquisa*, me dirigindo ao *povo* numa *assembléia*. Teria ele dito estas coisas para mim para me aconselhar ou precaver, eu que poderia ser uma pessoa *orgulhosa* ou preconceituosa, tornando-me assim ainda mais suscetível ao julgamento do fim dos dias? Ou buscava ele tentar controlar uma eventual prepotência de minha parte, lembrando que a posição superior em que eu me encontro é provisória, visto que em breve tudo se inverterá? (A relação com alguém *orgulhoso* é problemática também por introduzir uma assimetria que dificulta a interação; e a despeito de quaisquer desconfiâncias que possam existir a respeito destes ‘estrangeiros’, esta interação com eles, por si só e independentemente dos seus desdobramentos ou retornos futuros, é algo desejado e valorizado).

Cabe ainda destacar que isto que estou chamando de “rebatimento regional” da oposição entre ricos e pobres pode apresentar ainda outro eixo – transversal ao que se estabelece entre o norte e o sul, digamos assim. Seu Diamantino me explicava as razões que levaram Juscelino Kubistchek a transferir a capital do país do Rio de Janeiro para Planaltina: ele fez isso sabendo que o Rio estaria mais cedo ou mais tarde debaixo d’água. Daí a opção por construir uma nova capital numa área mais elevada – “ali para os lados de Arraias, Cavalcante, onde é só montanha!”. Mais uma vez, temos uma grande cidade do *sul* do país ameaçada por águas que sobem¹⁶⁰. Logo em seguida, ele afirmava com gravidade, repetindo

¹⁶⁰Queiroz (1995, p. 134) lembra como mestre Yokanam, o líder da Fraternidade Espiritualista Universal (uma das “mobilizações sociorreligiosas de feições messiânico-milenaristas” por ele considerada) previu, no final dos anos 40, o alagamento do Rio de Janeiro por um dilúvio, em termos muito similares aos descritos acima. Ele e seus discípulos se encaminharam também para Goiás, para fundar no planalto central uma cidade “limpa e livre de escórias”, contraponto àquela litorânea “metrópole corrompida”.

as palavras que nós tão facilmente associamos a Antônio Conselheiro: “Pois lembre-se disso, o sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão!”. Aqui, parece que a referência ao mar relaciona-se menos à água do que ao litoral, e à inversão da relação - hierárquica - existente entre estas duas ‘metades’ do país: o sertão e o litoral.

Um parêntese: o jagunço Riobaldo tem uma história para contar

No romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, um fazendeiro já idoso – Riobaldo – relata a história de sua vida a um homem de fora, alguém culto e habitante de uma grande cidade – uma espécie de alterego do próprio autor do livro. Ou melhor: este fazendeiro narra a ele as histórias do período em que, como jagunço, ele conhecera a fundo e defrontara-se com este Grande Sertão, percorrendo incessantemente os caminhos – as *veredas* do título da obra – de toda uma vasta área (correspondente ao que é hoje o centro-norte de Minas Gerais, o sudoeste da Bahia e o leste de Goiás), entre o fim do século XIX e o início do XX.

Mesmo sem conhecer aquele homem anteriormente, o fazendeiro e ex-jagunço parece bastante disposto a conversar com ele. Disposto sim: mas não necessariamente à vontade ou relaxado. Riobaldo quer falar – talvez precise falar – e encontrou, sem sombra de dúvida, um interlocutor interessado. Além do mais, este não é, como já assinali, um interlocutor qualquer. É um *doutor*, um homem *lido* da cidade grande, e a narrativa de Riobaldo é interrompida diversas vezes para que ele destaque o respeito que nutre por seu ouvinte e o valor que concede à oportunidade de conversar com alguém como ele, o que o leva a frequentemente desculpar-se pelos seus modos rústicos.

“O senhor tolere minhas más devassas no contar. É ignorância. Eu não converso com ninguém de fora, quase. Não sei contar direito. (...) Agora, neste dia nosso, com o senhor mesmo - me escutando com devoção assim – é que aos poucos vou indo aprendendo a contar corrigido” (p. 214).

Sem sombra de dúvida, Riobaldo encara como um privilégio a oportunidade de contar sua história para esse homem. Que talvez seja, de fato, algo diverso de um interlocutor: ele é, acima de tudo, alguém que escuta “com devoção”, e que além do mais toma notas em sua caderneta enquanto ouve. Ao comentar, em algumas ocasiões, que conta aquelas coisas porque quer saber o que seu ouvinte, estudado e vivido, tem a dizer sobre elas, ele parece lançar mão de um artifício retórico: não espera de fato que o outro se manifeste, querendo apenas demonstrar, mais uma vez, o apreço pelo homem de fora, como que procurando um pretexto para continuar falando.

Tudo aquilo que torna este ouvinte tão atraente, e que faz dessa conversa algo como um evento, obriga Riobaldo, por outro lado, a tomar algumas precauções. A história dele

propriamente dita demora bastante tempo a ser narrada. No início, a sua fala aborda assuntos prosaicos, e ele apenas menciona fatos desconexos que pouco revelam do que, muito mais tarde, será apresentado de outra forma, constituindo o cerne de sua narrativa e de seus dilemas. Afinal de contas, ele nada sabe sobre esse homem de fora, e não larga fácil essa sua tão mineira desconfiança...

“O senhor é de fora, meu amigo mas meu estranho. Mas, talvez por isto mesmo. Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo” (p. 55).

Um *amigo*, mas um estranho. E o que fará esse estranho em terras tão ermas, longe de sua casa? Quem já percorreu o sertão já viu muita coisa, sabe que as aparências enganam, e que é preciso ser cauteloso. Mas quem fez isso sabe também lidar com o estranho, pela sua própria experiência no *mundo*, domínio onde os estranhos e as estranhezas de toda ordem proliferam. E se o não-conhecido gera temor, ele desperta também, inegavelmente, fascínio.

Demonstrando habilidade para lidar com esta ambivalência, sem ser desrespeitoso Riobaldo insinua a seu ouvinte, através de *brincadeiras*, a desconfiança (e a atração) que ele lhe desperta.

“Ainda o senhor estude: agora mesmo, nestes dias de época, tem gente porfalando que o Diabo próprio parou, de passagem, no Andrequicé. Um Moço de fora, teria aparecido, e lá se louvou que, para aqui vir – normal, a cavalo, dum dia-e-meio – ele era capaz que só com uns vinte minutos bastava... porque costeava o Rio Chico pelas cabeceiras! Ou, também, quem sabe – sem ofensas – não terá sido, por um exemplo, até mesmo o senhor quem se anunciou assim, quando passou por lá, por prazido divertimento engraçado? Há-de, não me dê crime, sei que não foi. E mal eu não quis. Só que uma pergunta, em horas, às vezes, clareia razão de paz. Mas, o senhor entenda: o tal moço, se há, quis mangar. Pois bem, hem, que, despontar o Rio pelas nascentes, será a mesma coisa que um se redobrar nos internos deste nosso Estado nosso, durante viagem de uns três meses... Então? *Que-Diga?* Doideira. A fantasiação” (pp. 24-5).

Velocidades diabólicas: quem senão o Diabo poderia percorrer uma distância tão grande em tão pouco tempo? Quem poderia transportar-se dessa forma, apelando a sabe-se lá que meios e veículos?

As máquinas voadoras e suas velocidades

...e esperam outras possibilidades
de verem esse mundo se acabar
a Arca de Noé, o Dirigível
não voam nem se pode flutuar
Zé Ramalho – Admirável Gado Novo

Voltemos ao avião do Reverente. Num primeiro momento, como já sabemos, ele causou pânico, ao ser interpretado como um *signal* do fim do mundo. Algum tempo depois, porém, as coisas ficaram mais calmas. Não que as desconfianças e temores a respeito dele e de seus ocupantes tenham sido inteiramente dissipadas. Não o foram, certamente. Mas o contato e o convívio com estes que *chegavam* naquele veículo mitigaram esta apreensão. Para os moradores da região parecia que, afinal de contas, o fim não estava tão próximo assim. O medo foi em alguma medida controlado; transformou-se, misturou-se com outros afetos e sentimentos, passou a coexistir com algum fascínio, alguma atração por aquele objeto voador tão enigmático e fabuloso. O próprio Seu Diamantino confessou, com a excitação de uma criança que cometera uma travessura, que entrou no avião – e voou com ele duas ou três vezes, planando sobre as terras onde crescera, vendo tudo aquilo lá de cima.

Tudo isso ocorreu, ao que parece, em algum momento dos anos 50. Pois os mais velhos se lembram bem que, não muito tempo depois deste avião ter aparecido, outros surgiram, e passaram também a sobrevoar aquela área. Alguns dias depois de confirmada a existência da jazida de amianto através de uma expedição que até ali *chegara* a jipe, a cavalo e à pé, aquele que a liderava, o engenheiro Joseph Milewski, ordenou que tivesse início a construção de uma pista de aterrissagem, nas redondezas do que é hoje a cidade de Minaçu¹⁶¹. Daí em diante, os pousos e decolagens passaram a ser rotineiros por aquelas bandas. Afinal de contas, naquela época aquilo tudo era quase somente *gerais, sertão* não servido por estradas de rodagem – e que contava, no máximo, com as *trilheiras* abertas e percorridas por aqueles calungas, garimpeiros e maranhenses que moravam ou circulavam por ali. Com o tempo, as estradas foram sendo abertas, já que nem tudo ou todos poderiam vir pelo ar. Chegavam assim alguns equipamentos e mantimentos; e também por esse meio circulavam os engenheiros e técnicos, indo e vindo de Brasília, Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro (Pamplona 2003). Não custa lembrar que foi só em 1993 que a estrada que liga Minaçu à Belém-Brasília foi asfaltada em toda a extensão de seus 200 quilômetros¹⁶².

¹⁶¹ Ao que parece, essa não foi assim a primeira pista a ser construída na região, mas a segunda. No livro da SAMA (Pamplona 2003, p. 40) há menção à “Pista do Anterrão”, localizada do outro lado do Rio Tocantins, na direção da área do município de Cavalcante onde Seu Diamantino e aqueles outros que se assustaram com o avião do Reverente moravam então. Se não foi construída pela missão liderada por esse religioso, essa pista deve ter sido ao menos, e com toda probabilidade, usada por eles para acessar aquela região.

¹⁶² No documento Minaçu Estudo de Caso (s/d, p. 99), os autores comentam a respeito da situação desta estrada nos anos 80, quando estiveram lá. De Santa Thereza, na beira da Belém-Brasília até Minaçu, “são mais 146 km exatamente, dos quais os 106 primeiros ‘em terra’. Em Minaçu o asfalto avança ao contrário: o ponto de partida é na pequena cidade e não no entrocamento com a rodovia federal”.

Ainda assim, o tráfego aéreo se mantém constante até os dias de hoje, mesmo que não tão intenso quanto durante a *febre* das barragens. O antigo aeroporto, construído por Milewski e companhia, foi desativado. E um mais moderno foi construído a poucos quilômetros do centro da cidade: e ainda hoje ela é servida por vôos regulares, em pequenos aviões, conectando-a a Goiânia e Brasília.

Naturalmente, nenhum dos meus conhecidos apelava a estes serviços para se deslocar – para além de qualquer outro motivo, os preços destas viagens aéreas são proibitivos. Quem o fazia, contavam-me eles, eram os engenheiros e outros *grandões* que trabalhavam para a SAMA, para as empresas responsáveis pelas barragens ou para outras firmas. Eventualmente, também se serviam deles políticos de fora que vinham para a cidade, na maior parte das vezes envolvidos no lobby pró-amianto. Quando estive lá, foi neste aeroporto que foram recebidos – por cartazes e faixas e diversos “populares” – o Ministro do Trabalho e uma comitiva de deputados que vinham então conhecer, visitar (e provavelmente defender) a SAMA.

Estes meus conhecidos não eram, assim, daquelas pessoas que *viajavam* de avião. Eu, por outro lado e decerto, era sim um desses. Diversos dos meus interlocutores, sempre curiosos para saber através de que itinerários eu *chegara* até lá, sabiam que eu pegava no Rio de Janeiro um avião para Brasília ou Goiânia. Numa das vezes em que desembarquei nesta última cidade, combinei com Aparecida – que fora até a capital do estado para uma consulta médica – de irmos juntos até Minaçu. Descobri então que havia um modo mais barato de fazer isso. Ao invés de tomarmos um ônibus na rodoviária, iríamos de van. Subsidiada pela prefeitura de Minaçu, essa van permitia que economizássemos R\$ 10,00 – “é menos confortável, mas vale à pena!”, assegurava-me ela. O veículo, com seus estreitos assentos, estava de fato apinhado: de gente sentada ou deitada no chão, sob nossos pés. Ele era preferido aos ônibus nem tanto pelo preço menor da passagem, mas pelos serviços diferenciados que oferecia: levava o passageiro até a porta da sua casa, em qualquer localidade às margens da estrada de asfalto (ou não muito distante dela); e num reboque acoplado à sua traseira, carregava quaisquer bens volumosos comprados em Goiânia ou de lá transportados. Nesta viagem em particular, arrastávamos, dentre coisas mais miúdas, um berço, um armário, uma cama e uma moto. Percebendo meu desconforto – incapaz que eu era de arrumar um lugar para minhas pernas sem pisar no rapaz alojado diante (às vezes, sob) meu assento –, Aparecida alertou nossos companheiros de viagem sobre o status desse passageiro que se aventurava num veículo daqueles pela primeira vez. “Gente, olha só: esse moço daí é do Rio de Janeiro. E veio até Goiânia de avião. E agora está indo para Minaçu na van!”. Como que a celebrar algo da ordem de um rito de passagem, gargalhadas explodiram

por todo lado – e até chegar ao meu destino, entregue um pouco zozzo na porta do meu hotel, fui alvo de gozações e brincadeiras por todo o trajeto.

A mesma Aparecida, por outro lado, tivera na infância a oportunidade de voar. Na época, ela estava sendo transferida de uma unidade da Febem de Brasília para outra, em São Luís, no Maranhão. Esse triste e difícil contexto, porém, não turvou o prazer e a excitação das lembranças associadas a esta viagem. Ela se recorda que, durante o vôo, ela foi “amarrada” – “não é assim que se *viaja* de avião?”. (Amarrada pelo cinto de segurança? Por algum apetrecho destinado a imobilizar uma criança feroz e rebelde? Nunca consegui descobrir). E foi assim que ela chegou até aquelas terras tão distantes e estranhas: onde ninguém sabia o que era a SAMA ou o amianto; onde havia o mar à beira do qual uma senhora a *passava*, e onde se comia camarão... Experiências e sabores únicos, inesquecíveis. (E enquanto Aparecida economiza para poder um dia visitar-me no Rio de Janeiro e reencontrar-se com o mar, não posso me esquecer de, ao voltar para lá, levar-lhe aqueles camarões dos quais ela está sempre a me lembrar, ao menos uma vez por mês, via telefone...).

E é também por eu viajar de avião e de poder usufruir desta forma de mobilidade que posso também, segundo Aparecida, ajudá-la a encontrar sua irmã desaparecida. Também o Gugu – como não? – está sempre a movimentar-se assim. Ele não apenas o fazia ele mesmo, como oferecia àqueles privilegiados por ele selecionados o mesmo benefício: sem sombra de dúvida, seria de avião que ele *chegaria* em Minaçu, no mesmo vôo em que *chegaria* também a irmã perdida de Aparecida, trazida por ele; e seria ele também quem finalmente *passaria* Aparecida pelo mundo, levando-a novamente à beira do mar...¹⁶³

De forma equivalente, as estradas asfaltadas também permitem um deslizar mais fácil, o que sugerem as velocidades de quem sai *voando* – e com grande frequência se acidentando também – com seu próprio veículo. Velho (1981, p. 148) destacou o impacto produzido pela

¹⁶³ Diminuindo as distâncias e favorecendo os reencontros, o avião poderia ser assim comparado àqueles outros seres aéreos, os pássaros e aves, que justamente por *voarem*, se fazem presentes com frequência naquela música ‘sertaneja’ (no sentido lato do termo, englobando a música sertaneja propriamente dita e aquela associada ao sertão nordestino), desempenhando o papel de mensageiros, enviados, informantes: “a todo mundo eu dou ‘psiu’ / perguntando por meu bem / (...) tu que andas pelo mundo, sabiá / tu que tanto já voou / diz, por favor / onde anda meu amor?” (“Sabiá”, Geraldo de Azevedo). No mesmo álbum onde está presente a canção acima mencionada e também o “Admirável Gado Novo” da epígrafe desta seção – O Grande Encontro (Zé Ramalho, Alceu Valença, Elba Ramalho e Geraldo Azevedo), disco intensamente tocado e admirado em Minaçu – outra faixa explicita o mesmo tema. “Não se admire se um dia / um beija flor invadir a porta da sua casa / lhe der um beijo e partir / fui eu que mandei um beijo pra matar meu desejo / faz tempo que eu não te vejo / ai que saudade d’ocê” (“Ai que saudade d’ocê”, Vital Farias). Nesta mesma direção, e conforme uma epígrafe do capítulo anterior, o jagunço Riobaldo do *Grande Sertão* destacava: “Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas”.

construção da Belém-Brasília¹⁶⁴, algumas centenas de quilômetros ao norte de Minaçu, pelas inusitadas facilidades oferecidas aos moradores locais por este projeto. Novidade que trouxe inconvenientes mas que assinalou também, encurtando distâncias, a possibilidade de um novo padrão de relacionamento entre parentes *espalhados* ou *esparramados* pelo mundo. A *saudade* passa a não ser tão grande assim... Na mesma direção, Musumeci (1984, p. 303), destaca a importância dos motoristas de caminhão para os camponeses que ela estudou – nas proximidades desta mesma Belém-Brasília, sendo eles encarados

“como pessoas viajadas capazes de trazer até eles informações sobre a vida em outros lugares e particularmente nas cidades grandes, que muitos fantasiam como ‘uma espécie de paraíso terrestre’. Observamos um outro tipo de serviço muito relevante prestado pelos caminhoneiros na época da safra que é o de fornecer carona gratuita aos moradores dos povoados”.

Em Minaçu, o constante fluxo de caminhões que, pela Belém-Brasília, levam o amianto até Goiânia e Brasília, tem possibilitado também a muitos se deslocar, pegando carona neles – dados os altos preços das passagens, e mesmo o pequeno volume de tráfego no trecho entre esta cidade e aquela rodovia.

Os aviões fascina por permitir alcançar lugares distantes como São Luís ou o Rio de Janeiro. E fascina também por permitir fazê-lo rapidamente, e sem maiores esforços. Sua velocidade, porém, não é valorizada apenas enquanto grandeza extensiva ou quantificável – fração entre a distância percorrida e o tempo gasto para tanto. Como as outras velocidades consideradas neste trabalho, ela deve ser pensada na sua dimensão qualitativa ou intensiva (Deleuze e Guattari, 1997b), e não apenas como meio para alcançar qualquer outro fim (“chegar”, “chegar rápido”). Neste sentido, um avião é uma *máquina* – como as bicicletas, motos, carros e caminhões mencionados em outros trechos deste trabalho; e torna possíveis velocidades e composições de velocidades, acelerações e desacelerações, *manobras* que são valorizadas em si mesmas, por si próprias.

Seu Demétrio, no fim da vida morando em Minaçu com a irmã, me conta também do fascínio criado pelos ônibus, na época em que as primeiras linhas regulares passar a circular ao longo da Belém-Brasília, no que é hoje o centro e o norte do estado do Tocantins.

Eu trabalhava lá para os lados de Araguaína nessa época, e arrumei uma vaga de trocador na *firma* de ônibus que apareceu lá por essa época. Um dia faltou um motorista, e o *encarregado* me perguntou se eu sabia dirigir o ônibus. Sabia nada, só tinha guiado carro... Mas eu disse que sabia, e dei um jeito, e acabei virando motorista. Agradeço a esse encarregado até hoje, se não fosse por ele eu não tinha arrumado essa *profissão* boa

¹⁶⁴Ressaltando a diminuição de distâncias (só 5 horas até Tocantinópolis!) e a redução do custo da viagem, Velho (1981, p. 148) destaca: “Uma minoria também já vai utilizando as novas estradas para percursos maiores, surgindo muitos projetos de rever parentes e a terra de origem, ir a Belém, etc.”.

assim. Nesta época o pessoal de lá não estava acostumado com ônibus não, e tinha aquele monte de gente que andava neles sem *precisão*, só pelo gosto de estar lá dentro. Depois, quando a estrada melhorou, eu cheguei a vir até Goiânia, e também pra Brasília.

Um helicóptero pousou em Minaçu, e Seu Adão não perdeu a oportunidade de ir examiná-lo de perto. Aproveitou uma distração de seus ocupantes, aproximou-se, passou a mão no metal, examinou com atenção as hélices paradas. Depois afastou-se, e esperou pacientemente até que ele fosse posto em funcionamento, os olhos fixos naquelas hélices. Dirigiu-se depois para a secretaria do MAB: queria falar sobre aquilo, compartilhar com seus companheiros seu assombro, alguém saberia explicar-lhe como é que aquele trem conseguia alçar vôo? “As asas são moles, eu olhei lá dentro, olhei, olhei e não encontrei nada que fizesse esse troço ir para a frente e para trás!”.

Nos relatos das coisas fantásticas e singulares vistas no *mundo* por aqueles que o percorreram, a potência e as potencialidades das aeronaves também estão em primeiro plano. “Moço, já vi cada coisa... Um avião transportando um trator de esteira, lá no sul do Pará, você acredita nisso?”. Um daqueles poucos garimpeiros que havia se aventurado pelos confins da Amazônia conta vantagem para seus colegas, alguns deles se fazendo de incrédulos. “Ah, as coisas lá são diferentes, não é como aqui: aviões jogando bujões de gás e mantimentos na mata, onde é que já se viu isso? Por aqueles lados é tudo no avião...”.

Se no topo da hierarquia destas máquinas fabulosas estão os aviões e helicópteros, logo abaixo, já no chão, estão as poderosas caminhonetes 4x4 – preferencialmente, as Hilux. De certa maneira, estas últimas são uma espécie de aeronave que trafega na terra: diante de sua potência, as resistências e eventuais bloqueios oferecidos pelos caminhos são facilmente ultrapassáveis, a própria idéia de caminho sendo, no limite, relativizada – qualquer terreno pode ser percorrido e feito via, sobre qualquer cerrado ou mato baixo se passa por cima. Como, assim, resistir à tentação de dirigir tais veículos? Ainda mais porque, ao contrário dos aviões, somente pilotados por especialistas, estas caminhonetes podem ser guiadas por qualquer um que sabe dirigir um carro. Mas de que adianta ser capaz de fazer isso se o veículo em questão não lhes está ao alcance?

Pode-se comparar, neste sentido, o *sonho* de guiar tais caminhonetes com as fantasias infantis e juvenis a respeito dos carros e motos – em ambos os casos o que está em jogo é o desejo por máquinas e velocidades que, embora dificilmente acessíveis, não são inalcançáveis. Estimulado por um dos hóspedes do meu hotel, o guarda noturno roubou a chave de um dos veículos estacionados ali, e saíram ambos para dar uma volta no centro da cidade. Provocado pelo hóspede para que mostrasse suas habilidades ao volante, o guarda fez

um cavalo de pau, perdeu o controle do carro, bateu com ele em uma casa. No dia seguinte, o guarda já havia desaparecido do hotel. “Essa noite, foi com um jipe de tração nas quatro rodas que sonhei. Saía rachando por aí...” – comentava outro guarda com um colega, como ele adolescente. E não é a possibilidade de ter um acelerador ao alcance dos seus pés um dos atrativos da ocupação desta posição no hotel, algo como um salário indireto ou benefício? Pois como eu já havia sugerido anteriormente, os guardas estavam o tempo inteiro a cercar os hóspedes – aqueles trabalhadores de *firmas* diversas e representantes comerciais. E pareciam estar dispostos a realizar qualquer serviço – até mesmo de ordem sexual – em troca da oportunidade dar uma voltinha nos carros à disposição daqueles.

A mesma dinâmica subjacente a estas trocas reproduzia-se ‘entre adultos’ – mas aí envolvendo veículos maiores, *grandes*. Num dos bares da cidade, dois engenheiros ou geólogos (um deles, estrangeiro) estão sentados na mesma mesa que três rapazes ‘locais’, acertando algo a respeito de serviços que serão prestados por estes últimos aos primeiros. Um dos engenheiros empurra um chaveiro na direção de um dos rapazes, que esboça um sorriso tímido e se levanta. Caminha em direção ao meio fio, contorna e examina uma Hilux 4x4, abre a porta, senta-se ao volante, parte com o veículo. 5 ou 10 minutos depois, retorna à mesa. Oferece a chave para um dos rapazes que ali ficara, e agora é este último quem vai dar sua voltinha na caminhonete. Parece-me ser possível, nesse sentido, aplicar para estes jovens e homens locais algo presente nas acusações que eles mesmos direcionam para as moças e mulheres a respeito da relação delas com estes homens de fora. Não para recriminá-los, certamente. Mas sim porque, a despeito dos propósitos críticos destas acusações voltadas a elas (e também por causa deles, já que para ser efetiva a acusação precisa, minimamente, de algum sentido e coerência), há nestas acusações um esforço de explicar determinados comportamentos. Por exemplo, o das adolescentes “ingênuas” que, em troca de qualquer “presentinho bobo”, se deixam *emprenhar* pelos *barrageiros* – povoando a cidade, após a partida destes últimos, de *barraginhos*. Nestas acusações as moças são comparadas e pensadas como crianças – seja pelo seu despreparo para lidar com a gravidez e os filhos tão precocemente, seja pela sua suposta “ingenuidade”. Mas Wendersson já nos lembrava, fazendo uma comparação da mesma ordem daquela que apresento aqui, que não eram só essas “meninas” quem se deixava seduzir: também as mulheres “da elite” se entregavam a engenheiros de fora. No que se refere aos veículos, por outro lado, poderíamos argumentar que eles também, os homens, são seduzidos por estas coisas trazidas de fora, como crianças diante de brinquedos. Lembremo-nos do que dizia Velho (2007a) a respeito daqueles “vampiros” que, nos seus carros pretos e durante a inauguração da Transamazônica, agiam

“por intermédio dos bombons (...) oferecidos às crianças”. Estas crianças, como no caso de que trato aqui, simbolizam para este autor os adultos que se deixam *cativar* pelos estranhos e pelas coisas ‘mágicas’ que eles têm a oferecer.

Se a mobilidade e os movimentos são imagens privilegiadas para pensar e falar sobre a vida, as diferentes formas de se locomover prestam-se singularmente bem para comparar e pensar diferentes formas de viver. *Andar de pé*, debaixo do sol – ou deslocar-se de Hilux, avião ou lancha, na *vida mansa*? Caminhar, rodar, cansar-se – ou voar, flutuar... Na Avenida Maranhão, passo em frente à sede de um moto-táxi onde um conhecido trabalha. Efusivo como sempre, ele me cumprimenta à distância, com um imenso sorriso no rosto. “Como é que vão as *manobras*, boy?”. Conversamos um pouco, falando sobre amenidades, e na hora de nos despedirmos meu “até logo” é replicado por aquele tão constrangedor “obrigado”. “Obrigado” com o qual eu já vinha me acostumando – e que estava sempre a lembrar-me das distâncias e hierarquias ainda presentes em diversos dos meus relacionamentos com a gente de lá, que parecia assim expressar sua gratidão por eu ter lhes concedido essa dádiva tão preciosa, a atenção de um homem de fora, branco, rico, do Rio de Janeiro... *Boy*, diminutivo de *playboy*: antes de ser um termo depreciativo, naquela cidade (como em tantos outros lugares destes país) ele remete a um modo de vida – passível de ser caracterizado também pelas velocidades a ele relacionadas. Aceleração, vento no rosto, correr a 150 quilômetros por hora, *rasgar* e *rachar* nas avenidas e estradas. Idéias prontamente evocadas por este adesivo onipresente em Minaçu: nos capacetes, nas estampas das camisetas, nas motos e bicicletas, na traseira dos carros – a cabeça de um coelho com duas orelhas proeminentes, o símbolo da revista Playboy. *Rasgar* ou *rachar* para então chegar e *curtir*, *sossegado*, à beira de um rio ou lago. Desaceleração brusca, velocidades que se articulam e se compõem, saltar da moto e ficar de pernas pro alto na Praia do Sol, que por seu próprio nome evoca – como não? – as praias “de verdade”, aquelas que ficam diante do mar, Copacabana ou Ipanema. “É verdade que a água lá é salgada? Ah, o Rio de Janeiro...”. Viver a *vida mansa* de quem pouco ou nada tem que se esforçar ou *correr atrás*, de quem, mesmo bronzeando-se sob o sol, permanece na *sombra*¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Um interlocutor de Borges (2003, p.16), numa citação já apresentada no capítulo 2, é bastante explícito a respeito deste ponto, contrapondo claramente a “vida na sombra” à vida de quem tem que “correr atrás”. “A realidade de vida aqui é o dia-a-dia. Aqui é uma vida sem sonho, é realidade. Quem mora no Plano Piloto leva uma vida na sombra, acorda a hora que quer. Não precisa nem se esforçar muito que o dinheiro está vindo na porta. E aqui não. Aqui é preciso *correr atrás*”.



Fig. 17: Música, velocidade, vida mansa e sossego na Praia do Sol (“Tira uma foto da minha moto, tira, vai!”)

2.3 Papéis e Gravatas

Seu Diamantino me dá uma aula sobre a história do Brasil

Na “aula” de hoje, Seu Diamantino vai me contar a *história* do Brasil, e ele faz questão de começar desde o início:

... e então estavam já os bandeirantes no Brasil, depois que eles chegaram de Portugal. E aí encontraram com os índios. E Pedro Álvares Cabral, junto com o padre, aquele monte de homem diferente... Aqui em Goiás chegou o Diogo Anhanguera. E encontrou com os índios, e o Anhanguera disse que podia controlar o fogo: e acendeu um fósforo e os índios ficaram com medo... E aí os índios largaram as flechas, e começaram a gritar! “Anguera, anguera, anguera!”. Sabe o que é isso? Quer dizer “diabo velho” na língua deles, xingando os bandeirantes porque eles eram tudo barbudo...

E os bandeirantes sabiam fazer muitas dessas mágicas, enganavam os índios, e os índios não sabiam se acreditavam naquilo. E aí Pedro Álvares Cabral disse: “Se vocês agirem com a gente, vamos pôr fogo!”. E os índios: “nó, nó, nó!”. E foi daí que surgiu o nome daquele lugar... E os índios chamaram eles para a aldeia – e na aldeia, Diogo Anhanguera encontrou as pepitas de ouro... Que os índios não sabiam que eram valiosas, e que deram então pra ele!

No relato de Seu Diamantino, Diogo Anhanguera dá lugar a ou substitui Pedro Álvares Cabral. Mais do que um lapso por parte dele, me parece que a (con)fusão entre estas duas figuras é significativa, como veremos adiante. E a *história* prossegue...

- A Princesa Isabel libertou os africanos, do *cativeiro*. Libertou, mas na Bahia eles continuaram. E ficaram trabalhando como escravos em muitos lugares.

- Aqui também foi assim, Seu Diamantino?

- Ah, aqui em Goiás também, em Goiás e tudo. Aqui no Goiás foi o... – ...esses, de que eu falo... Esses... Os Terror... Os Terror, os terror dos homens de Goiás: os Caiado, Totó Caiado e os dele... (E você não é dos Caiado não, é, André? Ah, bom saber. Mas eu já imaginava já que não era não!) E da escravidão já tinham libertado os escravos! Mas na Bahia não. E aí esses da Bahia fugiram e vieram para onde hoje fica Arraias – que tinha esse nome porque aí no rio tinha muitas arraias... O Brasil era libertado, mas na Bahia ficou esse *sufrimento*, os negros *cativos* rodando engenho, aquele engenho velho e no formato antigo, fazendo melado e rapadura....

Mas agora os tempos são outros. Desde que Pedro Ludovico derrotou os Caiado – assegurava-me Seu Diamantino – estes últimos deixaram de ser tão perigosos como o eram antes. Pedro Ludovico, afinal de contas, era aliado de Getúlio Vargas. E não fora este último o primeiro e maior presidente do Brasil, aquele que tornara possível que o *direito* vencesse o *dinheiro*? E Seu Diamantino se punha a recitar...

Ora viva Dr. Pedro Ludovico
Que trabalhou pelo estado
E mudará nós das montanhas
E das unhas dos Caiado¹⁶⁶...

Através de outro poema – intitulado, sintomaticamente, “Gratidão Sertaneja” – Seu Diamantino recordava de uma experiência vivida por ele mesmo, referente às tentativas de alguns fazendeiros poderosos grilarem as terras em que ele e outros de seus conhecidos viviam então. A associação destes fazendeiros aos Caiado, e ao “terror” identificado a estes últimos, é feita pela comparação do que se passou nesta ocasião e do que enfrentou sua avó: se ela foi *corrida* pelos Caiado (no episódio relativo ao ouro enterrado, descrito no início deste capítulo), ele quase o foi por aqueles fazendeiros. Quem socorreu Seu Diamantino não foi Pedro Ludovico, mas Ari Valadão, governador do estado no final dos anos 70 que, segundo ele, deu prosseguimento à tradição de defesa do *pequeno* iniciada por aquele. Foi Ari Valadão, assim, quem lhe permitiu enfim ter sua terra *documentada e titulada*.

Longa viagem até o governador, viagem a ser lembrada para sempre: em nenhum outro momento de nossas conversas ele me brindou com uma narrativa tão cheia de detalhes e minúcias, que contrastavam de forma clara com o uso reiterado de bordões e repetições que

¹⁶⁶ Sobre a associação privilegiada entre as unhas e o diabo no folclore do sertão nordestino, assim como a sua importância na “educação da criança sertaneja”, ver Campos (1973); em especial o capítulo intitulado – não por acaso – “O importante Senhor Diabo e a magia das unhas”.

caracterizavam a maior parte de sua *palestra*. O poema em questão, nas suas linhas iniciais – Seu Diamantino esqueceu o resto – diz o seguinte:

Senhor Governador, permita nossa expressão,
 Em nome de todos os posseiros, dou-te esta gratidão.
 Depois da esperança perdida,
 Em um beco sem saída
 Achamos em ti proteção.
 Não temos com que pagar, mas queria agradecer
 O que de ti recebemos, eu não sei esclarecer.
 De ameaça e opressão, de dura perseguição
 O senhor veio nos socorrer.
 Um povo que trabalhava, sem inveja e sem porfia
 Apenas pra defender o pão de cada dia,
 Pelo crime de ser pobres sofremos opressão aos nobres
 Na mais dura covardia.
 Nossas casas sertanejas e nossa alimentação
 Foram transformadas em cinzas, fumaça fogo e carvão
 Por homens duros e tiranos
 Nem parecem ser humanos
 Sem amor sem coração .
 Ameaçados de morte, desesperados da vida,
 Vingar não é a solução, pra quem está sem saída
 Quem está com fome e tristeza,
 Desejando chegar numa mesa
 Bem repleta de comida.
 Torturados e oprimidos, tomamos esta decisão
 Partimos para Goiânia, em busca de solução
 Nós fomos bem recebidos e em seguida socorridos...

O tempo dos coronéis, *cangaceiros*¹⁶⁷ e fazendeiros todo-poderosos parece ter ficado para trás. Ou ao menos acabou aquele tempo em que eles encarnavam a força máxima, o poder supremo. O poder do *dinheiro*, nesse sentido, é contrabalançado pelo que pode o *direito*, pelas ordens que emanam de Goiânia ou Brasília¹⁶⁸. Até mesmo no Pará, onde mora um dos filhos de Seu Diamantino, as coisas mudaram: Jader Barbalho não é mais o mesmo, não dispõe daquele seu antes tão temido exército particular, formado por jagunços e garimpeiros... Se este último continua mandando, é sim porque continua um *político*. O tempo dos *direitos* sinaliza mudanças de ordem política no país como um todo. Enfraquecidos os antigos fazendeiros, é agora o *governo* quem manda.

¹⁶⁷ Era assim que Seu Diamantino e outros de meus conhecidos se referiam a Zé Porfírio, famoso por ter liderado o que ficou conhecido como “Revolta de Trombas e Formoso” nos anos 60 – dois municípios que, como já indiquei, fazem fronteira com Minaçu.

¹⁶⁸ Cf. Velho (1979, p. 182), a respeito dos trabalhadores estudados por Sigaud (1979, p. 224): “A nova legislação que garante para eles certos direitos (tal como o salário mínimo) é vista como uma espécie de ‘presente’ do *governo*, tal como antes o que recebiam do senhor de terras era visto como ‘presentes’. Nessa medida parece-nos que os trabalhadores refletem ideologicamente a contínua lógica autoritária subjacente ao sistema, juntamente com a mudança do *locus* principal da dominação política”.

Começa a chover, todos correm para debaixo do telhado, mas Seu Diamantino prossegue com a *história* e a *aula*, aparentemente sem se importar em se molhar:

Escuta, a mineração! A mineração, André! Nós, proprietários, tínhamos fazendas. Os garimpeiros tinham o rio... Mas aí vem esse IBAMA, e agora pra fazer tudo tem que ir conversar com o IBAMA. Para pôr uma roça, para tirar uma madeira, tem que comunicar... E se não comunicar leva um bronca danada, recebe multa...

Já agora os estrangeiros... Vão tirar rios de dinheiro do nosso país brasileiro! E agora o brasileiro está sem *direito* no seu próprio país... A Alemanha, me diz, qual a capital da Alemanha? O Hitler...

Então eles fecharam tudo, o subsolo. Que a maior riqueza está no subsolo, você sabe, né? Lá tem mais riqueza do que em cima da terra, que fazenda, que comércio, que indústria. E o garimpeiro, o que é? É quem vive dessa riqueza, é o possessor do rio... Em Serra Pelada tinham descoberto mais de 20 minérios que nunca tinham aparecido em nenhum outro lugar do mundo. 20, 60 e tantos minérios... Mas é para que? Para vender para os países estrangeiros, a riqueza vai toda embora.

E aqui? Aqui a água tomou. Aqui fecharam os garimpos, ficou todo mundo com a cara para riba, eles levaram as máquinas embora. E isso foi pior que bandidagem... E agora os estrangeiros, esses estrangeiros de país estrangeiro (que é às vezes só uma ilha), agora os estrangeiros vêm pra cá. Eles vêm... E o Lula, cadê que não vem ele também pra esses lados? Aqui ele não vem não.

Nós somos proprietários, nós somos bandeirantes, nós tínhamos o *direito* de tirar do subsolo... Agora não tem mais o *direito*. Não tem *direito* de tirar do subsolo, não tem o *direito* de pôr uma roça sem comunicar, não tem o *direito* de tirar uma madeira para esticar o arame. Agora são os estrangeiros que têm o *direito*. O brasileiro não tem o *direito*... Agora, luz, o brasileiro paga. Paga a luz, e o dinheiro fica uma parte aqui, para o município. E a outra vai para o estrangeiro, pela rede de luz eles ganham dinheiro de um país para outro...

Os três últimos parágrafos deste depoimento são já familiares ao leitor. Apresentei-os no capítulo 2, justamente no tópico em que discutia a transformação do “mato” e do “cerrado” em “meio ambiente”, após a construção da Usina de Cana Brava. Privando as pessoas da cidade do acesso a áreas que antes lhes eram acessíveis, estas últimas se dizem *sujeitas* ao que determinam as *leis* do IBAMA, cuja aplicação é garantida também pela “polícia federal”. Elas não têm mais o *direito* de pescar, de recolher madeira, de caçar...

E essa parece ser o arremate da história para Seu Diamantino: aquele mesmo *direito* que havia vencido o *dinheiro* – livrando, por exemplo, Goiás das “unhas dos Caiado” – se virou contra aqueles que foram um dia seus supostos beneficiários.

Toda essa história do Brasil que nos foi narrada possibilita a explicitação da existência de uma desconfiança de longa data diante destes homens que vêm de fora, *enviados* sabe-se lá

por quem, carregando e manipulando seus *papéis* e se valendo deles para usufruir das *leis*, volta e meia trazendo problemas para o povo...

Os garimpeiros decerto têm boas razões para suspeitar dessa gente que faz *pesquisa*. Quem não enfrentou – ou ao menos ouviu falar – do que fazem as grandes *firmas* para se apossarem de uma jazida que lhes interessa? Estas últimas, amparadas pela *lei* e dela se servindo, podem ainda apelar para a polícia, e usufruem de uma imunidade que lhes permite pintar e bordar, fazer o que bem lhes interessa. Os maranhenses que encontraram a pedra cabeluda sabem também que não se pode confiar muito nessa gente. Foram eles quem encontrou a pedra, mas foi Joseph Milewski – bem relacionado com o *governo* e os *poderosos* – quem obteve o *direito* de explorá-la, sabe-se lá através de que procedimentos... Fora o que podem fazer os temidos grileiros do Pará, Maranhão e Mato Grosso... No que se refere ao próprio Seu Diamantino, até mesmo sua fazenda, *documentada* e *titulada* pelo governador, foi parar debaixo d'água, por causa da barragem.

De certa forma, o final da história – aquele que nos é apresentado por um indignado e molhado Seu Diamantino – guarda uma série de semelhanças com outros momentos e episódios da *história* do Brasil. Cenas que se repetem: o estrangeiro que *chega* com coisas “mágicas” e estranhas que assustam e fascinam, que desconcertam – e que estão, sempre, interessados em se apropriar de alguma riqueza existente no local para onde se destinam. Desde seu ‘ato fundador’ – sua descoberta por Pedro Álvares Cabral no momento em que ele sai do barco e toca o solo – a *história* do Brasil parece marcada pela reencenação ou volta de um mesmo tipo de encontro – passando pelo Anhanguera, pelos *estrangeiros* que roubaram o sino de Pilar e por Joseph Milewski, e chegando aos tempos mais recentes com os *estrangeiros* construtores de barragens...

- E você não é dos Caiado mesmo não, não é mesmo, André?

Homens de gravata e de capa verde

Ao comparar o seu Livro das Histórias da Bíblia com aquela bíblia “toda branca” dos *crentes*, Seu Diamantino aproveitava e criticava estes últimos, que pareciam muito lhe incomodar. “Agora hoje a Bíblia é branca, pra modo de o povo não compreender...”. Disso nós já sabemos. Mas nestas suas críticas aos *crentes*, a constante menção a certo ponto chamou minha atenção: o fato dos pastores estarem sempre vestidos de gravatas. Isso me interessou também porque, em outras circunstâncias, outras pessoas haviam destacado o mesmo ponto. “André, deixa eu te perguntar uma coisa, que eu sempre quis saber. Por que é

que esse pessoal evangélico veste gravata?”. Realmente não sei como responder a essa pergunta, cara Elenita...

Na porta da secretaria do MAB, me encontro com Alberico – e logo me dou conta do quanto ele parece abatido. Já dispondo de alguma intimidade com ele, pergunto o que aconteceu.

Ah, é que acabei de voltar de Palmas. Estive lá para resolver aqueles problemas a respeito da minha aposentadoria, lembra que te contei? É essa minha hérnia de coluna, que arrumei carregando sacos de cimento nas obras da usina. Agora, como você sabe, não tenho a menor condição de trabalhar, essa coluna me mata... Pois fui lá atrás do meu *advogado*. E descobri que este homem está me enrolando esse tempo todo! Nem dar entrada com os *papéis* ele não deu! Pra completar, ele bagunçou com meus *documentos* todos. Sei que Deus castiga, mas não dou certo mesmo com essa gente de gravata, crente... Meu advogado é um *pastor*... Pra falar a verdade, ele nem *advogado* de verdade é...

Tenho dificuldades em compreender, a partir desse relato, o que ‘realmente’ se passou nesta situação. Eu já tinha conhecimento, havia algum tempo, das dificuldades que Alberico vinha enfrentando com a justiça – afinal de contas, ele estava constantemente se ausentando de Minaçu para ir até Palmas, para encontrar-se com este “advogado”. No relato acima transcrito, porém, ele chega a dizer que este homem não era um “advogado de verdade”. Seria ele um charlatão, enganando Alberico durante esse tempo todo? Ou ele não era um “advogado de verdade”, na opinião de Alberico, por que era incompetente ou inescrupuloso? E seria ele de fato um *pastor*? Ou estaria Alberico lançando mão de um artifício retórico, estabelecendo uma analogia entre seu advogado e aquelas pessoas que, na sua opinião, são também conhecidas por vestirem ternos e gravatas e por enganarem as pessoas?

No hotel onde eu *de-morava*, presencio uma conversa em que um dos guardas comenta com outro qualquer coisa a respeito dos rapazes *crentes* que iriam passar a noite ali. Descubro mais tarde que ele estava sendo irônico ao fazer essa referência: as pessoas em questão eram “fotógrafos”, vindos para Minaçu para registrar a cerimônia de formatura de uma turma que se graduara no núcleo local da Universidade Estadual de Goiás. Jovens, bem-apegoados, barulhentos e festeiros, vestindo ternos escuros e dirigindo carros novos, estes fotógrafos provocaram certo fascínio nestes dois adolescentes. De acordo com aquele já mencionado padrão de interação que caracterizava a relação dos guardas com os hóspedes do hotel, os primeiros estavam sempre a provocar os segundos: insistentemente, chamavam-nos de “crentes” ou então de “MIB, os homens de preto”. Neste último caso, faziam referência ao blockbuster em que dois investigadores de uma agência secreta do governo americano perseguem e controlam alienígenas que vivem disfarçados entre os humanos – sempre

alinhados, trajando ternos e gravatas e óculos escuros de marcas famosas. Fotógrafos, investigadores, *pesquisadores*: todos eles profissionais produtores de *provas* vindos de fora.

Numa conversa informal na secretaria do MAB, o assunto é o presidente Lula, cuja imagem está representada num imenso cartaz eleitoral pendurado na parede da sala de reuniões. Os comentários a respeito dele são todos elogiosos, e giram em torno do feito admirável que foi a sua ascensão de nordestino *pobre* a presidente da República. Um dos participantes expressa uma opinião que, a julgar pelo silêncio aquiescente e reflexivo que se segue a ela, parece ter merecido a aprovação dos seus interlocutores: “Um homem quando veste um terno e uma gravata, aí mesmo é que vira um homem de verdade!”.

De tudo isso, o que parece estar claro é que estas pessoas que vestem gravatas são pessoas “de fora” – no sentido de que são externas àquilo que poderíamos chamar, com Bailey (1971, pp. 302-3), de “comunidade moral”:

“The steps by which categories of people are charted as marginal [i.e., “as outsiders”] are not evenly spaced. For the villagers whom I knew the moral community comprises their own family, the members of their own caste in the same village, their fellow villagers (markedly graded according to their distance from ego in the caste system), their kinsmen in other villages and their caste fellows in other villages, and getting near to the limit, people of other castes in those same villagers. Then, after a gap, come people who are villagers like oneself, with the same style of life and speaking the same dialect, but with whom, as yet, no connexion can be traced (...) Beyond this category are people whose culture – the way they speak, the way they dress, their deportment, the things they speak about as valuable and important – places them unambiguously beyond the moral community of the peasant: revenue inspectors, policemen, development officers, health inspectors, veterinary officials and so on; men in bush shirts and trousers, men who are either arrogant and distant or who exhibit a camaraderie which, if the villager reciprocates, is immediately switched off; men who come on bicycles and in jeeps, but never on his feet. These are the people to be outwitted: these are the people whose apparent gifts are by definition the bait for some hidden trap”.

Carvalho Franco (1997, pp. 32-34) considera um caso ainda mais próximo àquele de que trato aqui (havendo, sem sombra de dúvida, conexões históricas e culturais facilmente discerníveis entre eles). Como já indiquei na introdução deste trabalho, por um lado ela lembra que as “fronteiras do *in-group* e do *out-group*” são dificilmente discerníveis num contexto onde a mobilidade e a cultura compartilhada tornam “relativamente fáceis a incorporação e a acomodação de estranhos”. Mas é preciso ficar atento para quem são estes “estranhos” aí mencionados: talvez seria melhor designá-los como “desconhecidos”, visto que, neste nível da sua discussão, o que está em jogo são pessoas que possuem a “mesma cultura material” e as “mesmas crenças”: o que certamente facilita seu deslocamento e seu *de-morar* aqui e ali. Num outro plano, esta mesma autora chama a atenção para a existência de

outros ‘estranhos’ – e ela associa explicitamente estes últimos a “instituições alheias ao mundo caipira”: não é do homem livre, pobre e móvel que ela está a tratar – mas do soldado, do padre, da autoridade pública.

Esta intensa circulação das pessoas não implica assim no apagamento das fronteiras da “comunidade moral” definida – conforme toda a discussão deste capítulo até aqui – em contraposição a estes estranhos que vestem gravatas, ou *chegam* “de fora”, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, do *sul* ou do estrangeiro, “never on his feet!”: fotógrafos, advogados, engenheiros, investigadores ou policiais, gente que faz pesquisa...

Voltemos, diante disso, a considerar os crentes. Como considerá-los, com suas gravatas, “homens de fora”? Muitos destes pastores não são pessoas conhecidas, vizinhos ou parentes das pessoas de que trato aqui? Seu Diamantino mesmo não tem um parente que é pastor?

Agora hoje a Bíblia é branca, para modo de o povo não compreender, pra achar que Deus é o homem de gravata. Hospital, ambulância, escola, ponte, estrada, poste de luz – você já viu algum pastor fulano que fez isso? Já viu algum pastor safado que usa a gravata levar o povo de ambulância pra São Paulo, pra Goiânia? Ele constrói ponte sobre o Araguaia? Quem faz isso é o prefeito e o governo estadual e federal do Brasil. Com dinheiro nosso, da nação – nós fazemos uma compra no mercado e tem imposto, tem desconto. Hoje eu não creio é em crente...

A afirmativa é simples só na aparência, e precisa ser examinada com cuidado. Pois ao vestir a gravata, o pastor se arroga, de acordo com Seu Diamantino, ser algo que ele não é: ele se fantasia, com o objetivo deliberado de enganar. E certamente não é por acaso que ele se vista de político, ou como este último. Pois o político, neste contexto e de acordo com o depoimento acima, é alguém que de fato *ajuda* o povo. Independentemente de outros de seus traços, ele é alguém responsável pela construção de estradas, hospitais, pontes, escolas – feitas com o dinheiro do próprio povo. Tendo estas questões na cabeça, e já fazendo algumas associações durante o trabalho de campo, perguntei a um conhecido se o Gugu – o apresentador de TV que tanto fascinava minha amiga Aparecida – vestia gravata. Sua resposta foi incisiva: “Mas é claro que sim! Por exemplo, na hora em que ele vai entregar uma casa nova para uma pessoa...”. As gravatas, assim, parecem ajudar a identificar estas figuras de fora que *ajudam o povo* – e, justamente por fazê-lo, parecem ter direito de portar tal apetrecho. Sim, eles *ajudam o povo*...

Mas a respeito desta *ajuda* é preciso lembrar – apelando a Bailey (1971, p. 303) mais uma vez – que meus interlocutores sabem bem que esses “apparent gifts” podem e costumam ser “the bait for some hidden trap”. Mesmo Aparecida tinha suas dúvidas sobre o Gugu – vários conhecidos diziam a ela que o programa dele era só *ilusão*. E ela levava e não levava

estes comentários a sério... Já para Seu Diamantino, não havia muitas dúvidas de que há algo de enganoso e perigoso nos pastores e naqueles que, como estes últimos, lançam mão de gravatas e “folhas todas brancas” para enganar o povo.

Comparemos, assim, estas suspeitas àquilo que Velho (2005, p. 29) – tratando daqueles camponeses da fronteira no baixo Tocantins – chamou de “desconfiança ontológica”. Esta última estaria associada a

“uma postura, por assim dizer, epistêmica, que sempre supõe uma segunda leitura ou um duplo sentido em tudo. Esta postura (...) pode desenvolver-se utilizando a figura da Besta-Fera e a imagem do cativo; mas (...) pode também lançar mão de outros recursos disponíveis, sejam eventuais (...), sejam mais permanentes, como o *capa verde*, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando a paz e fazendo a guerra”.

Neste momento, e desta citação, interessam-me menos a questão da “desconfiança ontológica” do que a sugestão de Velho de que ela se manifesta através de diversas figuras e imagens “disponíveis, sejam eventuais, sejam mais permanentes”. Pois se estas figuras e imagens podem variar, há por outro lado uma série de traços em comum marcando todas elas. Nesse sentido, o próprio *capa verde* mencionado acima oferece um ponto de partida interessante. Outros autores dedicados ao estudo de grupos ‘camponeses’ no Brasil Central mencionam esta figura (Martins 1980, p. 143; Vieira 2001). Esta última autora nos apresenta alguns dos seus atributos.

“*Nós tínhamos o romance do Capa Verde, tem até o retrato dele. Meu padrinho comprou esse romance no Juazeiro, quando eu era criança (no Maranhão). Ele tinha leitura e lia pra gente. É dois sinais que ele trás: os pés que é de pelo e as mão que dá bem no Joelho. Quem descobre é a criança. A capa dele diz que é verde. Ele vai sair no mundo iludindo o povo. Fazendo milagre, curando cego e alejado.* As formas diversas que o Capa Verde e a Besta Fera podem assumir fazem que inúmeras situações e ações do mundo vivido – de violência, expropriação e mesmo de presenças estranhas possam ser identificadas a estas figuras”. (Vieira 2001, p.174; em itálicos, depoimento apresentado por ela)

“*Quando fosse no fim do mundo diz que o Satanás andava fazendo milagre, curava cego, curava alejado, fazia milagre igual Jesus Cristo. Eu sou cismada com isso, porque ele vai fazer a bramura dele faz com nome de Deus! Ele oculta! Faz aquilo pra iludir! Eu sou veaca, eu tenho medo de Satanás.* Tanto Besta Fera como Capa Verde parecem ser a encarnação do Mal, ainda que ambas se apresentem sob disfarce, eles *ocultam*, utilizando meios sedutores para envolver, *laçar* os humanos (...) A Besta Fera submete pela sua *marca*, o 666, e vem disfarçada nas mercadorias e nos documentos. Já o Capa Verde usa o disfarce da própria religião, vem como um *padre*, parecendo representar o anticristo” (Vieira 2001, p. 171).

Como os interlocutores de Vieira, Seu Diamantino é “velhaco¹⁶⁹” – não traiçoeiro, mas esperto perante os que pretendem ludibriá-lo. E chama a atenção o fato de alguns destes

¹⁶⁹ O Aurélio é mais uma vez inspirador: “Brasileirismo, nordeste. Diz-se do animal que não se deixa prender ou conduzir com facilidade; reboleiro”.

atributos do Capa Verde serem identificados por ele também nos pastores evangélicos: eles se arrogam a capacidade de fazer milagres, curando cegos e aleijados; e fazem isso em nome de Cristo, fazem as pessoas acharem que “Deus é o homem da gravata...”.

As idéias presentes nestes casos me interessam sobretudo pelo fato de aí estarem explicitadas de forma contundente alguns traços que se fazem presentes em outras situações, um mesmo esquema básica subjazendo a diversas delas: homens de fora que *chegam*, apelando a coisas “mágicas” que seduzem (Velho 2007a) e *iludem*, com a intenção de *pesquisar* e/ou se apropriar de riquezas, volta e meia prejudicando o povo...

Recapitulando elementos dispersos já discutidos aqui, lembremos de como, na história de Seu Diamantino, Diogo Anhanguera/Pedro Álvares Cabral é nomeado (“diabo velho”) pelos índios, e de como ele apela para os fósforos para encantar, intimidar e enganá-los, e para se apropriar do ouro; de como Seu Diamantino se refere aos Caiado: “Os Terror”; daqueles que, conforme a discussão do capítulo 2, foram *laçados* (da mesma forma que a Besta Fera *laça*) no nordeste para trabalhar na SAMA, revoltando-se depois com as condições com que se depararam em Minaçu; da resistência destas pessoas a “laços” ‘sociais’ *duráveis*, nas fazendas ou nas *firmas*, implicando por vezes em imobilização e/ou *cativeiro*; dos estrangeiros que *chegam* para construir barragens, e se apropriam dos *direitos* do povo...

É assim que figuras como um antropólogo – vindo de fora, ouvindo e registrando a palestra do povo, hospedando-se em hotéis – não são desconhecidas daquelas pessoas. Muito pelo contrário, estas pessoas parecem conhecê-las bastante bem. Ao perceber isso, passei a me dar conta de algo que me pareceu, num primeiro momento, surpreendente: eu estava ali para ‘conhecer’ ou ‘entender’ aquelas pessoas e seu modo de vida, dedicando-me arduamente a essa tarefa. Mas mesmo depois de bastante tempo, já familiarizado com a cidade e seus habitantes, e já tendo avançado nesse meu esforço compreensivo, parecia-me curioso constatar que eu ainda permanecia ‘em desvantagem’ perante eles. A ‘desvantagem’ a que me refiro aqui é algo que diz respeito à natureza do conhecimento do ‘outro’: o que eu sabia sobre eles, mesmo após tanta convivência, trabalho e estudo, parecia ser menos do que eles sabiam sobre mim e o universo ao qual pertenço.

Todo este conhecimento acumulado a respeito destes homens de “fora” pode ser relacionado à formulação do jagunço Riobaldo citada algumas páginas atrás: diante de seu ouvinte, alter ego do escritor Guimarães Rosa, ele comenta que este último é seu “amigo”, mas também seu “estranho”. Como neste caso, a própria categoria *amigo* (e variações como o *fazer amizade*) devem ser consideradas com algum cuidado. Lembremos de quem eram os *amigos* de Aparecida. Não estou com isso insinuando que existe algo de hipócrita no uso do

termo – o mesmo valendo para a polidez e a cortesia que invariavelmente marcam as relações com os “homens de fora”. Longe disso, o que quero destacar é que as suspeitas – como Velho (2007a) sugeriu ao falar naquela “desconfiança ontológica” – não impedem ou inviabilizam as relações dos ‘locais’ com estes “homens de fora”. Sendo um pouco malicioso, eu poderia até mesmo dizer que estas suspeitas ‘apimentam’ estas relações: a desconfiança se fazendo presente lado a lado com o fascínio e o prazer de interagir com o que é diferente...

Mas antes de prosseguir com estas pessoas e suas desconfianças, façamos um breve parêntese: a “molecada” tem algo importante a nos dizer sobre *livros e papéis*.

Os jovens militantes e o imperativo do estudo

E Pedro Osório não podia parar quieto. O estatuto do seu corpo requeria sempre movimentos: tinha de estar trabalhando, ou caminhando, ou caçando como se divertir.
Guimarães Rosa – O Recado do Morro

A minha intensa convivência com os jovens locais que se *formavam* enquanto militantes permitiu-me apreender algumas das tensões decorrentes da “necessidade de ler” naquele universo. Como afirmei acima, para Seu Diamantino, estes rapazes e moças eram exatamente iguais aos seus netos: *liam* as coisas mas nunca as entendiam, limitando-se a repetir tudo “como papagaios”. Dada a dedicação e a seriedade com que estes jovens encaravam a militância, eles se pressionavam (e se sentiam pressionados) a se debruçarem intensamente sobre os livros, concedendo-lhes uma atenção que, do seu ponto de vista, estava intimamente associada aos “princípios e valores” que explicitam como deve um militante se comportar.

Estes rapazes e moças conheciam minhas ligações com o MAB Nacional, e sem muitas dificuldades foram capazes de me situar e ao meu trabalho no contexto das relações existentes entre os movimentos sociais e certos segmentos da universidade. Também por isso me tomavam como referência ou parâmetro: afinal de contas, no que se refere ao que para eles era um imperativo – a familiaridade com os livros – eu era mais que um modelo. O fato de que eu estava volta e meia lendo alguma coisa – com frequência, o próprio material que eles tinham e me disponibilizavam – causava-lhes certo incômodo, inúmeras vezes explicitado. “Ai, lá vai ele ler de novo. Tem tanto que ler assim? Você não cansa, sua cabeça não dói? Ficar tanto tempo *parado*... Tenho mesmo que começar a ler mais...”. E por inúmeras vezes conversamos sobre este imperativo do estudo, eu sempre a lhes dar dicas a respeito de como lidar com a leitura, ou a argumentar como era importante tentar fazer dela algo prazeroso, ou

então a discorrer sobre como estudar... De fato, juntos fizemos isso – estudar – em um sem-número de ocasiões. Nestas situações, era também a minha “militância” o que estava em jogo. Afinal de contas, a minha relação com o movimento estava orientada pela minha condição de *assessor*, atualizada e formalizada pela minha participação no Curso da Energia como *orientador*.

Na medida em que eu tentava ‘ensinar’ algo que me era familiar, estas experiências permitiram-me refletir sobre práticas que estavam para mim, até então, naturalizadas – por exemplo, no que se refere às minhas próprias maneiras de *ler*. Certamente o que interessa aqui são as maneiras como eles fazem isso, e não eu. Mas foi somente através dessa desnaturalização que pude fazer comparações e descobrir diferenças (o movimento oposto, naturalmente, também ocorrendo).

Minha amiga Cleydete fazia um dos cursos universitários que surgiram dos convênios entre os movimentos sociais e a Universidade Federal de Goiás. Volta e meia estava a reclamar sobre a sua dificuldade em terminar os trabalhos que tinha que fazer entre um período e outro. Alguns dias, decidida a meter a cara nos livros e a dar conta de suas obrigações, reunia todo o seu material numa enorme e pesada mala de viagem preta, que arrastava com alguma dificuldade pelas ruas de Minaçu até a secretaria. Aí, sentava-se na mesa e tentava estudar. Argumentei com ela, por diversas vezes, que aquele não era um bom local para isso. Havia muita gente, barulho, como ela iria se concentrar? Demorei a perceber como, para ela e para outros militantes, a idéia de que se deve estudar num lugar sossegado e isolado, a sós, não tinha nada de óbvio. De fato, como me foi explicitado por eles, a própria idéia de um lugar *sossegado* remete aos privilégios de “burgueses” como eu; de gente de classe média ou alta que tem uma casa grande o suficiente para permitir que alguém se isole num cômodo, afastando-se dos outros ou de distrações como a televisão. *Pobre* que é pobre não tem como fazer isso, está junto de outro *pobre* o tempo inteiro... Por outro lado, não tenho dúvidas de que meus comentários e dicas foram encarados com alguma atenção. Tendo plena consciência do desafio que lhes fora colocado ao investirem na carreira de *militante*, eles sabiam que teriam, eles também, que relativizar seus próprios hábitos e tentar reproduzir, minimamente e em condições relativamente desfavoráveis, certas práticas comuns entre os “universitários”. (E fico satisfeito por poder dizer que alguns deles – como a própria Cleydete – têm sido muito bem sucedidos neste desafio).

O que me parece sugestivo em tudo isso é que estes exemplos nos permitem perceber como a ‘nossa’ forma de ler ou estudar envolve um afastamento ou distanciamento do *mundo* que vigora em condições relativamente específicas, talvez raras naquele universo. O uso do

termo *mundo*, nesta última frase, é mais do que proposital: aqui tenho em mente justamente as idéias de instabilidade, movimento e confusão que, nesse sentido, se opõem de modo exemplar àquele *lugar sossegado* para o estudo de que eu falava para Cleydete.

O afastamento ou distanciamento de que falo aqui me parece estar bastante próximo do que Goody (1987, p. 185) vai chamar de “descontextualização” ou “formalização”, ao discutir o significado da ida para a escola de uma criança pertencente a uma “sociedade oral”:

“The whole process of removing the children from the family, placing them under special authorities, can be roughly described as one of ‘decontextualization’, formalization; for schools inevitably place an emphasis on the ‘unnatural’, ‘non-oral’, ‘decontextualized’ process of repetition, copying, verbatim memory. A recognition of this tendency will help to understand the contrast with oral societies, where we get little emphasis on repetition, rather upon re-creation, anyhow in most of the area of cognitive activity with which I am dealing”.

Nesta citação, Goody (1987) menciona dois processos de descontextualização, para ele intimamente associados: não apenas a criança é retirada de sua família e de seu ambiente familiar para ser colocada “under special authorities” como também o conhecimento que adquire aí é “unnatural”, descolado da natureza e das oralidades e contextos convencionais. Conhecimento “descontextualizado” – desterritorializado, desenterrado, desterrado... Estas idéias me interessam sobretudo porque me parecem bastante próximas de um certo tipo de sensibilidade presente entre meus interlocutores a respeito desse tema. Ajudam a entender, principalmente, a desconfiança por eles nutrida a respeito das “folhas brancas”, nas Bíblias dos evangélicos ou nos maços de *papéis* destes “homens de fora”. Voltemos então a tratar deste tema.

Marcas, papéis e formas

Utilizei a palavra ‘Estado’: está claro a que me refiro – algum bando de bestas louras, uma raça de conquistadores e senhores que, organizada guerreiramente e com força para organizar, sem hesitação lança suas garras terríveis sobre uma população talvez imensamente superior em número, mas ainda informe e nômade (...). Tais seres são imprevisíveis, eles vêm como o destino, (...) de maneira demasiado terrível, repentina, persuasiva, demasiado ‘outra’ para serem sequer odiados. Sua obra consiste em instintivamente criar formas, imprimir formas.

Friedrich Nietzsche – A Genealogia da Moral

Vieira (2001, p. 174, grifos da autora) destaca que a Besta Fera ou o Capa Verde, enquanto “encarnações do Mal” e no seu objetivo de seduzir e enganar, *marcam* as pessoas – “as situações vulneráveis em que as pessoas podem ser marcadas [são as seguintes]: por meio da vacinação; se estiverem dormindo nus; ou através dos números dos documentos que *identificam a pessoa*, inscrevendo-a num registro desconhecido”. Não por acaso, a *marca* da

Besta-Fera aparece disfarçada nas mercadorias e nos documentos (cf. Velho 2007), ou via a vacinação. Para aquela autora, “ser registrado, identificado sob um código procedente do mundo moderno, externo ao cotidiano camponês, parece significar ser aprisionado, tornar-se cativo de um mundo do qual se desconhece as regras ou cujas estranhas normas levantam suspeitas” (Vieira 2001, p. 174).

Também a esse respeito, Seu Diamantino é explícito: se a Bíblia dos evangélicos é branca, é “para modo de o povo não compreender”, para que estes que pretendem *iludi-lo* possam fazê-lo ainda mais facilmente. As dificuldades que Alberico vem enfrentando com seu advogado de Palmas a respeito de sua aposentadoria, e a maneira como ele a explicita, reforçam a idéia de que não dá pra confiar nem num advogado com seus *papéis*, nem nos pastores com suas bíblias brancas... Quanto mais num pastor que é advogado, ou se faz passar por um, ou vice-versa...

Num dos tópicos reiteradamente abordados por Seu Diamantino em sua fala, ele afirmava, solene como quem faz uma *pronúncia* (ou seja, um pronunciamento, um discurso para o *povo*), “que nos tempos do analfabetismo as coisas eram diferentes! Aí sim havia democracia!”. Os “tempos do analfabetismo” dizem respeito, dessa forma, não apenas à época onde poucas pessoas sabiam ler. Mas também remetem a um período em que isso não era exatamente fonte de inconvenientes, o domínio dos *papéis* não sendo intenso o suficiente para suscitar temores e desconfianças.

Souza Martins (1998, pp. 713-714), tratando das “áreas de fronteira” (o que seria o caso, para ele, do nosso norte de Goiás), evoca também as desconfianças suscitadas pelos *papéis*:

Sempre que um grupo de posseiros ou um grupo indígena sofre um esbulho, o esbulho se baseia no papel escrito, o documento (...) [parecendo dotando de um] conteúdo mágico e maléfico (...) O fetiche do papel escrito é antigo na nossa cultura, cercado de uma certa aura de poderes mágicos: a popularidade dos patuás, com suas orações escritas e hermeticamente fechadas, verdadeiros segredos, é bem indicativa disso.

Com tudo isto estamos de volta aqui àquele regime de *símbolos* delineado no início deste capítulo. E a partir dele e dos exemplos acima, poderíamos então tentar extrair alguns traços que, na perspectiva nativa, respondem por esta periculosidade dos *papéis*.

A questão da grilagem de terras, neste sentido, oferece um ponto de partida interessante. Este tópico não se faz presente de maneira intensa na vida recente de meus interlocutores, e pouco tratei dele aqui. É inegável, por outro lado, que boa parte deles conhece muito bem esta realidade. Seu Diamantino, como vimos, procurou o governador Ari Valadão quando ameaçado por grileiros. E seu Alípio, já no meu primeiro dia em Minaçu,

destacava como a grilagem ajudou a empurrar muita gente no Pará e no Maranhão para os garimpos do norte de Goiás. Além disso, é preciso destacar que a memória dos episódios relativos à Revolta de Trombas e Formoso permanece bastante viva na Minaçu dos dias atuais. Grosso modo, a questão da grilagem remete assim à capacidade do grileiro produzir um *papel* dissociado de uma contrapartida ‘na realidade’ (o uso, a posse ou a propriedade efetiva).

“Nessas regiões [de “fronteira”] o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direitos. O documento ganha vida nos cartórios e tribunais, a vida postiça que pode lhe dar a burocracia pública.” (Souza Martins 1998, p. 670).

Aqueles processos de “decontextualization” e “formalization” citados por Goody (1987), e o contexto da *formação* militante em que os invoquei, sugerem algo que vai na mesma direção destes comentários de Souza Martins. Nos termos de Seu Diamantino, estamos aqui diante de “folhas todas brancas” e de “conversas de papagaio”: de falas e letras ‘desterritorializadas’ porque não referidas a *provas* ou *símbolos* capazes de acoplá-las ou ‘enterrá-las’ no *mundo*. Assim, as desconfianças e os problemas surgem, do ponto de vista dos meus interlocutores, quando os *papéis* (e as falas) passam a usufruir de certa ‘autonomia’ – como se criassem pernas e passassem a circular por si mesmos, desancorando-se do mundo, ‘des-enterrando-se’, ‘desterritorializando-se’...

Menos que propriedades ou atributos em si mesmos dos *papéis*, estamos tratando aqui de suas potencialidades. O regime dos *símbolos*, dessa forma, não exclui estes papéis – não são eles também coisas do *mundo*, sempre presentes e manejáveis? O livro da Bíblia de Seu Diamantino não é justamente isso, um livro? Mas aí os papéis são encarados – como não poderia deixar de ser diferente – justamente a partir deste regime, subsumidos a ele. Neles, como um garimpeiro que caminha a observar o solo, buscamos indícios, *provas*, *símbolos*... Neste regime, a leitura de um livro não se realiza naqueles lugares *tranqüilos* e apartados do *mundo* (eu, no silêncio e solidão do meu quarto de hotel, me entrego a estas ou aquelas páginas todas brancas que trouxe comigo do Rio de Janeiro, ligando antes o ar condicionado para que seu ruído abafe a balbúrdia típica daqueles corredores). Seu Diamantino me pede para ler uma história – já sei qual é, é de novo Noé que vamos discutir. Mas é preciso que eu a leia direito, me avisa ele, me fornecendo as instruções sobre como fazê-lo. E já sei que ele vai me interromper e corrigir quando ele achar que a minha performance não está a contento.

Devo ler em voz alta – não em silêncio – e no *ritmo* certo; de preferência, de pé – mas tudo bem, sentado pode também... É assim que um livro deve ser lido, segundo ele¹⁷⁰.

Tratamos aqui então de potencialidades, das conexões e relações em que tal ou qual coisa ou prática se insere. Lembremos assim que aqui estamos lidando com regimes de signos, e que as expressões semióticas não são dissociáveis dos agenciamentos que as executam, que as formas de ‘ler’ estão sempre acopladas a formas de ‘correr’. Não é por acaso, portanto, que os *papéis* – da mesma forma que as *leis*, a *ação social*, os *direitos* ou os *cursos* – são encarados como coisas que *chegam*; não com suas próprias pernas, é claro, mas junto com estes homens “de fora” que, eles também e como vimos, são pessoas que *chegam*. Assim, a *chegada* – enquanto modalidade de movimento associada aos homens *lidos* – parece se articular de modo privilegiado com estes signos ‘desterritorializados’ e ‘descontextualizados’: no que poderíamos chamar, em contraposição àquele regime de *símbolos* que nos foi apresentado por Seu Diamantino, de regime dos *papéis*.

A *chegada* de tudo isso, como explicitam as desconfianças dos meus interlocutores, está associada à “expansão” de pessoas que pretendem *iludir* e seduzir (Velho 2007a) para *laçar*, para dominar. Descontextualizar, desenterrar, desterrar, ‘desterritorializar’, formalizar: lançando mão de todas estas práticas, os homens *lidos* fazem de seus *papéis* algo que lhes assegura “uma independência em face das circunstâncias” (Certeau 1994, p. 47), preparando uma peculiar espaço *próprio*, que funciona “base para capitalizar os seus proveitos [e] preparar suas expansões” (p. 45).

Mas por que os *papéis* se prestam tão bem para tal intento? Por que as “folhas todas brancas” são tão eficientes para “enganar o povo”?

Em primeiro lugar, há a questão de sua própria inteligibilidade. Os *papéis* – como que por definição – são claros e translúcidos. Mas são também, por outro lado, opacos e intransponíveis. Como essas folhas “todas brancas” de uma Bíblia evangélica ou de uma pilha

¹⁷⁰A respeito do que se passa fora ou para além do regime do signo-significante, a ‘nossa’ semiótica de homens *lidos* que *chegam* e “formam”, Deleuze e Guattari afirmam (1997b): “Mesmo quando abstraímos o conteúdo em uma perspectiva estritamente semiótica, é em benefício de um pluralismo ou de uma polivocidade de formas de expressão, que conjuram qualquer tomada de poder pelo significante, e que conservam formas expressivas próprias ao próprio conteúdo: assim, formas de corporeidade, de gestualidade, de ritmo, de dança, de rito, coexistem no heterogêneo com a forma vocal. Várias formas e várias substâncias de expressão se entrecortam e se alternam. É uma semiótica segmentar, mas plurilinear, multidimensional, que combate antecipadamente qualquer circularidade significante”.

de *documentos*, eles são verdadeiros “muros brancos” (Deleuze e Guattari 1997b) que se impõem como barreiras à *leitura* ou compreensão do que pretendem estes homens *lidos*¹⁷¹.

Mas isso não é tudo, e talvez nem mesmo o mais importante. Na medida em que são capazes de existir ‘descontextualizados’ ou ‘desterritorializados’, os *papéis* usufruem das potencialidades daquela “reglamentación abstracta” de que fala Weber (1996, p. 718). Ou então, para sermos mais precisos: eles usufruem da potencialidade da “abstração”. A contrapartida de sua ‘desterritorialização’ ou ‘abstração’ é a sua capacidade de se reterritorializarem (Deleuze e Guattari 1997b) em qualquer situação concreta.

Se a construção ‘maternal’ de espaços *próprios* implica já num afastamento ou isolamento do mundo – *durar*, grosso modo, é isso – os papéis levam esse distanciamento ao paroxismo. Se eles são identificados como coisas que *chegam* de fora – do sul, dos grandes centros, do exterior – é porque, de certa forma, eles foram desterrados – foram deportados, enviados para longe. E se podem continuar a viver tão distantes de sua ‘terra’ natal – descontextualizados, desenterrados, desterritorializados – é justamente porque usufruem do que lhes permite sua singular *duração*, eles persistindo e funcionando em qualquer lugar sem a necessidade de qualquer âncora ou *prova* situada no *mundo*. A “independência em face das circunstâncias” (Certeau 1994) de que podem dispor os *papéis* tem assim como correlato a possibilidade de fazer qualquer circunstância subsumir-se ou tornar-se dependente a eles. Os *papéis* *chegam* a lugares como Minaçu com a possibilidade e a pretensão de a tudo e a todos controlar, englobando-os (Dumont 1992) ou sobrecodificando-os (Deleuze e Guattari 1997b, 1997d).

Nos termos da epígrafe de Nietzsche acima apresentada, poderíamos dizer que é isso o que define estas “formas” que as “bestas louras” associadas ao Estado vão “criar” e “imprimir” “instintivamente”: via a vacinação, via documentos e mercadorias, via cursos e escolas que se impõe àqueles que, diante destas coisas, estão como que “dormindo nus”

¹⁷¹ Ao que podemos acrescentar o que têm a dizer Das e Poole (2008, s/p). Na introdução da coletânea que organizaram a respeito das “margens do Estado”, estes autores apresentam alguns dos pressupostos e conclusões compartilhados pelos autores aí presentes: “Como otros antropólogos, comenzamos tomando nota acerca del reconocido hecho de que la mayor parte del estado moderno está construido a partir de prácticas escritas. (...) Más bien, nuestros trabajos apuntaban a los diferentes espacios, formas y prácticas a través de las cuales el estado está constantemente siendo experimentado y deconstruido mediante la ilegibilidad de sus propias prácticas, documentos y palabras”. Tal “ilegibilidade” pode ser ilustrada por minhas próprias dificuldades diante de alguns destes papéis que me eram oferecidos para que eu opinasse sobre eles: mesmo com todos os meus anos de estudo e com minha experiência de *assessor* do MAB, dominando já alguns procedimentos e trâmites legais e burocráticos relativos às barragens, por vezes me sentia completamente perdido e desorientado diante deles, para mim também ‘ilegíveis’.

(Vieira 2001): estão indefesos e mais que preparados – já despidos como convém àquilo que será feito de tábula rasa – para serem “formados”.

Breve parênteses sobre a militância enquanto “forma”

Partindo dos trabalhos de Sigaud (2000, 2004, 2005, 2008) e Rosa (2004, 2009) sobre, respectivamente, a “forma-acampamento” e a “forma-movimento” (ao que poderíamos acrescentar também a “forma sindical [para a qual] tende a organização dos trabalhadores [rurais]” – Palmeira 1985, p. 49), sugeri em Guedes (2011) a existência de uma “forma-militância”, buscando mostrar como a *formação* dos *militantes* está também orientada por esta lógica “formativa” tão disseminada, genérica e comum entre nós, homens *lidos*. O que está em jogo aí é a capacidade desta forma se reproduzir nas mais diversas situações e universos concretos, não através da desconsideração deles: mas sim pelo ‘encaixe’ destes últimos em quadros de referência *a priori* que lhes concedem sentido. Poderíamos, assim, identificar alguns eixos de variação e disseminação da forma-militância: a) um eixo geográfico (do *sul* para o Brasil, e.g.); b) um situacional (das marchas para os cursos de formação); c) um institucional (do MST para o MAB). Articulações que se processam, por exemplo, entre a *mística*, a *disciplina* e a divisão do trabalho através de *setores* ou *brigadas* vão se fazer presentes, apenas no que diz respeito ao MST, em acampamentos (Loera 2009), marchas (Chaves 2000) e cursos de formação (Frigo 2008). Para além da diversidade de situações vividas no interior de um mesmo movimento, essa maior abstração deve autorizar, assim, também a aplicação da forma-militância a movimentos diferentes que, em virtude da especificidade de suas lutas, criaram práticas e rotinas diversas (cf. Rosa 2009, p. 69). Ainda neste caso, a essa forma corresponde um vocabulário e uma gramática que tornam possível (e até mesmo estimulam) a utilização metafórica de categorias, viabilizando a contínua expansão dos espaços regidos por ela. Desta maneira, o MAB não *ocupa* terras com objetivo de desapropriá-las; mas *ocupa* (jamais *invade*) usinas hidrelétricas, e monta *acampamentos* (com lona preta e bandeiras) à sua margem. Num curso de formação realizado numa universidade pública, alguns militantes insistiam na importância daquele evento porque assim eles estavam *ocupando* espaços “burgueses” como aqueles. Estas afirmações desagradaram a alguns professores do curso (e da universidade), que encaravam os militantes como convidados ou visitantes que deveriam se subordinar às regras já vigentes ali. A bandeira (mais uma bandeira!) do movimento, pendurada numa janela do prédio, foi logo retirada por um funcionário.

É “sempre o fluxo mais desterritorializado [no caso, o fluxo das formas que *chegam*] (...) que opera a acumulação ou conjugação dos processos, determina a sobre-codificação e serve de base para a reterritorialização” (Deleuze e Guattari 1997b, p. 100). Se este é um fluxo que sobre-codifica os demais, é por que ele aparece codificado duas vezes: a) em função de sua ‘natureza’ intrínseca, das especificidades que o definem enquanto uma tradição (articulação convencional *durável* de determinados elementos); b) e enquanto código-mestre que transcende a todos os demais e lhes impõe a sua regra.

Dominâncias relativas, misturas e resistências

É preciso destacar, porém, que um regime de signos, qualquer que seja ele, nunca se apresenta ‘puro’.

“Não há qualquer razão para identificar um regime ou uma semiótica a um povo, nem a um momento da história. Em um mesmo momento ou em um mesmo povo, há tanta mistura de forma que podemos simplesmente dizer que um povo, uma língua ou um momento asseguram a dominância relativa de um regime. Talvez todas as semióticas sejam, elas mesmas, mistas, combinando-se não apenas a formas de conteúdo diversas,

mas também combinando regimes de signos diferentes. As semióticas e seu caráter misto podem aparecer em uma história onde os povos se confrontam e se misturam, mas também em linguagens onde várias funções concorrem (...), em uma conversa comum onde as pessoas que falam a mesma língua não falam a mesma linguagem (subitamente, surge um fragmento de uma semiótica inesperada)” (Deleuze e Guattari 1997a, p.71)”.

A citação interessa também por destacar a importância de considerar a “dominância relativa de um regime”, e por destacar uma das circunstâncias em que estas semióticas se *misturam* (isso é uma categoria nativa!): quando “os povos se confrontam e se misturam...”.

O saber escrito (ou seja, aquele ‘típico’ dos *lidos*) sempre esteve presente neste universo a que me dedico – e que estava, até pouco tempo atrás, sob a “dominância relativa” dos *corridos*. As “páginas brancas”, como tudo o mais, sempre estiveram por aí. Antes, porém, desempenhavam “only peripheral effects on the understanding of the world in general” – para usar os termos de Bloch (1998, p. ix). Até pouco tempo atrás, assim, o(s) regime(s) de signos dos *corridos* usufruíam de maior autonomia para orientarem e organizarem estilos de vida ou mesmo uma ‘cultura’. As pessoas aprendiam a viver *andando no mundo*, e *viviam e aprendiam* sobretudo no mundo.

Por outro lado, esta ‘autonomia’ sempre foi relativa: pois parece ser somente na relação com o *lido*, e a partir dela, que o *corrido* surge e se ‘reproduz’ enquanto linhagem ou tradição. Aquele regime dos *símbolos* não é, assim, nem uma simples reação mecânica ou resistência ao império dos *papéis*, nem algo que possa ser dissociado dele. Na sua positividade, o regime dos *símbolos* parece ser sempre

“animada pelo pesado pressentimento do que virá. (...) [Tal regime] é inteiramente destinado, por sua própria segmentariedade e sua polivocidade, a impedir o que já o ameaça: a abstração universalizante, a ereção do significante, a uniformização formal e substancial da enunciação, a circularidade dos enunciados, com seus correlatos, aparelho de Estado, instalação do déspota, casta de sacerdotes, bode expiatório...” (Deleuze e Guattari 1997b, p. 69).

Ao afirmar que as folhas brancas ou as falas de papagaio são sem sentido, Seu Diamantino não as está meramente desqualificando como coisas inúteis ou sem valor. Ele está sim exprimindo sua resistência a estas coisas, lutando e defendendo o seu ponto de vista e os valores e práticas que se vinculam a sua forma de pensar e viver o mundo. Ele está expressando o embate existente entre regimes de signos (o regime dos *símbolos* e o regime dos *papéis*), assim como está explicitando de que lado está. “Nos tempos do analfabetismo, aí sim havia democracia!”. Não custa destacar que todas as suas formulações me foram apresentadas num contexto mais que preciso: ou seja, me foram apresentadas, durante “aulas” que ele não destinava a qualquer um – mas somente a *pesquisadores*, deputados ou advogados. Ao comparar regime de signos, Seu Diamantino não atua como um pensador

qualquer, mas como um intelectual engajado – digamos assim. Isso tudo ajuda a entender o incômodo experimentado por Seu Diamantino com estes lugares que mudam de nome, e sua satisfação, pelo contrário, com aqueles que permanecem iguais. Neste último caso, após a explicitação das razões que tinham levado a tal ou qual denominação, Seu Diamantino, satisfeito e quase triunfante, arrematava seu relato com uma exclamação peremptória: “e esse nome não pode mudar!”.

A resistência às ofensivas dos *lidos* e do seu regime dos *papéis* poderia assim ser pensada – grosso modo – em duas dimensões. Do ponto de vista estratégico (no sentido que Certeau 1994 atribui ao termo), as pessoas podem tentar elas mesmas dominar os *papéis*, para em condições mais que desvantajosas lutar no mesmo terreno e com as mesmas armas – estaríamos diante aqui dos “people’s attempts to control their relationship with the dominant society, including control of the technical and political means that up to now have been used to victimize them” (Sahlins 2000, p. 475). De certa maneira, foi esse o caminho escolhido pelos garimpeiros que decidiram investir no Movimento dos Atingidos por Barragens de Minaçu – a esta questão dedico o próximo capítulo. Do ponto de vista tático, a solução seria o *dar no pé*; o *fugir*, o *vazar*, o *rasgar no trecho*, o *abrir no mundo*, o *sair no liso*.

“a fuga para outros lugares (...) vai-se transformando, a partir da segunda metade do século XIX, para amplas camadas, num comportamento característico, aderindo a uma atitude social que sempre esteve presente para os *marginais* do sistema. Como salienta Maybury-Lewis, por vezes é difícil identificar uma causa aparente imediata para esse *nomadismo*, que parece prender-se a uma ‘desconfiança no sistema’ de raízes profundas” (Velho 2007a).

PARTE 3 – LIDOS E CORRIDOS NO MUNDO E NA FRONTEIRA

3.1 A Fronteira e o Mundo

Recordo-me do que se passou num domingo, no final do ano de 2009, após uma partida de futebol da Série A do Campeonato Brasileiro em que o time do Goiás, sem maiores pretensões na competição, havia derrotado o São Paulo, um dos candidatos ao título. No final de semana anterior, esse mesmo Goiás havia atrapalhado os planos do Flamengo (que acabaria por se tornar o campeão) ao arrancar um empate num Maracanã lotado. Um homem, bêbado e cambaleante, relembra estas duas proezas do time do estado, gritando pelas ruas da cidade. “Primeiro o Flamengo, agora o São Paulo! Goiás cala a boca do Brasil!”. Independentemente das preferências futebolísticas deste homem, o curioso é o movimento metonímico de associação de dois grandes times, das maiores cidades do país, ao Brasil como um todo. Por outro lado, este mesmo movimento tornava possível a exclusão do estado de Goiás (também associado metonimicamente à equipe de futebol de mesmo nome) deste Brasil, bem como sua contraposição a ele. Mas se este homem estava gritando pelas ruas, após o jogo, era também porque ele sabia que haveria pessoas que se incomodariam com seu comentário – sem sombra de dúvida, ele provocava torcedores do São Paulo, e talvez também do Flamengo. E estes últimos não apenas existiam como eram muitos. Na última rodada deste campeonato, quando o Flamengo sagrou-se campeão, comitivas de carros e torcedores extasiados tomaram as ruas da cidade, festejando o título até altas horas da madrugada. Discutindo futebol com as pessoas de lá, argumentei por diversas vezes, com indignação genuína, que eles não deveriam torcer para times de São Paulo e do Rio de Janeiro, até mesmo porque existiam bons times no estado. Além do Goiás, havia o Vila Nova e o Atlético Goianiense, que disputavam a série B naquele ano (esta última equipe conseguiu, inclusive, ascender para a Série A nesta mesma época). A imensa maioria dos aficionados por futebol, porém, torcia pelo Flamengo, Grêmio, Palmeiras, São Paulo ou Corinthians – times do *sul* do país.

A menção a estes incidentes referentes ao futebol, distante dos temas centrais deste trabalho, serve, desde já para apresentar algo a respeito das ambivalências – desconfiança e

ressentimento, por um lado; fascínio e atração, por outro – que orientam as relações travadas a partir desta oposição entre o *norte* e aquele *sul*.

Esta mesma oposição, porém, pode ser encarada de outra forma – a meu ver, mais de acordo com o espírito das percepções nativas a respeito das relações entre estes dois pólos. Nas histórias de Seu Diamantino, chama a atenção a frequência com que estes que vêm do “sul” (ou do “mar”) são apresentados como pessoas que *chegaram*, no interior, no sertão ou no *norte*: sejam eles portugueses, bandeirantes, estrangeiros, fazendeiros com seus pistoleiros ou mesmo figuras como os *militantes* e este antropólogo.

Além disso, a referência àquele “Goiás que cala a boca do Brasil!” pode ser comparada a formulações mencionadas em outros trabalhos onde, como neste caso, certas áreas jurídica e politicamente pertencentes ao território brasileiro não são pronta ou imediatamente identificadas como incluídas no “Brasil”. As referências a este respeito presentes em Velho (1979) e Musumeci (1984) interessam especialmente pela ênfase que seus autores atribuem à idéia de “fronteira”, e também por tratarem de regiões, geográfica e culturalmente, não muito distantes daquela que investigo¹⁷². Velho (1979, p. 239) menciona um camponês, instalado há pouco tempo no leste do Pará, que “perguntado se venderia sua terra movendo-se para mais longe”, deu a seguinte resposta: “Depois desses anos de sacrifício, agora que isto aqui é *Brasil* eu não vou me meter de novo dentro do mato!”¹⁷³. Musumeci (1984, p. 65), destaca as afirmações dos camponeses que falavam do tempo em que “o Maranhão não era Brasil”: “não era de ninguém”, “só tinha mata”. Certamente estou tratando de um caso diverso daquele considerado por estes autores. Ainda assim, o que me

¹⁷² O trabalho de Musumeci (1984) apresenta um interesse adicional para quaisquer exercícios comparativos pelo fato dela investigar, mais ao norte da área de que me ocupo, aquela mesma “frente de expansão maranhense” que foi responsável, como já vimos, pela ocupação das terras livres situadas no que são hoje a sede do município e os arredores de Minaçu. Além do mais, como já destaquei, esta “frente” prossegue ou se articula com ‘fluxos’ mais recentes: os que responderam pela chegada de inúmeros maranhenses para trabalhar nos garimpos do norte de Goiás, nos anos 80 e 90; ou nas mineradoras desta região, nos últimos anos. Imaginar estes movimentos não como o produto de fluxos orientados por um destino, mas como o que circula (e, portanto, povoa) esta área, faz dela *mun-do*.

¹⁷³ Talvez seja interessante mencionar o trecho imediatamente anterior a essa citação: “Além do mais, voltando às suas [deste campesinato da fronteira] imagens do tempo, deve ser visto que a situação presente e a sua projeção para o futuro não são imaginadas pela maioria apenas como uma maneira de não serem incomodados e de se manter isolados. São também *um meio legítimo e desejável de encontrar um lugar na sociedade*. Como disse um deles, quando perguntado se venderia sua terra...” (Velho 1979, p. 239, todos os grifos do autor). Conscientemente ou não, Velho parece sugerir aí, em conformidade com o espírito da formulação de seu interlocutor, que, assim como o “Brasil”, a “sociedade”, nestes contextos, pode ser pensada como algo que se ‘instaura’ sob condições bem definidas, justamente na medida em que o “Brasil” se expande e que ela engloba o que, até pouco tempo atrás, era outra coisa.

interessa nas suas referências é a sugestão de que, encarado a partir da fronteira¹⁷⁴, o “Brasil” é uma entidade que se estende gradual e continuamente, em direção a onde antes – por exemplo – “só tinha mata”. A própria idéia de “fronteira”, tão fundamental para estes dois autores como para tantos outros estudiosos do interior do Brasil, já sinaliza este movimento expansivo: borda móvel que está continuamente a avançar...

A fronteira, neste sentido, remete antes ao ponto de vista de quem pertence ou acredita pertencer a este Brasil: é uma imagem bastante adequada para dar conta desta borda móvel da perspectiva de quem está no interior disto que se expande, avança e penetra (pra frente, Brasil!), cujos limites tendem a abarcar cada vez mais coisas e terras. É nesse sentido que poderíamos dizer, de acordo com os termos nativos e com a própria posição – social e geográfica – destes que percebem esta borda ou fronteira a se aproximar, que o “Brasil” é algo que *chega*. Mas de acordo com a experiência das pessoas que trato aqui, faz-se necessário precisar ainda mais esta questão. Porque o que *chega* não é o exatamente o “Brasil”, mas sim as coisas associadas metonimicamente com ele: as barragens, o *progresso*, os detetives e pesquisadores, as *leis*... E a exterioridade de todas estas coisas não deve pensada sem que levemos em conta o fato de que este exterior remete a pontos precisos de onde elas se originam – o *sul*, o litoral – e às linhas através das quais elas *chegam* até lá.

No fundo, é esta a oposição que mais me interessa aqui: a que se estabelece entre o que ‘nós’ chamamos de *fronteira* e o que meus interlocutores chamam de *mundo*. Aquele camponês citado por Velho (1979, p. 239), o que se mostrava pouco disposto a ir para mais longe uma vez que o “Brasil” chegara onde ele se encontrava, já dizia algo importante: nestas circunstâncias, ele não se dispunha a entrar no mato de novo. O que está além da borda, o que não foi englobado pela “moving frontier” (Velho 1979, p. 14), não é assim e necessariamente despovoado, virgem ou não percorrido.

Se trago o *mundo* para esta discussão, porém, certamente não é para criticar a pertinência sociológica da idéia de *fronteira*. Toda esta discussão tem o objetivo preciso de buscar descrever a distinção nativa entre dois tipos diferentes de movimento – dois diferentes *sistemas*. As idéias associadas à *fronteira*, neste sentido, ajudam a dar conta do que seriam, de acordo com este ponto de vista nativo, os movimentos e velocidades destes que vem “de fora”. Se aqueles que são *corridos* têm sua própria forma de “leitura” (aquela semiótica sertaneja que chamei de “regime de *símbolos*”), os *lidos* têm também seus modos particulares de *correr* (associados, por sua parte, àquele regime dos *papéis*).

¹⁷⁴ “Não estaremos interessados basicamente no estudo da *fronteira* como tal, mas tentando, a partir desta posição privilegiada, lançar os olhos sobre o desenvolvimento brasileiro” (Velho 1979, p. 14).

Naturalmente, para os meus interlocutores, pessoas como eu mesmo também *rodam* – e também por isso, como já sugeri, tínhamos nós todos tanto a conversar e compartilhar, a minha profissão tanto os fascinando. Ainda assim, há nos movimentos dos *pesquisadores* e *detetives* algo de mais objetivo, relacionado certamente à tarefa que lhes é colocada; ou seja, à própria natureza de seu *trabalho* e da missão que os leva a percorrer terras tão distantes. Sendo *pesquisadores*, estas pessoas estão em busca de algo, que perseguem com esta perseverança e seriedade que lhes é tão característica. Se eles rumam para estes confins e terras distantes, para o que está na “fronteira” (lembramos que esta não é uma categoria nativa), é porque aí encontram um destino. *Chegam, pesquisam, trabalham*, fazem o que tem que ser feito: e depois se vão, voltando para casa.

Não seria também em função disto que tanto desconcerto e surpresa causou em Minaçu o comportamento desta “sueca” que, pouco tempo antes de eu chegar lá, passara pela cidade? Esta mulher chegou até lá de carona com um caminhoneiro, vinda sabe-se lá de onde, sem destino certo. Uma de minhas conhecidas, percebendo que ela estava *rodada*, acolheu-a em sua casa por um tempo. Como todo estrangeiro que se preze, ela vinha acompanhada de seus *papéis*, daqueles estranhos cadernos onde ela anotava coisas, para depois montar um “jornal”... Aquilo era um “diário”? (Mas o que é exatamente um “diário”?) E para quem ela enviava tantas cartas, tantas mensagens do computador? O caminhoneiro apaixonara-se, queria que eles ficassem juntos. Mulher estranha, uma que *sai na doida*... No comportamento em si desta mulher, deixados de lado os seus *papéis*, nada de exótico para um morador de Minaçu: por mais que isso não seja muito freqüente, não são raras as mulheres que viajam sozinhas, sem rumo ou *rodadas*, apelando para caronas de caminhoneiros. Mas uma “sueca”, agindo desta forma?

3.2 Um Livro e Dois ou Três Bandeirantismos

O livro da SAMA

... os auto-móveis ouvem a notícia
os homens a publicam nos jornais
Zé Ramalho – Admirável Gado Novo

...tem sangue nos jornais e bandeiras na Avenida ‘sil
lá por detrás da triste linda Zona Sul vai tudo muito bem

Frequentemente, Seu Diamantino insistia, com o objetivo de *provar* a veracidade de um ou outro ponto de suas histórias, que tal informação se encontrava “num livro”. E não é do livro das histórias da Bíblia que tratamos aqui, mas de outra publicação que ele também possuía guardada em sua casa: o “livro da SAMA” (Pamplona 2003). Publicado por esta empresa para comemorar seus 40 anos de atividade em Minaçu, esta obra me foi inúmeras vezes indicada como referência fundamental para compreender qualquer coisa a respeito da “história” da cidade. Foi ela o pretexto que me levou, antes mesmo de conhecer Seu Diamantino, a visitar a casa de sua filha (onde, alguns meses depois, ele passaria a morar) e fotografá-lo.

Mas o que me interessa aqui são menos as maneiras através das quais pessoas como Seu Diamantino *liam* estes livros – recorrendo àquele regime de *símbolos*, por exemplo – do que os sentidos que estes mesmos objetos adquiriam para aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, na sua produção: homens *lidos* e importantes, trabalhando para *firmas*... Nesse sentido, a discussão sobre este ponto exige que nos distanciemos um pouco de nossos interlocutores privilegiados e de seu ponto de vista, para nos debruçarmos sobre algumas destas “folhas brancas” que abundam e proliferam por todos os cantos de Minaçu.

Distanciamo-nos dos nossos interlocutores: mas só um pouco. Porque aqui é preciso relativizar a distinção entre os *corridos* e *lidos* (e entre suas diferentes formas de ‘ler’ e ‘correr’), e lembrar que todo este capítulo está orientado pelo esforço de tornar mais explícitas diferenças que, na prática, não se apresentam de forma tão nítida. De certa forma, o que busquei fazer aqui foi construir, a partir da perspectiva de meus amigos, algo da ordem daqueles ‘modelos’ tão caros aos antropólogos. Ao destacar anteriormente a importância das “dominâncias relativas” dos diferentes regimes de signos, assim como o fato de que eles estão sempre *misturados*, eu já tinha em mente a questão desta relativização do ‘modelo’.

Por mais que as pessoas de que trato aqui tenham estudado pouco (ou quase nada), diversas delas são capazes de ler – no sentido mais convencional deste termo. E muitas delas concedem grande atenção a estes mesmos registros escritos dos quais tenho me servido também como material empírico. O meu interesse por estes *papéis* (que tanto me ajudam a discutir alguns tópicos, também em virtude de sua particular *duração*) tem assim sua contrapartida nativa: as pessoas de que falo aqui também se interessam por eles, dedicando-lhes atenção – se não sabem ler, procuram alguém que sabe, ou buscam se informar nas

conversas sobre o que foi publicado no jornal ou no material publicado por esta ou aquela *firma*.

A leitura que realizo destes textos escritos está orientada, também em função disso, por alguns dos sentidos que lhes são atribuído por estas pessoas: elas certamente os encaram levando em consideração as ‘condições de produção’ que respondem pelo seu surgimento. Estes textos estão assim inseridos no *mundo*; quem os maneja leva em conta os contextos em que eles apareceram: foram escritos por aquele jornalista ou este funcionário da *firma* X ou Y. Não por acaso, a obra mencionada acima é conhecida como “o livro da SAMA”.

Assim, tais textos podem também ser encarados como informes de encontros: indícios (ou mesmo *provas*) das relações travadas entre meus interlocutores e estes *homens lidos*. Do ponto de vista destes meus interlocutores, esta modalidade de encontro é uma das razões que há tempos explica o interesse dos *lidos* pelos *corridos*. Os primeiros são homens que fazem *pesquisa* – geólogos, *fiscais*, investigadores, policiais, *ambientalistas* e engenheiros... São pessoas que *chegam* em terras distantes como Minaçu também para se informar de algo, e para produzir então *documentos* e *papéis*: reportagens, trabalhos escolares, teses de antropologia, mapas geológicos, listas repletas de nomes e dados pessoais, cadastros, livros os mais diversos, relatórios para o *governo*, a universidade ou a polícia. Com grande frequência, todo este material será produzido a respeito do *povo* ou a partir das informações que ele possui. (E também frequentemente isto que foi produzido nunca chegará até as mãos destes últimos, limitando-se a trafegar por circuitos distantes e alienígenas). Textos como esses podem, assim, ser encarados como algo mais do que umas daquelas referências que costumamos apresentar no final dos trabalhos acadêmicos. Eles não são somente um item na bibliografia, pois aí eles aparecem de uma forma peculiar; e isto na medida em que estão situadas no interior do próprio universo que estudo, como coisas que pertencem a ele antes de a ele transcender.

Bandeirantismo e pioneirismo em Minaçu

É assim que, como verdadeiros protagonistas das páginas iniciais do livro da SAMA – aquelas que mais chamam a atenção dos meus interlocutores – aparecem os *maranhenses* que lá haviam *chegado* em busca de terras livres, e que acidentalmente encontraram a “pedra cabeluda”. (São estes os mesmos maranhenses já citados no capítulo 1. Dona Clementina, que nos contou sobre o trabalho na SAMA neste período, é parente próxima de diversas pessoas citadas no livro, assim como o é o marido de Dona Beata, cujo relato também se faz presente neste capítulo). No livro, não deixa de ser significativo o termo como são designados estes

maranhenses: eles são os “pioneiros”. Os que permaneciam vivos na virada do século – quando a pesquisa para o livro foi realizada – foram entrevistados e tiveram seus depoimentos transcritos e transformados no que passou então a ser a “história de Minaçu” oficial, daí por diante inúmeras vezes reproduzida, no papel ou fora dele.

Destes “pioneiros”, convertidos em função do livro em figuras notórias cujos nomes são repetidos por toda a cidade, temos informações fascinantes nesta publicação: genealogias, histórias de vida, informações sobre o rumo que tomaram; descrições detalhadas sobre a viagem do Maranhão até Goiás, sobre a escolha da terra, sobre as condições de “vida na terra nova”, sobre mortes, nascimentos, acontecimentos relevantes... A centralidade que estes maranhenses adquiriram parece responder também pelo fato de que muitos dos que ainda estão vivos reivindicam para si o direito a alguma *indenização* diante da SAMA: pois não é o próprio livro quem afirma que foram eles que encontraram a pedra cabeluda? Não foi na região por eles ‘descoberta’ e desbravada que se instalou a toda poderosa empresa?

Por outro lado é curioso constatar que, nestas mesmas páginas iniciais, sem maiores explicações surgem algumas figuras que certamente farão um leitor atento se perguntar: mas a região não era “deserta” e “despovoada” antes dos maranhenses *chegarem* lá? Pois estas figuras que subitamente irrompem no livro são garimpeiros – e seu papel nesta história certamente não é desprezível. Joseph Milewski, o geólogo então responsável pela jazida – e nas décadas seguintes o principal diretor da SAMA – descreve ele mesmo o que se passou:

“Os afloramentos foram descobertos algumas semanas antes, por acaso ou por indicação de um posseiro, pelo garimpeiro Claudionor de Souza Alves, evidentemente leigo em amianto, mas atraído pela estranha pedra cabeluda. Outros garimpeiros se juntaram logo a Claudionor, uma vez que a região era de garimpagem. Os garimpeiros traziam dois ajudantes, um deles louco, embora manso” (Pamplona 2003, p. 33).

“Prometi indenização e gratificação aos garimpeiros e intermediários em troca de cooperação. Ofereci aos garimpeiros a possibilidade de trabalhar conosco posteriormente, o que era pouco provável, já que eles têm hábitos nômades” (Pamplona 2003, p. 40).

Neste mesmo livro, eventualmente uma ou outra menção é feita também a outras pessoas que, antes dos “pioneiros maranhenses”, percorriam ou percorreram a região. São grupos já mencionados aqui: os “terríveis avás-canoeiros” (Pamplona 2003, p. 36) – seres “nômades” que todos sabiam rondar por aqueles lados, mas que muitos poucos chegaram efetivamente a ver. Ou então aqueles *bandeirantes* que no século XVIII buscavam ouro na região – e que, segundo meus interlocutores, seriam os ancestrais de todos aqueles que persistiram garimpendo em Goiás deste período até os dias atuais.

Avás-canoeiros, garimpeiros dos anos 50, bandeirantes do século XVIII: todos eles, enquanto “nômades”, parecem se contrapor aos *maranhenses* que, se merecem o título de

“pioneiros”, é também porque tinham a intenção de se “fixar” na região – de acordo com o livro, é claro. Numa outra obra onde a história da cidade é tomada como objeto (Barbosa 2002, pp. 36-38), e que em muito se serve do material fornecido pelo livro da SAMA, o surgimento da cidade é atribuído às “correntes migratórias” vindas do Nordeste: “a origem de Minaçu está ligada ao movimento das frentes de expansão que em meados do século XX buscavam áreas propícias para a prática da pecuária expansiva”.

É Seu Diamantino quem nos lembra, por outro lado, que, muito antes desta “corrente migratória” ou “frente de expansão maranhense” atingir a região de Minaçu no final dos anos 50, já havia um intenso vaivém entre o Maranhão e o norte de Goiás de que trato aqui. Circulavam por aí gente calunga, gente da sua raça, esse povo que está sempre a *tocar no mundo...* Seus bisavós (ao que me parece, em algum momento da metade do século XIX), tendo que fugir “das unhas dos Caiado”, foram lá para os lados de Codó, passando antes pela Bahia. Sua avó nasceu naquele município maranhense. De lá, anos depois, retornou para Cavalcante.

Dona Altamira chegou a Minaçu com os “pioneiros maranhenses”, nos anos 50, e também tem algo a nos dizer a este respeito. Ela se lembra que, por volta dos anos 30 do século XX, o irmão de seu pai saiu do Maranhão para os lados de Niquelândia, seguindo as margens do Tocantins. Cruzou, portanto, o norte de Goiás conforme o conhecemos hoje. Assim, parece que os maranhenses que *chegaram* nos anos 50 não estavam necessariamente desbravando uma rota pela qual ninguém tinha passado – mas antes se serviam de um caminho que já existia e lhes era conhecido, direta ou indiretamente. Tendo de fato isto acontecido, e conforme o ponto de vista e o vocabulário dos meus interlocutores, eles estariam assim antes *abrindo no mundo* do que propriamente *chegando*. Tal caminho, segundo Dona Altamira, contava até mesmo com alguns pontos de apoio e com um ‘serviço’ de recados, que circulavam através daqueles que percorriam estas vias. Foi justamente através desse serviço que Dona Altamira pôde mais ou menos mapear as pegadas de seu parente¹⁷⁵.

Assim, anteriormente à *chegada* desta “frente de expansão”, a região que é apresentada como “despovoada” ou “deserta” nos livros parecia já apresentar um razoável

¹⁷⁵ Tratando dos calungas da região de Cavalcante, Silva (1998, p. 327) nos lembra que eles, “pela ‘rota do sertão’, comunicavam-se com escravos negros do Maranhão, do Piauí, de Minas Gerais e da Bahia, território no qual, a aproximadamente 200 quilômetros da divisa com Goiás, na Serra do Ramalho, entre Correntina e Caruipe, ainda se encontra a comunidade negra denominada Cafundó dos Crioulos”. Parece-me provável que tenha sido justamente esta “rota do sertão”, ou algum trecho dela, o caminho de que se serviu o tio de Dona Altamira.

vai-e-vem de pessoas circulando por ali: sejam eles garimpeiros, avás-canoeiros ou calungas. Aquilo tudo, bem antes dos anos 50, já era *mundo*...

Mas mais do que apontar possíveis imprecisões de ordem histórica presentes nestes livros, interessa-me ressaltar alguns dos significados da idéia de “pioneirismo”.

Sendo este um objetivo deliberado dos autores do livro da SAMA ou não, a identificação dos maranhenses como pioneiros inegavelmente ressoa na própria construção da SAMA e de seu fundador – o polonês Joseph Milewski – como “pioneiros” ou “precursores”. Numa edição de um jornal local já não mais publicado¹⁷⁶, este ponto é colocado de maneira explícita:

“Precursor do Progresso [título da reportagem]. O geólogo polonês, naturalizado francês, Joseph Paul Milewski, foi quem, de fato, contribuiu para o surgimento do novo município. Suas ações, apoiadas em pessoas que viviam na região já há algum tempo [os maranhenses], fizeram com que surgissem, primeiro a vila de operários da SAMA e em seguida o povoado que veio a se constituir na, hoje, cidade de Minaçu. Com espírito de bandeirante, Doutor Milewski enfrentou os desafios de uma viagem de 3 dias entre Trombas e a Serra de Cana Brava. Em um jipe, veio em companhia do senhor Pedro Paraná até Campina Sul (hoje Campinaçu), e dali [incompreensível] mais 70 quilômetros até o local que desejavam. Doutor Milewski mandou seus companheiros construir uma pista de pouso, ainda que rudimentar, e esta serviu para que trouxesse uma sonda desmontável utilizada para se saber da potencialidade da mina e outros equipamentos. A ele a comunidade minaçuense deve render homenagens por sua bravura e determinação”.

O “espírito de bandeirante” acima mencionado certamente não é privilégio de Joseph Milewski e da SAMA. O livro *A História da Mineração em Goiás* está dividido em duas partes. A primeira delas é dedicada às “primeiras lavras”, tratando da atividade mineradora no estado durante o século XVIII. Na segunda parte, enfocando as “lavras contemporâneas”, são antes o presente e o futuro que são abordados, com a apresentação a) das principais empresas dedicadas a esse ramo de atividade, b) “do boom mineral de 2000” e c) dos “minérios no século XXI”. No título de um de seus capítulos, seu autor nos lembra que “o Estado é o terceiro no ranking [nacional] da mineração”, atrás apenas do Pará e de Minas Gerais. E novamente as mineradoras são identificadas aos “bandeirantes” e às idéias de pioneirismo a eles associadas.

“Da mesma forma que o Anhanguera filho partiu de São Paulo, em 1722, para descobrir as minas dos goyazes, abrindo os sulcos das terras aos pés da Serra Dourada, a Votorantim chega a Niquelândia para mudar o destino de uma cidade, de uma região e de um Estado” (Galli, 2007, p. 87)

“Para contar a grandeza da Mineração Serra Grande, assentada no município da centenária cidade de Crixás, é indispensável visitarmos o passado áureo do município. (...) A história contemporânea de Crixás começa a mudar com a chegada da Mineração

¹⁷⁶*Debate*. Minaçu, 14 de maio de 1998.

Serra Grande, que resgata o orgulho ferido do município ao retomar os áureos tempos do século XVIII” (Galli 2007, p. 95).

“A Fosfertil, no município de Catalão, fincou raízes extrativas minerais próximas dos eitos onde, no século XVIII, por volta de 1723, o bandeirante Anhanguera filho, juntamente com seu cunhado e braço direito de bandeira, João Leite da Silva Ortiz, montaram acampamento, plantaram roças, permanecendo no local da colheita, para depois se embrenharem mato adentro, seguindo rumo onde nasceram posteriormente as cidades de Cristalina e Brasília” (Galli 2007, p. 111)

Certamente não há grandes novidades nesta associação entre empreendimentos privados em áreas isoladas e o pioneirismo enquanto “ideologia da redenção” (Lins Ribeiro 1985, p. 34), conforme as indicações de diversos autores¹⁷⁷.

No centro-norte do país, as imagens e idéias associadas aos bandeirantes têm se prestado, já há décadas, singularmente bem para dar corpo a este pioneirismo. Muito se escreveu sobre a apropriação do bandeirantismo enquanto conjunto de símbolos e imagens que, a partir da virada do século XIX e XX, amparava e legitimava as iniciativas de desbravamento do sertão – a Marcha para o Oeste levada a cabo durante o primeiro governo Vargas (não apenas no Estado Novo) sendo o exemplo mais conspícuo. Foi justamente neste contexto que iniciativas fundamentais para a ocupação da região de que trato aqui foram consolidadas: a construção da Transbrasiliana (posteriormente Belém-Brasília), a criação da

¹⁷⁷ Lins Ribeiro (1985, p. 34) destaca, a respeito dos grandes projetos de uma forma geral (mas a partir do estudo de uma grande hidrelétrica): “La ideología de la redención [que caracteriza tais projetos] aparece con frecuencia bajo la forma de un reto histórico. Ante ese reto se vence, naturalmente, llevando a cabo el proyecto. La excepcionalidad de la obra exige individuos excepcionales para cumplir tareas de excepción. Se los suele presentar como pioneros que, con un tremendo y singular esfuerzo, construirán la ‘obra del siglo’. El ‘pioneirismo’ es, pues, otro componente importante de esta forma ideológica. Puede estar acompañado por el *populismo* o, peor, por una conducta populista de los promotores del proyecto. Esta debe crear la apariencia de una sociedad igualitaria, aunque temporaria, en la cual el objetivo común destruye las divisiones de clase y las diferencias culturales, unificando a todos bajo la bandera del progreso. El sentido de estas características no radica sólo en movilizar una opinión pública favorable al proyecto, sino en fetichizar, después de iniciada la obra, el ritmo extremadamente intenso y las dificultades de la vida diaria; los proyectos de gran escala no sólo requieren el trabajo de miles de personas, sino su presencia constante e infatigable en el lugar de trabajo”. Para Heredia et al (2010, p. 165; 169), a respeito do agronegócio no interior do Brasil contemporâneo, “a leitura corrente desse processo deixa explícita a idéia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos de 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada, reforçando a construção do mito do pioneiro externo (‘gaúcho’) que, desembarcando nessas terras ‘vazias’, dedicaram-se a trazer o processo civilizatório (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades à cargo de grupos locais”. Para Velho (1981, p. 91, grifos do autor), “apesar do peso crescente das iniciativas do Estado no processo de desenvolvimento, o fato é que elas só se tornam em geral viáveis quando carregadas do senso de aproveitamento de determinados movimentos sociais. É o que ocorre com a Belém-Brasília e, também, com a própria construção de Brasília, que por desinformação continuam a ser identificadas frequentemente com um esforço absolutamente *heróico* de ação sobre um *deserto*”.

Colônia Agrícola do Norte de Goiás¹⁷⁸ e o surgimento de Goiânia¹⁷⁹. Para além de Vargas, cabe destacar que esta apropriação dos bandeirantes já se fazia presente em autores como Euclides da Cunha¹⁸⁰ e Rui Barbosa; e que continuou marcado os projetos levados a cabo por Juscelino Kubistchek¹⁸¹ e pela ditadura militar¹⁸².

Um bandeirantismo popular

Se Seu Diamantino atribuía tanta importância à sua fala, exigindo silêncio e atenção de todos e ralhando com os que não pareciam levar-lhe a sério, era também porque ele se julgava amparado e legitimado por uma missão e um status – a julgar pelo que ele mesmo afirmava. Com orgulho e convicção, ele estava sempre a lembrar (e em especial a me lembrar) que ele era *histórico*. Uma pessoa *histórica*, segundo ele, não é somente alguém que possui ou reivindica um saber – alguém que conhece histórias ou casos, ou alguém que viveu

¹⁷⁸Sobre a Transbrasiliana, ver Martins (1983, pp. 67-73) e principalmente Nunes (1985). Sobre a CANG, ver Maia (2008, pp. 36-60) e Dutra e Silva (2002). Relacionando estes dois empreendimentos, cabe destacar o papel de destaque assumido em ambos pelo engenheiro Bernardo Sayão: “Seu legado histórico encerrava mais um elo do bandeirismo brasileiro. Como o fundador da CANG, hoje cidade de Ceres, como vice-governador do estado de Goiás, [como] comandante da construção da Belém-Brasília, [ele] simbolizava e personificava a própria Marcha para o Oeste” (Dutra e Silva 2002, p. 45).

¹⁷⁹Para Póvoa Neto (1998, p. 270), Goiânia foi pensada “simultaneamente como a antítese da velha capital Goiás e como reafirmação de alguns mitos de expansão para o interior, como o Bandeirantismo”. Este mesmo autor destaca a inscrição presente na estátua erguida em homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva, na esquina mais importante da cidade: “Aos goianos, nobre estirpe de bandeirantes”.

¹⁸⁰Souza (1985, p. 157) destaca, a respeito de Euclides da Cunha (não por acaso, outro engenheiro – cf. Ehlert Maia 2006, pp. 93-132): “em relação ao enaltecimento do bandeirante como construtor da nacionalidade, coube [lhe] delinear o que seria sua imagem clássica, mesmo que utilizando o conceito de forma mais ampla: ‘O paulista – e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do Sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das bandeiras’ [Os Sertões, p. 60]”.

¹⁸¹Num discurso realizado às vésperas da inauguração de Brasília, Juscelino Kubistchek destaca: “Perdona-me la imodéstia, pero no hay que ocultar la realidade: el papel que mi gobierno está representando con la continuación del viaje de la nacionalidad hacia Brasília, lo que se está realizando, lo que tengo la honra de impulsar para que sea ejecutado en estas horas es continuar lo hecho por vuestras (se dirigía a estudiantes de San Pablo) banderas retomando el camino heroicamente recorrido por vuestros exploradores, es extender Brasil, con el poder de la técnica del mundo de hoy, haste donde lo condujo vuestro Anhanguera (...) Me pongo de pie para anunciar con vosotros que recomenzó la Era de las Banderas” (Diário de Brasília, 1957 – apud Lins Ribeiro 2006, p. 28).

¹⁸²De acordo com Velho (1970, p. 141), na quarta edição de *Marcha Para o Oeste*, lançada em 1970, Cassiano Ricardo “acentuaria no capítulo final o prosseguimento do ‘espírito bandeirante’ estatal para além do Estado Novo, enfatizando sobretudo como marcos a construção de Brasília, a Rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica”. Cassiano Ricardo foi nosso mais notório “myth maker” (Velho 1979, p. 142), e um dos ‘inventores’ do nosso Oeste – como Frederick Jackson Turner o fora para o West norte-americano – durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

acontecimentos ‘históricos’. Uma pessoa histórica é alguém que é da mesma *raça* das figuras históricas: ou melhor, da ‘grandes’ figuras históricas - por exemplo, dos *bandeirantes*.

Pois estes *bandeirantes*, de acordo com Seu Diamantino, sem sombra de dúvida vieram “de fora”. Antes mesmo de vir do sul ou de serem paulistas, eles vêm de um “fora” ainda mais distante: vêm da Europa, pelo mar, na sua condição de *portugueses* que *chegam* ao Brasil e se dispõem a explorar a terra em que atracaram. E com isso estamos diante de um dos pontos quentes das histórias de Seu Diamantino: aqueles momentos em que estes *portugueses* se encontram com uma terra desconhecida e exótica e com seus habitantes originais. A importância destes encontros está assinalada, conforme a discussão do início deste capítulo, por serem estas situações particularmente favoráveis para o surgimento dos nomes das coisas e dos lugares.

Estes *bandeirantes*, porém – e aí nos distanciamos da mitologia ‘oficialmente’ construída em torno deles (aquilo que está registrado nos *papéis*) – não são apenas estas figuras que *chegam*. Uma vez aqui, eles se põem a *rodar*, a *andar*, a *correr*, *moram* ou *demoram* aqui e ali... Se a princípio eles eram apenas *portugueses*, com o tempo *misturam-se* com escravos. Por isso ou por estarem *queimados de sol*, sua pele está mais escura, e eles já não são as mesmas pessoas que atracaram no Brasil. Lembremos, para reforçar o contraponto, que naquela mitologia ‘oficial’ os *bandeirantes* costumam ser apresentados como sendo, “em sua maioria[,] mestiços de brancos com índios” (Freyre 1973, p. lxxii). Para Seu Diamantino, porém, a *mistura* que os produziu foi outra: a de *portugueses* com os *africanos*. É esta gente *misturada* que descobre o ouro, que passa a procurá-lo, que se torna garimpeira. Nesta nova condição, prosseguem se movimentando, a nomear coisas e lugares, a procurar riquezas, a fincar *bandeiras*, a deixar *coisas* e *ruínas* por onde passavam – da mesma forma como fazem nos tempos mais recentes pessoas como o próprio Seu Diamantino, que muito *rodou* em sua juventude e até hoje se orgulha de dizer que é um *bandeirante*.

Póvoa-Neto (1998) mostrou como, no norte de Goiás, o garimpo permaneceu como atividade contínua por todo esse período, levado a cabo pelos ‘descendentes’ destes *bandeirantes* do século XVIII como “atividade complementar” de sua subsistência. Vale à pena citar algumas passagens de sua bela descrição sobre algumas destas famílias, que este autor conheceu em Crixás:

“Ela, Anastácia, garimpou a vida inteira, assim como os pais e avós, como toda a família, o marido João Mutengo, os filhos. O rio era o Vermelho, nome que já no século XVIII se devia à grande quantidade de sedimento argiloso transportado pelas águas, vindo das lavras em suas margens e no seu leito [cf. a ‘boa’ toponímia de Seu Diamantino] (...) João Mutengo, vez por outra, montava um rancho e saía com amigos para mais longe, no Vermelho mesmo ou num afluente próximo. Sempre por volta de Crixás, Guarinos, Pilar,

as localidades mais próximas. Durava no máximo algumas semanas aquele percurso à cata de um ouro mais substancial que o dos fundos de casa. A garimpagem se fazia tanto nos rios da região quanto em restos de ‘casqueiros’ dos bandeirantes, revolvidos à cata do ouro ‘esquecido pelos antigos’. (...) A família é do lugar, e sempre foi, geração após geração. Descendem de escravos, do ‘tempo dos bandeirantes’. Eles e outras famílias, sempre negros e sempre vivendo do garimpo. (...) Anastácia e o filho me mostram um ‘resto dos bandeirantes’, ao que parece vestígio de antigo muro de arrimo de pedra junto ao rio. Todos têm algum exemplo de testemunho como esse para contar ou mostrar: ali, o passado continua sempre muito presente. O garimpo de ouro vem dessa época, dos bandeirantes, da escravidão e de um tempo de muito sofrimento. No imaginário dessas pessoas, os bandeirantes eram negros como eles mesmos; afinal, na sua experiência, foi sempre a gente negra que labutou no ouro” (Póvoa Neto 1998, pp. 2-4).

Se extrapolarmos os dados para deles extrair algumas conseqüências, podemos dizer que, assim e em certa medida, os bandeirantes constituem o *mundo* – inscrevendo os caminhos na terra e os *marcando* com ruínas, coisas velhas, buracos e bandeiras; atribuindo nomes para as coisas e lugares (prossequindo assim com o trabalho iniciado pelo Criador naqueles sete primeiros dias); “amansando” e “assituando” o solo (Musumeci 1984, p. 65) ao “enfrentar as solidões ásperas e assenhorar-se do mundo agreste” (Cavalho Franco 1997, p. 69 – cf. a nota 49 abaixo) do interior do país. Este interior é assim povoado, percorrido e conhecido antes de qualquer “fronteira” ou “Brasil” terem se expandido ou *chegado* nestas bandas. Neste sentido, o bandeirantismo poderia ser encarado como um verdadeiro mito de origem deste povo – no sentido antropológico clássico da expressão.

Daí também minha opção por tratar a “história” como a ‘mitologia oficial’, sem maiores distinções entre a historiografia ‘séria’ a respeito dos bandeirantes e as apropriações ‘ideológicas’ destes últimos. Não atribuo aqui um caráter valorativo ou pejorativo aos termos “mito” ou “história”. Interessa-me, sobretudo, discutir como a herança dos bandeirantes, com sua “força criadora de tradição” (Carvalho Franco 1997, p. 169)¹⁸³, é reivindicada de maneira diferenciada a partir de diferentes relatos produzidos por grupos distintos. E dado isto, o que importa é que estas diferentes versões e relatos sejam concebidos como algo de mesma natureza, podendo ser comparadas em pé de igualdade¹⁸⁴.

¹⁸³“Pouco importa, aqui, enquadrar o bandeirante em suas dimensões exatas: a amálgama que foi de intrepidez, brutalidade, ganância e impiedade. O propósito é bem outro, isto é, reencontrar a força criadora de tradição que sua existência porventura encerre. O que se busca é a memória que se fez do seu modo de enfrentar as solidões ásperas e assenhorar-se do mundo agreste em que viveu. Nessa lembrança, como tipo ético e como estilo de vida, ele ultrapassou de muito os limites de sua extinção efetiva e subsistiu na consciência das gerações posteriores como figura de alto respeito (...) [A] representação positiva do bandeirante subsistiu como patrimônio coletivo, de todo apartado de qualquer ligação vital com um grupo social particular” (Carvalho Franco 1997, p. 169).

¹⁸⁴ A este respeito, o próprio Cassiano Ricardo (apud Velho 1979, p. 142 - *Marcha para o Oeste*. Livraria José Olympio, 1942) refletia sobre o caráter mitológico dos bandeirantes: “a bandeira transpõe o domínio da história e confunde-se com o mitológico. Para explicar os seus heróis, um sábio

É natural que, se essa versão alternativa do bandeirantismo até hoje se sustenta com tanto vigor, isso se deve em grande medida também à força e persistência da visão ‘oficial’ – até mesmo porque, não devemos nos esquecer, a região de que tratamos aqui corresponde justamente àquele “oeste” em direção ao qual fomos conclamados a marchar, por Vargas e tantos outros. Mas a despeito da assimetria de forças em jogo aí, a priori não é possível afirmar que uma versão deriva automaticamente da outra. O bandeirantismo popular não é assim uma simples variante (no sentido Lévi-straussiano do termo) do mito bandeirante ‘oficial’ ou ‘hegemônico’: Joseph Milewski, *pesquisando* a região onde hoje está Minaçu na companhia de garimpeiros, encontra uma “espada bandeirante” enterrada há vários séculos – e duas tradições se (re)encontram, se esbarram, se contaminam mutuamente, se reanimam ao contato de novas idéias e imagens. (Poderíamos comparar este evento a outros encontros em que os valores e práticas dos *lidos* ou *grandes* são tensionados e [re]criados pelo contato com os *corridos* ou *pequenos*: o engenheiro elitista, autoritário e racista escreve suas memórias, e mostra que de fato aprendeu com os *peões* que tanto menospreza as manhas e possibilidades do *urrar no trecho* – cf. Corrêa 1997).

Prossigamos assim, um pouco mais, na comparação entre estes diferentes mitos e/ou histórias a respeito dos bandeirantes. Velho (1979, pp. 144-5) sintetiza alguns dos principais traços destas bandeiras, a partir da obra de Cassiano Ricardo.

“No interior, os bandeirantes estavam longe das autoridades da Coroa. Como por outro lado tinham de se defender contra os índios e toda sorte de perigos, tinham de se organizar. Deram origem, assim, à única verdadeira experiência brasileira de self-government. O chefe da bandeira concentrava todo o poder em suas mãos: executivo, legislativo, judiciário. A bandeira não poderia subsistir sem uma autoridade. (...) De acordo com Ricardo, tratava-se de um Estado em miniatura, (...) [liderado por] um condutor que (...) cheio de espírito comunitário e de valor pessoal sai e se destaca da massa que sentiu a necessidade de ser governada (...) A bandeira, como o Estado, é uma espécie de extensão da família. E o chefe da bandeira uma espécie de pai de todos” (Velho 1979, pp. 144-5).

Não seriam estas imagens bastante adequadas para descrever todo um conjunto de concepções que até hoje cercam a SAMA e seu fundador, o engenheiro Joseph Milewski?

como Saint Hillaire não se vê obrigado a classificá-los como uma ‘raça de gigantes’? Só gigantes, no seu modo de pensar (...) podiam ter, a pé, conquistado um continente (...) o mundo mecânico de hoje, assentimental e anti-humano, agrava, em nós, a tendência para colocar a bandeira no mundo mitológico. Com isto, ela adquire uma nova força em nosso dinamismo coletivo. O efêmero do fato histórico passa ao eterno da legenda. Talvez porque o mito seja a imagem que, na história, adquire a potência de um símbolo... E, ainda hoje, é o próprio chefe da Nação quem, ao falar de uma nova marcha para o Oeste, tem o cuidado de dizer que (...) ‘não se trata de uma imagem’. Mais do que uma simples imagem, ‘é uma realidade urgente e necessária transpor o planalto e retomar a trilha dos pioneiros que plantaram, no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais’”.

Hoje a autarquia desta empresa não é comparável à que vigorou no seu passado, quando ela era, de fato, a única autoridade instituída na região – lembremo-nos do seu poder de polícia e justiça nos seus primeiros dias, e de como os que viveram naquele tempo se encontravam impotentes diante das *judiações* e *sufrimentos* características daquela forma de autoritarismo, contra a qual não havia nada ou ninguém a que se podia apelar.

A esse respeito, a analogia existente entre estas bandeiras e a família é também sugestiva. A SAMA é até hoje pensada como “a mãe de Minaçu”, tal qual aquele “pai de todos” mencionado por Velho (1979). Enquanto mãe, esta empresa é de fato protetora; mas é severa e dura também. Por outro lado, como vimos no capítulo 3, estes outros descendentes dos bandeirantes – os garimpeiros, os boiadeiros, os peões do trecho, os aventureiros de todo tipo – se definem também pela sua relação com suas mães. Ou melhor, enquanto pessoas que *rodam o mundo*, sua mobilidade está desde sempre marcada pela autonomia de quem se desgarrar da mãe (ou do pai ou da família), no sentido literal ou figurado desta última.

A despeito da ‘ancestralidade’ compartilhada com o bandeirantismo estatal ou empresarial, o bandeirantismo popular está assim marcado por uma desconfiança voltada contra sua própria ‘família’. Pois a esta última – ou ao “Estado em miniatura”, ao “condutor cheio de espírito comunitário”, ao “chefe da bandeira”, ao “pai de todos” – ele contrapõe, buscando equilibrar e tensionar uma relação delicada e perigosa, as velocidades e saberes do *corrido*.

No próximo capítulo, convido o leitor para uma análise mais detida do que se passa na *secretaria* do MAB em Minaçu – espaço que, como seu próprio nome já indica, surge e consolida-se num momento em que ocorrem transformações nas “dominâncias relativas” dos diferentes regimes de signos aqui considerados. O regime dos *papéis* passa a se impor cada vez mais, as folhas todas brancas se multiplicam e se difundem, as pessoas passam a conceder-lhes mais e mais atenção, a necessidade de aprender a ler e escrever torna-se cada vez maior; os que antes *corriam* agora estão *parados*...

CAPÍTULO 5 – O MOVIMENTO E O SOCIAL

Parte 1 – O Movimento	341
1.1 Direitos, Projetos e Cestas	341
1.2 Andanças com o Movimento	345
1.3 Da Revolta à Chegada dos Militantes	353
1.4 Cursos e Aprendizados Com os Militantes	357
1.5 Os Documentos e a Reparação dos Atingidos	370
Parte 2 – O Social	380
2.1 De Cabaré a Secretaria	380
2.2 As Cestas, os Cadastros, o Cativoiro da Ajuda	383
2.3 O Curso e o Curral	391
2.4 A Ação Social e a Sociedade	400



Fig. 18: O Movimento e o Social

Foto: Dimas Guedes

Resumo do Capítulo

Neste capítulo, trato especificamente do Movimento dos Atingidos por Barragens de Minaçu. Comparo aqui dois momentos distintos na sua história – seguindo a ‘cronologia’ que me foi apresentada por certas pessoas que dele fazem parte. No primeiro destes momentos, recupero os eventos e encontros que respondem pelo surgimento e consolidação do MAB: a *revolta* com as barragens, a *chegada* dos militantes gaúchos, as *andanças* daqueles que *lutavam* por seus *direitos*; discuto ainda a importância assumida, neste contexto, por coisas como os *documentos* e os *cursos*. No segundo momento, o que está em jogo no MAB são outras dinâmicas e questões: a *luta* pelos *direitos* fica num segundo plano, e a distribuição de *cestas básicas* passa a assumir grande importância para o movimento. Para meus interlocutores e para mim, a transição de um destes momentos ao outro se presta bem para a descrição e reflexão acerca de fenômenos mais gerais relativos ao que ocorre quando a vida das pessoas se torna cada vez mais dependente da *ação social* e dos *papéis*.

PARTE 1 – O MOVIMENTO

Tanto quanto o parentesco, o 'político' carece de ser ressituated na economia simbólica que o circunscreve
Viveiros de Castro – A Inconstância da Alma Selvagem

1.1 Direitos, Projetos e Cestas

O próprio nome já diz. Movimento, movimento é pra movimentar a gente.
Amarildo

Esse MAB é um projeto do governo. É muito bom, funciona, dura, se sustenta. O que se sustenta e dura tem que ter o apoio de uma força maior!
Seu Adão

No início da década de 90, Rui e seus cinco irmãos se encontravam numa ótima situação financeira, com seus negócios *indo pra frente*. Eles eram proprietários de algumas dragas e balsas destinadas à extração de ouro às margens do Rio Tocantins, nas redondezas da cidade de Uruaçu – localizada algumas dezenas de quilômetros de Minaçu, rio acima. Nesta atividade, chegaram a empregar mais de 25 homens. Além disso, eles plantavam muito e possuíam um bar, onde tinham outros empregados.

No final dessa década, porém, tudo começou a mudar. A construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa inundou as áreas onde eles garimpavam, obrigando-os a se deslocar diversos quilômetros rio abaixo, para as proximidades da cidade de Minaçu. Quatro anos depois, a história se repetiu: uma nova usina hidrelétrica – a de Cana Brava – foi construída no mesmo rio. Após esse empreendimento, os irmãos foram obrigados a se separar. Nas áreas remanescentes, a jusante desta última barragem, o ouro era escasso e difícil de ser extraído. Rui decidiu persistir, mas seus irmãos tomaram outros rumos. Alguns foram para Serra Pelada, e os restantes foram tentar a vida em outras atividades em Uruaçu.

Especialmente dolorosa para Rui é a lembrança de seu irmão mais novo, que após a partida para o Pará nunca mais deu notícias.

Na época em que o conheci, Rui permanecia com apenas uma balsa, empregando somente 4 homens e extraindo uma quantidade irrisória de ouro, se comparada com aquela que ele foi capaz de obter no passado. De acordo com ele, pouco mais de 100 pessoas continuavam com essa atividade naqueles dias, ao passo que nos tempos – literalmente – áureos de Minaçu havia mais de 10.000 garimpeiros trabalhando por lá. De qualquer forma, a área onde ele e mais esses poucos estavam extraindo ouro também estava condenada. Poucos meses depois seriam fechadas as comportas de uma terceira usina hidrelétrica naquele trecho do Rio Tocantins, a de São Salvador. Com isso, qualquer garimpo estaria inviabilizado naquela região.

Relembro algo que já sabemos: ao contrário do que ocorreu em praticamente todas as outras regiões do país em que se constituíram grupos ligados ao MAB (onde os *atingidos* e as lideranças eram camponeses ou pequenos agricultores), em Minaçu foram os garimpeiros que extraíam ouro no Rio Tocantins os principais responsáveis pelo surgimento desse movimento – amparados e orientados, é claro, por *militantes* vindos do *sul*.

Mesmo que muitos, como Rui, tenham sido também prejudicados pela Usina de Serra da Mesa, foi sobretudo com relação ao caso de Cana Brava que eles buscaram, através do MAB, um meio de obter uma reparação para os danos que lhe foram infligidos. Em um primeiro momento, poucos deles lograram ser reconhecidos como elegíveis para tanto. Em 2003, porém, dois anos após o fechamento das comportas desta última usina, o movimento conseguiu fazer com que a empresa responsável por esse empreendimento – a Tractebel – reabrisse as negociações com os atingidos.

Não vem ao caso, aqui, entrar em maiores detalhes a respeito do intrincado processo através do qual isso se tornou possível. O que importa destacar é que, a partir de uma auditoria social levada a cabo pelo financiador desta usina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 180 novos *casos* (ou seja, indivíduos ou famílias) foram caracterizados como elegíveis a alguma espécie de compensação pelos danos causados por ela. Entre esses 180 existiam 57 garimpeiros: 16 *proprietários* de balsas ou dragas e 41 empregados deles (os *porcentistas*). De acordo com a auditoria, a) as perdas sofridas por essas pessoas não poderiam ser exclusivamente atribuídas àquele empreendimento; b) o garimpo

era uma atividade que vinha sendo realizada de modo ilegal. Estas duas razões isentariam a Tractebel da responsabilidade de indenizá-los – era isso, de fato, o que esses 57 esperavam que acontecesse¹⁸⁵. Assim, a forma de reparação possível sugerida para este último grupo era que eles se engajassem em alguns dos *projetos* que futuramente viriam a ser implantados na região. Esses projetos seriam financiados por um fundo de desenvolvimento – conhecido informalmente como “Fundão” – para o qual organizações diversas contribuiriam com os recursos¹⁸⁶.

Para a maior parte desses 57 garimpeiros, essa situação é um verdadeiro ultraje, a participação nos projetos sendo encarada como algo humilhante. O que eles querem é receber seus *direitos*, e entendem que é a *luta* por esses *direitos* – para eles, uma indenização em dinheiro justa – o principal objetivo da existência do movimento. É esse o ponto de vista de Rui (mas não de todos no movimento).

Para completar, a maioria dos garimpeiros era unânime em criticar a forma como estes projetos estavam sendo executados, bem como as atividades econômicas nas quais eles pretendiam engajar estas pessoas. Assim, pude acompanhar durante mais ou menos um mês um grupo de não mais de vinte pessoas – em sua maioria composto por senhoras e adolescentes, incluindo apenas 2 ou 3 homens adultos – que participavam do *curso* levado a cabo por um consultor do SEBRAE, organização contratada para executar estes projetos. O

¹⁸⁵ Pinheiro (2006, p. 73), cuja dissertação de mestrado trata justamente deste imbróglio, deixa esse ponto claro: “Para o grupo formado por aqueles que não obtiveram a elegibilidade do reconhecimento de seus direitos (...) a justificativa apresentada pela Auditoria Social é a de que suas perdas econômicas não podem ser vinculadas direta e exclusivamente ao empreendimento, decorrendo em grande parte da situação de depressão econômica pré-existente à implementação da UHE Cana Brava, do quadro legal existente no País e das políticas públicas em vigor para o setor de energia. Ademais, o pagamento de pequenas compensações econômicas, mesmo sendo uma solução de fácil aceitação e rápida aplicação, não proporcionaria a reversão da situação. Assim, as medidas propostas propõem-se a extrapolar o universo dos reclamantes e atingir toda a sociedade local. Se por um lado pode-se dizer que tais medidas reconhecem que os impactos decorrentes de empreendimentos como Cana Brava atingem o conjunto das relações sociais estabelecidas em seus locais de implantação, por outro, há que se lembrar do caso dos garimpeiros cujos meios e modos de vida foram modificadas e nenhuma solução específica foi apresentada. Os garimpeiros de Cana Brava não estavam amparados na lei, os garimpos em sua maioria não eram licenciados, alguns possuíam registro de protocolo de requerimento de autorização de pesquisa ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mas tais autorizações não foram concedidas e, portanto, as atividades eram exercidas à margem da legalidade”. É preciso destacar, por outro lado, que a história da *luta* pelos *direitos* não se restringe às questões relativas a esta auditoria. O trabalho de Pinheiro (2006), cuja importância para a minha pesquisa deve ser destacada, mapeou – num outro registro, sem a preocupação etnográfica que me move aqui – outros momentos e situações desta *luta*. Aqui, não pretendo elucidar ou dar conta de todos os detalhes e pontos de vista envolvidos nestes longos processos e complicadas questões.

¹⁸⁶O Ministério de Minas e Energia, a CPFL – Geração de Energia S/A, Furnas Centrais Elétricas S/A, Tractebel Energia S/A e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás (SEBRAE/GO).

grupo em questão estava se organizando para criar uma “horta comunitária”.

É também a partir desse contexto que podemos situar outras questões já mencionadas neste trabalho, e que nesse capítulo serão (re)consideradas à luz do seu significado no interior dos debates e tensões que trespassavam o MAB de Minaçu no período em que estive nessa cidade. Buscarei considerar, assim, como algumas pessoas pensam as mudanças que ocorreram no movimento ao longo deste últimos oito ou nove anos. Se num primeiro momento o que as levou a *fazer parte* dele era – sem sombra de dúvida – a possibilidade de *conquista* de seus *direitos*, com o tempo o foco do movimento passou a ser outro: não só a implantação dos projetos (que envolviam poucas pessoas) mas principalmente a distribuição de *cestas básicas*, para as mais de 1300 famílias *cadastradas* no MAB. São estes dois momentos na história do MAB que serão aqui comparados, a partir do ponto de vista de pessoas como Rui. Mais uma vez, alguns velhos conhecidos nos acompanharão nessa discussão. O marido de Regina, Altino, também foi um dos 57 “reconhecidos” pelo BID que não teve direito a *direito* algum – só a possibilidade de participar nos projetos, o que não é encarado por estes dois exatamente como um *direito*.

É ainda tendo em mente estas questões que encaro estes dois momentos distintos na história do MAB como situações etnográficas específicas que me permitem tratar de tópicos que possuem alguma generalidade – em outras palavras, o MAB aparece aqui como um caso particular que nos permite pensar tensões e questões vividas por estas pessoas não somente neste movimento social. Dois momentos a considerar, bem como a passagem do *movimento* ao *social*. Teríamos assim, inicialmente, a época do *movimento*, da agitação e da andança, em que os esforços das pessoas estavam direcionados para a *luta* pelos *direitos*. Mais recentemente outras atividades – a distribuição de *cestas*, os *projetos* – passam para o primeiro plano: é a *ação social* do MAB o que passa a prevalecer.

1.2 Andanças com o Movimento

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
Vida de Gado! Povo marcado, esse! Povo feliz!
Zé Ramalho, “Admirável Gado Novo”*

*Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa sigo o roteiro mais uma estação
Longe de casa mostro um sorriso
Mostro a alegria mas eu mesmo não
Luiz Gonzaga, “Vida de Viajante”*

Pais e filhos no movimento

- Ah, vocês, esse pessoal mais novo, vocês não entendem nada sobre o que é *curtir*... Vocês tinham que ver como era no meu tempo, aquela *turma* nossa toda junta, a gente *rodando* pra tudo que é canto, quanta coisa nós não aprontamos! Dá uma saudade: eu vejo vocês, essa meninada saindo pelo *mun*do, dá até uma vontade de ir junto. Como se eu pudesse... Mas quanta agitação, como tudo era movimentado naquela nossa época! A gente no ônibus, com sanfona e viola, e muita cachaça, cantando, *festando* muito. E ninguém nem ligava de dormir no chão. Feito um bando de porcos... Era muito bom. Aí um vinha e arrastava o colchão para um lado, em silêncio, pra que ninguém percebesse: queria era ficar mais perto de uma mulher, queria era dormir do lado dela, e sei lá mais fazer o quê! E o pessoal enchia a cara... Beber, cantar, namorar, rodar por aí, aquilo era muito bom sim! Vocês não sabem como era bom... E como é bom abrir a cabeça com o movimento, com estas viagens! Ver o *mun*do, *andar*, conviver com gente diferente, *fazer amizade* com os outros, reconhecer os costumes diferentes... E *curtir*!

- Mas, uai, mãe, como é que a senhora fala isso? Sem nem saber o que a gente apronta hoje em dia? Pois a gente *curte* muito sim, aposto até que muito mais que vocês! Se eu pudesse contar pra senhora tudo o que gente apronta...

De fato, ouvindo essa calorosa discussão entre mãe e filho, eu é que estava me divertindo. Sem deixar de estar um pouco surpreso, ao constatar o quão era importante para Regina e Anderson deixarem claro – uns para os outros e também para os que, como eu, ouviam a sua conversa – que eles de fato sabiam *curtir*, se divertindo um bocado durante suas viagens com o MAB. Pois tanto para um como para o outro, eram estas viagens o que estava em questão: mãe e filho a comparar suas experiências, ele e ela tendo já *rodado* muito com o movimento, tendo conhecido tantos lugares diferentes, lá pras bandas de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo... Anderson se aproximara do movimento nos últimos dois ou três anos, tornado-se um jovem *militante*; já sua mãe tinha encerrado suas *andanças* com o MAB algum tempo antes.

Estas experiências, se comparadas e passíveis de sustentar este tipo de rivalidade entre mãe e filho, certamente possuíam coisas em comum. Talvez viesse daí minha surpresa: ali, naquele momento tão descontraído, nós todos tomando café na cozinha de Regina, o espaço de tempo separando as viagens dela das dele havia sido deixado em segundo plano para dar lugar àquelas provocações mútuas. E justamente este espaço de tempo, a quantidade de coisas que nele acontecera, o tanto que a situação de ambos havia mudado de lá pra cá, as divergências várias que caracterizavam estas viagens e a inserção de um e o outro no movimento: desde que eu os conhecesse, estes eram estes tópicos privilegiados nos relatos e conversas de Anderson e Regina a respeito do MAB. Tais diferenças têm uma importância que não pode ser subestimada: ocupando o coração e a cabeça de ambos, elas prestavam-se de modo privilegiado para que um e outro, de maneiras distintas, refletissem sobre suas próprias vidas e sobre o que vinha se passando na família de que ambos faziam parte.

Estamos de volta, aqui, ao ponto onde começamos: àqueles dilemas que se colocavam para Regina, nas primeiras páginas deste trabalho serão aqui retomados e explorados mais a fundo. Espero que todo o caminho percorrido de lá até aqui, através das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, torne possível situar e compreender melhor as dificuldades enfrentadas por ela e sua família.

Pra cima e pra baixo com o MAB

Regina nos fala de uma viagem com o MAB que lhe é particularmente significativa, e oferece-nos também uma sugestão para entender porque ela é considerada assim.

Ah, esse povo daqui de Minaçu: *povo andado*... E que *andou* ainda mais junto com o MAB. Como se a gente fosse rico... Porque rico *anda* muito também, rico *viaja*, vai pro *sul*, vai para o Rio de Janeiro... E a gente, os *pobres*, fomos também para o Rio de Janeiro, o MAB levando nós pra cima e pra baixo. O pessoal aqui em Minaçu vem de tudo quanto é canto, é um povo *andado*, é essa gente que você conhece, gente que está acostumada com lugares diferentes e com reconhecer os costumes diferentes do povo. Mas pro Rio de Janeiro, acho que ninguém de nós tinha ido não...

Jandir também se lembra desta ocasião. Recordar-se bem deles todos no Rio de Janeiro, *invadindo* Furnas e a Tractebel. O movimento estava começando, ainda tinha daqueles *professores* do sul acompanhando eles. E ele não se esquece de um deles, um baixinho com a cara engraçada, homem esperto de dar dó. Como é que pode aquela firmeza, aquela capacidade de deixar o povo tranqüilo mesmo nas horas difíceis, de convencer o povo a fazer o que ele dizia ser a coisa certa? E era a coisa certa mesmo, ele é que resolveu tudo lá na Furnas e na Tractebel.

Invadir, ocupar, “botar pra quebrar”... Otacílio trabalhava numa fazenda que foi alagada, e para receber parcos R\$ 4.500,00 de *direito* teve que se esforçar muito.

Pra receber esse dinheiro, foi uma *luta* danada. Tive que lutar pra continuar sereno, pra acreditar... E *andei* muito por aí. Tive que enfrentar a polícia... Eu fui um daqueles que não teve medo de botar pra quebrar quando a gente *ocupou* o BID em Brasília, a gente entrou mesmo e quebrou as coisas. Depois de tudo isso, aí veio o meu dinheiro.

E às vezes eu me pergunto - será que se a gente fizesse isso de novo não dava pra resolver o problema desse povo que ficou sem receber, ou mesmo de quem, como eu, recebeu muito pouco? Você vê só, estas empresas lucrando milhões, e eles pagando essa miséria pra gente.

Regina também tem algo a dizer a este respeito.

Nós *ocupamos* o BID, e ficamos oito dias dentro do BID. Nós dizíamos: a gente só vai sair se... Você viu as fotos, não viu? Passamos oito dias lá, oito dias na *negociação*. Teve até aquela reunião usando a televisão, a gente falando em Brasília e na televisão o homem falando com a gente, ele que estava lá nos Estados Unidos! Acho que era o dono, ou o presidente, o chefe do BID. Aí, só aí, eles vieram com nós. Aí entrevistaram as pessoas, aí saiu o *direito* dos 123, os únicos que passaram na entrevista...

Terezinha tem uma fama de *briguenta* de longa data, fama que surgiu da “rédea curta” com a qual ela mantém seu marido nos eixos – que, com grande frequência, vai procurar os filhos para tentar se proteger do mau humor da esposa, pedindo a eles refúgio por um tempo... Na ocasião em que os *atingidos* ocuparam a Usina de Cana Brava, ela não decepcionou: enfrentou *sem dó* a polícia que tentava tirá-los lá de dentro. A mulher é *valente* mesmo, me assegurou um de seus companheiros – e não é que nem esse monte de homens cheios de bravatas que só sabem contar histórias, e que na hora agá não fazem nada. Ele mesmo se lembra da firmeza dela naquela situação, viu com seus próprios olhos a mulher enfrentando a tropa de choque da polícia...

Narrando o que se passou nesta mesma ocasião, Marilda da Balsa, outra mulher conhecida pela sua *valentia*, se exalta ao se lembrar do que se passou. Ela fica de pé, e com seus mais de 50 anos demonstra que ainda está em boa forma: salta pra lá e pra cá, reproduzindo os “golpes de caratê” que aplicou nos policiais que tentaram imobilizá-la. Policiais que tentaram e conseguiram: pois ela foi presa e algemada, e só libertada alguns dias depois.

Norberto relembra das duas vezes em que eles tentaram *ocupar* a Usina de Cana Brava.

Na primeira vez a gente entrou e ficou lá dentro por dois dias. Foi aí que eu arrumei aquele problema com o policial... Que problema? Pois é, a gente tinha entrado, eu estava lá dentro – eu era o responsável pela segurança, ficava ali no portão. E tinha aquele policial, eu já conhecia ele aqui da *rua*. E aquele homem ficava me provocando, e dizendo coisas muito sérias, me chamando... Aí eu tentei acertar uma madeira na cabeça

dele. Depois disso esse homem, que trabalhava aqui em Minaçu mesmo, passou vários meses me perseguindo, e eu tive que dar uma *sumida*.

E teve também uma outra vez, só que aí a gente não conseguiu entrar lá dentro da Usina. Tem esses 20 quilômetros daqui até lá, aí eles fizeram a barricada na estrada e não deixaram a gente chegar lá com os ônibus e caminhões que a gente tinha arrumado. Ali pertinho da praia a polícia parou a gente. Aí nós tivemos que caminhar os 20 quilômetros. E quando chegamos no portão da Usina já tinham chegado os batalhões vindos de Formoso. Tivemos então que acampar nas margens, bem do lado da Usina... Ali mesmo, onde até hoje tem o acampamento, aqueles barracos que o João do Gado fica cuidando. Você já foi lá, não foi?

Matilde e Gracinha me contam que “já *sufreram* muito” nestas *andanças*, nos acampamentos, nas marchas...

Matilde, lembra daquela marcha que durou 17 dias, de Goiânia até Brasília? Moço, a gente *andou* muito. E dormíamos nas fazendas, nos matos, debaixo daquelas barracas de lona preta... E chegava em Brasília era a hora de dormir no chão frio. E teve aquele acampamento, com tiro para todo lado... A gente *tocado* pela polícia, feito gado... E na hora de enfrentar a polícia, de invadir os lugares? Me lembro do Juvenal, uma bala que passou pertinho da cabeça dele, e do Marconi que tomou uma coronhada na cabeça dele... E depois teve aquele monte de entrevista, a gente passou por tudo. Agora a gente espera uma recompensa... Somos muito agradecidas por estas cestas, que ajudam muito. Mas continuamos esperando uma recompensa...

Recuperando a trajetória da *luta* ao longo de todos estes anos, Norberto aproveita para refletir sobre os rumos que o movimento tomou.

Pois a gente fez um monte de *ocupações*, e se não tivesse feito não tinha conseguido nada. É pouco o que a gente conseguiu, eu sei. Mas é alguma coisa. Se não fosse por estas *ocupações*, a gente não tinha conseguido a auditoria, e os 123 não teriam sido reconhecidos. E você acha que se a gente tivesse ficado *parado* a gente estava ainda com estas cestas básicas? A cesta é pouca coisa, ninguém quer viver disso, eu sei. Mas olha pra esse povo daqui, vê a quantidade de gente que fica esperando essa cesta, vê se ela não *ajuda*, um povo pobre desses, sem trabalho, sem nada?

Olha, eu acho que em nenhuma outra barragem desse país o povo *lutou* tanto. Teve a luta de 2004, a luta de 2005, a de 2006... Mas em 2007, em 2008, em 2009... Nada! O povo *gelou*. Como assim, você não sabe o que é gelar? O povo parou, cansou, *gelou* – e movimento tem que estar em *movimento*...

O povo *gelou*, cansou – e não deixa de ser sugestivo que tal ‘diminuição de temperatura’ seja explicitamente associada por alguns com o fim definitivo da *febre* desencadeada pela construção das barragens. Tal associação é utilizada por estas pessoas também para explicar porque os *coordenadores* aceitaram “assinar o acordo” relativo ao Fundão, mesmo sabendo o quão insatisfatórias eram suas cláusulas. Digamos que, para tal caso, o que está em jogo é também uma avaliação do ‘clima político’ para as reivindicações do movimento, ou do *tempo* – no sentido que Palmeira (2002) dá ao termo – da luta. Passada a *febre*, com a cidade e o movimento se esvaziando, foi sendo reduzido também o entusiasmo,

o fôlego e a energia dos atingidos. Da mesma forma que nos tempos de agitação (sobretudo do garimpo, mas também no que se refere às barragens), em que as ruas fervilhavam e tantos se deixavam arrastar por esta excitação, estamos diante de uma situação em que os *movimentos* que atingem a cidade replicam-se nas pessoas que aí se encontram: povo *gelado* e *cansado*, cidade sem movimento e *parada*...

Foi assim que, depois de tanto *sofrimento* e *luta*, depois de tanto *correr atrás*, passando *frio* e *fome*, sendo *tocados* de um canto pra outro, os garimpeiros não conseguiram nada dos seus *direitos*. Amarildo exprime sua insatisfação.

Eu *parei* de *lutar*. Dez anos na estrada, e não consegui nada! Hoje sou só *revolta*. A vontade que tenho, às vezes, é de dar um pipoco em alguém. O que é dar um pipoco? É dar um tiro, moço... Às vezes fico louco, muito revoltado. E sou só eu quem está assim? Vê a Carmélia, com aquela pressão no peito, volta e meia vai parar no hospital. A Terezinha também diz que está com *depressão*, que nem eu: essa vontade de agredir, de matar, de atacar. Minha mulher também fica *nervosa*, e acaba descontando tudo nos meninos, às vezes bate até no irmão dela.

Tantas e tantas vezes ouvi relatos desta ordem, de gente que estava adoecendo e mesmo morrendo em função destas frustrações. Minha amiga Regina volta e meia se diz *enfazada*, após mais uma noite sem dormir direito. “Acordo com o peito apertando, tão forte que não consigo respirar direito! Levanto, tomo uma água, às vezes melhora, às vezes não¹⁸⁷ ...”.

Da romaria à peregrinação: as ambivalências dos caminhos

Anderson quer subir na vida, quer ganhar dinheiro e já sabe qual será a primeira coisa que fará quando isso acontecer: irá comprar um carro ou uma moto para sua mãe. Poucas coisas lhe incomodam tanto quanto vê-la caminhando pelas ruas de Minaçu, “toda queimada de sol”, *andando de pé* para cima e para baixo. Como vimos acima, Regina, a mãe de Anderson, tem diversas histórias em que, tal como no relato de seu filho a respeito da dura vida que ela leva em Minaçu, as agruras do *andar* são acionadas também pela referência às

¹⁸⁷ Sobre as relações entre a *revolta* e a *depressão* e os *nervos*, ver Duarte (1986, pp. 161-173). Espero ter a oportunidade de explorar, num outro momento e de maneira sistemática, as concepções nativas relativas aos danos causados à sua saúde por todos estes acontecimentos – a riqueza do material que disponho sinaliza, de maneira melancólica, o quão deletérios e disseminados foram estes ‘danos’. Num outro registro, Magalhães (2007) foca sua atenção na relação entre sofrimento e o deslocamento compulsório desencadeado por barragens – como ela própria destaca, se a referência a este sofrimento é uma constante nos trabalhos dedicados a tais empreendimentos, são raras as ocasiões em que ele é objeto de análises mais detidas.

intempéries climáticas: a um sol abrasador, a um frio cortante, a uma chuvinha fina e persistente que fazia os ossos todos doerem¹⁸⁸ ...

Andança: se a memória destes dias vividos na *luta* e com o movimento, ainda muito acesa entre aqueles com quem convivi, é evocada também pela referência a outras categorias, é esse o termo preferencialmente utilizado pelos que querem destacar o *sacrifício* e *sofrimento* como traços distintivos do que passaram nesta época. Mas este *sofrimento*, conforme mostra o diálogo de Regina com seu filho, não é forte o suficiente para apagar as lembranças agradáveis do que se viu e viveu *no mundo*, eles mesmos *viajando* até o Rio de Janeiro... As *andanças* com o MAB são encaradas também como a oportunidade de *curtir* – e voltamos de novo a um ponto já trabalhado aqui, referente àquilo que eu chamei anteriormente de “ambivalência dos caminhos”.

Para qualquer um familiarizado com movimentos sociais como o MAB e o MST (movimentos cujos “valores e princípios”, assim como os formatos organizativos, em muito se assemelham), a referência ao sofrimento como critério que atribui legitimidade a uma demanda não é surpreendente. Tratando do caso das ocupações de terra em Pernambuco, Sigaud (2000, p.40) destaca, por exemplo, que:

“uma vez dentro do acampamento, o indivíduo deve legitimar perante os outros a sua pretensão a se tornar beneficiário da desapropriação. A forma adequada de ‘dizê-lo’ tem sido o ‘socar-se debaixo da lona preta’ e compartilhar com os demais os sofrimentos causados pela chuva, pelo calor da *lona* [note-se que aqui, novamente, é feita uma referência às intempéries climáticas], os despejos, a alimentação precária e a incerteza em relação ao futuro. Quanto mais ‘virtuoso’ do ponto de vista dessa ética do sofrimento — para usar aqui um termo de Max Weber —, mais legítimo será o indivíduo aos seus olhos e aos olhos dos companheiros, pois o sofrimento dá sentido à sua ação”.

No que se refere aos “atingidos por barragens”, essa mesma “ética do sofrimento”, de fundo explicitamente cristão¹⁸⁹ e estritamente vinculada à idéia de peregrinação, está evidente na importância que, na história do movimento, assumem iniciativas como a Romaria da Terra, realizada em 1983 no Alto Uruguai pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB, embrião do que viria a ser o MAB). Não por acaso, o lema deste evento – “Águas para a Vida, e Não para a Morte” – foi posteriormente incorporado pela CRAB e depois pelo MAB. Tudo isso se faz presente na idéia de “marcha”¹⁹⁰ (embora certamente não esgote o

¹⁸⁸ Lembremos do que já nos disse um dos interlocutores de Borges (2003, p. 16), citado no capítulo anterior - ele é bastante explícito a respeito deste ponto, contrapondo claramente a “vida na sombra” à vida de quem tem que “correr atrás”.

¹⁸⁹ Sobre a articulação entre a Igreja e os movimentos sociais no Alto Uruguai, região de onde se origina até hoje a imensa maioria dos militantes do MAB nacional, ver, por exemplo, Moraes (1994, pp. 50-160).

¹⁹⁰ Cf. Chaves 2000.

significado desta última)– e meus interlocutores certamente sabem muito bem o que é isso. É a estas marchas e *andanças* que Matilda e Gracinha se referem acima, ao lembrar dos 17 dias que caminharam de Goiânia a Brasília.

Estamos assim diante de um rara situação em que convergem elementos de duas ‘culturas’ distintas: a cultura ‘nativa’ que trespassa e marca as pessoas de que falo aqui, por um lado; e aquela que moldou o formato de movimento sociais como o MAB e o MST, disseminada por diversos cantos por militantes vindos do sul do país, por outro¹⁹¹. Num caso como no outro, o *andar* ou o *caminhar* remetem à idéia de um *sofrimento* que é vivido tendo em vista alguma espécie de redenção – não necessariamente ou apenas espiritual, podendo esta redenção, conforme o outro sentido que este termo possui, ser também um recurso material ou *conquista* que traz alívio a estes que *sofrem*.

No que se refere àqueles movimentos sócio-religiosos surgidos nos anos 60 às margens da Belém-Brasília, Vieira (2001) mostrou como a categoria *andança* está explicitamente associada a uma “vida de mudanças”, a estrada aparecendo como “caminho de salvação, um caminho que se faz no sofrimento, através do qual se torna possível ‘descontar pecado’, tornar-se leve, ‘maneiro’” (Vieira 1989, p. 28). Todos estes movimentos se estruturam, assim, a partir da “lógica penitencial cristã informada pelo catolicismo popular, que torna a peregrinação até o ponto final um caminho de salvação, animada pela mística do sofrimento e do sacrifício, que propicia a purificação e a ascese” (Vieira 1989, p. 246). O que esta autora estuda é propriamente um caso-limite: a *andança* levada ao paroxismo, a busca sem fim das Bandeiras Verdes do Padre Cícero através de um prosseguir perpétuo na estrada em cujo horizonte o “ponto final” ou o “lugar de sossego” estão localizados fora deste mundo, em outra vida. De maneira menos espetacular ou intensa, esta mesma lógica se faz presente nas romarias que até hoje são realizadas por alguns de meus conhecidos – principalmente para o Santuário do Muquém, em Niquelândia, e em menor medida para Bom Jesus da Lapa, no oeste baiano.

¹⁹¹No final dos anos 70 e início dos anos 80, no contexto do surgimento da CRAB no Alto Uruguai, parece mesmo que tais encontros ou convergências eram significativos para se compreender o surgimento e consolidação de um movimento como esse. O mesmo não pode ser dito para o caso que estudo – assim como para aquelas outras regiões onde o MAB se ‘instalou’ pela mediação dos militantes do sul do país. A exterioridade – e mesmo a aversão – do movimento nacional e de suas principais lideranças a “encontros com o universo simbólico popular” de outras áreas que não o sul parece ser a regra nos dias de hoje. Nos termos de Moraes (1994, p. 80), estudiosa do surgimento do MAB do sul do país e das “mediações” que lhe constituíram, esta convergência poderia ser pensada como um exemplo do “encontro do universo simbólico popular com o racionalismo pastoral”.

Mas como considerar, no contexto dos *sacrifícios* associados a estas *andanças*, a importância que Regina e seu filho atribuem àquelas *curtições*?

É Seu Diamantino, o protagonista do capítulo anterior, quem nos sugere uma comparação interessante para tratar deste ponto. Lembremos da importância que ele atribuía à chegada dos portugueses no Brasil, tornando-se bandeirantes... Seu Diamantino – ele mesmo um bandeirante – e os garimpeiros compartilham com estes seus ancestrais o gosto pelo *rodar e ver o mundo*, todos eles em algum momento de suas vidas *aventurando-se* em busca de riquezas. Pois é num livro que trata justamente dos relatos das *aventuras* vividas por um destes antigos portugueses que há alguns elementos interessantes para pensar alguns dos sentidos destas coisas “vistas no mundo” – para tanto, evoco aqui os comentários de Lima (1998) a respeito da *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Segundo este autor (1998, p. 66-7), no século XVI, *peregrinação*

“era a palavra mais popular para designar uma longa viagem e suas implicações. (...) E não é difícil entender o porquê do sucesso [do termo]. O tempo, com suas novas vontades, passou a exigir uma palavra que revelasse com precisão as muitas facetas daquelas novas viagens. Ela passou assim a funcionar como uma espécie de palavra-síntese, que ultrapassava todas as suas vizinhas de significado semelhante e acrescentava dois elementos fundamentais: exprimia a idéia de imersão no estrangeiro absoluto, por um lado, e enfatizava, por outro, um significado de fundo religioso, bem a gosto daquele século tão temente a Deus. (...) A *peregrinação* é a viagem mais complexa e multifacetada, [envolvendo] um ardente desejo de confrontar prazerosamente o estranho”.

Não por acaso, estes peregrinos sofrem desta “doença grave, a curiosidade, a que Santo Agostinho deu o nome de ‘concupiscência dos olhos’” (Lima 1998, p. 86). Vontade de *ver o mundo*: a essa altura nada disso nos é estranho, remetendo às possibilidades oferecidas pelo estar no *trecho* e ao fascínio exercido pela idéia de *aventurar-se*. O *curtir o mundo* e a *aventura*, como já vimos, implicam eles também num aprendizado – que, do ponto de vista das pessoas envolvidas, é antes uma consequência do que propriamente uma ‘causa’ para que alguém abrace o *trecho*. Se estas viagens e andanças são “multifacetadas”, é também porque não há contradição entre este *aprendizado*, a *curtição* e o *sofrimento* aí enfrentados. (O Muquém não é também um lugar de romaria e, ao mesmo tempo, de *feira*?). Essa complexidade é capturada na feliz formulação de Lima acima citada, ao falar de um “ardente desejo de confrontar prazerosamente o estranho”, resumidamente expressando as ambivalências do *mundo* do ponto de vista daquele que se dispõe a percorrê-lo: tensão sem síntese ou maiores contradições entre o “confronto” e o “prazer”, entre a inconsequência “concupiscente” (lembremo-nos do sensualismo *trecheiro* dos *pés-de-pano*) e o aprendizado,

o “desejo ardente” evocando as *paixões* da *febre*; privilégio do “estranho” para tudo isso abarcar e *misturar*...

1.3 Da Revolta à Chegada dos Militantes

A Usina de Serra da Mesa e a revolta antes do MAB

É preciso destacar que não foi somente com a chegada destes militantes que os garimpeiros se revoltaram com as ameaças que se colocavam em seu caminho.

No início dos anos 90, após alguns anos de interrupção, a obra da Usina de Serra da Mesa foi retomada a pleno vapor. Não custa lembrar que o reservatório criado por este projeto é um dos maiores do país em termos de extensão – e o primeiro da lista no que se refere ao volume médio de água armazenado. Além de prejudicar algumas das áreas de garimpagem situadas em Minaçu, sua construção inviabilizou também os garimpos localizados nos municípios de Uruaçu e Niquelândia, vivendo então seus dias de *febre*. As lembranças a respeito destas últimas áreas estão marcadas pelo mesmo tom de lamento e indignação que caracterizam os relatos referentes ao que se passou mais tarde, rio acima e por causa da Usina de Cana Brava, em Minaçu: dói o coração, gera revolta pensar que toda aquela riqueza está debaixo d’água, inacessível pela profundidade do lago ou em virtude da vigilância do IBAMA e/ou da [polícia] “federal”.

Dada esta situação, uma possibilidade colocada para estes garimpeiros expulsos de Uruaçu e Niquelândia pela Usina de Serra da Mesa foi se deslocar rio abaixo, para as proximidades de Minaçu. Difícil é dizer qual o rumo tomado pelos que não o fizeram. Sem dispor de dados numéricos a respeito da produção ou do número de pessoas envolvidas com esta atividade naquelas regiões, tenho os relatos dos que lá estiveram a sugerir que aí o movimento era tão ou mais intenso do que o foi na área de Minaçu. Ao perguntar para estes últimos sobre o destino de tanta gente após a construção da Usina de Serra Mesa, as respostas que eu recebia não variavam muito: para alguns, o rio Tocantins seria a última área aberta e disponível para o “pequeno” garimpeiro (aquele que não dispõe de recursos ou condições para se embrenhar nos confins da Amazônia), a construção das usinas assinalando a extinção desta atividade no país e levando estes garimpeiros a terem que procurar outras atividades para sobreviver; para outros, alguns destes garimpeiros foram para Minas Gerais ou para o Pará, estados indicados vagamente como regiões onde ainda era possível extrair algum ouro.

Desconfio também que alguns deles tenham se dirigido para a Guiana e/ou para o Suriname. As informações disponibilizadas na mídia, assim como algumas conversas com colegas que fazem trabalho de campo nestes países, indicam que há maranhenses e goianos garimpendo nestas áreas.

Ainda que o garimpo tenha persistido em certas áreas de Minaçu, a situação aí também não era simples. Muitos se lembram da *guerra* ou *revolta* que ocorreu “nos tempos do Collor”. De uma hora para outra, surpreendendo os garimpeiros, a polícia federal apareceu no norte de Goiás, apreendendo máquinas e passando a controlar as áreas de garimpo. Alguns dos meus conhecidos perderam todo o maquinário que possuíam nesta época; outros conseguiram preservá-lo, enterrando-o na areia ou escondendo-o no meio do mato. Indignados, os garimpeiros fecharam a rodovia que une Minaçu à Belém-Brasília, em protesto contra esse ato. As lembranças de Regina, a este respeito, são sugestivas do significado tomado por este ato no futuro:

O garimpo começou a acabar quando tomaram o maquinário do povo, tomaram esses trens tudo, carregaram tudo tudo tudo. O Collor começou a tomar as máquinas. E era também já por causa de Cana Brava, por causa da terraplanagem que ia começar logo depois. E foi aí que começou a terminar o garimpo...

Veio depois essa turma de garimpeiros para o trevo. Aquele trevo logo adiante, na entrada para a Serra da Mesa. Fechamos ali, aquela animação, pneu queimando na rodovia. Não podia nem entrar nem sair de Minaçu. Aí a gente parou Minaçu, e eles liberaram o garimpo de novo...

Talvez porque pensados em contraposição às mobilizações organizadas posteriormente pelo MAB, os relatos a este respeito destacam certo caráter espontâneo desta iniciativa, nascida da pura revolta e sem qualquer espécie de planejamento ou orientação por parte de ‘líderes’ ou coisa que o valha. Talvez por esta mesma razão, o fechamento da rodovia é visto emblematicamente pelos que garimpavam em Minaçu como um marco.

Aí com essa luta o garimpo fortaleceu de novo. Só que eles também voltaram. Eles voltaram, e os policiais voltaram de novo. E aí veio junto o IBAMA, falando que não podia garimpar mais. Mas era por causa da barragem – se não fosse assim os garimpeiros não paravam. E começou a terraplanagem e eles começaram a judiar com os garimpeiros.

Ainda assim, o povo continuou por um tempão garimpado escondido. Garimpava escondido, mas garimpava! Quando eles vinham, aí o povo escondia as máquinas. Fazia um buraco rápido na hora que escutava o barulho de um carro vindo e dentro dele punha o motor. Quando via que eles tinham ido embora, voltavam para a beira do rio. Aí depois que fechou a barragem acabou. Ah, sofrimento assim até hoje. – ... Mas o povo ainda assim teima! Um ou outro joga uma balsa dentro do rio, o IBAMA vai lá e multa eles, e assim vai...

Difícil é dissociar estas iniciativas do contexto mais amplo acionado pelas referências aos “tempos do Collor”, associados a uma série de iniciativas que são encaradas pelos garimpeiros como prejudiciais a eles: por exemplo, o fechamento dos garimpos de Rondônia, sob o pretexto de proteção dos índios, e a “entrega” de Serra Pelada para a Vale do Rio Doce.

Militantes chegando do sul

É bastante complicado precisar exatamente como *chegaram* no norte de Goiás os militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, todos eles originários do Alto Uruguai e vindos do *sul* (atenção ao duplo sentido presente, neste contexto, a este termo nativo: vinham da “região sul” e também daquele *sul* que se contrapõe ao *norte* em que, para muitos, Minaçu se encontra). Nem tanto por que faltam informações a esse respeito; mas, pelo contrário, porque elas são abundantes e contraditórias. Torna-se assim difícil precisar, a partir dos depoimentos dos moradores de Minaçu, quando eles *chegaram* exatamente, como vieram e qual deles *chegou* primeiro.

Alguns afirmam que eles chegaram até lá através de um contato fornecido por trabalhadores da obra da barragem de Cana Brava, o que parece fazer sentido se lembramos que algum tempo antes a mesma empresa responsável por este projeto (a Tractebel) construía barragens que, localizadas naquele Alto Uruguai onde o MAB surgiu, foram decisivas na constituição deste próprio movimento: as Usinas de Itá e Machadinho¹⁹².

Uma das lideranças do movimento local no período em que lá estive – conhecida por querer atribuir a si própria a responsabilidade pelas realizações desta organização – me assegurara que fora ela a responsável pelo contato com estes militantes. Preocupado com o que se passava com os garimpeiros, ele teria ido, junto com outra pessoa, procurar um “procurador” – alguém que *procura*, uma espécie de *detetive*? – em Goiânia. E teria sido este último quem lhes havia dito, “procura esse movimento que se chama MAB!”.

Alguns responsabilizam o movimento existente no estado de Tocantins por esta aproximação, já que aí a organização dos atingidos havia começado durante a construção da Usina de Lageado, entre 1998 e 2002. Quando estive neste último estado para a realização de uma etapa do primeiro Curso Nacional de Formação de Militantes do MAB, em 2001,

¹⁹² Um entrevistado de Pinheiro (2006, p. 91, grifos meus) destacava: “No início, organização forte mesmo a gente não tinha. A gente fazia reunião, se revoltava, brigava. ‘Como é que nós vamos fazer? Nós temos que cuidar porque a empresa ta levando nós, ta passando nós pra trás’, mas ficava todo mundo sem uma saída. Aí, nós ficamos sabendo por pessoas que trabalhavam em região de barragem e que falaram: ‘tem o MAB, que é organizador de região de barragem [formulação particularmente sugestiva, como veremos adiante], vocês devem procurar.”.

estavam presentes três ou quatro pessoas que se diziam, na época, participantes do “MAB-Goiás”. (Nenhum destes prosseguia no movimento quando retornei a Minaçu para o trabalho de campo desta tese. Encontrei casualmente na rua desta cidade, por outro lado, duas dessas pessoas, que me reconheceram e de quem eu lembrava). A realização desse curso, certamente não por acaso, coincidiu com a inauguração deste projeto – ao que parece, ainda não inteiramente concluído neste período (outubro de 2001). Por essa época, pelo que pude perceber então, o movimento de Tocantins estava mesmo mais estruturado e articulado que o de Goiás.

Outros, por fim, diziam que a iniciativa partiu dos próprios militantes do sul do país, que estariam interessados em se estabelecer numa área (o Alto Tocantins) que, na virada do século, gozaria de uma singular visibilidade, atraindo até mesmo a atenção de *estrangeiros*, principalmente os vinculados a ONGs.

Provavelmente há elementos de verdade em todas estas afirmações – de fato, não há como precisar exatamente qual o evento que decisiva e definitivamente precipitou a chegada destes militantes, o mais provável sendo a confluência e articulação de uma série de iniciativas e relações. Nesse sentido, destaco uma informação que me foi repassada por uma jovem local que se formava como militante quando estive em Minaçu e que, neste processo, redigia uma monografia a respeito do movimento local (Fransinete da Silva 2011). Seguindo a pista oferecida por ela – e que confirmei junto a moradores das cidades de Uruaçu e Campinaçu – já havia um contato das pessoas da região com aqueles militantes no final dos anos 90, e em razão de questões relativas à Usina de Serra da Mesa. Este ponto é importante porque o movimento de Minaçu foi organizado tendo em vista a *luta* pelos *direitos* dos atingidos pela Usina de Cana Brava – que, ao contrário daquela outra, teve seus impactos restritos a uma área menor, nos municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul. Posteriormente a isso, questões relativas a famílias não indenizadas pelos prejuízos causados pela Usina de Serra da Mesa (em lugares tais como aquelas Uruaçu e Campinaçu) passaram também a ser contempladas neste movimento, mas apenas marginalmente – já que a maior parte das energias dos envolvidos com o MAB concentrou-se mesmo nos problemas relacionados à Usina de Cana Brava.

Por volta do ano 2000, dois militantes do sul foram *enviados* para Minaçu e aí passaram a morar. Não posso precisar exatamente se chegaram juntos, se um sucedeu ao outro

ou se ambos se alternavam aí, indo e voltando para sua terra natal¹⁹³. Após algum tempo, um deles passou a morar definitivamente em Minaçu: Henrique é seu nome – e dele voltarei a falar na próxima seção.

Estes que chegavam de fora eram, sem sombra de dúvida, “de fora”. Eram pessoas *lidas* que, junto com seus cabelos loiros, traziam consigo livros, apostilas e um monte *papéis*; e que faziam promessas, e que garantiam que as coisas iam mudar... Num certo sentido, não havia nada de novo ou inusitado aí, o *povo* de Minaçu conhecia bem figuras como estas e sabia que deveria ser precavidos perante eles, mantendo-se alertas e com um pé atrás. Por outro lado, nas circunstâncias em que se encontravam eles sabiam que não tinham muito a perder, e que talvez poderia ser interessante conceder alguma atenção a estes militantes. De fato, como já argumentei anteriormente, a relação desta gente com as pessoas de fora é marcada, tradicional e historicamente, por uma ambivalente combinação de desconfiança, expectativa e fascínio. Além do mais, o que estes forasteiros se propunham a fazer ali certamente lhes interessava: eles se ofereciam a *ensiná-los* a como lidar com o “problema das barragens” de outra maneira – de forma *organizada*, via a transformação daquele bando de homens e mulheres desesperados e indignados numa *organização* de fato, numa *entidade*, num *movimento social*.

1.4 Cursos e Aprendizados Com os Militantes

Ficar inteligente nos cursos de formação

Acostumei-me a ouvir, na secretaria do movimento, freqüentes referências a estes militantes vindos do sul como sendo *professores*. E de todos estes *professores*, nenhum deslumbrou e ensinou tanto quanto Henrique.

¹⁹³De fato, há que se destacar que, de acordo com outros padrões e seguindo outras lógicas e princípios, estes militantes compartilham com as pessoas desta cidade – aquelas de quem vim tratando até agora – uma intensa mobilidade. Talvez eu precisasse de um capítulo inteiro para discutir com um mínimo de pertinências as formas e sentidos assumidos por estas modalidades de ‘movimento’. A despeito da imensa literatura já existente sobre os movimentos sociais (os produtores e indutores desta forma específica de mobilidade), este tema não foi ainda contemplado em profundidade por ninguém. Eu mesmo, no início do doutorado, cheguei a cogitá-lo seriamente como uma das questões centrais do trabalho que eu tinha para fazer.

Ah, esse daí foi um *professor* de verdade. Foi o último da Nacional que *chegou*. Ele chegou e ficou. E ajudou, ensinou tudo pro povo. Ensinou tudinho pra nós: quanto produzia a empresa, pra onde ia o dinheiro, como fazer as coisas, como lutar contra a Tractebel. O Henrique fazia cursinho de quinze em quinze dias para os coordenadores. Moço, eu vou falar uma coisa pra você: homem sábio igual aquele é difícil. Ele entende de tudo, ele é esperto demais da conta.

A “inteligência”, a “esperteza” e a “fala bonita” de Henrique até hoje impressionam os que o conheceram. E não apenas em Minaçu, ou junto àqueles que *fizeram parte* do movimento. No ginásio da Escola de Educação Física, na Ilha do Fundão, aqui no Rio de Janeiro, converso com um rapaz de apenas 18 anos, participante do Curso da Energia. Ele nasceu e morou a vida inteira em Colinas do Sul, município vizinho de Minaçu (o que não quer dizer que estas cidades estejam “próximas”, já que estão separadas por mais de 150 km de estrada de terra), e que foi afetado pela construção da Usina de Cana Brava. O rapaz é enteado de um lavrador atingido, e se aproximou do MAB há pouco tempo. Comentando comigo sobre o quanto achava importante *cursos* como aquele em que nos encontrávamos, ele se lembra de histórias e boatos que ouviu na sua infância, e que até hoje são repetidas na sua região...

Pois dizem que havia esse moço do MAB, que foi lá pra Goiás... Todo mundo falava dele, todo mundo lembra dele até hoje. O pessoal diz que nunca tinham visto alguém tão esperto, e que falava tão bem. Henrique é o nome dele – e da *inteligência* daquele ali as pessoas não esquecem! Aquele ali colocava todo mundo no bolso...

Se Henrique chama tanto a atenção, não é por possuir atributos únicos ou especiais. De uma forma geral, a “inteligência”, a “esperteza” e a capacidade de “falar bem” são traços identificados em praticamente todos os militantes da Nacional conhecidos da gente de Minaçu. O que singulariza Henrique era sim o fato dele ser ainda mais esperto, *inteligente* e bom de conversa que seus próprios conterrâneos – eles também, sem sombra de dúvida, pessoas muito dotadas. “Aquele pessoal do Sul... Como é que pode ser tão *inteligente*?”.

Estas mesmas pessoas, por outro lado, oferecem respostas a perguntas como essa. Se não é exclusivamente através deles que se aprende a ser *inteligente*, é sobretudo nos *cursos* que isso acontece. Ao comentar sobre Henrique comigo – justamente quando estávamos em um destes *cursos* –, o jovem de Colinas do Sul parecia querer já insinuar algo dessa ordem. *Cursos* servem – dentre outras coisas – também para isso.

Nesse sentido, a possibilidade de “ficar inteligente” estava também ao alcance dos moradores de Minaçu; ou, ao menos, daqueles capazes de freqüentar e acompanhar estes cursos. Regina se lembra de como alguns dos garimpeiros foram capazes de aproveitar bem o que lhes foi ensinado pelos militantes do sul: seja nos “cursinhos” que Henrique oferecia

quinzenalmente, na própria Minaçu, ou em *cursos* realizados pela Nacional em outros cantos do país, para os quais se dirigiam aqueles *coordenadores* mais promissores.

E aí a gente ia para os *cursos*, para ficar esperto, para aprender a falar. Tanta coisa que a gente aprendia ali... Sérgio mesmo é um que aprendeu muito. Aprendeu muito, muito, o homem é muito esperto. Antes era todo confuso, não sabia falar direito. E hoje você vê ele como é, falando para o povo feito um grandão, você sabe como ele fala bem¹⁹⁴...

Um parêntese: os cursos num contexto mais amplo

Antes de prosseguir falando do MAB, parece-me necessário situar estes *cursos* no contexto mais amplo vivido por aquelas pessoas; contexto esse que remete a todo um conjunto de questões já abordadas neste trabalho, e que aqui retomo rapidamente.

Aqueles antigos garimpeiros que eu conheci na secretaria tinham bastante clareza a respeito do fato de que suas dificuldades para arrumar um emprego se relacionavam, em grande medida, ao fato de não serem pessoas *estudadas* – como já sabemos, boa parte deles era analfabeta, ou freqüentou muito pouco os bancos escolares. Como poderiam assim tentar um vaga na prefeitura ou mesmo no comércio? Até a extinção do garimpo, eles não tinham maiores razões para se ressentir disso. No seu passado, não chegavam mesmo a fazer piada com aqueles que tinham estudado, contrapondo aos esforços destes últimos a malandragem e a leveza deles mesmos, levando uma vida bastante satisfatória sem terem que ficar sentados (e *parados*) com a bunda numa cadeira? *Antes corrido que lido...* Foi-se o tempo, porém, em que eles podiam dizer coisas como essas.

O exame das estratégias de diferentes gerações no interior de uma mesma família explicita ainda melhor estas transformações nas percepções nativas a respeito do seu mundo e das ‘boas maneiras’ de nele se viver. A imensa maioria dos garimpeiros estimulou seus filhos adolescentes a seguir caminhos diversos daqueles que eles próprios traçaram para si mesmos quando eram mais jovens. Nesse sentido, incentivaram-nos, com graus variáveis de sucesso, a conseguir uma *profissão*. Tanto para esses pais como para seus filhos, não há muito mistério a respeito de como conseguir isso: mesmo não sendo isso um imperativo – já que há a possibilidade do aprendizado *na prática*, para aqueles que dispõem de um bom “padrinho” para inseri-los numa *firma* ou empresa – convém fazer um *curso* para facilitar a vida. “Quero fazer um *curso*, ter a minha *própria profissão!*”.

Convém, por outro lado, relativizar a diferença entre estes dois contextos ao lembrar que, também no universo do garimpo, muitos dos pais estavam preocupados com a educação dos seus filhos. Lembremo-nos, a esse respeito, do que o próprio Jonas já nos dissera a esse

¹⁹⁴ Sobre o “saber falar” e o “falar bem” num contexto muito parecido, ver Comerford (1999).

respeito, destacando como a saída do *professor* da roça foi um acontecimento decisivo para que ele se decidisse a mudar para a cidade. Da mesma forma, Regina e Altino compraram uma casa na cidade quando sua filha mais velha estava com sete anos, para que ela pudesse ir para a escola. Nesse sentido, o que mudou daqueles tempos para os dias de hoje foi o próprio caráter da escolarização: se antes ela era algo desejável ou recomendável, agora – ao menos do ponto de vista dos pais e mães – ela passou a ser vista como um imperativo ou necessidade dificilmente contornável. Mesmo os adultos passaram a se preocupar com isso. Independentemente do que se passava no MAB (onde alguns senhores e senhoras também foram alfabetizados), diversos de meus conhecidos, todas as noites, dirigiam-se para as aulas do que chamavam de “EJA” (sigla de Educação para Jovens e Adultos), ministradas em diversas das escolas municipais e estaduais existentes na cidade.

Não podemos perder de vista, porém, as especificidades dos sentidos relacionados a estes *cursos*. Como destaquei acima, eles englobam tanto os “cursos de formação de militantes” como também os “cursos profissionalizantes”. Num caso como no outro, estamos lidando com ‘atividades educativas’ que não se confundem necessariamente com a “escola” – com o ensino regular e oferecido pelo Estado para crianças e adolescentes, o ensino fundamental e o médio. O *curso*, nesse sentido, remete a algo da ordem de um complemento a esta educação regular. Em algumas situações, as duas coisas se misturam: no CEFET existente em Goiânia, assim como Curso de Saúde Ambiental oferecido a jovens ligados ao MAB no sul do país, o ensino médio é ministrado junto com a especialização que atribui o diploma de técnico a quem o frequentou. Na maior parte das vezes, porém, os *cursos* estão diretamente orientados para a aquisição de um título ou saber que facilita o encaminhamento para uma posição no mercado de trabalho ou torna possível a obtenção de algum dinheiro por conta própria. É esse viés ‘pragmático’ que marca o sentido nativo do termo. E que também permite a sua contraposição à escola – ouvi, inúmeras vezes, pessoas comentando que, naqueles tempos, a escola por si só não bastava para se obter um emprego ou renda; o importante para isso era fazer um curso... Subjacente a estes comentários, há por vezes a idéia de que os saberes oferecidos pela “escola” são por demais ‘livrescos’, descolados da realidade e das exigências de ordem prática por ela colocados – mesmo se levarmos em consideração que eles são com frequência uma condição necessária para se fazer um curso.

É assim que, numa cidade como aquela (e certamente não só lá), pululam por todos os lados ofertas de *cursos* os mais diversos. Sem qualquer pretensão de ser exaustivo, destaco assim algumas das opções disponíveis em Minaçu. No SENAI existente dentro da SAMA, há as disputadas vagas para os cursos técnicos em eletromecânica, eletrotécnica, eletrônica,

segurança do trabalho, auxiliar administrativo e mineração, além de cursos profissionalizantes mais breves (por exemplo, para serralheiro ou operador de solda) – quase todos pagos, algumas vagas sendo oferecidas de graça para os melhores colocados num exame classificatório. São cursos como estes últimos os mais valorizados, já que asseguram o aprendizado de uma *profissão* e tornam possível e até mesmo fácil um bom trabalho *fichado* em uma *firma* (em especial naquelas já citadas mineradoras de grande porte presentes no norte de Goiás; ou na construção de barragens, linhas de transmissão e subestações elétricas Brasil afora).

No escritório local do deputado federal Carlos Alberto Leréia, um *papel* afixado na parede informa sobre os *benefícios* que ele ofereceu aos moradores da cidade. No topo da lista, estão elencados os *cursos* que, via a sua intervenção, foram disponibilizados a estes últimos: “Redação Empresarial, Atendimento ao Cliente, Computação, Treinamento Especial para Condutores de Veículos Pesados, Leitura e Interpretação de Desenho Técnico Mecânico”. Empresas menores oferecem também cursos de operador de caixa, balconista, “crediarista & primeiro emprego”, secretariado, recepcionista, atendente & telefonista, técnicas de atendimento, computação, vendas e telemarketing... Numa escala ainda menor, são ofertados cursos – que custam às vezes não mais do que R\$ 10,00, e ainda oferecem certificados! – para se aprender a fazer trabalho com EJA ou arranjos florais.

Tal profusão de ofertas se justifica também, é claro, pela existência de pessoas dispostas a aceitá-las. Premidos pelo fantasma do desemprego e da falta de renda, jovens, adultos, velhos, gente de toda idade e classe social compartilha a crença na necessidade de fazer um *curso*, de se qualificar, de se tornar ‘empregável’; ou – melhor ainda – de fazer mais de um, vários cursos, esse e mais outro... Todos buscam assim acumular certificados e diplomas, *papéis* que *provam* que fizeram esse ou aquele *curso*.

A importância atribuída a estes *cursos* ficava ainda mais evidente diante daquelas famílias que, passando por dificuldades financeiras severas, *sacrificavam-se* ainda mais para que um de seus membros – geralmente, um filho – frequentasse um deles em Goiânia ou outras cidades do estado. Efigênia me contava o quanto tinha que enviar para o filho todo mês – algo em torno de R\$ 350,00 para ajudá-lo com o aluguel e algumas despesas básicas: valor correspondente a mais da metade da renda monetária dessa família, oriunda de uma aposentadoria do marido. (O rapaz trabalhava, recebia pouco mais de um salário mínimo, e bancava ele próprio o pagamento do *curso*).

Há que se considerar, além do mais, que eu era também encarado por meus interlocutores como uma espécie de conselheiro ou expert em cursos. Constantemente era

procurado por gente que me perguntava que dicas eu poderia lhes dar a esse respeito, “que curso meu filho deve fazer?”. Ou mesmo era visto como alguém que estava ali para oferecer este ‘serviço’, recebendo pedidos para que eu arrumasse uma vaga nestas atividades, ou que facilitasse o acesso a ela. “Pede um conselho para aquele *gaúcho* ali, ele é um *professor* que veio *de fora*, e está aqui também para nos ajudar a realizar uns *cursos* do movimento!”.

Cursos e mágicas para ganhar dinheiro

Regina está freqüentando o *curso* oferecido pelo SEBRAE para aquelas pessoas que estão dispostas a fazer parte do *projeto* da horticultura, implantado com os recursos daquele Fundão. E está a dois dias *rodando* pela cidade, executando uma tarefa que lhes foi imposta pelo instrutor: tem que vender um sem número de balas Halls – para, dentre outras coisas, ‘exercitar’ as técnicas de comercialização e abordagem ao cliente aprendidas com ele. A tarefa é exaustiva, e Regina não se cansa de dizer que está de saco cheio e descrente de tudo aquilo: das aulas, do instrutor, do projeto, de vender aquelas balas... Aproveito a deixa e comento com ela o que penso sobre aquele tipo de treinamento – “Como é que pode, esse homem do SEBRAE querendo ensinar para gente como você como é que se vende as coisas, como é que se lida com o cliente? Você tem toda a sua experiência de vendedora de roupas, na sua loja do garimpo. E comercializou ouro, e tomou conta do bar de Altino, sabe lidar com clientelas complicadas, feito aquele monte de garimpeiros bêbados e sempre a arrumar confusão... Diante de toda essa sua experiência, você é que tinha que dar aulas para esse instrutor!”.

Sem titubear, Regina discorda de mim. Ela tem sim muita experiência. Mas há certas coisas que se aprende num *curso* – e só aí. E ela me contou então de um *curso* que freqüentou alguns anos atrás, oferecido por um “professor que veio dos Estados Unidos para dar aula para eles”. Homem esperto esse, muito *inteligente*. Ensinou a ela e aos outros freqüentadores coisas valiosas: dentre outras coisas, uma técnica para economizar e fazer o dinheiro render. A pessoa começa poupando cinco reais, todos os meses; vai poupando, acumula o dinheiro, aplica neste ou naquele investimento, e no final de um tempo vai ter em suas mãos um “montão de dinheiro”. A despeito de seu cansaço e mau-humor naquele momento, ela não tinha como negar que *cursos* como aquele oferecido pelo SEBRAE funcionam sim, e são importantes para aprender coisas como essas, que no dia a dia do negócio ninguém aprende não...

Não pude deixar de me desconsertar diante dessa resposta. Uma pessoa com larga experiência no comércio como Regina desmerecia sua própria experiência prática, em prol do

saber desses instrutores e *professores*... Eu mesmo, num outro momento da minha vida, trabalhei dando aulas desse gênero, contratado pelo SENAC do Rio de Janeiro para ensinar “artesãos” – basicamente, senhoras costureiras no interior do estado do Rio de Janeiro – a “comercializar” e “fazer negócios”. E não acreditava, de forma alguma, na eficácia daquelas atividades, e muito menos na capacidade de, via elas, surgirem “pequenos empreendedores” em Minaçu ou no Rio de Janeiro.

Alguns dias depois, conversando com um *coordenador* do MAB, ele me contou que acabara de voltar da Casa Lotérica, onde fora fazer uma pequena aposta. Entusiasmado com a possibilidade de ganhar alguns milhões, me contou que tinha o sonho de fazer “um curso para ganhar na Loto”. Diante da minha surpresa, ele me explicou melhor: sim, ele sabia que existiam esses cursos, e planejava algum dia fazer um. Aí sim teria boas chances de ficar rico, aí se aprendiam matemáticas e truques que em muito aumentavam suas chances de ser sorteado...

Deste modo, o que havia para mim de estranho ou inusitado nas situações acima descritas me interessou por tornar evidente que, a despeito – ou justamente por causa – de todo o investimento intelectual e profissional que eu já havia feito nessa temática, eu ainda tinha muito a aprender sobre o que significam, para as pessoas de que trato aqui, estes *cursos*. Cautela que se mostrava ainda mais justificável em virtude do peso e presença daquela outra ‘parte’ de meu trabalho de campo – centrada nas práticas e valores da *militância* – também em Minaçu. Eu estava lidando, no limite com duas concepções diversas a respeito do que seriam estes *cursos*, e tinha que ter cuidado para não impor sobre pessoas como Regina e aquele *coordenador* a perspectiva que outras pessoas que eles conheciam – por exemplo, os *militantes* gaúchos ou os locais (entre os quais se inclui o filho dela) – defendiam e buscavam difundir. A noção de *curso* presente neste contexto, assim, é suficientemente ampla para abarcar o que, de acordo com a perspectiva destes últimos, seriam (na maior parte das vezes, ao menos) duas coisas distintas: os cursos ‘profissionalizante’ e os cursos de *formação de militantes*.

Tanto para Regina quanto para o *coordenador* acima mencionado, os cursos em questão ensinavam basicamente a mesma coisa: como fazer o dinheiro se multiplicar, via técnicas peculiares de poupança e investimento ou através de artimanhas que aumentavam as chances de ganhar na loteria. Regina deixa claro, além disso, que o *professor* que conheceu não era uma pessoa qualquer: era um homem de fora, um estrangeiro – vindo, não por acaso, dos Estados Unidos, terra por excelência do dinheiro e dos *grandões*. Lembremos ainda do que eu afirmara acima, a respeito daquele viés ‘pragmático’ que diferencia os *cursos* das

“aulas” ordinárias. Tudo isso nos encaminha em direção a uma conclusão aparentemente óbvia: os *cursos* são encarados por estas pessoas como uma maneira privilegiada para, em contextos como aquele em que eles se encontravam, arrumar dinheiro.

Os cursos criam assim condições para ultrapassar uma distância – a que separa estas pessoas dos homens *lidos* (e *ricos*, e *grandes*); distância essa que é, por vezes, encarada como intransponível. Poderíamos, assim, considerá-los como um rito de passagem: na medida em que eles permitem a ‘passagem’ para um outro lado ou um além, tal qual uma ponte estabelece a ligação e a passagem entre margens opostas. Os *cursos*, nesse sentido, não deixam de ter algo de misterioso: não são apenas a oportunidade para a transmissão de um saber, mas algo propriamente “mágico” – se com este termo evocamos aquelas coisas trazidas “de fora” por homens que *chegam*, permitindo proezas que assombram e fascinam, e cuja mecânica e lógica são pouco compreensíveis... Voltarei a tratar deste ponto mais adiante.

Aprender a falar a língua do movimento social

Os militantes gaúchos foram fundamentais para que garimpeiros como Regina passassem a encarar a si próprios como *atingidos* – e como pessoas que, nessa condição, tinham *direitos*. Foi a *crença* de que era possível *conquistá-los* o principal fator que induziu ela e seus companheiros a *lutar* por eles. Mas estes militantes foram fundamentais também por outra razão: por terem ensinado a eles como lutar por estes *direitos*, como “falar a linguagem dos movimentos sociais” – para utilizar uma expressão bastante comum entre os *coordenadores* do MAB de Minaçu¹⁹⁵.

Pois eles ensinaram pra gente que a gente tinha *direitos*... E que se a gente *corresse atrás*, se *lutasse*, a gente ia conseguir. Tinha que *lutar*, não tinha jeito: a gente aprendeu também que pra conseguir alguma coisa com a empresa não adianta *pedir*. Tem que se *organizar*, e ir pra *luta*, *costrar*. *Ocupar*, se for o caso...

¹⁹⁵ Note-se que, curiosamente, o termo “linguagem” utilizado por estes *coordenadores* é usado exatamente no mesmo sentido por Sigaud (2000, p. 85) para se referir à “forma-acampamento” – segundo ela própria, é pela influência de Edmund Leach que ela optou pela escolha de tal termo. Num caso como no outro, e conforme a discussão da introdução desta tese, o que está em jogo é o aprendizado de uma “linguagem” trazida de fora por militantes *deslocados* e vindos do *sul*, linguagem essa que se refere as “formas” legítimas e reconhecidas de protesto e reivindicação. “Os acampamentos da mata pernambucana aqui tratados têm uma forma que se reproduz, conforme foi observado nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré. Essa forma tem aspectos ritualizados e se constitui numa linguagem pela qual os indivíduos fazem afirmações simbólicas. Assim, o ato de instalar um acampamento em um engenho é a forma apropriada de ‘dizer’ que aqueles que o ocuparam desejam que seja desapropriado. Incra, *movimentos*, *patrões* e *trabalhadores* partilham o consenso de que é isso que está sendo dito por meio de um acampamento”. No que se refere ao MAB de Minaçu, a expressão “língua dos movimentos sociais” é também utilizada, nos mesmos contextos e com os mesmos sentidos que “linguagem”.

É assim que funciona a coisa da *luta*, por etapas. Primeiro você organiza o povo, depois você mobiliza e faz a manifestação. Aí você elabora a *pauta*, e leva as reivindicações para a empresa e para ao governo. E espera um pouco, o governo atende às vezes, o governo esquece em outras ocasiões. E aí você faz tudo de novo...

Aprender a falar a língua ou a linguagem dos movimentos sociais: aprender que é preciso agir em silêncio, guardar o segredo, não falar da “festinha” – uma mobilização ou ocupação – antes dela ocorrer. E que é preciso pressionar, partir pra cima, sem medo ou receio: *ocupando (invadindo não!)* se consegue as coisas. (“Isso deu certo antes, por que não tentar isso de novo? Montar acampamento, ameaçar o pessoal da empresa... – Ah, mas o povo está desmobilizado, todo mundo cansou, muitos foram embora, assim não vai dar certo não!”). Aprender a criar e utilizar *estratégias*. Aprender a *articular* com outras organizações e movimentos, a *organizar*, *conscientizar* e *formar* o povo. Aprender a ensinar para outras pessoas todas estas coisas...

Aprender a fazer parte de uma *associação*, de uma *entidade*, trabalhar “coletivamente” ou “em sociedade”. A elaborar *listas*, *cadastros*, *fichas*. (Duras lições para quem agora *faz parte* de uma *instituição*: Zé das Neves se lamenta, o incômodo dele diante desta mulher tão *precisada* que vem lhe procurar é evidente, esta claro que ele gostaria de *ajudá-la*... Mas ele nada pode fazer, as cestas são somente para os que estão *cadastrados*...). Aprender a ler, nos *projetos* levados a cabo pelas parcerias que o movimento nacional estabeleceu com o *governo*. Aprender a tomar notas numa reunião, a sempre andar com um caderninho, a esforçar-se na leitura da apostila. Aprender a lidar com os *papéis*...

Duas lideranças

Sem entrar a fundo nas questões relativas à política interna do movimento, é preciso destacar que, do ponto de vista dos garimpeiros que mais se envolveram com o movimento, o surgimento da *coordenação* não implicava, de forma alguma, na ausência desta figura: do *chefe*, do *cabeça*, do “que manda”, da liderança mor... Os poderes deste último, porém, estariam condicionados ao apoio que lhe forneceria o coletivo mais amplo, o conjunto dos *coordenadores*: a *coordenação*.

Logo acima, Regina comentava sobre como os cursos organizados pela *nacional* foram importantes para que alguns garimpeiros aprendessem a “ficar inteligentes” e a “falar bem”. No seu depoimento, ela mencionou um nome: Sérgio, alguém que antes “era todo confuso” e que hoje, diante do *povo*, fala “feito um grandão”. O próprio Sérgio, num outro momento, me contou sobre o quão decisiva foi, em sua trajetória, a sua participação nestes cursos.

E aí eu comecei a viajar, a participar destes *cursos*... E via a habilidade e esperteza dos *gaúchos*, e ficava impressionado com aquilo. E aí eu ficava olhando aqueles que dominavam o movimento... No início foram eles mesmos que viram que eu tinha potencial, e que me enfiaram num monte de cursos diferentes. E eu aprendendo as coisas, aprendendo demais. Aprendia as estratégias e as táticas, aprendia a importância da teoria pra prática. Até hoje eu vejo como essa coisa da leitura é importante, você sabe que a gente continua lendo, estamos aí com o *Que Fazer?* [obra de Lênin] nas mãos. E eu sempre vendo como é que aquele pessoal usava aquilo, pra tentar entender como é que eles podiam ser tão inteligentes, e pra ficar esperto também com as espertezas deles... Como é que eu ia saber se dava para confiar naquele pessoal? Estes cursos foram fundamentais para que eu virasse o que sou hoje... Mas eu não era bobo, e fazia um esforço para me manter firme no que eu acreditava ser correto, tive que fazer muito sacrifício para manter minha forma de fazer política, de fazer as coisas... Não foi fácil, tinha muita pressão também aqui em Minaçu, até ameaça de morte eu recebi.

Por volta de 2002, as lideranças do movimento nacional decidiram que Henrique – o militante gaúcho deslocado para Minaçu e então sua principal liderança – deveria abandonar a cidade, e ser alocado em outro lugar. Isso contrariava, naquele período, não só a vontade pessoal deste último como os planos daqueles que *faziam parte* do movimento naquela cidade. Henrique, afinal de contas, era não apenas um grande *professor* como também um “guerreirão”, alguém cuja coragem e dedicação na luta pelos *direitos* dos atingidos convenceram os locais sobre sua importância. Henrique decidiu ficar. Quando, em represália à sua insubordinação, a nacional cortou a *ajuda de custo* paga a ele, os *coordenadores* decidiram que eles mesmos bancariam seus gastos. Assim, durante mais um ano Henrique permaneceu na liderança do movimento de Minaçu, que passava então a “andar com suas próprias pernas”, tornando-se ‘independente’ da *nacional* – ou, ao menos, não tão subordinado a ela quanto antes, já que certos vínculos (formais e informais) permanecem até hoje.

Porém, alguns meses depois também Henrique passou a ter sua liderança contestada, dentro do movimento de Minaçu. Ao que me parece, algumas das estratégias privilegiadas por ele não foram bem vistas pela maior parte dos *coordenadores* – como, por exemplo, o apelo à justiça como fórum de enfrentamento da Tractebel, junto a um advogado da cidade que não era encarado com bons olhos por eles (afirmativa que não deixa de ter algo de redundante). Além do mais, havia agora um garimpeiro que se arrogava a capacidade de substituí-lo (lembramos que Henrique, a despeito de tudo, era “de fora”): justamente o Sérgio citado acima, já devidamente ‘treinado’ para ocupar o posto nos *cursos* e no dia-a-dia no movimento.

Segundo Sérgio, nessa época teve início uma série de “duelos” entre ele e Henrique, ambos “disputando microfone” em antológicas *assembléias* na feira da cidade. Por fim, “o

povo” acabou por optando por Sérgio, e Henrique se afastou do movimento. E Sérgio é, até os dias de hoje, o incontestável “cabeça” do movimento.

Henrique afastou-se do ‘cargo’ que exercia, mas permaneceu na cidade. Quando estive em Minaçu pela primeira vez, no início de 2008, ele continuava morando aí. Pouco tempo depois, voltou para o sul do país, onde deu início a uma nova empreitada. Junto com seu pai – também um militante “histórico” do MAB e que havia se afastado deste movimento – formou “um novo movimento social”, destinado ele também a lidar com a questão dos atingidos por barragens, na serra catarinense – o MRI, Movimento de Redução dos Impactos. Ele chegou mesmo a me convidar para ajudá-los – “a gente vai precisar de alguém para dar *cursos*...”. Ainda nessa época seu nome continuava a ser evocado em Minaçu, sendo lembrado por boa parte dos que permaneciam no movimento com carinho.

Zé das Neves explica, para os membros de seu *grupo*, que quem manda ali são eles mesmos, e que ninguém de fora interfere no movimento.

O pessoal da *nacional* esteve sim por um tempo aqui, vocês todos lembram disso. Tudo o que a gente aprendeu com eles foi falar a língua do movimento... Fora isso, a gente se virou sozinho... Quando eles estavam por aqui 24 horas por dia, as coisas não *andavam*...

Já nos meus primeiros dias de campo, ouvi uma formulação bastante semelhante de um *coordenador* com quem eu conversava pela primeira vez. Eu tentava então explicitar minhas boas intenções apelando para o meu passado de intensas relações com “outros membros” do Movimento de Atingidos por Barragens, citando nomes que eu supunha – acertadamente – serem de seu conhecimento. Após me ouvir, ele fez questão de acrescentar: aquele pessoal fora muito importante pra eles, já que haviam lhes ensinado a falar “a linguagem dos movimentos sociais”. Àquela altura dos acontecimentos, porém, eles não queriam saber de sua interferência. Preferiam se virar por sua própria conta, “andar com as próprias pernas”.

Nestas formulações, parece claro o valor do que poderíamos chamar de ‘autonomia’. Mas esta ‘autonomia’ não estaria também marcada por uma certa ânsia de manter afastados estes estrangeiros? De relacionar-se com eles somente até certo ponto... Mais uma vez, não estaríamos diante de uma situação onde a relação com as pessoas “de fora” foi orientada pela necessidade de torná-la temporária? Manter essa relação apenas pelo tempo necessário para que os garimpeiros pudessem tornar-se, de fato e de direito, *coordenadores*; tempo necessário para que eles pudessem aprender a falar aquela “língua dos movimentos sociais” e adquirir

algo que lhes era *próprio*. No caso, o aprendizado e a capacidade de fazer o movimento se *movimentar* e *andar*, com suas *próprias* pernas...

Do bando à coordenação: grupos e coordenadores

Esta *turma* de garimpeiros que deu início ao movimento enquanto *organização* não era, decerto, um grupo homogêneo. As distâncias e diferenças que marcavam, na beira dos rios e nas balsas, a relação entre *patrões* e/ou *proprietários*, de um lado, e *porcentistas* e/ou *trabalhadores*, de outro, permaneceram orientando estas pessoas no movimento. Esta hierarquia já existente se articulou a um dos elementos tomados da “linguagem dos movimentos sociais” ensinada pelos militantes: a organização do movimento a partir da formação de *coordenadores* e *grupos de base*; grosso modo, os *patrões* no primeiro grupo, os *percentistas* no segundo¹⁹⁶. (Ao longo do tempo, e em função de tudo o que aconteceu no MAB e na cidade, esse tipo de associação entre o universo do garimpo e o do movimento foi em muito relativizada). Num primeiro momento, foi através da organização destes *grupos de base* que estas pessoas levaram a cabo a *luta* pelos seus direitos.

Lembrando dos velhos tempos, de quando eles ainda *rodavam* o país e o movimento apenas começava, Regina me contava de como funcionava a *coordenação* naquele tempo.

Pois naquele tempo foi isso, nós *andando* pelo país... A gente brigava muito, se desentendia o tempo inteiro. Quantas vezes o pessoal não saía no braço! A gente brigava, mas se entedia também. A gente se entendia bem, se divertia, se apoiava. A gente, a coordenação, nós éramos uma turma de irmãos....

A *coordenação* como uma *turma* de *irmãos*: formulação bastante rica, e que de maneira concisa explícita como na constituição deste coletivo se articulam vínculos de ordens diversas. A *organização* aprendida junto aos militantes se consolida e sedimenta a partir de laços que, se não eram necessariamente preexistentes, remetem a relações e formas de relacionamento já conhecidos; a vínculos ‘familiares’, no duplo sentido deste termo: a referência aos “irmãos” sugere não só a existência aí da afetividade característica da família como a presença de uma relativa ‘horizontalidade’ nestas relações específicas. Pois entre irmãos não vigora (ao menos com a mesma intensidade) a hierarquia existente entre filhos e pais e mães. (E há que se assinalar que, no que se refere à apropriação ‘metafórica’ do vocabulário do parentesco, no universo que considero aqui o apelo a estas últimas categorias é

¹⁹⁶ Não abordo aqui todo um conjunto de questões referentes à política interna do movimento, relativas às relações entre os *coordenadores* e os que fazem parte de seus *grupos*, assim como aos vínculos prévios que os relacionavam. Tratei desta questão, por outro lado, em dois artigos escritos antes da redação final deste texto – Guedes (2009, 2011).

muito mais comum do que no caso daqueles “irmãos”. Indício de que, para estas pessoas, é mais importante ou interessante pensar as relações verticais ou hierárquicas?).

Já no que se refere à *turma*, tal termo se faz presente de forma marcante na designação dos garimpeiros que trabalhavam juntos sob um mesmo patrão, assim como para se referir aos trabalhadores que, num canteiro de obra, compartilham uma tarefa. Foi também uma “turma de garimpeiros” quem, antes da chegada dos militantes, ocupou a estrada em protesto pela proibição do garimpo. Se por um lado tal termo evoca a idéia de um companheirismo ou camaradagem, por outro ele sugere também a idéia de um agrupamento efêmero ou circunstancial. “Eu estava bebendo com aquela *turma*, e aí...”. “Nós todos fazendo confusão, aquela *turma* circulando pela cidade...”.

Carvalho Franco (1997, p. 39) nos lembra que, nas camadas inferiores da população rural livre no Brasil do século XIX – aquele universo ‘caipira’ por ela estudado – o termo utilizado para designar os grupos que repartiam tarefas era este mesmo, “turma” (p. 37). Sobre estes mutirões, esta autora afirma que:

“A análise da natureza e da ordenação das relações que se estabelecem em grupos cooperativos de trabalho, em um sistema social de tipo comunitário, revela a existência de um estado de tensão conjugado às formas mesmas de solidariedade que definem o sentido da ação de seus membros. (...) A intensa mobilidade não favorece o estabelecimento de vínculos estáveis e duradouros, necessários à cristalização de modelos tradicionais. A ausência de uma estereotipação desse tipo põe em risco a própria possibilidade de cooperação contínua: o processo de produção é frequentemente interrompido e o grupo de trabalho dissolvido”.

As dificuldades de uma “cooperação contínua” nestes moldes ajudam-nos a compreender melhor aquela formulação de Regina. A menção aos “irmãos” já encerra uma primeira alusão a vínculos menos efêmeros – as *durações* específicas à família já servindo para cimentar e estabilizar o que haveria de frágil e provisório nas *turmas* (que, nesse sentido, seriam *mundanas*).

A *durabilidade* deste coletivo, porém, não se limita a esse ‘reforço’ oferecido pelo familiar. Ela é assegurada também pelas próprias forças que respondem por seu nome: *coordenação*. Está em jogo aí aquilo que foi aprendido junto aos militantes: a necessidade da *organização*, oferecendo aquele “apoio de uma *força* maior” que, segundo Seu Adão na epígrafe desse capítulo, é necessário para tornar um coletivo (ou qualquer outra coisa) *durável* e sustentável por certo tempo¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Palmeira (2002, p. 176, grifos do autor), já havia destacado o sentido que o termo *força* adquire aqui, enfatizando a associação dos que “estão em cima” com os “homens concebidos e autoconcebidos como de *força*, homens do tempo, mas também da política” – homens *fortes*, que são capazes, assim,

Coletivo inventado, posto em funcionamento e funcionando pela combinação de traços diversos: o vínculo formal característico das *organizações* amaciado e personalizado a partir de um já conhecido, *familiar* ou *mundano*; estes últimos reforçados pela *organização*, suficientemente estável para harmonizar e fazer render as combinações e alternâncias dos “entendimentos” e “desentendimentos” entre os *coordenadores*...

1.5 Os Documentos e a Reparação dos Atingidos

Capitão Benedito recebeu o papel, entrou, demorou-se muito lá por dentro e retornou de óculos no nariz, o que lhe dava um ar de imensa respeitabilidade (...) Liduvino acercou-se para ver que coisa era aquela que o carreiro mostrava ao capitão e não tivera confiança de lhe mostrar.

- Esse documento é bão, num é, capitão?

Bernardo Élis –Veranico de Janeiro

Jonas e seus documentos, Norberto e sua terra no reassentamento

Já no final do trabalho de campo, comento com Jonas que gostaria de gravar uma entrevista com ele. Nessa época já gozávamos de alguma intimidade, e eu estava suficiente familiarizado com sua história para saber que o que ele tinha a me dizer me interessava.

Mas é claro que podemos fazer isso, sem problema! Aproveito e te mostro meus *documentos*... Estão todos guardados, numa pasta de plástico, tudo arrumadinho... Pois eu guardo tudo, tá tudo lá na pasta, que eu vou te mostrar.

Essa pasta foi um homem que veio lá de Brasília que meu deu... Que homem foi esse? Ah, nem sei direito, foi um homem que veio *entrevistar* a gente e que deixou essa pasta comigo, e disse que ela era para eu guardar meus *documentos*. Esse homem também xerocou os *documentos*... Mas ele não deu mais notícia não.

Neste mesmo dia, algumas horas mais tarde e já na casa de Jonas, ele prossegue falando sobre seus *papéis*, enquanto os retira cuidadosamente daquela pasta plástica e os oferece que eu os examine¹⁹⁸:

de promover algo *durável* tal qual a “acumulação de homens”, capitalizando politicamente suas relações pela constituição de espaços e tempos *próprios*.

¹⁹⁸Cf. Hobsbawm (apud Borges 2005, p. 89 - "Peasant land occupations". Past and Present, 62:120-152, 1974): “Possuir papelitos é muito importante para a comunidade camponesa latino-americana. Reais ou forjados os mesmos são cuidados, preservados, escondidos de possíveis ladrões pois perdê-los afetaria seus direitos de alguma forma, mesmo que não se possa dizer que a perda dos papelitos enfraqueceria seu sentido de existência”.

Guardo tudo, tudo: olha aqui os *documentos* que eu tenho... Registro de carro... Comprovante de pagamento de IPVA, tudo isso da caminhonete que eu usava no garimpo! Comprovante de que abasteci, pagamento da gasolina. O garimpo era meu ganha-pão, eu garimpando e fazendo frete: e cobrando caro o bujão... O boletim dos meninos na escola, todinhos, isso é importante, olha só.

Pois você não viu o que aconteceu com o Norberto, aquele que tem uma terra no reassentamento? Pois ele foi reconhecido por causa de um cartão de vacina que ele usou para *provar* que morava na região. E ele de fato morava na região. Estava trabalhando, naquela época, na terra de um homem...

E vai entender por que eu não fui *reconhecido*? Eu aqui, com todos os meus *documentos*, sem ser reconhecido... Mas é que eu não podia esperar, já te expliquei isso! Os meninos sem escola, o IBAMA em cima de nós, eu já não ganhava mais quase nada com meu frete. Será que eu teria recebido alguma coisa se eu tivesse ficado?

Por que Jonas não foi *reconhecido*? Jonas é um velho companheiro do leitor, já se fazendo presente nessa tese desde seu início. No capítulo 2, ele nos explicava como havia saído da beira do rio e vindo para a cidade. Diante da previsão da construção da Usina de Cana Brava, e diante de fatos como o abandono da área pelo professor de seus filhos, Jonas achou melhor vender a terra, e tentar a sorte trabalhando nas obras da barragem. Algum tempo depois, quando os técnicos contratados pela empresa responsável por este mesmo empreendimento deram início às *entrevistas* com os potenciais ‘atingidos’, Jonas já não tinha terra a ser indenizada – ela havia sido vendida, afinal de contas.

Neste sentido, é interessante contrapor o seu caso ao daquele Norberto por ele mencionado: o homem que conseguira *provar* que morava na região e que ganhou uma terra no reassentamento. Este é um caso que interessa também por envolver um dos poucos freqüentadores da secretaria que estavam satisfeitos com os rumos que as coisas haviam tomado. O que há de singular aí não é nem tanto o fato dele ter sido um *atingido* que se satisfez com a reparação recebida; mas o fato de, nesta condição, continuar a freqüentar o movimento. Norberto permanecia sendo um dos *coordenadores* do MAB, e repetia que, se o fazia, era também porque se sentia na obrigação de *ajudar à sociedade*. Ele reconhecia que fora sim um privilegiado, e que sua situação era invejável – mas que não podia abandonar *seu povo*, os membros do *grupo* que ele comandava...

Norberto também já se fez presente nestas páginas. Apresentei-o no capítulo 3, exemplificando a partir de seu caso o que seria uma daquelas trajetórias ‘erráticas’ tão características dos *peões* – entendidos aqui num sentido lato, pela referência às suas *andanças* e às ocupações diversas em que se engajaram. Norberto foi, assim, garimpeiro, agricultor, carvoeiro, garçom, segurança, ajudante de obras... Após o fim do garimpo, foi trabalhar nas obras da Usina de Cana Brava. Não ficou muito tempo aí, e preferiu aceitar a proposta para

ser meeiro de um pequeno proprietário de terras na região. Ele encarou essa oportunidade como o faria com qualquer outra: sem qualquer ambição de encontrar aí uma ocupação definitiva, algo a que se dedicaria até o fim dos seus dias ou por muito tempo. Simplesmente apostou nessa possibilidade, considerada satisfatória dadas as condições com que se deparava no momento. Algum tempo depois, descobriu que a terra onde trabalhava seria inundada pelas águas da barragem. O proprietário foi indenizado, ele não. Norberto então aproximou-se do movimento, onde assumiu um papel marcante em situações particularmente complicadas como a *ocupação* da usina pelo movimento – até hoje sua coragem e ousadia neste momento é lembrada.

No MAB, ele teve certeza de que tinha sim *direito* a uma reparação, e participou das *entrevistas* levadas a cabo por aquela auditoria do BID que implicou no reconhecimento de uma nova leva de atingidos. Aí, foi incluído no grupo dos 180 que, conforme nos lembra Pinheiro (2006, p. 68), foram “considerados elegíveis a alguma forma de compensação”. Aqueles 57 garimpeiros estavam também entre esses 180, lembremo-nos. Mas Norberto, ao contrário destes últimos, foi incluído numa outra categoria: “o grupo composto pelos que são elegíveis ao reassentamento no âmbito do Plano de Reassentamento e Indenização da Política de Reassentamento Involuntário do BID, totalizando 31 casos: 29 não proprietários envolvidos em atividades agrícolas” – justamente o caso de Norberto – “1 proprietário rural e 1 proprietário urbano” (Pinheiro 2006, p. 70).

Sem a menor pretensão de desmerecer o *direito* de Norberto a esta terra no reassentamento, o que pretendo destacar é como ele, comparado com seus companheiros de movimento e de acordo com as opiniões destes últimos a esse respeito, foi uma pessoa de sorte. Na época em que o conheci, Norberto pouco tinha a reclamar da sua nova vida. Tinha uma terra que era dele, recebia *apoio* de diversas ordens e assistência técnica de uma empresa contratada pela Tractebel para implementar os 2 reassentamentos onde estes 31 “casos” foram instalados, e já planejava a primeira colheita. Tendo conseguido *localizar-se*, Norberto procurava inclusive uma mulher, e vinha então ‘testando’ várias moças na busca de uma companheira que lhe parecesse adequada.

Os comentários de Jonas a respeito de Norberto devem, assim, ser levados em consideração a partir do relativo sucesso alcançado por este último. Sucesso esse que só foi possível, na opinião de Jonas e do próprio Norberto, porque este último guardava seus *documentos*: entre eles, constava justamente o cartão de vacina que possibilitou-lhe *provar* que de fato morava e trabalhava na roça na época em que a terra onde estava seria alagada pela barragem.

Desta forma, não chega a ser surpreendente que, na difícil situação em que estas pessoas se encontravam, a “vida na roça” assumisse para elas um significado diverso daquele existente antes das barragens. Naturalmente, a *terra própria* de Norberto é algo bastante diferente daquelas fazendas – evocadas numa chave que enfatizava o *sofrimento*, a *judiação*, a falta de liberdade ou perspectiva – das quais fugiram tantos dos que buscaram o garimpo na sua juventude. Ainda assim, no que se refere à possibilidade do “negócio próprio” e do “trabalhar para si mesmo”, eles todos, no passado, sem dúvida preferiam o garimpo à vida de agricultor ou lavrador. Em outro momento, destaquei como estas pessoas que exploravam ouro buscavam, através de comentários jocosos, contrapor-se e diferenciar-se do goiano *pé rachado* – imagem estereotipada do habitante deste estado, frequentemente pensado como o homem do campo cuja vida dura é emblematicamente simbolizada pelos pés marcados de quem, na sua labuta diária, *anda de pé*. Nos dias em que conheci estas pessoas as coisas haviam mudado: e Regina e Jonas, dentre outros, se punham a divagar e a sonhar, “ah, se eu ganhasse uma terrinha dessas, já estava bom demais, isso já ia me deixar satisfeito!”.

Voltemos, porém, a tratar da questão dos *documentos*. As categorias utilizadas pela empresa responsável pela barragem (e pelas auditorias subseqüentes) classificam os atingidos a partir de rubricas (“lavrador”, “garimpeiro”) que os identificam: que, de alguma maneira, atribuem-lhe uma ‘identidade’ em função da ocupação que lhes é associada e que será um critério decisivo na definição da pertinência ou não do direito a receber uma reparação. Essa identificação, porém, é feita num momento preciso do tempo, e remete à atividade a que, naquele momento, a pessoa em questão se dedicava. Em outros contextos – como junto aos “agricultores familiares” do Alto Uruguai ou aos “ribeirinhos” atingidos pela Usina de São Salvador (não considerados nesse trabalho, já que eles estão sob a ‘responsabilidade’ do MAB do estado de Tocantins) – tal procedimento parece não gerar maiores complicações: neste caso, a possibilidade de que aquele identificado desta forma de fato se reconheça como tal, e há anos (às vezes, desde sua infância) desempenhe a mesma função colocada em xeque pelo empreendimento é consideravelmente grande. Se estamos tratando de situações onde à mobilidade das trajetórias se articula uma alternância entre atividades as mais diversas, as coisas são diferentes. Uma circunstância favorável e relativamente fortuita pode definir o direito à reparação; e, naturalmente, o oposto pode também suceder. Não é surpreendente, assim, que num contexto como esse proliferem os protestos a respeito da arbitrariedade e injustiça envolvidos no processo de definição dos atingidos “reconhecidos”.

Documentos como prova do sofrimento

Jonas prossegue falando sobre seus *documentos*...

Tenho também todos os *documentos* dos meus sobrinhos, dos meninos que peguei pra criar. Aqui, o boletim da menina, olha só, ela era boa aluna. A mãe deles morreu quando morávamos na beira do rio, de uma hora pra outra. Ela começou a passar mal, eu peguei e enfiei ela no jipe, mas foi aquela demora pra chegar lá. Eu corria, às vezes em cima do cerrado, a estrada muito ruim...

Mas será que, de fato, é dos *documentos* que Jonas fala nestas circunstâncias? Ou será que ele já se desviou deste tópico, e está a tratar de sua própria história, de sua vida, do que passou e *sofreu*? Ele está a falar das duas coisas, sem sombra de dúvida. Isso fica especialmente evidente diante destas outras *provas* que me são apresentadas por Jonas: três fotografias. Na primeira delas, ele pode ser visto cercado pela mulher, por uma senhora idosa e por um monte de crianças, seus filhos; ao fundo, aparece sua casa, e no canto direito a frente de sua caminhonete. É essa caminhonete o principal motivo das duas outras fotos: numa delas ela aparece saindo de uma balsa, dirigindo-se para terra firme; na outra aparece sua caçamba carregada de caixas e bujões de gás, três pessoas encostadas à sua porta.

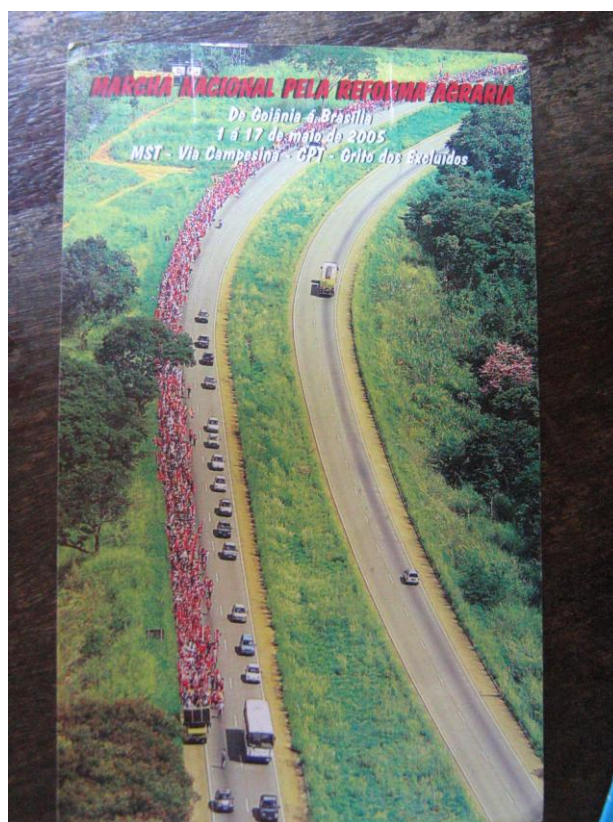


Fig. 19: A marcha e a apostila: Um *documento*, uma *prova*

Em todas as vezes em que fui apresentado a estas coleções de *documentos*, ao menos uma *foto* se fazia presente. Zé das Neves abre sua pasta – exatamente igual àquela possuída por Jonas – e, para minha surpresa, me estende uma apostila produzida pela Via Campesina, e que chegou até suas mãos através do MAB *nacional*. Na sua capa, aparece uma longa marcha de pessoas portando bandeiras, numa rodovia. “Pois eu estive nessa marcha, *andei* muito com o movimento...” A mensagem de Zé das Neves é clara: depois de tantos *sacrifícios*, de tantas *andanças*, ele merece sim receber alguma coisa.

De um ponto de vista estritamente legal, a maior parte destas fotos não tem qualquer valor. Parece-nos até mesmo absurdo supor que alguém vá conseguir *provar* alguma coisa lançando mão da capa de uma apostila, ou apresentando uma fotografia fora de foco onde algumas crianças se postam sobre um monte de terra, sem qualquer indício adicional permitindo situá-la no tempo ou no espaço.

E aqui estamos em melhores condições para voltar àquele que me parece ser um dos traços marcantes destes *papéis*, e também de tudo o mais que de forma mais geral *prova* alguma coisa. Pois o valor de um *documento*, aos olhos destas pessoas, reside não apenas no seu conteúdo substantivo – no que nele está inscrito – ou no seu valor legal; mas nas narrativas e relatos que ele é capaz de acionar. No limite, reside neste último aspecto a maior parte de sua eficácia. Pois estas narrativas e relatos são partes integrantes dos *documentos*, ou seja: são algo que deve sempre acompanhá-los. Nesse sentido, um *documento* não se sustenta por si só; não ‘representa’ ou ‘substitui’ uma outra coisa que, pelo recurso a ele, pode assim deixar de ser fazer presente. Estamos, portanto, distantes de alguns dos marcos teórico-analíticos utilizados para considerar estes *documentos*, encarados geralmente a partir do “caráter simbólico que [eles] assumem no Brasil como símbolos de identidade cívica” (Peirano 1986, p. 52).

Assim e aqui, um *documento* funciona na medida em que autoriza ou aciona a narração de uma história, *provando* que este relato é verdadeiro. Daí também a importância, para estas pessoas, das *entrevistas* levadas a cabo pelas auditorias ou pela empresa para a definição de quem são os *atingidos* e/ou os elegíveis a reparação. Pois nestas ocasiões – da mesma forma que nas *entrevistas* que eu realizava com eles – está dada a oportunidade de articular os relatos às *provas* que os ‘provam’ como verdadeiros. É justamente esse o sentido de uma *prova* naquele regime de *símbolos* esboçado no capítulo anterior: a *prova* permite o esclarecimento de uma dúvida, ela efetivamente ‘prova’ alguma coisa – em virtude do seu próprio caráter material, de sua *duração* enquanto *papel* (ou, por exemplo e num outro contexto, enquanto “ruína” ou “coisa antiga”). Mas se ela faz isso é porque ela está

umbilicalmente atrelada a narrativas e experiências que lhes antecedem lógica e historicamente, e que são sem sombra de dúvida mais importantes do que ela. Uma *prova* dissociada destes seus ‘complementos’ é uma “folha toda branca”, insistia Seu Diamantino – é algo que, como aquela Bíblia dos evangélicos ou os *papéis* manejados pelos advogados, só serve para enganar o povo...

Assim, se os *documentos* são manuseados com frequência, apresentados nesta e naquela situação, para conhecidos e desconhecidos, também estas histórias e relatos são frequentemente repetidos, difundidos, tornados ‘públicos’. As pessoas conhecem os detalhes do que se passou com fulano ou beltrano, servem-se deles para amparar um ponto de vista ou opinião, os submetem a comparações – num certo sentido, estas histórias deixam de remeter a uma pessoa ou família em particular para se transformarem numa espécie de patrimônio coletivo, relacionado e aproximando os que nelas estão envolvidos, ou os que viveram experiências semelhantes, em algo que poderia ser chamado de uma “comunidade de sofrimento”¹⁹⁹.

Toda essa circulação de fatos e *provas* implica assim na contínua produção e reprodução de uma memória. Nela enredados, estas pessoas sentem-se como amarradas a um círculo vicioso, condenadas àquela *espera* dos diabos. A possibilidade de receber algo, por menor que seja, mantém acesa a chama da esperança. Esperança que, nesse sentido, não é necessariamente algo positivo: mas pode ser também um mal, que acorrenta o que a nutre à expectativa de algo que pode vir; mas que nunca vêm... Esperança que, assim, contribui para que estas pessoas se sintam *presas, paradas no tempo*. Mas se elas já investiram tanto ali, e de resto não têm tantas opções assim... Valeria à pena, agora, renunciar a este sonho? *Cativeiro* de quem *espera, espera* de longa *duração* vinculada à esperança de que um dia elas consigam *avançar, ir pra frente, evoluir*, superar esta situação para poder *tocar a vida*...

Triste desespero de quem apela a essa memória assim construída – assim como ao fato nada trivial de que há *provas* para atestar a veracidade de tudo o que é dito – para tentar sensibilizar estrangeiros como eu mesmo; pessoas que parecem bem intencionadas, que lhes concedem atenção... Quem sabe um destes últimos não poderia *ajudá-las*? É mesmo pouco provável eles que eles sejam *fiscais* do *governo*, enviados para Minaçu justamente para saber se tudo foi feito corretamente. O *governo*, preocupado assim com a situação dos *pequenos*?

¹⁹⁹ E me inspiro aqui na idéia de “comunidade de crença” no modo pelo qual Borges (2003) a põe em funcionamento. E mais uma vez nos afastamos das análises que consideram estes *documentos* a partir da idéia de “cidadania”, onde os documentos são encarados usualmente como constituintes da relação entre Estado e o indivíduo/cidadão – muitas vezes, também para ‘provar’ algo, mas algo muito distinto daquilo que trato aqui: a “identidade” desta ou daquela pessoa (cf. Peirano 1986, 2001, 2009).

Difícil acreditar nisso. Se bem que hoje quem manda é o Lula, e ele é diferente, ele também veio do *povo*, sabe melhor do que ninguém como são estas coisas... E quanto a esse moço que se apresenta como “antropólogo”, e que vem da Universidade do Rio de Janeiro: ele não havia lhes dito que estava ali para fazer uma *pesquisa*, justamente sobre a dura realidade vivida pela população local, no contexto do surgimento das barragens e do movimento? Além do mais, esse rapaz parecia ser diferente. Ele não só vivia no meio do *povo* como também – de maneira surpreendente – cumprira suas promessas: fora embora para o Rio de Janeiro, e depois *voltara!* *Voltara*, por duas vezes! De qualquer forma, e independentemente das razões que o levou até ali, ele não era um homem *lido e estudado*, vindo de um grande centro, trabalhando para uma universidade e que – assim e logicamente – estava ligado a pessoas importantes e poderosas²⁰⁰? Vai que ele pode mesmo arrumar um jeito de *ajudar* o povo ou um ou outro de seus *amigos*, a despeito de sua própria insistência na sua incapacidade de fazê-lo... Não custa nada ter alguma esperança a esse respeito. – Não custa nada? Custa sim! Pois se tudo o que eles vêm fazendo há quase uma década é ter esperança, é *esperar*... Pensando melhor, aquilo não vai dar em nada. O moço do Rio de Janeiro é simpático, atento, quer examinar seus *documentos* e fazer uma *entrevista* com eles. Outro moço simpático! Outra entrevista! Mais do mesmo! Disso eles já estão cansados, já conhecem essa história, sabem que não vai dar em nada. Ele é só mais um *galego* que chega até ali trazendo falsas esperanças – é o sétimo, o oitavo, o décimo? Eles de novo e mais uma vez estão passando pelas mesmas coisas, já conhecem aquela história, estão cansados daquilo tudo. – Mas será que dessa vez não pode ser diferente?

Mudanças de opinião, otimismo fugidio, *crença e descrença*, esperança e desilusão, tudo isso se sucedendo, se *misturando* apertado no peito... A mesma pessoa que afirma, pela manhã e num certo contexto, que já *descrencara* na possibilidade de receber o dinheiro, à noite ‘mudou’ de opinião: para falar a verdade, ela ainda tem *fé* que vai sobrar alguma coisinha para ela... Mudou o contexto de lá pra cá? Algum mínimo incidente ou comentário ouvido na hora do almoço fez a pessoa repensar o problema, tratá-lo de outro ângulo, reformulá-lo?

²⁰⁰ Discutindo sua própria experiência de pesquisa entre os operários do açúcar, Leite Lopes (1978, p. 15) comenta: “o fato de pessoas com todas as aparências das ‘classes superiores’, ‘instruídas’, interessarem-se em ouvir longamente os operários falarem sobre sua própria vida, aliado à esperança implícita nos operários de que as informações transmitidas seriam divulgadas ‘ou no Rio, ou em São Paulo, ou em Brasília’ e que pudessem eventualmente trazer-lhes alguma vantagem sensível, fazia com que fôssemos recebidos com simpatia”.



Fig. 20: Outra *prova*: crianças que bateavam, bateavam

Multiplicação e disseminação das provas

Até os dias de hoje, meus interlocutores continuam fazendo proliferar os *documentos* em que *provam* o seu direito ao *direito*.

Das suas idas a Goiânia, Jonas fez questão de guardar todos os “city pass” (os canhotos dos bilhetes utilizados nos ônibus intermunicipais na capital do estado); pediu ainda para que seus antigos vizinhos escrevessem “declarações” em que atestavam que ele efetivamente morou na roça; guardou todos os certificados dos *cursos* e atividades de que participou nestes anos, e procurou sempre se informar se tal ou qual palestra lhe forneceria um certificado; uma ida ao hospital ou a qualquer agência da prefeitura, em que solicitou qualquer serviço, é também a oportunidade de produzir uma *prova* de sua *precisão* nos últimos tempos.

Esta proliferação me parece assim dever ser compreendida num sentido estratégico (ou tático, dependendo de como se define estes termos), como arma de que dispõe o *pequeno* diante dos *grandes*, em batalhas nas quais sua desvantagem é clara. Por vezes, eles são capazes de receber ou encontrar ou providenciar o que chamam de um “documentão”: *papel* especialmente valioso, por exemplo uma declaração que lhes é concedida por uma “pessoa”.

Se eu tive tanta facilidade no acesso a estes *documentos*, podendo inclusive fotografá-los, não foi apenas em função da boa vontade de meus interlocutores, que concordavam assim com o que eu havia lhes pedido. Eles de fato, e por suas próprias razões, queriam que eu os examinasse. E melhor ainda seria se eu os fotografasse. Pois ao fazer isso eu produzia uma *prova* de que eles me haviam mostrado estes documentos; que, por si mesmos, eram também encarados como *provas*. Ao fotografá-los, e dessa forma ‘trazê-los’ junto comigo, para o Rio de Janeiro ou qualquer outro lugar, eu também contribuía para levar a cabo isso mesmo que eles vinham já fazendo há tanto tempo: multiplicar as *provas*, fazê-las proliferar; e torná-las ‘públicas’, conhecidas, ampliando o número daqueles cientes de sua existência... Daqueles cientes de sua existência e, mais importante ainda, dos que estão cientes do que elas *provam*, dos que são por elas convencidos de que, sem sombra de dúvida, fulano ou sicrano trabalhou no garimpo ou em qualquer outra atividade que foi prejudicada ou inviabilizada pela construção da Usina de Cana Brava.

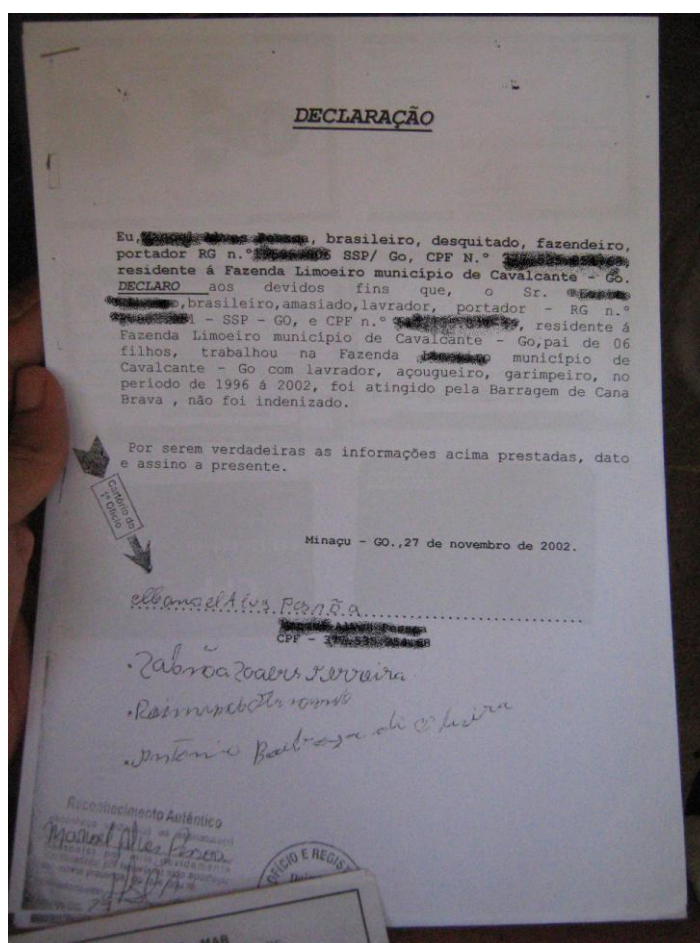


Fig. 21: Uma declaração tal qual as que Jonas possui em seu poder

PARTE 2 – O SOCIAL

2.1 De Cabaré a Secretaria

Quem ultrapassa o portão da secretaria, sempre aberto durante o dia, se depara à sua direita com o prédio onde são desenvolvidas as atividades ‘formais’ do movimento. Para os mais experientes ou atentos, não é difícil inferir qual o uso a que ele destinara no passado: ali funcionara um *cabaré*. Isto é sugerido pela própria arquitetura desta construção e pelo local que ela ocupa na cidade - uma zona que, no passado, fora marcada pelo *movimento* frenético dos que procuravam os inúmeros puteiros e bares que então funcionavam aí. Esta construção possui apenas um andar, e foi construída em numa esquina, apresentando no tempo em que lá esteve uma divisão de seu espaço conforme a planta apresentada abaixo.

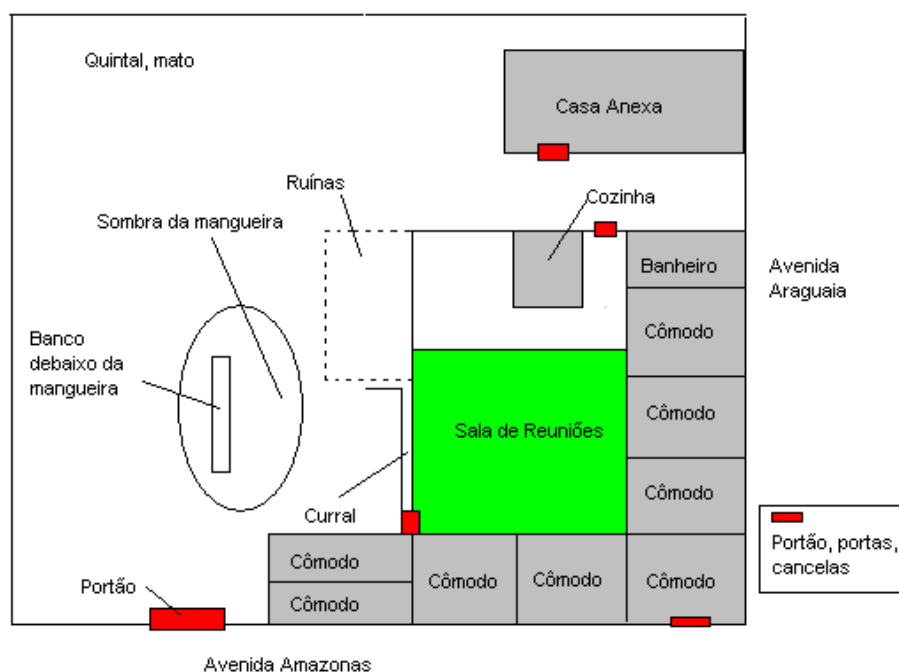


Fig.22: Planta da secretaria do MAB

Na época em que ali funcionava um cabaré, a maior parte da área construída (apresentada em cinza na figura acima) era ocupada pelos cômodos que serviam como alcovas – onde as “primas” levavam para cama seus clientes. Como diversos outros espaços da cidade, para alguns aquela casa era ainda assombrada pelas memórias do que ela fora no

passado, memórias que se tornavam ainda mais significativas porque cotejadas com o que se vivia no presente...

Uma senhora com o ar cansado entra na secretaria, e dirige-se a uma *coordenadora* sentada ao lado da cozinha. “Ô, minha compadre, onde é que está aquele saco de leite que você me prometeu?”. Percebo então que a senhora não está *cadastrada* entre aqueles que têm direito de receber a cesta, e que solicita o produto porque sabe que, eventualmente, ali ocorrem também *doações*. A senhora descobre então que não há nada que possa lhe ser entregue e, resignada e tristonha, dirige-se para a rua. Antes de cruzar o portão, pára, olha ao redor, suspira. Ela então começa a falar, sem se dirigir a ninguém especificamente; ao que me parece, eu sou o único ali que, a alguma distância, está prestando atenção nela. Não tenho certeza, porém, se ela está falando consigo mesma; ou se dirige suas palavras à própria casa, ou a qualquer outra coisa ou ser que porventura ela crê estarem presentes ali.

Não gosto de vir aqui. Não gosto... Isso aqui tudo já foi meu. Será que a escritura ainda está no meu nome? Acho que não. Ai, tanta gente já morreu aqui...

Curioso, me aproximo, e puxo papo. (Já familiarizado com aquele ambiente, me sinto bastante à vontade para puxar papo com qualquer um, mesmo que desconhecido; em prol de meus próprios interesses, lanço mão do que possibilita a etiqueta vigente naquele local. Falar com os outros, por qualquer razão, é sempre preferível e considerado mais educado que não falar). Recebo dela um cumprimento, e pouco mais do que um desabafo.

Aqui foi um cabaré, aqui nessa casa. Você sabia disso? Eu era a dona, e tomava conta de tudo. Moço, eu já fui *rica*: hoje sou *pobre*... Morreu mesmo muita gente aqui. Era aquela confusão, tudo *misturado*, homens, bebida, sinuca, jogo, dinheiro, ouro, cigarros, brigas. Como é que não ia morrer? Aqui nessa vida a gente vem para morrer ou para matar. Já fui rica: e hoje sou pobre... Ah, e foi tanta preocupação, tanto problema, que eu virei uma velha. Mesmo sendo tão nova! Mas agora eu tenho que ir. Volto aqui outro dia, o Zé das Neves [um dos coordenadores do MAB] me prometeu que vai dar um jeito de arrumar uma cesta para mim....

Se essa senhora não gosta de ir até a secretaria, isso se dava porque a casa onde esta última funciona lhe lembra do tempo em que ela foi *rica*, comandando o agitado prostíbulo que, nos tempos do garimpo, ali funcionava? Ou é porque na sua volta àquele mesmo lugar, agora, ela se dirige para *pedir* um saco de leite em pó, prova irrefutável de que agora ela não é mais rica, mas *pobre*? Será que, por outro lado, incomoda-lhe recordar do número de pessoas que morreram ali?

De qualquer forma, as confusões, a agitação e o *movimento* dos tempos da *febre* ficaram para trás, e as transformações nas funções e sentidos atribuídos àquela casa ilustram bem mudanças mais amplas, na cidade e nas vidas das pessoas. O que era um *cabaré* virou

uma *secretaria*: local onde são atendidas pessoas *pobres* como esta senhora, onde estes últimos recebem alguma *ajuda*, uma cesta básica, um saco de leite em pó...

Os cômodos indicados na planta acima – aposentos escuros e mal ventilados – se prestam a usos diversos naquela *secretaria*. Servem como ‘casa’ para dois ou três *coordenadores* do MAB que moram aí, provisoriamente ou não; ou então para acolher visitantes ou pessoas ligadas ao movimento que, em função de razões das mais diversas ordens, se vêem sem ter onde morar. (Como já vimos, morar temporariamente em quatinhos como esse não é exatamente uma novidade para pessoas como essas, em especial para os homens). Dois ou três destes cômodos – dependendo da época ou das circunstâncias – funcionam como depósitos onde são armazenados os produtos que, empacotados mais tarde, serão distribuídos na forma de *cestas*. Por fim, um deles foi transformado num pequeno escritório, mobiliado modestamente com uma prateleira e uma mesa com um computador.

No final de 2009, existiam 38 *grupos de base* no MAB, cada um deles liderado por um *coordenador* de grupo. Naquela época, esses grupos de base funcionavam sobretudo como as instâncias através das quais se organizava a complexa tarefa de distribuição de cestas básicas pelo movimento. Na época em que o movimento se formou, como já vimos, a organização via estes *coordenadores* e *grupos* se orientava acima de tudo em função do imperativo da *luta* pelos *direitos*. Com o passar do tempo, isso mudou. Muitos dos antigos *coordenadores* abandonaram o movimento. E foram substituídos por pessoas cujos esforços estavam direcionados para outra direção: estavam ali para *ajudar* o povo...

Nesta segunda parte do capítulo, concentro minha atenção sobre essa mudança no foco do MAB de Minaçu, destacando algumas das suas conseqüências e do que pode significar *fazer parte* de um movimento que, antes de “movimentar as pessoas”, *funciona* e *dura* “ajudando a sociedade”.



Fig. 23: Dia de entrega de cestas é dia de movimento na secretaria do movimento

2.2 As Cestas, os Cadastros, o Cativeiro da Ajuda

As cestas chegando

Por volta de 2006, uma série de mobilizações realizada por todo o Brasil levou o governo federal a assinar um acordo com o MAB Nacional, garantindo a este último o repasse mensal de certo número de cestas básicas para serem distribuídas para as famílias *atingidas* de todo o país. Desse total, 1350 cestas foram alocadas para o MAB de Minaçu.

Aí, para ter o direito de receber a cesta, uma família tem que estar vinculada a um *grupo de base*, em primeiro lugar. Tem ainda que enviar um *representante* para a reunião do grupo (organizada pelo *coordenador* deste grupo), que ocorre sempre no mesmo dia do mês, na secretaria do movimento. Aí, o *representante* da família deve ainda “assinar o caderno” e pagar uma pequena *contribuição* – necessária para arcar com os custos relativos ao empacotamento das cestas.

Por outro lado, não há qualquer exigência de que as famílias sejam *atingidas*, no sentido mais estrito do termo – afinal de contas, como veremos mais adiante e de acordo com um argumento bastante utilizado pelos *coordenadores*, todos ali são *atingidos*, que família

pobre de Minaçu não foi *atingida* pelas barragens construídas na cidade?

Ao longo de todo o tempo em que lá estive, porém, acostumei-me com um tipo de formulação que explicita bem o sentido que o movimento assume para a maioria das pessoas que dizem *participar* dele: “Se estas cestas pararem de vir, o movimento acaba!”. Alguns podem discordar dessa frase, querendo assim argumentar que o movimento vai muito além da distribuição destas cestas – alguns ex-garimpeiros ainda têm esperanças de conseguir seus *direitos*, há os projetos implantados com os recursos do Fundão, os *jovens se formando* enquanto *militantes*... Mas mesmo os que fazem questão de destacar estas outras frentes de atuação do movimento reconhecem quão vitais as cestas são para que o MAB da cidade continue existindo.

Fichar, cadastrar, registrar, inscrever

Um senhor por volta seus sessenta anos, com uma barriga proeminente e um espesso bigode, entra na secretaria. Aproxima-se do grupo que conversa em torno da mesa, atrás da qual, bem-humorado como sempre, Marulino ora mexe nos seus *papéis*, ora participa do bate-papo. O senhor do bigode tira o chapéu, diz bom dia, aperta a mão de todos os presentes e se senta num dos bancos colocados próximos à mesa.. A conversa prossegue, ele presta atenção no que se diz, esboça um sorriso após uma piada, concorda com um ou outro raciocínio ou opinião mexendo a cabeça. Alguns minutos depois, se levanta e se aproxima da mesa, arrastando para a frente dela uma cadeira vazia que estava por perto, onde ele se senta em seguida. Apresenta-se para Marulino, que com um sorriso amistoso presta atenção no que ele está falando.

Ele explica então que sua filha está casada com moço muito doente; e que ele, o senhor do bigode, está tendo que *ajudar* com a comida na casa deles. Seu genro trabalhava para uma *firma*, carregou muito peso e agora está com um caroço na altura da cintura, uma hérnia ou uma coisa parecida, por onde volta e meia suas tripas pulam para fora. Ele gostaria então de fazer uma *ficha* para a filha ali, para que ela possa receber uma cesta. Marulino explica que desde 2004 eles não estão fazendo mais *fichas*, e que se o senhor tivesse aparecido lá na secretaria no dia anterior ele até poderia ver se providenciava alguma coisa para ela, como *doação*. Naquele dia, porém, ele lamentava, mas não podia fazer nada. O senhor do bigode ouve atentamente, lamenta um pouco não ter aparecido antes, manifesta sua compreensão da situação. Permanece mais uns minutos sentado ali, voltado para os que continuam conversando por todo esse tempo. Depois se levanta, despede-se de todos e vai embora.

Elementos chaves para a definição do valor das indenizações dos atingidos, assim como para o recebimento (ou não) dos *direitos*, os *documentos* eram um motivo de preocupação e debate constante entre os envolvidos com o movimento – como já sabemos. Mas eles interessavam também por outras razões, e no que se refere a outras questões... Os *documentos* recebiam também tanta atenção por serem indispensáveis para o recebimento de *benefícios* das mais diversas ordens – programas de renda mínima do governo federal e estadual; serviços e bens ofertados pela prefeitura; e mesmo as cestas do MAB. Na época em que estive em Minaçu, estes benefícios eram tão valorizados porque garantiam a sobrevivência de tantos daqueles que não dispunham mais de trabalho ou do dinheiro proveniente do garimpo .

Na secretaria do MAB, várias pessoas pediam *ajuda* aos coordenadores para resolver problemas dessa ordem: “O senhor pode ir comigo no banco?”. Por diversas vezes, estes últimos pediram minha opinião sobre como lidar com estes problemas. E me consultavam também para resolver suas próprias dificuldades. Talvez em nenhum outro aspecto eu tenha sido tão útil e valorizado junto a essa gente. Redigi ofícios e cartas; baixei da internet guias de pagamento de contribuição sindical; digitei listas repletas de nomes; preenchi formulários; li em voz alta, diante de ouvidos atentos, o que estava escrito em certidões, declarações, editais de concursos públicos, comunicações de acidente de trabalho, atas de reuniões na justiça, formulários de requisição de lavra garimpeira; fui convidado a examinar e a opinar sobre fotos, cartões de vacinação, boletins escolares, notas fiscais, escrituras - aquelas *provas* de que esse ou aquele efetivamente tinham ‘direito’ ao *direito*.

Fichar, cadastrar, registrar, inscrever: o cotidiano de muitos dos meus conhecidos parecia estar centrado na execução desses atos. Um coordenador me dizia: “pois veja, foi no mesmo dia que eu *fichei* no MAB e na Tractebel. Aqui para ter a garantia de que iam me pagar meu *direito*, lá porque eu precisava sobreviver, e fui trabalhar na obra”.

Lembre-mo-nos assim do que já nos disse Dona Clementina no primeiro capítulo da tese, a respeito do que se passou quando a SAMA começou a contratar os maranhenses que já residiam na região:

Pois foi aí que o pessoal saiu da roça. Saiu tudo, 50, 100 de uma vez. Naquele tempo se *fichava* à toa, até sem documentos. Eles precisavam de gente, não precisava ter estudo, nem documento. Foi quando eu comecei a trabalhar que saiu a fichação de todo mundo. Eles mesmos, depois, tiraram os documentos da gente. Eles faziam o material, depois levavam para Goiânia, depois traziam. Eu, que vivia na roça, só trouxe do norte a minha certidão de casamento. Eu tinha mais papéis, mas deixei pra trás, depois mandei buscar.

Papéis que são deixados para trás – mas que depois ela mandou buscar... Já nos anos 60, pessoas como Dona Clementina tomavam consciência de que, cada vez mais, *papéis* e *documentos* passavam a se tornar mais importantes. Mais importantes, mas não imprescindíveis ou fundamentais. Afinal de contas, diversos dos meus conhecidos providenciaram seus próprios documentos apenas recentemente. Carlão, baiano e ex-garimpeiro, nutre um carinho especial pela dona da pensão onde ele mora: dentre outras coisas, foi ela quem, há não mais que cinco ou seis anos, o ajudou a providenciar seus documentos, a identidade e o CPF... No Diário do Norte, semanário dedicado ao norte de Goiás, volta e meio me deparo com algum anúncio relativo a um programa do governo para que pessoas tirem documentos por aquela região, hoje em Porangatu, depois em Campos Verdes: ter identidade e CPF é fundamental, tire o seu!

Estes *papéis* parecem, assim, se constituir como os símbolos por excelência das transformações recentes que levaram essas pessoas a uma dependência perante o *governo*, as *entidades*, as *organizações*, as *instituições* que não se fazia presente em suas vidas, ao menos com essa intensidade, até pouco tempo atrás. As dificuldades encontradas no trato com eles são frequentemente encaradas como sinais do ‘desajuste’ ou da inadequação destas pessoas a essa nova realidade. Assim, a educação – ou, melhor ainda, o *curso* – aparece-lhes como uma solução, ou ao menos um paliativo, a esta situação.

Do coordenador à secretária

Dona Carmota havia me pedido uma *ajuda*, e cá estou eu na secretaria do movimento para auxiliá-la, nós dois defronte ao computador. Ela me apresenta alguns *papéis*, onde constam vários nomes. Examinando-os, me dou conta que são *listas* correspondentes aos *grupos* de dois *coordenadores*. O que tenho que fazer é digitar estes nomes numa outra *lista*, já existente e repleta de nomes. Aqueles dois *coordenadores* vão largar esta posição, e as pessoas que eles *representavam* passarão a fazer parte de outro grupo.

Não dava mesmo para continuar com esses dois. Essa senhora é uma coordenadora que mal aparecia aqui. Chegou mesmo a faltar numa *reunião* do seu próprio grupo! E quanto ao Seu Pereira, coordenador lá da Vila Alegria, todo mês ele aparecia aqui na secretaria com uma lista diferente da que fora apresentada no mês anterior. Como é que a gente pode lidar com isso? É preciso fazer as coisas direito, de acordo com as regras da CONAB. Para cada nome novo que surge a gente precisa apresentar uma justificativa para ela, isso é complicado. Eles já até reclamaram com a gente, ‘como é que pode isso? estão surgindo novos atingidos agora?’ Não, assim não dá, a gente tem que fazer as coisas direito. Vai que eles acham que a gente está fazendo alguma coisa de errado, e param de mandar essas cestas? Eu vivo repetindo isso o dia inteiro, falando para os *coordenadores* que não dá para incluir ninguém novo, nem substituir os nomes, explico para eles o que pode acontecer se a gente não agir direito e fizer tudo certinho, mas não adianta. Eles não entendem, ficam nervosos, sobra para mim...

De fato, ao longo naqueles dias eu já presenciara diversas reclamações dos *coordenadores* a respeito de Dona Carmota, assim como algumas discussões acaloradas envolvendo ela e eles.

Digitados os nomes, e impressa a nova lista, enquanto desligo o computador Dona Carmota me agradece e me faz um novo pedido.

Deus te *ajude*, André! Se não fosse você, não sei como ia imprimir essa lista. Quem costuma fazer as coisas no computador para mim é meu sobrinho, mas ele foi pra Goiânia... E se for necessário, posso te incomodar de novo amanhã? É que estamos desconfiados de que um dos que estão na lista do Marulino não está mais em Minaçu. Foi trabalhar na obra de Estreito... Indo pra lá, não pode aparecer aqui e receber a cesta. Vamos conferir isso, e tão logo confirmamos tudo vamos ter que cortar o nome dele!

Uma vez que as cestas distribuídas no MAB de Minaçu são uma *doação* do governo federal (ou, em outras circunstâncias e conforme outros pontos de vista, algo *conquistado* junto a ele), é preciso *cadastrar* todos aqueles que a recebem e “enviar para Brasília” a listagem de todos os beneficiários. Cada coordenador é responsável pelo controle dos membros de seu *grupo*, assim como pela elaboração da *lista* deste grupo, que deve incluir nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF.

A realização desse trabalho sempre foi encarada como uma tarefa complicada por estes coordenadores. Alguns deles resolveram este problema através das *secretárias*: pessoas com algum *estudo* e de sua confiança que tinham facilidade para realizar esse controle e manter, no computador, o *cadastro* com os dados. Particularmente habilidosa, uma destas secretárias – a Dona Carmota acima citada – passou, com o tempo, a organizar não somente os nomes do grupo pelo qual ela era responsável como também a lista com o conjunto de todas as informações que deveriam ser repassadas mensalmente à CONAB. A visibilidade e o poder que ela ganhou ao desempenhar sua tarefa incomodaram alguns coordenadores – em especial as mulheres. Para Regina, que por mais de uma vez se desentendera com esta *secretária*, a centralidade crescente assumida pela última no processo de distribuição das cestas era um indício a mais de que “o movimento havia acabado”. Como era possível que ela, já há tantos anos no movimento, sempre *lidando com o povo* (“e como isso cansa!”), fosse desafiada e *pisada* por alguém que sequer fazia parte da *coordenação* (ou seja, do conjunto de todos os coordenadores)? “Pois parece que hoje em dia nossa posição de coordenadores não está valendo muito não!” Mas por mais que isso fosse um absurdo, Regina sabia que pouco podia fazer contra a *secretária*: ela sabia que, mesmo que em desacordo com o que ela

pensava ser correto para o movimento, as habilidades de Dona Carmota tinham se tornado indispensáveis para ele.

Um outro *coordenador* expressava de outro modo sua opinião a respeito destas *secretárias*, fazendo questão de explicitar que, a despeito das mudanças que tornaram estas últimas tão importantes, as suas capacidades permaneciam necessárias e valiosas: “Não tenho estudo, não domino essas questões técnicas, mas sou o acelerador do movimento! Consigo juntar 500 pessoas rápido!”.

Cativeiro da ajuda na cidade de aposentado

Gumercindo, diante do meu gravador, explicitava sua indignação com os rumos que o movimento havia tomado. Os *direitos* dos garimpeiros não haviam sido pagos, e as perspectivas de que isso fosse acontecer eram cada vez menores. Nos *projetos* para geração de renda através da horta e da pesca ele não acreditava, sabia muito bem em que é que aquilo iria dar: em nada. Só restava ao movimento distribuir as *cestas*, e aquilo era uma coisa complicada e perigosa.

- Ah, isso é *cativeiro*. Por que aí eu lembro aquela história... Quando a Princesa Isabel libertou os escravos da *escravidão*, tinha aquelas pessoas que diziam: ‘O que será de mim agora? Vou morrer de fome?’ Porque estas pessoas libertas não sabiam fazer nada... Se for desse jeito, aqui no movimento as coisas estão caminhando no mesmo caminho. Porque do jeito que está, a tendência é de ficarem as pessoas mais *pobres* ainda. Porque se você envolve numa *entidade* em que você não tem salário, não tem ajuda de custo, e você precisa de comer e beber e calçar e educar seu filho e manter a sua saúde em dia, sem ganhar durante tantos anos, a tendência é você acabar o que você já tem. Você acabou o que tem, não *construiu* mais nada, acostumou aqui só de *comer cesta básica*, o dia que você sair daqui perdeu toda a disposição que você tinha.

- Além de estar mais velho, cansado se sem ânimo... – acrescentou uma senhora que ouvia a nossa conversa.

- Isso mesmo...

Seu Alípio me contava, no começo do capítulo 1: as *cestas ajudam*, mas não suficientes... E se não são suficientes, não é apenas porque o seu conteúdo é insuficiente para alimentar uma família por um mês inteiro. Não é de uma medida quantitativa que tratamos aqui. Se elas não são suficientes, é justamente porque elas são *ajuda*, e apenas *ajuda*. Um homem – ainda mais um pai de família – não pode viver só disso... Continuando assim, Minaçu vai virar, segundo ele, uma “cidade de aposentado”. A respeito deste mesmo ponto, Amarildo refletia:

Pois Minaçu vai é virar, se é que já não virou, uma cidade de aposentado. Os jovens saindo, porque tem pouco emprego aqui... E aí a gente fica na dependência das aposentadorias para o dinheiro *girar*... O Bolsa Família? Ah, tem sim, dá uma *ajuda*, mas é pouco dinheiro, é menos que estas aposentadorias... Eu, como é que eu me viro? Tem os dois meninos, um na vidraçaria e outro trabalhando nessas torres de transmissão. Esse daí

estudou, mas só está conseguindo estes serviços *grosseiros*. Aquilo dá problema, volta e meia um toma um choque. Eles me *ajudam* um pouco. E às vezes eu consigo roçar juquira pra alguém, recebo uns trocados... Ou então eles me chamam pra bater um concreto, às vezes aparece a chance, recebendo o que eles pagam aqui: 30 reais por dia. Ou 25, se for pra prefeitura. E eu tenho aqui essa horta lá no fundo, as galinhas, os patos... Com isso a gente se *ajuda* também.

Cidade de aposentado: de fato, e em especial no que se refere ao sexo masculino, fica evidente a existência de um grande número de pessoas mais velhas na cidade. “Olha por essas ruas, olha a quantidade de velhos, os jovens foram todos embora!”. Na secretaria do MAB, isso fica ainda mais evidente. E mesmo aqueles que não são tão velhos assim, aqueles homens com seus 30 e poucos ou 40 anos, não há também muitos aposentados entre eles? Aposentados por invalidez, gente doente, o corpo já combalido pelos serviços *grosseiros* ou *brutos* executados *mundo afora*...

Mas desconfio que a formulação de Amarildo se preste a algo mais do que a uma referência a estes últimos, ou à questão da dependência dos repasses do *governo* para que o dinheiro *gire* na cidade.

O que está em jogo aqui é o problema de uma cidade onde todos *vivem de ajuda*, e dependem desta *ajuda* para viver; onde todos estão *parados*: velhas e velhos, doentes, desempregados, os que não vão conseguir nenhum emprego, mães solteiras... Mas se a *ajuda* é tão necessária, e se de fato o MAB *ajuda* muito com suas cestas, qual seria o problema de *viver de ajuda*? “As cestas são boas, ajudam sim, e muito! Mas não é certo ficar dependendo delas”.

Inflamado e impaciente, Rui me dizia: “Ah, o *governo* tem que ser como um pai!”. Seguindo sua linha de raciocínio, o *governo* deveria *ajudar*, e com isso tornar possível que o *povo* se encontre em condições de *evoluir* por si mesmo – não é isso o que um pai deve fazer para um filho? Ele mesmo, Rui, era um daqueles pais preocupados em “deixar algo” para seus filhos, conforme a discussão do capítulo 1. Ele havia dilapidado suas poucas economias restantes *ajudando* seu filho, pagando os gastos que este último teve para tirar sua carteira de motorista. Pois agora o menino não só trabalha num moto-táxi como também é motorista de um médico da cidade. Assim e idealmente, a *ajuda* não se opõe ou nega o esforço *próprio* – antes se compõe com ele. Lembremos do que nos dizia Aparecida no Capítulo 2, enquanto ela buscava resolver as *coisas* relativas à sua casa: há que se *correr atrás*, mas é preciso que alguém *ajude* também. Se não tiver *ajuda* ninguém *vai pra frente*!

É preciso, porém, destacar os limites e perigos relacionados a esta *ajuda*. Pois aí o *governo* pode se assemelhar a um senhor de escravo, que fornece *ajuda* na forma de comida –

como Gumercindo nos lembrava acima – mas impede que seus subjugados *corram atrás, construam*, consigam algo de *próprio*. A *ajuda* é mesmo necessária, ela “ajuda”. Mas há sempre a possibilidade dela ser uma forma de ‘cativar’, de *prender*, de *laçar*, de cercear a autonomia e a liberdade, de impedir que as pessoas *avancem*. Pessoas *escravizadas, cativas*, dependentes das migalhas que lhes são oferecidas como *ajuda*: e que, também por causa disto, desaprenderam, perderam ou não desenvolveram sua capacidade de *andar com os próprios pés*.



Fig. 24: As mães e a espera pelas cestas

2.3 O Curso e o Curral

*A Besta Fera submete pela sua marca, o 666,
e vem disfarçada nas mercadorias e nos documentos
Vieira (2001).*

*É só passar para o lado de lá que fica tudo besta!
Senhora na “fila da fome”*

Enriquecer, crescer, ficar besta

Para meus interlocutores, aqueles que melhoraram de vida de um modo significativo são acusados, com grande frequência, de terem “se esquecido dos pobres”, tornando-se assim pessoas *metidas* e *orgulhosas*: gente que ficou *besta*, e que faz questão de *humilhar* os outros. O oposto daquele que é *besta*, nesse sentido, é aquele que é *simples* ou *humilde*. (Seria este o caso, por exemplo e em determinadas circunstâncias, deste antropólogo: ele é *branco, rico*, vindo do Rio de Janeiro e ainda assim se *misturava* ao *povo*, comia com ele e da comida dele, freqüentava suas casas sem maiores cerimônias e, principalmente, fazia isso tudo se esforçando para diminuir a distância que – do ponto de vista deles, objetivamente – o separava destas pessoas. Não podemos perder de vista, porém, o que foi dito no capítulo anterior a respeito do *capa-verde*, expressão emblemática destes estranhos que se portam como amigos, mas cujas intenções são na verdade bem outras, “utilizando meios sedutores para envolver, *laçar* os humanos” – Vieira 2001, p. 171, grifos da autora).

Por um lado, há inegavelmente uma dimensão mais propriamente ‘social’ nestes comentários a respeito dos que viraram *bestas*. As pessoas argumentam que se incomodam por sentirem-se esquecidas ou desprezadas pelos que, anteriormente sendo seus iguais, buscariam assinalar sua *evolução* distanciando-se daqueles com quem antes conviviam e procurando criar outras relações. Dito isso, é importante destacar que o problema não reside tanto na *evolução* por si própria: mas antes nas desigualdades referentes a este processo, uns *avançando* ao passo que outros ficam para trás (ou *avançam* num ritmo muito inferior). As acusações em questão seriam direcionadas assim àqueles que se destacam e *evoluem* mais do que os outros – o que lhes induziria, justamente, a “esquecerem-se dos pobres”. Inversamente mas de acordo com a mesma lógica podemos entender algo que Regina já nos disse: duro é perceber como os garimpeiros que apostaram no MAB estão ficando para trás, enquanto aqueles que tomaram outros rumos estão progredindo... Chamo então a atenção do leitor que

será à luz dessa dinâmica e de avaliações relativas – e não da consideração de níveis absolutos, implicando num ‘imobilismo’ do universo em questão – que toda a discussão deste item será desenvolvida.

Por outro lado, as acusações direcionadas a estes que se afastam ou se distanciam dos *pobres* são pródigas nas suas sugestões de que, se estes últimos melhoraram tanto de vida, foi porque lançaram mão de meios e procedimentos moralmente repreensíveis. Se *evoluir* ou *ir para a frente* é algo desejado por todos, estas ambições não deixam de guardar seus próprios perigos – pois conseguir isso pode significar movimentar-se na direção dos *ricos*, dos *políticos*, dos *grandões*, e recorrer a práticas identificadas primordialmente com eles²⁰¹ ...

No que se refere à ética garimpeira, não custa lembrar do papel desempenhado pelas *gastanças* ‘potlatchianas’ destes últimos. Não estou afirmando que esta “imagem social (...) ambivalente dos que *vão para a frente*”²⁰² (Velho 2007a), com suas restrições morais e sociais a este tipo de progresso, seja a causa (ou uma das causas) deste comportamento. Mas sim que uma das conseqüências dele é justamente favorecer esse ‘igualitarismo’: riqueza excepcional obtida ‘individualmente’ é riqueza que deve ser consumida e dissipada ‘socialmente’...

Em Minaçu, cultos como a umbanda e o candomblé são encarados, com grande frequência, como “magia negra”. Mas outros rituais, sobre os quais se sabe ainda menos do que estes últimos, não merecem também o mesmo rótulo, de acordo com os meus amigos? Pouco se fala sobre estas questões, e quando elas são mencionadas isto é feito em conversas privadas, envolvendo poucas e próximas pessoas. Numa das poucas ocasiões em que fui incluído nelas, contaram-me que havia sim “daquelas coisas” na cidade – e que tinha sido pelo apelo a esta “magia negra” que alguns políticos e empresários haviam se tornado pessoas tão bem sucedidas. Com suspeitas semelhantes, algumas pessoas me contaram, de forma muito discreta, que havia na cidade reuniões de maçons, gente que mexia com coisas perigosas... Não é surpresa constatar que, freqüentando estas reuniões e fazendo parte deste grupo, eram-me indicados os mesmos políticos e empresários bem sucedidos. Outros *ricos* são acusados de terem obtido sua riqueza atuando como agiotas, via *politicagens* ou como

²⁰¹ Como Herédia (1996 p. 68) destaca, todo político é, em alguma medida, alguém que é de fora: “A resistência da comunidade a ter candidatos próprios faz sentido, na medida em que chamar alguém para ser político é, de fato, chamá-lo para ser de fora da comunidade. Dito de outro modo, faz sentido porque trazendo-se a política – que é exterior a – para dentro da comunidade, são introduzidas relações de desigualdade entre iguais (...) Ao final, quem deu o voto estará contribuindo para colocar seu vizinho ou parente em uma condição mais alta na hierarquia social e de poder, portanto, para que o equilíbrio da relação até então mantida não se restabeleça” (Herédia 1996, p. 68)

²⁰² Note-se que, conforme o uso que Velho (2007a) faz do termo aqui, este *ir para a frente* pode significar tanto uma *evolução* em termos absolutos quanto relativos.

comerciantes que aproveitavam a *febre* para vender alimentos a preços escorchantes. Estas são, assim, pessoas que flertam ou flertaram com o ‘mal’, valendo-se disso para enriquecer...

A busca pela *evolução*, pela melhora de vida, parece assim ser em alguma medida ‘controlada’ ou tensionada por perigos inerentes aos caminhos através dos quais se *corre atrás* disso, pelos riscos de flertar com o esses males, ao se tráfegar por estas vias. E mais uma vez os veículos entram em cena. Num universo como este, não é também através das suas formas de deslocamento que as pessoas se definem? A *humilhação* sofrida pelos *pobres* é com frequência expressa pela menção a estes que, circulando pelas ruas da cidade em seus carros novos, sequer se dão ao trabalho de notar aqueles *de pé* por quais eles passam. Conforme a minha sugestão no capítulo anterior, tais veículos se fazem presentes também como instrumentos de sedução; moças ingênuas corrompidas e defloradas por *barrageiros* e *engenheiros*, rapazes e homens tentados pela possibilidade de dirigir uma Hilux. Além disso, os carros novos servem também para evocar o apelo às formas condenáveis de *enriquecer*. “Tá vendo aquele ali, dirigindo o carrão? Ah, aí tem coisa...”

Estariamos assim diante de uma sedução levada a cabo por homens *ricos* ou “de fora”, que se valem de seus veículos para tentar corromper. Por vezes, estes últimos facilitam o acesso dos ‘locais’ a uma *evolução* que se daria através daqueles meios moralmente repreensíveis – muito semelhantes, dessa forma, dos que estes homens ricos e de fora parecem ter lançado mão para *engordarem* a si próprios.

Um antigo coordenador do movimento, dele já desligado há alguns anos, me conta de quando andou de avião, dando voltas e mais voltas por sobre a cidade... Curioso, procuro saber mais detalhes. Após algumas reticências, ele me conta enfim o que se passou. Na época em que ele era uma das principais lideranças do MAB local, um dos engenheiros que trabalhava para a Tractebel estava já há algum tempo tentando convencê-lo a largar o movimento. Num certo dia, chamou-o para conversar; e levou-o então para um *passeio*, entrando ambos naquele avião. Aí, o engenheiro reiterou seus argumentos: aquele movimento não ia dar em nada, ele devia procurar outro rumo, e se ele o fizesse o engenheiro poderia *ajudá-lo* de várias formas... Ciente do que estava acontecendo, o coordenador ouviu tudo com atenção, esperou o *passeio* acabar e depois foi embora. Assegurou-me, quando me relatou essa história, que não havia se vendido, não havia aceito aquelas propostas não! Por outro lado, parecia reconhecer que, ao aceitar o convite para o passeio, estava a brincar com fogo... Certamente fazia bem para seu ego ouvir todas aquelas propostas, sentia-se importante por ser alvo de tais esforços, sendo inclusive ‘tentado’ com o *passeio* de avião! Outro coordenador se lembra das boas relações que manteve com mais um destes engenheiros. Este último era uma

peessoa muito boa, me assegurava ele – “aquele ali viu a situação em que estava a minha família, e por dó decidiu que ia nos *ajudar!*”. O engenheiro ia sim ajudá-lo e a sua família, mas para isso seria preciso que este coordenador deixasse o movimento. Como prova de sua generosidade, o engenheiro fazia compras e levava na sua casa, abarrotando-a de mantimentos que duravam mais de uma semana: uma “fartura”! E ele também levava este coordenador para *passeios* inesquecíveis na sua caminhonete S-10. “Rodávamos por aí, aquele carrão... E teve uma vez que ele me levou até o La Ventana. O La Ventana, o restaurante mais caro da cidade, aquele lugar que fica lá na beira do lago, você sabe sim onde é! Pra comer um tucunaré na brasa, aquela delícia, e beber cerveja...”. Também esse coordenador, é bom destacar, não cedeu a essas investidas, e permaneceu no movimento. Nos dias de hoje, triste e sem muitas esperanças, ele se pergunta se fez a coisa certa agindo assim. Não teria aquele engenheiro sido capaz de *ajudá-lo* com outras coisas, providenciando sabe-se lá que solução para seus problemas?

Destaco, além do mais, que o *passeio* parece remeter a uma forma de movimento pouco usual para estas pessoas, e talvez por isso mesmo associada a estes homens de fora. Lembremo-nos que, no capítulo anterior, Aparecida nos contava sobre a ocasião em que ela esteve no Maranhão, aonde chegou de avião. Mesmo que esta *viagem* tenha ocorrido num contexto difícil, com ela sendo transferida de uma unidade da Febem para outra, Aparecida destacava momentos agradáveis e inesquecíveis: a mulher que a *passseava* na beira do mar e que a levava para comer camarão. Na mesma direção, Regina destacara no início deste capítulo que “rico *viaja*”, e que com o MAB eles tinham *viajado* até o Rio de Janeiro (mas este verbo, certamente, tem também outros sentidos).

Tudo isso nos encaminha para conceder atenção a alguns dos meios através dos quais é almejada ou obtida essa *evolução*.

O curral

A secretaria do movimento está completamente entupida, já que hoje é dia de distribuição de *cestas*. “Lá dentro”, para além da bancada que separa os que as entregam dos que as recebem, mais ou menos uma dúzia de pessoas se ocupa com atividades diversas. Três mulheres estão sentadas numa mesa, munidas de réguas e canetas, conferindo se os nomes presentes nos *documentos* que lhes são entregues (CPF e carteira de identidade, originais) constam na *lista* dos que têm direito a receber a cesta. Quatro ou cinco homens trazem as

cestas do local onde elas estão armazenadas e as entregam para os que já tiveram seus *papéis* checados.

Do lado “de fora”, pessoas diversas esperam na “fila da fome”, entre resignadas e impacientes com a demora. À medida que se avança nesta fila, chega a hora de entrar no *curral*: passagem estreita balizada por uma cerca de madeira que encaminha o “beneficiário” até a bancada, quando enfim ele mostrará seus documentos e, se tudo estiver correto, receberá sua cesta (ver o mapa da p. 388).

Zelandando pela passagem entre o “lá dentro” e o “lá fora”, Zé das Carnes está postado na cancela – qualquer um que quiser entrar ou sair tem que passar por ele, e sua cara fechada já sinaliza o quão bem ele procura exercer a tarefa que lhe foi atribuída.

Lá de dentro, um dos *coordenadores* no comando me avista, e me manda um recado via Zé das Carnes. Se eu quiser entrar, eu posso sim, é só falar com ele... Um pouco constrangido com este privilégio que me é concedido – revelador, ao mesmo tempo, do que parece ser o lugar ‘natural’ para uma pessoa da minha condição – recuso educadamente a oferta, comentando que estou muito bem do lado de fora, no meio da agitação... “Ah, mas esse menino é assim mesmo, e é por isso que a gente gosta dele. Adora ficar no meio do povo!”. Do lado de cá, onde estou, está o *povo*. Do lado de lá, os que são – ou ‘estão’ como – seus *representantes*.

Esta divisão rígida dos espaços na secretaria em dias como este certamente não passa despercebida para aqueles que a freqüentam. São comuns as piadas em torno daquela passagem nomeada – não por acaso – de *curral*: “Mas esse povo tá parecendo um bando de bois, esperando o abate!”. “Essa fila da fome, a gente tratado feito bicho...”²⁰³. Reclamando da demora, do suplício que é ficar esperando em pé naquele calor, assim como do fato de que suas críticas não foram bem recebidas, uma senhora exclama: “Ah, mas esse pessoal aqui desse MAB é foda. É só passar pro lado de lá que fica tudo *besta!*”.

Algum tempo depois, começa um bate-boca. Uma senhora não aceita o fato de que seu nome foi cortado, e que ela não tem mais direito à cesta. Começa a gritar então para a coordenadora responsável por seu grupo, que está “lá dentro”: “A gente tem é que resolver isso no braço! Vem aqui pra fora pra gente resolver isso, vem! Escondida aí dentro fica fácil, quero ver é aqui fora!”.

²⁰³ Lembremos da descrição de Antonaz (1995, p. 67) a respeito das tensões presentes durante a construção das fábricas do Projeto Albrás-Alunorte em Barcarena, no Pará: “além das reclamações pela qualidade da comida ou pela falta de comida, o que gerou diversos quebra-quebras, rebeliões eclodiram por causa da exigência de ‘ter que bater cartão de ponto mil vezes’, ou ter que entrar nos caminhões com aquele *curral*”.

Note-se que, numa situação como essa da entrega das cestas, estão “lá dentro” aqueles que, mexendo com os *papéis* e *lidando* com o povo, podem ser comparados aos “homens de fora”. Como argumentei anteriormente, o ser “de fora” vincula-se menos à origem ou residência da pessoa do que aos limites daquilo que poderíamos chamar, com Bailey (1971, pp. 302-3), de “comunidade moral”. É assim que em qualquer *secretaria* ou *escritório*, o “dentro” é o lugar do “homem de fora” – não me foi concedido o privilégio de “entrar lá dentro” no dia entrega das cestas? No caso particular da secretaria do MAB, a distinção entre os que são “de fora” propriamente ditos (*detetives*, políticos, engenheiros, advogados, homens *lidos*, ‘bestas louras’...) e o *povo* de alguma maneira se reproduz no interior do conjunto formado por estes últimos: o homem “de fora” estaria para o *pobre* assim como *pobre* que confere os *papéis* está para o *pobre* que tem seus *papéis* conferidos... Mas a própria delimitação de um dentro e de um fora tão marcados, a divisão do curral, não é ela mesma o produto da ação ou dos ensinamentos do homem “de fora”?

Curiosa ambigüidade presente em situações como essas, as metáforas bovinas se prestando a usos aparentemente contraditórios. O *povo* do lado de fora, a esperar no *curral*, é comparado ao gado, em contraposição àqueles que, do outro lado da bancada, seriam mais propriamente os ‘humanos’. Por outro lado, também a ‘humanidade’ dos que estão lá dentro é relativizada, já que eles são aquela “gente besta” que parece não ter sentimentos nem se sensibilizar com as dificuldades dos que estão a esperar. Além disso, é preciso lembrar que um indivíduo *besta* pode ser alguém tolo, simplório, diminuído como o *pobre* diante do *lido*, de certa forma próximo da besta animal de carga, quadrúpede... Mas alguém *besta* pode ser também o presunçoso, o arrogante, o pedante, o que faz questão de estar “fora” da ‘comunidade moral’. Não poderíamos encarar esta ambigüidade como indício das possibilidades das passagens de uma posição para a outra, ou do que se comunica de uma postura a outra? Tal ambigüidade aparece, assim, como indício de que existe sim a possibilidade de passar de um ‘lado’ para outro – algo que se deseja e se teme ao mesmo tempo.

Mas seria preciso examinar melhor em que consiste esta última ‘passagem’.



Fig. 25: O dentro e o fora, e os papéis no meio e na passagem de um lado a outro

O curso como rito de passagem

Esta mediação entre o externo e o interno, no caso de que trato aqui, pode ser apreendida também no que se refere ao *aprendizado*: e os *cursos* se prestam bem para pensarmos estas questões. A própria insistência dos meus interlocutores sobre estes últimos é sugestiva do fato de que eles são percebidos como coisas poderosas: ou seja, através deles, pode-se fazer ou conseguir muita coisa. Com os *cursos*, lembremo-nos, pode-se aprender a “ficar inteligente”, a “falar a língua” dos movimentos e *organizações*, a enfrentar em condições menos desfavoráveis outras *entidades* como as empresas construtoras de barragens... E com eles pode-se aprender também a “ganhar dinheiro”: ocupando uma vaga que exige determinada qualificação; ou através daquelas “mágicas” que fazem o dinheiro acumular-se com o tempo ou aumentam as chances das pessoas ganharem na loteria.

Não há dúvida de que, assim e ao menos potencialmente, os cursos são algo que permite *ir pra frente, avançar*, ‘passar’ para outro estado ou condição – o que nos sugere a possibilidade de considerá-los, como eu já havia argumentado, como uma espécie de rito de passagem: “[a] ceremonial pattern which accompany a passage from one situation to another or from one cosmic or social world to another” (Van Gennep 1996, p. 530²⁰⁴). A própria origem etimológica do termo *curso* é, nesse sentido, sugestiva: *cursu* se aproxima de *currere*, de onde surge o nosso “correr”. Os primeiros significados do termo apresentados pelo Aurélio vão nessa direção: “1. Ato de correr; 2. Movimento numa direção, corrente, fluxo; 3. A direção que um rio segue da nascente à foz; 4. Caminho, percurso; 5. Andamento, direção, rumo”. Pensar os *cursos* desta forma interessa também porque assim podemos fazer justiça à importância que lhes é atribuída pelas pessoas de que trato aqui. Capitalizando tal importância, podemos encarar o rito-curso como um instrumento privilegiado para ‘extrair’ alguns elementos da cosmologia em questão²⁰⁵.

E se aqui o curso aparece com forma de ‘passar’ “from one social or cosmic world to another”, caberia lembrar do que eu já afirmei no Capítulo 4, a respeito das ‘celebração’ desta minha ‘passagem’ ou ‘iniciação’ no universo ‘deles’: refiro-me à minha experiência na van, indo de Goiânia a Minaçu. Mas quem seriam, neste contexto, ‘eles’ e ‘nós’? Minha própria seleção dos exemplos reforça o meu propósito de insistir, uma vez mais, na oposição entre *corridos* e *lidos*. Se pelo *curso* o *corrido* ‘flerta’ (lendo) com o universo *lido*, andando naquela van um antropólogo *lido* ‘flerta’ (correndo) com o universo dos *corridos*.

Através dos *cursos* realizados pelos militantes, surgiu a promessa de que as pessoas conseguiriam seus *direitos*. Mas também surgiu algo mais: a possibilidade de que estes que os freqüentaram – basicamente, os que se tornaram *coordenadores* – pudessem tornar-se “representantes do povo” (quase um político!); pessoas com o poder de *ajudar o povo* e *negociar* com os *grandões*, gente respeitável e *inteligente*. Os *coordenadores* aprenderam, assim, alguma coisa a respeito dos *papéis*, das formas de lidar com eles e com todas aquelas *entidades* ou *organizações* às quais eles estão associados.

Gumercindo, na secretaria, me explica que demorou a aparecer por lá naquele dia porque estava no banco junto com um antigo vizinho, senhor que faz parte de seu *grupo*. Este homem havia lhe feito um pedido: Gumercindo poderia acompanhá-lo até a agência do Banco

²⁰⁴ De forma mais específica, parece que, no que se refere aos *cursos*, tratamos aqui da sub-divisão do rito de passagem que este autor chamou de “rite of incorporation”.

²⁰⁵ Conforme a bela e sintética expressão de Peirano (2002, p. 34), “rituais indicam-nos o caminho das cosmologias”.

do Brasil? Aí, o senhor tinha uma pendência relativamente séria para resolver – “e ele não vai sozinho, é uma pessoa muito simples, tem medo de passarem a perna nele...”. Gumercindo deixa clara sua mensagem: é preciso ajudar esse povo, é preciso *ajudar o povo*, e ele, Gumercindo, está em condições relativamente favoráveis para fazê-lo, hoje em dia ele é capaz disso.

Mas tudo isso não contribui, em certa medida e em determinadas situações, para diferenciar e distanciar estes *coordenadores* desse povo, aproximando-os dos *professores* ou homens *lidos* de qualquer gênero? Eles não estariam assim arriscando-se a se tornarem pessoas mais *bestas*, ou a se tornarem alvos de acusações deste gênero? Não foram também os *cursos* que tornaram possíveis que estas pessoas passassem a manejar melhor, e com mais freqüências, tantos *papéis*? E boa parte destes últimos não são também “folhas todas brancas”, destas que, como se sabe há gerações, são usadas para “enganar o povo”? A desconfiança que as pessoas nutrem a respeito de seus colegas que estariam *comendo dinheiro*, não se assenta ela também na idéia de que esta capacidade foi algo aprendido nos *cursos*? (Será que daqui a pouco esse pessoal “lá de dentro” vai passar a usar gravatas?)

Voltemos de novo a Seu Diamantino, e àquele ‘ato fundador’ do Brasil (que, como eu já disse anteriormente, parece fadado a ser repetir incessantemente, ao longo de toda a *história*): os portugueses/bandeirantes – liderados por este Pedro Álvares Cabral (con)fundido com Diogo Anhanguera, aquele “diabo velho” – que apresentam aos índios os fósforos, coisa mágica que permite fazer o fogo e que é usada para lhes intimidar. Mas que, aos mesmo tempo, desperta a cobiça destes índios, que desejam se apoderar de tal apetrecho... Para brincar um pouco com as palavras (mas sem deixar de falar sério), tantos estes portugueses/bandeirantes quanto os que trouxeram os *cursos* poderiam ser encarados assim como “emissaries of light” – para usar um termo caro ao romancista Joseph Conrad. Emissário, aquele enviado numa missão, e que deve levar a certos confins a luz: seja aquela que emana do fósforo riscado, seja a luz do saber, da *ciência*, da *inteligência*... (O que me traz à mente o fascínio exercido perante alguns de meus amigos pela luminária singela que eu havia comprado e botado no meu quarto do hotel, para poder ler à noite. Bernardete me visitou ali, ficou intrigada com aquela “lanterna” e falou dela para alguns conhecidos de nós dois. Alguns dias depois, recebi a visita de uma verdadeira comitiva, com quatro ou cinco pessoas, querendo ver de perto o objeto. Também para o dono do hotel e para outros dos hóspedes não passou despercebida a minha “lanterna”).

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar de algo já frisado em outros momentos: a importância que, ainda mais nos últimos anos, estas pessoas têm concedido à educação de

seus filhos. Pois o *estudo* ou a *ciência* não é algo necessariamente ‘corruptor’: a grande questão remete aos seus usos, e à longa experiência de toda essa gente a respeito de como estes “homens de fora” lançam mão destas coisas para se aproveitar dos *pobres*. Também por isso não é uma grande vantagem ter um *doutor* dentro de casa? Parece-me que também aí reside aquela “desconfiança no sistema” de que fala Velho (2007a), que estaria assim relacionada à apreensão dos mecanismos através dos quais os *grandes* e/ou *lidos* exercem e reproduzem a dominação sobre os *pequenos* e/ou *corridos*²⁰⁶.

Os que fazem um *curso* tentam assim – para levar adiante as imagens propostas por Seu Diamantino – se apropriar da caixa de fósforo, ou da “lanterna”: fazem-no sabendo que tal apropriação se dará em condições desvantajosas; mas tentam de alguma maneira ‘tirar esse atraso’ jogando conforme as regras de um jogo que lhes foi imposto pelos homens *lidos*, mas do qual parecem não ter hoje como escapar. Até pouco tempo atrás, lembremo-nos, o ser *corrido* oferecia a possibilidade de manter alguma distância deste “sistema” (o “cosmic or social world” onde os *papéis* imperam). Hoje, e principalmente em virtude do fim do garimpo, as coisas são mais complicadas. A “desconfiança do sistema” permanece, mas é preciso ‘flertar’ com ele – no sentido de quem busca construir ‘passagens’ nessa direção, ou mediações entre o ‘externo’ e o ‘interno’. O que é tornado mais complicado é aquele “projeto de autonomia” associado à “liberdade” à qual se contrapõe o *cativeiro* – se com isso seguimos Vieira (2001, p. 119) e entendemos este projeto como vinculado à uma “vida de *sossego distante das pressões externas*”.

2.4 A Ação Social e a Sociedade

Direitos de atingido e direitos de cidadão

Todo o processo de *luta* pelos *direitos* foi orientado pela idéia de que este *direito* não é algo garantido por si só ou dado. Afinal de contas, estamos falando de uma *luta* que visa a sua obtenção. De acordo com o ponto de vista nativo, o *direito* seria, desta forma, sobretudo a

²⁰⁶ Não tenho como me aprofundar aqui na literature sobre o tema. Relembro apenas os contundentes comentários de Herzfeld (1987, pp. 39-40): “ (...) writing has been associated historically with vast leaps in the reach of centralized power, and provides one of the most potent tropes of domination (...) Herein lies the circularity of the prophecy: the pen is both the *instrument* and the *image* of social domination at every hierarchical level of everyday experience. Writing is the objectification of discourse, *Logos*; and *Logos* is the divine source of all authority, the Word of God. The Word was ‘in the Beginning’ [*arché*] which is also the name of Authority (*arché*)”.

contrapartida de um dano sofrido; e os *documentos* seriam as *provas* deste dano, só adquirindo seu pleno sentido ou potencial na medida em que inseridos na história acionada por tais documentos e provas. O que os garimpeiros aprenderam com os militantes do sul é que as dificuldades que lhes foram causadas pelas barragens os autorizavam a reivindicar alguma espécie de reparação. Não que somente aí tivesse surgido neles o sentimento de injustiça, ou a indignação perante os que os prejudicaram. Em inúmeras outras situações, vividas ou conhecidas indiretamente, eles haviam passado por algo deste gênero. Não é assim que o *mundo*, a *realidade* ou a *vida* são? O que surgiu do contato com aqueles militantes foi o aprendizado de que, neste caso em particular, eles poderiam sim obter uma contrapartida, mitigando de alguma maneira seus próprios prejuízos.

É preciso destacar, porém, que o próprio contato com estes militantes e a participação no movimento contribuíram para tornar mais complicada esta situação. Pois a partir deste momento o *direito* passou a ser encarado não só como aquela contrapartida de um dano sofrido; mas também como uma recompensa pelos esforços daqueles que se dedicaram a *correr atrás* deles. Daqueles que, por terem se atido à *crença* nessa possibilidade, deixaram para trás a família, sentindo-se culpados por isso e sendo recriminados por parentes (“que espécie de mãe é essa que larga a casa e se põe a rodar pelo país?”); dos que tanto *andaram*, sujeitos a todas aquelas dificuldades já apresentadas; dos que tanta energia gastaram *lidando* com e *representando* o povo, passando anos às voltas com as complicadas questões relativas ao movimento; dos que, à espera do que poderia vir, optaram por não ir embora, ficando para trás em Minaçu, esperando, envelhecendo; dos que gastaram suas economias *correndo atrás* destas coisas...

Por outro lado, a mudança ocorrida no foco do movimento parece ter acrescentado outros sentidos ao termo *direito*. E isso não passou despercebido às pessoas de que trato aqui – ou ao menos a algumas delas. Tal ponto fica especialmente evidente nas falas daqueles que – contrapondo-se aos que afirmam que o “movimento acabou” por não ter sido capaz de assegurar nada para os garimpeiros – destacam a importância das cestas e dos projetos, ressaltando a importância deste tipo de *ajuda* para o “povo de Minaçu”. Naturalmente, entre estes últimos se inclui Sérgio, a principal liderança do movimento, assim como outros coordenadores que decidiram investir nestes projetos – seja por que acreditam neles ou porque se resignaram diante do fato de que isso é tudo o que eles conseguiram obter. Diante de mais de 200 pessoas, numa das *assembléias* que sempre antecedem a entrega das cestas, Sérgio explicita estes “outros sentidos” do termo, estabelecendo uma diferenciação entre dois tipos de *direitos*.

Pois o movimento continuando lutando pelos *direitos* gerais do povo... A cesta, o projeto, tudo é direito: mas são *direitos do cidadão brasileiro*. Certamente são diferentes da minha ou da sua indenização. Eu também não recebi a minha indenização... Os que falam que os projetos estão atrapalhando os direitos têm que prestar atenção nisso. O direito não é só a indenização. O que está presente na nossa *pauta* não é só o *direito do atingido*, mas o *direito* enquanto *cidadão* brasileiro. Não tem porque achar que uma coisa atrapalha a outra, que o *direito do cidadão* vai atrapalhar o *direito do atingido*. Conseguimos as cestas, os projetos, mas não desistimos de pressionar a empresa, de lutar pelo *atingido*. O movimento pensa assim...

Digamos assim que todo aquele que tem o *direito de atingido* tem também o *direito de cidadão*; mas nem todos os que possuem seu *direito de cidadão* possuem também um *direito de atingido*.

Em inúmeras outras situações, aqueles que defendiam os rumos atuais do movimento lançavam mão desta mesma oposição. E a referência à *pauta* na fala de Sérgio ajuda a entender que, mesmo antes de formulada explicitamente nestes termos, esta diferenciação entre dois tipos de direito já estava latente ou potencialmente presente no movimento. A elaboração de uma *pauta de reivindicações* foi algo aprendido junto aos militantes gaúchos, como vimos mais acima.

É assim que funciona a coisa da *luta*, por etapas. Primeiro você organiza o povo, depois você mobiliza e faz a manifestação. Aí você elabora a *pauta*, e leva as reivindicações ao governo. E espera um pouco, o governo atende às vezes, o governo esquece em outras ocasiões. E aí você faz tudo de novo...

Mas a elaboração desta *pauta* estava orientada por outra destas coisas que foram aprendidas: a importância de não essencializar a noção de *atingido* ou de reduzi-la a priori, seja pela pressão das empresas e do governo, seja em virtude da configuração particular de uma situação ou momento político. O que se aprendeu é que o universo dos *atingidos* é muito mais amplo do que se supunha inicialmente, incluindo todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, foram prejudicados pelas barragens. De certa forma, foi todo o “povo de Minaçu”, toda a *sociedade* quem foi *atingida* (e veremos abaixo porque esta *sociedade* é aqui transcrita assim, como categoria nativa). Desde o princípio, o movimento se propôs, publicamente, a *lutar* não apenas por aqueles que foram *diretamente atingidos*; mas por toda a “população da cidade”, pelo conjunto de seus *cidadãos* que foram prejudicados pelas barragens – seja lá de que forma, porque tiveram o público de seu pequeno comércio diminuído, ou porque tiveram o acesso ao rio restrito. É também pelo recurso narrativo a este dano difuso que o movimento constrói sua legitimidade na cidade, como *entidade* que *ajuda* este imenso conjunto de *cidadãos* que no momento se encontra em maus lençóis.

Naturalmente, isso não exclui que, num outro plano e em outros contextos, a definição

‘restrita’ do que é um *atingido* – referente aos que perderam terras e foram (mal) indenizados, por exemplo – permaneça vigorando.

A distinção entre o *direito do cidadão* e o *direito do atingido* foi capaz assim de surgir e de se sustentar. Mesmo para os que são críticos dos rumos atuais do MAB, ela faz algum sentido. A objeção destes últimos residiria sobretudo no fato de que, a seu ver, o *direito do atingido* – que deveria ser o foco do movimento e que foi o que justificou a sua criação – com o tempo foi deixado em segundo plano. Mas se esta distinção faz sentido, é porque ela está ancorada naquela concepção ‘ampla’ do *atingido*, contribuindo também para atestar o sucesso neste ponto do trabalho pedagógico dos militantes – e quem aprendeu isso não foram somente as lideranças e coordenadores, mas o *povo* de uma maneira geral.

Das mais de mil famílias que são beneficiadas pelas cestas todo mês, apenas uma pequena parcela de seus chefes se mobilizava, no período em que eu estive lá, em função da questão dos seus *direitos de atingido*. Para a imensa maioria das restantes, o sentido do movimento era um só: aquele era o “movimento das cestas”.

Os representantes do povo e a ação social

Não é surpreendente que, apresentando-se nos dias atuais como pessoas que buscam *ajudar a sociedade*, os *coordenadores* do movimento sejam comparados a *políticos* – como estes últimos, eles seriam “representantes do povo”²⁰⁷. Os comentários brincalhões direcionados aos que terminam a sua fala – nas reuniões e assembléias – mostram bem isso, como também revelam a consciência dos envolvidos a respeito dessa similitude: “Agora que você terminou, não vai pedir o nosso voto?”.

Norberto, um *coordenador* particularmente ativo e engajado, se exaspera ao me contar sobre as condições habitacionais de algumas pessoas de seu *grupo*, que apelaram a ele em busca de alguma ajuda. “Ano passado houve aquela chuva muito forte, as casas destas pessoas ficaram muito estragadas... A gente vai ter que incluir isso na *pauta*, dar um jeito de remendar os *barracos* dessa gente!”. Na sua opinião, este deveria ser um dos destinos dos recursos do Fundão. Os *coordenadores* já não estavam há muito tempo discutindo a necessidade de um *projeto da moradia*? Eles já haviam aprendido, junto aos militantes do sul, que era através deste formato específico – os *projetos* – que era possível obter (ou sonhar com) recursos, e executar as ações e ‘políticas’ que tinham em mente. E Jonas então argumenta: “Temos que

²⁰⁷ Para uma discussão mais detalhada sobre o exercício da função do “representante do povo” em Minaçu ver Guedes 2011.

fazer como as outras *organizações*. Vê só, a Igreja não está construindo aquelas casas lá no Setor Marajoara?”. Nas pautas elaboradas pelo movimento, direcionadas ao *governo*, ao BID ou à Tractebel, não só estas casas são mencionadas: mas também é reivindicada a construção de escolas e de postos de saúde, o fornecimento de água e luz para este ou aquele *setor*, o asfaltamento desta ou daquela rua...

Da mesma forma, outras pessoas comentavam sobre a necessidade do movimento elaborar um “projeto da mãe solteira”. Era só olhar para o pessoal que ia até a *secretaria* em buscas de cestas que ficava clara a importância de tal iniciativa. Tanta menina nova e já embuchada, sem muitas vezes nem saber por onde é que andava o pai da criança, passando tanta *precisão*... Norberto também tem algo a dizer sobre isso, retomando questões já trabalhadas aqui com outros termos:

Mas a gente tem mesmo que ajudar estas meninas que se *perderam*, e ajudar o *pobre* no geral. Isso é *ação social*. No início, você sabe bem disso, o MAB somente fazia a luta pelos direitos. Depois, teve todo esse processo, muita conversa e muita deliberação, muita negociação, confusão de todo tipo. E decidimos lutar pelos *direitos sociais*. E foi aí que começaram as cestas, o pessoal mal tinha o que comer... E que a gente começou a luta por melhoras nas casas, e demandas mais amplas que aquilo que a gente pedia diretamente para a empresa. A Igreja, os espíritas de Allan Kardec, eles não fazem também *ação social*, não fazem sua caridade? Só que a cesta deles é um pouquinho menor que a nossa...

Direitos sociais: não tenhamos dúvida de que Norberto tem em mente aqueles mesmos *direitos de cidadão* acima citados. Mas mais do que investir na associação intrínseca esse *social* e os *cidadãos*, interessa-me examinar com um pouco mais de atenção o que seria aquela *ação social* por ele mencionada.

Nesta edição do Diário do Norte que chegou por acaso até as minhas mãos, é a prefeitura de Campinorte quem alardeia a “ação social” por ela levada a cabo, via a distribuição de cestas básicas, remédios e casas. Na secretaria do MAB, uma senhora chega avisando que no JK, escola municipal localizada ali perto, eles estão oferecendo serviços gratuitos, “palestra, ginecologista, dentista...”. Acompanho até lá Aparecida, como sempre atenta diante da possibilidade de um “exame de graça”. Na porta da escola, numa imensa faixa a prefeitura de Minaçu agradece a “a ação social do Instituto Brasil Solidário”. Aparecida me explica que essa *entidade*, todos os anos e durante o Rally dos Sertões, oferece serviços para os moradores de Minaçu, no final de semana em que este evento passa por ali.

A *ação social* é levada a cabo, assim, por uma série de outras *entidades* ou *organizações*, invariavelmente recorrendo ao adjetivo “social” em seus próprios nomes ou nas iniciativas por eles implantadas. É esse o caso da Fundação de Amparo Social, órgão da

prefeitura local já citado diversas vezes aqui – há décadas presidido pelas primeiras-damas da cidade, era a ele que Aparecida recorria para tentar resolver *coisas* sobre sua casa ou para garantir consultas médicas em Goiânia. Ou então da Pastoral Social da Habitação, instância através da qual a Igreja Católica constrói as casas citadas acima por Jonas; do Centro de Inserção Social (a prisão de Minaçu), da Sociedade Beneficente de Surdos; das firmas e suas ações de *responsabilidade social*, elas também distribuindo *cestas*. E não foi através da “auditoria social do BID” que alguns dos *atingidos* conseguiram receber seus *direitos*? Também a *firma* contratada pela Tractebel para fornecer “assistência técnica” aos reassentamentos realiza algo desta ordem para muitas pessoas, sendo bastante comum que as pessoas se refiram a esta prática também como “assistência social”.

“Ah, a questão *social* está séria aqui em Minaçu!”. A generalidade deste termo não pode nos levar a desconsiderar a força dos sentidos fornecidos por tais exemplos – ainda mais quando levamos em consideração o que se passou com estas pessoas nos últimos anos, assim como o fato de que boa parte de seu cotidiano é perpassado pela preocupação com tais *entidades* e iniciativas (*correr atrás* deste *papel* ou daquela *pessoa*, resolver *coisas* na prefeitura, providenciar minha *ficha*...). Isto não significa, naturalmente, que este seja o único sentido atribuído ao termo “social” – mas ele é sim, nas circunstâncias de que trato aqui, particularmente forte.

Desta forma, o MAB enquanto movimento *social* presta-se bastante bem para a explicitação de alguns aspectos relativos a esse “social” considerado de uma forma mais geral. Algumas páginas acima, Dona Carmota – a *secretária* responsável pela organização dos *papéis* relativos às *cestas* – nos contava de suas suspeitas: ao que tudo indicava, uma das pessoas *cadastradas* para receber a cesta havia saído da cidade, indo trabalhar nas obras da Usina Hidrelétrica de Estreito – seu nome deveria então ser cortado, “ele não mora mais em Minaçu!”. Um dos antigos *coordenadores* do movimento, após se empregar num outro município, tentou prosseguir recebendo a sua. Esta iniciativa gerou indignação em diversas pessoas e seu nome foi prontamente cortado. Não por acaso, para o recebimento deste benefício não basta a apresentação da carteira de identidade e do CPF – mas é preciso também *registrar* um endereço de uma casa na cidade.

No capítulo 2, discuti como os políticos do norte de Goiás têm se esforçado para assegurar que as vagas criadas pelas *firmas* presentes em seus municípios sejam ocupadas pelos moradores destes mesmos municípios. Um vereador afirmava então, a respeito dos empregos gerados pela Anglo-American: “Não que sejamos contra a vinda de pessoas de fora, mas queremos que seja dada prioridade dessas vagas para quem já reside em Barro Alto há

muito tempo” (Diário do Norte, edição 835). A formulação interessa também pela forma como este vereador se refere aos ‘moradores da cidade’: aqueles que residem aí “há muito tempo”. Lembremo-nos aqui, também, do significado do “tempo de Brasília”, objeto principal da investigação de Borges (2003, 2005). Se no meu caso as pessoas tanto investem e valorizam seus *documentos* para *provar* que tem ‘direito’ ao *direito*, no caso examinado por ela

“milhares de indivíduos dedicam-se a recolher provas materiais que demonstrem que viveram na capital federal ao longo de cinco anos ou mais. Eles consagram sua energia a essa tarefa porque por meio desse intervalo mínimo de tempo, os governos convencionaram assegurar-se do mérito de todos aqueles desejosos de se tornarem beneficiários de seus projetos assistenciais” (Borges 2005, p.70).

Não me interessa considerar aqui as razões, explícitas ou não, orientando a exigência deste tempo mínimo de residência ou de moradia fixa. Meu foco reside antes nas conseqüências de tais exigências: pois permanecer *parado* por algum tempo – para que alguém seja capaz de produzir e *provar* a sua condição de *morador* – é condição necessária para que alguém tenha acesso à imensa maioria das formas de *ação social*. Não basta assim *de-morar* neste ou naquele lugar – é preciso *morar* ali.

Não é também por causa disso que Jonas atribui tanta importância aos boletins escolares de seus filhos, *documentos* bastante preciosos? Pois para ele está claro que iniciativas como as auditorias *sociais* só reconheceram os que foram capazes de *provar* que eram “moradores da região” – condição necessária (mas não suficiente) para receber os *direitos*. (“Mas se todos os garimpeiros foram atingidos, por que é que eles não fazem um teste com as pessoas que querem receber os *direitos*? Só quem é garimpeiro conhece tudo sobre gramas e miligramas, se eles fizessem um teste sobre isso, só os garimpeiros iam passar, os espertalhões não!” – Altamir sugere um outro critério para avaliar quem foi realmente prejudicado, implicitamente sugerindo como é complicado ou mesmo injusto que um garimpeiro tenha que *provar* a condição de morador).

Se do nosso ponto de vista de homens *lidos* dos grandes centros “as migrações, no Brasil, evocam permanentemente a questão social” (Vainer 1986, p. 5), do ponto de vista dos *corridos* a questão do *social* parece remeter, pelo contrário, à situação dos que estão *parados*.

Esta relação privilegiada da *ação social* com o sedentarismo, a estabilidade e a persistência dos que *moram* (e não apenas *de-moram*) se faz presente também no que diz respeito à existência dos lugares. A *ação social* é, assim, capaz de fazer as cidades e

localidades *durarem*. De fato, há uma diferença entre Minaçu, cidade que para alguns está “acabando”, e as localidades que foram efetiva e completamente despovoadas no ocaso da exploração aurífera do século XVIII – aquelas que estão debaixo d’água, ou das quais só restam ruínas. Pois mesmo que a SAMA venha a fechar as portas, obrigando a maior parte da população a buscar renda e trabalho em outros lugares, restariam ainda em Minaçu os *aposentados*, os funcionários da prefeitura, os que não têm como *andar...* – todos eles dependentes do *governo* e da *ajuda* que ele fornece na forma de *ação social*. Seu Adão nos lembrava que o *governo*, em virtude da *força* maior de que dispõe, está dotado desta capacidade de fazer as coisas *durarem* e se sustentarem. Uma cidade que *acaba*, nos dias de hoje, seria assim uma cidade que *dura* apenas enquanto “cidade de aposentado”.

Quando estive na Vila Veneno – pequeno povoado às margens do lago da Usina de Cana Brava mencionado no capítulo anterior – perguntei ao morador que me acompanhava se aquele lugar era muito antigo. “É sim, é antigo...” Eu já sabia que o grosso de sua população era *calunga* (“africanos fugindo da escravidão”), e ao ouvir esta resposta supus que a origem do lugar remontava ao século XVIII ou ao XIX. Querendo confirmar minha hipótese, perguntei quantos anos tinha a vila. “Ah, deve ter mais de vinte!”. Não pude deixar de ficar surpreso: vinte anos, para aquele senhor, é muito tempo para a existência de uma vila? Depois fui entender que os *calungas* que haviam fundado aquele lugar tinham se deslocado para lá nos anos 80 (de Cavalcante e do Vale do Paranã, já no estado do Tocantins), para garimpar no que eram então as margens do Rio Maranhão.

Tenho pouco material para discutir as dinâmicas espaciais e ocupacionais nestas margens dos rios, nos tempos do garimpo. Ao que me parece, os assentamentos provisórios dos garimpeiros às vezes se sobrepunham a pequenos núcleos cuja origem seria mais propriamente rural; por outro lado, o próprio garimpo estimulava a ocupação de terras para cultivo, não sendo raros os que combinavam as duas atividades. Na memória dos que viveram ou passaram por ali, proliferam os nomes destes lugares – indícios incontestáveis de que, na pior das hipóteses, alguém ao menos *de-morou-se* por este ou aquele ponto: a Biquinha, a Rocinha, o Carmo, o Santo Antônio, a Fofoca, o Buracão, a Fatura, a Beira do Formigueiro... Considerados os casos individuais, não se pode atribuir à construção das barragens o fim de qualquer destas localidades ou áreas de garimpagem: a própria natureza desta atividade implicava no abandono dos locais onde o ouro se esgotou ou se tornou demasiado complicado extraí-lo (“só *firma* pra tirar alguma coisa dali”). Silveira (1997, p. 9) dá notícia de outras “pequenas vilas” que, na Chapada dos Veadeiros – também ali no norte de Goiás, algumas dezenas de quilômetros a leste de Minaçu, na direção de Cavalcante – “desapareceram, como

a localidade do Silêncio (próxima a São Jorge), completamente abandonada em 1971”. O fato de este autor estar tratando do garimpo de cristal de rocha – e não de ouro, esmeralda ou cassiterita – parece só confirmar a relativa frequência desta modalidade de “desaparecimento” de cidades e comunidades²⁰⁸.

Aquele mesmo senhor da Vila Veneno destacou como este povoado agora estava quase que inteiramente deserto, restando só 14 casas ocupadas (alguns anos atrás, eram ao menos 70). A própria permanência destes últimos, por outro lado, estava condicionada justamente às *ações sociais* executadas pela Tractebel (que assegura vira um gerador a eletricidade no local, e construiu uma escola nova e relativamente bem equipada que atrai alunos de outros lugares), pela prefeitura (que junto com a Tractebel garante a balsa para a travessia do lago e um ou outro *benefício*) e pelo próprio MAB (com sua distribuição de cestas).

O social e o mundano

Até pouco tempo atrás, estas pessoas estavam acostumadas a encarar os *papéis* e *documentos* (e tudo aquilo que lhes é correlato) como ocupando um espaço marginal em suas vidas. Poderíamos dizer, nesse sentido, que o “social” estava englobado – de acordo com os termos de Dumont (1992) – pelo *mondo*. A situação com a qual elas se deparam no momento atual parece sinalizar que o movimento oposto está acontecendo: o importância destes *papéis* e da *ação social* para sua sobrevivência torna-se crescente, eles passam a dedicar-lhes mais e mais tempo, mais e mais atenção – elas parecem pressentir o que há de ‘imperialista’ ou ‘colonizador’ nesse “social”, sua pretensão a tudo abarcar, a tudo subsumir, a tudo regular e codificar. As *leis*, o “sistema”, o imperativo da autorização ou do *papel* necessário se estendem continuamente a novos domínios e situações. No que se refere à sua reprodução material, os *documentos* passam a ser fundamentais: só com eles é possível receber a cesta-básica do MAB, o Bolsa-Família, o Renda Cidadã do governo estadual, ou qualquer outro benefício oferecido pela prefeitura; antes – não custa nada lembrar – um garimpeiro era capaz de assegurar seu sustento sem nem mesmo possuir uma cédula de identidade. A construção

²⁰⁸ Mas no que se refere à região como um todo – que poderíamos chamar de Alto Tocantins, englobando ainda os afluentes deste rio mais ao sul, nos municípios de Uruaçu e Niquelândia – não há dúvida que foram as barragens, via a construção do lago das barragens e/ou a fiscalização do IBAMA, as responsáveis pela extinção do garimpo e do padrão de ocupação do espaço a ele relacionado. Além disso, o mesmo Silveira (1997) acima citado mostra que, na Chapada dos Veadeiros, foi o surgimento do Parque Nacional de mesmo nome o que tornou problemática a reprodução do padrão tradicional e ‘móvel’ de garimpagem, iniciada nesta área nas primeiras décadas do século XX.

das barragens não só inviabilizou esta atividade como obrigou muitas destas pessoas a dependerem daquelas formas de *ajuda* para as quais os *documentos* são imprescindíveis.

A *ação social* remete, assim e nestes contextos, a *ajuda à sociedade*²⁰⁹. Mas é preciso destacar que esta *sociedade* designa aí um universo mais limitado e preciso do que aquele que comumente atribuímos ao termo homônimo – por exemplo – nas ciências sociais. Do ponto de vista dos meus interlocutores, esta *sociedade* remete hoje, acima de tudo, ao ‘público’ da *ação social*: o “cidadão carente”, relativamente estável na sua condição de *morador* e de posse de seus *documentos*. Jonas já havia sugerido, ao comparar o MAB à Igreja, que havia algo da ordem da “caridade” nas iniciativas destas *entidades*: “caridade”, para aquele que é “carente”... A *sociedade* estaria assim intrinsecamente articulada ao conjunto de procedimentos (tais quais aqueles *inscrever*, *cadastrar* ou *registrar*) que regulariam a *ajuda* oferecida pelo *governo* e por *organizações*, *instituições* e *entidades*, ou por aqueles com elas envolvidos. *Ajuda* oferecida não para qualquer um: mas para os que ficaram, para os que não têm como *andar*, para os que não estão no *trecho*.

Num plano mais abstrato – remetendo ao que poderíamos chamar de ‘cosmologia’ dessa gente – a *sociedade* (da mesma forma que a *família*) seria antes algo não necessário, um fenômeno secundário produzido sobre a realidade primeira do *mundo*. Erigindo-se e efetuando-se sobre ele, a *sociedade* seria responsável por uma estabilização ou parada deste *mundo*. Este caráter secundário ou ‘artificial’ da *sociedade* é atestado ainda pelas constantes menções à *chegada* dos elementos que a constituem: *leis*, *cursos*, *direitos*, *ações sociais*.

Na prática, não há necessariamente contradição entre as alternativas e possibilidades oferecidas pelo *social* e aquelas que o são pelo *trecho*. Enquanto estratégia de um grupo familiar, elas são com grande frequência não apenas conciliadas como complementares. Destaquei anteriormente que, no contexto da decadência da cidade, um dito se tornara comum: “pois aqui a situação está tão ruim que são as próprias esposas que estão empurrando os homens pro *mundo*...”. Grosso modo, a ‘renda’ de uma família seria composta, assim e por

²⁰⁹A título comparativo, podemos destacar aqui alguns dos aspectos daquela “proteção próxima” surgida na Europa medieval, e que segundo Castel (1995, p. 41) está na origem das “intervenções sociais” características da Europa Ocidental do pós-guerra. “A partir dos séculos XII e XIII, o social-assistencial assumiu, no Ocidente Cristão, uma configuração já complexa em que podem ser lidos os principais traços de uma política de assistência ‘moderna’: classificação e seleção dos beneficiários dos socorros, esforços para organizá-los de um modo racional sobre uma base territorial, pluralismo das instâncias responsáveis, eclesiásticas e laicas, ‘privadas’ e ‘públicas’, centrais e locais” (p. 103). Limito a essa nota a articulação – ‘comparativa’, principalmente – de minha descrição à problemática mais geral do “social-assistencial” e de suas inúmeras “metamorfozes” no tempo e no espaço – problemática sobre a qual existe uma vastíssima produção bibliográfica que eu mal cheguei a tangenciar.

um lado, pelos rendimentos aferidos pelo *trabalho* masculino (ou do que restou deles, dadas as tentações existentes para os gastos *mundanos*); e por outro pela *ajuda* assegurada pela mulher, *moradora* ‘sedentarizada’ na cidade e por isso elegível aos benefícios da *ação social*.

E já destaquei também que não está descartada, de forma alguma, a possibilidade de que também ela, a mulher, *abra no mundo* – deixando os filhos com parentes ou padrinhos, ou pagando alguém para *criá-los*. No que se refere ao trabalho em projetos de infra-estrutura, reportagens freqüentes na mídia nos dias atuais abordam – quase sempre enfatizando o que há de positivo nesta ‘vitória’ do ‘sexo frágil’ (!) – outro ponto também já citado aqui: a crescente participação da mão de obra feminina nos canteiros de obra. Entre o meu segundo e o meu terceiro período de trabalho de campo, Madalena abandonou a cidade para ir trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Quando a conheci, ela lutava para sustentar as duas filhas, se mantendo com cestas e bicos. Mas ela já insinuava que não seria possível continuar vivendo daquele jeito, e que talvez tivesse que abandonar a cidade... Em outros momentos deste trabalho, indiquei outros destinos tomados por mulheres que conheci em Minaçu e que algum tempo depois, ainda durante o meu trabalho de campo, optaram por *correr o trecho*: Goiânia, Barro Alto/Niquelândia e a Europa.

O caso das moças que vão tentar a sorte na Europa interessa por levar ao extremo a oposição entre a *sociedade* e o *trecho/mundo*. Nem tanto pelo fato da Espanha e da Suíça estarem num distante além-mar, mas sobretudo pelos limites e possibilidades da vida aí. Por um lado, a condição de *clandestina* no exterior atribui um outro sentido aos *documentos*: se em Minaçu eles estão associados àquela *ação social* e aos benefícios oriundos desta *ajuda*, na Europa os *documentos* são o que lhes falta. E é esta ausência o que responde em grande medida pelas agruras aí enfrentadas, junto às autoridades locais, aos aliciadores ou aos seus empregadores. Sem poder contar com a *ajuda* de ninguém, *sozinhas*, aí sim elas tem que se virar por si *próprias*, enfrentando o *mundo* em toda a sua brutalidade, sem paliativos ou atenuantes (a *família* ou a *sociedade*) para controlar suas forças. Por outro lado, é no olho desse turbilhão que reside a promessa de obter algo realmente valioso: o casamento com um *gringo*, ou dinheiro acumulado o suficiente para voltar para Minaçu como uma verdadeira *espanhola*, dona de si, respeitada e invejada enquanto desliza com suavidade pelas ruas esburacadas da cidade sobre uma caminhonete 4x4. Cruzar o oceano para encarar o desconhecido e passar por grandes riscos, ter coragem e sangue-frio para passar por essa *aventura*, no coração e na cabeça a promessa de recompensas e tesouros que só o seio de uma terra incógnita pode esconder. Não há porque reduzir a empreitada destas moças apenas a isso; mas não há, também, qualquer razão para negar a força de tais imagens, para o bem ou

para o mal estimulando estas moças a *partir*. Imagens fortes, que parecem *durar* e permanecer já desde muito tempo... E não seriam elas, a esta altura, já conhecidas de nós todos? Seu Diamantino nos contava sobre seus ancestrais, aqueles portugueses que *chegaram* ao Brasil atravessando o mar, e que tão logo puseram os pés aqui se tornaram *bandeirantes*, aventurando-se por florestas densas e repletas de índios, *misturando-se* com os locais e fazendo de seus filhos garimpeiros, a *rodar* pelo país em busca de riquezas debaixo da terra...O bandeirantismo popular parece mesmo ter uma perna feminina.

Movimentos e durações no MAB

“O próprio nome já diz. Movimento, movimento é pra movimentar a gente”. Foi com a convicção de que o MAB seria capaz de movimentá-lo que Alípio, como tantos outros garimpeiros, se engajou neste movimento social. Ele tinha então a esperança de receber seus *direitos*, para que assim pudesse *ir pra frente e tocar* sua própria vida. Ele vislumbrava então o recebimento de um dinheiro – para poder então investir na educação dos filhos; ou para montar um negócio *próprio*, para poder sair daquele *barraco*, para mudar-se com a família para outra cidade, para ter uma reserva que garantisse uma velhice mais *tranqüila*...

Mas não foi isso o que aconteceu, conforme o que ele mesmo nos dissera no capítulo 2: “Tá vendo aquilo ali?” – e ele me aponta uma peça enferrujada em cima de um monte de areia, provavelmente o que restou de um motor – “*Parado*, parado como aquilo ali. É assim que eu estou nos últimos tempos, foi isso o que aconteceu com minha vida”.

Segundo Amarildo, há aqueles que argumentam que coisas como os projetos e as cestas são “muletas”: como estas últimas, os projetos e cestas *ajudam* a *andar*, contribuindo para que no futuro as pessoas consigam se virar por si mesmas. Amarildo discorda desta opinião. A princípio, parecia mesmo que estes benefícios eram coisas temporárias, ajudando a segurar as pontas enquanto o dinheiro não vinha. Mas o dinheiro não veio, e o que era para ser temporário tornou-se definitivo. A *ajuda* revelou-se um paliativo, algo que apenas mitiga as dificuldades de quem não pode *evoluir* ou *andar com suas próprias pernas*.

A própria expressão “movimento social” expressa as transformações que, ao longo dos últimos anos, ocorreram no MAB de Minaçu, seu foco gradativamente deslizando do *movimento* para o *social*. A princípio, os esforços e objetivos daqueles que neles se engajaram se concentravam na luta pelos direitos, o que lhes levou a todas aquelas *andanças*, às manifestações, às negociações e pressões junto à empresa e ao Estado. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, outros processos e atividades passaram a ocupar estas pessoas, novas

obrigações e papéis surgiram, outros públicos para o movimento foram constituídos. Não mais estritamente orientado para a consecução de um objetivo particular, o movimento passou, como dizia Seu Adão, a “durar” e a “se sustentar” enquanto *entidade* que *ajuda* o povo (ou os “cidadãos”) através de sua *ação social*.

CONCLUSÃO

1. Fugir Do Mundo e Fugir No Mundo: O Sossego, O Trecho e o Milenarismo..... 414
2. O Trecho, as Mães e os Papéis – Palavras e Durações..... 421
3. Do que Vai e Volta às Metanarrativas da Modernidade..... 431



Fig. 26: Fim da jornada

Foto: Dimas Guedes

Nessa conclusão, retomo questões que me permitem, rapidamente, articular algumas das idéias e noções apresentadas de maneira dispersa ao longo dos capítulos anteriores. Busco extrair algumas conseqüências do ponto de vista nativo, sem a pretensão de ‘totalizá-las’ numa espécie de grande síntese. Meu objetivo neste esforço, pelo contrário, reside na sinalização de algumas hipóteses e caminhos futuros para investigação. Encerrando este trabalho, no último tópico desta conclusão lanço mão do ponto de vista nativo para ‘voltar’ ao ponto onde comecei: comparo a perspectiva dos meus interlocutores com algumas formulações disseminadas naquela ciência social que trata dos “efeitos sociais de grandes projetos”; e amparado por tal comparação, me arrogo a capacidade de sugerir uma ou outra solução para certos problemas que, na minha opinião, vêm dificultando o desenvolvimento e o enriquecimento desta última.

1. Fugir Do Mundo e Fugir No Mundo: O Sossego, O Trecho e o Milenarismo

*I'm for rollin'
I'm for tossin' in my sleep*
Neil Young – I'm The Ocean

*Com tanto dinheiro girando no mundo
(...) Cobiçam até a planície dos sonhos
Lugares eternos para descansar
A terra do verde que foi prometido*
Zé Ramalho – A Peleja do Diabo com o Dono do Céu

*Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz*
Luiz Gonzaga – Vida de Viajante

Regina, de novo e mais uma vez, vem passando por noites tumultuadas: ela acorda com o peito doendo, ofegante, e mal consegue respirar – ela parece mesmo estar fadada a não ter *sossego* nesta vida... Lembremo-nos de como seu próprio filho já havia lhe caracterizado, ao enfatizar o quão *batalhadeira* ela era: como uma mulher *sofredora*, alguém que nunca pôde deitar a cabeça no travesseiro e dizer para si própria: “posso dormir em paz!”.

Da mesma forma, como mostrei no capítulo 3, o *sossego* e *tranqüilidade* dizem respeito não apenas ao que se busca no final de um dia cansativo e conturbado, quando se pode então chegar em casa e repousar. Mas eles se referem também a algo que se projeta para o final da vida, ou para quando a pessoa se cansa de tantas *andanças* e passa a nutrir outros

planos: *construir*, casar, ter algo de *próprio*... Não foi também o sonho de conseguir algo *próprio* e estável, uma vez recebidos os *direitos*, o que mobilizou os garimpeiros para tantos *sacrifícios* e *aventuras* com o MAB? E não residem também aí as dificuldades em que eles se encontram hoje? A esta altura da vida, já *cansados* ou *doentes*, eles não têm nada que lhes permita alguma *tranqüilidade*, algum afastamento das confusões e desventuras do *mundo*. Também num plano diacrônico esta mesma tensão se expressa, na oposição entre o *mundo* – caracterizado pela balbúrdia, confusão e desordem – e a *casa* enquanto enclave ou área de relativa proteção. Na epígrafe desta seção, Luiz Gonzaga já nos sugeria como o *andar* pelo país traz consigo no seu horizonte o sonho de um “descanso feliz”.

Tratando daquelas pessoas que se entregam a uma vida de *andanças* à procura das Bandeiras Verdes, Vieira (2001, p. 182) evoca categorias análogas para dar conta dos sentidos atribuídos pelos participantes destes “movimentos sócio-religiosos” a seus deslocamentos:

“As *Bandeiras Verdes* re-significam a *andança*, atribuindo outro sentido à migração. Elas anunciam um lugar de repouso e proteção para os que vivem na errância de um mundo conturbado que será destruído. Mas para chegar lá é preciso continuar andando”.

Não por acaso, a “liberdade” que é contraposta por estas pessoas ao *cativeiro* se associa a um “projeto de autonomia [que] é entendido, por vezes, como a proposta de uma vida de *sossego* diante das pressões externas, que permita viver com mais *tranqüilidade*” (2001, p. 119). Um seguidor destes movimentos – posseiro da cidade de Floresta, no sudeste do Pará – fornece a esta autora um depoimento que, a este respeito, é elucidativo:

“A terra não demove de nenhum lugar. É o povo que corre pra todo lado. Pobre anda caçando destino, andando sempre caçando melhora. O velho meu pai parou no meio da viagem e eu continuei. A jornada do pobre é mudança. O pobre não tem sossego. Sempre a gente é tocado pela situação, procura lugar mais novo. (...) E essa jornada da gente só termina quando a gente morre. Você fica no meio da viagem, os filho segue a jornada” (Vieira 2001, p. 109).

O *pobre* não tem *sossego*... Ao menos nesse mundo, ou ao menos enquanto ele durar. É justamente esta crença o que ampara a convicção destes que se entregam a esta jornada.

“De um lado – a leste e no passado – está o mundo da *devassidão* que será alcançado pelas catástrofes do *fim dos tempos*, de onde os romeiros fogem para proteger-se. De outro – a oeste e no futuro – em direção às Bandeiras Verdes – está o *ponto final*, a Terra Prometida” (Vieira 2001, p. 246).

Se os que acompanham a Romaria do Padre Cícero partem em busca deste “ponto final”, os seguidores do outro movimento estudado por Vieira, a Missão de Maria da Praia, saem à procura do “lugar de sossego” – longe dos conflitos com estes que *chegam*, longe da *devassidão*, longe da grilagem de terras e da violência no campo.

Note-se que, tanto nas informações fornecidas por esta autora como nos dados de que eu disponho, o *sossego* e à *tranqüilidade* estão sempre associados a um fim ou final: fim do dia, quando se vai dormir; fim da vida, quando após tantas *andanças* existe o sonho de *localizar-se*; fim da vida, no que se refere à morte (“Essa jornada da gente só termina quando a gente morre”); fim do *mundo*, fim dos *tempos*, quando a intervenção sobrenatural dá cabo do existente e concede enfim ao pobre sua Terra Prometida, e o *sossego* e a possibilidade de encerrar sua *jornada*.

Em todas estas situações, fica clara a força de determinados eventos narrados na Bíblia – como a história de Noé e o êxodo judaico do Egito – orientado os sentidos assumidos pelos deslocamento. A importância daquela “cultura bíblica” (Velho 2007a; Queiroz 2005) neste contexto é explicitada pela formulação de Turner e Turner²¹⁰ (1974, p. 131 apud Vieira 2001, p. 248), num trabalho dedicado ao estudo das peregrinações: “O cristão é um estranho no mundo, um peregrino, um viajante, sem nenhum lugar para descansar a cabeça” – e não custa lembrar do que se passa com Regina, quando ela se deita em sua cama à noite...

Todas estas convergências entre estes movimentos “sócio-religiosos” e meus dados permitem esboçar algumas hipóteses a respeito do *trecho*.

Além da Missão da Maria da Praia e da Romaria do Padre Cícero, Vieira (2001, pp. 183-188) vai mencionar uma série de outros movimentos que, tais como estes dois, surgem na mesma época e mais ou menos numa mesma região – entre os anos 50 e 70 do século passado, em áreas quase sempre próximas ou ‘polarizadas’ pela Belém-Brasília (todas no interior daquela ‘área cultural’ que considero aqui): a Romaria de Eva, a Romaria do Venâncio, a Romaria de Maria do 13, a Organização do Divino Pai Eterno, a Romaria de São Valentim, a Missão de Santana (a lista não é exaustiva)²¹¹. Para esta autora (Vieira 2001, pp. 236-237, grifos dela), todos estes movimentos

“reinterpretam o processo de migração [e] de ocupação de novas áreas do centro-oeste e do norte, desencadeadas a partir das décadas de 50/60, tendo como referência a profecia das *Bandeiras Verdes* (...) [Nesta época] em que são produzidas modificações significativas na região, o campesinato viveu um *clima* de intensa mobilização religiosa, que interpretou a situação da fronteira a partir [de] referenciais [do ‘catolicismo rústico’]”

²¹⁰ TURNER, Victor e TURNER, Edith. *Image and Pilgrimage in Christian Culture*. New York: Columbia University Press, 1978.

²¹¹ Dois destes movimentos, por sinal, vão surgir bem próximos de onde hoje se localiza Minaçu, em ambos os casos à beira da Belém-Brasília: a Missão de Santana, que se inicia em Estrela do Norte, em Goiás; e a Romaria de Eva, surgida em Gurupi, no sul do Tocantins.

Conforme as minhas sugestões no capítulo 3, parece ter sido neste mesmo contexto histórico que surgiu e se disseminou o termo *trecho* – evocando, não por acaso, o trabalho em “grandes e lineares obras de estrada” (Correa 2007, p. 11) tais quais a Belém-Brasília ou a Transamazônica. Tais obras estão intrinsecamente vinculadas, em primeiro lugar, àquilo que poderíamos chamar de *febre* de ‘grandes projetos’: àquele momento em que eles passam a proliferar e se tornar rotineiros, pululando em pontos diversos do ‘Brasil Central’. Tenho em mente aqui, por exemplo, os projetos de colonização no Mato Grosso, Goiás e Pará; a construção de grandes barragens como Tucuruí, Balbina ou Serra da Mesa; ou as atividades minerais e metalúrgicas levadas a cabo por *firmas* diversas na Bacia do Rio Tocantins. Em segundo lugar, como argumentei no capítulo 2, a abertura de estradas e estes projetos foram também responsáveis por um ‘re-aquecimento’ da tradição garimpeira no interior do país: facilitando o acesso a novas e antigas áreas de garimpagem, e/ou oferecendo àqueles atraídos por tais projetos uma ocupação alternativa que, sob diversos aspectos, lhes era mais interessante que o *cativeiro* da *firma*.

Assim, seja no que se refere àqueles movimentos religiosos ou aos sentidos assumidos pelo *trecho*, o que parece estar em jogo são formas ‘populares’ de conceber e se relacionar com a intensificação (mais do que propriamente o surgimento) do ‘desenvolvimento econômico’ em áreas que – de acordo com o ‘nosso’ ponto de vista – correspondiam ao que chamávamos, mais no século passado que hoje, de “fronteira”. Em ambos os casos, estas duas ‘invenções culturais’ não surgiram – é claro – *ex nihilo*. Mas elas se apoiaram antes naquela já mais que centenária “cultura da andança” de que fala Vieira (2001), tensionando-a e transformando-a. Eu mesmo já havia indicado, a partir da análise das categorias associadas àquele pujante “idoma do *trecho*”, como este vocabulário se organiza e se consolida a partir de um conjunto ainda mais rico de termos e expressões, estes últimos vinculados ao termo *mundo* e se fazendo presente em registros bem mais antigos. Estamos tratando, assim e para os dois casos, de transformações nas condições e formas através das quais se exerce a mobilidade ‘sertaneja’, que persiste – via estas transformações – enquanto prática habitual, valor, estilo de vida e/ou modalidade de resistência²¹².

Podemos traçar conexões entre o *trecho* e aqueles movimentos messiânicos também a partir daquele “bandeirantismo popular” mencionado no capítulo 4. A própria Vieira (2001, pp. 139-142) reconhece as conexões entre o imaginário dos bandeirantes e a Bandeira Verde

²¹²Tratando da constância ao longo de quatro séculos da “peregrinação” e do valor atribuído à viagem e ao mar na história de Portugal, Lima (1998, p. 34) destaca: “Uma tradição, já se sabe, não se desmobiliza facilmente. Ela encontra sempre caminhos por onde atuar, subterrâneos ou dissimulados que sejam”.

procurada pelos romeiros. Nas bandeiras do Brasil Colonial, esta autora destaca os “rezadores” que, na ausência dos sacerdotes, carregavam imagens de santos (e mesmo de índios e escravos). Desde esta época, a bandeira se contrapõe à cruz e ao cruzeiro, “objeto[s] simbólico[s] que representam uma igreja territorializada e institucional”²¹³.

Lembre-mos então que Seu Diamantino, quase todos os dias, me perguntava, tal qual um professor a se certificar se o aluno havia aprendido a lição: “Qual o *símbolo* do nosso país brasileiro? - É a *bandeira*, Seu Diamantino”. Pois esta *bandeira* - como qualquer *símbolo* que se preze - estava ancorada não apenas sobre um evento ocorrido no *mundo*, mas também sobre outros *símbolos* extraídos de coisas do mundo. “Pedro Álvares Cabral [ou seu duplo, Diogo Anhanguera] fez então os símbolos: o amarelo pelo ouro, o verde pela mata, o azul pelo céu...”. Não custa destacar que a “mata” é uma imagem central para os romeiros de Vieira (2001, pp. 250-254; 304-310): pois se eles tomam o caminho da Amazônia, buscando ir além da *devassidão* da fronteira, é porque as Bandeiras Verdes, como seu próprio nome sugere e de acordo com as profecias de Padre Cícero, estariam localizadas numa “mata” - “a terra do verde que foi prometido” de que fala Zé Ramalho.

De tudo isso, interessa destacar como, a partir de meados do século passado, no contexto sócio-econômico delineado aqui, a “força criadora de tradição” dos bandeirantes (Carvalho Franco 1997, p. 169) parece ter se inflectido de acordo com linhas divergentes. De um ponto de vista ‘ideológico’ ou ‘hegemônico’, o Estado e as empresas não se cansaram de apelar a estas figuras para legitimar a expansão da “sociedade brasileira” rumo ao Oeste, à fronteira ou ao sertão. Tais movimentos, porém, parecem ter induzido ou estimulado uma (re)atualização desta tradição, em direção àquilo que chamo aqui de “bandeirantismo popular”. Em certa medida, como ‘reação’ ou ‘adaptação’ às transformações desencadeadas pela intensificação da ocupação e do desenvolvimento do centro-norte do país.

No que toca a estas ‘respostas’ do bandeirantismo popular ao bandeirantismo hegemônico, o que busco sugerir aqui é a existência de ‘soluções’ ou linhas que, se por vezes implicam em combinações e misturas entre elas, por outro lado sinalizam caminhos distintos. E que fique claro: aqui trato de ênfases diferenciais no interior deste bandeirantismo popular, comparando novamente como invenções culturais o milenarismo e o *trecho*.

²¹³ “O *cruzeiro* é sempre colocado na frente dos templos e carregar a cruz nos rituais é ato praticamente exclusivo do padre, enquanto que as bandeiras geralmente são dos leigos e conduzidas por eles. Contendo as insígnias dos santos, a bandeira se constitui em referência permanente, que marca os tempos dos rituais que ocorrem fora do espaço institucional da igreja - estradas, ruas, caminhos - e que se caracterizam por permanente movimentação no espaço, como as folias do Divino, de Santos Reis e as procissões” (Vieira 2001, p. 141). Esta autora destaca também que “bandeira” era o nome dos mutirões organizados por Padre Cícero.

Se a *bandeira* é, como afirmava Seu Diamantino, um *símbolo* de tal magnitude, poderíamos então sugerir que, no que se refere aos que buscam as Bandeiras Verdes, o que é realçado é o “verde pela mata” (talvez se articulando ao “azul pelo céu”). Já no que diz respeito aos garimpeiros (ou a todos que sonham em enriquecer rápido, numa *febre*), o privilégio recai, naturalmente, sobre o “amarelo pelo ouro”.

Tanto no caso dos movimentos sócio-religiosos como no daqueles que se entregam ao *trecho* e às *febres*, e partindo do que nos sugere aquela “cultura bíblica”, os sentidos atribuídos ao *mundo* guardam semelhanças notáveis: seja pela força da idéia de transitoriedade (do próprio *mundo* ou daquilo que o povoa), seja pela sua conturbação, instabilidade, crueldade e estranheza. Para os freqüentadores dos movimentos religiosos,

“trata-se de interpretar as mudanças que ocorrem e que estão por vir como uma situação de crise, em que a *devassidão* anuncia o *fim dos tempos*. Diante de disso, há que escapar deste mundo, construindo um caminho próprio, longe dele, que possibilite a salvação” (Vieira 2001, p. 187).

Para muitos de meus interlocutores, por outro lado, a solução enfrentada diante desta “crise” foi outra: parece-me que, ao invés de “escapar deste mundo”, eles preferiram escapar *no mundo*, caindo de cabeça nele, abraçando o *trecho*, *rodando*, *rasgando*... Ao invés de fugir da “devassidão” do *mundo*, eles optaram por flertar com ela (o que implica que ela deixe de ser pensada nestes termos): procurando a *febre* e o *trecho*, com seus extremos e suas *paixões*; ou entregando-se àquela “concupiscência do olhar” de que fala Santo Agostinho, assim como ao sensualismo do corpo nas *aventuras* e *farras*. Tudo isto ajuda também a elucidar a distinção entre aquele *dinheiro maldito* (tão facilmente ganho e dissipável) e as pepitas que parecem uma santa (e que pela sua solidez prestam-se também para deixar algo para a família).

Mas esta mesma oposição entre o caso estudado por Vieira (2001) e aquele que me dedico faz-se presente também no interior deste último. Pois conforme tudo o que já argumentei, em Minaçu as próprias formulações nativas nos colocam diante de uma contraposição: de um lado, temos os jovens *lisos*, a *rasgar no trecho*, fugindo de compromissos e *soltos* para *aventurar* e *festar* por aí; e de outro, os que se *sacrificam* em *andanças* buscando “um caminho próprio” (Vieira 2001, p. 187, grifos meus). Mas esta mesma tensão não se faz presente na vida de uma mesma pessoa, ou no que se refere a uma mesma viagem? (E ela também se manifesta também entre os interlocutores de Vieira, com suas alternâncias entre as missões e romarias e aquelas ocupações e atividades desenvolvidas fora dela, como o garimpo ou empregos diversos).

De certa maneira, o que parece ter surgido destas transformações – a “crise” do ponto de vista dos romeiros; a ocupação da fronteira, do nosso ponto de vista – é uma situação onde tensões latentes e ‘tradicionais’ são resolvidas de outra forma. Por exemplo, pela exacerbação, temporária ou não, de um de seus pólos, o afastamento do *mundo* se materializando de forma radical na solução milenarista dos movimentos religiosos.

Nesse contexto e levando em consideração a cosmologia em questão, fica clara a importância de considerar a categoria *movimento* não apenas como ‘deslocamento’; mas também como *agitação*, correria, frenesi, evocando aquelas intensidades e *paixões* que a noção de *febre* parece captar tão bem. Naturalmente, o *deslocamento* e a *agitação* estão intrinsecamente relacionados. A um e outro se contrapõem categorias fundamentais para meus interlocutores. Em primeiro lugar, o estar *parado* ou imobilizado. Em segundo lugar e por outro lado, ao deslocamento e à agitação se opõem também aqueles *sossego* e *tranqüilidade* discutidos acima, nos seus diversos significados.

Desse duplo sentido do *movimento* vem também as afinidades da *febre* com o *trecho*, nas suas intensidades e paixões tão capazes de expressar o *mundo* – ou a *vida* ou a *realidade* – no seu tumulto e turbulência. Poderíamos dizer assim que se na *febre* o que é exuberante é o movimento enquanto *agitação*, no *trecho* estamos diante dos extremos do movimento enquanto deslocamento.

Não residiria também aí uma chave para a compreensão da importância atribuída, nesse universo, às *farras* e às *festas*? (Lembremos, a esse respeito, que as ocupações, atos e mobilizações promovidas pelo MAB, nos tempos do movimento em *movimento*, eram conhecidos também como “festinhas”). Pois estas últimas se caracterizam justamente pela *agitação*, pelo rebuliço, por intensidades e *paixões* que, no seu excesso, ‘celebrariam’ o *mundo* tal como ele é concebido. Nesse sentido, o que haveria de ‘ritual’ na *feira* não seria apenas seu aspecto ‘sagrado’, mas igualmente o que há nela de ‘profano’ – ou, melhor ainda, o que há nelas de *mundano*.

2. O Trecho, as Mães e os Papéis – Palavras e Durações

Certa vez, uma jovem pediu-me que eu entregasse uma carta de amor dirigida por ela a seu namorado clandestino, o que me recusei a fazer, argumentando não querer atuar contra sua família, que se opunha ao namoro. A menina pediu-me então que eu falasse com o rapaz por telefone e, buscando convencer-me, explicou: a palavra no papel deixa prova, mas quando a gente fala não tem como os outros saberem se a gente falou aquilo realmente, a palavra fica “perdida no ar”.

Ana Carneiro (2009)

*Now I'm floatin'
Cause I'm not tied to the ground
Words I've spoken
Seem to leave a hollow sound
Neil Young – I'm The Ocean*

Verba volant, scripta manent

No que diz respeito aos *papéis*, como não considerá-los a partir da sua materialidade específica, e da singular *duração* que eles propiciam? A *palavra no papel* deixa *prova* – já nos lembrava a moça citada por Carneiro (2009, p. 64); não é como aquela que se *perde* no ar...

Aparecida já nos lembrava, no Capítulo 3, que homem do *trecho* mente muito, que em homem do *trecho* não dá pra confiar. Não há, de fato, nada de muito surpreendente nesta afirmação – se levamos em consideração que estas pessoas e coisas que povoam o *trecho* são, quase que por definição, móveis e ariscas. No *trecho*, afinal de contas, a instabilidade inerente ao *mundo* se faz presente em todo o seu vigor e exuberância, pouco ou nada inibida por aquelas *forças* e esforços que buscam controlar o que há aí de fugidio. Nesse sentido, as palavras proferidas por estes homens do *trecho* se movimentam como eles próprios o fazem: *rodam, somem, fogem, perdem-se no mundo...* Homens e palavras leves e levianos – leviano, nos lembra o Aurélio, é ao mesmo tempo o que “leva pouca carga” e o que é “precipitado, inconsiderado, imprudente, sem seriedade, inconstante”. “Moça ingênua, boboca. Como é que foi acreditar nas promessas de um homem desses?”.

Não seria por isso também que, nos relatos a respeito do que se viu e viveu no *trecho* ou no *mundo*, as *provas* desempenham uma função tão importante? A *prova* ancora a narrativa em algo concreto e material. E se isto for pesado, melhor ainda: pois a história estará então fundeada na solidez de uma ruína que tem centenas de anos, na teimosia de pinguinhos

de ouro que até hoje podem ser vistos na parede de uma igreja, nas toneladas de um sino, na imponência mineral de uma montanha que parece uma caveira, nas arrobas de ouro que antes de serem enterradas foram “pesadas como se pesa carne”... “Isso não é invenção minha não! Vai lá em Crixás que você vai ver, com seus próprios olhos, isso que eu estou te contando!”. Mas as *provas* não são apenas o que comprova (ou postula a capacidade de comprovar) a veracidade de uma narrativa: elas são também o que acopla e ancora estas narrativas ao *mundo*, assegurando a conexão entre as palavras e as coisas – coisas que, ao contrário das palavras, certamente não estão “perdidas no ar”. Poderíamos dizer, assim, que as *provas* asseguram a conexão entre o que é ‘aéreo’ e o que é ‘terrestre’.

(Surge assim uma curiosa convergência entre o que meus interlocutores tinham a dizer sobre o meu trabalho enquanto *detetive* coletor de *provas* e o que Malinowski (1935, p. vii, vol. II) comenta a respeito de certos problemas metodológicos na etnografia: “In dealing with language at the pre-literate stage, the ethnographer is faced by another difficulty. The speech of his people does not live on paper. It exists only in free utterance between man and man. *Verba volant, scripta manent* [palavras voam, escritos ficam]. The ethnographer has to immobilize the volatile substance of his subject-matter and put it on paper”).

Os *papéis* parecem se prestar, assim, menos para escrever do que para inscrever, entalhar ou gravar – da mesma forma que o fazem estes senhores que, de cócoras e com uma varinha na mão, esboçam no chão elaborados grafismos enquanto narram uma história. Mas ao contrário do que pode essa varinha no chão, a inscrição no *papel* perpetua, *dura*. Da mesma forma que *duram* estes sulcos abertos no chão há mais de dois séculos, os “buracos dos bandeirantes” que os garimpeiros do norte de Goiás aprenderam a identificar, ‘ler’ e seguir.

Por si mesmos, os *papéis* certamente não são coisas ‘de outro mundo’; são sim, pelo contrário, algo do *mundo*, oferecendo àquele que os manejam a oportunidade de tornar *duráveis* suas palavras, seus compromissos, suas promessas. A desconfiança perante os *papéis* trazidos pelos homens lidos não se origina assim do objeto considerado em si mesmo, mas antes dos peculiares usos que estes homens fazem destas suas propriedades. Ou melhor: do abuso destas propriedades – por exemplo, via a inscrição neles de letras e números incompreensíveis, demasiado apartados do que pode ser conhecido e reconhecido fora destes papéis; letras e números suficientemente desancorados do *mundo* para que eles se tornem “folhas todas brancas”.

Com estas idéias em mente podemos também considerar a associação de longa data dos *papéis* com aquelas relações que são idealizadas como *duráveis*: é esse o caso do laço de

matrimônio (do casamento “no papel”) e dos filhos que são *reconhecidos* enquanto tais. Carlão já nos dizia, no Capítulo 3, que tinha um trunfo no que se refere à sua filha *reconhecida* que dera para *criar*, e que temia estar sendo vítima de maus-tratos: pois era ele quem estava de posse da certidão de nascimento, o que lhe fornecia um nada desprezível poder de decisão sobre o futuro da criança. Dona Francisca, vinda do Maranhão para o norte de Goiás nos anos 50, trouxe apenas um *documento* – sua certidão de casamento... Inscrição *durável* no papel, servindo como *prova* dos esforços ou propósitos das pessoas para tornar as relações *duráveis*²¹⁴.

A esse respeito, o exemplo oferecido por Souza Martins (1998, p. 706; grifos meus) é mais do que ilustrativo:

“Na região de Imperatriz, no Maranhão, encontrei um notável fenômeno de reinvenção do casamento para abrandar esse temor de instabilidade. Peões e, sobretudo, garimpeiros, muitas vezes casados em outras regiões do país, especialmente no Nordeste, onde deixaram família constituída, mulher e filhos, acabam casando com moças da região de chegada, como se fossem solteiros. Como sem desquite e divórcio isso ainda não é legal, acabaram descobrindo, certamente com a ajuda de algum rábula²¹⁵ do interior, um meio de contornar a situação e de convencer as donzelas de que estão casando de papel passado, como se diz. Vão ao cartório e fazem com a moça um contrato de prestação de serviços, em que as obrigações de cada parte são formalmente estabelecidas. Tomam por padrinhos as testemunhas do documento e ainda mandam publicar o ato em jornal da região, como se fosse um verdadeiro proclama. Uma das melhores indicações do vigor das formas numa situação de grande instabilidade social e de grande incerteza pessoal”.

Certamente isso não é tudo, tais ‘propriedades’ do *papel* não explicando ‘inteiramente’ o que significa *documentar* uma relação. O que me interessa ressaltar é que, nestes casos, a afinidade da *família* e dos *documentos* se assenta na sua potencialidade de se contraporem ao *mundo*, induzindo a sua estabilização e tornado possível que as coisas *durem*. E se apelamos às ‘entidades’ que melhor explicitam os atributos destes últimos elementos (o *mundo*, a *família*, os *documentos*), estamos diante aqui da tríade que nomeia este trabalho: O Trecho, As Mães e Os Papéis.

²¹⁴ Aqui é com Weber (1996, pp. 716-717) que podemos fazer uma comparação, no que se refere ao “caráter permanente del aparato burocrático (...) [que] se basa em documentos (expedientes) conservados en borradores o minutas”. Neste caso, a *duração* dos *papéis* se assenta menos nas qualidades materiais destes últimos do que no cuidado com que são preservados (por razões que não vem ao caso considerar aqui). Num caso como no outro, a consequência a ser extraída desta *duração* é a mesma: “una burocracia muy desarrollada constituye una de las organizaciones sociales de más difícil destrucción”. (p.741).

²¹⁵ Cf. o dicionário Aurélio: “Rábula: 1. Advogado de limitada cultura e chicaneiro [chicana: sutileza capciosa, em questões judiciais; ardil, astúcia, tramóia]; leguleio, pegas. 2. Indivíduo que fala muito, mas não conclui nem prova nada. 3. Bras. Indivíduo que advoga sem possuir o diploma”.

Homens lidos e suas palavras duras

...mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel...
Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas

*O louraça, seo Alquiste, parecia querer remedir cada palmo de lugar, ver apalpado as grutas, os sumidouros, as plantas do caatingal e do mato*²¹⁶
Guimarães Rosa – O Recado do Morro

E se os homens *corridos* compartilham com suas palavras a leveza e a fugacidade, da mesma forma os *lidos* se assemelham às suas. Assim pensam meus interlocutores...

Estes homens *lidos* não se movem, como já sabemos, da mesma maneira que os *corridos*. Os homens *lidos* são pessoas que *chegam*: e que se assim o fazem é porque têm seus propósitos claramente definidos, dirigindo-se a um espaço que foi estriado (Deleuze e Guattari 1997d) e medido em função destes propósitos, e que será percorrido e ocupado em função deles: vou para aquele fim de mundo fazer o trabalho de campo para minha tese de doutorado em antropologia, vou para lá construir uma barragem ou uma estrada, vou para lá mapear as riquezas do subsolo, vou para lá para *formar* os atingidos e *organizá-los* num movimento social... Homens *lidos* são homens que *pesquisam*, e que se o fazem é porque sabem do que estão atrás.

²¹⁶ “Outros eram os outros, de bom trato que fossem: mas, pessoas instruídas, gente de mando. E um que vive seu trabalho braçal não cabe todo avontade junto com esses, por eles pago. De qualidade também que, os que sabem ler e escrever, a modo que mesmo o trivial da idéia deles deve de ser muito diferente. O seo Alquiste, por um exemplo, em festa de entusiasmo por tudo, que nem uma criança no brincar: mas que, sendo sua vez, atinava em pôr na gente um olhar ponteado, trespassante, semelhando de feiticeiro; que divulgava e discorria, até adivinhava sem ficar sabendo. Ou o frade frei Sinfrão, sempre rezando, em hora e folga, com o terço ou o missalzinho; mas rezava enormes quantidades, e assim atarefado e alegre, como se no lucrativo de um trabalho, produzindo, e não do jeito de que as pessoas comuns podem rezar: a curto e com distração, ou então no por-socorro de uma tristeza ansiada, em momentos de aperto. Por isso tudo, aqueles a gente nem conseguia bem entender. Mesmo o seu Jujuca do Açude, rapaz moço e daqui, mas com seus estudos da lida certa de todo plantio de cultura, e das doenças e remédios para o gado, para os animais. Pois seo Jujuca trazia a espingarda, caçava e pescava; mas, no mais do tempo, a atenção dele estava no comparar as terras do arredor, lavoura e campos de pastagem, saber de tudo avaliado, por onde pagava a pena comprar, barganhar, arrendar – negociar alqueires e novilhos, madeiras e safras; seu Jujuca era um moço atilado e ambicioso (...) Assim que tudo ali era uma Lundiana ou Lundlândia, desses nomes. De certo, segredos ganhavam, as pessoas estudadas; não eram para o uso de um lavrador como ele, só com sua saúde para trabalhar e suar, e a proteção de Deus em tudo. Um enxadeiro, sol a sol debruçado para a terra do chão, de orvalho a sereno, e puxando toda força de seu corpo, como é que há de saber pensar continuado? E mesmo para entender ao vivo as coisas de perto, ele só tinha poder quando na mão da precisão, ou esquentado – por ódio ou por amor”.

O rapaz que sai de casa aos 17 anos rumo ao garimpo está imbuído de propósitos tão claros e bem definidos? Vai para lá para encontrar ouro? Para enriquecer? Para fugir de alguma modalidade de *cativeiro* ou *escravidão*? Para vivenciar uma *aventura*? Para conhecer o *mundo*? Para aprender com o *trecho*? Para acumular recursos e conseguir algo *próprio*? Para *festar* e pegar mulheres? As próprias trajetórias erráticas dos meus interlocutores sugerem a sua sensibilidade para aquelas *manobras* de ordem tática, e daí também a sua facilidade para *vazar no pé* e *abrir no mundo* de uma hora para outra, leves e sem cerimônia. Estes últimos estão sempre a *rodar*, atentos para as oportunidades que se colocam em seus caminhos, servindo-se da ocasião para aplicar seus golpes ao privilegiar a tática sobre a estratégia (Certeau 1994), traçando para si um espaço liso que é ocupado e codificado à medida que é percorrido (Deleuze e Guattari 1997d; note-se a convergência da idéia de “espaço liso” destes autores com o *sair no liso* nativo).

Por outro lado, os *lidos* parecem ser homens sobrevividos, sensatos, fiéis como papel... O que está em jogo no que diz respeito a sua ‘fidelidade’ não são as “promessas” feitas por eles aos habitantes dos locais para os quais eles se dirigem. Eles são “homens de missão, obediência e renúncia” (Viveiros de Castro 2002, p. 191) – também por isso suas promessas são pouco confiáveis, tão ou mais que as dos homens do *trecho*. É ao seu *trabalho*, aos seus propósitos que são fiéis e constantes – ao contrário daqueles outros. Como vimos na introdução, em meados do século XIX Auguste de Saint-Hilaire (1975 apud Póvoa Neto 1998, p. 157) afirmou, sobre os garimpeiros que conheceu no norte de Goiás:

“Esses homens, geralmente mestiços, têm a inconstância inata dos negros e dos índios. Faltam-lhes princípios morais básicos, e a maioria não tem família. Habitados a uma vida nômade, não conseguem sujeitar-se a imposições, preferindo mudar constantemente de tipo de trabalho, ainda que seja para pior”.

Afirmção que não prima pela originalidade, como qualquer leitor de trabalhos sobre o interior do Brasil sabe; mas que interessa justamente por isso, sugerindo então como ela informa tanto sobre quem a proferiu como sobre aqueles dos quais se fala. Chama a atenção como tais relatos a respeito dos “mestiços sertanejos” ou dos garimpeiros se aproximam daqueles analisados por Viveiros de Castro (2002) – jesuítas e missionários discorrendo sobre a “inconstância ameríndia”. Indício adicional de que o que pode estar em jogo aí é, também e parafraçando aquele autor, a relativa ‘constância da alma civilizada’. Nesta mesma direção, Ehler Maia (2008) destacou a importância da idéia de “missão” para os engenheiros da virada do século XIX para o XX, num estudo dedicado a Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. Com seu “forte senso de missão, obstinação e celebração do trabalho e da atividade produtiva” (Ehler Maia 2008, p. 32) e na condição de engenheiros-escritores, estes dois

podem ser considerados, no âmbito desta discussão, a quintessência dos homens *lidos*. A “fidelidade” destes últimos se expressa assim na sua meticulosidade, disciplina e *inteligência*. (Por outro lado, estes “emissaries of light” não são também estranhos, e um pouco perturbados? Estudar, ler, passar tanto tempo *parado*, debruçado sobre *papéis* e livros – isso não faz bem para a cabeça!)

‘Suas’ palavras, as que lhes cabem de direito e de fato, não são destas que se *perdem no ar* – o que os define também como homens *lidos* é a sua capacidade de fazerem suas palavras ‘aterrissar’, inscrevendo-as em determinados meios. Sua constância de propósitos se expressa mesmo nos materiais capazes de intensificar a *durabilidade* inerente ao *papel*. Não é isso o que uma placa é capaz de fazer? Tenho em mente aqui placas como aquelas afixadas na parede da rodoviária, e de que me servi no capítulo 1 para descrever a expectativa existente na cidade pouco antes do início da construção da Usina de Serra da Mesa. Ali estava gravada a cópia de uma carta ou ofício, onde um político local requeria ao governador a construção de uma nova rodoviária na cidade para dar conta do afluxo de forasteiros esperados para trabalhar na obra. Afixada naquela parede até hoje, a placa em questão parece radicalizar os atributos do papel: pela sua visibilidade (não por acaso no local por excelência da passagem e do *movimento*) e, sobretudo, pelo fato de ser feita de metal, tornando aí mais *duradouras* as inscrições e propósitos que porta em seu corpo²¹⁷.

²¹⁷Feita a referência a esta edificação, caberia examinar também a produção do espaço construído como modalidade privilegiada para induzir solidificações e durações. Como argumentei no capítulo 4, a *casa* e o *muro* são recursos através dos quais meus interlocutores buscam alcançar tais *propriedades*. Mas tenho em mente aqui, sobretudo, as ‘engenharias’ associadas aos homens *lidos*, via as *firmas* ou as políticas estatais – ainda mais em Minaçu, onde ‘estabilidades maternas’ e ‘instabilidades mundanas’ se relacionam de forma tão promíscua, conforme a discussão do capítulo 1. No documento Minaçu Estudo de Caso (s/d) – não por acaso produzido por arquitetos e urbanistas que se servem desta localidade como caso exemplar para discutir “como surge uma cidade” – há informações estupendas a esse respeito, que não tive como aproveitar aqui. Cf. Leite Lopes (1979, 63-64), para um caso em que, como nesta cidade, o ‘urbano’ se constitui atrelado ao sistema fábrica-vila operária: “A primeira medida [do novo dono da fábrica de tecidos] foi a construção de uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojavam o operariado e suas famílias. Ela iniciou esse processo de separação (...) através da destruição de casas esparsas de seus trabalhadores, substituindo-as por arruados de casas conjugadas de sua vila operária em constituição. Com isso a administração da fábrica conseguiu ligar os operários à fábrica, tornando mais estável um suprimento de mão de obra que anteriormente funcionava em parte segundo a ótica dos camponeses e pescadores locais, como um trabalho que permite a existência complementar do trabalhador como camponês ou pescador e que pode ser abandonado temporariamente. Se o termo ‘palhoças’ está aí empregado para salientar a solidez das casas da vila operária que as substituem, por outro lado além da ‘solidez’ do tijolo e da telha, está a ‘solidez’ do efeito compactador e concentrador da própria configuração espacial das ruas da via operária, configuração favorável ao controle e vigilância do seu governo local, a própria administração da fábrica”.

O direito, as leis, os papéis e tudo que chega: continuidade e mudança na dominação

Diversos autores destacam, em contextos distintos (mas que de uma maneira ou de outra se aproximam do caso que trato aqui), como os *direitos* são percebidos como o resultado de dádivas ou presentes oferecidos por governantes – o que, naturalmente, coloca em pauta a necessidade da sua retribuição ou contrapartida²¹⁸. Seu Diamantino, no capítulo 4, deixara claro que, se o *direito* fora capaz de vencer o *dinheiro*, isso ocorreria em função da iniciativa de governantes interessados em *ajudar* o povo, gente como Getúlio Vargas²¹⁹, Pedro Ludovico ou Ari Valadão.

Para meus interlocutores, ‘pessoalizar’ uma relação – encarando um *direito* como uma dádiva (ou mesmo como uma *conquista*) – é, entre outras coisas, uma forma de permanecer naqueles marcos do metonímico: ou seja, é uma forma de precaver-se contra o que há de ‘metafórico’ ou descontextualizado na “reglamentación abstracta” (Weber 1996, p. 718) e no império das “folhas todas brancas” destinadas a enganar o povo; forma de defender-se do domínio das leis, “baseadas no mito da impessoalidade que a sabedoria popular já desnudou

²¹⁸ Sigaud (1979, p. 224), a respeito dos trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana, afirma: “Ora, os *direitos*, na representação dos trabalhadores, embora tenham sido ‘concedidos’ por Miguel Arraes e existam as *leis* que os confirmem, não são ‘naturais’, nem automáticos. Assim, segundo eles, não basta ter um contrato de trabalho assinado, ou melhor, a carteira profissional assinada para ter *direitos*. É preciso, ainda segundo os trabalhadores, que se pague por eles. O pagamento dos *direitos* (...) consiste em pagar o Sindicato, mais especificamente, consiste na mensalidade que pagam enquanto associados quer através do desconto em folha de pagamento, quer diretamente na sede do Sindicato. Não se trata sequer da contribuição sindical, por eles percebida como o pagamento do *Dia de Governo*, isto é, como algo devido ao Governo e não ao Sindicato. O sentido do pagamento dos *direitos* é assegurar o que já foi concedido, é assegurar no dia a dia a defesa dos *direitos*. E isso é tão presente e tão forte para os trabalhadores que aqueles que não estejam em dia com o Sindicato, que por algum motivo tenham se afastado dele, não se sentem legitimados para utilizá-lo na defesa de seus *direitos*, mesmo que tenham a *ficha*”. Brandão (1986, p. 154) destaca, a respeito dos camponeses de Mossâmedes, no centro de Goiás: “A palavra ‘direito’ é freqüente no discurso. Indica sempre um benefício vindo de fora, inexistente no passado, mas suprido com vantagens pela natureza favorável das relações de então. Os direitos protegem o povo contra os proprietários, mas são eles também os que obrigam o peão a uma conduta exemplar: ser fiel ao trato, ser produtivo e ‘não dar prejuízo a ninguém’. ‘É isso que eu digo que está melhor. Que nós somos pobres, mas temos o nosso direito. Agora nós temos que andar direito, cumprir com nossos negócios, tratar bem todo mundo, pra poder ter esse direito. Antigamente, nada adiantava”.

²¹⁹ Cf. Cardoso (2008): “A sociabilidade capitalista, em suma, teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões de mundo e com uma ética de desvalorização do trabalho que por longo tempo impediu o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos. Getúlio Vargas construirá o mito do ‘pai dos pobres’ contra esse pano de fundo. Os propagandistas do Estado Novo atribuirão a Vargas a ‘dádiva’ dos direitos trabalhistas o fim de fato da escravidão, quarenta anos depois de sua abolição legal”. Se estes propagandistas assim o fizeram, não foi porque inventaram algo novo – mas porque se ativeram a idéias e tradições ‘anti-capitalistas’ que não só vigoravam naquele tempo como parecem persistir nos dias de hoje.

com o implacável diagnóstico da sua destinação exclusiva para quem não é da elite”²²⁰ (Velho 2007b, p. 140).

Sendo assim, é natural que o *direito*, conforme o que já havia destacado Brandão (1986), seja percebido como um “benefício vindo de fora”. Formulações como estas são comuns também no meu campo – seja no que diz respeito às horas extras, conforme o depoimento de Dona Francisca no capítulo 1, ou à Lei Maria da Penha. Em todos estes casos, as pessoas são claras na referência a esta origem num ‘fora’: que remete não a uma instância transcendente às pessoas, mas a um fora geográfico – invariavelmente, o sul do país. “Essa coisa do trabalho em situações perigosas permitir aposentar mais cedo, isso foi uma lei que *chegou* nesta época...”²²¹. Lei ou direito que *chega* – não só ‘como’ *chegam* os forasteiros e estrangeiros, mas que *chegam com* eles.

Lembre-mos do que nos dizia a história narrada por Seu Diamantino, com sua insistência naquele motivo relacionado ao ‘ato fundador’ do Brasil que se reencena continuamente desde então – estrangeiros que *chegam*, trazendo consigo coisas “mágicas” que são fascinantes e ao mesmo tempo perigosas: aquela técnica de “controlar o fogo” que levou os índios a cederem o ouro ao Anhanguera; ou então, no contexto em questão aqui, *cursos, documentos, leis...* A este respeito, os comentários de Velho (1979, p. 182), tratando daqueles camponeses da frente de expansão maranhense, são mais do que sugestivos:

“A nova legislação que garante para eles certos direitos (tal como o salário mínimo) é vista como uma espécie de ‘presente’ do *governo*, tal como antes o que recebiam do senhor de terras era visto como ‘presentes’. Nessa medida parece-nos que os trabalhadores refletem ideologicamente a contínua lógica autoritária subjacente ao sistema, juntamente com a mudança do *locus* principal da dominação política”.

Pois todos os acontecimentos dos anos recentes parecem ter reforçado a crença destas pessoas nesta “contínua lógica autoritária do sistema”. É assim que na aula que me foi oferecida por Seu Diamantino sobre a “história do Brasil” a sujeição à *lei* e a apropriação do *direito* pelo estrangeiro são apresentadas como o clímax de uma narrativa, que contribui ainda para lançar luz e atribuir coerência a eventos mais remotos – Seu Diamantino parece não ter

²²⁰ “Não é por outra razão que a hipótese do ‘bom patrão’ deve então passar pela insistência no estabelecimento de relações pessoais (reais ou imaginárias) como única maneira de evitar a execrada reificação da lei” (Velho 2007a).

²²¹ Velho (2005, p. 25) já alertava para o fato de que, como ocorre nesse caso, a *lei* não é necessariamente encarada como algo ruim. “Entre alguns camponeses remediados manifesta-se certa dúvida quanto à volta do *cativeiro*. Segundo um deles, o que chamam de *cativeiro* é o domínio das leis, ‘e isso é um *cativeiro* bom’”. Seu Diamantino, destacando o significado da derrota dos grandes fazendeiros perante o governo e o *direito* (que neste contexto apareceria metonimicamente associado às *leis*), também havia destacado isso.

percebido que está chovendo, sua indignação é grande demais para que ele encerre seu relato justamente neste ponto.

Continuidade de uma lógica autoritária, que se atualiza via mudanças nas formas e instrumentos da “dominação política”. É assim que se faz necessário destacar que aquela desconfiança perante as “páginas brancas” não é apenas o produto de uma ‘deficiência’, ‘incapacidade’ característica de “analfabetos” que não apresentariam os requisitos educacionais para ‘decodificar’ os textos escritos. Ela decorre também do fato de que coisas como os *cursos*, as *leis* e os *documentos* podem ser – com grande probabilidade – instrumentos através dos quais os *lidos* e *grandes* buscam manter seu domínio sobre os *pequenos*. Instrumentos que não são necessariamente desconhecidos – a novidade reside talvez no seu alcance e potencial crescentes, incrementados por *organizações*, *entidades* (e mesmo *movimentos sociais*) que proliferam e que parecem ser capazes de cada vez mais coisas englobar. Nesse sentido, também a insistência na personalização das relações não seria apenas a manifestação de um ‘tradicionalismo’ ou a expressão de uma “falta” de qualquer gênero (de acordo com os pressupostos normativos dos que partem do pressuposto de que a “cidadania” é a regra ou o dado). Ela poderia ser lida também como uma estratégia que visa manter algum controle ou margem de manobra naquelas situações em que estaria em jogo a relação com estas regras, leis e procedimentos supostamente impessoais.

Ao tratar daquele regime de *símbolos*, eu já havia sugerido a importância que aí assumem as conexões de ordem metonímica entre um *símbolo* e a coisa ou realidade a que ele se relaciona. Um *símbolo* – de acordo com as definições de Seu Diamantino – se definiria assim pelo fato de guardar alguma *marca*, traço ou semelhança com aquilo que ele ‘simboliza’. O que estava em jogo aí era também a resistência ou a desconfiança perante aquelas coisas – como as páginas “todas brancas” da Bíblia dos evangélicos – que se arrogavam a pretensão de dissociar-se, desconectar-se ou se distanciarem em excesso do *mundo*; coisas que, desta maneira, se ‘descontextualizariam’, passando a usufruir de uma autonomia ou independência que lhes permitiriam fazer-se presentes em situações as mais diversas e que, ao mesmo tempo, tornam difícil ou impossível o seu controle. As páginas todas brancas evocam assim códigos e procedimentos que estão dissociados de suas práticas e relações concretas e cotidianas²²². Estamos, em suma, tratando daquilo que Velho (1981, pp.

²²² Temas que se fazem presentes de maneira privilegiada na obra de J. J. Veiga, um dos mais consagrados romancistas goianos da segunda metade do século passado. Tratando dela, Potenciano (1990 apud Amaral 2003, p. 19; Potenciano, Agostinho de Souza. Um olhar crítico sobre o nosso tempo: uma leitura da obra de José J. Veiga. Campinas: Editora da Unicamp, 1990) destaca “a inquietude pessoal e coletiva, diante de um tipo de peste que assola o espaço da gente de bem, que

130-1), citando Maybury-Lewis, chamou, a respeito dos camponeses da frente de expansão, de “desconfiança no sistema de raízes profundas”.

De fato, se estas Bíblias são encaradas de tal forma, o mesmo pode ser dito de outros *papéis* que, como elas, são “todos brancos”. Daí também as associações entre evangélicos e advogados e homens de gravata no geral, daí também as desconfianças nutridas perante eles... Todas estas figuras parecem assim se definir em função destas coisas que eles estão sempre a carregar, destes *papéis* e “folhas brancas” – como que a evocar aquele “sistema cujo conjunto legal não parte da prática social, mas é feito visando justamente corrigi-la ou até mesmo instaurar novos hábitos sociais [com suas] razões que a sociedade e a cultura local desconhecem” (Da Matta 1991, p. 21): sistema materializado não só no *governo* mas também nas *organizações*, nas *entidades*, nos *movimentos*.

Certamente tais idéias estão intrinsecamente relacionadas a um contexto onde a baixa alfabetização (ou a percepção de desiguais capacidades no manejo e leitura dos *papéis*) é a regra. Mas não elas dizem respeito, como argumentei acima, somente a uma questão de “educação” ou “escolarização”. A desconfiança dos *papéis* (e de tudo o que, como eles, funciona ‘metaforicamente’) e a correlata valorização do que é *simbólico* (referente ao *símbolo* nos termos de Seu Diamantino, o ‘metonímico’) radicam-se além desta eventual ‘falta’ característica deste tipo de gente. A desconfiança – como algumas formulações nativas explicitam – diz respeito não apenas a um problema de ordem ‘semiótica’; mas remete também à questão da desigualdade de forças existente no *mundo*. A tensão entre *corridos* e *lidos* se imbrica, assim, àquela que existe entre *pequenos* e *grandes*, ou *fracos* e *fortes*.

vivia sossegada, e, de repente, se vê às voltas com um novo sistema, ao qual seu conhecimento não tem acesso. O invasor, em dados momentos, é representado simbolicamente por cachorros e bois ou por estrangeiros que vêm construir uma usina, ora recebe o nome de Companhia de Melhoramentos. O intruso chega com promessas de emprego, ordenados e melhorias, porém torna a vida dos cidadãos insuportável, fechada, *hora mortis* (...) Modalidades diversas de normas e fiscalizações saltam do espaço de empresas ou fábricas, para burocratizar a vida habitual dos cidadãos”

3. Do que Vai e Volta às Metanarrativas da Modernidade

O cativo e as febres

Na situação complicada em que a maior parte dos meus interlocutores se encontrava, não era raras as menções a uma “volta do cativo” ou à “volta do tempo da escravidão”. Discuti algo a este respeito no Capítulo 2, enfatizando então a importância de encarar estas expressões como algo mais que simples analogias, conforme a sugestão de Velho (2007a, p. 106): para ele, o uso da categoria *cativo* “vai além do mero recurso instrumental a termos e expressões, e atinge o nível das crenças e atitudes profundas”. É assim que, para este autor, a “volta do cativo” surge como expressão conspícua de uma “noção de tempo” particular: onde “o passado e o presente se combinam e se aproximam muito mais do que na noção estritamente linear (o que, no entanto, não chega a fazer dela uma noção cíclica)”. Prosseguindo nesta discussão, Velho (2007a, p. 108) recorre a uma citação de Paul Ricoeur²²³:

“Uma ação importante, poderíamos dizer, desenvolve significados que podem ser atualizados ou realizados em situações outras que não aquela em que ocorreu essa ação. Ou seja, o significado de um evento importante vai além, supera, transcende as condições sociais de sua produção e pode ser reatualizado em novos contextos sociais. Sua importância é sua relevância durável e, em alguns casos, sua relevância onitemporal”.

Também para outras categorias e situações descritas nesta tese algo próximo a esta “relevância onitemporal” de que fala Ricoeur se faz presente. Lembremo-nos, assim, da história do Brasil contada por Seu Diamantino, marcada pela *chegada* de estrangeiros ou “homens de fora” e por um encontro destes últimos com os ‘locais’ que se reitera ao longo dos séculos²²⁴. Da mesma forma, as *febres* poderiam ser pensadas aqui como constantes trans-históricas, nas suas idas e vidas ao longo do tempo e do espaço.

Assim, se o que está em jogo aqui não é uma concepção do tempo cíclica, por outro lado a percepção nativa das mudanças e transformações *históricas* está fortemente marcada pela presença de processos, dinâmicas e encontros que se repetem e fazem presentes em

²²³ RICOEUR, Paul. *Hermeneutics and the Human Sciences*. Nova York/Paris: Cambridge University Press/ Editions de la Maison de Sciences de L’Homme, 1984.

²²⁴ Articulando estes “homens de fora” ao *cativo*, Velho (2007a, p. 103) afirma: “Existe, entre os participantes da frente, o medo constante de que o *presente*, relativamente *bom*, ou pelo menos *livre*, será substituído no *futuro* por uma volta ao passado de *cativo* que viria através da ação dos *ricos*, do Governo e talvez de *estrangeiros*. A diferença entre o antigo e o novo *cativo* é que este atingiria não só os *pretos*, mas os *pobres* em geral, já que os *pretos* estão misturados no meio do povo”.

diferentes momentos do tempo, sempre podendo *voltar*. Não é propriamente a *história* que se repete, e sim alguns dos *movimentos* que a constituem.

Pois me parece que tais concepções a respeito do tempo são indissociáveis do privilégio concedido pelo ponto de vista nativo à mobilidade e instabilidade, vistas como atributos essenciais das coisas do *mundo*. Voltemos então nossa atenção, novamente, para as noções de *cativeiro* e *febre*.

Na literatura a respeito do século XIX (e também no nosso senso comum intelectual), é comum a oposição entre os “homens livres” (Carvalho Franco 1997) e os escravos – aqueles a quem, em princípio ou por definição, “estavam (...) vedados os deslocamentos” (Póvoa Neto 1998, p. 153; cf. Cardoso 2002). Nos marcos dessa discussão, e extraindo algumas conseqüências do pensamento nativo, poderíamos relativizar a distinção entre estes pólos (o homem livre e o escravo). Antes de corresponder a grupos distintos, eles poderiam ser vistos como extremos de um continuum de possibilidades que se coloca, ao longo do tempo e do espaço, para pessoas como meus interlocutores. O risco da *escravidão* ou do *cativeiro* está sempre dado – o que é comprovado pelos temores a respeito da “volta” destas coisas.

Note-se que o *cativeiro* e a *escravidão* aparecem aí em conformidade com aquela “busca de uma solução universal-abstrata” (Velho 2007a, p. 125) para o seu significado; eles são considerados enquanto um “horizonte” ou – melhor ainda – uma “virtualidade” (Fausto 1987, p. 40). Pois a referência a estas “virtualidades” ajudam-me a traduzir o que está em jogo nestas concepções nativas sobre o tempo e a história.

Nesse sentido abstrato, o *cativeiro* se aproxima do que poderíamos chamar, junto com o Aurélio, de um “impasse”: “situação difícil da qual parece impossível uma saída favorável”. a) Estar numa situação difícil, onde certamente não se recebe o merecido ou o ‘devido’ pelo esforço dispensado – e estamos nos marcos da reciprocidade, ou da sua negação, via aquela “contrapartida perdida” que Sigaud (1979) associava ao *cativeiro*. b) Trata-se de uma situação difícil em que parece impossível encontrar uma saída favorável²²⁵. Aqui o problema é a falta de autonomia, a impossibilidade de ir e vir, a ausência de controle sobre o próprio tempo, corpo ou movimento. Justamente aquilo que os garimpeiros contrapunham à sua liberdade, emblematicamente expressas em afirmativas como a de Alberico: nesta atividade, eles usufruíam da possibilidade de “não ter hora para chegar, não ter hora para voltar”. Duas coisas distintas que se acoplam, numa combinação ou agenciamento bastante comum. O

²²⁵ A preocupação ‘cultural’ com essa “saída”, e com a idéia de “saída” de uma forma mais geral, pode ser atestada pela pujança, neste vocabulário popular, daqueles termos e expressões referentes às idéias de fuga, partida, abandono – e que ampararam, conforme a discussão do Capítulo 3, aquele “idioma do trecho” tantas vezes mencionado aqui.

cativeiro, nessa dimensão abstrata de armadilha ou impasse, articular-se-ia assim de modo privilegiado àquelas situações onde, pelos constrangimentos impostos à capacidade de *correr atrás* e/ou (atenção a esse “e/ou”) pela ausência das condições favoráveis propiciadas pela *ajuda*, torna-se impossível *movimentar-se, ir pra frente, avançar, evoluir*.

Enquanto agenciamentos trans-históricos o *cativeiro* se atualiza e assume feições particulares em função destas ou daquelas condições. A abolição da escravatura? Todos sabem o quão foi importante aquele ato, pondo fim ou mitigando os exageros de uma forma de dominação particularmente brutal. Mas meus interlocutores insistem que neste momento preciso houve também um tanto de farsa e encenação. O *cativeiro* e a *escravidão* persistem, enquanto ameaças e virtualidades que podem se atualizar quando menos se espera.

Dáí também, para estas pessoas, a necessidade da desconfiança e da “hermenêutica da suspeita” (Velho 2007a, p. 119), em especial diante dos *grandes, ricos* ou *lidos* (e de seus apetrechos). Desconfiança essa que se expressa, por exemplo, naquele regime de *símbolos* que ampara as falas e *aulas* de Seu Diamantino, e no seu pavor às “folhas todas brancas”; ou diante do próprio movimento social enquanto “linguagem” ou “forma” trazida de fora; ou ainda na procura das *marcas* e *sinais* que, nas mercadorias e documentos, “identificam as pessoas, inscrevendo-as num registro desconhecido” (Vieira 2001, p. 172).

Segundo esta lógica, o ser *livre* não é uma condição natural ou assegurada de uma vez por todas. (Quem o asseguraria? As *leis*? O *governo*? Deus? Nada disso parece ter a capacidade e/ou a vontade ‘política’ de fazê-lo, de acordo com o que há de mais cético e precavido nestas pessoas). A liberdade seria assim algo que deve ser sempre buscado ou mantido a duras penas, o objeto de esforços e *sacrifícios*; algo que demanda *suor, coragem* e *valentia* – e também, com frequência, mais e mais deslocamentos, um constante prosseguir para além ou para mais adiante (como o fazem os camponeses da frente de expansão, os garimpeiros que se embrenham na Amazônia ou os romeiros em busca das Bandeiras Verdes).

Se a “volta” do *cativeiro* ou da *escravidão* está em questão, é também porque estas são coisas que são concebidas como possuindo certa *duração* – ou seja, elas não são, a priori, eternas ou definitivas, vigorando para sempre; digamos, apelando para os sentidos nativos, que elas têm seu *tempo*. Do *cativeiro* como impasse “parece impossível uma saída favorável”: o que não quer dizer que esta saída é impossível; se ela fosse concebida como tal, qual o sentido dos esforços, frequentemente desesperados, para encontrá-la? Mesmo a *escravidão* histórica – esta forma de dominação ou imobilidade levada ao paroxismo – chegou ao fim. O *cativeiro* e a *escravidão* são coisas que vêm e vão, aparecendo e desaparecendo em certos momentos e também em determinados lugares.

Conforme o argumento esboçado no Capítulo 1, as *febres* se caracterizam por um funcionamento semelhante: elas estão sempre indo e vindo, sucedendo-se no tempo como no espaço. Por definição, são temporárias. E tal qual o *cativeiro*, possuem também sua dimensão abstrata: elas remetem a atividades econômicas exploradas num curto espaço de tempo, esgotando-se em seguida. Mas remetem também a uma dinâmica social e *mundana* caracterizada por forças e afetos (as *paixões*) que se atualizam independentemente de uma atividade em particular. Após a *febre* da cassiterita, Minaçu experimentou a *febre* do ouro, e depois a *febre* das barragens. No que se refere às trajetórias individuais, o mesmo ocorre: evoquemos de novo o senhor citado por Gaspar (1990, p. 157), que deixou de ser soldado da borracha para se entregar àquela “febre do café” que logo terminou; depois então foi “a vez do ouro, no Pará”. Também a isso se relacionam os múltiplos sentidos do termo *peão*, que se faz presente nas fazendas, nos garimpos, nos canteiros de obra e sabe-se lá mais onde.

Está claro então que ao falarmos em mobilidade não estamos tratando apenas das pessoas. Pois do ponto de vista dos meus interlocutores, a instabilidade e o movimento são atributos das coisas do *mundo*. Neste sentido, é o próprio *movimento* – “onde é que fica o *movimento* desta cidade?” – que está em movimento, sempre a se deslocar e mudar de lugar. As oportunidades de emprego, naturalmente, variam no espaço de uma época para outra – nos dias de hoje, como vimos, Crixás, o sul de Goiás, as plantações de soja no Mato Grosso e as barragens na Amazônia são destinos procurados por pessoas de Minaçu em busca de trabalho. Mas coisas aparentemente mais estáveis como as cidades não passam por sorte semelhante? Minaçu surgiu, Minaçu conheceu a *febre*, Minaçu está na iminência de “acabar” – tudo isso num espaço de meio século, mais ou menos o tempo que *duraram* as cidades do norte de Goiás que, no século XVIII, também “acabaram”. São justamente estas dinâmicas o que a categoria *febre* parece captar tão bem.

Digamos assim que o que está em jogo aqui é uma concepção monista do *mundo*: tudo e todos – os pobres e os ricos, os corridos e os lidos, as cidades, as febres, o *cativeiro* e suas imobilizações, o trabalho e a *sociedade*, o próprio movimento – são pensados a partir de seus movimentos e das durações correlatas a eles. A tensão entre mobilidade e imobilidade, ou entre estabilidade e instabilidade, perpassa tudo isso – naturalmente, via oposições que se atualizam de acordo com circunstâncias particulares.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar

Encarar o *cativeiro*, a *escravidão* ou as *febres* desta maneira ‘abstrata’ permite assim o esboço de uma cosmologia em que a idéia de movimento possui um lugar central, e que é ao

mesmo tempo marcada pela insistência na “volta” de processos ou eventos significativos, enquanto virtualidades que se atualizam em circunstâncias particulares. Dito isso, parece-me interessante cotejar e comparar tal cosmologia com outras idéias que, familiares a nós todos, são também utilizadas para dar conta de universos tais quais o que considero aqui. Pretendo discutir assim, rapidamente, alguns pressupostos relacionados às noções de “modernização” e de “capitalismo”, tal como eles se fazem presentes, com grande frequência, no campo de estudos dos impactos dos grandes projetos (num sentido amplo) – campo que, em grande medida e como já sabemos, se organiza na interface da ciência social acadêmica e da militância nos movimentos sociais (também num sentido amplo).

E é mesmo de “pressupostos” que trato aqui. Pois estes textos e discursos que aqui examino podem ser encarados como exemplos daquelas “meta-narratives of modernity” de que falam Englund e Leach (2000, p. 226): uma meta-narrativa, para estes autores, se caracteriza pelo fato de somente alguns de seus pressupostos estarem evidentes, outros sendo então naturalizados e/ou desconsiderados, e não submetidos assim a escrutínio ou análise.

O uso do conceito de “desterritorialização” em certo conjunto de trabalhos explicita de maneira particularmente saliente a metanarrativa que pretendo discutir aqui. Não me interessa discutir o conceito si²²⁶, e sim mostrar a maneira como ele funciona nestes trabalhos específicos – todos produzidos por geógrafos²²⁷ que tratam da questão destes impactos no estado de Goiás.

“A expulsão e a conseqüente desterritorialização dos camponeses e trabalhadores da terra [em função das barragens construídas no Vale do Rio São Marcos] ocasiona uma violência desmesurada, pois ao perderem seus lugares, [eles] se des-enraizam, gerando incertezas e dificuldades de adaptação noutras áreas, além da relação de pertencimento que jamais serão refeitas” (Mendonça 2006, p. 14, grifos do autor).

“Outro impacto, tanto ou mais significativo, mas talvez não tão visível, ocasionado pela construção de barragens é o deslocamento compulsório de milhares de famílias de trabalhadores que têm na terra a ferramenta do seu sustento e de suas famílias. Em grande parte dos casos, essas famílias são privadas de discutirem a saída de suas próprias terras e, repentinamente, se vêem obrigadas a deixarem o lugar onde vivem há décadas. A cultura, as relações pessoais e o próprio sentido de pertencimento são destruídos. Mas o problema não se restringe a essa desterritorialização...” (Oliveira et al .2006, p. 10)

²²⁶ Ao que me parece, o conceito foi apropriado da obra de Deleuze e Guattari (*O Anti-Édipo e/ou os Mil Platôs*); e uma leitura minimamente generosa destes autores mostra que, na sua obra, ele é usado de maneira bem mais complexa e rica do que nos exemplos citados. Note-se que, quando utilizei nesta tese a noção de ‘desterritorialização’ foi de acordo com o que eu pude apreender desta complicada idéia na obra destes autores, num sentido bem diverso ao que é apresentado nos trabalhos acima citados.

²²⁷ Uma análise dos trabalhos apresentados no II Encontro Ciências Sociais e Barragens mostra como, no interior deste campo de estudos, os geógrafos são os especialistas majoritários. Não por acaso, nos últimos anos essa tem sido uma das principais (senão a principal) opção dos militantes do MAB que passam a frequentar cursos universitários.

“A desterritorialização sertaneja [em função da “modernização da agricultura”] resultou em um intenso movimento migratório, no sentido campo/cidade, o que desencadeou um crescimento urbano acelerado e em consequência uma urbanização desordenada. Neste contexto o sertanejo desprovido de recursos financeiros e de formação educacional é excluído da cidade, ocupando as áreas periféricas e sem infra-estrutura, além de se sujeitarem aos subempregos, devido à falta de qualificação profissional, exigida pela economia urbana. Em outras palavras, os sertanejos se constituem nos deserdados da modernização, que também não tem ‘direito à cidade’”. (Borges et al. 2007, p. 7).

Enquanto expressões de uma “metanarrativa da modernidade”, todos estes exemplos apresentam aquela “specific emphasis on rupture” que é discutida por Englund e Leach (2000, p. 225). Para estes autores, é este o traço fundamental de tais metanarrativas: este privilégio concedido à ruptura e à descontinuidade “organizes, as ever in the discourse of modernity, the ways in which relevant research questions are identified and their potential answers circumscribed” (p. 227)²²⁸.

Em contextos como estes, os grupos afetados aparecem naturalizados e enraizados em seus territórios até o momento em que, com o surgimento de uma barragem ou projeto ‘moderno’, irrompem a mudança, o acontecimento: se a história os atropela, é na forma da “desterritorialização”. Poderíamos, em função disso, apresentar os pares de categorias implicitamente orientando a organização deste processo ‘histórico’ em tais trabalhos.

Tradição	x	Modernidade (ou pós-modernidade ²²⁹)
Territorialização/ Território	x	Desterritorialização
Campo	x	Cidade
Comunidade	x	Anomia/Sociedade
Imobilidade/Enraizamento	x	Mobilidade/Migração

As categorias dispostas acima têm, sem sombra de dúvida, um ar de déjà vu. Metanarrativas, conforme a definição aqui proposta, apelam de fato para aqueles procedimentos discursivos que Clifford (1986, p. 99) vai chamar de “alegorias”:

“stories [that] simultaneously describe real cultural events and make additional, moral, ideological and even cosmological statements (...) [A]llegory usually denotes a practice in which a narrative fiction²³⁰ continuously refers to another pattern of ideas or events”.

²²⁸ Cf. Pina Cabral (2007, pp. 95-6) sobre o “cesurismo”, postura característica das “teorias e os conceitos comuns às ciências sociais modernistas que enfatizam a descontinuidade na mudança como o ‘momento’ privilegiado da nossa experiência e da nossa cognição reflexiva sobre ela [...] A quebra fundamental (...) para a teoria sociológica do século XX é constituída na experiência humana pela condição moderna”, frequentemente encarada como “um dado inapelável, incontornável e irreversível”.

²²⁹Cf. Englund e Leach (2000, p. 227): “Even if one chooses to define the current condition as ‘post-modernity’, the meta-narratives of ruptures, of sociocultural discontinuities, remains intact”.

²³⁰ E talvez valha à pena acrescentar que, para Clifford (1986, p. 99), textos científicos como os que trato aqui são também “narrative fictions”.

Dado o viés crítico e o engajamento político que se fazem presentes no campo de estudos aqui considerado, parece-me razoável associar (ou simplesmente comparar) este “another pattern of ideas or events” a referências que remontam a Marx e Engels. Ou melhor, associá-lo a uma muito bem conhecida passagem do Manifesto Comunista em que a descrição de eventos ocorridos na Europa, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, fornece imagens contundentes a respeito da modernidade.

“[E]sse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (Marx e Engels 2001, p. 2).

Obviamente, a sugestão de um mundo “sólido e estável” se desmanchando “no ar” em função de processos específicos e circunscritos historicamente não vai de encontro ao ponto de vista apresentado ao longo desta tese: pelo contrário, choca-se frontalmente com ele. Como sugeri inúmeras vezes, para os meus interlocutores o “sólido” e o “aéreo” – ou o “estável” e o “instável” – se relacionam sincronicamente num sem número de situações muito mais do que se opõe enquanto traços distintivos de um antes e um depois²³¹.

Para além da antropologia

É preciso destacar, porém, que a discussão levada a cabo por autores como Englund e Leach (2000) (ou mesmo Clifford 1986) se desenvolve num interior de um campo disciplinar específico, ele mesmo intrinsecamente marcado pela preocupação de não impor ou sobrepor um “wider context” àquilo que, por obrigação profissional, cabe ao etnógrafo explicitar: os contextos delineados pelas próprias pessoas que são estudadas²³². Ao discutir os trabalhos oriundos de outra tradição disciplinar à luz da minha etnografia, poder-se-ia argumentar que eu estou, assim, projetando para outras ciências as preocupações demasiado paroquianas daquela com a qual eu me associo. Isso é, em alguma medida, verdade. Além do mais, há que se destacar que o contexto que discuto nesta tese é algo como um caso limite. Eu mesmo

²³¹Ferguson (1997) se vê às voltas com a mesma questão ao discutir o colonialismo e a ‘modernização’ do Copperbelt da Zâmbia (que, como seu nome sugere, foi transformado ao longo do século XX em função da exploração mineral). Para este caso, este autor busca mostrar como a intensa mobilidade espacial, destacada por antropólogos já nos anos 40, não é o resultado apenas da ação colonial (com as correlatas urbanização e industrialização): “for [these high rates of migration and mobility] appear to be associated with distinctive forms of political authority and ecological adaption that are undoubtedly much older” (Ferguson 1997, p.38).

²³² “The gist of our ethnography is to remind us of the anthropological insight that the ethnographer can never assume prior knowledge of the contexts of people’s concerns (...) the ‘wider’ context is not for the ethnographer to determine” (Englund e Leach 2000, p. 236).

dissera na introdução deste trabalho que a cidade de Minaçu me atraía também pelo fato dela ser marcada por algo que me parecia inédito, ou pouco usual: a construção de três barragens de considerável porte no interior de um mesmo município. Além do mais, no que se refere à população que habitava ou *de-morava* nesta região, estamos diante de grupos cuja mobilidade, se não é de todo apartada ou distinta dos padrões que caracterizam outros grupos ameaçados ou atingidos por barragens, destaca-se sim pela sua intensidade relativa. Estamos tratando aqui, afinal de contas, de garimpeiros – e não de camponeses ou de outros segmentos marcados, em função de razões estruturais e/ou culturais, por um maior grau de ‘territorialização’ ou ‘enraizamento’²³³.

Qual o sentido, assim, de comparar narrativas tão diversas, tratando de grupos e disciplinas diferentes? O que me orienta neste esforço, de fato, são preocupações de outra ordem, remetendo a questões mais abrangentes que os debates pura e propriamente acadêmicos, intra- ou interdisciplinares. De certa maneira, volto aqui ao ponto onde esta pesquisa começou: retorno às questões referentes à minha trajetória explicitadas na introdução deste trabalho, reconsiderando-as sob outra perspectiva após eu ter me ‘desviado’ delas através do meu trabalho de campo.

Ao fim e ao cabo, o foco do meu interesse reside novamente na tensão existente entre *lidos* e *corridos*. Parece-me que esta distinção nativa se presta bastante como ponto de partida para uma (auto)reflexão em que os discursos e textos de acadêmicos, militantes e assessores, ao invés de serem encarados como produções ‘sobre’ (acima de, transcendendo; ou a respeito de) determinado universo são considerados como coisas que fazem parte dele. Afinal de contas, os *papéis* são um dos temas centrais deste trabalho, também em função da importância que eles passaram a assumir nos últimos anos para meus interlocutores. Mas aqui apelo às categorias e idéias sugeridas por eles para ir além (não muito, porém) das questões que os preocupam: a voz que prevalece doravante é menos a do etnógrafo do que a do “militante” e “assessor” (ou mesmo “cientista social”) que também sou.

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a metanarrativa aqui considerada se consolida e se reproduz, como já sugeri várias vezes, num contexto que não é puramente acadêmico: o seu significado em disputas políticas mais amplas não pode ser deixado em segundo plano. Marcando de maneira clara a ruptura desencadeada pelo aparecimento de barragens e outros projetos, tais textos e discursos foram fundamentais para explicitar e

²³³ Ainda assim, não custa lembrar do que eu já afirmei sobre a insistência de autores como Souza Martins (1983, p. 17; “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante”), Cândido (1964) ou Carvalho Franco (1997) a respeito da questão da mobilidade destes últimos.

denunciar as dificuldades e sofrimentos infligidos de maneira violenta e arbitrária a milhões de pessoas por esse país (e não só nele, é claro); assim como evidenciaram a lógica autoritária, excludente e elitista que norteia tais empreendimentos. E certamente não é minha intenção matizar ou relativizar tal quadro dramático – muito pelo contrário, parece-me imperativo avançar nessa direção, radicalizando o nosso compromisso de cientistas sociais ‘engajados’ junto às populações ameaçadas e atingidas. E é também em virtude deste objetivo que busco aqui esboçar uma reflexão ‘crítica’ a respeito deste compromisso - compromisso que poderíamos chamar de “aliança” (com as usuais conotações antropológicas do termo se fazendo presentes).

Voltemos àquela metanarrativa. De acordo com ela, os grupos afetados por empreendimentos como as barragens vivenciariam assim uma ruptura brusca: sua vida tradicional e ‘territorializada’ seria perturbada pela invasão súbita e impetuosa de homens, máquinas e projetos orientados por uma lógica que lhes é estranha e, com toda probabilidade, desconhecida. “A cultura, as relações pessoais e o próprio sentido de pertencimentos são destruídos” (Oliveira 2006), os referenciais e quadros de pensamento que antes ordenavam o mundo agora já não são mais válidos: tais pessoas foram lançadas no turbilhão da modernidade. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, a ruptura é decisiva: a modernidade e a história irrompem subitamente, mundos opostos e incongruentes se chocam, “previously impervious entities are suddenly in touch” (Des Chene 1997, p. 66).

Orientada pela preocupação em destacar a violência surgida da implantação de tais empreendimentos, ressaltando os efeitos extraordinários daí decorrentes, tal metanarrativa termina frequentemente, a despeito de qualquer intenção deliberada, por contribuir para escamotear a longa história de expropriação e dominação que contextualiza, nas concepções destas próprias populações atingidas, este ou aquele evento em particular. O que se deixa de lado, assim, é o fato de que as dificuldades produzidas por estes empreendimentos não são necessariamente encaradas pelos que as enfrentam como eventos excepcionais ou únicos, mas podem ser situados a partir de uma memória (social ou individual) de sucessivas expropriações e violências. Abundam elementos na cultura popular (espero ter conseguido descrever uma pequena e circunscrita parcela deles aqui) que mostram como tais experiências foram (e ainda são) freqüentes, e de como em torno delas foi elaborado todo um *savoir-faire* – todo um ‘saber’ que possibilitou àqueles submetidos a estas experiências lançar mão de estratégias e táticas que permitiram ao menos que a vivência delas fosse menos traumática. A “cultura da andança” aqui descrita, se não pode ser encarada de modo reducionista como uma forma de resistência – tal qual aquelas “weapons of the weak” de que fala James Scott –, é

também isso. Ou melhor, ela presta-se bastante bem para funcionar assim (desde que, eu insisto, não a concebamos apenas nesta dimensão da ‘necessidade’, deixando de lado a sua positividade enquanto valor e veículo através do qual se vive e se pensa o mundo).

Encarando as barragens como um marco que assinala a ruptura drástica entre a tradição “territorializada” e a modernidade “desterritorializante”, estamos insinuando como improvável a existência de uma reflexão das pessoas atingidas e ameaçadas a respeito “da contínua lógica autoritária subjacente ao sistema, juntamente com [as] mudança[s] do *locus* principal da dominação política” (Velho 1979, p. 182). E, neste mesmo movimento, estamos atribuindo valor e relevância política ao nosso próprio saber. Pois ao contrário destes que são então “desterritorializados”, nós sim já estamos acostumados com o cruel turbilhão da modernidade – nosso próprio ‘território’ – e sabemos então como nos relacionar com ela. Se nós supomos então que estes eventos correspondem a acontecimentos extraordinários – rupturas que pela sua intensidade mal podem ser apreendidas pelas categorias e referências de que dispõem os que a elas são submetidos – estamos implicitamente sugerindo que não há mesmo à disposição destas pessoas experiências, memórias e saberes passíveis de lidar com tais processos²³⁴. E estamos assim também fazendo “additional, moral (...) statements” (Clifford 1986, p. 99) a respeito das pessoas em questão. “Moral statements” como estes, de fato, parecem algo inescapável para quem produz qualquer narrativa, texto ou discurso. O que é preciso, assim, é reconhecer e explicitar o reconhecimento de que as alegorias aí presentes, com imensa frequência, legitimam e justificam nosso saber, assim como o imperativo de nossa intervenção: estamos diante, no final das contas, de pessoas que estão não apenas “desterritorializadas” como despidas das condições simbólicas e materiais de lidar com ou compreender a situação em que se encontram. É como se, no nosso esforço para intervir e ajudar, acabássemos por facilitar as coisas para nós mesmos: ‘preparando’ e concebendo nossos aliados em função daquilo que julgamos ter de melhor a lhes oferecer.

²³⁴ Atenção ao “sugerindo” na frase anterior: pois o que está em questão não é uma conexão necessária ou lógica entre o contato com forças desconhecidas e a impossibilidade (intelectual e prática) de lidar com elas. Tratando do que ele chama de “indigenização da modernidade”, um autor como Marshall Sahlins tem se dedicado nos últimos anos, em inúmeros trabalhos, à “valorização etnográfica do modo como os povos organizam sua experiência do Sistema Mundial” (1997, p. 55) e de todos aqueles macro-processos que tenderiam a subjulgá-los ou destituí-los de seus próprios valores e formas de vida. O que ele efetivamente mostra é a capacidade que os povos têm de se relacionar com a modernidade a partir de suas próprias categorias (e de ‘infletir-la’ assim em prol de seus próprios valores e tradições). Ou seja: não podemos supor a priori que a experiência de e a interação com um fenômeno radicalmente novo – e.g. o encontro ameríndio com os europeus que *chegam* ao Novo Mundo, “previously impervious entities are suddenly in touch” (Des Chene 1997, p. 66) – implica numa ‘incapacidade’ de lidar com ele. Reitero, porém, que estas últimas alegorias, à lá ‘contato cultural’, me parecem inadequadas para considerar o caso das barragens.

Deixo claro desde já que eu não estou afirmando, via esta argumentação, que nossa intervenção é (necessariamente) inócua, indevida, desrespeitosa ou violenta. Muito pelo contrário, é justamente em função da minha preocupação com a qualidade (no duplo sentido do termo, “natureza” e “competência”) da nossa reflexão a respeito de – e, conseqüentemente, da nossa ‘intervenção’ em – processos tão significativos que busco aqui esboçar algumas idéias acerca destas questões.

Uma ciência que se dissemina num mundo onde todos precisam ler

No que se refere à diferença entre os *corridos* e os *lidos*, é fundamental enfatizar que não há apenas isso, “diferença”: há diferença e (não “ou”) hierarquia. O que não pode ser deixado de lado, assim, é a posição hierárquica ou privilegiada dos *lidos* perante os *corridos*. A leitura ou os *papéis* não são apenas instrumentos de dominação; longe disso, são também, e cada vez mais, coisas necessárias para viver e sobreviver no mundo atual. Mas justamente aí a hierarquia vem se fazendo cada vez mais presente, via processos que estimulam e incentivam a pretensão e a propensão ao englobamento (cf. Dumont 1992) do *corrido* pelo *lido*.

Se o imperativo da educação se faz presente de maneira disseminada por todos os cantos, ele é ainda mais significativo naquelas situações onde um grande projeto irrompe nas vidas das pessoas²³⁵. Generalizando (talvez indevidamente) a partir do caso de Minaçu, poderíamos dizer que com as barragens intensificou-se e acelerou-se um processo que já há tempos vem deixando suas *marcas* na vida destes grupos: nada expressa isso melhor do que a crescente dependência das pessoas diante das “folhas todas brancas”, o valor crescente assumido pelos *papéis*, as *fichas*, *cadastros*, *registros*, *documentos* se tornando realidades imprescindíveis e inescapáveis. Choque de ordem: grandes projetos trazem invariavelmente como conseqüência, em maior ou menor grau, o desmantelamento de pequenas ‘economias populares’ que desde sempre funcionaram em interstícios e vazios, às margens das *leis* e do imperativo da educação.

Como mostrei no capítulo anterior, nos últimos anos este imperativo ficou evidente para os moradores de Minaçu, a educação e os *cursos* tornando-se algo necessário para que eles sejam capazes de se virar de uma maneira minimamente satisfatória. Não por acaso, os que têm hoje o privilégio de permanecer *corridos* são justamente os jovens que estudaram um

²³⁵ A discussão deste ponto se torna ainda mais complicada diante dos riscos de que, no esforço de desnaturalizar este imperativo, eu flerte com uma espécie de obscurantismo – de acordo aquela “pastoral etnográfica” de que fala Clifford (1997), o antropólogo se lamenta com corrupção de seus nativos, já não tão ‘selvagens’ ou ‘autênticos’ quanto antes... Explicito estes riscos também para evidenciar alegorias desta ordem, tão fácil e frequentemente presentes em etnografias como a minha.

pouco, e que com isso podem até mesmo se dar o luxo de alternar empregos e locais de trabalho. Sendo a educação um imperativo, há que se considerar assim os próprios esforços das pessoas para, mesmo que minimamente, se tornarem *lidas*. *Cursos* de todos os tipos pipocam e são procurados, senhores e senhoras se alfabetizam, as escolas estão abarrotadas à noite para a “educação de jovens e adultos”... De um extremo a outro do espectro político, a educação é apresentada como uma solução para uma infinidade de males, por vezes beirando a panacéia. É preciso qualificar o trabalhador, é preciso *formar* o povo... Não por acaso, como já argumentei, o uso nativo do termo *curso* me trouxe consideráveis dificuldades num primeiro momento. Eu então me perguntava, como é que estas pessoas podem ‘confundir’ um curso de formação de militantes com um curso profissionalizante? De fato, a ‘confusão’ em questão assinalava que, antes de recorrerem a oposições como ‘militância x trabalho’ ou ‘esquerda x direita’, as pessoas refletiam e atuavam neste contexto lançando mão de outra grade classificatória, ao mesmo tempo em que se davam conta da hierarquização que passava a marcar de modo cada vez mais intenso a oposição entre *corridos* e *lidos*.

É à luz destas tensões, e deste contexto por elas delineado, que eu procuro, nestas linhas finais do trabalho, tecer algumas considerações sobre aquele campo acadêmico e político dedicado ao estudo dos impactos dos grandes projetos. Meu esforço reflexivo a respeito deste imperativo da educação vai numa direção precisa, conforme o que logo acima eu sugeri: aqui estou menos preocupado com ‘eles’ do que com nós mesmos – nós, homens *lidos* e vindos do *sul* ou dos grandes centros (assessores, militantes de movimentos sociais, acadêmicos) dispostos a nos engajarmos numa aliança com estes grupos ‘tradicionais’ que, em tantos lugares do país, se vêem ameaçados e atingidos por barragens ou projetos semelhantes. Ou melhor: estou aqui preocupado com a nossa própria ‘ciência’, nosso próprio saber – cujo potencial e eficácia políticos em certos conflitos não podem ser deixados de lado, como estamos cansados de saber.

Se eu atribuo aqui tanta importância àquela metanarrativa, não é apenas por causa de seu conteúdo particular, das idéias que ela contém; mas sim em função das formas e dos veículos através dos quais ela, frequentemente, se faz presente, *chegando* a este ou aquele lugar onde há conflitos e dificuldades desencadeados por projetos como as barragens. Pois nestes casos ela *chega* através de homens *lidos* e dos *papéis* que, por definição, sempre os acompanham.

Independentemente de nossos projetos e objetivos ao ‘ofertar’ nossa ciência social para grupos atingidos ou ameaçados (seja lá de que forma: via assessoria, cursos, debates, orientação política), existe já do lado de lá uma ‘demanda’ por nós mesmos e pelo que

aparentemente temos a oferecer. Esta demanda, lógica e cronologicamente anterior a qualquer oferta, se origina justamente do fato de que estes grupos se deram conta daquele imperativo da educação. Como mostrei no Capítulo 5, eu fui diversas vezes abordado por pessoas que me procuravam perguntando sobre *cursos*, consultando-me sobre a educação dos filhos, ou pedindo que eu tivesse uma conversa com eles a este respeito. Estes universos nos quais *chegamos* e para os quais levamos nossa ciência estão assim claramente marcados pelo privilégio e status de que, a priori, ela goza. Independentemente do seu conteúdo, ela já *chega* valendo muito: justamente por *chegar*, na forma como chega (via os *papéis*) e com quem chega (homens *lidos*).

É assim que, para inúmeros jovens de todo o país que vêm se *formando* enquanto *militantes*, o aproximar-se dos movimentos sociais envolvidos com a luta contra as barragens (ou pela reforma agrária, e.g.) não pode ser encarado apenas como a expressão da resistência ou do enfrentamento, da política num sentido estrito; pois tal aproximação sinaliza a eles também uma possibilidade de melhorar de vida, justamente na medida em que ela facilita o acesso àquele capital social, cultural e educacional que, nos dias de hoje, tantos caminhos abre. E destaco isso sem qualquer propósito crítico; muito pelo contrário, temos que celebrar o fato de que os movimentos sociais nos dias de hoje possibilitam que diversos jovens pobres freqüentem, por exemplo, a universidade. Os inúmeros cursos superiores surgidos através da parceria destes movimentos com universidades públicas, cada vez mais freqüentes no país, atestam a sua importância também no que se refere a estas formas de ascensão social.

Em diversas regiões do Brasil, os jovens que se engajam nos movimentos sociais se *formam* assim não apenas como *militantes*; mas também como *universitários*. Dado o próprio contexto do qual eles se originam, eles com freqüência se submetem a sacrifícios e esforços heróicos para serem capazes de dominar saberes e práticas que para eles estão associados, primordialmente, com estes homens *lidos* que eles conheceram nos e através dos movimentos sociais: *militantes* mais velhos e experientes, professores universitários e seus alunos e pesquisadores, assessores de todo tipo, gente que trabalha nesta ou naquela ONG. São pessoas como estas que, em Minaçu, tanto encantaram os garimpeiros pela sua *inteligência* – *inteligência* essa que, neste contexto específico, não se vinculava a um atributo natural ou pessoal, mas antes a algo que podia ser adquirido através dos *cursos*.

Disseminamos assim a nossa ciência social por espaços, circuitos e meios onde ela não costumava fazer-se presente. Ainda que de forma não deliberada, impomos àqueles que aí travam contato com ela cobranças relativas ao seu bom domínio. Articulada a outros pontos de vista e discursos (Guedes 2006), esta ciência contribui de forma decisiva para a

constituição do que passa então a ser a linguagem legítima no contexto destas interações. Ser capaz de falar a “língua do movimento social” torna-se uma das prioridades daqueles que, se iniciando e querendo se firmar neste universo, tanto se esforçam para apreendê-la – também porque eles são responsáveis pela sua contínua difusão, uma vez que todo aquele que é *formado* deve ser também um *formador*. Língua dos movimentos sociais, expressão de *inteligência*, atributo por excelência destes *lidos* que *chegaram*, num mundo onde tudo conspira em prol da educação – no admittance except on critique: enquanto linguagem legítima deste universo, o uso da ciência social (ou de algumas boas doses dela) se impõe como condição necessária para dele fazer parte.

Curtos-circuitos e tradução

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*
Paulo Freire

*In societies without ships, dreams dry up,
espionage takes the place of adventure and police that of corsairs*
Michel Foucault - Heterotopias

Se militantes e acadêmicos utilizam e compartilham esta ciência social, eles certamente a utilizam e a valorizam de maneiras distintas²³⁶. Do ponto de vista dos militantes dos movimentos sociais, o uso da ciência social responde a necessidades e prioridades políticas que não me interessa discutir aqui. Eles se apropriam do que temos a oferecer, em prol de seus objetivos, e fazem isso muito bem – “sabemos da importância deste saber enquanto arma, utilizaremos o que nossos aliados têm a nos oferecer e ensinar, vamos nos servir destas coisas na nossa luta!”.

O militante, nesse sentido, encontra-se numa posição ‘privilegiada’: está no entremeio ou no intervalo entre dois mundos. Simplificando bastante as coisas, digamos que ele estaria assim ‘entre’ o acadêmico e o atingido; ora mais próximo de um pólo, ora de outro, ele concilia, articula e tensiona códigos e saberes distintos. Ele esforça-se para dominar aquela linguagem legítima e traz consigo internalizada aquela língua materna referente ao mundo no qual foi criado – e à qual recorre, por exemplo, para se relacionar-se com sua “base”. Nesse

²³⁶ A distinção em questão não precisa ser encarada de modo substancial ou sociológico, podendo remeter a tensões internas a este ou aquele indivíduo concreto. No contexto aqui considerado, o militante é com frequência também um ‘pesquisador’, e vice-versa; naturalmente, as hierarquias já mencionadas não tornam os dois movimentos equivalentes.

sentido, o militante vivencia como ninguém as tensões decorrentes das misturas e dominâncias relativas dos diferentes regimes de signos. Lançando mão de imagens já bem exploradas aqui, poderíamos dizer que o militante – tal qual aqueles jovens que se empregam hoje em dia nos grandes projetos – tem que conciliar a tensão de ser ao mesmo tempo *corrido* e *lido*. (A comparação não é tão arbitrária assim: lembremos do que aproxima os cursos profissionalizantes dos cursos de formação de militantes, e de como a chegada das barragens descortina estas duas possibilidades de ‘carreira’ para os jovens locais).

A ‘nossa’ aproximação e convívio com o universo dos ‘atingidos’, por outro lado, vem se caracterizando cada vez mais pelo privilégio que concedemos à relação com estes militantes. Indubitavelmente pertencentes a este universo, eles nos aparecem assim como representantes ou porta-vozes de todos aqueles que, não se engajando na militância, permanecem ‘lá’ – na beira dos rios, no campo, no interior, no sertão. A questão, porém, é que as condições e contextos nos quais travamos estas relações com estes militantes estão marcadas por aquelas assimetrias e hierarquias acima explicitadas. O contato dos militantes conosco está assim orientado pelos esforços destes últimos no sentido de dominarem aquela linguagem legítima, através das quais nós todos – enquanto homens *lidos* – dialogamos entre nós.

Mais uma vez meus interlocutores de Minaçu nos oferecem um bom ponto de partida para pensar estas questões. Interessa-me aqui a maneira como alguns deles explicitam o aprendizado de outros saberes. A despeito de qualquer coisa, os garimpeiros até hoje são claros ao manifestar a gratidão que sentem por estes militantes: eles foram verdadeiros *professores*, e ensinaram para eles “a falar a língua dos movimentos sociais”. Note-se que esta última formulação expressa bem a consciência dos garimpeiros a respeito da exterioridade disto que eles aprenderam: eles tiveram que aprender a falar outra “língua”, como quem, no contato com *estrangeiros*, aprende um segundo idioma. Aprender outra “língua” é algo complicado e problemático – mas indubitavelmente rico e gratificante, asseguram-me meus amigos. Nós mesmos, porém, enquanto *professores* de “línguas”, parecemos estar esquecidos do quão fecundo é este tornar-se poliglota, e parecemos resignados e confortáveis no nosso monolinguismo. Se os militantes se *formaram* na medida em que foram capazes de aprender outra língua, nós não nos esforçamos da mesma forma.

Diante dos militantes, achamos que estamos nos relacionando com um ‘outro’; e em alguma medida, estamos mesmo. Mas neste relacionamento estamos também com as atenções voltadas para aquilo que, neste ‘outro’, mais se aproxima de nós mesmos. É como se só tivéssemos interesse no que há neles de *lidos*. Reiterando certas posturas elitistas tão

internalizadas em todos nós, deixamos em segundo plano ou ignoramos o que há de *corrido* nestas pessoas (o que eles mesmos já fazem, servindo-se de suas leituras para se distanciarem e diferenciarem daqueles que, como eles, foram postos a *correr* pelas barragens).

Não nos damos conta, assim, de que estamos percorrendo os mesmos e demasiado conhecidos caminhos, indo às vezes muito longe para reencontrar aquilo que nós mesmos ‘enviamos’ para lá – justamente a nossa ciência social. Com grande frequência, e ainda mais nos últimos tempos, o bom uso da ciência social por parte dos *atingidos* (que com isso se fazem, dentre outras coisas, *militantes*) não tem como contrapartida o bom uso das experiências do *atingido* por parte dos cientistas sociais (que com isso ‘permanecem’ cientistas sociais tais quais aqueles que eles sempre foram).

Nos últimos dez anos, centenas de jovens pesquisadores tem ido “a campo” para estudar a questão das barragens – geógrafos, cientistas sociais, assistentes sociais, historiadores, pedagogos, até mesmo economistas e engenheiros. O *appeal* deste tema tem respondido por uma enorme proliferação de trabalhos sobre ele (e vice-versa). Nestes nossos “campos”, é óbvio que a ciência social se fará presente – enquanto “língua”, arma num confronto político ou qualquer outra coisa – e é sem sombra de dúvida um objeto de pesquisa legítimo como qualquer outro. O problema surge, porém, quando estes pesquisadores não se dão conta de que isso que ‘trazem’ do campo é algo da mesma natureza daquilo que eles ‘levaram’ para lá (na forma de leituras prévias, marco teórico, etc.). Ou melhor: quando esse ‘levar’ e ‘trazer’ as mesmas coisas se torna prática rotineira, ou mesmo o principal resultado (e objetivo?) destas pesquisas.

Num trabalho anterior (Guedes 2007b), partindo de uma análise da literatura acadêmica e dos textos produzidos pelo MAB e por seus militantes, busco mostrar como determinada narrativa vem já há mais de 20 anos circulando no interior do campo de estudos em questão. Nesta narrativa desenvolve-se uma “apreciação sobre mudança estribada na conjectura de um zero absoluto de história anterior a um *take-off* arbitrário” (Velho 1981, p. 9) – da mesma forma que ocorre no uso da noção de desterritorialização, estamos diante aqui de expressões particulares de idéias ‘carregadas’ ou ‘trazidas’ por aquela meta-narrativa da modernidade acima exposta. O *take-off* em questão é assinalado pelo macro-contexto dos anos 70 – a crise do Petróleo, a ‘exportação’ das indústrias eletrointensivas para os países do terceiro mundo e o processo de desenvolvimento autoritário levado a cabo pela ditadura militar. A isso se segue, nesta narrativa, a abertura política iniciada nos anos 70, e o conseqüente surgimento de “novos movimentos sociais”, a partir de três focos precisos: a construção das barragens no sul do país (Itaipu, Machadinho e Sobradinho), na Bacia do São

Francisco (Sobradinho e Itaparica) e no Rio Tocantins (Tucuruí)²³⁷. E daí passamos para a articulação e organização dos movimentos regionais para o surgimento do MAB nacional. Procuo então explicitar alguns dos efeitos da contínua repetição desta narrativa, mostrando como, a partir do trabalho ‘pioneiro’ de Grzybowski (1987) e de algumas contribuições posteriores, é criado um curto circuito (e também curto-circuito, no sentido ‘elétrico’ do termo) em que a descrição de determinados fenômenos passa a usufruir de um estatuto quase teórico. Esta mesma ‘quase-teoria’, por outro lado, aparece também na forma de um objeto de pesquisa, na medida em que se faz presente, por exemplo, nos depoimentos obtidos no campo e apresentados nestes trabalhos.

Romano (1988, p. 3) – tratando também da relação entre os “movimentos sociais” e os discursos produzidos a seu respeito – procura mostrar como “a incorporação ou exclusão das lutas” nos discursos, assim como sua caracterização enquanto tal, seria produto “não tanto da [sua] existência ou ausência (...), nem da ‘vontade’ de seus atores, mas antes do seu enquadramento nos esquemas de lutas pensáveis”. O que está em jogo aí é aquele “efeito de teoria” de que fala Bourdieu (1989), ou seja:

“a capacidade de prescrever a realidade sob a aparência de descrevê-la ou a de denunciá-la sobre a aparência de enunciar-la. O discurso legitimado se constituiria em um anúncio ‘performativo’, contribuiria para a realidade que anuncia. (...) Através do discurso, se procuraria a ‘produção’ dos ‘movimentos’ e grupos. (...) A descrição científica está sempre exposta a funcionar como prescrição capaz de contribuir para a sua própria verificação, favorecendo o advento daquilo que anuncia. A afirmação ou a negação da existência de ‘classes’, ‘regiões’, ‘grupos’ ou ‘movimentos’ tem seu poder de fazer a realidade” (Romano 1988, p. 4).

As formas ‘acadêmicas’ de pensar as lutas produzem assim limites e constrangimentos (e possibilidades) que afetam as lutas enquanto tais. Na medida em que submetemos a proliferação e diversidade das narrativas ao que pode haver de totalizante e genérico na teoria (ou à sua tradução para a linguagem legítima), pouco estamos fazendo para ampliar o nosso “esquema de lutas pensáveis”; para dentre outras coisas, ampliar também os sentidos da própria categoria de *atingido*²³⁸.

²³⁷ E não resisto a explicitar aqui uma questão que sempre me coloquei: e no período decorrido entre a instalação da primeira barragem para produção de energia hidrelétrica no Brasil – em Juiz de Fora, no final do século XIX – e o início dos anos 70: nenhuma resistência houve às centenas de empreendimentos construídos? Pouco ou nada sabemos sobre este período, a proliferação de estudos neste campo contrastando com o praticamente inexistente investimento historiográfico nesta direção.

²³⁸ Por outro lado, poderíamos explicitar desde já os empecilhos e tensões de ordem política decorrentes de tal proposta. Trouillot (1995, p. 49, grifos meus) nos lembra dos “limits of strategies that imply a more accurate reconstitution of the past, and therefore the production of a ‘better history’, simply by an enlargement of the empirical base”. É preciso lembrar, continua ele, que à medida que novas fontes e fatos são criados, “they reduce the room available to other facts... They will have to

Estaríamos diante assim do ensimesmamento de uma ciência que, enquanto tal, já traz em si a pretensão de soberanamente a tudo e a todos abarcar: “forma” (no sentido discutido no capítulo 4) ‘descontextualizada’ e ‘desterritorializada’ que não ignora as circunstâncias e contextos concretos, mas antes se serve deles como “exemplos” ou “casos” particulares para comprovar o poder de suas generalizações. Tal ensimesmamento não me parece estar em contradição com a difusão desta ciência para além dos muros das universidades; muito pelo contrário, tal expansão ‘democrática’ corrobora e intensifica o que há de ‘colonialista’ ali.

Novamente, não estou dizendo com isso que a ciência social, as formas, as idéias e valores ‘modernos’ que nós – os *lidos*: acadêmicos, assessores, militantes – levamos a outros universos devem ser deixados de lado, para que com isso possam emergir narrativas e processos ‘autônomos’ ou ‘autênticos’ para lidar e.g. com as barragens no seio das próprias populações ameaçadas ou afetadas. Afirmar isso seria insinuar que a nossa modernidade de homens *lidos* em nada se diferencia daquela outra, a que vem a reboque dos grandes projetos.

O que não podemos, enquanto estudiosos desse tema, é deixar de considerar os recursos (materiais, sociais, culturais, simbólicos) de que dispõem estes grupos para lidarem com estas situações. E se afirmo que não podemos fazer isso, é também porque tais pessoas são, com frequência, verdadeiros ‘especialistas’ no tema sobre o qual (recentemente) nos debruçamos. Elas e seus antepassados vivenciaram situações as mais inusitadas e inesperadas, e sem sombra de dúvida refletiram e debateram tais experiências. São estas reflexões que tem que ser recuperadas e ‘protegidas’ do rolo compressor da ciência social e da linguagem legítima. Elas têm que ser ‘protegidas’ porque, como argumentei acima, o ‘diálogo’ que se realiza entre atingidos e acadêmicos se dá em condições hierárquicas. Os próprios ‘portadores’ desse saber – ou melhor, aqueles portadores que são nossos interlocutores privilegiados, tornando-se com frequência militantes – são constrangidos (por nós, por eles mesmos e pelo mundo atual), a traduzir tal saber para aquela linguagem legítima, ou para dele fazer ciência.

E se há algo de especialmente problemático aí, os principais prejudicados somos nós mesmos, enquanto acadêmicos. Assim, se eu argumento aqui que devemos nos esforçar no sentido de recuperar tais reflexões, não o faço em função de algum imperativo de ordem ética

gain their right to existence in light of the field constituted by previously created facts. They may dethrone some of these facts, erase or qualify others. The point remains that sources occupy competing positions in the historical landscape”. Se eu lembro da hegemonia exercida no interior do MAB desde a sua fundação pelos militantes oriundos do Alto Uruguai, eu poderia então sugerir que a história tal como ela é contada – assim como a ‘camponesização’ do *atingido* nas narrativas e metanarrativas em questão – se vincula a projetos políticos para os quais pode não ser interessante o esforço de “dethrone some of [its] facts, erase or qualify others”.

ou política que postule a importância de “ouvir o outro”, de “dar voz aos oprimidos” ou qualquer coisa dessa ordem. Faço isso, pelo contrário, de forma interessada: pois o que está em jogo é a própria capacidade do meu – do nosso – saber de homens *lidos* escapar aos curtos-circuitos, círculos viciosos e buracos negros (Deleuze e Guattari 1997) que o contém (no duplo sentido deste verbo). Não se trata, assim, da criação de uma alternativa infernal (Stengers e Pinarre 2005) em que somos obrigados a escolher entre um saber e outro, ou a nossa ciência social ou as formulações ‘nativas’. Meu incômodo aqui é com uma ciência social que, na sua busca pela descrição ou compreensão de certos fenômenos, ao fazê-lo termina por postular sua própria imprescindibilidade para lidar com eles, pagando por um isso um preço alto: pois ao funcionar dessa forma ela se abstém dos riscos e possibilidades decorrentes do confronto e do diálogo com outros saberes.

Comparando as potencialidades e dificuldades vivenciadas na criação do movimento com o aprendizado de uma língua estrangeira, meus interlocutores sugerem assim uma aproximação com as discussões relativas à noção de “tradução” na antropologia (cf. Asad 1986). Goldman (1999, pp. 66-7) explora essa idéia evocando um comentário de Guimarães Rosa a respeito da tradução que Paulo Rónai fez, do húngaro para o português, de uma antologia de contos.

“A idéia de Rosa (...) é que longe de se ver ameaçada pela traição que inevitavelmente comporta, a tradução deveria saber se beneficiar desta situação. A boa tradução seria aquela capaz de ‘trair’ seu próprio idioma, no sentido de contaminá-lo com uma ‘fecundante corrupção’, corrompendo sua língua através do uso daquela que deve ser traduzida. Ora, se levamos em conta que o trabalho antropológico é frequentemente assimilado a uma forma de tradução cultural, o modelo de Rosa poderia ser legitimamente ampliado: expandir e aprofundar uma língua através de outra, estrangeira, pode significar também expandir e aprofundar uma experiência cultural através de outra, igualmente estrangeira. Nesse sentido, o que os antropólogos fazem, ou poderiam fazer, é praticar uma ‘fecundante corrupção’, expandindo e enriquecendo nossa própria cultura ao trazer à luz variáveis que certamente estão presentes aqui, mas que quase não aparecem, seja porque estão ocultas ou reprimidas, seja porque nos encontramos em uma posição que não nos permite enxergá-las. Trata-se, pois, de explicitar essas variáveis através das experiências que temos com outras culturas.

Como o argumento e a obra de Guimarães Rosa (um homem *lido* fascinado pelos *corridos* do sertão, não nos esqueçamos) mostram, este “modo de conhecer no entre-mundos” (Rattes 2009, p. 21) não é privilégio do antropólogo; embora explicita de maneira privilegiada alguns dos sentidos, esforços e potencialidades referentes à sua prática particular. O que interessa, nessa discussão, é a sugestão da viabilidade e fertilidade de tais procedimentos.

Talvez pudéssemos assim tentar controlar a ambição totalizante e generalizante de nossa ciência pela “fecundante corrupção” oriunda do diálogo com outros saberes e narrativas, via um esforço de “tradução” destes últimos – onde o que é traído, contaminado e transformado é a nossa própria linguagem. Desta maneira, talvez possamos colocar em movimento o que existe virtualmente de *corrido* em nós todos, flertando com liberdades e aventuras que, não só na nossa prática de homens *lidos*, em muito podem enriquecer nosso mundo e nossas próprias experiências.

BIBLIOGRAFIA

Referências Citadas

- ABU-LUGHOD, Lila. Veiled Sentiments. Honour and Poetry in a Bedouin Society. Londres: University of California Press, 1986.
- ALVES, Josias Manoel. Processo de Eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: Retrospectiva e Análise dos Problemas Políticos e Sociais na Era da Privatização. Campinas: Tese de Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM/UNICAMP, 2005.
- AMARAL, Leila Dias. Manarairema Sofre a Noite: Enigma, Resistência e Sedução em “A Hora dos Ruminantes”. Uma Leitura Sociológica de José J. Veiga. Goiânia: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFG, 2003.
- AMORIM, Marcos Lourenço; DIAS, Francisca Gilliane Alencar. “Retratos falados das trabalhadoras sexuais de Coxim”. Revista Rascunhos Culturais, v.1n.1 jan./jun.2010.
- ANTONAZ, Diana. Na Escola dos Grandes Projetos. A Formação do Trabalhador Industrial na Amazônia. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 1995.
- ANTONAZ, Diana e LEITE LOPES, José Sérgio. “Para além dos sindicatos: os grupos de atingidos do trabalho”. Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2005.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. A Construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins. Goiânia: Dissertação de Mestrado em História, UFG, 1996.
- ARANTES JUNIOR, Edson. “Panegírico a José Fernandes Sobrinho”. Revista de Estudos do Norte Goiano, v.1, n.1, Uruaçu, 2008.
- ARAÚJO, Rubens Milagre. Uma Retrospectiva da Expansão do Sistema Elétrico na Bacia do Rio Tocantins, com Estudo de Caso na Região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO). Campinas: Dissertação de Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos. FEM/UNICAMP, 2003.
- ARAUJO, Wânia Maria. População de Rua de BH: Reinvenção de Espaços Domésticos no Improvado da Moradia. Dissertação de Mestrado. PUC-MG, 2004.
- ASAD, Talal. “The concept of cultural translation in British Social Anthropology”. In: Clifford, James e Marcus, George (orgs.). Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.
- AZEVEDO, Thales. Italianos e gaúchos. Rio de Janeiro/Brasília: Catedra/INL, 1982

- BAILEY, F. G. "The peasant view of the bad life". In: Shanin, Theodor (ed.). Peasants and Peasant Societies. Middlesex: Penguin Books, 1971.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo (org.). Relocalizados: Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires: Ediciones del Ides, 1985.
- BEZERRA, Gustavo Neves. "Erosão da sociedade salarial brasileira: precariedade laboral, utopias do empreendedorismo e declínio do Estado social". Rio de Janeiro: Projeto de Qualificação para Doutorado em Sociologia. IUPERJ, 2007.
- BLOCH, Maurice. How We Think They Think. Anthropological Approaches to Cognition, Memory and Literacy. Boulder: Westview Press, 1998.
- BOISSEVAIN, Jeremy. "Patronage in Sicily". *Man*, Ano 1, n. 1, 1966
- BORGES, Antonádia. Tempo de Brasília: Etnografando Lugares-eventos da Política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003
- BORGES, Antonádia. "Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política". *Mana* n. 11 v.1. Rio de Janeiro, 2005a.
- BORGES, Antonádia. "O emprego na política e suas implicações para uma antropologia da política". Brasília, Anuário Antropológico, 2005b.
- BORGES, Júlio César Pereira; CALAÇA, Manuel. "Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás". Trabalho apresentado no X Simpósio Regional de Geografia, Abordagens Geográficas do Cerrado, Catalão 2007
- BORGES, Mauro. O Golpe em Goiás: História de uma Grande Traição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.
- BORGES, Renata Paulo; DINIZ, Jaqueline Simões; ALVES, Sandra Aparecida; NASCIMENTO, Aline Cristina; MESQUITA, Helena Angélica. "A territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Vale do Rio São Marcos – sudeste goiano". Anais do I Encontro Ciência Social e Barragens. Rio de Janeiro, 2005.
- BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmalek. Le Deracinement. La Crise de l'Agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Lés Editions de Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. São Paulo: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. "Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom". *Mana* n.2 v.2, Rio de Janeiro, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes". In: Brandão, Carlos Rodrigues. Ramalho, José Ricardo. Campesinato Goiano. Três Estudos. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

- BRITO, Fausto. "As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes". Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, Texto para Discussão 366, 2009.
- BROGNOLI, Felipe. "Com a cara no mundo: seguindo os rastros de nômades urbanos". In: Marques, Ana Claudia et al. Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Territórios em Movimento. Itajaí: Ed. Da Univali, 1999.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. O Extremo-Oeste. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CAMPBELL, Joseph. "The kindred in a Greek mountain community". In. Pitt-Rivers, Julian (org.) Mediterranean Countrymen. Essays in the Social Anthropology of the Mediterranean. Paris: Maisons des Sciences de L'Homme, 1963.
- CAMPOLINA DINIZ, Clélio. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- CAMPOS, Eduardo. "Cantador, musa e viola". Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973
- CÂNDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. "Os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia". Relatório Parcial de Pesquisa. Série Antropologia n. 128, UnB. Brasília, 1998
- CARDOSO, Adalberto. "Escravidão e Sociabilidade Capitalista. Um ensaio sobre a inércia social". Novos Estudos CEBRAP, n. 80, Março de 2008.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia: Dissertação de Mestrado em História, UFG, 1982.
- CARNEIRO, Ana Cerqueira. O 'Povo' Parente dos Buracos: Mexida de Prosa e Cozinha no Cerrado Mineiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2010.
- CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- CERTEAU, Michel De. A Invenção do Cotidiano: Artes do Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES, Christine. A Marcha Nacional dos Sem-Terra. Um Estudo sobre a Fabricação do Social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

- CLEARY, David. A Garimpagem de Ouro na Amazônia: uma Abordagem Antropológica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.
- CLIFFORD, James. "On Ethnographic Allegory". In: Clifford, James e Marcus, George (orgs.). Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CLIFFORD, James. "Fieldwork, Travel and the Disciplining of Anthropology". In: Gupta, Akhil e Ferguson, James (orgs.). Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science. Berkeley: University of California Press, 1997.
- CLIFFORD, James. "Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski". In: Clifford, James. A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- COLABELLA, Maria Laura. Fazer Política ou Lutar pelo Social. Uma Etnografia das Formas de Redistribuição na Grande Buenos Aires. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/MN/UFRJ, 2009.
- COLSON, Elizabeth. The Social Consequences of Resettlement. Manchester: Manchester University Press, 1971.
- COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- CORRÊA, Orlando J. D. Urrando no Trecho. Recordações de um Engenheiro de Obras. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2007
- COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. "A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo". Cadernos Pagu n.31. Campinas, julho-dezembro de 2008.
- COUNCIL FOR SOCIAL DEVELOPMENT. "Social Impact Assessment. Report of a research Project on social impact assessment of R&R policies and packages in India". Nova Déli, agosto de 2010.
- COUTINHO, Ronaldo do Livramento. Urbanização, Migração e Classe Operária no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975
- CUNHA, Elisa Ribeiro Álvares. Famílias do Ramo da Rede: Tecelagem, Negócio e Viagem no Sertão da Paraíba e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2006.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Aconteceu Longe Demais. A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora Unesp, 2007
- DA SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros. "Vila São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico". Série Antropologia n. 214, UnB. Brasília, 1997.

- DAOU, Ana Maria. Políticas de Estado e Organização Social: a Barragem de Sobradinho. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1988.
- DARNTON, Robert. The Great Massacre of Cats and Other Episodes in French Cultural History. Nova Iorque: Vintage Books, 1985.
- DAS, Veena e POOLE, Deborah. “El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas”. Buenos Aires, Cuadernos de Antropologia Social, n. 27, 2008.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Análise de uma Política de Colonização na Expansão para o Oeste. Goiânia: Dissertação de Mestrado em História, UFG, 1975.
- DE NEVE, Geert. “Patronage and ‘community’; the role of a Tamil village festival in the integration of a town”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 6 n. 3, 2000.
- DE VRIES, Pieter. “Vanishing mediators: enjoyment as a political factor in western Mexico”. *American Ethnologist*, n. 29, v.4, 2002.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “587 a.C. Sobre alguns regimes de signos”. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia (v. 2). Editora 34, São Paulo, 1997a.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “Ano Zero. Rostidade”. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia (v. 3). Editora 34, São Paulo, 1997b.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “1837 – Acerca do ritornelo”. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia (v. 4). Editora 34, São Paulo, 1997c.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “1440. O liso e o estriado”. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia (v. 5). Editora 34, São Paulo, 1997d.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. “Identidade Social e Padrões de Agressividade Verbal em um Grupo de Trabalhadores Urbanos”. In: Leite Lopes, José Sérgio (org.). Cultura e Identidade Operária. São Paulo: Marco Zero, 1987a.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. “Pouca Vergonha, Muita Vergonha: Sexo e Moralidade entre as Classes Trabalhadoras Urbanas”. In: Leite Lopes, José Sérgio (org.). Cultura e Identidade Operária. São Paulo: Marco Zero, 1987b.
- DUMONT, Louis. Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard, 1992.
- EHLERT MAIA, João. A “Rússia Americana”. A Terra no Pensamento Social Brasileiro. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ/UCAM, 2006.

- ENGLUND, Harri e LEACH, James. "Ethnography and the Meta-Narratives of Modernity". *Current Anthropology* 41(2): 225-48, 2000.
- ERNANDEZ, Marcelo Macedo. "Entre a violência e a espontaneidade: reflexões sobre os procesos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro". *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 11, n. 2, 2005.
- ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia. Peões e Possesiros contra a Grande Empresa. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. USP, 1985.
- FAILLACE, Sandra. Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Ita (RS/SC). Dissertação de de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS/UFRJ, 1990.
- FERGUSON, James. Expectations of Modernity: Myths and meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1999.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando Fora da Própria Sombra. A Escravidão por Dívida no Brasil Contemporâneo. RJ: Civilização Brasileira, 2004.
- FOSTER, George. "The Dyadic Contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village". In: Potter, Jack et al. (org) Peasant Society: A Reader. Boston: Little, Brown and Company, 1967.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FRANSINETE DA SILVA, Paula. A Educação de Jovens e Adultos no Movimento dos Atingidos por Barragens na Região Afetada pela Usina de Cana Brava – Goiás. Monografia final de curso, Pedagogia da Terra, UFG, 2011.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FRIGO, Simone. A Luta é a Nossa Escola. Educação e Formação Política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, 2008.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. "Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda". *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 11, n. 2, 2008.
- GASPAR, Elizete dos Santos. Os Bamburrados do Tapajós. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, 1990
- GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

- GEFFRAY, Christian. A Opressão Paternalista. Cordialidade e Brutalidade no Cotidiano Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Cândido Mendes, 2007.
- GOLDMAN, Márcio e PALMEIRA, Moacir. “Apresentação”. In: Goldman, Márcio e Palmeira, Moacir (orgs.) Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- GOLDMAN, Marcio. Alguma Antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- GOODY, Jack. The Interface Between the Oral and the Written. Cambridge University Press, 1987
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis: Vozes, 1987
- GUEDES, André Dumans. Projeto Identitário, Discurso e Pedagogia na Constituição de um Sujeito Coletivo: o Caso do Movimento dos Atingidos por Barragens. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2006.
- GUEDES, André Dumans. “Colonos, atingidos e liberados: algumas notas a respeito dos militantes da luta contra barragens no sul do país”. Trabalho final da disciplina Pensamento Social Brasileiro: Raça e Imigração. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2007a.
- GUEDES, André Dumans. “Entre as ciências sociais e o conhecimento nativo: narrativas históricas e contextos nos discursos sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens”. Trabalho final da disciplina Oficina de Pesquisa em Etnografia. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, Mimeo, 2007b.
- GUEDES, André Dumans. “Interdependência e obrigações recíprocas no Alto Rio Doce e em Salvador. Algumas notas sobre os militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens”. Trabalho final da disciplina Trocas e Obrigações Recíprocas. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2007c.
- GUEDES, André Dumans. “Cursos de Formação de Militantes. Pedagogia e Organização Nacional dos Atingidos por Barragens”. Porto Seguro: Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, junho de 2008a.
- GUEDES, André Dumans. “Que Fazer? Socialismo, Luta por Direitos e o Homem Novo na Formação dos Militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens”. Rio de Janeiro: Projeto Qualificação Doutorado I, PPGAS/MN/UFRJ, outubro 2008b.
- GUEDES, André Dumans. “Patrões, garimpeiros e lideranças no norte de Goiás: mediação e política no Movimento dos Atingidos por Barragens”. Buenos Aires: Anais da VIII Reunión de Antropologia Del Mercosur, 2009.
- GUEDES, André Dumans. “Lidar com o povo, ajudar o povo, falar com o povo: notas sobre o exercício da liderança em um movimento social”. In: Grimberg, Mabel; Hernandez, Marcelo, Marcelo e Manzano, Virginia (orgs.) Antropologia de Tramas Políticas Colectivas. Estudios en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2011.

- HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tania; ROHDEN, Fabíola et al. "Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência". Porto Alegre, Horizontes Antropológicos, v. 8, n. 17, junho 2002.
- HERÉDIA, Beatriz. "Política, Família, Comunidade". In: Antropologia, Voto e Representação Política. Goldman e Palmeira (coordenadores). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraia, 1996.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. "Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.
- HERZFELD, Michael. Anthropology Through the Looking the Looking Glass. Critical Ethnography in the Margins of Europe. Londres:Cambridge University Press, 1987.
- HUBER, Luiza. "Nos trajetos da sujeição. As brasileiras na Suíça". Revista Travessia, n. 28, Setembro/Dezembro de 1996.
- JACOBI, Pedro. "A descoberta do depósito estanífero da Pedra Branca em Nova Roma/GO". Depoimento disponível em <http://www.geologo.com.br/PEDRABRANCA.ASP>, acessado em julho de 2009.
- KUCKLICH, Henrika. "After Ishmael: The Fieldwork Tradition and Its Future". In: Gupta, Akhil e Ferguson, James (editors). Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science. Berkeley: University of California Press, 1997.
- LEITE LOPES, José Sérgio. "Fábrica e Vila Operária. Consideração sobre uma Forma de Servidão Burguesa". In: Leite Lopes et al. Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- LEITE LOPES, José Sérgio. O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "História e Etnologia". In: Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introdução à Obra de Marcel Mauss". In: Mauss, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- LIMA, Francisco Ferreira. O Outro Livro das Maravilhas. A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. "Proyectos de Gran Escala: Hacia un Marco Conceptual Para El Analisis de Una Forma de Produccion Temporária". In: Bartolomé, Leopoldo (compilador). Relocalizados: Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires: Ediciones del Ides, 1985.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. Developing the Moonland: The Yacyreta Hydroelectric Dam and Economic Expansion in Argentina. Tese de Doutorado, Graduate Faculty in Anthropology. The City University of New York, 1988.

- LINS RIBEIRO, Gustavo. “Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia”. UnB, Departamento de Antropologia, Série Antropologia n. 84, 1989.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. “Bichos-de-obra. Fragmentação e reconstrução de identidades”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18, 1992.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. “Imobilização e dispersão da força de trabalho. Considerações sobre os modos de expansão concentrada e difusa”. Brasília, UnB, Série Antropologia n. 172, 1994.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. El Capital de la Esperanza. La Experiencia de los Trabajadores em la Construcción de Brasília. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.
- LOERA, Nashieli. “Limpendo os ‘maus elementos’. Disciplina e acordos num acampamento do MST”. In: Grimberg, Mabel; Alvarez, Maria Inez e Rosa, Marcelo. (orgs). Estado y Movimientos Sociales. Estudios Etnográficos. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, Buenos Aires, 2009.
- MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Gente de toda paragem. Um estudo sobre a população afluyente numa Grande Obra. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1983.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor: Uma Análise Sócio-Antropológica do Deslocamento Compulsório Provocado pela Construção de Barragens. Belém: Tese de Doutorado, Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2007.
- MAIA, Cláudio Lopes. Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e pelo Destino da Fronteira: a Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950-1960. Tese de Doutorado em História. Goiânia: UFG, 2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Coral Gardens and Their Magic. A Study of the Methods in Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands. Londres: George Allen & Unwin Ltd, 1935.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MANZANO, Virginia. “Tradiciones asociativas, políticas estatales y modalidades de acción colectiva: análisis de una organización piquetera”. Intersecciones em Antropologia, n. 5, Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA, 2004.
- MANZANO, Virginia. De La Matanza Obrera a Capital Nacional del Piquete; Etnografía de Procesos Políticos y Cotidianos em Contextos de Transformación Social. Buenos Aires: Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2007.

- MARIN, Maria Cristina de Melo. “Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional”. In: Leite Lopes et al. Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, Ana Cláudia. Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 2002
- MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe; VILLELA, Jorge. Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Territórios em Movimento. Itajaí: Univali, 1999.
- MARTINS, José de Souza. “A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira” In: Novaes, Fernando (org.) História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTINS, José de Souza. “Migrações temporárias. Problema para quem?”. Revista Travessia, n. 1, maio-agosto 1988.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARX, Karl. O Capital. Livro I, volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Baixado de file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm, 2001.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: Mauss, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. A Taipa da Injustiça. Esbanjamento Econômico, Drama Social e Holocausto Ecológico em Itaipu. São Paulo: CPT/Edições Loyola, 2003. Segunda edição revista e ampliada, a primeira de 1980
- MCCULLY, Patrick. Silenced Rivers: the Ecology and Politics of Large Dams. London: Zed Books, 1996.
- MELLO E SOUZA, Laura. Os Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- MENDES, Mariana Villas Boas. Os moradores de rua e suas trajetórias. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG, 2007.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. “Os movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás”. Anais do I Encontro Ciência Social e Barragens. Rio de Janeiro, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Os Homens de Ferro. Estudo sobre os Trabalhadores da Indústria Extrativa de Minério de Ferro da Companhia Vale do Rio Doce, Minas Gerais. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 1985

- MORAES, Maria Estela de. No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação – PUC/RJ, 1994a.
- MORAES, Maria Stella. “Reassentamentos de atingidos por barragens da Bacia do Rio Uruguai”. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (org.). Assentamentos Rurais: uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994b.
- MURILO DE CARVALHO, José. A Escola de Minas de Ouro Preto. O Peso da Glória. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MUSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta. Colonização “esponânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 1984.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. Nomadismos Contemporâneos. Um Estudo sobre Errantes Trecheiros. São Paulo, 2008
- NASSER, Ana Cristina Arantes, “Sair para o Mundo”. Trabalho, Família e Lazer: Relação e Representação na Vida dos Excluídos. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- NETO, Hélión Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli. “Apresentação”. In: Neto, Hélión Póvoa e Ferreira, Ademir Pacelli (orgs.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um Panorama dos Estudos Migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- NETO, Hélión Póvoa. No caminho das pedras :itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia, USP, 1998.
- NUNES, Heliane Prudente. A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961). Goiânia: Dissertação de Mestrado em História, 1985.
- OLIVEIRA, André Luiz de e MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. “O modelo energético brasileiro: ameaça ao bioma cerrado e aos povos cerradeiros”. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco, 2006.
- PALMEIRA, Moacir e WAGNER, Alfredo. A invenção da migração. Relatório de Pesquisa, Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no NE. PPGAS, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In Paiva, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. “Os sindicatos no poder. Que poder?”. Em: Candidatos e Candidaturas. Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. “Política e tempo: nota exploratória”. In: PEIRANO, Mariza (org.) O Dito e o Feito: Ensaio de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

- PALMEIRA, Moacir; GARCIA JR, Afrânio e LEITE LOPES, José Sérgio. “Apresentação”. In: Leite Lopes et al. Mudança Social no Nordeste. A Reprodução da Subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- PAMPLONA, Renato Ivo. SAMA 40 anos: Minaçu – Goiás. Da Descoberta à Tecnologia Limpa, 1962-2002. Depoimentos de Pioneiros. Minaçu, 2003.
- PEIRANO, Mariza. “Sem lenço, sem documento”. *Sociedade e Estado*, v. 1, n. 1, p. 49-64, 1986
- PEIRANO, Mariza. “This horrible time of papers: documents and national values”. UnB, *Série Antropologia* n. 312, 2001.
- PEIRANO, Mariza. “A análise antropológica de rituais”. In: Peirano, Mariza (org.) O Dito e o Feito: Ensaio de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- PEIRANO, Mariza. “O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos”. *Horiz. antropol.* vol.15 no.32 Porto Alegre July/Dec. 2009
- PEIRANO, Mariza. A Favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2009.
- PINA CABRAL, João de. “A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista”. São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 78, julho 2007.
- PINHEIRO, Daniele. Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e suas Consequências no Tratamento de Questões Sociais e Ambientais: o caso da UHE Cana Brava. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2006.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.
- QUEIROZ, Renato da Silva. “Mobilizações Sociorreligiosas no Brasil. Os surtos milenaristas”. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 132-149, setembro/novembro 2005
- QUIRÓS, Julieta. Cruzando la Sarmiento. Una Etnografia Sobre Piqueteros en la Trama Social del Sur del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2006.
- QUIRÓS, Julieta. “Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 15, n.1, 2009.
- QUIRÓS, Julieta. Por que vêm? Figuração, Pessoa e Experiência na Grande Buenos Aires. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2010.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. “Os parentescos por brincadeira”. In: Radcliffe-Brown, Alfred Reginald. Estrutura e Função na Sociedade Primitiva. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

- RAINHO, Luís Flávio. Os Peões do Grande ABC. Estudo sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petrópolis: Vozes, 1980
- RATTES, Kleyton. O Mel que os Outros Faveiam. Guimarães Rosa e a Antropologia. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2009.
- REBOUÇAS, Lúcia. O Planejado e o Vivido. O Reassentamento de Famílias Ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- RODRIGUES, Rita. Garimpos no Vale do Tapajós: as Máquinas Transformando as Relações de Produção e o Meio Ambiente. Quito: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Estudos Amazônicos, FLACSO, 1996.
- ROMANO, Jorge. “Discursos e Movimentos. O efeito de teoria e a ação política dos trabalhadores do sul do Brasil”. Mimeo. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1988.
- ROMERO, Sílvia. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- ROSA, Marcelo. “A ‘forma movimento’ como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil”. In: Grimberg, Mabel; Alvarez, Maria Inez e Rosa, Marcelo. (orgs). Estado y Movimientos Sociales. Estudios Etnográficos. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, Buenos Aires, 2009.
- ROSA, Marcelo. “Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. Os impactos das ações do MST sobre o sindicalismo rural”. In: Grimson, Alejandro (org.). La Cultura en las Crisis Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- ROTHMAN, Franklin Daniel. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983”. In: Navarro, Z. Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas Sociais dos Colonos e dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- RUMSTAIN, Ariana. Peões no Trecho. Estratégias de Trabalho e Deslocamento no Mato Grosso. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2009.
- SAHLINS, Marshal. Islands of History. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1985.
- SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’. Por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. *Mana* n.3 v.1, 1997.
- SAHLINS, Marshall. “Cosmologies of Capitalism”. In: Sahlins, Marshall. Culture in Practice. Selected Essays. New York: Zone Books, 2000a
- SAHLINS, Marshall. “Goodbye to Tristes Tropes”. In: Sahlins, Marshall. Culture in Practice. Selected Essays. New York: Zone Books, 2000b

- SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A História da Resistência dos Posseiros de Porangatu – Goiás (1940-1964). Goiânia: Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, UFG, 2003.
- SARRÓ, Ramon. “La aventura como categoria cultural: apuntes simmelianos sobre la emigración subsahariana”. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, v. 43, n. 2, Outubro de 2009
- SCHERER-WARREN, Ilse et al. “Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes”. *Anais do II Encontro Ciências Sociais e Barragens*. Salvador, 2007.
- SCLIAR, Claudio. Amianto: Mineral Mágico ou Maldito? Ecologia Humana e Disputa Político-Econômica. Belo Horizonte: CDI, 1998.
- SEVÁ, Oswaldo e PINHEIRO, Maria Fernanda. “Expansão hidrelétrica no período 2003-2006: conflitos sociais e institucionais em novas represas e nas concessões leiloadas”. Brasília: *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade*, 2006.
- SEVÁ, Oswaldo; ALVES, Josias Manoel; ARAÚJO, Rubens Milagre. “Correlações entre as expansões da mineração e da agroindústria no Planalto Central goiano e o processo recente de eletrificação”. Rio de Janeiro: *Anais do Congresso Brasileiro de Energia*, 2004.
- SEYFERTH, Giralda. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, n. 1, 1997.
- SEYFERTH, Giralda. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In: Mauch, Cláudia e Vasconcellos, Naira. Os Alemães no Sul do Brasil. Cultura, Etnicidade e História. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, 53, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1990.
- STENGERS, Isabelle e PIGNARRE, Phillippe. La Sorcellerie Capitaliste : Pratiques de Désenvoûtement. Paris : La Découverte, 2005.
- SIGAUD, Lygia, MARTINS-COSTA, Ana Luiza e DAOU, Ana Maria. “Expropriação do Campeonato e concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.
- SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. In: PINGUELLI, Luiz et. al. (org.). Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares. Aspectos Econômicos, Tecnológicos, Sociais e Ambientais. Rio de Janeiro : UFRJ/COPPE, 1988.

- SIGAUD, Lygia. “A dimensão social em uma abordagem antropológica. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório”. In: PINGUELLI, Luiz et. al. (org.). Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: o Caso das Grandes Barragens. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PPGAS, 1995.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58, 2000.
- SIGAUD, Lygia. “Formas de ação coletiva em perspectiva comparada”. Texto apresentado no Seminário Roberto Cardoso de Oliveira, PPGAS-MN, Março de 2007.
- SIGAUD, Lygia. “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cuadernos de Antropologia Social* n. 20, FFyL/UBA, Buenos Aires, 2004.
- SIGAUD, Lygia. “As condições de possibilidades das ocupações de terra”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, n. 17, 2005
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez . “Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada”. *Dados*, v. 51, 2008.
- SILVA, Cristina Maria Alves; CARMO, Gerson Tavares; FERREIRA, Jorge Luís Borges. “Encontros e desencontros no movimento contra a UHE Itaipava”. *Anais do I Encontro Ciência Social e Barragens*. Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA, Sandro Dutra. No Oeste, a Terra e o Céu: A Construção Simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFG, 2002.
- SILVA, Teófilo. Cativando Maira. A Sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Tocantins. Brasília: Tese de Doutorado em Antropologia Social, UnB, 2006. Teofilo Silva 2006 – tese sobre avás
- SILVERMAN, Sydel. “The community-nation mediator in traditional Central Italy”. In: Potter, Jack et al. (org) Peasant Society: A Reader. Boston: Little, Brown and Company, 1967.
- SOUZA, Ângela. “As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageiras”. *Revista Travessia*, n. 6, janeiro-abril 1990
- SOUZA, Itamar. Migrações Internas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SOUZA, Ricardo Luiz. “A mitologia bandeirante: construção e sentidos”. *História Social, Campinas*, n. 13, 2007.
- TAUSSIG, Michael. Shamanism, Colonialism and the Wild Man. A Study in Terror and Healing. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987
- THOMPSON, Edward Palmer. “The moral economy of the English crowd in the 18th century”. *Past and Present*, 50, 1971.

- THOMPSON, Edward Palmer. The Formation of the English Working Class. Londres: Penguin Books, 1991.
- TOSTES, Juliana de Oliveira; COSTA, Maria das Graças Alves; ROTHMAN, Franklin Daniel; FIRME-VIERA, Alexandre José. “Educação ambiental e resgate da trajetória de lutas em duas escolas de comunidades atingidas por barragens da Zona da Mata de Minas Gerais”. Anais do I Encontro Ciência Social e Barragens. Rio de Janeiro, 2005.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. “Anthropology and the Savage Slot: The Poetics and Politics of Otherness.” In: Global Transformations: Anthropology and the Modern World. New York: Palgrave Macmillan, 1995.
- TSING, Anna. Friction. An Ethnography of Global Connection. New Jersey: Princeton University Press, 2005
- VAINER, Carlos. “Migrações e Políticas Migratórias. Uma proposta para a discussão sobre políticas públicas em migrações internas”. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, Mimeo, 1986.
- VAINER, Carlos e ARAÚJO, Frederico Bandeira Guilherme. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional . Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VAINER, Carlos. “Grandes Projetos e Organização Territorial: Os Avatares do Planejamento Regional”. Rio de Janeiro, 1988, Mimeo.
- VAINER, Carlos. “Implantacion de grandes represas hidroelectricas, movimientos forzados y conflictos sociales”. In Efectos Demograficos de Grandes Proyetos de Desarrollo. San José: CEDEM/Imprenta Nacional, 1990.
- VAINER, Carlos. “O caso dos atingidos por Barragens”. Equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia. Conflitos Sociais e Meio Ambiente: Desafios Políticos e Conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995
- VAINER, Carlos. Do Corpo Marcado ao Território Demarcado. CEM, Cadernos de Migração 7, 2000a, São Paulo.
- VAINER, Carlos. “Estado e Migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias”. Travessia, Janeiro-Abril 2000b.
- VAINER, Carlos. “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In: Acselrad, H; Herculano, S; Pádua, J. (org.) Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2004.
- VAINER, Carlos. “Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade”. In: Neto, Hélio Póvoa e Ferreira, Ademir Pacelli (orgs.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um Panorama dos Estudos Migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VAN GENNEP, Arnold. “Territorial Passagens and the Classification of Rites”. In: Grimes, Ronald L. Readings in Ritual Studies. New Jersey: Prentice Hall, 1996.

- VELHO, Otávio. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: Difel, 1979.
- VELHO, Otávio. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VELHO, Otávio. “O cativo da Besta Fera”. In: Velho, Otávio. Mais Realistas que o Rei. Ocidentalismo, Religião e Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007a.
- VELHO, Otávio. “Mais realistas que o rei”. In: Velho, Otávio. Mais Realistas que o Rei. Ocidentalismo, Religião e Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007b.
- VIANA, Raquel de Matos. Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um Estudo de Caso sobre a Barragem de Itá. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.
- VIANNA, Aurélio. Etnia e Território: os Poloneses de Carlos Gomes e a Luta contra as Barragens. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- VIANNA, Aurélio. Prisão em Lajeado Pepino. Gênese e Efeitos de uma Ação Exemplar. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1996.
- VIEIRA, Flávia Braga. Do Confronto nos Vales aos Fóruns Globais: um Estudo de Caso sobre a Participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2003.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. “A fronteira como lugar de utopia. A vida como romaria e como missão”. Revista Travessia, n.3, janeiro-abril 1989.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. À Procura das Bandeiras Verdes. Viagem, Missão e Romaria. Movimentos Sócio-Religiosos na Amazônia Oriental. Campinas: Tese de Doutorado em Antropologia, Unicamp, 2001.
- VILLELA, Jorge Mattar. O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- VILLELA, Jorge Mattar e MARQUES, Ana Cláudia D.R. “Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco”. In: Como se Fazem Eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac Naif, 2007.
- WAGNER, Roy. The Invention of Culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- WEBER, Max. Economia y Sociedad. Esbozo de Sociologia Comprensiva. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WILLEMS, Emilio. "Immigrants and their assimilation in Brazil". In: Smith, T. L. e Marchant, A. (orgs.). Brazil: Portrait of Half a Continent. New York: Dryden Press. 1951.

WOLF, Eric. "Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas". En: *Antropologia e Poder*. Editora Universidade de Brasília, 2003.

WOORTMANN, Klaas. A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 (1985).

_____. Palavra do Migrante: "Miguel, 20 anos de Vaivém". Revista Travessia n.1, maio-agosto de 1988.

_____. "Tráfico internacional de Pessoas – O Raio X do Crime em Goiás". Fato Típico. Revista do Núcleo de Persecução Criminal da Procuradoria da República em Goiás. . Ano 1, n.1 – abril-junho de 2009.

_____. Ranking dos Municípios Goianos: 2007. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2008.

_____. Minaçu Estudo de Caso. s/d, mimeo.

Romances e Contos

Sem incluí-los como parte da bibliografia convencional deste trabalho, destaco aqui alguns trabalhos literários que ao abordarem universos, áreas e questões próximas tratadas nesta tese, em muito me ajudaram a pensá-las.

A este respeito, nenhuma obra foi tão importante para mim como *De Garimpo e Amazônia*, romance de Oswaldo França Jr.. Ainda sobre esta atividade, menciono também *Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios*, de Marçal Aquino; *O Garimpeiro*, de Bernardo Guimarães; *Cem Noites Tapuias*, de Ofélia e Narbal Fontes; e *O Mistério dos Morros Dourados*, de Francisco Marins. Tratando deste tema no norte de Goiás e no sul de Tocantins, temos ainda *Eldorado*, *Garimpo Coragem*, de Paula Saldanha; e *Pium*, de Eli Brasiense.

No que se refere à assim chamada “literatura goiana” (da qual o último autor mencionado acima é também um expoente), cito ainda o Bernardo Élis de *Veranico de Janeiro*, da *Seleta* e d’*O Tronco*; de José J. Veiga, a coletânea *Os Cavalinhos de Plaltiplanto* (em especial o conto “A usina atrás do morro”) e o romance *A Hora dos Ruminantes*; de Hugo Carvalho Ramos, *Tropas e Boiadas*. Os *Estudos de Literatura Goiana* de Modesto Gomes me ajudaram a tráfegar pelo “regionalismo goiano” – que, conforme o próprio Bernardo Élis sugere, em muito se relaciona ao trabalho de autores “sertanejos” que também devo ressaltar aqui: principalmente Mario Palmério (*Chapadão do Bugre*) e Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*; *Primeiras Histórias*; *Sagarana*; *No Urubuquaquá, no Pinhém*).

Sobre projetos de desenvolvimento ‘pioneiros’, destaco ainda, além da obra de José J. Veiga, *Mad Maria*, de Márcio Souza, sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré; e *Fordlandia. The Rise and Fall of Henry Ford’s Forgotten Jungle City*, de Greg Grandin (este último um livro de não-ficção). *The Heart of Darkness*, de Joseph Conrad, permanece mais do que atual para pensar as *paixões* e dramas suscitados pelas *febres* ‘extrativistas’ de diversos gêneros.